**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**
**CENTRO DE HUMANIDADES**
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**RODRIGO HOLANDA BARBOSA**

# COTIDIANO E VIDA SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19: DEVIR, INTERAFETAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO

**FORTALEZA**
**2025**

RODRIGO HOLANDA BARBOSA

# COTIDIANO E VIDA SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19: DEVIR, INTERAFETAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof.ª. Dr.ª Irlys Alencar Firmo Barreira.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B211c Barbosa, Rodrigo Holanda.
Cotidiano e vida socioambiental em tempos de covid-19 : devir, interafetação e auto-organização. / Rodrigo Holanda Barbosa. – 2025.
425 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Profa. Dra. Irlys Alencar Firmo Barreira.

1. Auto-organização. 2. Cotidiano. 3. Covid-19. 4. Trajetórias. 5. Maranguapinho. I. Título.
CDD 301

RODRIGO HOLANDA BARBOSA

# COTIDIANO E VIDA SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE COVID-19: DEVIR, INTERAFETAÇÃO E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 27 / 11 / 2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Irlys Alencar Firmo Barreira (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof.ª Dr.ª Glória Maria Diógenes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof.ª Dr.ª Danyelle Nilin Gonçalves
Universidade Federal do Ceará (UFC)

_____

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

_____

Prof. Dr. Vasco Miguel dos Santos Ramos
Universidade de Lisboa (ULISBOA)

A todas as pessoas comuns e periféricas que foram vítimas da covid-19.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a todos os nossos entrevistados e interlocutores, em especial, Tia Cláudia, pelo tempo concedido.

Aos meus queridos pais, José e Geovana Maria, pelo apoio e amor incondicional.

À professora Dr.ª Irlys Alencar Firmo Barreira, pela excelente orientação acadêmica, pelo exemplo profissional e pela confiança em nosso trabalho.

Aos professores participantes da banca examinadora, pelo tempo, pelas valiosas colaborações e pelas sugestões.

Às professoras Dr.ª Glória Diógenes e Dr.ª Danyelle Nilin, que me acompanharam durante o curso de doutorado e tiveram um importante papel na escrita desta tese.

Ao professor Dr. Vasco Ramos, ao Grupo de Investigação LIFE e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pela recepção, apoio e contribuição no desenvolvimento do trabalho de tese.

Ao professor Dr. Geovani de Freitas por ter descoberto o pesquisador que há em mim.

Ao professor Dr. Leonardo Sá, pelas ideias discutidas na disciplina "Natureza e Sociedade", na qual tivemos reflexões importantes para a episteme desta tese.

À professora Dr.ª Cristina Maria da Silva, pela sua compreensão humana e pela disciplina "Narrativas, grafias e trajetórias".

Aos professores Dr. Fábio Gentile, Dr. Jeovah Meireles e Dr.ª Adryane Gorayeb, pelo apoio institucional.

À diretora Rosângela Viana, da divisão de acompanhamento de bolsas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará.

Aos colegas da turma 2021 de doutorado, pelas reflexões compartilhadas.

Agradecimentos especiais ao Programa de Internacionalização (CAPES/PRINT) e ao projeto de pesquisa a ele vinculado, intitulado: "Tecnologias socioambientais e metodologias integradas na sustentabilidade territorial: alternativas comunitárias frente as mudanças climáticas".

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Mais uma noite sem dormir.
Vou lá pra rua espairecer.
Pensar na vida, refletir.
Meu Deus, o que posso fazer.
Abro a janela e não vejo o sol brilhar.
Abro a carteira, tem nada pra contar.
Mó desespero, dois filho pra criar.
Ando esquecido do lado de cá.
Uns tá com muito, mas pouco pra dar.
Guardando dinheiro pra pode ostentar.
Enquanto esse lado do mapa meu Deus.
Só história triste eu tenho pra contar.
Por isso nois canta.
Por isso eu canto.
Por isso nois canta.
O que resta é sonhar!
(Mc Marks – Céu de Pipa)

## RESUMO

Reconstituímos a história da Comunidade São Francisco e de seus moradores, desde suas origens até o período da pandemia de covid-19. Para abordar esse cotidiano, que envolve a história desse ambiente e dos seres que nele vivem, adotamos como metodologia a revisão bibliográfica, a etnobiografia, os registros em diários de campo das vivências e das conversas informais com os moradores, e os relatos de nove histórias de vida colhidos em entrevistas gravadas. No emaranhado dessa trama que se passa na região periférica da bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho, em Fortaleza-CE, narramos as sequências de vida socioambientais, reunindo, ao longo do caminho, elementos fundamentais para compreender como determinadas condições socioambientais e interafetações específicas se tornam marcos e marcadores de vulnerabilidades. Inicialmente, retratamos o ambiente da comunidade, considerando aspectos como a vegetação e o córrego, os animais não humanos, o clima, as casas, muros e grafites, as ruas de terra e o lixo acumulado, as ocupações e a renda, o transporte e a alimentação, a instituição da família, a vizinhança, a igreja e os equipamentos públicos, além das relações sincrônicas entre essas alavancas nos modos de vida. Em seguida, a partir das histórias dos que faleceram vítimas da covid-19, nos aprofundamos nas trajetórias dos moradores selecionados, por meio dos seus próprios relatos ou de seus parentes mais próximos, dos objetos que possuíam e de seus álbuns fotográficos. Ao longo dos capítulos, discutimos as particularidades de ser adulto e de ser jovem na comunidade, mencionando também, brevemente, outras histórias que cruzaram nosso caminho. Sem buscar determinantes estruturais, mas apenas contingências que se tornam casualmente apropriadas e significativas, nosso esforço qualitativo pretende contribuir sugerindo que as particularidades entre biografias e história ambiental sejam consideradas em futuros contextos pandêmicos. Como conclusões mais gerais, inferimos, pelo contraste do contexto da covid-19 com o restante das sequências de vida, que um processo de auto-organização dos cotidianos dos moradores é impulsionado diante do devir da natureza e da consciência da finitude. Essa auto-organização é teorizada como uma dinâmica fundamental da ontologia dos seres vivos. Por fim, entre as conclusões contextuais deste estudo, destacamos três aspectos centrais: a renovação da importância dos afetos e dos vínculos; o fortalecimento do papel simbólico das crianças e dos sonhos como expressão de esperança e sacrifício; e a renovação do orgulho com a lida cotidiana, colocando em alta os valores de uma vida digna.



**Palavras-chave**: auto-organização; cotidiano; covid-19; trajetórias; Maranguapinho.

## ABSTRACT

We reconstruct the history of the São Francisco Community and its residents, from its origins to the COVID-19 pandemic. To address this daily life, which encompasses the history of this environment and the beings who inhabit it, we adopted bibliographical reviews, ethnobiography, field diary records of residents' experiences and informal conversations, and nine life stories recorded through interviews. Within this tangled web, set in the peripheral region of the Maranguapinho River basin in Fortaleza, Ceará, we narrate the life sequences, gathering, along the way, fundamental elements to understand how certain socio-environmental conditions and specific interaffectations become milestones and markers of vulnerability. Initially, we portrayed the community environment, considering aspects such as vegetation and streams, non-human animals, climate, houses, walls and graffiti, dirt roads and accumulated trash, occupations and income, transportation and food, the institution of family, neighborhood, church, and public facilities, as well as the synchronous relationships between these levers in ways of life. Next, based on the stories of those who died from COVID-19, we delve deeper into the trajectories of the selected residents, through their own accounts or those of their closest relatives, the objects they owned, and their photo albums. Throughout the chapters, we discuss the particularities of being an adult and a young person in the community, also briefly mentioning other stories that crossed our path. Without seeking structural determinants, but rather contingencies that become incidentally appropriate and meaningful, our qualitative effort aims to contribute by suggesting that the particularities between biographies and environmental history be considered in future pandemic contexts. As more general conclusions, we infer, by contrasting the context of COVID-19 with the rest of life's sequences, that a process of self-organization of the residents' daily lives is driven by the become of nature and the awareness of finitude. This self-organization is theorized as a fundamental dynamic of the ontology of live beings. Finally, among the contextual conclusions of this study, we highlight three central aspects: the renewed importance of affection and bonds; the strengthening of the symbolic role of children and dreams as expressions of hope and sacrifice; and the renewal of pride in everyday life, raising the values of a dignified life.



**Keywords**: covid-19; daily life; life story; Maranguapinho; self-organization.

## LISTA DE FIGURAS


Figura 1 — Capturas de tela de conversas por WhatsApp com Dona Cláudia…….. 64

Figura 2 — Comunidade São Francisco nas margens do córrego da bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho……. 76

Figura 3 — Bacias hidrográficas de Fortaleza-CE, com indicações da Bacia do Rio Maranguapinho e da Comunidade São Francisco…… 78

Figura 4 — Imagem de uma carnaúba nativa que ainda resiste na região metropolitana que circunda a cidade de Fortaleza……... 79

Figura 5 — Córrego da São Francisco em um dos pontos de seu percurso dentro da várzea…….. 80

Figura 6 — Córrego da São Francisco no ponto que sai da Comunidade e segue no seu percurso dentro da várzea…….. 82

Figura 7 — Registro de lazer nas margens do córrego da Comunidade São Francisco.. 83

Figura 8 — Autorização de escritura de loteamento na várzea do Rio Maranguapinho…… 86

Figura 9 — Casa 584 na Comunidade São Francisco, em 2012, com antena de televisão no telhado……. 90

Figura 10 — Casa 584 na Comunidade São Francisco, em 2022, com estátuas da fauna da Várzea no telhado…… 91

Figura 11 — Mural da Comunidade São Francisco cobrando vacinas na Rua Humuarara……... 93

Figura 12 — Código QR para áudio de moradora sobre atividade do CCBJ durante a pandemia de covid-19…….. 95

Figura 13 — Código QR para áudio da noite dos sapos e grilos no inverno da várzea do Maranguapinho em 2022…… 97

Figura 14 — Código QR para vídeo da interação de gaviões-carijós em 2021…… 98

Figura 15 — Código QR para vídeo de um casal de Carcarás sobrevoando a Várzea do Maranguapinho em 2022……. 99

Figura 16 — Inseto multicolorido de espécime desconhecida encontrado na Várzea….. 100

Figura 17 — Escorpião encontrado no banheiro de um morador da Comunidade São Francisco……. 101

Figura 18 — Captura de imagem do Aglomerado Subnormal João XXIII segundo o IBGE…… 105

Figura 19 — Fotografia de moradores idosos conversando sentados numa pracinha da Várzea em 2020……... 113

Figura 20 — Registro da utilização das calçadas da Rua João XXIII na Comunidade São Francisco, durante a pandemia de covid-19……. 115

Figura 21 — Grafite dentro do Centro Cultural do Bom Jardim com crianças empinando pipas……. 116

Figura 22 — Seguimento do córrego da São Francisco com concentração de entulho e lixo…….. 119

Figura 23 — Pilha de lixo no cruzamento entra a Rua Umuarama e a Avenida H…….... 121

Figura 24 — Fotografia da lesão do bicho-do-pé em um morador da São Francisco….. 125

Figura 25 — Fotografia da família de Seu Luciano e sua família na festa de Ano-Novo em 2019…….. 134

Figura 26 — Dona Vaneide em um de nossos encontros em sua casa na Comunidade São Francisco……. 136

Figura 27 — Fotografia da sala de estar da casa de Dona Vaneide na Comunidade São Francisco……. 142

Figura 28 — Fotografia de um dos filhos, como noivo numa quadrilha junina, exposta em cima de uma bancada na sala de Dona Vaneide……. 144

Figura 29 — Fotografia da oficina de Seu Luciano e agora dos filhos, na parte de baixo da casa da família……... 148

Figura 30 — Pôster pendurado na entrada da sala da casa de Wilma, em memória de Renata Ripardo…… 160

Figura 31 — Wilma junto do pesquisador, na sala de sua casa na Comunidade São Francisco……. 161

Figura 32 — Fotografia de Wilma e seu filho, torcedores do Fortaleza, exposta no CCBJ……... 165

Figura 33 — Fotografia de uma casa na Rua João XXIII, com uma placa anunciando venda de sabão líquido…… 183

Figura 34 — Código QR para áudio de sons dos vendedores ambulantes no cotidiano da Várzea……. 184

Figura 35 — Ambulante de bicicleta vendendo frutas para um senhor na rua, ambos usando máscara……... 185

Figura 36 — Seu João posando para a foto em frente ao portão de sua casa na Comunidade São Francisco……. 195

Figura 37 — Dona Cláudia em uma oficina de sabão caseiro no CCBJ…….. 212

Figura 38 — Código QR de vídeo do “culto das crianças”, no Ministério Missão para Cristo, em 2021…… 225

Figura 39 — Código QR de um vídeo de Cláudia caminhando por sua rua, com

sobreposição de áudio sobre a articulação comunitária promovida pelo CCBJ…… 228
Figura 40 — Camila sorrindo para a câmera em uma visita a casa de Dona Cláudia…... 237
Figura 41 — João Victor em frente ao portão da casa na qual a família paga aluguel….. 256
Figura 42 — Fotografia familiar com os pais e irmão mais velho de João Victor, em 2013……. 261
Figura 43 — Código QR para áudio de homenagem feita em razão do aniversário de Dona Socorro em 2023…… 283
Figura 44 — Código QR para vídeo do Dia das crianças organizado pela própria comunidade São Francisco em 2021……... 341
Figura 45 — Fotos de diferentes tipos de elementos e materiais referentes ao uso das máscaras de proteção facial……. 350

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| ANPOCS | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais |
| AVC | Acidente Vascular Cerebral |
| BPC | Benefício Assistencial de Prestação Continuada |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior |
| CCBJ | Centro Cultural Grande Bom Jardim |
| CEASA | Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima |
| COVID-19 | Coronavirus Disease 19 |
| DLIS | Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EJA | Programa de Educação de Jovens e Adultos |
| FECOP | Fundo Estadual de Combate à Pobreza |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICS | Instituto de Ciências Sociais |
| IPECE | Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OXFAM | Oxford Committee for Famine Relief |
| PCR | Polymerase Chain Reaction |
| PENSSAN | Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar |
| PROUNI | Programa Universidade para Todos |
| RFFSA | Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima |
| SARS-CoV-2 | Síndrome Respiratória Aguda Grave causada por Coronavírus Dois |
| SECULT/CE | Secretaria de Cultura do Estado do Ceará |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TUF | Torcida Uniformizada do Fortaleza |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UECE | Universidade Estadual do Ceará |
| ULISBOA | Universidade de Lisboa |
| UNICEF | United Nations International Children's Emergency Fund |
| UPA | Unidade de Pronto Atendimento |
| UTI | Unidade de Tratamento Intensivo |
| UV3 | Unidade de Vizinhança Três |

**SUMÁRIO**


| | | |
|---|---|---|
| **1** | **INTRODUÇÃO: NATUREZA, COTIDIANO E SEQUÊNCIAS DE VIDA EM TEMPOS DE COVID-19…….…….** | 17 |
| **1.1** | **Socioanálise dos caminhos epistêmicos e metodológicos desta pesquisa…..** | 33 |
| **1.2** | **Sobre o encadeamento metodológico na práxis desta pesquisa…….** | 61 |
| **2** | **A HISTÓRIA ECOLÓGICA DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO: *LOCUS*, SENSIBILIDADES E VULNERABILIDADES……...…….** | 75 |
| **2.1** | **A reconstituição da sequência socioambiental da Comunidade São Francisco…….……..** | 81 |
| **2.2** | **Alguns moradores não-humanos da várzea do Maranguapinho e da Comunidade São Francisco…….…….** | 96 |
| **2.3** | **O presente em tempos de pandemia: a multifatorialidade das vulnerabilidades……..…….……...……** | 102 |
| **3** | **A NOITE COTIDIANA: HISTÓRIAS E SABEDORIAS DOS QUE MORRERAM PELA COVID-19…….** | 130 |
| **3.1** | **Memórias de Seu Luciano: narrações de Dona Vaneide e das coisas do marido……** | 133 |
| **3.2** | **O luto da família Ripardo: Wilma perdeu irmã e cunhado de uma só vez.** | 159 |
| **4** | **A TARDE COTIDIANA: GARRA E LUTA DOS ADULTOS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO…….** | 182 |
| **4.1** | **Seu João: a lagoa e a portaria de condomínio……** | 194 |
| **4.2** | **Dona Cláudia: o Centro Cultural do Bom Jardim e a Igreja……...** | 211 |
| **4.3** | **Camila: o vício em crack e a filha grávida na adolescência….…….** | 236 |
| **5** | **A MANHÃ COTIDIANA: SAÍDAS E ESPERANÇAS DOS JOVENS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO.....……...** | 245 |
| **5.1** | **João Victor: a bicicleta de entrega e o abandono escolar……..** | 255 |
| **5.2** | **Gleydson: família, crime e cadeia……...** | 281 |
| **6** | **COTIDIANO E AUTO-ORGANIZAÇÃO: HORIZONTES DE VIDA E DE MORTE……..** | 304 |
| **7** | **CONSIDERAÇÕES FINAIS……..** | 368 |
| | **REFERÊNCIAS .....** | 406 |
| | **APÊNDICE A – TRECHOS DE DIÁRIOS DE CAMPO…….** | 411 |
| | **APÊNDICE B – MOSTRA DO ACERVO MULTIMÍDIA……...** | 421 |
| | **APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO……..** | 425 |

# 1 INTRODUÇÃO: NATUREZA, COTIDIANO E SEQUÊNCIAS DE VIDA EM TEMPOS DE COVID-19

> Estamos sendo levados pela correnteza em um grande oceano de espaço e tempo. […] Cada criatura em cada mundo, até a estrela mais remota, deve a sua existência ao grande curso, às forças implacáveis da natureza[1]. (Carl Sagan)

Em 2020, um ano antes mesmo do ingresso no doutorado, começávamos a esboçar o projeto de pesquisa que hoje se concretiza nesta tese. Naquele momento, tudo era ainda bastante impreciso, e a intuição inicial que nos movia era vaga: investigar o cotidiano ecológico da várzea do Rio Maranguapinho, situada na região periférica de Fortaleza–CE, onde vivemos. Em especial, tínhamos o desejo de nos debruçar sobre um dos núcleos populacionais dessa região: a Comunidade São Francisco, pois esse território é onde vivem nossos familiares e amigos de infância, e com o qual mantemos uma relação de presença e pertencimento. No entanto, ainda não sabíamos como articular, de modo consistente, a dimensão do cotidiano com as trajetórias de vida que nele se inscrevem.

Aos poucos, então, fomos reunindo elementos essenciais da vida cotidiana e ambiental em análise. Inicialmente, procurando recompor a complexidade necessária à compreensão das condições socioambientais desse cotidiano. Desse modo, consideramos aspectos como os da vegetação e do córrego; dos animais não humanos; do clima; das casas, muros e quintais; das ruas de terra e do lixo acumulado; das ocupações e da renda; do transporte e da alimentação; da instituição da família; da vizinhança; dos equipamentos públicos e das igrejas, além das relações sincrônicas entre esses elementos nos modos de vida e no cotidiano.

Contudo, diferentemente dos estudos epidemiológicos quantitativos, que operam com variáveis socioeconômicas agregadas, como o índice de Gini, e demonstram desigualdades de forma abstrata (FIGUEIREDO *et al*., 2020), nossa abordagem qualitativa sentia a necessidade de se compreender também as singularidades desse cotidiano por intermédio das histórias de vida. Sentíamos que precisávamos entender, igualmente, como as particularidades dos moradores se cruzavam com o cotidiano socioambiental da várzea, evidenciando os impactos concretos e desiguais do ambiente (e, mais tarde, do contexto da pandemia de covid-19) sobre a história dessa comunidade periférica historicamente vulnerabilizada.

1 Frase dita na série “Cosmos”, episódio “Viagens no espaço e no tempo”, 1980.

Por isso, ao longo desses cinco anos de pesquisa que se seguiram, aquela ideia germinal de cotidiano foi sendo refletida, confrontada e aprimorada, até que nosso olhar sociológico passou a reconhecer que as trajetórias de vida são moldadas nas experiências do cotidiano e vice-versa. Ou seja, a experiência de vida e de morte que se forja nas afetações mútuas do cotidiano, muitas vezes imperceptível em sua banalidade, é também o lugar de produção desse cotidiano e das histórias de vida. Portanto, sugerimos ser possível estudar o cotidiano por meio do resgate genealógico das histórias socioambientais produzidas nele, pois as histórias dos seres se constroem na história ambiental e vice-versa.

Assim, o cruzamento entre cotidiano e trajetórias de vida viria no processo em que observávamos como as condições socioambientais cotidianas se tornavam, além de marcadores de vulnerabilidades e resistências nas histórias de vida, também marcos da própria produção desse cotidiano e das sequências de vida contidas nele.

A partir daí, compreendemos que investigar o cotidiano da Comunidade São Francisco implicava também mergulhar na história de seu ambiente e dos seres que o habitam. Mais do que isso: investigar o cotidiano era, para nossa pesquisa, investigar as próprias relações que constituem esse ambiente e os modos de existência que dele emergem. Dessa forma, o estudo ganhou contornos mais definidos e passamos a nos dedicar ao objeto do cotidiano pela reconstrução da história socioambiental da Comunidade São Francisco e dos seres que nela vivem, desde próximo das origens desse ambiente e de seus moradores, até o marco final da pandemia de covid-19[2], contexto que vivíamos durante a pesquisa.

Por conseguinte, inspirados pela densidade do cotidiano e atentos às contingências que também moldaram nossa própria trajetória, fomos conduzidos à escolha de um estudo de caso (YIN, 2005), capaz de dar conta desse entrelaçamento entre história, ecologia e experiência vivida. Nossa investigação, então, passou a ser guiada por duas perguntas fundamentais: como acontecem e se subjetivizam as produções do cotidiano e das histórias de vida dos moradores da Comunidade São Francisco, no devir da natureza do ambiente em que se encontram? E que vulnerabilidades podem ser identificadas nessas produções quando confrontadas com o contexto da pandemia de covid-19?

Tais perguntas surgiram da constatação de que a dificuldade inicial do projeto nascia de uma dissociação entre cotidiano e trajetórias de vida. Tratávamos esses dois elementos como instâncias separadas, quando, na verdade, essa separação refletia uma forma

2 Abreviação para "*Coronavírus Disease* 19", que se refere à doença causada pelo vírus SARS-CoV-2 e que virou sinônimo de pandemia.

de percepção enraizada na modernidade, que nos leva a conceber o ser humano como apartado da natureza. Era preciso, portanto, reintegrar as trajetórias de vida ao tecido do cotidiano.

Inspirados pela frase do astrobiólogo Carl Sagan, que serve de epígrafe a esta introdução, aproximamos os conceitos de cotidiano e trajetória de vida a partir da proposta de resgatar a percepção do ser humano como parte inseparável da natureza e de seu fluxo contínuo ("grande curso"). Tal perspectiva estruturou o caminho epistemológico desta tese e o estudo aqui desenvolvido se inscreveu, assim, como uma tentativa de virada ontológica (SÁ JUNIOR, 2014): um deslocamento em relação às concepções tradicionais que separam natureza e humanidade, como se fôssemos entes externos ao ambiente que habitamos.

Esse deslocamento nos levou a uma constatação reveladora: mesmo entre os pares acadêmicos, havia certa resistência em aceitar um objeto de pesquisa que articulasse simultaneamente cotidiano e trajetória de vida. A dificuldade estava encrustada no próprio modo como fomos educados a separar esses movimentos para "recortar" e esvair a vida de nossos objetos: o cotidiano, como domínio apenas do presente; e as trajetórias de vida, como marca exclusiva do passado. O obstáculo era a própria percepção.

Para ilustrar esse problema de percepção, recorremos a uma analogia inspirada na física. A Lei da Inércia, por exemplo, afirma que um corpo em movimento uniforme tende a permanecer em movimento. Contudo, muitas vezes esquecemos que essa "lei" só se sustenta a partir do ponto de vista do observador, e que ela nada mais é do que uma resposta à maneira como, enquanto animais e parte da natureza, apreendemos a realidade. Do contrário, sob a referência do próprio objeto, ele estaria sempre em repouso, pois um objeto em movimento constante não percebe que está em movimento. A constância só é notada quando há uma mudança e é essa variação que torna algo perceptível.

Não por acaso, por esse mesmo motivo, o senso comum da percepção cotidiana leva qualquer ser humano a acreditar que está parado, ainda que, sem perceber, esteja se movendo com a Terra a uma velocidade de aproximadamente 1.700 quilômetros por hora em seu próprio eixo. Além disso, sem perceber, junto ao planeta, orbitamos o Sol a cerca de 107.000 quilômetros por hora e, em um movimento ainda maior, giramos com o Sistema Solar a aproximadamente um milhão de quilômetros por hora em relação ao centro da galáxia, avançando em direção ao Grande Atrator de Laniakea[3].

3 Cf. Disponível em: https://super.abril.com.br/tecnologia/terra-viaja-a-um-milhao-de-quilometros-por-hora/. Acesso em: 19 mar. 2025.

Por isso, este trabalho insistiu na urgência de um câmbio perceptivo. Mais do que propor novos paradigmas, notamos ser necessário reaprender a ver as relações entre ser humano e natureza, e entre cotidiano e trajetórias de vida, como uma continuidade e não como campos apartados. Tivemos que considerar que essas coisas eram dimensões entrelaçadas de um mesmo movimento existencial, e isso tinha que estar também na forma como pesquisávamos e na forma como exporíamos as informações no texto da tese.

Afinal, nossos desafios operacionais passavam pelo fato de que, da mesma forma, essas limitações perceptivas também se manifestam na experiência cotidiana e na maneira como vivemos e registramos nossas próprias histórias de vida. Vivemos tanto que, ao longo do tempo, nosso cérebro não consegue armazenar cada dia em detalhes. Diante disso, quando perdemos a noção do tempo, o que nos resta são coleções fragmentárias, como álbuns de memórias, a partir dos quais construímos narrativas baseadas na percepção. Por isso, ao trabalharmos com histórias e trajetórias cotidianas de vida nesta tese, enfrentamos desde o início o desafio de recompor esses lapsos temporais e acessar tais narrativas, ao mesmo tempo que tentávamos adaptar a realidade fugidia da contingência em estudo, ao formato imóvel de um trabalho acadêmico.

O paradoxo nesse desafio, portanto, era que, mesmo sem conseguir lembrar tudo o que já vivemos, raramente sentimos que já vivemos o suficiente. Ou seja, o estado de senescência em que alguém declara ter vivido demais é raro. Sempre queremos mais tempo, mais experiências, mesmo que nossa memória não as retenha por completo. E, curiosamente, essa também é a experiência da construção de uma tese. Nossos trabalhos de pesquisa e escrita parecem sempre incompletos e se esbarram, positiva e negativamente, em nossas próprias percepções.

Além disso, o inevitável, tendo o cotidiano como objeto, é que ele, assim como as histórias de vida nele contidas, também só se torna plenamente visível no instante em que é interrompido, deslocado ou perturbado pelo pesquisador. Em outras palavras, essa busca pela mudança na constância vale tanto para o ser que é percebido no restante do “grande curso” do espaço-tempo — já que não é possível uma separação real entre ser e natureza, senão em percepção — quanto para a forma como o pensamento humano reflete e apreende a realidade à sua volta, desde que nós próprios também fazemos parte desse todo em constante movimento.

Melhor dizendo, o desafio geral da percepção não afeta apenas nossa

compreensão individual da vida, mas também restringe o próprio trabalho da ciência, que muitas vezes se ancora em paradigmas imutáveis, ignorando a fluidez e a constante transformação da realidade. Com isso, queremos dizer que a percepção, além de ser fonte de limitações, é também a chave inescapável para a apreensão da realidade. Enquanto dimensão indissociável de toda produção humana, a percepção constitui uma grande intimação às nossas contingências, mas nunca uma maldição. Afinal, aquilo que foi historicamente construído ao longo de nossas sequências de vida também pode ser desconstruído por meio de novas reflexões.

Portanto, nas indagações que circundaram este estudo, para resolver a dissonância perceptiva que identificamos entre a compreensão do "grande curso" do universo e a conceituação padrão sobre o cotidiano e as trajetórias de vida, tornou-se necessário realinhar essas definições dentro do campo sociológico.

Ao contrário de diversos paradigmas que afirmam, cada qual, uma realidade, suas leis gerais e verdades únicas, uma lente dissensual surgiu para nós nessa tarefa de realinhamento, ao adotarmos a percepção da **realidade como ubíqua**, ou seja, que acontece ao mesmo tempo, em toda parte do universo, sempre de maneira contingente.

Para nós, isso significava dizer que era preciso integrar o campo sociológico do cotidiano ao fato de que uma explosão de supernova no espaço acontece ao mesmo tempo, em que um garfo de alumínio cai da pia no chão da cozinha, em um dia comum de uma pessoa aqui na Terra. Ou seja, que as histórias de vida acontecem ao mesmo tempo, em que o cotidiano ocorre, e que ambos comungam da mesma contingência.

Era justamente esse alinhamento da percepção que precisava ser tomado pelos conceitos de cotidiano e de trajetórias de vida em nossa sociologia. Afinal, saber que estamos, cada qual, relativamente no mesmo fluxo de expansão do universo, em uma mesma viagem no tempo e no espaço, leva a conclusão de que uma delimitação de início e fim de um devir cotidiano, apenas pode ser feita pelo ponto de referência próprio da história das afetações em que ele se envolveu e do desenvolvimento que teve, em um lapso espaçotemporal específico dessa viagem.

Tudo é fluxo e uma delimitação desse fluxo só pode ser arbitrária, tão arbitrária quanto a morte é para a vida. Inclusive, é justamente por isso que a própria ideia de tempo delimitado nesse fluxo é ilusória. Como disse Einstein[4] em uma carta de 1955: "A distinção

4 Cf. Disponível em: https://super.abril.com.br/especiais/o-futuro-ja-aconteceu-e-o-livre-arbitrio-nao-existe/. Acesso em: 02 abr. 2025.

entre passado, presente e futuro é só uma ilusão, ainda que persistente". Conforme sua teoria da relatividade[5], tempo e espaço existem em conjunto e, por isso, o tempo não é algo etéreo como costumamos pensar, mas também um lugar, uma dimensão por onde caminhamos sem parar. Existimos não somente no espaço, mas também no tempo, e exatamente com base nisso que Skow (2015) chega a afirmar que estamos espalhados no tempo da mesma maneira como estamos espalhados no espaço.

Isso implica que, mesmo vivendo apenas em um único momento, estamos localizados em vários outros — no passado e no futuro — como sequências que somos. Ou seja, eventos ocorrem em nossos cotidianos e trajetórias de vida, as pessoas envelhecem e assim por diante, mas esse passado não "desaparece": ele simplesmente existe em diferentes partes do espaço-tempo. Sendo precisamente esse o motivo pelo qual, se olharmos para trás no universo, podemos ver estrelas que já explodiram, mas cuja luz e imagens continuam chegando até nós, aqui na Terra, emitidas de seu passado, como se ainda existissem no nosso mesmo espaço-tempo presente.

Rompendo com a concepção de Newton de um universo imóvel, mecânico e eterno, para Einstein, o universo não é um palco estático, mas uma malha onde tudo se deforma à medida que se afeta mutuamente. Tal entendimento é provável que tenha certa influência das leituras de Darwin, cujo livro "A origem das espécies", Einstein certamente deve ter lido. Afinal, a própria dinâmica da evolução biológica das espécies, descrita pelo naturalista britânico, discorre sobre a premissa de que aquilo que está na malha deforma a própria malha.

Darwin demonstrou isso em seu célebre exemplo da coevolução entre certas orquídeas e mariposas, que se deformam ou se adaptam mutuamente. Como ele provou, somente um certo tipo de mariposa adaptada possui uma língua suficientemente longa para alcançar o néctar do proposital profundo tubo floral de certas orquídeas. Enquanto que somente uma certa espécie dessas plantas, por sua vez, consegue estrategicamente, com seu formato adaptado, fixar seu pólen na determinada mariposa e fazê-la carregá-lo até outras de sua espécie, garantindo sua polinização[6].

A Sociologia, nesse sentido, inspirada nessas semelhantes aferições que

5 Cf. Disponível em: https://parajovens.unesp.br/o-eclipse-solar-que-validou-a-teoria-da-relatividade-de-einstein/#:~:text=Na%20nova%20teoria%20de%20Einstein,qual%20%C3%A9%20a%20sua%20estrutura.. Acesso em: 24 mar. 2025.

6 Cf. Disponível em: https://butantan.gov.br/butantan-educa/mariposa-de-darwin-inseto-com-%E2%80%9Clingua%E2%80%9D-enorme-foi-previsto-pelo-famoso-naturalista-40-anos-antes-de-ser-descoberto. Acesso em: 21 mar. 2025.

transformaram as percepções nas ciências, igualmente agrega complexidade ao seu fazer científico, relacionando essa realidade em deriva e em afetação mútua, com a dinâmica constante dos relacionamentos entres os seres vivos e os ambientes, presente nas contingências de seus objetos. Desde que, qualquer objeto estudável por esse campo do conhecimento está incluído no que chamamos de "malha", que é o próprio ambiente e tudo o que está nele. Ou, conforme define Ingold (2000, p. 204):

> Esse mundo habitado – o mundo da nossa percepção – inclui a terra debaixo dos nossos pés, o céu arqueando acima das nossas cabeças, o ar que respiramos, para não mencionar a profusão de vegetação, alimentada de energia pela luz do sol, e todos os animais que dependem dela, ocupadamente absorvidos em suas próprias vidas como estamos na nossa.

Nesse alargamento da percepção sociológica, sob a ideia de deformação mútua da realidade na malha socioambiental, tanto a sociedade e a natureza quanto o cotidiano e as trajetórias de vida não devem ser compreendidos como entidades fixas ou pré-construídas, mas sim como **sequências** ou processos dinâmicos inseridos no próprio *continuum* da relação entre actantes[7] e ambientes. Por não serem separáveis nessa episteme, sociedade e natureza deveriam ser abordadas por uma sociologia do cotidiano, especificamente alinhada à perspectiva do "grande curso", que enxerga o pulsar das pressões ambientais e das agências individuais em seu objeto sociológico, sem se ancorar em determinismos imóveis de ambos os lados. Semelhantemente ao que descreveu Certeau (1974, p. 19), ao falar da cultura, que, ao mesmo tempo, em que é "condicionada pelos lugares, regras e dados", também representa "uma proliferação de invenções em espaços circunscritos", não se reduzindo a um mero resultado de determinações estruturais, conceituais ou de escolhas individuais.

Portanto, essa necessidade de tratamento processual ou serial do cotidiano surge como reflexo dessa percepção que fundamentou este trabalho, de que, na realidade em que vivemos, toda existência é mútua e está em constante deriva no fluxo. Para nós, toda história de vida é uma deriva, na qual sempre deixamos para trás algo que deforma o espaço-tempo do ambiente, enquanto incorporamos novas deformações em nossos próprios corpos e mentes individuais. Nosso cotidiano, nesse sentido, longe de se configurar como uma trajetória fixa, se apresenta mais como uma sequência de espaço-tempo de vida em "devir", conforme esse conceito desenvolvido por Deleuze e Guatarri (1996) para pensar as relações humanas e a

7 Em Latour (2012), a palavra actante é resgatada para referirmos tanto aos agentes humanos, como aos agentes não humanos, que incluem ferramentas, objetos, outros animais e "paisagens naturais" como também capazes de agência.

natureza.

Desse modo, a problematização central que fazemos em nossa pesquisa foi justamente essa relação de equiparação que identificamos entre cotidiano, trajetória de vida e devir socioambiental. Nessas correlações, não se pode falar de realidade, de existência ou de sequência de vida, sem falar de cotidiano, pois defendemos ser nos acontecimentos da vida cotidiana, em sua relação com o devir da malha espaço-temporal do ambiente, que se reflete a construção real de uma biografia, e não através dos registros em cartório. Essa é a conexão direta que estabelecemos entre realidade, cotidiano e sequência de vida, pois o cotidiano é justamente esse ponto de interseção entre a vida individual e o contexto socioambiental.

A nosso ver, nossos cotidianos deformam as nossas histórias de vidas e, por isso mesmo, assemelham-se às nossas próprias existências, pois como afirma José Machado Pais (2015, p. 85): "Embora a existência, seja sempre um projeto que ultrapassa o horizonte do presente, a sua dimensão temporal [inescapavelmente] tem de ser vivida no dia a dia". Assim, contrariando a interpretação simplista que restringe o cotidiano e as trajetórias à vida privada e linear, como na concepção de sequência de vida que é herdada do registro civil, pelo contrário, a existência de um ser é um emaranhamento de suas linhas com as do ambiente, em múltiplas direções.

Nesse sentido, embora as produções dos nossos cotidianos e das nossas histórias de vida não se esgotem nas presenças imediatas, carregando as suas dimensões socioambientais passadas e suas projeções de futuro que as impulsionam, elas também são atravessadas por eventos e contingências do agora que as redimensionam. De maneira homeostática, o cotidiano é tanto a adaptação ao ordinário quanto ao extraordinário do devir, assim como adaptamos nossas trajetórias de vida ao esperado e ao inesperado da realidade: "a vida quotidiana é também o espaço do ingovernável, donde pode surgir o imprevisível, o aleatório, o imprevisto. […] Do quotidiano faz também parte o excepcional, a aventura, o inesperado, o sonho" (ib., p. 83).

Como também notou Sagan: "tanto o insignificante como o extraordinário são arquitetos do mundo natural"[8]. Seja um maremoto avassalador, em poucas horas, ou uma gota d'água, ao longo de anos, ambos provocam transformações na realidade. E, nesse sentido, por mais que os exemplos do movimento uniforme e da sensação de estarmos parados enquanto o planeta gira sejam eficazes para ilustrar as limitações perceptivas, foi o contexto da pandemia de covid-19 que, na prática, nos levou a uma outra percepção da natureza e do cotidiano.

8 Cf. Série "Cosmos", episódio "A espinha dorsal da noite", 1980.

Como um maremoto extraordinário, a pandemia da covid-19 (2020-2023) representou uma quebra de constância, abrindo as portas da percepção para os movimentos que antes nos pareciam estáticos.

A relação entre o cotidiano e a pandemia nesta tese, portanto, seguiu essa mesma lógica entre o devir estabelecido e o devir contrastante coexistindo na construção do real. Sendo, justamente, esse evento, que nos forçou a enxergar de outro modo. A natureza apareceu. A interdependência entre humanos, vírus, clima e território tornou-se inescapável. E nos momentos de proximidade com o objeto, descobrimos que, por vezes, sequer notávamos o ambiente em que vivíamos. Ignorávamos os animais não-humanos que estavam aqui antes do novo coronavírus silenciar a cidade e esvaziar as ruas, além dos ritmos e movimentos que nos envolviam e que nem reconhecíamos como ações próprias do ambiente.

A pandemia da covid-19 provocou essa fratura na percepção, fazendo com que o próprio movimento do cotidiano se revelasse diante da sua suspensão. Com um caráter transversal, essa pandemia se impôs como um evento global e, de forma contingente, impulsionou a emergência da perspectiva ecológica, reposicionando o cotidiano humano de forma que não fosse mais pensado fora do ambiente e da complexidade de suas histórias de vidas. Como um fato social total, na perspectiva de Marcel Mauss (2003), a pandemia mobilizou simultaneamente diversas dimensões da vida, envolvendo não só a sociedade como um todo, mas também a natureza enquanto totalidade viva.

Esse evento trouxe à tona a noção de deriva e afetação mútua da malha, embora que, no mundo contemporâneo, essa percepção já era de fácil compreensão para todos, devido à consciência de que desastres climáticos, epidemias, pandemias e guerras nos afetam, mesmo que ocorram em lugares distantes. Os preços sobem, as bolsas de valores despencam, e escancara-se como nossa rotina diária depende de inúmeras outras pessoas. O isolamento imposto pelo combate à covid-19 apenas foi mais intensamente único em mostrar que, mesmo nas pequenas coisas do dia a dia, somos profundamente interdependentes com os outros seres e com o restante da natureza. Por isso, podemos dizer que, através desse evento, a constatação da "interafetação" se torna mais indubitável: curvamos o espaço-tempo e simultaneamente somos curvados por ele. A cada segundo, algo nos marca e, ao mesmo tempo, deixamos nossas marcas no mundo. Essa é talvez a dimensão mais vital da existência e, portanto, do cotidiano. Sendo, por isso, que nos apoiamos nesse conceito ao longo desta tese.

A pandemia da covid-19, inclusive, também evidenciou seu próprio problema de

percepção. Tratamos os desastres ambientais como se a natureza fosse a vilã das tragédias, e não a vítima. Presos a uma essência imóvel das catástrofes, ignoramos a sequência anterior dos eventos, na qual a destruição causada pela exploração lucrativa do meio ambiente levou ao desequilíbrio ecológico. Enxergamos a pandemia, mas negligenciamos o desmatamento e a extinção dos ecossistemas, que colocam animais selvagens e os vírus desconhecidos que eles carregam, em contato com os humanos, à medida que as cidades avançam sobre territórios naturais intocados.

Eduardo Galeano, em uma palestra[9] sobre seu livro "*Los hijos de los días*", já havia notado essa contradição: enquanto corporações são reconhecidas como pessoas (jurídicas) e sujeitos de direitos humanos, não conseguimos enxergar a natureza e os demais seres vivos sob o mesmo estatuto. Ou seja, ao perceber o ambiente e a natureza como um palco imóvel, deixamos de reconhecê-los como portadores de uma sequência de vida em devir — uma perspectiva essencial ao nosso estudo.

Assim como o cotidiano é composto por múltiplos fatores não determinísticos, a pandemia de covid-19 também deveria ser entendida como um fenômeno complexo que vai muito além da emergência de um novo vírus. Nosso argumento, portanto, é que, independentemente das questões levantadas, é essencial reconhecer que tanto os cotidianos de vida quanto a própria pandemia possuem sequências ou trajetórias históricas e genealógicas. Por exemplo, quando a pandemia do novo coronavírus teve início, o mundo já vivia diversas pandemias silenciosas, impulsionadas por desigualdades socioambientais. As pessoas não apenas precisaram readequar suas rotinas e trajetórias diante dos desafios impostos por essa pandemia, como também continuaram enfrentando vulnerabilidades já presentes no seu "cotidiano ordinário" (CERTEAU, 1998).

A chegada da covid-19 funcionou, assim, como um catalisador dessas crises preexistentes, ampliando e interconectando problemas que já estavam em curso. Consequentemente, como uma bola de neve, a crise sanitária se transformou em uma crise múltipla (MORIN, 2020), evidenciando como as sequências dos seres estão profundamente entremeadas com seus cotidianos ambientais.

Por isso, em nossa pesquisa, desde o começo, sentimos a necessidade de levar em conta múltiplas características socioeconômicas, culturais e geográficas da Comunidade São Francisco e de traçar esses marcadores ou alavancas de seu cotidiano. Pois, nos territórios

9 A palestra completa está disponível em: https://youtu.be/0cnwJkqDMrI?si=1JB2Pf9tGHn2DFwL. Acesso em: 02 abr. 2025.

periféricos, além dos moradores enfrentarem dificuldades com habitações apertadas e mal ventiladas, muitas vezes compartilhadas entre mais de uma família, eles também lidam com acesso limitado a saneamento, coleta de lixo e água tratada, bem como com o aumento do custo dos alimentos e dos produtos de limpeza ou higiene. Além disso, são esses mesmos moradores que, por necessidade, continuam circulando pelos espaços de maior risco de contágio, seja porque permanecem em subempregos e utilizam transportes públicos, seja porque estão desempregados, ou porque dependem das oportunidades diárias de renda na informalidade das ruas, ou ainda, porque dependem do serviço público e dos espaços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, embora nosso foco de estudo não tenha sido a pandemia de covid-19 em si, ela surge como uma atmosfera que aparece e desaparece constantemente no texto, pois seu impacto nos serviu como um contexto marcador fundamental para uma nova percepção epistêmica socioambiental e para a compreensão mais complexa das trajetórias de vida e dos cotidianos periféricos que tínhamos em mente. Enquanto evento no contexto da pesquisa, ela delimitou um "fim" que nos permite recuperar os "inícios" dos entremeamentos e transformações das histórias de vida, sejam elas dos seres ou dos ambientes.

Por conseguinte, ao reconhecer que a história da região estudada se constrói na intersecção de todas as histórias e cotidianos dos seres que a habitam, na criação e ruptura das linhas de uma malha socioambiental, nossa abordagem científica, alinhada à virada ontológica, propõe que a experiência de vida não é vivida apenas dentro do corpo, mas no fluxo contínuo de materiais e seres (INGOLD, 1994). Cada criatura é, ao mesmo tempo, sua própria história, a história dos outros e a história do ambiente em que está inserida.

Sob essa perspectiva, a organização deste trabalho buscou entrelaçar metodologia e campo de pesquisa, teoria e experiência, fatos e envolvimentos, apresentando sua estrutura com uma forma literária que reflete o cruzamento entre os turnos de um dia cotidiano e as fases de um ciclo da vida. Propomos uma grande história que se tece com muitas outras, cruzando-se e sobrepondo-se, onde as coisas e suas tramas também percorrem esses caminhos. Afinal, raramente pensamos na história dos objetos, e em como, agora, estamos dentro das histórias deles tanto quanto eles estão na nossa. Do mesmo modo, muitas vezes não consideramos que o ambiente possui sua própria trajetória e que nossa existência faz parte dessa história.

Após esta introdução, em que apresentamos os interesses e objetivos que

impulsionaram nossa pesquisa — ancorados na retomada à natureza como campo de afetação mútua e produção de vida —, passamos mais a fundo à construção que sustenta esta investigação. No subcapítulo "1.1 Socioanálise dos caminhos epistêmicos e metodológicos desta pesquisa", fundamentamos mais profundamente a abordagem epistemológica do estudo, refletindo sobre o divórcio epistêmico entre natureza e sociedade, e apontando como nossa metodologia adotada nasce do esforço de contraposição a esse dualismo. Nesse sentido, discutimos os conceitos de contingência, malha, interafetação, alavanca e configuração, que se tornaram operativos na constituição de uma perspectiva ecológica comprometida com a inseparabilidade entre seres e ambientes. E levantamos ainda alguns questionamentos e desafios que traçaram nossos caminhos.

Em seguida, no subcapítulo "1.2 Sobre o encadeamento metodológico na práxis desta pesquisa", exploramos o entrelaçamento entre objetividade e subjetividade, revelando como nosso envolvimento afetivo com o objeto se alia ao nosso compromisso analítico. Com base em um enfoque qualitativo, apresentamos os caminhos metodológicos construídos a partir da revisão bibliográfica, da etnobiografia (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012), dos registros em diários de campo de vivências e de conversas informais com os moradores, e dos relatos de nove histórias de vida colhidos em entrevistas gravadas. Por fim, registramos elementos técnicos fundamentais para a constituição metodológica e ética deste trabalho.

No capítulo dois, "A história ecológica da Comunidade São Francisco: *locus*, sensibilidades e vulnerabilidades", partimos do ambiente periférico de várzea para recompor os elementos da grande sequência do cotidiano, isto é, a história ampla do território em estudo, de suas origens até a pandemia. A partir de nossa perspectiva ecológica, exploramos a relação entre os seres e o ambiente, resgatando a descrição do ecossistema original dos carnaubais. Caracterizamos a Comunidade São Francisco em sua conexão com a bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho e, portanto, com o córrego que a atravessa, compartilhando suas margens como seu berço. Apresentamos esse córrego poluído como o primeiro "morador" do território e como agente ativo na malha socioambiental.

No subcapítulo "2.1 A reconstituição da sequência socioambiental da Comunidade São Francisco", apresentamos a trajetória das margens do córrego que se tornaram lar para muitos à margem da sociedade de direitos. Reconstituímos a influência das oligarquias e o processo de ocupação do território pelos retirantes da seca e pelos expulsos das favelas e

cortiços do centro da cidade de Fortaleza, em decorrência das reformas sanitárias e higienistas da *Belle Époque*. Exploramos a trajetória de hibridização entre contextos rurais e urbanos. Além disso, analisamos as histórias reveladas pelas residências e suas fachadas, frutos do fenômeno da autoconstrução, característico das classes mais baixas. Constatando também o que os grafites e pichações nos muros da Comunidade São Francisco expressam sobre o ambiente, e a importância de um dos principais equipamentos culturais da região: o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ) para a história do território.

No subcapítulo "2.2 Alguns moradores não humanos da várzea do Maranguapinho e da Comunidade São Francisco", pontuamos, ainda que brevemente, as interações entre o ambiente e alguns dos habitantes não humanos que compõem a fauna local. Mencionamos sapos e grilos, formigas e insetos, gaviões e corujas, além dos escorpiões, considerando suas relações dentro desse ecossistema.

No subcapítulo "2.3 O presente em tempos de pandemia: a multifatorialidade das vulnerabilidades", chegamos à atualidade, caracterizando a Comunidade São Francisco em contraponto às descrições dos estudos oficiais contemporâneos. Analisamos suas divisões internas, destacando áreas consideradas mais perigosas, além da composição populacional jovem e sua estrutura familiar matricêntrica. Por fim, por meio de sensibilidades em relação ao que é habitual aos moradores da comunidade, abordamos as múltiplas vulnerabilidades que essas características desempenharam quando interseccionadas com os impactos da pandemia de covid-19.

No terceiro capítulo, "A noite cotidiana: histórias e sabedorias dos que morreram pela covid-19", trazemos as histórias dos moradores da Comunidade São Francisco que tiveram o fim de suas trajetórias de vida ao longo dos mais de três anos de pandemia. Como uma forma de homenagem, recolhemos os nomes de alguns desses falecidos e, por meio das narrativas de seus familiares e dos objetos que compartilharam em suas vidas, reconstituímos suas histórias.

A partir do intercruzamento entre as linhas de vida individuais e o emaranhado que forma a Comunidade São Francisco, narramos biografias que se entrelaçaram no convívio do pesquisador e que se abriram à observação, destacando as experiências de vida dos corpos mais vulneráveis nesse contexto pandêmico: os idosos e as pessoas com comorbidades. Em seguida, puxamos dois fios particulares desse emaranhado e nos aprofundamos nas trajetórias e itinerações cotidianas de dois moradores falecidos. No subcapítulo "3.1 Memórias de Seu

Luciano: narrações de Dona Vaneide e das coisas do marido", narramos a história dessa família que perdeu o patriarca diabético. No subcapítulo "3.2 O luto da família Ripardo: Wilma perdeu irmã e cunhado de uma só vez", registramos o falecimento desse casal com obesidade, hipertensão e predisposição a problemas cardíacos.

Por meio das histórias dos parentes mais próximos dos que faleceram, como Wilma e Vaneide, o capítulo três também se desdobra naquilo que o luto revela: como a perda impacta os que permanecem vivos, transformando seus cotidianos, suas relações e suas formas de narrar o mundo.

No quarto capítulo, "A tarde cotidiana: garra e luta dos adultos na Comunidade São Francisco", analisamos e discutimos o cotidiano dos moradores adultos da comunidade. Introduzimos alguns dos dilemas gerais enfrentados por eles e, em seguida, aprofundamos a narrativa das histórias de vida de três personagens específicos. Buscamos compreender suas trajetórias e suas relações com o ambiente, explorando tanto suas práticas quanto suas subjetivações da vida e da morte, sobretudo quando adoeceram pela covid-19.

No subcapítulo "4.1 Seu João: a lagoa e a portaria de condomínio", analisamos sua trajetória de vida entre o aterramento de uma antiga lagoa e o trabalho formal como porteiro. No subcapítulo "4.2 Dona Cláudia: o Centro Cultural do Bom Jardim e a Igreja", exploramos a trajetória de cuidados de nossa interlocutora central, seus sonhos e dilemas, compreendendo como ela transita entre os espaços mundanos do CCBJ e os espaços sagrados da Igreja. Por fim, no subcapítulo "4.3 Camila: o vício em crack e a filha grávida na adolescência", abordamos as dificuldades enfrentadas por Camila, marcadas pela dependência química e pelos desafios da maternidade precoce de sua filha.

No quinto capítulo, "A manhã cotidiana: saídas e esperanças dos jovens na Comunidade São Francisco", apresentamos as histórias de vida de jovens e adolescentes do território. Narramos particularidades de vida para eles na Comunidade São Francisco, compreendendo que, nos modos de existência da periferia, estão sujeitos a diversas interafetações que jovens de bairros ricos não enfrentam. Entre essas interafetações, destaca-se o fato de que muitos precisam amadurecer precocemente, assumindo responsabilidades adultas já por volta dos dezesseis anos.

Após uma breve introdução com relatos de alguns jovens, nos aprofundamos na trajetória de dois, em específico, que foram diretamente impactados pela pandemia de covid-19. No subcapítulo "5.1 João Victor: a bicicleta de entrega e o abandono escolar",

apresentamos esse jovem que abandonou os estudos para trabalhar como entregador. Já no subcapítulo “5.2 Gleydson: família, crime e cadeia”, contamos como nosso interlocutor, recentemente pai de uma menina, se viu defronte a dilemas que o levaram ao crime e, posteriormente, a cumprir pena no presídio.

No sexto capítulo, “Cotidiano e auto-organização: horizontes de vida e de morte”, analisamos como as trajetórias de vida dos moradores selecionados pela pesquisa se entrelaçam com o momento da pandemia de covid-19 e, consequentemente, com seus horizontes de vida e de morte. Isso porque encontros históricos entre os humanos e os ambientes, como o da pandemia de covid-19, desvelam um medo esquecido: a vulnerabilidade da existência humana. Nesse capítulo, discutimos, como afirmou Freud (1920, p. 38, tradução nossa), que: “a meta de toda a vida é a morte”. Ao falarmos de morte, refletimos também sobre os sonhos para nossas vidas e em como ela não é apenas um fim, mas uma dinâmica diretamente ligada à produção da nossa própria existência, das nossas culturas e das maneiras perceptivas de como vemos a natureza e a nós mesmos. A morte atua como uma alavanca vital, justamente pelo fato de os seres estarem vivos e, como seres que sentem e pensam adaptativamente, eles constroem-se e recriam-se recursivamente. Nesse sentido, nesse subcapítulo, teorizamos sobre essa dinâmica ontológica que chamamos de auto-organização dos seres, nos referindo à lógica recursiva de adaptação às interafetações das intenções e condições socioambientais no devir da natureza.

Reconhecendo que essa meta inescapável da morte não acontece da mesma forma em todos os lugares, como bem lembrou Jacobs (2011), no livro “Morte e vida nas grandes cidades”, a lembrança da morte não é tão pesada nos bairros ricos e centrais, cheios de vitalidade, quanto é nas escassas ruas de uma periferia pobre. A auto-organização dos seres, portanto, é relativa ao processo pelo qual, a partir das consequências e possibilidades de sua contingência espaçotemporal anterior, um ser se adapta às interafetações da malha socioambiental do ambiente da natureza, atualizando, sua própria sequência diante da meta final da morte. A cada novo momento, essas atualizações reconfiguram não apenas o próprio ser, mas também as condições de existência dos demais e da própria malha, que seguirão se interafetando mutuamente, em um processo contínuo, recursivo e sem garantias. É dessa forma que os seres constroem cuidados, encontram e superam dificuldades, sonhando com novos horizontes.

No sétimo e último capítulo, apresentamos as conclusões gerais da tese, avaliando

em que medida conseguimos alcançar nossos objetivos de pesquisa. Chegamos à conclusão, então, de que as histórias de vida atravessadas pela pandemia revelaram três aspectos fundamentais em nossa investigação: primeiro, uma renovação da importância dos afetos e dos contatos interpessoais e comunitários, que recolocam em evidência os valores de uma vida digna; segundo, o fortalecimento da importância do papel das crianças e dos sonhos como símbolos de esperança, sacrifício e continuidade; e, por fim, a reafirmação do orgulho na lida cotidiana como expressão de resistência e dignidade, um orgulho que, mesmo na escassez, sustenta o cotidiano como potência de vida e futuro.

Ao fazer sugestões de medidas eficazes com base nas alavancas e vulnerabilidades que analisamos em nossa pesquisa, na contingência da Comunidade São Francisco, reforçamos que nosso estudo busca apoiar as gerações futuras frente ao genocídio dos mais pobres em períodos de crise. Assim, nos colocamos em contraposição à perspectiva da ideologia higienista, legitimada pela instrumentalização da ideia de que os espaços da pobreza são os espaços de origem das doenças, e nos posicionamos contra o tolhimento das possibilidades nas trajetórias de vida em razão das condições socioambientais nas cidades. Sugerimos, não apenas, que a dimensão qualitativa do cotidiano seja considerada na formulação de políticas públicas sanitárias mais eficazes, mas também que se realize um trabalho preventivo de melhoramento das condições e oportunidades socioambientais de vida nas periferias.

Conforme o fragmento da fala de um actante da Comunidade São Francisco, que diz: “A gente morre e não leva nada”, nossa tese se encerra, argumentando que somos o que nosso cotidiano é, o que nossas linhas de engate e de fuga tecem no emaranhado dessa vida que, afinal, é uma viagem sem volta, uma passagem em fluxo, independentemente da noção de vida pós-morte que os sujeitos cultivem (ou não) em seus meios.

Todos nós, a cada passo de deslocamento, compreendemos os caminhos que percorremos em nossa rotina cotidiana de existência. Sabemos das interligações e conexões que formamos nas interações socioambientais; conhecemos os fluxos de nossa cidade, do nosso bairro, da nossa rua, das nossas casas. No entanto, paradoxalmente, não somos plenamente conscientes dos fios que tecemos e dos nós que damos na malha da natureza: vínculos que se constroem não apenas pelas relações humanas, mas também pelos laços com os ambientes que nos suportam, nos sustentam e nos constituem.

Assim, que esta tese possa servir, ainda que de forma modesta, como uma

contribuição para novos estudos que aprofundem a compreensão das interafetações entre os seres humanos e a natureza. E, acima de tudo, que ajude a nutrir o desejo de construir sociedades mais justas, mais solidárias e mais preparadas para enfrentar os desafios de um mundo em permanente devir.

## 1.1 Socioanálise dos caminhos epistêmicos e metodológicos desta pesquisa

> O que é que pode fazer o homem comum. Neste presente instante. Senão sangrar, tentar inaugurar a vida comovida. Inteiramente livre e triunfante. […]
> Era uma vez, um homem e seu tempo. Botas de sangue nas roupas de Lorca. Olho de frente a cara do presente e sei que vou ouvir a mesma história porca.
> Não há motivo para festa. Ora esta, eu não sei rir à toa. Fique você com a mente positiva. Eu quero é a voz ativa. Ela é que é uma boa. (Belchior – Conheço meu lugar)

Era uma vez na relação de um homem com seu tempo, parafraseando Belchior, o ponto de partida para delimitar a configuração científica desta pesquisa. Enquanto pesquisador e morador da várzea do Rio Maranguapinho, essa é a posição mais honesta de onde partiu nosso estudo. Assim, para percorrermos os caminhos da construção epistemológica e metodológica desta tese, neste subcapítulo, nos aprofundaremos na percepção de quem caminha e nas ferramentas utilizadas para ladrilhar essa estrada.

A análise que mostraremos a seguir pavimenta nossos caminhos por meio de uma "socioanálise", também apresentada por Bourdieu (1992). Esse tipo de análise propõe uma reflexão sobre as ferramentas analíticas e sobre as condições contingentes de realização da sociologia como parte da própria sociologia. Para nós, isso significou reconhecer que, além de ter como objeto o cotidiano na várzea periférica e o contexto da pandemia de covid-19, nossa pesquisa encontrou nesse mesmo objeto e nesse mesmo contexto as suas condições de realização.

A socioanálise, segundo Bourdieu (ib., p. 152, tradução nossa), "é uma forma de escuta ativa e armada", uma análise que leva em conta os lugares no mundo social onde a pesquisa é feita, ou seja, as contingências de realização da pesquisa. Dessa forma, podemos afirmar que "contingência" foi a palavra que percorreu todo o nosso trabalho, definindo nossa episteme, nosso objeto, nosso contexto demarcador e, também, os modos de existência (LATOUR, 2013) dos nossos interlocutores na Comunidade São Francisco. Além disso, contingência foi a chave para configurar uma proposta metodológica e epistêmica que rejeita o universalismo, o reducionismo e o determinismo.

Dentro da própria análise sociológica, a socioanálise invoca um raciocínio realista, mas vai além da postura de autocrítica, ao entender que há contingências tanto no objeto quanto no próprio método. Essa perspectiva se torna ainda mais importante em nossa pesquisa, pois os cruzamentos que tem o pesquisador com o objeto, em razão das origens de sua trajetória de vida e suas itinerações nesse cotidiano socioambiental, passaram a fazer parte do próprio método. Sob vigilância crítica, a proximidade subjetiva se tornou um recurso de pesquisa para o acesso às práticas e subjetivações nas histórias de vida socioambientais em estudo.

A própria experiência na sequência de vida do pesquisador, que passou a infância brincando às margens dos "canais" da Bacia Hidrográfica do Maranguapinho e tendo o córrego que atravessa a Comunidade São Francisco como território rotineiro de passagem, foi inspiração para a constituição da episteme e da problemática desta pesquisa. Foi nesse contato com a natureza do ecossistema da várzea que emergiu nossa perspectiva ecológica e nossa percepção de que a realidade, e tudo que nela acontece, é uma sequência, um devir ou fluxo, como as águas de um rio que corre.

Entretanto, torna-se necessário explicitar com maior profundidade a episteme que sustenta esta pesquisa, a qual está estritamente vinculada à perspectiva da virada ontológica (SÁ JUNIOR, 2014), como proposta para uma percepção mais integrada com a natureza. Com esse intuito, partimos da noção de contingência para evidenciar que, no contexto dos seres actantes, toda escolha individual ou condição ambiental é, por definição, contingente. E toda contingência, por sua vez, resulta de "interafetações", isto é, do entrelaçamento de "influências" mútuas que envolvem tanto as escolhas dos próprios actantes quanto os constrangimentos do ambiente. Tal dinâmica revela, portanto, a inseparabilidade entre seres e natureza — relação que se tornou ainda mais evidente com o advento da pandemia.

Nossa interpretação do conceito de "malha" ancora-se, assim, em reflexões como as de Tim Ingold (2005, p. 107–108), para quem a vida não se dá sobre um mundo previamente montado ou estático, mas sim ao longo de trilhas de movimento, ação e percepção:

> […] o mundo não é pré-montado para ser ocupado pela vida. Ao contrário das suposições de cartógrafos e teóricos do mapa cognitivo, a vida não está contida dentro de coisas, nem é transportável. Ao invés disso, é deixada ao longo de trilhas de movimento, de ação e percepção. Portanto, todo ser vivo cresce e se estende no ambiente através da soma de seus caminhos. Descobrir o caminho é avançar de acordo com uma linha de crescimento, num mundo cuja configuração não é exatamente a mesma de um momento para o outro, e cuja configuração futura não

> pode ser completamente prevista. Caminhos de vida não são, então, predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma. E esses caminhos, longe de serem inscritos sobre a superfície de um mundo inanimado, são os próprios fios a partir dos quais o mundo vivo é tecido.

A partir dessa percepção pós-estruturalista que utilizamos como sustentáculo desta tese, compreendemos o que estamos chamando de malha socioambiental, nessa episteme que reforça a contingência e inseparabilidade entre ser e ambiente, por meio disso que chamamos de "interafetação" e que é a sua principal qualidade. Esse conceito que distingue nossa leitura da realidade pode ser melhor definido como: o comungar interdependente da experiência. Em termos mais específicos, trata-se da compreensão de que tanto as intenções de um ser quanto suas condições no ambiente são constituídas por uma rede de afetações mútuas e horizontais entre ele e o mundo ao seu redor. Assim, essa dialética entre intenções e condições é o que garante consequências e possibilidades em sua sequência, a cada momento contingencial de novas interafetações ou acontecimentos no espaço-tempo.

Para deixar claro como tratamos os termos consequência e possibilidade, recorrentes ao longo desta tese: toda consequência já foi, em algum momento, uma possibilidade; e toda possibilidade poderá vir a se tornar uma consequência. Entretanto, consequência não é aquilo que foi determinado, mas sim a continuação do devir de uma sequência socioambiental, produzida entre as escolhas dos seres e as condições do ambiente. Do mesmo modo, possibilidade não se refere a uma essência da incerteza, mas a um horizonte de futuro diretamente emergente das interafetações que compõem a sequência de um ser dentro do devir sequencial do ambiente.

Nesse fluxo dialético da realidade, intenções e condições se transformam, assim como as próprias consequências e possibilidades que delas emergem. Daí decorre a importância evolutiva da recursividade e da adaptação, o que chamamos de auto-organização dos seres, tema que será aprofundado no capítulo seis. Por ora, para nos determos no conceito de interafetação, que é vital em nossa epistemologia aqui adotada, basta-nos compreender que ele vai muito além do que uma simples "influência". Refere-se, antes, a uma interferência mútua nas dimensões físicas e simbólicas de uma contingência espaço-temporal. No caso dos seres ou actantes, sempre relativo a esse momento específico do devir, o alcance da interafetação não se restringe aos seus pensamentos ou ações, tampouco apenas ao seu corpo, mas incide profundamente sobre suas sequências, incluindo suas projeções de futuro e a maneira como esses seres reconhecem e interpretam seu passado.

Portanto, quando nos referimos às consequências e possibilidades, não estamos falando dos “efeitos do lugar” ou dos efeitos-território, tal como discutidos por Bourdieu (1997). No conceito de interafetação, diferentemente, mais do que apenas “efeitos” derivados de supostas estruturas atuando de cima para baixo, ressaltamos a mutualidade entre natureza e seres, na qual as “geografias das oportunidades” são tecidas conjuntamente com as geografias das consequências do devir, sem determinismos de qualquer uma delas.

Ao compreendermos que nenhuma dessas consequências ou possibilidades determina por si só, ao fim, a sequência gerada, podemos avançar para outro conceito fundamental desta tese: o de alavanca. Inspirados em uma ideia que absorvemos de Maturana (1996) e que desenvolvemos nós mesmos, definimos “alavanca” como quaisquer elementos ou “pertubações” que atuem como marcadores e propulsores de uma sequência de acontecimentos e probabilidades, em função das deformações mútuas da malha, sem que a determinem. Assim, o conceito de alavanca nos permite interpretar os elementos dos fenômenos sem os reduzir a causas únicas, que tolhem a complexidade do devir socioambiental.

Refletindo a multiplicidade de vetores que incidem sobre uma sequência, sejam eles dimensões socioambientais ou agências de actantes humanos e não humanos, compreendemos as alavancas como perturbações recíprocas e não determinísticas de uma deriva.

Se, por um lado, a afirmação de Arquimedes: “Dê-me uma alavanca e um ponto de apoio e eu moverei o mundo”, evidencia a alavanca como uma ferramenta muito útil, já que, na relação matemática entre comprimento, força e peso, quanto maior sua extensão, menor é a força necessária para deslocar um peso. No entanto, é justamente um detalhe muitas vezes negligenciado nessa citação que torna o conceito de alavanca metodologicamente tão instigante: Arquimedes não solicitou apenas a ferramenta, mas também um ponto de apoio. Em outras palavras, as alavancas não funcionam de forma isolada, elas dependem de um ponto de apoio para operar. Assim, tal como no plano material, a alavanca conceitual e metodológica também não atua sozinha: ela age de maneira contingente, vinculada a um movimento sociotécnico, a um ponto de apoio na malha e a outras interafetações propulsoras.

Sem que se pressuponha qualquer previsibilidade na interafetação entre a alavanca e uma sequência, reconhecemos que elementos como chuva, sol, calor, frio e tantos outros infinitesimais fatores podem vir a atuar como propulsores, dependendo da contingência.

Sendo que é somente essa contingência relativa, portanto, que pode servir de parâmetro para definir os graus de importância de cada alavanca dentro de um contexto e espaço específico.

Um exemplo expressivo da força dissensual do conceito de alavanca é observar a variação da temperatura. Na cidade de Fortaleza, nota-se que uma diferença de apenas 2°C altera significativamente os humores, as rotinas e até os raciocínios. Aqui, num clima de 26°C — considerado frio para nós — somos de um jeito completamente distinto do que quando a temperatura chega a 30°C — considerado calor. Essa diferença implica outra forma de habitar, viver e sentir a cidade, outro ritmo de vida, outra forma de interação com o ambiente e com os outros seres. Tudo isso ocorre mesmo que tais sequências, alavancadas pelos diferentes climas, também sejam simultaneamente atravessadas por outras alavancas em suas contingências, como as desigualdades socioambientais.

Por conseguinte, ao longo desta pesquisa, observamos alavancas como: alimentação, trabalho, estudo, sono, lazer, cuidado com a família, cuidado com a habitação, transporte público, higiene corporal, perda de um ente querido, adoecimento, entre muitas outras. Todas essas dimensões mostraram-se constitutivas das sequências de vida ambientais, humanas e não humanas, por meio das propulsões que cada uma desenvolveu nos cotidianos da malha socioambiental.

Assim, a partir da noção de uma realidade constituída hegemonicamente por processos ou fluxos estocásticos, na qual os acontecimentos ocorrem como sequências históricas e cada desenvolvimento implica mutuamente o campo das possibilidades, concluímos que tais implicações escapam ao determinismo das estruturas pré-construídas e ao universalismo clássico da ciência, como na antiga e artificial dicotomia entre escolha individual e condição ou desígnio ambiental.

Isso significa, por exemplo, como observamos em nosso estudo sobre os motociclistas (BARBOSA, 2020), que um actante, em sua relação sociotécnica com a motocicleta, pode desviar de outro motociclista ao lado e, ainda assim, acabar caindo em um buraco. Nesse caso, tanto a escolha do piloto quanto a presença do buraco na via são resultados contingentes e estocásticos, derivados das possibilidades e consequências produzidas pelas sequências individuais e ambientais envolvidas.

Esse exemplo evidencia com clareza como um actante que age com a intenção de fazer o bem pode, inadvertidamente, acabar gerando um mal para si. Isso revela uma realidade que nunca é neutra em essência, mas sempre valorada: uma realidade em que bem e mal estão

sempre presentes de forma relativa e ancorada a um contexto situado.

Ao mesmo tempo, o exemplo mostra como, no fluxo da malha, as trajetórias são imprevisíveis e não lineares, fazendo com que qualquer tentativa de representar essa malha — mais do que uma imagem, entre outras — seja sempre uma teorização necessariamente inacabada.

Nesse sentido, compreendemos que o real não se apresenta como um sistema de causas e efeitos estruturais e preexistentes, mas como fluxos dinâmicos marcados por uma dialética serial (PROUDHON, 1927). Nessa dialética, diferentemente da tradição hegeliana ou marxista, as antíteses não caminham para uma síntese superadora, mas desdobram-se em novas e constantes séries.

A realidade, assim, assemelha-se a uma fagocitose infinita de contingências espaço-temporais em que uma sequência engole a outra, incorporando suas consequências e possibilidades, com as quais a nova sequência terá que lidar. Por isso, nós, que fazemos parte da sequência da realidade, não podemos controlá-la ou manipulá-la completamente, ao contrário do que pretendia a ciência moderna. Esta, surgida da separação ideológica entre humanidade e natureza, e que se tornou obcecada pela precisão e pela exatidão (FEY; ROSA, 2012).

Conforme apontam Fey e Rosa (2012, p. 218), os processos ou "sistemas caóticos e não lineares presentes na natureza, na sociedade e em nossas próprias vidas, continuam muito além de permitir que se faça qualquer previsão, manipulação ou que se obtenha controle" sobre eles. Segundo os autores (ib., p. 223), "processos não-lineares são aqueles em que as equações envolvem taxas variáveis de mudança, e não taxas fixas, em que as mudanças são multiplicadas em vez de adicionadas, e pequenos desvios podem ter vastos efeitos".

Nesse sentido, o contexto demarcador da pandemia de covid-19 evidenciou com nitidez essa qualidade que chamamos de interafetação, bem como a frequência com que não percebemos que cada pequeno gesto é gerador de consequências e possibilidades. Já que, durante a emergência do novo coronavírus, fomos repentinamente impelidos a policiar cada ato que pudesse colaborar com o avanço desse inimigo invisível. Um exemplo disso foi a preocupação em cobrir a boca com o antebraço ou com o cotovelo ao tossir, ou espirrar.

Em geral, não nos damos conta de que um gesto simples feito para o outro pode mudar sua vida. No cotidiano mais imediato, é como olhar para o horizonte: não é possível ver o restante da sequência, tampouco prever as implicações que esse presente pode ter nas

possibilidades das trajetórias de vida. Da mesma forma, não sabemos quais pequenos gestos e grandes acontecimentos se conjugarão, nem para onde nos conduzirá a adaptação a esses cenários.

Tais implicações da dinâmica da realidade, que indicamos com os conceitos de interafetação, consequência e possibilidade, nos levam a pensar que a malha está, de fato, em permanente conflito e desordem. No entanto, isso não significa que a realidade esteja imersa, necessariamente, em um tipo de jogo, competição ou luta, como sugeriram outros conceitos sociológicos. As trajetórias de vida e as configurações metodológicas, bem como a própria realidade natural, não são estruturas fixas que configuram um campo onde se desenrolam essas dinâmicas, mas um próprio devir em si das dinâmicas de uma malha de fluxos em interafetação. Trata-se de uma malha que cria suas próprias chances de constituição e leitura do mundo, mas que também é afetada pelo acaso, pela incompletude e pelas incertezas desse devir.

Nesse contexto, corroboramos com Bourdieu (2010) no que se refere ao ofício do sociólogo diante da realidade que apresentamos, exigindo sempre o cuidado de reconhecer que nenhum método é evidente por si só. No entanto, nem o estruturalismo construtivista desse autor, nem o interacionismo simbólico de Mead (2022), por exemplo, situado no polo oposto do campo sociológico, apresentam aderência plena à abordagem aqui proposta, situada no entremeio entre indivíduo e sociedade, ou entre os seres e a natureza. Ambos os autores, por mais distintos que sejam, tratam a sociedade como algo preexistente aos indivíduos: o primeiro, ao afirmar de forma macroestrutural, que as atitudes individuais são socialmente condicionadas; e o segundo, ao sustentar, numa abordagem microestrutural, que a vida social é intersubjetiva.

Ainda que se considere o argumento desses autores, de base natural e biológica de que as sequências dos seres são, obviamente, mais curtas — em termos de anos de vida — do que as sequências ambientais, no plano epistêmico isso não altera em nada o fato de que sociedade e natureza se constituem junto com os indivíduos, todos os dias. Independentemente de serem os indivíduos atuais, que morrerão antes da sociedade, ou os indivíduos do passado, responsáveis pela construção da percepção de que ela já existia quando nascemos, a realidade contingente desfaz a ilusão perceptiva da preexistência, recolocando que as existências socioambientais correm lado a lado.

Entremeando novamente os polos, por mais que existam condicionamentos e

inconscientes, estes só ganham existência no próprio movimento realizado pelo devir socioambiental, sejam nas agências humanas ou dos ambientes. Nesse sentido, mesmo as instituições centenárias produzem cotidianamente sua existência, uma vez que toda forma de existência é contingente e diluída, não se adequando à clássica divisão dicotômica entre "estrutura" e agência.

Os constrangimentos sociais, nesse sentido, somente possuem valor heurístico quando estão, particularmente, vinculados às itinerações e aos movimentos que fundem actantes e malha socioambiental em uma só coisa, não reduzida a campos e sujeitos.

Sob esse prisma, a sociedade, entendida como constrangimento determinístico e como a imagem histórica de "entidade" produzida pela Sociologia — uma espécie de divinização que supostamente pairaria sobre nossas cabeças — cede lugar à compreensão de que a sociedade está entre nós, de forma subsumida. Ao mesmo tempo, o indivíduo flutuante e isolado cede lugar a um sujeito sempre interligado, situado e contingente ao ambiente de que faz parte.

Nessa perspectiva ecológica da sociedade, desmontamos as alegorias fantasmagóricas que sustentavam a ideia de um social independente, ao reconhecermos que a malha em que se desenrolam todas as questões sociais é a mesma malha da natureza. Por isso, alinhamo-nos a Ingold (2000, p. 113), ao compreendermos que não operamos sobre a natureza, mas sim mediamos "um compromisso histórico do organismo humano, em sua totalidade, com o mundo ao seu redor".

Para nós, na medida em que não há separação entre natureza e sociedade, não nos interessa reduzir a discussão a uma simples batalha de palavras, ou a uma disputa entre as figuras conceituais que têm sido utilizadas para retratar a sociedade e a natureza, tais como: estrutura, rede, sistema, consciência coletiva ou, inclusive, malha. Ao contrário disso, a importante discussão conceitual que fazemos nos interessa para expandir a representação do real, na prática, por meio da tentativa de reinclusão da dimensão ambiental em nosso objeto de estudo e em nossa episteme.

Nesse sentido, a percepção ecológica implicou, metodologicamente, nas relações que estabelecemos ao longo desta tese entre as particularidades dos relatos de vida e as estatísticas contextuais. Inspirados por um pensamento que Passeron (1995, p. 87) denominou de "misto", recorremos a esse vaivém entre a contextualização histórica e o raciocínio experimental.

Essa posição metodológica de entremeio, em socioanálise, remonta à perspectiva de ofício profissional aprendida na trajetória acadêmica do "sociólogo narrador[10]" desta tese, conforme ensinada por Almeida, Freitas e Santos (2012, p. 167):

> O ofício do sociólogo passa pela "descrição densa", pela interpretação de dados quantitativos e qualitativos, pela narrativa histórica e pela coerência teórica, sabendo que são formuladas a partir do que se imagina e se vê sobre determinada realidade. O que se tem, portanto, ao formular no pensamento a realidade observada, são interpretações, construções baseadas na experiência e na teoria, nas determinações de ordem subjetiva e objetiva. O "lápis" do cientista não produz realidades substantivas, mas constrói representações sobre o real capazes de levar à compreensão dos acontecimentos, por meio do confronto entre análises estruturais e particulares que compõem a vida…

Por isso, dentro do esforço de expressar a maior complexidade possível ao longo da escrita desta tese, os seres ou actantes socioambientais aqui narrados não se apresentam como posições fixas e inexoráveis, como propõem os estruturalismos, mas como linhas que se enlaçam, formando nós e deformações no espaço-tempo, que prendem os fluxos apenas provisoriamente, no compasso do movimento do grande curso.

Buscamos, incessantemente, que nossa percepção, fundamentada no devir da realidade, se refletisse em um método que não buscasse determinantes estruturais, mas sim apenas contingenciamentos sequenciais, compreendendo que, no ecossistema socionatural, não há rede ou estrutura preexistente. Há somente itinerações, à semelhança dos rizomas (DELEUZE; GUATTARI, 1996), que surgem e desaparecem, ativando-se e desativando-se conforme as interações em curso.

Essa dinâmica rizomática se articula com a percepção de que, na dinâmica serial da malha, toda agência de um actante conflagra uma possibilidade antiga e, ao mesmo tempo, deflagra novas possibilidades em sua sequência de vida, em virtude das mudanças simultâneas na sequência do ambiente.

Em cada uma dessas interafetações, nas quais um ser se adapta, instante após instante, dentro de um conjunto delas, são descartadas outras séries de potenciais consequências e possibilidades que não se realizam. Isso conduz, de maneira fatorial, a novos instantes igualmente marcados por novas possibilidades e consequências, prolongando a sequência em deriva que constitui a malha socioambiental.

Para compreendermos melhor essa perspectiva de dialética serial e a fatorialidade

10 Essa designação surge em Almeida, Freitas e Santos (2012, p. 161), como uma alternativa "[…] de não perder da vista e da mente do sociólogo a sua capacidade de produção, não apenas escrita, mas também oral: o espírito do narrador".

das interafetações na malha, podemos recorrer à analogia de um baralho tradicional com cinquenta e duas cartas. Existem cinquenta e dois fatorial (52![11]) jeitos de embaralhar essas cartas, e isso é um número maior que todos os átomos do universo, tamanha é a quantidade de combinações possíveis. Ocorre o mesmo à realidade, à sociedade, ao ambiente e aos seres humanos e não humanos, com relação às combinações não determinísticas de afetações que formam as suas sequências, incluindo-se, nos dois últimos, as sequências em seu sentido biológico, como as moléculas de DNA (*deoxyribonucleic acid*).

Esse exemplo do baralho nos ajuda a explicar nosso entendimento da ideia de "sequência", pois as trajetórias de vida e os cotidianos, da mesma forma, comportam inúmeras possibilidades e consequências em seus instantes de devir. Assim como, ao embaralhar um baralho, é virtualmente impossível que as cartas se organizem duas vezes na mesma ordem, também nossa realidade, nossas trajetórias de vida, nossos cotidianos — e até mesmo as configurações científicas que construímos — constituem sequências únicas. Cada vez que se embaralha um monte de cartas, é altamente provável que aquela organização específica esteja ocorrendo pela primeira e única vez no universo. E assim também é cada sequência de existência: singular e irrepetível.

Em resumo do que viemos comentando, para nós, cada momento é um devir do tempo e do espaço, configurado de forma única. Assim, todos os seres, suas trajetórias de vida e seus cotidianos são coleções seriais de momentos singulares. A malha socioambiental é esse emaranhado de existências simultâneas que se interafetam de maneira contingente e diversa a todo instante, atualizando continuamente as possibilidades e consequências do devir das sequências. E, nesse sentido, cada condição e intenção de um ser é também condição e intenção do ambiente, no entrecruzamento das sequências e das histórias de vida que se tecem inseparáveis na malha.

A mecânica quântica, inclusive, já demonstrou como cada ponto no universo possui um valor e um momento particular em cada interação entre partículas. Ou seja, a contingência do tempo e do espaço, inseparáveis entre si, está em constante transformação, não havendo um sentido anterior ao acontecimento. E, quando este ocorre, só pode ser apreendido sob a interferência do observador, tal como descreve o princípio da incerteza de Heisenberg[12]. Por essa razão, como afirmou outro dos grandes expoentes da área, Niels Bohr

11 O fatorial de cinquenta e dois é representado pelo símbolo "52!", e sua resolução é o produto desse número multiplicado por todos os antecessores de sua sequência até 1 (52 × 53 × 52 × 51 × 50…). Seu resultado é exatamente: 80.658.175.170.943.878.571.660.636.856.403.766.975.289.505.440.883.277.824.000.000

12 Cf. Disponível em: https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2020/02/principio-da-incerteza-5-

(1995), os conceitos, por fazerem parte da linguagem humana — e esta, por sua vez, da própria natureza —, não podem expressar a totalidade da matéria que os contém, e não que estaria contida neles.

Rompendo com a ilusão perceptiva do alcance da totalidade absoluta e determinista de nossa cultura transcendente, que pensou o humano fora da natureza, afirmamos que o único universal possível é contingente e histórico, portanto, transeunte e fluido a cada momento da realidade em série. Assim, abrimos a impossibilidade de uma descrição absoluta e de um caminho científico absoluto e diretamente abrangente.

Na malha, observando a realidade como sequência em fluxo, corroboramos com a ideia de Whitehead (1995) de que a natureza é um processo, composta por um conjunto de momentos "discerníveis" do "discernido" que é seu todo. Nessa filosofia do processo, a Sociologia, para compreender o objeto do cotidiano e das trajetórias de vida, precisa retratar um desses momentos da natureza, constituindo o que chamamos de "configuração", a qual envolve a representação de uma contingência particular com sua história de interafetações e seu contexto temporal específico, simultaneamente. Essa é, para nós, a implicação epistêmica mais geral, em sentido metodológico, para as ciências que retomam a relação concomitante entre seres e natureza.

Portanto, o que conhecemos por meio de uma configuração científica do real é apenas parte do conhecimento que essa sequência do real, que temos como objeto, carrega em suas infinitesimais relações com o todo e, das quais o próprio todo é constituído, sempre um passo à frente de qualquer teoria em termos de complexidade (MORIN, 2006).

Para nós, o conceito de configuração se contrapõe à imagem de "recorte" da ciência nomológica e redutiva, construída sob o padrão de poder colonial-moderno[13] (LANDER *et al.*, 2005), desde a incorporação das Américas no início do século XVI. Essa imagem é aquela na qual o tal "recorte" de estudo se assemelha a uma vivissecção — o ato de dissecar um animal vivo —, em que o estudo é realizado, mas, com isso, esvai-se a vida do objeto, na tentativa de extrair, da redução, a veracidade e a cientificidade universal.

Segundo Hempel e Oppenheim (1948), fundadores do modelo nomológico-dedutivo dessa ciência colonial-moderna, para que uma justificação científica fosse aceita,

---

pontos-para-entender-teoria-de-werner-heisenberg.html. Acesso em: 28 mar. 2025.

13 O conceito de "colonial-moderno" está articulado à crítica dos pensadores da coletânea organizada por Edgardo Lander, de que a modernidade ocidental não existiria sem o colonialismo da qual ela é interdependente em sua sequência histórica. Por isso, colonialidade seria uma dimensão do saber, do poder e do ser, que, ainda hoje, não "desapareceu".

bastaria conhecer as condições iniciais e estar de posse das leis gerais, pois, assim, seria possível prever com exatidão os acontecimentos, numa visão mecanicista, determinista e reducionista da realidade.

Ao contrário disso, o conceito de configuração, que propomos no lugar da noção de "recorte", prioriza sempre ampliar a extensão da complexidade, em vez de reduzi-la, mesmo que isso aumente a probabilidade de erro e as incertezas, afetando, em alguma medida, a profundidade temática da pesquisa. Para nós, sendo impossível alcançar a totalidade da natureza, uma ciência ecológica extrai sua veracidade e cientificidade do grau de aproximação à complexidade que consegue captar em uma contingência da realidade, e não da afirmação de uma certeza preexistente e universal sobre ela.

Portanto, o que importa para nós é o grau de compreensão "casualmente adequada" de uma configuração científica, e não a ideia mecanicista de que uma ciência paradigmática teria o domínio técnico absoluto sobre os objetos socioambientais.

Afinal, se o "Homem" moderno construiu uma entidade de si ao se ver emancipado da natureza (DESCOLA, 2005), para contrapô-la, é necessário estabelecer a ideia de contingência da sequência ambiental no pensamento sobre o social, reafirmando que a malha social é a mesma malha natural. Nossa base epistêmica, então, bem na esteira do pensamento de Descola (id.), para operar metodologicamente sobre a configuração, perpassa a ideia contemporânea que busca transpor as fronteiras artificiais e dicotômicas entre natureza e cultura, corpo e mente, objetivo e subjetivo, razão e emoção, indivíduo e sociedade.

Em nossa cultura colonial-moderna, desde a infância, aprendemos, especialmente nas aulas de Geografia, a distinguir entre o mundo natural e o mundo artificial, sendo este último aquele criado pelos seres humanos e, implicitamente, considerado à parte da natureza. No entanto, nem sempre foi assim, e essa separação é relativamente recente na história da humanidade.

Há 2.500 anos, na Antiguidade, especialmente na Grécia pré-socrática, o ser humano ainda era compreendido como parte da *physis*, ou seja, da natureza. Como afirmam Ferreira e Silva (2012, p. 5-6):

> Portanto, havia uma relação de conteúdo entre o indivíduo, o coletivo e o Mundo. Havia a noção de unidade, uma essência que se mantinha presente em tudo que havia sobre a Terra, uma interligação permanente de movimento em si mesmo, atuando para um fim também em si, isto é, o próprio Existir. Os indivíduos existiam em uma relação de fluxo bidirecional entre sua condição humana de gênese natural e a Natureza como o cosmo potencializador do "ser" humano.
> Por último, é apreendida em tudo o que acontece desde o germinar de uma planta até

> a organização social, indicando que o plano cósmico, do qual os deuses também faziam parte, se manifesta nos seres através da unidade "corpo-alma". […] A *physis* é, ao mesmo tempo, o que conforma, fazendo crescer em si e a partir de si a própria Natureza, inclusive a humana, estabelecendo uma visão integral do humano e, porque não, integrativa, em que as relações se estabelecem em um mútuo afetar. Dessa forma, o Homem seria um espelho da Natureza, refletindo em si o processo cosmológico da existência tanto terrena quanto de experiência de ser no mundo.

Não à toa, nesse período, nasce a ideia de *paideia*, que visava à formação completa do ser humano por meio do desenvolvimento da união entre corpo e mente. De algum modo, inclusive, vestígios dessa filosofia ainda permaneciam hoje, quando chamávamos as escolas de "ginásios" e as universidades de "academias", pois nesses locais os gregos antigos tanto estudavam matemática e filosofia quanto praticavam exercícios físicos e esportes.

No entanto, já na Idade Média europeia, o cristianismo separa definitivamente o homem da natureza, sob a ideia de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, que está acima da natureza, como seu criador (FERREIRA; SILVA, 2012). Esse período, portanto, fez nascer, em seu próprio seio, sua antítese: o antropocentrismo do Renascimento, que mais tarde ganharia força na modernidade, desencadeando ainda mais a ilusão dessa separação, ao colocar o animal humano como centro do universo e sua razão acima do plano material.

Enquanto os gregos antigos viam a própria filosofia como ciência (*epistēmē*) e a contrapunham à mitologia dos deuses (*doxa)*, na modernidade essa filosofia como ciência contemplativa, que buscava o saber pelo desejo de saber e não pela utilização prática, cedeu lugar a uma ciência instrumental, voltada a objetivar sempre um fim último de domínio da natureza. Como observou Max Horkheimer (2015), à medida que a razão moderna se tornava instrumental e indiferente aos valores, a ciência tornava-se instrumento de dominação, exploração e poder.

Nesse período, com o determinismo herdado do Iluminismo, retomou-se o postulado de um universo imutável, apenas esperando ser reconhecido pela razão, alicerçado em verdades absolutas que independeriam de nossas percepções, preferências e interesses. Nessa conjuntura, nomes como Copérnico, Kepler e Galileu buscavam um conhecimento objetivamente puro, afinal, a Terra não era plana, como nossos sentidos teimavam em nos fazer crer ao olharmos o horizonte. Assim, o método científico nascia desprezando o subjetivo (maquiando-o) e fazendo disso seu lastro para distinguir o verdadeiro do falso, ou melhor, para extrair da redução e do "recorte" do real aquilo que é regular.

Segundo Navarrete (2015), a perspectiva eurocêntrica da separação entre ser e natureza alcançou seu ápice na modernidade, por meio de Descartes, que imaginou um mundo-máquina e esboçou essa cisão através da frase: “penso, logo existo”. Dessa episteme cartesiana originou-se a radical dualidade entre corpo e espírito, na qual se supõe a primazia do pensamento sobre o corpo, acima do tempo e do espaço. Invertidamente, existiríamos porque pensamos, e não porque fazemos parte da natureza e de sua existência, que ao longo de milhares de anos de evolução nos deu um corpo para que pudéssemos pensar.

No século XVI, esse caráter mutilador da nova relação saber-poder se aprofunda, quando o padrão de poder colonial-moderno passou a utilizar o “eu penso” como “eu conquisto”, para classificar razões e almas (ib.). A universalização do modelo de conhecimento objetivista e racionalista[14], no primeiro padrão de poder global da história, que se constituiu com a colonização da América, organizou pela ideia de raça essa separação do humano em relação à natureza, de forma que, quanto mais próximo um povo estivesse da natureza, menos ele estaria da humanidade e da capacidade de pensar.

Os negros foram articulados pelo regime de trabalho da escravidão, pois eram vistos como mais próximos dos animais e, por isso, como desprovidos da razão ou de alma a ser salva no paraíso dos humanos. Eram tratados apenas como propriedades de criação, como os cavalos. Já os indígenas eram considerados seres inferiores, com uma razão “primitiva”, mas com alma a ser salva, pois, vistos como grandes crianças, deveriam ser civilizados pelos “humanos de fato” — isto é, a autoimagem que os europeus brancos construíram de si mesmos, como não animais e afeitos ao trabalho assalariado (LANDER *et al*., 2005).

Uma distinção simbólica e de poder que revelou como todo o processo civilizador vencedor, do atual padrão de poder colonial-moderno, foi construído para negar-se como animal e se posicionar acima da natureza, e não dentro dela. Ainda que, contraditoriamente, esse processo civilizador na Europa somente se tenha dado pela universalização da barbárie e da descivilização no restante do mundo (BARBOSA, 2022). Como notamos certa vez, sobre a autoimagem do processo civilizador da corte francesa e belga (ib., p. 67-68):

> Na verdade, é impensável o chá vespertino da aristocracia de corte na França, sem o açúcar plantado por escravos no Haiti. Ou melhor, que existisse a possibilidade de refinamento do código de etiqueta da corte real e do dispendioso gasto de tempo com cada minucioso detalhe do cerimonial de vestimenta do rei Luís XIV, sem levar em conta o rígido e violento regimento para o tratamento da população escravizada no Haiti, conhecido como “*code noir*” e imposto por Jean Baptiste Colbert a mando desse mesmo Rei (Palmer, 1998). Ao contrário do ocioso dispêndio de tempo

14 O racionalismo defende que a razão é a única fonte de conhecimento verdadeiro.

> europeu, condenadas a trabalharem até a morte, as pessoas importadas como escravas no Haiti tinham uma expectativa de vida média de apenas 5 anos. […]
> Do mesmo modo, de uma forma ampliada, era essa tradição de autoimagem europeia e ocidental que estava por trás da conferência internacional de geografia em Bruxelas, no ano de 1876, convocada pelo rei da Bélgica Leopoldo I para "levar civilização à África". Bem como também, por trás da conferência de Berlim, no ano de 1884, em que as potências europeias repartiram o continente africano. Pois, como outro exemplo corroborativo da interdependência, o refinado código de etiqueta vigente na cidade de Bruxelas, altamente modernizada graça às riquezas minerais extraídas do Congo, colônia belga no período, estava necessariamente ligado aos códigos civilizatórios nativos que ele destruiu, e, ao código de etiqueta forçado aos congoleses, com diversas formas de castigos, incluindo decepamento da mão ou do braço das pessoas, o que causou algo entre 5 a 20 milhões de mortos em um período de menos de 15 anos.

Articulando entre os humanos a ficção da raça, conforme uma hierarquia baseada na proximidade com a natureza, o padrão colonial-moderno também classificou como "pagãos" os costumes que envolviam rituais animistas e os cultos aos elementos da natureza, como às deidades antigas representadas com imagens de animais. Essas práticas foram subalternizadas como "feitiçaria demoníaca", em contraste com a crença europeia na imagem e semelhança humana com o Deus cristão (WALSH, 2009). O *Homo sapiens*, na modernidade colonial, passou a se ver como especial demais para ocupar o mesmo patamar dos demais animais e da própria natureza, assumindo para si o lugar de centro e razão da criação de todo o universo. Nesse processo, as religiões não animísticas desempenharam um papel central na construção da modernidade e na consolidação da ilusão de que somos separados da natureza.

A moral teológica, alicerçada na ideia de imagem e semelhança com o divino, passou a incutir no ser humano a necessidade de autocontrole, reforçando sua suposta diferença em relação aos outros animais. Assim, o temor a Deus e o cumprimento do mandamento "não matarás" transformaram-se, em grande medida, numa luta simbólica para afirmar-se como semideuses e negar-se como animais dotados de instintos considerados "selvagens". A própria noção de "selvageria" — entendida como ausência de razão, moral ou autocontrole — é, portanto, uma construção histórica da noção de "civilização" que nos separa da natureza.

Assim, se a ciência política colonial-moderna definiu como "estado de natureza" o período anterior ao contrato social, os séculos seguintes demonstraram que a civilização, com suas guerras mundiais, genocídios e bombas atômicas, provocou proporcionalmente muito mais mortes do que os bandos de caçadores-coletores que habitavam esse suposto estado natural.

Como sugere Walsh (2007), houve uma verdadeira formatação da divisão binária

entre natureza e sociedade naquilo que denomina “colonialidade da natureza”, articulada à constituição do padrão de poder colonial-moderno, no início do capitalismo global. A autora define esse termo da seguinte forma (ib., p. 106, tradução nossa):

> […] Com essa dimensão da colonialidade, refiro-me à divisão binária cartesiana entre natureza e sociedade, uma divisão que descarta por completo a relação milenar entre seres humanos, plantas e animais e entre eles com os mundos espirituais e ancestrais (que também são entendidos como seres vivos). De fato, essa colonialidade da natureza tentou eliminar a relacionalidade que é a base da vida, da cosmologia e do pensamento em muitas comunidades indígenas e afros de Abya Yala e da América Latina. É essa lógica racionalista, conforme argumenta Noboa (2006), que nega a noção da terra como “o corpo da natureza”, um ser vivo com suas próprias formas de inteligência, sentimentos e espiritualidade, e, também, a noção que os seres humanos fazem parte da terra-natureza.

Para Alimonda (2011), a “natureza colonizada” refere-se à transformação da natureza em objeto de exploração e dominação. Trata-se, mais precisamente, da imposição de um único modo de compreender e se relacionar com o mundo natural, fundamentado na lógica da dominação e da extração. O autor entende essa operação como um dos pilares constitutivos do sistema-mundo colonial/moderno e, portanto, como base da separação ideológica, epistêmica e econômica entre natureza e sociedade.

Não por acaso, no período mais recente da história do planeta, que muitos autores denominam como Antropoceno, temos hoje a consagração da consequência dessa cisão ideológica. Revelando os efeitos acumulados de séculos de “dominação” da natureza sob o modelo civilizatório moderno-colonial, essa separação se evidencia como alavanca na intensificação da força transformadora das atividades humanas e torna tais ações as principais responsáveis pelos impactos globais sobre o clima em nossa era.

Nesse contexto, também o poeta Paulo Leminski (1987, p. 97-98) oferece, em seu poema “Corpo não mente”, uma poderosa metáfora sobre a origem dessa separação adjacente, que chamou de “divórcio no indissociável”, que é a relação entre a mente e o corpo. Quase como um resumo do que viemos tratando até aqui, o autor disserta sobre vários outros elementos históricos que construíram a relação apartada entre ser e natureza, como a divisão social do trabalho:

> […] É essencialmente unitária, anterior ou posterior à dicotomia corpo/mente que impregna, sub-repticiamente, todo o pensamento ocidental de Descartes para cá.
> As origens desse divórcio no indissociável são, claro, de natureza religiosa: a mente do racionalismo ocidental é a filha leiga da alma salvável do cristianismo. Sem direito a além-túmulo, porém.
> Mas não pense que coisa tão grave teve raízes apenas filosóficas na mente de algum pensador isolado. A sociedade urbano-industrial, através dos métodos de trabalho

> que impôs, promove a dissociação corpo/mente mais do que qualquer tratado de metafísica. É uma força desagregadora, destribalizante, atomizante. Não há lugar para o corpo na grande fábrica, a não ser como a unidade de trabalho, nunca como lugar de prazer e satisfação sensorial. […]
> Quem não vê que a dicotomia mente/corpo é uma projeção e uma decorrência da divisão do trabalho, a divisão interiorizada em nós? A mente é uma metáfora da classe dirigente servida pelo corpo. A divisão do trabalho é o verdadeiro Pecado Original, aquele que nos expulsa do paraíso e nos lança na grande aventura da vida e do mundo. […]
> Um dos momentos mais radicais da divisão do trabalho está na separação entre trabalho braçal e intelectual. Essa divisão começa no mundo religioso. Sacerdotes e agricultores, monges e guerreiros, padres e fiéis, são o modelo remoto da atual divisão entre técnicos e teóricos diante da mão de obra. E certas práticas religiosas, como o jejum, a castidade, o silêncio e a busca do desconforto físico, concorreram poderosamente para acelerar a cisão entre corpo e mente. Não seria exagero imaginar que a noção da "alma" tenha nascido dessas práticas onde o corpo é tratado como um inimigo, fera que deve ser domada, humilhada e reduzida a ser uma montaria dócil sob as rédeas do "Espírito".

Entretanto, uma dimensão nova dessa sequência histórica da separação epistêmica entre sociedade e natureza é introduzida por Fritjof Capra (2004, p. 30-31), ao abordar — em nossas palavras — a conexão entre a colonização da natureza e a subjugação da mulher e do princípio feminino, na constituição do patriarcado e da ciência dentro do sistema-mundo colonial-moderno:

> Com o surgimento da ciência newtoniana, finalmente, a natureza tornou-se um sistema mecânico que podia ser manipulado e explorado, o que coincidiu com a manipulação e a exploração das mulheres. Assim, a antiga associação de mulher e natureza interliga a história das mulheres e a do meio ambiente e é a fonte de um parentesco natural entre feminismo e ecologia que está se manifestando hoje em grau crescente. […]
> A noção do homem como dominador da natureza e da mulher e a crença no papel superior da mente racional foram apoiadas e encorajadas pela tradição judaico-cristã, que adere à imagem de um deus masculino, personificação da razão suprema e fonte do poder último, que governa o mundo a partir do alto e lhe impõe sua lei divina. As leis da natureza investigadas pelos cientistas eram vistas como reflexos dessa lei divina, originada no espírito de Deus. Hoje, está ficando cada vez mais evidente que a excessiva ênfase no método científico e no pensamento racional, analítico, levou a atitudes profundamente antiecológicas. Na verdade, a compreensão dos ecossistemas é dificultada pela própria natureza da mente racional. O pensamento racional é linear, ao passo que a consciência ecológica decorre de uma intuição de sistemas não-lineares. […]
> Os ecossistemas sustentam-se num equilíbrio dinâmico baseado em ciclos e flutuações, que são processos não-lineares. […]
> Portanto, a consciência ecológica somente surgirá quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição da natureza não-linear de nosso meio ambiente. Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais, não-letradas, especialmente as culturas dos índios americanos, em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente. Na corrente principal de nossa cultura, por outro lado, foi negligenciado o cultivo da sabedoria intuitiva. Isso pode estar relacionado com o fato de que, em nossa evolução, ocorreu uma crescente separação entre os aspectos biológicos e culturais da natureza humana.

Capra observa que a dominação da natureza e a repressão das qualidades tradicionalmente associadas ao feminino, como a intuição, a sensibilidade e a interdependência, caminharam lado a lado com o desenvolvimento da ciência moderna, profundamente marcada por um viés patriarcal. Assim como a natureza foi objetificada e reduzida a um recurso explorável, o corpo feminino e o papel das mulheres foram igualmente subordinados aos valores do controle, da razão instrumental e da hierarquia, pilares do paradigma dominante desde a modernidade europeia.

Essa leitura amplia a crítica ao modelo civilizatório ocidental, evidenciando que a separação entre ser humano e natureza não foi apenas um processo conceitual ou epistemológico, mas também profundamente político, econômico e simbólico — sustentado pelas relações de gênero, de classe e de raça. O que está em jogo, portanto, é a constituição de uma racionalidade que, ao dissociar mente e corpo, cultura e natureza, também hierarquiza essas polaridades, relegando o "natural", o "corporal" e o "feminino" à inferioridade e ao domínio.

Por conseguinte, todas essas bases históricas levantadas por nós e pelos autores que trouxemos são alavancas não excludentes entre si, que, em conjunto, contam a história do desenvolvimento da cisão epistêmica e ideológica entre sociedade e natureza, ou seja, da racionalidade que sustentou socioeconômica e culturalmente a percepção ontológica apartada entre os seres humanos e o ambiente.

E mesmo sem uma raiz estrita que marque a origem dessa cisão, os caminhos epistêmicos e metodológicos até aqui percorridos emergem de outra racionalidade, em contraposição a esse antigo paradigma separatista, de síntese transcendente e determinista. Procuramos desenvolver a perspectiva do olhar ecológico, buscando restituir as dimensões do ambiente, que por muito tempo foram relegadas exclusivamente às "ciências naturais".

No entanto, acreditamos que essa transformação paradigmática envolve muito mais do que simplesmente restituir a capacidade de agência às ferramentas e seres não humanos. Exige, sobretudo, ampliar nossas concepções e leituras sobre o ambiente socionatural, mobilizando múltiplos autores e campos do saber.

Uma sociologia contingente, comprometida com a complexidade do real, precisa dialogar com diversas áreas do conhecimento para recompor, ainda que parcialmente, a multiplicidade de relações e dinâmicas que constituem a realidade socioambiental. Afinal, assim como Ilya Prigogine (1996) demonstrou na física estatística, quanto maior for o grau de

incerteza de uma configuração, maior também é o número de microestados acessíveis às partículas. Portanto, ao ampliarmos a desordem entrópica de uma configuração sociológica, elevamos sua complexidade, ao invés de ser um demérito. Nessa conceituação científica de desordem ou de caos, o propósito de qualquer pesquisa ou tese, além de alcançar os objetivos que se propôs, seria adicionar incerteza e não terminar com menos perguntas do que começou.

Nesse sentido, nossa sociologia ecológica do cotidiano, com o papel não apenas de trazer o "humano", mas a contingência "ambiental" da malha, redimensiona saberes oriundos de diferentes campos científicos, como: Biologia, Física, História, Geografia, Antropologia, Ciência Política, Urbanismo, Arquitetura, Enfermagem, Medicina, Psicologia, Psicanálise, Economia, entre outros. Além disso, reconhece o valor das expressões sensíveis e simbólicas na construção do conhecimento, recorrendo também às contribuições da Filosofia, da Literatura, da Poesia e das diversas manifestações das Artes, a fim de compor um quadro mais abrangente e complexo da realidade.

Nessa perspectiva de recomposição complexa do ambiente (INGOLD, 2000), conduzida no campo da Sociologia, ainda que reconheçamos que objetos e actantes não humanos também possuam agência, histórias e sequências próprias, a simples validação de seu estatuto de vida não nos isentou dos desafios práticos implicados nesse processo. O principal deles foi de ordem epistêmica e metodológica: como acessar as vozes dos animais não humanos, dos córregos, das casas, dos muros, das fotografias e dos objetos, quando todos eles dependem da voz de um narrador para comunicar suas narrativas? Mesmo desafio para: como fazer com que os falecidos pela covid-19 falassem?

Afinal, esses actantes constituem sujeitos subalternos, nos termos propostos por Spivak (2010), e, por isso, nossa solução metodológica consistiu em recorrer aos relatos dos parentes dos falecidos e daqueles que conviveram e compartilharam a história dos ambientes, dos animais não humanos e das coisas, para, a partir deles, acessar os fragmentos de suas narrativas eclipsadas.

Para nós, a ação é um verbo da natureza, não sendo uma exclusividade ontológica do ser humano nem uma dimensão transcendental que o distinguiria dos demais seres. Assim, ao acolhermos a noção de actantes não humanos, buscamos superar a aparência de que eles não agem, ou que somente agem por mediação daqueles que detêm o "direito" de agir — isto é, os humanos —, devido à necessidade de tradução das suas narrativas. Ressaltamos, aqui, que agir e narrar são dois verbos diferentes. Ao contrário da visão que lhes nega agência

autônoma, compreendemos esses actantes como sequências que agem em si mesmas, no fluxo contínuo de suas existências mútuas, desde que são interafetados e provocam interafetações, fazendo rolar os dados das consequências e possibilidades no devir da realidade.

Em especial, contudo, nesse desafio da tarefa de reconstituir as histórias de vida daqueles que morreram da covid-19, foi a necessidade de um nível ainda maior de complexidade para os interlocutores retratados no capítulo três. Se nós mesmos, vivos no presente, enfrentamos dificuldades para recordar integralmente nossa própria infância, é ainda mais desafiador tentar acessar lembranças da infância de outro, mesmo que seja alguém muito querido. Nesses casos, é inevitável nos depararmos com lacunas e limitações intransponíveis, como quem tenta decifrar uma frase escrita na areia, já apagada pelas ondas do mar.

Portanto, foi fundamental compreender que essa via de reconstituição das vidas que se foram não se dá de forma linear nem direta, tampouco é algo simples para os familiares. Lembrar de quem já não está presente torna tudo mais difícil, mais sensível e mais doloroso do que falar da própria trajetória. Lidar com essa dor, no momento das entrevistas, exigiu do pesquisador uma sensibilidade profunda e uma paciência ou passividade redobrada, diante de cada pausa, choro ou suspiro. Algo que nenhum manual metodológico ou técnica de distanciamento ensina.

Além disso, enfrentamos diversos outros desafios durante nosso trabalho de campo. Ter como objeto de estudo o cotidiano e as trajetórias de vida de uma comunidade periférica sob o contexto da pandemia de covid-19 não foi tarefa fácil. Nos primeiros momentos, quando o silêncio da malha urbana ainda carregava uma atmosfera singular de tristeza e temor diante do desconhecido, era comum nos vermos em lágrimas diante das notícias cruéis do estado de calamidade pública.

Persistimos, especialmente porque um dos recursos metodológicos utilizados foi a própria vivência cotidiana do pesquisador em suas relações com familiares e amigos na Comunidade São Francisco, recebendo forças dos nossos interlocutores para continuar.

Por isso, mesmo quando a pandemia passou a configurar sua própria "normalidade", assumir a postura de pesquisador nunca foi possível sem ser atravessado pelas sensibilidades que permeavam o meio no qual se desenvolvia nossa trajetória investigativa. Perguntávamo-nos continuamente: de onde tirar forças para escrever os diários de campo, continuar as leituras, realizar as capturas de imagem, registrar dados estatísticos e dar seguimento à pesquisa de maneira geral? Como manter a higidez mental diante do sofrimento

de pessoas esquecidas como tais — como gente — enfrentando os mais diversos sufocos, tanto no sentido literal, causado pela falta de ar provocada pela doença da covid-19, quanto no sentido figurado, relacionado às dificuldades cotidianas de sobrevivência? Como conservar o mínimo de sanidade diante da tarefa de registrar esses sufocos e de conferir-lhes relevância científica?

Angústia. Essa era a palavra que melhor expressava a sensação de estar diante de uma realidade insuportável, que tornava extremamente difícil pensar sobre o cotidiano o tempo todo. Porém, ao mesmo tempo, fugir das inter-relações com o objeto também era impossível: a realidade já havia escancarado a porta e invadido nossas casas, saturando tudo. Desde o início do projeto de pesquisa em 2020, vimos os dilemas dos sujeitos que estudávamos se entrelaçarem com os nossos próprios. O desemprego, que identificávamos como uma das interafetações da pandemia nas trajetórias das pessoas da comunidade, era também a situação vivida pelo pesquisador. Sem renda e sem financiamento de pesquisa, contamos com a solidariedade da Tia Cláudia — interlocutora central e moradora da Comunidade São Francisco — que nos emprestou um celular antigo que tinha, possibilitando que a investigação continuasse mesmo em meio à nossa luta diária por sobrevivência.

Estivemos muito próximos de abandonar nossos sonhos na pós-graduação diante da dificuldade de, por exemplo, precisar comprar livros, mas não ter o suficiente para uma alimentação adequada. Além disso, os sofrimentos haviam se tornado ainda mais agudos quando os números alarmantes dos noticiários haviam ganhado nomes e rostos de amados e conhecidos: como quando o pesquisador perdeu sua última avó viva para a covid-19, ficando sem nenhum dos parentes mais velhos, tanto do lado paterno quanto do lado materno. Ou ainda, quando a própria doença nos acometeu, assim como a tantos outros, em 2022, após dois anos aparentemente sem contaminação, diante da disseminação avassaladora da variante ômicron, da qual parecia não haver escapatória.

Por conseguinte, diante dessa saturação existencial e sensorial, afirmamos, sem hesitar, que foi justamente no entrelaçamento entre o pensar e o sentir que delineamos nossa metodologia e epistemologia. Como morador e pesquisador da região em estudo, entendi que não bastava apenas narrar sujeitos subalternos locais que não podem falar por si, como os animais não humanos ou os mortos pela covid-19. Nosso trabalho de pesquisa envolvia a capacidade de escutar, de pensar e de sentir para narrar. Logo, podemos dizer que a experiência concreta da dor e da luta se transformou em matéria viva da produção de

conhecimento.

Hoje sabemos que foram também essas reflexões sobre os acasos e as dificuldades que moldaram o esboço, ou configuração, da nossa prática científica. Fundamentalmente, percebemos que foram justamente as contingências, sejam elas favoráveis ou adversas, que desenharam tanto o pano de fundo da realidade quanto o nosso próprio percurso transitório de pesquisa, o qual se desenvolveu e se transformou ao longo do processo. Nesse sentido, sentimos estar inseridos em uma tradição bachelardiana mais ampla, que valoriza a ruptura e o erro, reconhecendo, por isso mesmo, que é o pesquisador quem constrói o sentido da pesquisa — já que todo objeto de estudo é, inevitavelmente, construído (BACHELARD, 1996).

No chamado novo espírito científico, Bachelard (1996) propôs uma filosofia da ciência compatível com a teoria da relatividade de Einstein, formulando, assim, a historicidade da epistemologia e a relatividade do objeto. Em contraste com o positivismo, para ele, o saber não é continuidade com o senso comum, mas ruptura. Em sua tradição, a construção do objeto implica uma reconstrução do real, em um refazer crítico contra aquilo que já foi feito ou visto. Em um pensamento de tipo serial ou sequencial, segundo o autor, o conhecimento sempre se constrói contra um saber anterior; por isso, não haveria verdades primeiras, somente primeiros erros. Daí a importância dos desafios: a ciência é um discurso verdadeiro construído sobre um fundo de erros, dificuldades e limitações. Digamos que ela é o esforço dos cientistas em reorganizar a experiência em configurações. Por isso, a verdade científica de hoje não é — e não pode ser — a mesma de sempre.

Contudo, entendemos que é necessário ir além de Bachelard, relativizando a ideia de uma cisão absoluta entre ciência e senso comum, sem com isso recair nas tentativas inócuas de um empirismo puro e neutro. Diante da emergência de uma nova razão científica não instrumental, é preciso admitir que a ciência constrói conhecimento por meio de continuidades e descontinuidades com o senso comum. Já passou da hora de desmistificar a imagem do cientista que, como um profeta, enxerga a verdade em meio a um senso comum alienado, enganoso e sempre equivocado. É necessário reconhecer que o senso comum constitui uma poderosa ferramenta para a vida cotidiana e para a resposta às demandas práticas da existência concreta. Ele apenas foi historicamente desvalorizado, em nome de dados reduzidos e descontextualizados, próprios do modelo de conhecimento que separou sociedade e natureza, buscando consenso e exatidão por meio da simplificação. O senso comum é complexo e, ao contrário do que a ciência muitas vezes sugeriu, não é

necessariamente assistemático. Na prática cotidiana, ele se manifesta por meio de normas tácitas e informais que, em muitos casos, revelam-se bastante sistemáticas.

Assim, apesar das diferenças de operação e complexidade entre as práticas científicas e as práticas cotidianas, essas primeiras também se veem atravessadas por possibilidades de improvisação e pela aplicação da sociabilidade incorporada, tal qual ocorre nas segundas. Pode-se dizer que tanto o cotidiano quanto a própria ciência humana são atividades de artesanato (MILLS, 2009), pois ambas diferem da mera repetição mecânica e conjugam, em si mesmas, uma práxis[15] laboriosa.

Inspirados nos célebres estudos de nossas referências bibliográficas, portanto, nossa pesquisa não hierarquizou dados objetivos e subjetivos, conjugando ambos não como essências a serem incorporadas, mas como parte dos processos de objetivação e subjetivação inseridos no trabalho de construção das verdades científicas. Afinal, ao contrário da imagem construída pela ciência moderna de uma objetividade pura, que sustentaria uma verdade transcendente, vemos na pesquisa científica uma prática humana criativa e intuitiva como qualquer outra prática animal, circunscrita na natureza e, por isso mesmo, dialética e simultaneamente racional e emocional, ou "sentipensante" (FALS BORDA, 2015; BARREIRA, 2017; BARREIRA; DIÓGENES, 2019).

Nessa aproximação da ciência como prática humana, e semelhante ao cotidiano como sequência que se elabora no devir, lembramos que a divisão hierarquizada do padrão de poder colonial-moderno pressupôs que o subjetivo não importava, pois a verdade era tida como exterior. Entretanto, a verdade como exterior só faz sentido sob essa separação entre natureza e seres. Quando consideramos esses polos como embricados, todo conhecimento do que é vivo somente pode ser acessado quando vivido subjetivamente.

Assim, questionamos esse conhecimento mecânico, tido como transcendental à natureza e supostamente capaz de dominá-la, o qual estabeleceu o âmbito quantitativo como o único modo de alcançar a verdade. Da mesma forma, questionamos a ideia de *qualia* como algo que serve apenas para fazer sentir, sendo considerada estritamente subjetiva. Para nós, os âmbitos são processos e, portanto, construções. Assim como o quantitativo não é estritamente objetivo, pois carrega incertezas e valores ocultos nas reproduções acríticas dos consensos paradigmáticos, o qualitativo dá acesso a particularidades e certezas que podem muito bem vir a constituir regularidades objetivas.

José Machado Pais nos dá bases sobre isso ao relacionar, conforme nossas

15 Práxis é um termo cunhado por Aristóteles, que designa a união entre teoria e prática na ação humana.

próprias palavras, o aparecimento do zero no Ocidente com essa hierarquização dos âmbitos perceptíveis da matéria, construída na ilusão da separação com a natureza (2015, p. 132-133):

> O aparecimento do zero e do vazio no Ocidente europeu possibilitou o desenvolvimento de um pensamento lógico-formal que encara a natureza como vazia. Esta só ganha sentido, nessa lógica de pensamento, quando sujeita a formalizações, quantificações – o que veio a acontecer com Newton. É, pois, graças ao zero e ao vazio que a forma ganha ascendência sobre a substância, o quantitativo sobre o qualitativo, o artificial sobre o sensível. […]
> Na Idade Média, os monges cristãos eram os únicos ocidentais que estudavam matemática, pois dela necessitavam para duas coisas: oração e dinheiro. A natureza qualitativa do pecado (negação da qualidade do 'bem') deu assim lugar a uma transformação algorítmica que quantificava os números de dias que, por um pecado se deveria penar no purgatório, ou o número de orações que se deveriam soletrar, ou a quantidade de dinheiro que se deveria pagar para minorar a estância punitiva no purgatório. Nesta 'contabilidade do além', para usar a expressão sugestiva de Le Goff, encontramos as bases filosóficas, lógico-formais e algorítmicas que correspondiam ao esvaziamento da natureza.
> Esta lógica formal de esvaziamento é uma lógica redutora – redução do real ao formal. É uma lógica que apela à cifração. Em qualquer dicionário corrente, cifrar significa reduzir, resumir, compendiar. Ora, o que procura a sociologia qualitativa? Precisamente, um contramovimento de decifração e, por outro lado, uma recuperação do real submergido às suas formas…

De forma clara para nós, foi essa lógica que separou a sociedade da natureza, a mesma que negou as subjetividades na composição e apreensão dos fatos. Ao buscar criar totalidades artificialmente, por meio da redução da complexidade e, mantidas apenas devido ao consenso entre os pares da "ciência normal" (KUHN, 1997), os protocolos científicos transmitidos no ensino dos jovens cientistas e necessários à constituição de um paradigma que se autoafirmava exato, puro e objetivo, negaram não apenas a presença dos valores na construção dos fatos, mas também o papel constitutivo do subjetivo na construção das verdades.

Em última instância, o estabelecimento pela racionalidade colonial-moderna de que fatos são neutros e puramente objetivos, apenas constatados, que levam a verdades externas não construídas, mas descobertas, tratou-se de uma negação da própria natureza.

Foi assim que os campos das ciências humanas passaram a ser tachados de "moles" em comparação às "ciências duras", classificando as sensibilidades de seus objetos como contaminantes. Pois, uma ciência que afirmava controlar a natureza, não poderia admitir a ineficácia de seus postulados frente às incertezas das contingências humanas. A natureza reduzida era condição para que a ciência mantivesse seu estatuto de cientificidade como universal. Afinal, a maior complexidade das contingências que são objetos nas ciências humanas não está reduzida apenas às dimensões físicas, químicas, biológicas e geográficas,

mas, além disso, articula dimensões históricas, culturais, políticas e ideológicas.

A ruptura com a metafísica dos antigos, em que natureza e humanidade caminhavam juntas, traduziu-se na ciência colonial-moderna, então, pela separação irreal entre fatos e valores, que na realidade são entremeados. Para que se construísse uma ciência absoluta, universal e determinista, era preciso construir a percepção de que o conhecimento da verdade foi descolado do conhecimento do bem e do mal, que é apenas casual. Por isso, essa ciência passou a se afirmar como se ocupando unicamente dos fatos, tomados como coisas imutáveis e isentas de qualquer afetação humana, pois teriam relação apenas com a natureza da qual, paradoxalmente, os seres humanos não fariam parte.

Nessa episteme, os fatos viriam do exterior, seriam apenas constatados ou revelados, nunca construídos no entremeio como são na nossa percepção. Por isso, as sensibilidades das ciências humanas foram consideradas não verificáveis, ainda que, na prática, a verdade científica sempre tenha sido casualmente adequada à contingência que pertence.

Negou-se que ambos os processos de objetivação e subjetivação, necessariamente atravessados pelo pensamento crítico de ruptura e continuidade do cientista, são passíveis de testes. E também que as verdades casuais podem ser postas lado a lado para reimaginar um trecho da sequência da malha, ou considerar variáveis na construção de uma verdade casual, que seja casual em uma série de contingências que foram objetos de estudo.

Para nós, as escolhas numenais do pesquisador, que o antigo paradigma nomológico julgava poluir e desvirtuar o conhecimento, ao contrário, mostram a originalidade de um profundo envolvimento e respeito com o "objeto" de estudo. Conforme Gilberto Velho (1986, p. 10) registra, ao adotar essa subversividade contra a objetividade pura:

> […] quando elegi a minha própria sociedade como objeto de pesquisa, assumi, desde o início, que fatalmente a minha subjetividade deveria ser, permanentemente, não só levada em consideração, mas incorporada ao processo de conhecimento desencadeado.
> Ou seja, deveria tentar não escamotear sua "interferência" mas aprender a lidar com ela. Assim permaneci comprometido com a obtenção de um conhecimento mais objetivo, sem que isso significasse uma estéril tentativa de anulação ou neutralização de meus sentimentos, emoções, crenças.

Por conseguinte, não somente as dimensões objetivas dos fatos dizem algo sobre a realidade e podem ser matéria "confiável" para sua leitura, como também as dimensões subjetivas, das intuições, das sensibilidades, dos desejos e dos inconscientes, presentes inseparavelmente neles, possuem valores heurísticos para as ciências. Como afirma Pais

(2015, p. 100), com base na leitura de Adorno e Popper:

> […] na investigação social empírica, as condições subjectivas – não menos que as objectivas – encontram-se mediatizadas pela própria sociedade. O facto de a realidade não poder ser apreendida como algo fáctico não expressa mais do que o essoutro facto que é o da mediação. Se assim é, os factos não são esse domínio último e impenetrável em que os convertem a sociologia clássica e a velha epistemologia essencialmente positivista e durkheimiana.

Ao longo desta tese, exploramos o entremeio subjetivo-objetivo da realidade como inspiração para a forma como tratamos as histórias de vida com que reimaginamos, procurando observar nelas os nexos possíveis entre as singularidades e a vida socioambiental. Além disso, metodologicamente, sem o contato com as subjetividades do objeto, perderíamos muito das potencialidades abertas em suas sequências, as quais poderiam ser utilizadas tanto para a resolução de problemas quanto para a produção de conhecimento científico.

Assim, ao ampliarmos nosso olhar sobre a malha socioambiental da contingência em estudo, inspiramo-nos na história narrada por Steve Johnson (2008), em "O mapa fantasma: como dois homens com cólera mudaram o destino das metrópoles". Nesse livro, o autor relata como se deu o encontro ecológico, em múltiplos níveis de existência interafetada, entre a bactéria causadora da cólera, dois homens inquietos e a grande cidade de Londres no século XIX. Questionando a teoria do "miasma[16]", que não se baseava nas contingências das relações entre seres naquela Londres, esses dois estudiosos e moradores do bairro do *Soho*, por meio da proximidade subjetiva com o cotidiano da época, conseguiram compreender e enfrentar os problemas que acometiam a população. Podemos mesmo dizer que, por isso, a epidemiologia moderna nasceu do polo contrário do distanciamento objetivista. Foi na subjetividade da observação de que as pessoas bebiam água de poços que, nos subterrâneos, estavam contaminados por dejetos humanos, verdadeira fonte das epidemias de cólera, que as cidades deram origem aos sistemas de recolhimento de esgoto.

Inspirações a nos ensinar que a dinâmica dialética serial de aproximação e afastamento na pesquisa sociológica enxerga seu fazer como um processo coletivo, que não cai no erro de tomar a experiência subjetiva e o discurso da experiência como autoevidentes (SCOTT, 1998). Para nós, o trabalho de objetivação e subjetivação, que leva à construção de fatos, valores, objetos e verdades científicas, está diretamente ligado à autonomia do pesquisador e à sua autoridade etnográfica (CLIFFORD, 2014).

16 Na teoria do miasma, acreditava-se que as doenças infecciosas, como a cólera, eram causadas por emanações pútridas do solo e do ar, e não por micro-organismos específicos. Cf. Disponível em: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/miasma. Acesso em: 13 de jun. 2023.

Assim, como morador da região em estudo, além de pesquisador e autor desta tese, foi necessária uma postura epistêmica de narrador-mediador na pesquisa, entre as falas dos seres e ambientes e os discursos científicos. Se percebendo como parte da sequência de acúmulo de conhecimento em nossa ciência, conforme Gonçalves, Marques e Cardoso (2012, p. 23), esse lugar de narrador: "em última instância, decide o que é relevante ou não para ser tomado como fundamentação de sua/nossa narrativa, sobretudo o modo como organiza os eventos e o modo com que se pronuncia ou silencia sobre determinados fatos".

Por isso mesmo, o/a caro/a leitor/a já deve ter notado que escrevemos nossa tese majoritariamente em terceira pessoa, pois acreditamos no trabalho coletivo da ciência, que transpassa o tempo de uma única vida ou indivíduo. Em nosso trabalho científico, falamos lado a lado com os autores de estudos e pesquisas anteriores, com os dados estatísticos do objeto, com nossas observações etnográficas e com os relatos e vivências dos moradores entrevistados. Porém, não temos receio se houve exceções, pois entendemos que, em vez de "inventar ingênuas isenções ideológicas" com a percepção de "neutralidade", preferimos argumentar com nosso esforço de manter nítidas as origens heurísticas das informações (DEMO, 1985, p.131).

Ao contrário do cientificismo e do positivismo, que negam toda subjetividade e se dizem isentos de valores, nossa socioanálise passa por escolhas numenais feitas pelo pesquisador, por intuições na configuração científica que construímos e que julgamos ser casualmente adequadas à realidade. Referimo-nos, por exemplo, ao entendimento das chamadas "categorias nativas" e ao uso que fazemos delas em nossa configuração, pois todos os termos utilizados nesta tese seguem essa lógica pragmática, buscando testar a real incidência das categorias de campo, ao contrário de uma sociologia continuísta, que adota sempre as categorias consagradas.

Nesse sentido, utilizamos os termos comunidade e favela como sinônimos, não apenas porque essa é a realidade entre os interlocutores da pesquisa, mas porque compreendemos que, na prática, esses termos possuem o mesmo significado quando falados entre os moradores. Por exemplo, o termo favela pode ser entendido de modo pejorativo, mas não é abominado pelos moradores. Tudo depende do tom usado, do contexto e de quem o enuncia. Trata-se de um termo permitido e praticado, segundo nossas observações, especialmente quando vem atrelado a um sentido de humildade. Valor que é motivo de orgulho segundo a moral vigente na São Francisco.

No entanto, escolhemos o termo comunidade como a denominação padrão em nossa tese, pois, com a crise da pandemia de covid-19, as famílias expandiram suas redes de solidariedade e a palavra comunidade redobrou seu sentido, reforçando o caráter de extensão família-território para quem vive na São Francisco.

É o cotidiano coletivo do território que o define como uma comunidade. Com isso, queremos ressaltar que essa categoria de comunidade não aparece naturalizada, mas construída com base nas formas e conteúdos de um cotidiano particular. Essa referência dos moradores ao território como comunidade tem base empírica nas inúmeras vezes em que presenciamos alguém iniciar uma conversa dentro de casa, gritando com naturalidade para fora, e terminá-la na rua com os vizinhos, dividindo assuntos de sua vida, num borramento muito acentuado das fronteiras entre o público e o privado.

Já quanto ao termo oficial: "aglomerados subnormais[17]", por ser excessivamente abrangente, restringimos seu uso à forma como o próprio IBGE (2019) o apresenta em seus estudos. Como sinônimo igualmente de favela e comunidade, esse termo caracteriza "um padrão urbanístico irregular", com "vias estreitas ou sem calçadas", habitações precárias e alta densidade populacional, "carência de serviços públicos essenciais" e "localização em áreas com restrição à ocupação", como o córrego poluído que passa ao lado da Comunidade São Francisco.

Do mesmo modo, os termos pandemia e sindemia (SINGER, 2009) são tratados como sinônimos em nossa pesquisa. Contudo, adotamos pandemia como termo padrão, pois, embora sindemia carregue um sentido mais complexo — por remeter com seu neologismo à sincronia de epidemias, o que corresponde à realidade —, consideramos que ainda carece de maior inteligibilidade e difusão entre os/as leitores/as. Assim, quando falamos em pandemia da covid-19, adotamos uma conceituação de sindemia da covid-19, ambas no sentido mais amplo de "crise múltipla" (MORIN, 2020). Como aponta Edgar Morin (ib.), em seu livro "É hora de mudarmos de via: lições do coronavírus", a pandemia de covid-19 resulta de uma combinação de crises em diferentes âmbitos da vida planetária, que se interligam e interagem de forma múltipla e complexa.

Além disso, como comentaremos ao apresentar os córregos da bacia hidrográfica

17 Esse termo buscava abarcar favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros. Porém, a partir do Censo de 2022, o próprio IBGE, por nota metodológica, substituiu o termo por "favelas e comunidades urbanas", tratando os novos termos como sinônimos, assim como em nossa pesquisa. Cf. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais-para-favelas-e-comunidades-urbanas/. Acesso em: 31 mar. 2025.

do Rio Maranguapinho, incluindo o que habita e atravessa a Comunidade São Francisco, os moradores da região de várzea os denominam como “canais”, por serem cursos de água poluída, lixo e esgoto, e por isso, como se já não fizessem mais parte da natureza. Porém, ao inferirmos na pesquisa que esses actantes não humanos merecem ser tratados com dignidade, escolhemos denominá-los com a identidade natural de “córrego”.

Nossa socioanálise, inclusive, percebe que vários dos termos globais usados durante a pandemia de covid-19, assim como os registrados no cotidiano em nossa pesquisa, são oriundos, sobretudo, da Organização Mundial da Saúde (OMS) e foram aderidos por meio das grandes mídias de informação. É o caso, por exemplo, da palavra em inglês *lockdown*, que foi mais ouvida em campo do que sua tradução no português: “confinamento”, ou do que seu termo oficial: “isolamento social rígido”.

## 1.2 Sobre o encadeamento metodológico na práxis desta pesquisa

Neste subcapítulo, vamos, parte a parte, explicar o encadeamento metodológico que gerou nossa pesquisa. Buscamos evidenciar ao máximo o caminho que construímos ao optar por realizar um estudo de caso (YIN, 2005), elegendo, entre os vários núcleos populacionais da Várzea do Rio Maranguapinho, a Comunidade São Francisco para estudar seu cotidiano e as trajetórias de vida ali vividas.

Nosso esforço qualitativo recuperou a história da região por meio de uma revisão bibliográfica[18] de estudos realizados sobre o seu ecossistema, em conjunto com os relatos e documentos dos seus moradores, pois essa grande história socioambiental é também composta por cada uma das pequenas histórias dos seres que a habitam.

Por meio do exercício de “observar, escutar, acompanhar e conversar”, como nos ensina a experiência de Barreira e Diógenes (2019, p. 652), essas tarefas, incorporadas à própria rotina do pesquisador como morador da Várzea do Maranguapinho, tornaram-se também recursos metodológicos essenciais. O que melhor definiremos, mais à frente, como “experiencialização”, foi esse se colocar na contingência em estudo e fazer da experiência do pesquisador um caminho não em busca da totalidade e do domínio da natureza, mas acesso arriscado e incerto do saber.

18 Mencionamos aqui a importância das bibliotecas acadêmicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Universidade de Lisboa (ULISBOA), em nosso trabalho de estado da arte, com as pesquisas científicas anteriores relacionadas com nossos interesses de estudo.

Com nosso próprio tipo de etnografia, contingentemente particular como método, coletamos materiais ou elementos que interpretamos como essenciais para o enquadramento socioambiental do nosso objeto. Sobretudo, as dimensões da vegetação e do córrego, dos animais não humanos, do clima, das casas, dos muros e dos quintais, das ruas de terra e do lixo acumulado, das ocupações e da renda; do transporte e alimentação; da instituição da família; da vizinhança; dos equipamentos públicos e da igreja, além das relações sincrônicas entre essas alavancas descritivas.

Em uma dialética contínua de acompanhamento e envolvimento no campo, utilizamos tanto a técnica do diário de campo, para registrar as vivências do pesquisador e os relatos dos interlocutores nas conversas informas que tínhamos, quanto as técnicas da entrevista e da história de vida, para reconstituir as narrativas e sequências contingentes em estudo. Buscamos percorrer e vivenciar a configuração de pesquisa por meio de um intenso envolvimento intersubjetivo[19], encadeando informações de variadas fontes e formas acessíveis, sempre atentos aos sinais (GINZBURG, 1990), aos detalhes sutis que passam no devir da malha.

Nosso encadeamento metodológico partiu desses sinais apreendidos no que chamamos de "experiencialização" das sequências espaçotemporais, ao registrar, pela técnica do diário de campo, inclusive no sentido de compartilhamento de significados, sentimentos e opiniões morais, as vivências que tivemos ao longo da pesquisa na várzea do Maranguapinho, sob o contexto da pandemia de covid-19.

Nesse sentido, esse primeiro recurso, nas vivências informais que chamamos de "experiencialização", diz respeito mais à possibilidade da oscilação do olhar de dentro e de fora. Em vez de pretender dominar o conhecimento e a natureza no status de sujeito conhecedor, colonizador e transcendental, o pesquisador-narrador "experimenta a si mesmo expondo-se ao risco de perder sua autocerteza e o chão firme de seu saber" (FLICKINGER; NEUSER, 1994, p. 40).

No entanto, embora tratemos o pesquisador como sujeito "sentipensante" (FALS BORDA, 2015), que vive, pensa e sente a experiência dos moradores, deixamos claro que o que estamos chamando de experiencialização não equivale a ter exatamente a mesma

19 Com envolvimento intersubjetivo, queremos dar enfoque às experiências de vivência entre subjetividades ou produções de pensamento, desejo, sentimentos, opiniões e perspectivas individuais dos sujeitos. O ato de estar imerso pela experiência relativa do mundo interno do objeto, não somente atento às macrorelações que o sustentam.

experiência de um morador. O pesquisador-narrador[20], apesar de suas origens como também morador da região da várzea do Maranguapinho, onde se localiza a Comunidade São Francisco, não tem acesso às mesmas interafetações de outras sequências únicas socioambientais, cujo produto são os relatos de vida de nossos interlocutores, mesmo aquelas que interafetam a sua própria sequência cotidianamente.

Sem podermos, ou querermos, nos subsumir exatamente às sequências únicas de nossos entrevistados, praticamos o que Pais (2015, p. 60) sugere na ideia de método dialógico:

> O método dialógico consiste precisamente em que o pesquisador consiga manter um relativamente elevado grau de consciência que evite a sua absorção por parte do mundo objecto da sua análise, ao mesmo tempo que está desperto para a polifonia das vozes que o rodeiam, incluindo os monofonismos autoritários de alguns discursos científicos.

Assim, admitindo a Comunidade São Francisco como parte da "bolha de segurança[21]" (PINTO *et al*., 2020) do pesquisador-narrador, de cerca de uma dezena de contatos próximos, contra a contaminação e disseminação da pandemia de covid-19, fizemos a escolha de seguir com o trabalho de campo e com o alcance das histórias de vida socioambientais naquele momento com apenas aqueles que eram parte essencial ou inevitável de sua rotina.

Entretanto, obviamente, logo suspendemos o trabalho de campo fora da nossa bolha de segurança, quando estas não foram acessíveis nos períodos mais rígidos de *lockdown*, ao evitarmos sair de casa. Inclusive, nesses períodos, todos tínhamos o dever de recusar a presença até mesmo dessa bolha ou núcleo de interlocutores, composto por quem amamos, como tios, primos e amigos, e que se distingue dos conhecidos e desconhecidos restantes em nosso estudo de caso na Comunidade São Francisco.

Metodologicamente, mesmo nos períodos difíceis e restritivos, como os *lockdowns* ocorridos em 2020 e no início de 2021, conversas pelo aplicativo *WhatsApp* com esse núcleo de contatos próximos de interlocutores que denominamos bolha, como nas observadas na figura 1 abaixo, ajudaram bastante a manter nossa atenção de estudo. Graças aos nossos interlocutores, registramos detalhes desses momentos, e alguns deles, por iniciativa própria, até mesmo tiraram fotos de suas rotinas e as enviaram para nós.

---

20 Cf. O lugar do narrador em: Almeida, Freitas e Santos (2012) e em Gonçalves, Marques e Cardoso (2012).

21 Conforme esse estudo publicado na Revista MedRxiv, as bolhas sociais de convívio, que as pessoas formaram durante o isolamento coletivo na pandemia da covid-19, foram responsáveis por uma diminuição na velocidade de contágio, pois evitavam o cruzamento nos espaços de maior contaminação, que eram aqueles de maiores circulação, como terminais de transporte público, hospitais e prédios públicos. Locais em que se convive pouco, mas por onde passam pessoas de diversos cantos das cidades.

Figura 1 – Capturas de tela de conversas por *WhatsApp* com Dona Cláudia




Fonte: Autor.

No entanto, sem nos delongarmos sobre o ciberespaço como parte do campo de pesquisa e do objeto do cotidiano, após a vacinação completa, no final de 2021, nossa bolha tornou-se mais segura, e o trabalho de campo prosseguiu; particularmente, intensificou-se com Dona Cláudia, nossa interlocutora central, até ser interrompido novamente, apenas por um mês, no início de 2022, quando nos infectamos com a variante ômicron. Retomado desde nossa recuperação, ficamos felizes que a doença não tenha encerrado nossas trajetórias e que tivemos mais tempo para o prosseguimento da pesquisa.

Sem saber quando a pandemia terminaria, até cogitamos, por um momento, realizar as entrevistas por meio do *WhatsApp,* caso a doença persistisse, pois temos que fazer uso das tecnologias como possibilidade de implementação de metodologias com condição de distanciamento social. Mas, felizmente, isso não foi preciso.

Conforme o trabalho de campo avançava, na busca de "sociologizar" biografias acontecendo nas rotinas, nos pegamos passando tardes com os moradores que fazem parte da

bolha de convívio do pesquisador, observando e participando das práticas e subjetividades que compõe a produção das suas trajetórias de vida em meio ao cotidiano. Nessas incursões, acompanhamos a rotina de alguns interlocutores no transporte público, no trabalho, no supermercado, na igreja e, sobretudo, em suas casas e nos ambientes da Comunidade São Francisco.

Sem saber ainda, nos pegamos fazendo "etnobiografia" junto às sequências socioambientais. Somente depois fomos conhecer esse termo, que designa essa interseção entre etnografia e biografia, como proposto por Gonçalves, Marques e Cardoso (2012). Dessa forma, aplicamos a possibilidade de olhar, ouvir e escrever uma vida, justamente entendendo que as dimensões objetivas e subjetivas não estão em antagonismo, mas sim em simultaneidade.

A etnobiografia acaba por implicar uma dimensão metanarrativa, "em que o lugar da agência da própria narrativa etnográfica torna-se objeto etnográfico" (ib., p. 10), refletindo até mesmo a importância da narrativa na vida cotidiana dos seus próprios contadores. Como dizem os autores (ib., p. 20):

> A noção de etnobiográfico problematiza, por assim dizer, o etnográfico e o biográfico, as experiências individuais e as percepções culturais, refletindo sobre como é possível estruturar uma narrativa que dê conta desses dois aspectos na simultaneidade, ou seja, propõe, a um só momento, repensar a tensa relação entre subjetividade e objetividade, pessoa e cultura.

Contudo, embora as pessoas mais próximas ao pesquisador-narrador puderam ser acompanhadas de forma mais etnobiográfica — sobretudo Dona Cláudia, que foi quem nos trouxe para perto e organizou muitas das entrevistas —, a maioria dos nossos encontros na pesquisa foram momentâneos, em que só víamos e ouvíamos partes casuais das suas vidas.

Assim, dentre as etnobiografias, aquela realizada com Tia Cláudia foi vital para a pesquisa, tornando-se nossa informante principal. Na verdade, mais do que informante, essa interlocutora foi copesquisadora: produziu fotos, vídeos e participou das decisões da pesquisa. A própria escrita da tese era permeada por momentos de apresentação para Dona Cláudia, em primeira mão. Além disso, foi por meio dela que recebíamos notícias, mantendo-nos em contato durante nosso período de intercâmbio em Portugal.

Moradora há anos na comunidade, minha tia, que contará com o subcapítulo 4.2 dedicado à apresentação de sua história de vida, foi essencial para nossa pesquisa. Por ora, registramos apenas como, graças a ela, tivemos acesso a práticas tanto no espaço privado do domicílio, como aquelas estudadas por Gomes (2021) e Fracaro (2021), quanto no espaço

público e restante da malha socioambiental.

Das cenas que Tia Cláudia nos possibilitou, registramos em nosso diário de campo, certa vez:

> Das cenas cotidianas das vielas, eu fico inclinado pela determinada hora do dia ou da noite quando as mães chamam seus filhos. É ouvindo esses gritos direcionados às crianças que brincam nas ruas que reflito sobre as vantagens de pesquisar um aglomerado subnormal. É um privilégio que aqui, sentado se balançando na cadeira da garagem da Tia Cláudia, eu escuto tudo que acontece ao redor. Ora, as casas são todas coladas, os vizinhos são tão perto uns dos outros nessas vielas estreitas. Chega a nos iludir com a ideia fantástica de que não é necessário sair para pesquisar, sabendo que, na verdade, é. Sentado ali de frente à janela que dá para a rua, dá para saber tudo o que acontece. Talvez por isso, aqueles personagens que gostam de fofoca estejam sempre posicionados perto delas. Claro que a profundidade e amplitude ficam prejudicadas, mas é uma boa estratégia de pesquisa durante a pandemia de covid-19. Foi isso que fiz em 2021, suspendendo os passeios pela comunidade e indo visitar Tia Cláudia, ficando apenas em sua casa. É claro, também, que quando as coisas melhoraram, acabei visitando comércios e outras casas enquanto acompanhava a biografia da Tia, pois várias vezes fui comprar comida e ela me apresentava as pessoas que encontrava. Ou quando ia fazer alguma coisa na casa de alguém e eu ia com ela. (Diário de campo — 15 de junho de 2021).

No entanto, levantamos que o envolvimento intersubjetivo, que enubla as figuras do etnógrafo e do biógrafo na figura do pesquisador-narrador, não apresenta apenas pontos positivos para a metodologia e o trabalho de pesquisa. Recobramos que, ao mesmo tempo que a proximidade entre vizinhos poderia ser metodologicamente produtiva, como ocorre nas interseções das bolhas de convívio da Comunidade São Francisco, isso também representa o fato de que todos adoecem juntos. Devido à condição de habitar o mesmo ambiente, querendo ou não, ficamos doentes juntos e, por mais que também lembremos que recobramos a saúde juntos, com amor e cuidados mútuos (em que oferecemos mel, dipirona, etc.), evitar a doença nunca é fácil e nunca desejamos que nossa família adoeça, ao ponto de qualquer romantização.

Durante a experiencialização do pesquisador e a etnobiografia de alguns moradores, também registramos nos diários de campo as conversas informais com nossos interlocutores de nossa bolha de convívio, além dos relatos diretos das vivências do pesquisador e das notas técnicas sobre nosso método. Podemos mesmo dizer que essas conversas informais foram técnica e conteúdo simultaneamente em nossa pesquisa.

Utilizando essa técnica de escrita de diário de campo, “como meio de produzir conhecimento a partir de intenso envolvimento intersubjetivo” (CLIFFORD, 2014, p. 20), conversamos informalmente com aproximadamente 50 moradores da Comunidade São Francisco, entre aqueles de dentro e fora da minha bolha de segurança. Embora muitas dessas

conversas tenham sido breves, sem duração específica nos encontros, a maioria foi muito significativa em termos de aprendizado para nosso estudo.

Todas essas conversas informais que tínhamos em campo iam direto para o diário de campo, conforme nossa metodologia. Na dialética serial de acompanhamento e envolvimento no campo, contamos, para ganhos de agilidade, com o apoio do aplicativo para *smartphone Google Keep*, como uma forma muito prática de digitalizar o diário e de anotar instantaneamente as informações, sem correr o risco de esquecê-las, graças ao seu recurso de salvamento em nuvem. Com isso, nos desviamos do tradicional caderno físico como diário de campo.

Foi muitíssimo interessante, para nós, vivenciar conversas informais em qualquer lugar que estivéssemos na várzea do Rio Maranguapinho e na Comunidade São Francisco. Por exemplo: no cartório, na fila do caixa do supermercado, na fila do posto público de saúde, bem como sentados nas calçadas, nas praças, na barbearia da comunidade ou na oficina mecânica do "Louro". Lugar onde sempre levamos a moto para consertar, pois, enquanto mexe no veículo, ele sempre puxa conversa para deixar sua clientela mais confortável.

Em todos esses lugares, sempre presenciávamos ou experimentávamos conversas muito ricas. Um dos nossos diários de campo registrou esse *insight* de forma metalinguística:

> Hoje fui no cartório, peguei minha senha, e fiquei reparando como aquele lugar era um ótimo lugar para notar trajetórias de vida e fazer o exercício, no paradigma da complexidade, de tentar vislumbrar o máximo de emaranhamentos de uma sequência histórica de vida de uma pessoa, naquela rotina e dia a dia determinado. Fiquei pensando, sentado naqueles bancos interligados da sala de espera, cheia de outras pessoas olhando com um olho para o placar da senha e o outro na televisão bem no centro da sala, os mais diversos motivos que estavam ali: autenticações, contratos de trabalho, casa, automóveis, etc. Comecei a pensar na dinâmica contingente da malha socioambiental e no "jogos" de circunstância e de possibilidade que se abrem e se fecham enquanto fazemos nossos caminhos. Eu acho que o cartório tem essa magia (esse "mana" mesmo das relações humanas) devido aos seus serviços cobrirem uma ampla necessidade burocrática. Graças a isso, comecei a notar que quem tava com filho pequeno nos braços era para fazer a certidão de nascimento, quem estava vestido de roupa social ia para o casamento dos que vinham vestidos de noivo e noiva […] Realmente, foi um ótimo exercício, me perguntava: "quando o cartório entra na vida de cada um?", "o que tá acontecendo para uma pessoa vir aqui?". Até ter me dado conta de que eu mesmo tinha um motivo, e ter ido de mochila, sendo jovem e usando óculos, eram pistas que me entregavam. Uma visão rápida, saberiam que eu estava ali por algum motivo de estudo, no caso, para a autenticação de documentos por causa de um intercâmbio. (Diário de campo — 05 de maio de 2022)

Em especial, no entanto, destacamos um local: a barbearia do Bruno e do Wesley, na Rua São Luís do Oeste, onde o fluxo de jovens é grande e as conversas são longas. Apesar de comentarmos mais no capítulo cinco sobre esse lugar como ponto de contato com a

juventude da comunidade, apresentamos aqui um trecho de diário que reflete sobre esse espaço em nossa metodologia:

> Na barbearia das área é a oportunidade de usar meu lugar como homem e de escutar muitas histórias. Sempre há uma boa conversa, dessa vez escutei sobre um rapaz que jogava muita bola, mas que entrou nas drogas e agora havia tido um AVC (Acidente Vascular Cerebral) e morrido. Me contaram sobre como ele começou a trabalhar com dez anos e nunca teve nenhum apoio de ninguém, morando várias vezes na rua. Era mecânico de uma grande loja de autopeças e cobria o serviço, quando não sumia do trabalho, bebendo tudo o que podia. Trabalhou lá até a morte, segundo o cabeleiro: 'aquele lá era ruim, uma hora ia morrer'. Enquanto se preparava para igualar a outra lateral do meu cabelo, lembrou de quando o tal rapaz saiu da FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor), a antiga casa de reclusão para menores, e esfaqueou um menino que tinha 'cortado a raia' dele. Ele se espantava: 'por causa de raia, só man'. Segundo o barbeiro, sorte que o menino colocou a mão protegendo e não pegou tanto na barriga. Os outros no salão, ouvindo a conversa, complementaram: 'é hoje, tá bem ligeirinho, qual quer coisa, é bala, é faca, por besteira'.
>
> Wesley, nesse dia, contou também a história do roubo de uma empresa na 'rua dos armazéns' que fica a caminho da comunidade. Disse que um cara roubou vinte mil só em cigarro, sem ninguém ver. Numa rua movimentada como aquela, enquanto alguns se impressionavam, o menor deles falou: 'Isso é passado as fita. Teve alguém por fora dizendo a hora'.
>
> Wesley, então, ouvindo o menor, comenta que nesse caso tinha uns meninos vendendo bom-bom e que eles foram acusados de terem passado informações. Diz que foram buscar até o pai de um dos 'pivete', mas que eles não tinham nada a ver.
>
> Avançando à tarde, quando se mudaram os assuntos, os meninos falaram também sobre como as 'Areninhas', o projeto da Prefeitura de Fortaleza que constrói campos de futebol, mudaram as dinâmicas dos 'rachas'. Antes era Domingo, no 'campão'. Apenas chegava e sem preocupação jogava. Já agora, não, tem que agendar e pagar. Reclamaram que domingo era muito quente, que nunca começa na hora e que os 'cara das antiga' não conseguiam mais juntar os times. Afirmaram que ninguém, nessa idade de trinta para cima, tinha mais compromisso com o esporte. (Diário de campo — 22 de março de 2022).

Dessa forma, o encadeamento metodológico, até aqui, serviu como um degrau inicial para nos dar acesso e base para escolhermos alguns dos moradores que nos contariam suas histórias de vida, ou que contariam as histórias de parentes falecidos. Procurávamos, nesse ponto, alcançar a profundidade das técnicas de entrevistas de longa duração, apreendendo os fios mais detalhados da conjuntura de vida. Por isso, sentíamos a necessidade da entrevista formal, na qual o interlocutor dedicasse seu tempo para intercruzar e refletir sobre seu presente, passado e futuro.

No nosso estudo de caso, em razão dessas diferentes profundidades mnemônicas almejadas, optamos, em concórdia, pelo método de registro de história de vida, para possibilitar ao pesquisador o contato com diferentes memórias, aquelas quais foram constituídas no desenvolvimento do indivíduo, em sua auto-organização cotidiana, e que pesam em sua experiência de vida atual. Como asseveram Spindola e Santos (2003, p.120), a

história de vida é o modo de pesquisa que segue a: "[…] premissa de que os conhecimentos sobre os indivíduos só são possíveis com a descrição da experiência humana, tal como ela é vivida e tal como ela é definida por seus próprios atores".

Assim, mesmo valorizando a captação "no ato" ou "no andar das coisas", que a etnobiografia e a experiencialização podem realizar, decidimos combiná-las também com momentos em que os sujeitos sentam e contam suas histórias de vida. De forma complexa ou dialética, quando é a mudança que constitui a constância no devir da realidade e de nossas trajetórias de vida, é justamente em um momento de parada[22] que encontramos a quebra de percepção e um caminho para o objeto de estudo, dando-lhe outra perspectiva, subjetivada em uma distância temporal diferente daquela que retratamos nos diários de campo.

Desse modo, selecionamos 9 moradores, entre aqueles que cruzaram conosco em nossas conversas informais, para nos contar suas histórias de vida ou, no caso dos que morreram na pandemia de covid-19, para que pessoas próximas as contassem. Essa escolha, além de se basear no encadeamento metodológico da experiência anterior com as conversas informais, foi motivada pela facilidade de acesso e pela representatividade para o universo da Comunidade São Francisco, enquanto moradores vítimas da covid-19, idosos, adultos ou jovens desse território.

Buscando um contato muito mais profundo, realizamos várias entrevistas para reconstituir essas histórias. Contamos com, no mínimo, três encontros prolongados para cada história de vida. No caso das pessoas que relatavam a história de seus entes falecidos, tínhamos encontros em que falávamos de forma mesclada sobre a própria vida e sobre a da pessoa que morreu, o que exigiu mais encontros e demandou um trabalho de pesquisa e ordenação mental maior, para que não houvesse confusão entre as histórias.

No geral, o primeiro encontro buscava estabelecer um aprofundamento inicial, de forma aberta, sem muita interferência por parte do pesquisador. Nesse primeiro encontro, era lido para o entrevistado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que pode ser encontrado no Apêndice C, explicando-o de todas as ressalvas éticas de sua contribuição na pesquisa. Já no segundo, no terceiro e nos demais encontros eventuais, selecionavam partes mnemônicas dos relatos anteriores, alinhadas às práticas e subjetivações morais cotidianas que diziam respeito aos momentos das histórias de vida que buscávamos representar, cobrindo a vaguidade com que alguns assuntos surgiram nas entrevistas anteriores.

Com base nas trajetórias de vida dos nossos interlocutores, tentamos manter focos

22 Mesmo que seja uma parada perceptiva, ou simulada por uma técnica científica.

de atenção desde os seus nascimentos até chegarem ao momento recente, durante a pandemia da covid-19. Buscávamos pistas da reconstituição na infância, adolescência, escola, casamento, relações familiares e com outras sequências socioambientais, cruzando essas reconstituições com outras trajetórias, como as daqueles que faleceram, objetos ou outros animais. Assim, embora as entrevistas tivessem uma orientação de investigação na mente do pesquisador-narrador, o que cada um dos interlocutores ia expressando era sempre uma surpresa.

Para nós, fez mais sentido abandonar o guia de perguntas que havíamos elaborado com a orientação de investigação formalizada, pois sentimos que seu uso limitaria as respostas que encontraríamos. A ideia das "entrevistas não estruturadas" trouxe a visão de que, em vez de impor uma profundidade por meio da formalização das perguntas, era melhor oferecer liberdade para que essa profundidade fosse proposta espontaneamente durante os minutos da entrevista.

Assim, sem perguntas pré-formuladas e apenas com a orientação cronológica em mente, termos chegado a momentos da entrevista em que os interlocutores relatavam suas risadas brincando com os pais quando eram crianças, seus sorrisos ou os dias mais tristes de suas vidas, constituiu uma experiência muito proveitosa. Isso permitiu que o fluxo das memórias se expressasse antes de nos preocuparmos com a remontagem das narrativas na tradução comunicativa para a escrita científica e o formato acadêmico.

Conforme Barreira e Reis (2018, p. 44), as entrevistas foram "pensadas como situações de interação e influência mútua entre entrevistador e o entrevistado". Por isso, mesmo tendo pistas de reconstituição, as perguntas surgiam no momento, conforme o assunto, e eram gravadas com um *smartphone "*Moto E7" e um gravador digital "R-70 Novacom".

As entrevistas foram um verdadeiro convite a rememorar quem eram nossos interlocutores, nos termos da junção de suas experiências, e a registrar como as pessoas deveriam lembrar de suas memórias algum dia. Por isso, por mais que, nas casas dos nossos entrevistados, não pudéssemos controlar as pessoas que passavam ou os barulhos, também houve pontos positivos nessa "desordem", como a presença de outras pessoas no local da entrevista. Tia Cláudia, por exemplo, nos deu um bom apoio, participando, seja ativa ou passivamente, pois os entrevistados queriam conquistar a narrativa da lembrança dela também, ao falar de suas vidas para alguém que os conhece há muitos anos.

Ao tratar das histórias de vida, nesse sentido, é preciso ter a percepção de que, ao

tentar reimaginar as sequências de vida, elas surgem na forma de narrativas, e não exatamente como são, enquanto trajetórias de vida. Enquanto as trajetórias são uma dimensão mais material das sequências subjetivas-objetivas, as histórias de vida são imaginadas na dimensão simbólica da coisa.

Em razão disso, inclusive, a nosso ver, contradições não podem ser consideradas como falhas paradigmáticas, pois nem as narrativas, nem as próprias trajetórias de vida são isentas delas. Não se buscou compreender o teor de verdade dos relatos dos moradores da Comunidade São Francisco ou a fidelidade das narrativas que eles atribuem às suas histórias de vida, tampouco atestar a veracidade de nossas observações e experiências sobre o objeto, mas sim ressoar o mais semelhantemente possível ao regime de verdade (FOUCAULT, 2014) da complexidade da contingência em estudo. É nesse regime de verdade que os discursos adquirem significação moral, ou seja, se constituem como plausíveis e ganham atribuição com base na eficácia de sua prática no cotidiano. São essas plausibilidades os tijolos entre os estudos científicos de uma ciência que não se almeja determinística, universal e nomológica.

Nesse mesmo sentido, utilizamos a ficção do nome de alguns de nossos interlocutores, sem que isso abale a verdade contingente construída em nossa pesquisa com eles. Fizemos isso, para lidar com a violência urbana e as tramas dos mercados ilegais, que nos impediram de utilizar alguns dos nomes verdadeiros dos nossos interlocutores. Substituímos seus nomes por apelidos, vulgos ou nomes de fantasia, com o intuito de preservar a integridade e o bem-estar desses entrevistados, frente a quaisquer consequências que pudessem advir de suas entrevistas.

Nessa reimaginação das histórias de vida, também procuramos entender a atmosfera socioambiental que dá significado às práticas cotidianas, já que, destarte, a trilha cotidiana das trajetórias dos moradores afeta corpos e objetos, ao passo que constrói fronteiras simbólicas e morais. Por isso, seguimos encadeando nossas observações sociológicas com dados captados e produzidos pelo pesquisador, por artistas locais, instituições ou interlocutores, como: fotografias, álbuns familiares, vídeos, músicas, sons do ambiente, itens domiciliares, grafites, pichações e outras expressões do cotidiano. Alguns desses materiais são apresentados ao longo desta tese, utilizando os recursos dos códigos QR e *shortlinks* para o seu acesso na íntegra.

Conforme os encontros dos registros das histórias de vida iam acontecendo, requeríamos permissão aos entrevistados para ter acesso a documentos e fotos, como forma de

estimular suas memórias. Conforme Martins (2008, p. 36), a fotografia, assim como nosso conceito de configuração científica, é um retrato do real fragmentado, um conjunto narrativo de histórias e, portanto, se propõe antes como apontamento da memória do real, e não como memória real:

> A fotografia não congela nem retrata 'o que está lá'. […] a fotografia nutre a sua interpretação por sua contínua remessa ao real, que não se deixa congelar, que não interrompe o seu fluxo e que, por sua vez, agrega e redefine significações ao que só aparentemente é um 'congelamento' de imagem e nesse sentido um 'retrato' da sociedade em certo momento [e lugar].
> Nos dois casos, a fotografia tece uma história. […] A fotografia se propõe aí como documento da incerteza, e não da certeza.

Nesse processo, nossa mente ficava recheada dos contextos em que eram tiradas algumas das fotografias, como os sons e cheiros. Ouvimos também relatos semelhantes das pessoas que iam narrando, especialmente ao observarem as fotos dos álbuns fotográficos familiares aos quais tivemos acesso. Esses álbuns foram muito importantes em nossa pesquisa, pois, conforme Samain (2012), as fotografias fazem parte de um arquivo do tempo. Elas (ib., p. 161):

> […] reacendem velhas lembranças e outras imagens e, com elas, sobretudo, interrogam nosso tempo presente. Essas fotografias, essas imagens não são mais simples objetos, nem meras lembranças. São questões e questionamentos postos ante o nosso dia-a-dia planetário.

Curiosamente, entretanto, apesar de haver momentos em que foi necessário que os entrevistados desenterrassem do fundo dos seus armários os álbuns físicos, especialmente entre os mais jovens, o acesso às fotografias familiares nos foi dado por meio da memória dos *smartphones* e dos perfis digitais, que estavam na palma de suas mãos. De todo modo, sejam físicas ou digitais, o que importa é que, se os olhos são a janela da alma, as fotografias são a janela da nossa história. Por elas, temos um ponto de nó no tempo, em que lembramos da existência no passado e conseguimos nos transportar, a partir dali, para simular a desobstrução do fluxo do real como ele se deu.

Todas essas ferramentas que congregamos fazem com que nosso estudo científico surja do diálogo entre as condutas percebidas pelo pesquisador e o relato das vivências dos entrevistados, a fim de entendermos o processo histórico e coletivo da produção do cotidiano e das sequências de vida dos moradores da Comunidade São Francisco. Todo o encadeamento metodológico foi construído para que nossa atenção fosse sempre minuciosa aos simples movimentos de olhares, pois tínhamos a noção de que a perda de um simples momento na

experiencialização, nas etnobiografias ou nas entrevistas de histórias de vida poderia resultar na perda de grande complexidade em nosso trabalho. Assim como reconhecíamos que qualquer interafetação nossa modificaria a reação dos interlocutores a essas técnicas de pesquisa ou, dependendo do que fizéssemos ou perguntássemos, isso poderia afetar o dia, ou mesmo suas trajetórias. Por isso, cada detalhe íntimo da vida precisava ser lidado com cautela.

No fim, também por uma questão ética no trato com nossos interlocutores, oferecemos, àqueles com quem nos aprofundamos com as entrevistas prolongadas de registro de histórias de vida, uma cesta básica com alimentos, como forma de agradecimento. Acreditamos que, no contexto da pandemia da covid-19, em que o custo da alimentação no Brasil aumentou consideravelmente, e diante de todo o sofrimento que presenciamos na Comunidade São Francisco, era eticamente importante ofertar algo que contribuísse para o bem-estar daquelas pessoas que dedicaram seu tempo para nos auxiliar em nosso estudo.

Apesar de rejeitarmos a ideia de neutralidade e a noção de fatos isentos de valorações, nos preocupamos, na construção metodológica, em evitar que esse gesto fosse confundido como uma troca que nos interafetasse negativa e desmedidamente logo de partida. Por isso, adotamos como atitude revelar esse presente apenas ao final de nossa última entrevista com cada entrevistado, declarando, então, nosso agradecimento.

Por último, ainda cabe destacar aqui dois detalhes que fazem diferença no que se refere à autocrítica do nosso trabalho técnico de pesquisa: o garimpo particular de fontes de dados macro e micro; e a ampla cobertura das informações jornalísticas sobre a pandemia de covid-19. Para isso, utilizamos diversos jornais e revistas eletrônicas, bem como o portal científico independente *Worldometers* (2020).

Nosso trabalho também só foi possível graças à rede mundial de internet, especialmente a portais como o *Library Genesis*[23], que disponibilizam gratuitamente livros e fontes de conhecimento que, de outra maneira, não teríamos como comprar ou obter. E também, graças à ferramenta online *LanguageTool*[24], que nos auxiliou na adequação gramatical do texto; e à ferramenta do *Chat GPT*[25], igualmente limitada ao comando antiautoria de "correção ortográfica sem alteração de nenhum conteúdo, estilo, termos técnicos ou referências" que inseríssemos.

Mencionamos também aqui a importância do doutorado sanduíche para nossa

23 Disponível em: https://libgen.is/. Acesso em: 07 abr. 2025.
24 Disponível em: https://languagetool.org/pt. Acesso em: 01 abr. 2025.
25 Disponível em: https://chatgpt.com/. Acesso em: 07 abr. 2025.

práxis, lançando oportunidades e novas possibilidades ao aprender com pesquisadores de alta qualidade do Grupo de Investigação LIFE e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Bem como, pela possibilidade de acesso às obras da sociologia do cotidiano de José Machado Pais, o maior expoente desse campo entre os dois lados do Atlântico.

Igualmente, pensando nas fontes epistêmicas e metodológicas do estudo, consideramos fundamental ter como referencial o "Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus", lançado semanalmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS, 2020), especialmente no início da pesquisa, período turbulento e difuso de informações. Esse boletim garantiu o acesso democrático ao pensamento coletivo de excelência, produzido por alguns dos melhores cientistas sociais do país.

Já ao nível local, foi fundamental acompanharmos o "Informe Semanal Covid-19", da Coordenadoria de Vigilância em Saúde da Prefeitura de Fortaleza (2020), bem como o boletim epidemiológico divulgado pela Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (Rede DLIS) do Grande Bom Jardim, organização do terceiro setor que atua na região de estudo.

# 2 A HISTÓRIA ECOLÓGICA DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO: *LOCUS*, SENSIBILIDADES E VULNERABILIDADES

Reconstituiremos aqui a sequência de vida ou o cotidiano socioambiental da várzea do Rio Maranguapinho, onde está localizada a Comunidade São Francisco. Faremos isso, por meio de alguns elementos gerais e das narrações do próprio ambiente, que fala conosco por meio das nossas sensibilidades durante nossa experiencialização, e por intermédio dos seres humanos ou não humanos que habitam esse ecossistema, em sua interafetação mútua de sequências. Afinal, em nossa perspectiva ecológica da sociologia do cotidiano, é essa grande história socioambiental que contém todas as outras pequenas histórias dos seres actantes que dela fazem parte.

Para nós, portanto, é impossível pensar que um ambiente ou que sequências actantes ambientais não tenham histórias, se elas, inequivocavelmente, fazem parte da história universal do espaço-tempo. Da mesma maneira, não é possível dizer que, mesmo algo impalpável, não age, como, por exemplo, os ventos, porque eles, estando na malha socioambiental, sofrem e produzem interafetações mútuas.

Na cidade de Fortaleza, os ventos sobem ao nível do mar desde a orla, hoje com seus grandes prédios embarreirando esses actantes, para se infiltrarem e percorrerem o chão quente dos platôs, entre a constante urbana e as áreas de mangues, estuários, dunas e falésias. Depois da metade do território adentro, os ventos encontram depressões e áreas de várzea, como na bacia hidrográfica do Maranguapinho, em uma das periferias mais longínquas da cidade. Lá as correntes que vêm do oceano, após serem expulsas da orla, têm um ponto de reencontro, produzindo nossas costumeiras tardes de ventos fortes, que sacodem as cortinas das janelas e as árvores nativas do ambiente. Assim como faz balançar os fios de internet e telefone das árvores artificiais, ou seja, os postes de energia. Fios que, como cordas de um violão, vibram ao ritmo do barulho da ventania que se espalha pelos labirintos das ruas, chocando-se contra os muros das casas baixas, seguidos pelos silêncios que aguardam a passagem de novas correntes. Esses ventos músicos sopram e refrescam as casas, mas também levantam a poeira e produzem cenas de gente correndo para pegar um objeto que foi levado.

Não à toa, que Bruno Latour (2000) também escolhe esse mesmo actante intangível como exemplo instrutivo, no caso, para evidenciar sua ideia de ação-rede, ao falar

de moinhos que unem, tecnicamente, a força indomável do vento ao movimento regular de um moedor.

E, nesse mesmo sentido, que também falamos do chão onde se passa a pesquisa e que toca nossos pés e nos dá firmeza. Chão que, ao mesmo tempo, assim como o espelho da água do córrego, que reflete e interliga cada céu particular em nossas cabeças, cada uma de nossas esperanças e de nossos sonhos, fazendo uma analogia com a ideia de Gregory Bateson (1986) de não separação entre a mente e a natureza.

Portanto, é desse chão, ilustrado na figura 2 abaixo, que partem tanto nossos deslocamentos físicos quanto os simbólicos. É das interafetações desse actante que nossos passos deixam pegadas nas ruas de terra batida, e, a partir delas, traçamos caminhos mentais, imprimindo estéticas diversas e brincando com os reflexos do que pode vir a ser no futuro.

Figura 2 – Comunidade São Francisco nas margens do córrego da bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho




Fonte: Google *Maps*.

Nesse chão, apresentamos a experiência dos corpos dos seres actantes, humanos ou não, na mesma dimensão geográfica do próprio chão, ou seja, como territórios de passagem de efeitos, marcas e vestígios de outros, e como acontecimentos cultivados nos encontros uns com os outros (BONDÍA, 2015). Aqui, a história do pesquisador se entrelaça com a de Dona Cláudia, que o viu crescer e, por sua vez, a história de Dona Cláudia se liga à história de seus vizinhos, assim como à história das carnaúbas[26], dos sapos e dos gaviões, do córrego e dos seres humanos. Ao mesmo tempo, todos nós nos relacionamos com a grande história socioambiental do território da Comunidade São Francisco e da várzea do Rio Maranguapinho.

Dessa forma, enquanto caracterizamos nosso *locus* de pesquisa, apresentamos, neste capítulo, as origens dessa área da Comunidade São Francisco, localizada em uma região periférica e limítrofe da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Situada nos limites desse município, na fronteira a oeste com Caucaia e ao sul com Maracanaú. Essa região está localizada em uma várzea, território com declive e características de inundação (MARQUES, 2018), e que remonta ao ecossistema dos carnaubais. Trata-se de uma extensa planície aluvial às margens do Rio Maranguapinho, que nasce na Serra de Maranguape e percorre diversos municípios ao longo de seu trajeto de trinta e quatro quilômetros.

O Rio Maranguapinho, quando chega a Fortaleza, pelos bairros Planalto Vitória e Canidezinho, infiltra-se no solo e forma o Parque Urbano Lagoa da Viúva. É dessa lagoa que surge o "Canal Leste", origem do córrego que é berço da Comunidade São Francisco, bem no meio da bacia hidrográfica, e que passa por vários bairros, como Bom Jardim, Granja Portugal, Conjunto Ceará e Genibaú, até desaguar no Rio Ceará pelo Tabapuá.

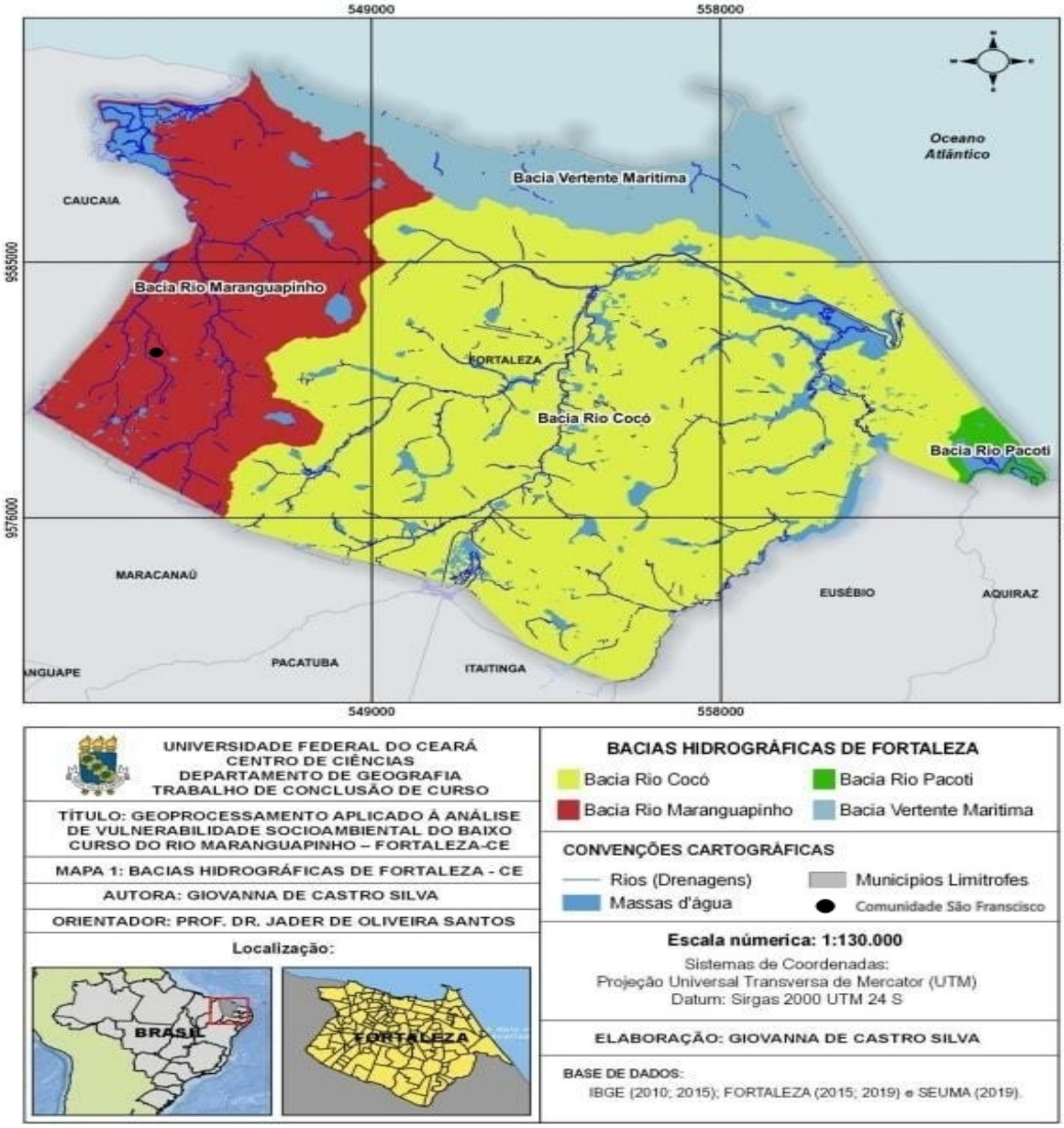
Enquanto isso, outra parte do leito do Rio Maranguapinho segue do Canidezinho para o Parque São João, Siqueira, Granja Portugal e Autran Nunes, até reencontrar sua primeira parte, entre o Tabapuá e o Antônio Bezerra.

Todos esses diversos afluentes que compõem a bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho deságuam no Rio Ceará, em Caucaia, até sua foz no Oceano Atlântico (SALES, 2004), como se pode ver em vermelho no mapa da figura 3 adiante, o qual também assinala a localização da Comunidade São Francisco nessa geografia, com um ponto preto.

Infelizmente, porém, toda essa várzea constitui hoje uma região ameaçada pela urbanização, pois, segundo estudos que analisam sua situação, a poluição reserva-lhe um destino de extinção futura (MAIA, 2008).

26 Palmeiras da espécie *Copernicia prunifera*, árvore símbolo do Estado do Ceará.

Figura 3 – Bacias hidrográficas de Fortaleza-CE, com indicações da Bacia do Rio Maranguapinho e da Comunidade São Francisco




Fonte: Silva (2019, p. 16), editada pelo autor.

Essa região, que chamamos de várzea do Rio Maranguapinho, segundo relatos de antigos habitantes, era chamada de "Estiva[27]" ou "Veneza" por possuir uma história ecológica que remonta ao ecossistema das florestas inundadas das carnaúbas, em uma região pantanosa.

A própria infância do pesquisador é cercada não só pela paisagem, mas também pela ação de lembranças das carnaúbas ou carnaubeiras. Entre suas memórias, há, inclusive, a

27 Substantivo feminino e termo naval que se refere ao fundo interno de um navio.

de uma carnaúba específica, que observava da varanda da casa onde cresceu, na Granja Portugal, de onde enxergava um ninho de coruja, em cima de sua copa arredondada e de seu tronco fino submerso, conforme retrata a figura 4 abaixo.

Figura 4 – Imagem de uma carnaúba nativa que ainda resiste na região metropolitana que circunda a cidade de Fortaleza



Fonte: Autor.

Por conseguinte, a Comunidade São Francisco fica inserida nesse ecossistema natural, sendo banhada por uma ramificação de um dos córregos de águas poluídas na bacia hidrográfica do Rio Maranguapinho, oficialmente chamado de “Canal Leste”. É interessante observar que essa água, quando está suja, deixa de ser água na percepção dos seres humanos, como se perdesse sua natureza, tornando-se apenas mais um produto residual da sociedade humana e, por isso, passando a integrar um “fora da natureza”.

Dessa forma, não se trata somente de ver os ambientes como seres que agem, mas

também como seres que deixam de ser, quando eclipsados pelo *modus operandi* hegemônico de pensamento. Esse é o caso do córrego da Comunidade São Francisco, chamado pelos moradores de "canal", termo que lhe atribui uma identidade não natural, embora seja um afluente de um rio e pudesse trazer água limpa. Afinal, na rede regular de abastecimento, os canos que chegam às periferias frequentemente falham, deixando a população sem água[28].

Porém, o córrego ilustrado na figura 5 abaixo foi transformado pelo despejo direto de esgoto, incluindo resíduos industriais, quando passa pelo complexo industrial de Maracanaú.

Figura 5 – Córrego da São Francisco em um dos pontos de seu percurso dentro da várzea



Fonte: Autor.

28 Conforme registramos em diário de campo, no dia vinte e sete de maio de 2021, em meio a um dos períodos mais críticos da pandemia de covid-19: "[…] está faltando água em toda a região periférica de Fortaleza. Minha casa e na Comunidade também. Narro esse fato de faltar água na pandemia para retirar da banalidade um problema tão grave, que nem nesse período é tomado pela atenção dos governantes".

Assim sendo, contar a história desse ambiente às margens do Rio Maranguapinho é também narrar a história de uma comunidade que se formou nessas terras pantanosas, as quais, sem infraestrutura e desvalorizadas, acabaram se tornando uma brecha na especulação imobiliária urbana.

## 2.1 A reconstituição da sequência socioambiental da Comunidade São Francisco

O córrego é o primeiro habitante da Comunidade São Francisco, pois ali esteve desde os primórdios das terras distantes e desvalorizadas da região dos carnaubais, que pertenceram quase inteiramente à Família Albano[29], desde a época da repartição das sesmarias pela Coroa Portuguesa até o século XIX.

Nessa trajetória histórica do território, o córrego da São Francisco foi um grande atrator, reunindo famílias que não tinham onde morar, pois, embora as terras estivessem sob a posse de grandes proprietários, brechas nas margens dos riachos, assim como outras áreas próximas a estradas e pontes, foram sendo ocupadas por pessoas à margem da sociedade legal e de direitos.

Essa ocupação ocorreu durante o século XIX, sobretudo com o êxodo rural, que levou as vítimas das constantes secas no interior do Ceará a se instalarem nessas lacunas da região periférica. Da mesma forma, a ocupação também ocorreu como alternativa das camadas mais pobres expulsas das favelas e cortiços devido à gentrificação e às reformas "sanitárias" do centro de Fortaleza durante a *Belle Époque* (PONTE, 1999). Esse higienismo legitimava politicamente uma ideia errônea de que lugares de pobreza eram sinônimos de lugares de doenças, uma vez que as elites locais buscavam se desvencilhar dos males sociais da desigualdade que cercava o centro urbano onde habitavam. Um preconceito que, se atualiza no contexto do isolamento social durante a pandemia de covid-19, ao reforçar a segregação entre as classes por medo de contaminação.

Esse córrego, novamente ilustrado na figura 6 abaixo, é um actante não humano (LATOUR, 2012), que faz jus ao título de morador mais antigo, pois, desde o início da São Francisco, conclama a todos à sua presença. Hoje em dia, aos finais de tarde, convida moradores a pegarem suas cadeiras de plástico e se sentarem nas calçadas de suas margens, embelezadas por canteiros de plantas, ou a ocuparem os banquinhos e mesinhas de cimento

29 Cf. Blog Fortaleza Nobre. Disponível em: http://www.fortalezanobre.com.br/2011/11/conjunto-ceara-o-antigo-carnaubal-da.html. Acesso em: 04 Mar. 2024.

feitos por eles próprios. Enquanto o sol se põe, as crianças correm brincando de pés descalços na terra batida. Visão essa que descreve, por vezes, nossas chegadas à casa da Dona Cláudia, nossa interlocutora central, trazendo pão para “merendar”, ou, em outras ocasiões, descreve nossas partidas da comunidade após um dia inteiro nas casas de amigos.

Figura 6 – Córrego da São Francisco no ponto que sai da Comunidade e segue no seu percurso dentro da várzea




Fonte: Autor.

Pelo que foi expresso nas falas dos moradores da São Francisco, no início as casas eram feitas apenas de “palafitas”, um sistema construtivo utilizado em regiões propensas a inundações, usando principalmente madeira. Segundo eles, na fase inicial da comunidade, pelo menos a partir da segunda metade da década de 1940, as pessoas viviam numa espécie de sertão urbano, aliado a um estilo de vida ribeirinho.

Corroborando com esses relatos, embora mais recentemente, há uma memória do

próprio pesquisador sobre essa região baixa do Maranguapinho. Nos canais das Avenidas C e G do bairro Conjunto Ceará e na ponte do bairro Bom Sucesso, quando chovia muito e os córregos — chamados de “canais” — transbordavam, era comum ver pessoas pulando e tomando banho, além de outras surfando com isopores e tábuas. Hoje, entretanto, as relações com esses espaços se transformaram e temos uma consciência diferente dos riscos à saúde, decorrentes da exposição que esse entretenimento pode causar. Naquela época, porém, acreditávamos que a sujeira diluída no volume da água da chuva permaneceria externa à nossa pele.

Como os “canais” agora estão muito mais poluídos devido ao aumento populacional e à falta de tratamento dos resíduos urbanos, somados às novas circunstâncias epidemiológicas da pandemia da covid-19, nem mesmo as crianças mais corajosas se arriscam. Sendo, dessa maneira, que essas transformações acabaram com o costume de “brincar com os riachos” durante a chuva, apagando esse vestígio da vida ribeirinha que resistiu por muito tempo, mesmo com a urbanização e a contaminação da água.

Figura 7 – Registro de lazer nas margens do córrego da Comunidade São Francisco



Fonte: CCBJ.

Ainda assim, a vida ribeirinha seguiu, apesar das adaptações. Porque, se já não era mais possível brincar com a água, as margens do córrego continuaram a fazer parte das brincadeiras das crianças da várzea do Maranguapinho, como ilustrado na figura 7 acima.

Contudo, essa condição de vida que está presente até hoje na população pobre moradora da São Francisco nem sempre é lembrada com nostalgia. Como nas histórias de vida que recuperamos de antigos moradores, o córrego da São Francisco e a chuva foram alavancas que muitas vezes trabalharam juntas no passado. Um dos eventos extremos mais vívidos nas memórias de nossos interlocutores, foi a chuva histórica de 24 de maio de 1997[30], a maior chuva do século XX, chuva essa de 270 mm, em que o leito do Rio Maranguapinho transbordou desabrigando famílias.

Não é à toa, historicamente, no entrelaçamento entre razão e emoção — indissociáveis na contingência da realidade —, que os habitantes humanos dessas margens escolheram um nome que representasse o seu desejo de proteção e esperança: São Francisco. Assim como  Embora as origens desse nome não sejam conhecidas com certeza e faltem informações mais detalhadas, muito devido à fragilidade da preservação das memórias populares nas periferias, sabemos que São Francisco, o santo "dos pobres", é amplamente associado às causas dos mais necessitados, auxiliando em seus sofrimentos. Por essa razão, muitas comunidades no Brasil adotam seu nome em homenagem, e esse parece ter sido o caso do território que apresentamos.

Um registro autêntico dessa relação, na qual os valores sociais da humildade, altruísmo e esperança são sacralizados num ideal religioso e na figura de São Francisco de Assis, encontra-se no livro "A fome", do escritor cearense Rodolfo Teófilo (2002). Esse autor foi testemunha ocular de um período da história de Fortaleza bastante semelhante ao contexto da pandemia de covid-19, quando a cidade enfrentou outra sindemia[31] — desta vez, resultante da sincronia entre o flagelo social da seca e a epidemia de varíola no século XIX. Mencionamos isso porque, nesse livro, o autor retrata, na personagem "Quitéria", a forte devoção que as pessoas tinham por São Francisco naquela época. Para seus fiéis, tanto de ontem quanto de hoje, não há nada que São Francisco não possa alcançar para aqueles que são pobres, mas bons de coração. Na oração que é atribuída a São Francisco, um trecho diz: "onde houver desespero, que eu leve a esperança", e essa são palavras que sempre terão muito

30 Cf. Matéria "Grandes chuvas em Fortaleza, impactos e aprendizados futuros". Disponível em: https://mais.opovo.com.br/reportagens-especiais/2022/05/18/grandes-chuvas-em-fortaleza-impactos-e-aprendizados-futuros.html. Acesso em: 11 de jun. 2023.

31 Cf. Singer (2009).

significado para as trajetórias de vida inópias nas periferias das cidades.

Sabe-se apenas que os primeiros moradores foram apoiados por uma paróquia católica do bairro Granja Lisboa, de estilo comboniano, que assim como os franciscanos, possui missões voltadas aos mais pobres e menos favorecidos, por meio das chamadas Comunidades Eclesiais de Base[32].

Curiosamente, entretanto, se as raízes do nome evidenciam as marcas de um território historicamente associado à miséria e ao sofrimento, também revelam as contradições inscritas nas trajetórias de mudança que marcam um lugar. Elas mostram como o sentido de um espaço pode se perder ou se ressignificar, pois, atualmente, apesar do nome de santo, a Comunidade São Francisco possui uma população majoritariamente evangélica. Dividida em, pelo menos, três igrejas neopentecostais: Assembleia de Deus — Ministério Missão de Cristo, Assembleia de Deus — Templo Central Residencial Bom Jardim II e Igreja Batista.

Na verdade, podemos dizer que essas igrejas são hoje algumas das instituições com maior influência direta sobre a vida cotidiana dos moradores, como será possível observar em alguns momentos ao longo desta tese.

De qualquer forma, para seguir a trajetória dessa comunidade que se autodenominou São Francisco, conforme relatam os moradores mais antigos da região, as terras de brejos e várzeas foram sendo transferidas das oligarquias para outras famílias menores do então Distrito de Parangaba. Apesar de menores, essas famílias também detinham poder e influência, como a família "Castro Carioca", que, ainda na década de 1930, adquiriu uma grande fazenda denominada "Tatumundé[33]", abrangendo toda a região do chamado Grande Bom Jardim, incluindo a São Francisco.

Contudo, em 1951, o Sr. Teodoro de Castro, que hoje dá nome a uma avenida na região, faleceu vítima de infarto. Diante disso, a matriarca Dona Maria Alves Carioca, cujo nome hoje intitula uma escola de ensino médio e um conjunto residencial na região, assumiu a responsabilidade pelos negócios da família[34].

Na década seguinte, embora a família afirmasse que a decisão de lotear e vender as terras às famílias de trabalhadores recém-chegados à região tenha sido tomada por Dona Maria em conjunto com seus filhos, a realidade é que muitas dessas terras já haviam sido

32 Cf. Disponível em: https://paroquiasantapaula.org.br/historia-da-paroquia/. Acesso em: 03 de dez. 2025.

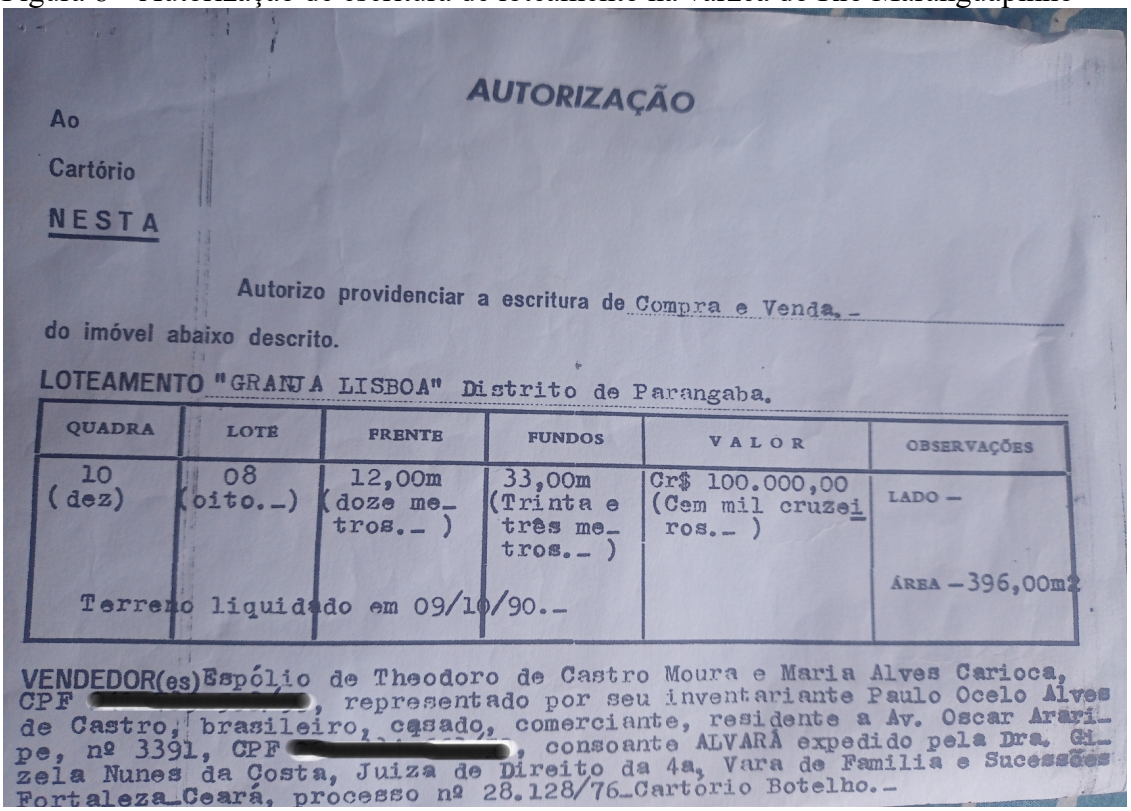
33 Hoje em dia, esse é o nome de um conjunto habitacional para famílias de baixa renda na região, ao lado do Parque Urbano Lagoa da Viúva.

34 Depois da morte de Teodoro de Castro, a família Carioca ficou ainda mais famosa e poderosa, absorvendo os recursos do matrimônio. Até hoje preserva a Casa Grande onde viveu Dona Maria e, inclusive, uma das ruas da região chama-se "Rua Campo dos Cariocas".

ocupadas espontaneamente por pessoas que ali estabeleceram seus lares. Então, em 1963, as terras da família Carioca sofreram uma intervenção estatal na propriedade para fins de utilidade pública, sofrendo expropriação para que cumprissem função de moradia em uma cidade que crescia aceleradamente e exigia a ocupação de todos os seus limites.

Desse modo, aqueles que ainda não ocupavam as sobras mais desvalorizadas dos terrenos, a duras penas, financiaram um dos vários lotes nos quais o espólio foi dividido. Na ocupação desses espaços, alguns moradores conseguiram autorização para escriturar, mas a maioria optou por não fazer, em uma estratégia comum entre as famílias populares, já que sempre foi e ainda é um processo oneroso. Segundo os relatos dos moradores sobre suas casas, a grande maioria nunca obteve nenhum documento oficial, como constatamos em nossa etnobiografia[35], que teve acesso apenas a uma autorização de compra, como ilustrado na figura 8 adiante. Ainda assim, essa mesma maioria, que simplesmente ocupou um terreno, após mais de oitenta anos de existência da Comunidade, está amparada pelo usucapião da terra, ainda que de seus antepassados, garantindo a função social da propriedade e os protegendo de qualquer risco de despejo.

Figura 8 – Autorização de escritura de loteamento na várzea do Rio Maranguapinho



AUTORIZAÇÃO

Ao

Cartório

NESTA

Autorizo providenciar a escritura de Compra e Venda, -
do imóvel abaixo descrito.

LOTEAMENTO "GRANJA LISBOA" Distrito de Parangaba.

| QUADRA | LOTE | FRENTE | FUNDOS | VALOR | OBSERVAÇÕES |
|---|---|---|---|---|---|
| 10 (dez) | 08 (oito.-) | 12,00m (doze me- tros.- ) | 33,00m (Trinta e três me- tros.- ) | Cr$ 100.000,00 (Cem mil cruzei- ros.- ) | LADO - ÁREA - 396,00m² |
| Terreno liquidado em 09/10/90.- | | | | | |

VENDEDOR(es) Espólio de Theodoro de Castro Moura e Maria Alves Carioca, CPF [redacted], representado por seu inventariante Paulo Ocelo Alves de Castro, brasileiro, casado, comerciante, residente a Av. Oscar Araripe, nº 3391, CPF [redacted], consoante ALVARÁ expedido pela Dra. Gizela Nunes da Costa, Juiza de Direito da 4a, Vara de Familia e Sucessões Fortaleza-Ceará, processo nº 28.128/76-Cartório Botelho.-

Fonte: Autor.

35 Cf. Gonçalves, Marques e Cardozo (2012).

Assim como ocorre com a falta de documentação sobre os terrenos e ambientes, o mesmo se dá com as histórias familiares da Comunidade São Francisco. Pois, há um processo de esquecimento e apagamento da maioria dessas trajetórias, pertencentes às classes mais pobres, como aponta o sociólogo Ricardo Costa de Oliveira no p*odcast* Não Ficção[36]. Segundo ele, ao contrário das famílias tradicionais da elite colonial brasileira, as famílias subalternas não possuem um esforço formal e sistemático de documentação histórica. Além disso, vale lembrar que, conforme também ressalta o sociólogo, um escravizado africano ou um indígena submetido ao regime de servidão, ao ser convertido, comprado ou liberto, adotava geralmente o sobrenome de seus senhores portugueses, o que contribuiu para a diluição e o apagamento de suas histórias familiares.

Ao tratar dessa questão, o senso comum tende a supor que os mais pobres não tenham esse desejo de documentação porque "vieram do nada". No entanto, é preciso observar que a informalidade com que as classes populares organizam a memória histórica de suas famílias não significa que essa memória não exista. Antigamente, isso ocorria por meio de álbuns de fotos físicos; hoje, manifesta-se nos perfis de redes sociais ou em arquivos armazenados na nuvem. Ainda assim, como reflexo do colonialismo moderno, pouco sabemos sobre a trajetória de nossos bisavôs e bisavós. Um apagamento que configura a completa criação das chamadas "vidas nuas" (AGAMBEN, 2010), vidas matáveis ou descartáveis. Afinal, quando já não há terra para morar, nem meios de produção para produzir, resta-nos também a ausência de uma história para contar.

De maneira complexa, é fundamental compreender que o modo de vida e a forma como atribuímos sentido simbólico à nossa memória familiar variam entre as diferentes camadas sociais. Para as famílias mais pobres, não importam suas muitas gerações, a linhagem genética ou a "raça", pois o significado atribuído à família é outro. Para nós de baixo, ser lembrado em vida é o que realmente importa. Afinal, na lógica dominante, a memória póstuma só ganha relevância quando há uma herança financeira envolvida. Em nossas famílias na base da pirâmide social, a preocupação não está em preservar a ascendência, mas sim em guardar os bons momentos com as pessoas mais próximas, aquelas com quem se escolhe construir memórias. Já que, nas periferias, o momento presente tem maior significado para a noção de família, por ser no agora que os laços de união são efetivamente construídos. Diferentemente da lógica colonial, que valoriza o passado das

36 Disponível em: https://youtu.be/EaO61N4ffcc?si=IIjTU1AAIMM8o2Q_. Acesso em: 18 Jan. 2025.

gerações, aqui o sentido da família se manifesta na vivência cotidiana.

Quando mais famílias pobres ocuparam os terrenos cercados da várzea da São Francisco, nas décadas de 1950 e 1960, esse processo levou ao surgimento de galpões de zinco e à construção de algumas casas maiores de alvenaria, substituindo as cercas por muros e fachadas. Naquele período, pequenos comércios e feiras de alimentos[37], abastecidos pela Central de Abastecimento S.A. (CEASA), impulsionaram a economia local e contribuíram para que a comunidade se integrasse, por conurbação, ao crescimento da malha urbana de Fortaleza. Esse crescimento foi marcado pela construção de infraestrutura e conjuntos habitacionais destinados a trabalhadores de classe média e baixa na região da bacia do Rio Maranguapinho, como o Conjunto Ceará (BARBOSA, 2017).

Posteriormente, esse processo de crescimento deu origem a uma hibridização do estilo de vida urbano (LINS, 2020). Ao mesmo tempo que se consolidava a predominância das casas de alvenaria, como ocorre atualmente, no entanto, misturavam-se características rurais[38], que nunca foram completamente eliminadas. Essas quais, se manifestam ainda hoje, de diversas formas: na criação de animais para consumo, como galinhas, vacas e porcos; na presença de animais de estimação, como gatos, cães, cavalos e pássaros; nas ruas e vielas de terra batida; na vegetação cultivada em quintais e espaços públicos, como jardins e pomares; nas dificuldades educacionais, refletidas na baixa escolaridade e na evasão escolar; e no estilo de vida simples, religioso e semitradicional da maioria dos moradores.

As tradições do campo, por exemplo, proporcionavam aos moradores desse território situações em que a palavra ainda tinha mais valor do que o dinheiro, mesmo no contexto urbano. De certa maneira, ainda hoje, os moradores da São Francisco são homens e mulheres que reconhecem a importância da palavra empenhada, pois, em suas relações profundamente pessoais uns com os outros, confiam no compromisso mútuo e na capacidade do outro de medir suas ações e assumir responsabilidades futuras.

Ademais, essa mistura de espaços e modos de vida que houve na Comunidade São Francisco tem origens na própria trajetória das favelas, que contam a história do processo de

37 A feira do Bom Jardim é a mais conhecida na região e se alimentou da proximidade com a CEASA, localizada ao sul de Maracanaú, na região metropolitana. Além de fornecer alimentos a baixo custo para a população da Várzea, as feiras também funcionam como espaços de troca de mercadorias de diversos tipos, além de serem fontes de informações, oportunidades de trabalho e negócios.

38 Esse adjetivo é aqui utilizado somente para facilitar a racionalização das distinções das condições e raízes históricas da Comunidade São Francisco, construída com as histórias de muitos imigrantes do interior do Ceará. Devemos atentar que não nos referimos à razão obsoleta de progresso, que prioriza o urbano em relação ao rural e que fez com que as cidades se tornassem a negação da natureza, sob o pilar da ideia colonial e moderna de civilização.

mestiçagem do povo brasileiro. Assim como os quilombos e aldeias[39] no período colonial, foi nas periferias que esses mestiços encontraram um lugar para viver. Foram esses mestiços, que Antônio Cândido (2001) denomina de caipiras[40], ou, como nos referimos no Ceará, "matutos", que se tornaram retirantes da seca do interior e do higienismo das reformas "sanitárias" dos centros, ocupando as brechas de terra mais desvalorizadas das cidades.

Inclusive, a palavra "favela" tem origem em uma planta do sertão nordestino com o mesmo nome, trazida por retirantes mestiços pobres, muitos deles ex-combatentes da Guerra de Canudos, quando ocuparam o Morro da Providência, no Rio de Janeiro, local considerado a primeira favela do Brasil (CRUZ, 1941).

Nesse contexto histórico, algumas casas maiores na São Francisco surgiram somente nas décadas de 1980 e 1990, pela junção de casas menores e pelo acréscimo de andares na base da autoconstrução. Um processo no qual os próprios moradores são responsáveis pelo serviço, contando geralmente com a ajuda de familiares. Por exemplo, algumas mercearias, cujos donos moravam no andar de cima, agora possuíam varandas.

Assim, não é incomum andar pela Várzea e ver casas incompletas, pois as pessoas começam devagar, com os recursos que têm, e só continuam quando entra mais dinheiro. Por isso, geralmente, os moradores dessas casas costumam dizer que a sensação de habitar uma residência autoconstruída é a de morar permanentemente em um "canteiro de obras", pois, mesmo que nem sempre tenham obras em andamento, há sempre um monte de areia e uma pilha de tijolos guardada, por exemplo.

No entanto, a autoconstrução e as reformas que vieram acontecendo até hoje foram bem amenizadas nesse contexto de crises das últimas décadas e, mais recentemente, com a pandemia de covid-19. Tempos que dificultaram bastante a parcela de renda, além da sobrevivência, necessária para esse investimento familiar, o qual observamos ser o principal para toda uma vida, em muitas trajetórias.

Ainda assim, mesmo em uma situação desfavorável para a autoconstrução, podemos ver mais claramente, nas casas resultantes desse processo, o fenômeno da

39 Para saber mais da ancestralidade indígena de comunidades periféricas do Ceará, confira o curta "A margem de um rio que correm meus ancestrais", de Iago Barreto Soares.

40 Nessa relação, é necessário reconhecer algumas transformações no modo de ser dos favelados urbanos, frente aos seus antepassados caipiras do campo. Enquanto para os caipiras a unidade vital é a vila ou o bairro, os moradores de comunidade têm como unidade central a família. Já que, nas cidades, as periferias estão isoladas de um modo diferente das vilas do interior, por uma segregação socioambiental e não literalmente, no sentido da proximidade geográfica.

personalização, que ocorre com cada casa quando ela adota as características de seus moradores, como parte da relação mútua e simbiótica entre esses dois elementos na malha.

Esse é o caso de uma residência na Rua São Luís do Oeste, número 584, no centro da São Francisco, que chama a atenção por exibir, como decoração em seu telhado, duas estátuas totêmicas: um gavião e um sapo, dois animais não humanos que, como veremos, são muito relevantes para a fauna da várzea do Maranguapinho. Com a ajuda do Google *Maps*, tivemos acesso ao registro visual de dois momentos da trajetória dessa casa no tecido socioambiental, mudando, assim como outros seres em mutação, e permitindo-nos visualizar sua evolução ao percebermos as diferenças em sua configuração.

Em 2012, a casa 584 era o "Bar e Restaurante Baleia", como escrito em letras azuis na sua fachada da época. Como podemos visualizar na figura 9 abaixo:

Figura 9 – Casa 584 na Comunidade São Francisco, em 2012, com antena de televisão no telhado




Fonte: Google *maps*.

Mais recentemente, em 2022, como mostrado na figura 10 adiante, a casa 584 passou a ter exclusivamente uma função residencial. Ela, agora, é adornada com as estátuas no telhado, no lugar da antiga antena de televisão, além de um crucifixo acima do número da casa, refletindo nessa sua transformação a mudança de seus proprietários, que se tornaram evangélicos.

Figura 10 – Casa 584 na Comunidade São Francisco, em 2022, com estátuas da fauna da Várzea no telhado




Fonte: Google *maps*.

Ampliamos com esse exemplo a concepção de fachada em Goffman (2011, p. 14), definida como "[…] uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados". Pois, conforme evidenciado na figura acima, a aparência, enquanto centro da socialização, não se restringe apenas aos relacionamentos pessoais, mas também se estende aos relacionamentos ambientais, como aquele que mantemos com nossas habitações.

Por isso, ainda que indiretamente, por meio dos enfeites e das situações, a casa também socializa. Nesse sentido, sempre que observamos as casas da Comunidade São Francisco, buscamos perceber sua trajetória possível, imaginando, sociologicamente, quantas vidas já habitaram ali e quantas partiram; senhoras, senhores, crianças que ali cresceram, encontraram lar e abrigo, concluíram ou não seus estudos, entre outras situações sociais. Dessa forma, lembramos que as casas, enquanto actantes, também possuem suas histórias, pois muitas já foram térreas antes de ganharem novos andares ou passaram por subdivisões, por exemplo.

Contudo, a sensação que temos em relação à história das residências é a de que moramos sempre em casas menores do que as de nossos antepassados. Essa é uma tendência nas cidades, pois, no meio urbano, as casas não foram feitas para que se permaneça dentro delas, mas sim apenas para dormir após a jornada de trabalho. Tanto é que, também por isso, o isolamento foi tão difícil durante a pandemia de covid-19.

Chegando ao momento atual, uma casa média na comunidade é, assim como a 584, uma típica casa "geminada", ou seja, um tipo de casa construída colada a outra, compartilhando uma única parede. A residência padrão hoje é aquela na qual o espaço se organiza em um único corredor, que cria um único "vão" na casa, sem portas entre os cômodos. A casa começa por uma sala, seguida por um quarto, geralmente separado do corredor apenas por cortinas, passando por uma cozinha com banheiro integrado e terminando no exterior, em uma área de lavanderia ou quintal. Os quintais, geralmente, proporcionam uma visão dos quintais vizinhos, criando um espaço privado que é público nesse sentido. Como lembra Dona Cláudia, antigamente não era raro que os quintais se integrassem em um mesmo espaço compartilhado, facilitando a vida. "Porque ninguém tinha a roupa roubada", exemplifica ela, já que os varais estavam ao alcance dos olhos de todos.

Sob a estética dos muros sem reboco, as casas são repletas de itens internos que, por vezes, têm culturalmente reconhecida sua capacidade de agência não humana, ao menos no modo de falar. Não é incomum, no cotidiano, falarmos frases como: "A porta da casa dormiu aberta ontem" ou "Deixaram a luz dormir acesa a noite todinha". O que certamente causa estranheza ao senso comum, que se baseia no processo civilizatório europeu, fragmentador e transcendente em relação ao humano na natureza. Esse senso comum diria que falamos assim porque os nordestinos brasileiros e os moradores pobres da periferia são um tipo de gente "primitiva" que ainda imprime ação a coisas inanimadas. No entanto, a verdade

é que nosso povo entende melhor a vida entremeada, fazendo todo sentido que uma casa durma, não pelo fechar dos olhos, mas por passar a noite conosco e não somente sobre nós. Afinal, a casa não balançou e experimentou os ventos noturnos como nós e nossos pés gelados? Queremos dizer: ela não estava na malha como nós, em sintonia e afetação? Experimentando possibilidades e consequências e, por isso, agindo?

Além disso, dentre a infinidade de itens variados de plástico e produtos chineses globalizados de baixo custo que agem nas interafetações dentro das casas, costuma-se também dar uma nova vida e trajetória a muitos outros objetos, como garrafas, copos de geleia, potes de margarina e baldes de tinta vazios. Estes últimos usados para lavar e deixar as roupas de molho.

No seguimento desse registro das relações dos moradores da Comunidade São Francisco com seu meio, por conseguinte, nossas reflexões precisam considerar a agência dos muros, pichações, murais e grafites que também povoam o ambiente socionatural. Como o mural na figura 11 abaixo, que, por meio da arte e da sua força de expressão, faz com que o ambiente comunique a si próprio.

Figura 11 – Mural da Comunidade São Francisco cobrando vacinas na Rua Humuarara




Fonte: Autor.

Nesta figura, vemos um mural localizado na Rua Humuarara, uma das entradas da Comunidade São Francisco, realizado por grafiteiros da região, com apoio de movimentos sociais, para a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Mais um lembrete importante para uma comunidade jovem, que reconhece o desejo de cuidar melhor das suas crianças e adolescentes, tendo-os como símbolos de esperança. Conforme atestado em diversas trajetórias de vida de moradores e de famílias inteiras da comunidade, muitos desses actantes se sacrificam ontologicamente por meio do trabalho alienado, para que seus filhos e filhas vislumbrem uma possível ascensão social, ao menos para a geração seguinte.

Outrossim, esse mural da Rua Humuarara expressa, ainda, outra característica da inter-relação dos murais da Comunidade São Francisco com o ambiente. Ao lado da mensagem sobre o ECA, observa-se uma intervenção artística de protesto em razão da demora das autoridades públicas na compra de vacinas contra o novo coronavírus, que ganhou representatividade nessa figura de "bola espinhosa".

Nesse gancho da arte, que dá relevo às expressões da malha socioambiental, destacamos o ano de 2006 na trajetória de vida da Comunidade São Francisco, marcado pela construção desse equipamento fundamental, que fica bem ao seu lado, na Rua José Martins: o Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ).

O CBBJ é resultado do questionamento do provimento cultural, sempre concentrado nas regiões centrais e na orla nobre de Fortaleza. O equipamento foi conquistado com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), sendo o primeiro espaço cultural fora do corredor turístico (RIBEIRO, 2019). Oferece diversas atividades culturais e artísticas, como aulas de música, teatro, dança, balé, capoeira, fotografia, artesanato, culinária, entre outras. E conta com o Núcleo de Articulação Técnica Especializada, que trabalha com a atenção social, por meio de uma equipe composta de articuladores comunitários, educadores sociais e psicólogos.

Integrado ao território há dezenove anos, sua estrutura é composta por um auditório, uma biblioteca, um salão de dança e espaços de reuniões ao ar livre. Ele aparece em várias das histórias de vida que serão abordadas nos capítulos seguintes desta tese, e muitos moradores relataram ter participado de alguma atividade, ou que seus filhos e parentes próximos ainda participam delas. Contudo, apesar de todo esse respaldo na comunidade, o CCBJ mantém-se hoje atendendo a todo o Grande Bom Jardim de forma precária, graças à gerência do Instituto Dragão do Mar e dos recursos da Secretaria de Cultura do Estado do

Ceará (SECULT/CE). Esse espaço tão importante também foi profundamente afetado pela pandemia de covid-19, tendo boa parte de suas atividades interrompidas presencialmente em 2020, apesar de ter formado, por meio de aulas remotas, a primeira turma do curso técnico em dança em 2021.

Esse equipamento, que é um diferencial em relação a outras comunidades, tem uma interafetação fundamental no território: a oportunidade que o CCBJ oferece, por meio da sua escola de cultura e arte, de formar artistas periféricos. Dessa forma, ele proporciona especialmente aos jovens uma alternativa de modo de vida e de expressão que, contudo, transforma trajetórias de pessoas de todas as idades.

Em um áudio de 2021, que pode ser consultado pelo código QR na figura 12 abaixo[41], podemos ouvir a fala enviada por W*hatsApp* para nossa interlocutora, Dona Cláudia, de uma moradora da Comunidade São Francisco, destacando a importância do equipamento para a vida das crianças.

Figura 12 – Código QR para áudio de moradora sobre atividade do CCBJ durante a pandemia de covid-19



Fonte: Autor.

Atividades como a narrada acima foram de vital apoio na trajetória de vida da Comunidade São Francisco até a pandemia de covid-19 e, durante ela, de 2020 a 2023. O

41 O áudio em questão também pode ser acessado via *shortlink*, disponível em: https://youtu.be/QbnZWZLky_Y. Acesso em: 20 Jan. 2025.

CCBJ foi fundamental, por exemplo, chamando algumas senhoras donas de casa para gravar vídeos ensinando receitas de bolos e outras comidas ou, divulgando os estabelecimentos de lanches e confeitarias, como o "dindim *gourmet*", que algumas famílias vendem nas portas de casa para complementar a renda.

## 2.2 Alguns moradores não humanos da várzea do Maranguapinho e da Comunidade São Francisco

Antes que possamos passar ao período presente, marco final da reconstituição e caracterização da sequência socioambiental da Comunidade São Francisco, queremos pontuar, ainda que brevemente, para além das interafetações do próprio ambiente, algumas interafetações dos habitantes animais não-humanos que povoam a fauna desse lugar.

Pois, hoje, sob os resquícios desse habitat parcialmente extinto com a urbanização, continua-se a história da relação entre seres e o ambiente. Mesmo que a Cidade e sua ideia de modernidade, sob a estética do concreto, do artificial e "antinatural", tenham sido brutais com a vegetação e a biodiversidade dessa região, nos brejos da várzea do Maranguapinho ainda há muita vida. Como evidência disso, compartilhamos um áudio com a sinfonia do coaxar dos sapos e o canto dos grilos, gravado no inverno de 2022, disponível pelo código QR na figura 13 mais abaixo[42].

42 Ou, ainda, se preferir, pelo *shortlink*, disponível em: https://youtu.be/cXi8NcskvRw. Acesso em: 02 Jun. 2023.

Figura 13 – Código QR para áudio da noite dos sapos e grilos no inverno da várzea do Maranguapinho em 2022



Fonte: Autor.

Na época chuvosa, de janeiro a março, eventos como a sinfonia dos sapos e grilos surgem e se entrelaçam às trajetórias de vida dos seres e do ambiente. Esses eventos, que não são oficiais, mas se configuram como ritos de passagem no cotidiano socioambiental, demarcam informalmente a rotina de seres humanos e não humanos.

Outros eventos marcantes no ecossistema, quando o clima está relativamente frio para o fortalezense, incluem a revoada das formigas voadoras e tanajuras, que invadem as casas atraídas pelas luzes, e o fenômeno relacionado à sinfonia anterior, em que os sapos tomam as calçadas, cobrindo-as com pequenos sapinhos e girinos, que podem ser facilmente encontrados em qualquer poça d'água formada pela chuva.

Aqui, nas áreas de várzea, os brejos, que eram o principal habitat do ecossistema antes da habitação humana, adormecem durante o período seco, bastando uma primeira precipitação para que eles renasçam, resistindo sobretudo à noite, quando as cigarras se juntam à sinfonia, que pode ser ouvida a uma longa distância.

Além disso, evidenciamos a rica biodiversidade da várzea em estudo por meio dos cantos e do movimentos das aves de rapina da região, as quais são mais visíveis em dias frescos. Sem as carnaúbas para abrigá-las, essas aves agora sobrevivem construindo seus ninhos nos telhados das casas altas ou nas torres de rádio e telefonia, que se proliferam na

paisagem urbana.

Um exemplo desses animais não humanos pode ser visto no vídeo gravado em 2021, acessível pelo código QR na figura 14[43] adiante. Nele, registramos um momento da rotina de duas aves: uma interação que aparenta ser um ritual de acasalamento ou uma exibição do macho de um casal de gaviões, provavelmente da espécie *Rupornis magnirostris*, conhecida como gavião-carijó. Essa espécie é bastante comum na várzea periférica que abordamos, por encontrar alimento com facilidade na abundante população de ratos, pardais e bem-te-vis desse meio urbano.

Figura 14 – Código QR para vídeo da interação de gaviões-carijós em 2021



Fonte: Autor.

O vídeo anterior também evidencia um fenômeno contingente extremamente curioso ocorrido durante a pandemia de covid-19: a drástica redução da mobilidade e da atividade humana. Naquele período, pudemos perceber como os animais não humanos selvagens e o restante da natureza experimentaram um alívio momentâneo, retomando a ocupação e a exploração de paisagens naturais, mesmo dentro das cidades. Enquanto nós estávamos "enjaulados" em casa, com as indústrias paradas e as rodovias vazias, a fauna urbana encontrou novas oportunidades de circulação e ressignificação dos espaços.

Em outro momento, ainda durante a pandemia, como mostra o vídeo acessível na

43 Ou ainda, se preferir, pelo *shortlink*, disponível em: https://youtu.be/di2FyXBY3u4. Acesso em: 02 Jun. 2023.

figura 15[44], flagramos mais um casal de falcões sobrevoando a Várzea. Dessa vez, tratava-se de outra espécie de ave de rapina, aparentemente, Carcarás (*Caracara plancus*), identificados pela plumagem preta e uma faixa branca nas asas. Essas aves são muito comuns, especialmente no Nordeste do Brasil, também sendo exímias caçadoras e se alimentando de uma grande variedade de presas.

Figura 15 – Código QR para vídeo de um casal de Carcarás sobrevoando a Várzea do Maranguapinho em 2022



Fonte: Autor.

Hoje, infelizmente, a urbanização e a poluição extinguiram parcialmente o *habitat* de muitos animais. Em especial, a derrubada das carnaúbas para a construção de casas impactou severamente as corujas, que praticamente não são mais vistas. As suindaras, como a *Tyto furcata*, conhecidas popularmente como “rasga-mortalhas”, são corujas bastante afetadas, com cinco espécies ameaçadas e algumas já extintas na natureza.

Além da perda do local onde faziam seus ninhos, essas aves sofrem com a captura para venda em feiras da região e com a perseguição motivada por crenças populares. Ainda hoje, persiste o mito de que seu canto no alto de uma casa anuncia a morte de alguém — uma superstição que se manteve viva, mesmo diante do cenário de luto coletivo da pandemia de covid-19.

44 Ou, também, pelo link, disponível em: https://www.youtube.com/shorts/H-llwmUOqsM. Acesso em: 17 Jan. 2025.

Apesar disso, queremos constantemente enfatizar que, mesmo diante das transformações, o ecossistema da várzea do Rio Maranguapinho continua a ser o entrelaçamento onde as linhas do cotidiano são tecidas para muitos seres. Nosso objetivo, ao narrar a história dessa várzea e destacar alguns dos actantes animais desse território, é ampliar o registro da fauna local, algo que a sociologia convencional e moderna raramente faz, especialmente quando sequer considera os humanos como animais.

Na figura 16 abaixo, podemos observar um exemplo dessa diversidade: um inseto multicolorido que, certa vez, invadiu o quarto do pesquisador enquanto, coincidentemente, escrevíamos sobre a riqueza do nosso ecossistema.

Figura 16 – Inseto multicolorido de espécime desconhecida encontrado na Várzea



Fonte: Autor.

Esses animais que nos encantam também são caracterizados aqui porque constantemente cruzam nossas trajetórias ambientais e de vida, alguns representando perigo, como os escorpiões.

Na figura 17 adiante, podemos ver o registro de um escorpião da espécie mais comum na região, *Tityus stigmurus*, ou escorpião-amarelo-do-nordeste. Sua coloração amarelada permite uma camuflagem eficiente no solo arenoso característico do nosso clima semiárido, e sua adaptabilidade ao meio urbano o tornou um predador natural das baratas. Além disso, as fêmeas dessa espécie possuem uma estratégia reprodutiva peculiar: a partenogênese, que permite sua reprodução sem a necessidade de um macho, contribuindo para sua proliferação nas cidades. Sua ferroada é bastante dolorosa e pode ser fatal em casos mais graves, exigindo atenção especial, principalmente quando em crianças e idosos.

Figura 17 – Escorpião encontrado no banheiro de um morador da Comunidade São Francisco



Fonte: Autor.

## 2.3 O presente em tempos de pandemia: a multifatorialidade das vulnerabilidades

A pandemia do novo coronavírus, classificado como Síndrome Respiratória Aguda Grave causada por Coronavírus 2 (SARS-CoV-2), no final de 2019 e início de 2020, rapidamente assolou todas as partes do globo, permitindo-nos, portanto, estabelecer um parâmetro analítico fundamental para compreender como, nas rotinas das trajetórias daqueles moradores periféricos com menos recursos para combater a doença, se configuravam as relações entre os seres e o ambiente. Afinal, a doença causada por esse vírus, denominada *Coronavirus Disease* 19 (COVID-19), se apresentou como um fenômeno não apenas respiratório, mas como um evento de grande complexidade, deixando sequelas heterogêneas tanto nos corpos humanos quanto nos ambientes.

Nesse cenário turbulento, inúmeros cientistas sociais ao redor do mundo voltaram seus interesses de pesquisa para compreender como a pandemia da covid-19 engendrou novas concepções sobre os hábitos cotidianos, especialmente no que se refere às práticas de higiene e ao isolamento social, que rapidamente se incorporaram às recomendações médicas em escala global. Assim, a primeira distinção ou particularidade para a nossa contingência e objeto de estudo foi a observação de que, para grande parte das populações, sobretudo nos países do Sul Global, tais padrões de hábitos não foram sequer possíveis ou acessíveis em suas rotinas cotidianas[45]. Por isso, diversas pesquisas, como a nossa, passaram a investigar até que ponto essas recomendações sanitárias não apenas refletiram desigualdades já existentes, mas também as legitimaram e as sancionaram, reforçando as divisões sociais.

De forma impressionante, a convergência de crises foi tão severa que ela extrapolou as questões epidemiológicas primárias e ampliou ainda mais as fronteiras abissais entre as camadas sociais e entre os territórios urbanos. Segundo o relatório da *Oxford Committee for Famine Relief* (OXFAM, 2022), durante a pandemia, enquanto a cada 26 horas surgia um novo bilionário e os 10 indivíduos mais ricos do mundo dobravam suas fortunas, outras cerca de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza extrema. Um quadro tão grave que, segundo estimativas dessa organização, resultou na morte de uma pessoa a cada 4 segundos, em decorrência das complicações provocadas pelas desigualdades.

Se formos olhar apenas para o Brasil, então essa desigualdade se apresentou de forma ainda mais dramática: enquanto parte da população, assolada pelo desemprego e pelo

45 Apontamos que 47% dos brasileiros não têm coleta de esgoto, e 14,3% das crianças e dos adolescentes não têm acesso à água tratada, segundo a Organização Trata Brasil. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principaisestatisticas/no brasil/esgoto. Acesso em: 31 jul. 2020.

aumento dos custos de vida, formava filas para receber doações de ossos em açougues[46] ou buscava comida em caminhões de lixo[47], uma minoria elitista aguardava, nas mesmas semanas, para adquirir helicópteros, automóveis de luxo ou, ainda, voltar a realizar viagens internacionais para as metrópoles globais do consumo[48].

Assim, a pandemia reforçou, de maneira contundente, a constatação de que o cotidiano não é homogêneo, pelo contrário, está profundamente marcado por clivagens biológicas, econômicas, geográficas, ambientais, culturais e políticas. Embora a quarentena e as novas precauções sanitárias tenham, em tese, sido impostas a todos, ricos e pobres, do Norte ao Sul Global, a realidade é que os efeitos dessas medidas se distribuíram de forma profundamente desigual. E isso não apenas entre países com diferentes níveis de desenvolvimento, mas também dentro de uma mesma cidade, onde regiões com condições socioambientais radicalmente distintas moldaram cotidianos e trajetórias de vida singulares, porém igualmente desiguais e vulneráveis. Em suma, essa conjuntura significou reconhecer que a crise múltipla socioambiental provocada pela covid-19 não teve um impacto democrático nos territórios e nas histórias de vida ao redor do mundo.

Nossa experiência de pesquisa na Comunidade São Francisco manifestou essa verdade, no caso particular de Fortaleza, capital do estado do Ceará, que possuía e ainda possui a segunda maior população vivendo em "aglomerados subnormais" entre as cidades do Nordeste brasileiro (IBGE, 2019). Não por acaso, como apontaram Gonçalves *et al*. (2020, p.1), logo no início das medidas de contenção ao novo coronavírus, Fortaleza já apresentava o maior índice de contaminação do país, alcançando a marca de 34,7 casos por 100 mil habitantes.

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, até a 29ª semana epidemiológica de 2020, a desigualdade nos impactos da pandemia era alarmante: nos bairros com baixíssimos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), como Dendê e Aracapé, a cada 2 casos confirmados de covid-19, uma pessoa morreu (FORTALEZA, 2020). Em contraste, nos bairros de IDH muito alto, como Meireles e Aldeota, apenas a cada 25,8 casos ocorreu um óbito. Nas nossas próprias análises, a partir desses dados, indicamos que, na

46 Para os descartáveis, os descartes dos alimentos. Cf. Matéria disponível em: https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2021/07/17/acougue-tem-fila-para-doacao-de-ossos-em-cuiaba-para-familias-carentes.ghtml. Acesso em: 08 fev. 2022.

47 O vídeo de uma família procurando comida no caminhão de lixo em bairro rico de Fortaleza chocou o Brasil. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/video-pessoas-procuram-comida-em-caminhao-de-lixo-em-bairro-nobre-de-fortaleza-1.3149124. Acesso em 08 fev. 2022.

48 Cf. Matéria: "Cinco dados que mostram como brasileiros ricos passam bem pela pandemia". Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-60047308. Acessoem: 08 fev. 2022.

chamada “primeira onda” de contaminação, os moradores do bairro periférico do Dendê tiveram 12,2 vezes mais chances de morrer por covid-19 do que os moradores do Meireles.

Como se a periferia de Fortaleza tivesse atravessado uma longa noite de valas abertas, dois anos depois, a situação permanecia crítica. Na região da várzea do Rio Maranguapinho, foco do nosso estudo na Comunidade São Francisco, na 4ª semana epidemiológica de 2022, a taxa de letalidade alcançava números 46,87% superiores à média da cidade. Essa taxa chegou a 320,8 óbitos por 100 mil habitantes, um número muito acima dos índices observados nos bairros “nobres” da orla, ou mesmo em bairros de classe média baixa no entorno dessa região[49].

Por isso, era preciso compreender as mentes e os corações por trás desses números alarmantes, colocando-os diante das alavancas que levaram aos seus desenvolvimentos, no nível das condições socioambientais de seus territórios periféricos. Pois, como bem indicam os estudos reunidos por Matta, Rego, Souto e Segata (2021), ainda que a pandemia tenha gerado vulnerabilidades semelhantes em diferentes lugares, as respostas populares foram moldadas por desejos, necessidades e aspectos históricos específicos de cada comunidade.

Nesse sentido, os detalhes desta tese acerca da Comunidade São Francisco, em meio a nossa recomposição da história socioambiental da várzea do Maranguapinho, servem como uma dimensão científica do que significou viver nessa contingência espaçotemporal, sobretudo desde fevereiro de 2020, quando, enfim, pareceu que nos demos conta do que estava acontecendo. Uma recomposição que é de suma importância para toda a sociedade e, em especial, para essa comunidade.

Sobre o momento atual dessa trajetória socioambiental de vida, é necessário apresentar a Comunidade São Francisco em contraponto ao que os estudos oficiais dizem sobre ela contemporaneamente. No estudo “Aglomerados Subnormais”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), a comunidade é denominada plasticamente como “João XXIII”, em referência à sua rua principal, que dá acesso às diversas vielas.

Como observado na figura 18 abaixo, segundo esse levantamento, a área conhecida pelos moradores como “Mangueiras” é classificada como “Comunidade do Canal Leste”, enquanto algumas residências situadas na margem oeste do córrego, na Rua Umuarama, sob a nomenclatura de Rua Gabriel da Silva, são registradas como parte do *cluster* “Granja Lisboa”. Contudo, na prática cotidiana e na percepção dos moradores, todas essas áreas se integram sob uma identidade comum: “São Francisco”, que se estende até a

49 Segundo o boletim epidemiológico de janeiro de 2022, divulgado pela Rede DLIS do Grande Bom Jardim.

Rua Três Corações.

Figura 18 – Captura de imagem do Aglomerado Subnormal João XXIII segundo o IBGE




Fonte: IBGE (2019).

Segundo o IBGE (ib.), a comunidade possuiria 209 domicílios. No entanto, na realidade prática, considerando as extensões de um grande aglomerado formado pelo intercruzamento das pessoas e suas relações, há mais de 280 habitações, onde vivem aproximadamente 1.120 pessoas. Ainda que nossas estimativas possuam limitações de precisão, esse número reflete um cenário mais condizente com a vivência local e a dinâmica do crescimento urbano na região.

Desse modo, embora a média seja de quatro pessoas por habitação, essa quantidade varia bastante. O número de moradores depende da trajetória de vida de cada responsável pela família. Porém, é comum que mais de uma família compartilhe a mesma residência, e, em alguns casos, há casas que chegam a abrigar até oito pessoas no mesmo espaço.

No território, que conta com aproximadamente treze ruas, vielas e travessas, a

maioria dos moradores é jovem. Por isso, durante a pandemia de covid-19 (2020–2023), a Comunidade São Francisco refletiu, em escala microssocial, a dinâmica da sociedade em geral, com a maioria dos óbitos[50] concentrada entre idosos e adultos com comorbidades, sem registros de mortes entre crianças ou adolescentes.

Esse perfil jovem da comunidade está diretamente ligado a um elevado número de nascimentos, impulsionado por fatores históricos e socioeconômicos, como os altos índices de gravidez na adolescência, comuns em contextos periféricos. Além disso, relaciona-se a baixa expectativa de vida e a alta mortalidade de homens jovens, especialmente negros, resultantes das condições precárias de existência na base da pirâmide social, e por serem alvos preferenciais da violência urbana. Dessa forma, territórios marginalizados como a São Francisco, compostos predominantemente por pessoas pretas e pardas, tornam-se paradoxalmente tanto berços quanto sepulturas urbanas.

Compreendendo esse contexto, talvez resida aí uma das razões para a forte valorização atualmente da juventude nessa comunidade predominantemente jovem. Valorização essa profundamente ligada à esperança de que as novas gerações possam ter oportunidades e condições de vida melhores do que as anteriores, rompendo, assim, com os ciclos de dificuldades que marcaram o passado. Porém, o que ficou mais evidente ao analisarmos as escolhas feitas ao longo das trajetórias de vida dos moradores foi que a grande maioria dos interlocutores afirmou que “teve” que seguir caminhos difíceis desde muito cedo. Para essa maioria, antes mesmo dos dezesseis anos, já era necessário assumir responsabilidades típicas da vida adulta.

Essa juventude, diferentemente das gerações que originaram a São Francisco, vindas do interior em busca de melhores condições de vida na capital, e que costumava deixar a casa dos pais na maioridade, se vê hoje permanecendo por mais tempo no lar familiar. Esse fenômeno está relacionado às difíceis condições econômicas atuais, às transformações no mundo do trabalho e ao alto índice de desemprego.

Além disso, observa-se uma mudança na estrutura familiar: no contexto urbano, em geral, as famílias são menores do que nas gerações anteriores no campo, com menos filhos. Nessa nova configuração, destaca-se também a participação crescente dos avós na criação dos netos, reforçando os laços intergeracionais e redefinindo os papéis no núcleo

50 Nessa escala microssocial, tomamos conhecimento de seis falecimentos de moradores devido à covid-19 durante todo o período da pandemia, dos quais três terão suas histórias de vida abordadas nos capítulos seguintes.

familiar.

No entanto, de maneira semelhante ao êxodo das gerações anteriores que nasceram no campo, alguns jovens da comunidade atualizam esse movimento migratório, buscando melhores condições de vida em outros países pelo mundo. Parece, até mesmo, que sempre somos forçados a abandonar o lugar que amamos para procurar oportunidades em outros territórios, uma consequência da geopolítica global que impõe condições mais difíceis de vida ao Sul Global.

Um exemplo emblemático é o de Jean, trinta e quatro anos, conhecido como "Sagat" — apelido inspirado no personagem do jogo *Street Fighter*, devido à sua altura, suas pernas longas e a fama de ser "bom de briga". Esse jovem negro, que já enfrentou dificuldades e até mesmo o sistema prisional por erros cometidos na juventude, hoje tenta reescrever sua trajetória ao lado da esposa e do filho em Portugal. Ele faz parte de um fluxo crescente de brasileiros que aproveitam as recentes facilidades para obtenção do visto de procura de trabalho, um mecanismo inaugurado após a pandemia de covid-19 para cidadãos de países de língua portuguesa.

A família, desse modo, pode ser vista como a alavanca central das principais cadeias de ações e interafetações dos moradores da São Francisco. Em nossas observações e vivências no território, percebemos que a maior parte das horas da rotina diária deles são ocupadas por assuntos familiares. Já que, sempre que algo acontece, é à família que recorremos, tornando-nos dependentes do apoio de parentes em diversos aspectos da vida.

Atualmente, o modelo de família predominante na Comunidade São Francisco é majoritariamente monoparental, geralmente chefiado por mulheres adultas, solteiras ou separadas. Um arranjo que reflete um modelo de "matricentralidade", como bem-conceituado por Corrêa (1982).

Considerando as particularidades dos moradores periféricos da São Francisco, a estrutura familiar na várzea se diferencia da antiga organização vertical, mecânica e rígida. Hoje, ela escapa dos padrões monolíticos patriarcais, configurando-se de forma mais diversa e fluida. Além disso, para nossa pesquisa, a família, como parte da natureza, está no fluxo do devir espaço-temporal, assim como qualquer ser ou sequência na malha socioambiental. Portanto, ela não existe na Comunidade como instituição preexistente por essência, mas sim somente quando ocupa o fluxo do cotidiano.

Portanto, ao descrevermos essa dimensão habitacional e familiar da Comunidade São Francisco na atualidade, e cruzá-la com o contexto da pandemia de covid-19, é bem verdade que essa tragédia anunciada no Brasil deve, em parte, o seu "sucesso" a essas condições precárias nos territórios periféricos. Nesse terreno fértil, as pessoas vivem confinadas em pequenos cubículos mal arejados, amontoadas devido ao grande número de moradores por habitação, e dispostas irregularmente em vielas estreitas, o que coloca os vizinhos muito próximos uns dos outros.

Entretanto, embora a densidade populacional seja um fator de vulnerabilidade, ela isoladamente não explica o desenvolvimento e os resultados desiguais dessa pandemia entre as populações mais pobres. Exemplos de cidades com altíssimas densidades, como Taipei, Tóquio e Singapura, que registraram menos casos de covid-19 do que cidades europeias com baixa densidade (WORLDOMETERS, 2020), desmontam qualquer tentativa de estabelecer uma relação causal linear entre densidade e disseminação da doença.

Inclusive, Fortaleza, que apresenta a maior densidade demográfica entre todas as capitais brasileiras, com 7.786 hab./km² (IBGE, 2019) — superando até mesmo São Paulo, a maior cidade do país — registrou quatro vezes menos mortes que esta última (FORTALEZA, 2024). Dados que sugerem que outros fatores, como infraestrutura urbana, acesso a serviços de saúde, políticas públicas e desigualdade socioambientais, também foram condicionantes para os impactos da pandemia em diferentes contextos urbanos.

Por conseguinte, ao exercitarmos essa sensibilidade, a principal lição é a necessidade de considerar a complexidade dos fatores ambientais e suas relações entremeadas, bem como o impacto particular dessas contingências em uma conjuntura epidemiológica. Por exemplo, é fundamental lembrar que o desastre da pandemia de covid-19 ocorreu sob condições de carestia, fruto do legado de políticas neoliberais no Brasil. Porém, ao mesmo tempo, é essencial considerar o papel da solidariedade entre vizinhos, que dá significado de comunidade ao lugar, seja por meio da ajuda financeira a famílias que enfrentavam dificuldades devido à crise gerada pela covid-19 — como a perda de entes provedores ou dos seus empregos —, seja pelo apoio em outras dimensões, como o cuidado e a atenção aos vizinhos adoecidos.

É imprescindível considerar, inclusive, os impactos psicológicos e sociais das cenas de enterros em valas coletivas, realizadas entre abril e junho de 2020 em Manaus. Além de ser necessário refletir sobre o impasse entre as recomendações científicas e as declarações

do então presidente Jair Bolsonaro, que, em julho daquele ano, após contrair a doença, insinuou que sua recuperação se deu graças ao uso da cloroquina, um medicamento sem eficácia comprovada contra o vírus. A postura da autoridade máxima do país naquele momento, minimizava constantemente a gravidade da covid-19, questionando a vacinação e promovendo aglomerações em eventos como manifestações e passeatas de motocicletas, o que contribuiu para o descumprimento das medidas de proteção e agravou ainda mais o cenário[51].

Além disso, é importante destacar o impacto da violência, da ordenação social e da mediação paralela de conflitos no cotidiano da Comunidade São Francisco. Violência que, apesar de suas muitas formas, pode ser ressaltada em duas manifestações relevantes e dialéticas que emanam do Estado: a violência pela sua presença, expressa na ostensividade e truculência policial, e a violência pela sua ausência, evidenciada no descaso com a população desassistida.

Em um território onde coexistem atividades marginais e mercados ilícitos, a *scelestus pax* (paz criminosa) promovida por determinados grupos também foi um fator relevante durante a pandemia de 2020. Pois, essa dinâmica influenciou tanto o cumprimento (ou não) do isolamento social rígido, quanto a imposição de regras que restringiram certos crimes, como roubos e homicídios, dentro da comunidade.

Consequentemente, queremos fazer notar que a relação da pandemia de covid-19 com os modos de existência dos actantes da Comunidade São Francisco emerge de um cotidiano singular, num território pobre, marcado pela precariedade e pela ausência de capital simbólico. Segundo um de seus moradores, o território "já foi considerada a favela mais temida do Grande Bom Jardim" e, ainda hoje, o acesso à comunidade é condicionado à presença de uma pessoa conhecida no local, por se tratar de uma área controlada por facção criminosa. Razão pela qual alguns serviços básicos são afetados, como as entregas dos Correios, e pela qual, por isso, alguns dos moradores, amigos do pesquisador, peçam para usar nosso endereço nas suas correspondências e encomendas, recorrendo a essa rede de apoio como uma solução improvisada para a exclusão logística imposta ao território.

Esses grupos criminosos, transformam o ambiente da comunidade segundo seus interesses. Buracos, barricadas e lombadas são feitas, dificultando a passagem pelas vielas e o acesso fácil de alguns pontos-chave das operações ilegais. Na experiência do lugar, há

51 Cf. Matéria disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/07/bolsonaro-diz-que-seu-exame-para-covid-19-deu-positivo.ghtml. Acesso em: 21 Jan. 2025.

espaços definidos por esses grupos como locais em que não se pode transitar. Logo, para poder ter uma convivência habitual, os moradores adotam a estratégia de "não se envolver", uns ao ponto de "não querer nem saber", outros ao ponto de "fazer vista grossa". Como assevera Cabanes, Georges, Rizek e Telles (2011, p.163):

> O fato é que os indivíduos e suas famílias transitam por essas tênues fronteiras e sabem muito bem lidar com os códigos de condutas de cada lado e jogar com as diversas identidades que remetem a esses universos superpostos e embaralhados nas situações da vida. Sobretudo, sabem exercitar a especial "arte do contornamento" e evitar os riscos alojados justamente nessas fronteiras porosas.

Isso, porém, não quer dizer que as percepções de segurança, perigo e violência na São Francisco dominem a centralidade da vida cotidiana sempre, como se existisse uma essência do viver na favela nesse sentido. Na verdade, essas percepções se orientam pela própria sequência, que muda com a relatividade do tempo e o contexto do espaço. Por exemplo, em uma parte do outro lado do córrego da São Francisco, na outra margem, fica um local conhecido como "Mangueiras" (pela presença dessas árvores maiores), que é distinguido pelos moradores como mais perigoso do que outras partes. Esse lugar, onde há moradores mais socialmente vulneráveis do que dentro do quadro geral de vulnerabilidade da comunidade, como, por exemplo, uma concentração de habitações de usuários que consomem crack nas biqueiras do território, é indicado como espaço onde os "furos" (desavenças) e "acertos de conta" são "cobrados" (resolvidos).

Segundo Dona Cláudia, chega mesmo a rolar uma divisão entre as crianças das "Mangueiras" e as crianças do núcleo da São Francisco, que se juntam para brigar. Ela diz:

> […] eles se juntam pra bater, 'dar umas caibada' (paulada). Imitando as punição dos adultos, né? Eles sai de bando, assim, tudo com pedaço de pau na mão. Aí tem uma rixa. Mas, entre eles mesmo, eles brincam assim. Uns fica disputando, pra escolher os nomes dos pessoal da área (do crime), pra eles serem, e outros vão ser os policiais.

Curiosamente, na São Francisco, nesse mesmo sentido, todos os meus entrevistados afirmaram que a comunidade está muito mais pacífica do que antes e que, na maior parte do tempo, vivem "sossegados". A aplicação da ordem extralegal ocorreu de tal forma que alguns moradores questionam a ideia de liberdade que os ricos teriam dentro de seus condomínios fortificados, que mais se assemelham a prisões de segurança máxima. Em contraposição a isso, eles enfatizam a liberdade e a segurança nas suas ruas locais, onde a vigilância não se dá por câmeras ou arrames farpados, mas pelos próprios olhos de cada

morador, que se conhecem entre si.

Assim, ainda que a vida cotidiana nas periferias não seja marcada o tempo todo e centralmente pela violência de forma determinística, isso não invalida a ideia de que vivemos uma "sociabilidade violenta", conforme retratado por Luiz Antônio Machado da Silva (2010).

Sem essencializar, apontamos como as relações sociais são condicionadas pelo elemento da violência, apenas como uma de suas alavancas. No cotidiano, nas conversas entre e com os moradores da São Francisco, falamos de todos os aspectos de nossas vidas, e não apenas sobre a violência. Apesar de a parte violenta estar constantemente presente nos nossos assuntos, como evidência o fragmento de nosso diário de campo a seguir, no qual o tema surge espontaneamente, mesmo em um dia festivo, teoricamente marcado pela fraternidade e pela paz, como o Natal:

> Foi bem legal cear com os moradores da comunidade. Mesmo que a pandemia ainda permaneça, os números de mortes caíram bastante e, agora, nos sentimos mais à vontade. Porém, ninguém usa mais máscara.
> Fui a convite de Tia Cláudia. Ela ficou de levar dois galetos para a casa de uma amiga que fez o arroz e a farofa, enquanto outras pessoas iriam trazer mais coisas.
> No fim, até o refrigerante Mais Sabor foi doado pelo vizinho, que nem estava no combinado, mas recebeu um "pratim" de comida em agradecimento, não querendo participar da ceia na mesa conosco, por vergonha. Todos foram humildes e gentis. Eu ajudei a lavar os pratos.
> Ao passar um tempo olhando o movimento daquela rua, as famílias arrumadas, mesmo que as roupas continuassem a ser aqueles conjuntos simples de uma cor, colados nas mulheres, elas passavam perfumadas, maquiadas e de cabelos pranchados. Algumas, mesmo arrumadas, iam sentadas no quadro das bicicletas, outras empurrando carrinhos de bebê, até suas respectivas ceias. Não consigo deixar de reparar como é muito diferente, aqui o povo fala mais quietinho, com menos propriedade.
> Voltando para a casa da tia, a conversa girou em torno da violência que nos assola. Falamos do tiroteio na casa da Carol, ex-namorada do meu primo, que estava conosco. Ela mora no bairro Cigana, no município vizinho de Caucaia, e comentava como teve tiro na porta da casa dela. Enquanto isso, passamos do lado do terreno abandonado ao lado do córrego, cujo foi me apresentado, como o local para punições e torturas nos tribunais do crime.
> No dia seguinte, recebemos a notícia de que, naquela mesma noite de Natal, na outra ponta leste, no bairro Sapiranga, seis pessoas foram mortas e cinco ficaram feridas, enquanto estava ocorrendo uma ceia natalina. A "chacina da sapiranga[52]" como repercutiu nos jornais, colocou todos na periferia, a imaginar se fosse a sua própria cena do Natal, manchada de sangue. (Diário de campo — 24 de dezembro de 2021).

Nesse mesmo sentido, os moradores da São Francisco recordam um passado muito violento, no qual a alavanca da violência marcou suas trajetórias de vida. Em um desses momentos de tensão relatados e observados sob o olhar de Dona Cláudia, como tiroteios, assassinatos e punições ligadas a um rearranjo de poder na estrutura local do crime

52 Cf. Matéria disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/09/03/chacina-da-sapiranga-23-reus-vao-a-juri-popular-por-crime-que-deixou-seis-mortos-em-fortaleza.ghtml. Acesso em: 21 Jan. 2025.

organizado no ano de 2017, um corpo morto de um homem adulto foi descoberto em um dia de sol, nas “Mangueiras”, nas margens do córrego. E, logo após o rabecão sair, as crianças voltaram ao seu espaço de brincadeiras a poucos metros de lá. Nossa interlocutora lembrou do choque que teve naquela tarde, não só pelo morto, mas pela naturalização da cena. Esse episódio ilustra como a violência, embora impactante, se entrelaça ao cotidiano da comunidade de maneira tão profunda que até mesmo as crianças, com sua inocência, aprendem a conviver com ela sem grandes interrupções em suas rotinas.

Ainda assim, apesar da sequência marcada de violências, que não deu trégua nem mesmo durante a pandemia de covid-19, com as sete chacinas que ocorreram nas periferias cearenses somente em 2021[53], é fascinante que os moradores de comunidades como a São Francisco continuem a manter o hábito interiorano[54] de sentar em conjunto nas calçadas para conversar. Diferentemente de outros locais, a tranquilidade recente na São Francisco tem contribuído para a realização dessa prática, que se tornou um hábito distintivo e carregado de sentido para as comunidades pobres urbanas, ao criarem uma realidade parcialmente diversa do anonimato das grandes cidades e da atitude blasé (SIMMEL, 1987) na convivência social. Essa prática, carregada de memória e pertencimento, mostra que, apesar dos desafios, a periferia não é apenas um lugar de carências e conflitos, mas também de encontros, trocas e solidariedade.

53 Cf. Notícia disponível em: https://www.revistaceara.com.br/nova-chacina-na-sapiranga-deixa-5-mortos-ceara-ja-contabiliza-7-chacinas-so-em-2021/. Acesso em: 12 fev. 2022.

54 Novamente, não aderimos ao padrão de poder colonial-moderno (LANDER *et al.*, 2005), ao designar o hábito como interiorano. Não fazemos um julgamento ou legitimação com o adjetivo, no sentido de inferior ao meio urbano da capital, numa sequência linear e hierárquica do processo civilizador, que construiu a falsa separação entre humanidade e natureza, expressada na divisão cidade e campo. Adere-se a esse adjetivo somente com o intuito de resgatar as raízes de uma comunidade que foi construída com as histórias de muitos retirantes do interior do Ceará, em busca de melhores condições.

Figura 19 – Fotografia de moradores idosos conversando sentados numa pracinha da Várzea em 2020




Fonte: Érika Fonseca/Assembleia Legislativa do Ceará.

É grande esse contraste na cidade de Fortaleza. Enquanto a burguesia e a elite rica, que moram em condomínios fechados, estão sempre com medo, vigiadas, cercadas de grades e acessando lugares públicos e as ruas apenas com o uso de carros blindados — ou mesmo, em alguns locais de classe média, onde os comércios funcionam de portas fechadas pelo medo de assalto —, na parte mais pobre da periferia e nas favelas, praças e ruas são ocupadas publicamente, e todo mercadinho e lojinha comercial permanecem de portas abertas.

Particularmente, na São Francisco, nenhum dos meus interlocutores afirmou ter medo de assalto. Aqui, os medos são outros, mais relacionados a eventos de violência raros, porém mais extremos, que, por causarem espanto, permanecem mais na nossa consciência. Segundo nossas observações, na Várzea, a cidade é sentida com muito mais liberdade, e isso vai além do fato de as pessoas aqui terem quase nada, ou muito pouco, para roubar. Envolve também o ordenamento extralegal imposto pelo crime organizado.

Ao passo que alguns bairros dormem mais cedo, a experiencialização na São Francisco registra um movimento até tarde da noite, ligado à sensação de segurança. É comum que, já por volta das 22 h ou 23 h, ainda se vejam muitas famílias com crianças pequenas nas calçadas e até mesmo partidas de futebol nas ruas, enquanto outros locais da cidade estão desertos nesse horário.

Inclusive, em nossa pesquisa, durante o primeiro e o segundo *lockdown* (2020 e 2021, respectivamente), também conhecido popularmente como "período de quarentena", continuamos a registrar os hábitos cotidianos, tais como se sentar na calçada, que resistiam mesmo contra as orientações de saúde. No entanto, queremos ressaltar que essa atitude, que muito facilmente pode ser julgada pelo senso comum como subversiva ou ignorante, esconde uma complexidade que escapa às normas de conduta oficiais.

Tais julgamentos desconsideram que, sendo uma comunidade com vida socioambiental própria, o cotidiano coletivo da São Francisco cria intercruzamentos de bolhas de segurança e vigilância. Essas bolhas promovem um cuidado com cada um dos moradores a partir de suas famílias e, portanto, com quem está em cada uma das calçadas, questionando, assim, a lógica estrita e linear que diz que aglomeração, mesmo familiar, é sinal de contaminação.

Essa complexidade foi muito evidenciada pela norma tácita, bem respeitada pelos moradores da São Francisco, quanto ao impedimento da socialização de pessoas doentes e pela grande adesão ao isolamento voluntário quando os sintomas apareciam. Orquestrando, então, cada qual à sua maneira, formas de evitar contato com os outros, mesmo em condições de casas pequenas, apertadas e mal ventiladas.

Esses arranjos no cotidiano devem ser vistos, inclusive, como medidas não institucionais de saúde pública, pois têm a mesma importância, senão maior, que as medidas institucionais e oficiais. Exemplos disso, os quais registramos, foram: duas crianças que foram morar com a avó materna enquanto os pais adoeceram; e Dona Wilma, mãe solteira, que passou duas semanas vivendo na cozinha para não infectar seu filho único, cuja história veremos adiante no capítulo seguinte.

Além disso, ainda que reforcemos, por convenção de urgência, que as medidas de isolamento sejam cumpridas independentemente das particularidades, no caso das reuniões de famílias e vizinhança nos bairros populares durante a quarentena, lembramos que os locais com maiores índices de contaminação (ROLNIK, 2020) são aqueles próximos aos pontos de

maior cruzamento de circulação nas cidades, como terminais de transporte público, lotéricas, bancos, hospitais, postos de saúde e centros de comércio, e não propriamente os núcleos habitacionais populares, com suas ruas e vielas de pouca e curta circulação. Ou seja, os lugares mais contaminantes são aqueles com menos congregação e muita transitividade, e não aqueles com pouca transitividade e carregados de congregação, como as ruas residenciais dos bairros populares.

Como muito bem lembra Barreira (2022), ao registrar a manutenção de hábitos como se sentar nas calçadas, jogar bola e participar de eventos religiosos durante as "quarentenas" da pandemia de covid-19, devemos levar em conta que essas são atividades relacionadas às condições de falta de lazer em que vivem os moradores da periferia, que, diferentemente dos mais ricos, não possuem casas de veraneio ou clubes para frequentar ou onde possam se isolar. Tendo seu espaço quase que restrito às moradias, a utilização das calçadas e das ruas torna-se prolífica, como ilustrado na figura 20 abaixo.

Figura 20 – Registro da utilização das calçadas da Rua João XXIII na Comunidade São Francisco, durante a pandemia de covid-19



Fonte: Autor.

Desse modo, devido ao fato de o senso comum não compreender as particularidades das comunidades periféricas, em contextos epidêmicos essas comunidades podem ser mal interpretadas, gerando consequências com implicações bem mais que físicas. As favelas são julgadas pela sociedade como um *locus* de pessoas perigosas, sujas, negligentes, vagabundas e/ou miseráveis. Conforme Paiva (2007, p.19) e sua leitura sobre o Grande Bom Jardim, na várzea do Maranguapinho:

> Os moradores das áreas classificadas como as mais perigosas enfrentam, além do perigo real de ser vítima de um crime, por exemplo, a depreciação inerente ao estigma de ser morador de um lugar reconhecido socialmente como degradado pela violência e onde supostamente residem os — elementos perigosos.

Inclusive, parte da luta pela paz é também uma luta contra a depreciação e o preconceito que atingem esse lugar visto como perigoso. No grafite observado na figura 21 abaixo, localizado dentro do CCBJ, a paz, como uma carência que sempre se encontra nos desígnios e nos horizontes dos moradores da Comunidade São Francisco, é expressa no desenho da possibilidade de as crianças brincarem ao ar livre.

Figura 21 – Grafite dentro do Centro Cultural do Bom Jardim com crianças empinando pipas




Fonte: Autor.

Em outra entrada da Comunidade São Francisco, na Rua Luminosa, mesmo sem a aceitação que o grafite possui com suas cores, uma pichação chama a atenção no meio dos "xarpis[55]", com a frase: "São Francisco, lugar de paz". Essa frase, para nós, soa como se estivesse sustentando discursivamente um estado desejado, e de que é preciso cuidar, porque paira sobre sua materialização um assombro de uma história de guerra entre grupos criminosos no passado e um medo de viver a paz permanentemente de forma incompleta.

No entanto, mesmo quando os moradores de fato a têm, a paz parece sempre frágil e provisória. De algum modo, mesmo quando há paz, a consciência da paz é prejudicada, porque a lógica da guerra, como leitura de mundo, é extremamente heurística para as comunidades pobres das periferias. A vida permanente em crise e repleta de sofrimentos, de quem tem sempre poucos recursos, leva à interpretação de que o "jogo" da vida é algo a ser vencido ou perdido, como uma batalha. No entanto, essas interpretações são heterogêneas. Vencer ou perder pode abarcar desde o mito da meritocracia no mundo real do trabalho até uma vitória espiritual do bem contra o mal, como aquela que se nutrem as igrejas evangélicas neopentecostais. Inclusive, nesse sentido, relacionar a pandemia de covid-19 como uma guerra, como foi posto pela mídia, não teve nada de novo para quem já via sua vida como uma luta travada até a morte.

Como também assevera Daniel Hirata (In: CABANES; GEORGES; RIZEK; TELLES, 2011, p. 193-195):

> A guerra cotidiana é uma maneira de compreender o que se passa no interior do corpo social, portanto a guerra é entendida como relação social permanente. Por outro lado, a paz é uma utopia desejada, mas considerada quase impossível. A paz habita o terreno do sonho ou do desejo inatingível, [quase] nunca é uma percepção da realidade. […] o desejo de paz deve ser suplantado a todo o momento pela realidade da guerra. […]
> A guerra não é apenas um simbolismo ou uma ideia abstrata, mas diz respeito a confrontos reais, batalhas que fazem parte da vida cotidiana. A guerra aparece, de um lado, como uma fatalidade ou um dado da própria realidade social e, de outro, como uma tarefa a ser realizada, uma missão a ser cumprida para que a realidade a que a população é submetida seja superada. […]
> Sendo essa guerra antiga e permanente […] é importante lembrar das batalhas passadas e presentes, mesmo sob uma paz aparente. É assim que se faz a leitura histórica do que se passou e do modo como devem se comportar atualmente os membros desses grupos rivais. Aprendemos com as batalhas antigas como elas são feitas, portanto como devemos nos comportar e vencer os inimigos que nos ameaçam.

55 Nome dado ao tipo de pichação que se escreve em forma de um desenho, numa assinatura do seu autor. Cf. Artigo disponível em: https://www.vice.com/pt/article/aep9w8/xarpi-um-registro-historico-das-pixacoes-cariocas. Acesso em: 13 Fev. 2022.

Outrossim, além da guerra, o sentido de comunidade tem uma capacidade heurística, evidenciada no próprio viver coletivo da São Francisco, marcado pelo borramento das fronteiras entre público e privado. Como percebido nos eventos já tradicionais, organizados pela união de todos e sem apoio institucional, tal como o Dia das Crianças, em outubro de 2021 e 2022. Ou ainda, conforme registramos em diário de campo, em eventos mais efêmeros do cotidiano, como uma caça ao rato, que envolveu muitos moradores da Rua João XXIII durante a pandemia de covid-19, quando o período de *lockdown*, com as pessoas em casa, proporcionou maior acúmulo de lixo, pelo aumento do consumo doméstico, e, com isso, o aparecimento de ratos, baratas e escorpiões em busca de alimentos:

> Nas vielas, travessas e ruas da São Francisco, se uma catita (como chamamos esse tipo de rato pequeno) fugir de um lugar para o meio da rua, tem boas chances dessa questão virar uma questão de comunidade.
> Foi o que presenciei quase nesse instante, enquanto visitava Tia Cláudia. A catita seguiu pelo meio-fio, ao som de "pega o rato", e, logicamente, os vizinhos começaram a aparecer nas portas para defender suas casas. A ideia era fazer com que esse morador não-humano indesejado não entrasse e se instalasse nas moradias.
> Rápida e esguia, a catita passa por três casas sem ser pega e, no caminho, quebra o gelo entre a vizinhança. Vizinhos na linha de frente, entram nas casas uns dos outros sem preciosismos de "com licença", envolvendo um exército multifamiliar que cresce à medida que o problema ganha proporção. Até que o bando de hominídios se reúne num plano coletivo para eliminar o roedor. Entre pauladas ao vento e pulos de medo, gargalhadas e conversas tomam conta da atmosfera.
> Encurralada, combinações e planos envolvendo a todos são colocados em prática: um fica com a vassoura no ataque, outro fica na porta com um pano na contenção, para ela não sair. Essa é, sem dúvidas, uma atividade de humanos modernos, a qual é mais parecida com a caça que nossos ancestrais faziam em tribos, e ela diz muito sobre as qualidades sociais da nossa espécie, como vantagem evolutiva. (Diário de Campo — 15 de julho de 2022).

Casos cotidianos como esse nos fazem pensar que os moradores das periferias, como a São Francisco, tiveram que conviver com os mesmos riscos e problemas que viviam antes, durante a pandemia. Assim, tornando-a muito pior para essas pessoas, em termos de afetações. Problemas, diversos em cada trajetória de vida, mas particularmente comuns como comunidade.

Nota-se, portanto, que outro motivo central para o sentido de comunidade no território é que todos os moradores compartilham os mesmos riscos no andar de baixo da pirâmide social, do ponto de vista de semelhantes incidências do "fazer morrer" necropolítico[56] (MBEMBE, 2017), e também semelhantes relações com a morte. Afinal, de forma muito menos provável, encontraremos no modo de existência de um rico, por exemplo,

56 A necropolítica é quando o biopoder soberano em vez de "fazer viver" seus súditos, deliberadamente subjuga a vida pelo poder da espada, seja por meio da ação ou da omissão do Estado.

a presença relevante do risco de morrer por “bala perdida”.

Para nós, caracterizar os modos de ser do ambiente da Várzea do Maranguapinho é também um aprendizado de reentender as mutações do ambiente e procurar o entendimento das consequências que a afetação mútua da malha gera nos modos de ser dos actantes.

Desse modo, ainda no que concerne às relações do ambiente natural da Comunidade São Francisco, devemos falar não só da nova relação socioambiental com a doença da covid-19, mas também das doenças que a comunidade tem que lidar historicamente, já que, nessa trilha, as doenças são pontos de inflexão entre sociedade e natureza.

Figura 22 – Seguimento do córrego da São Francisco com concentração de entulho e lixo



Fonte: Autor.

Um dos maiores problemas da São Francisco é a grande presença de lixo, conforme a figura 22 acima, composto pelos variados objetos descartados, tanto na vegetação quanto nos canteiros, nas ruas e em terrenos baldios. A coleta pública não consegue dar conta da grande produção de lixo de um estilo de vida consumista e não tem solução para esse grande volume descartado. Aqui, como na maioria dos locais da periferia de Fortaleza, há ainda o agravante de que o caminhão de lixo de tamanho convencional não consegue passar pelas vielas estreitas.

Claro que a educação ecológica de não jogar lixo no ambiente é algo desejável para as populações das favelas, porém fica muito fácil acusar uma essencialidade dessas pessoas como "sujas", quando se mora num lugar saneado, onde o Estado já proveu toda a estrutura. Os mais pobres não podem fazer eles mesmos a coleta pública de lixo e não foram servidos desse direito básico de cidadania. Então, jogar lixo é só mais um passo na sequência de pessoas jogadas à própria sorte, obrigadas a lidar com a interafetação do descarte doméstico sem os meios necessários[57]. Logo, além da educação dessas pessoas, é preciso prover soluções para o problema, para que elas mesmas não tenham que inventar as suas, considerando apenas suas consciências ambientais.

Com certeza, o lixo atua como alavanca para a mobilização da vizinhança dos moradores da São Francisco, conforme observamos na ação de algumas pessoas ao recolherem o lixo espalhado no canteiro, cortarem a grama, plantarem árvores e construírem banquinhos e mesinhas, a fim de dar outras funções para uma antiga área de despejo de lixo nas margens do córrego.

No entanto, o cenário de lixo acumulado (como observado na figura 23), e a poluição do córrego e dos matagais, os quais são resquícios do ecossistema dos carnaubais, de forma complexa, também são alavancas para relações que causam doenças e sofrimentos. Esses locais de acúmulo de lixo urbano tornaram-se *habitat*, na poluição da cidade, por exemplo, de ratos que podem transmitir leptospirose, sobretudo em enchentes, que carregam sua urina contaminada[58].

---

57 Barthe, Akrich e Rémy (2011) definem esse tipo de situação como uma controvérsia na saúde ambiental, pois, enquanto as populações carentes são frequentemente responsabilizadas por sua suposta falta de higiene, ao mesmo tempo, quando adoecem, passam a ser vistas como vítimas de fatores ambientais.

58 Não queremos tratar as vegetações altas (matagais) e os ratos separadamente como problemas a serem eliminados. Nosso objetivo é apresentar esses elementos como parte constitutiva e recorrente da trajetória histórica socioambiental da Várzea, de modo que possamos pensar como favorecer uma convivência maior com essas vegetações e esses outros animais, e menor com os desafios decorrentes de suas interafetações prejudiciais com os seres humanos.

Figura 23 – Pilha de lixo no cruzamento entra a Rua Umuarama e a Avenida H



Fonte: Autor.

Em nossas observações, entretanto, nessa vegetação, os mosquitos *Aedes aegypti* (popularmente conhecidos como muriçocas) são os actantes mais preocupantes, podendo ser a maior ameaça letal ao ser humano hoje, pois transmitem não apenas uma, mas um conjunto de arboviroses, como dengue, chikungunya, febre amarela e zika. Anualmente, esses animais causam muitos transtornos com surtos dessas doenças, especialmente após as chuvas e do acúmulo de água parada no lixo.

Jean Segata (2016), inclusive, utiliza o *Aedes aegypti* como fio condutor de uma etnografia para mostrar como esse mosquito e os humanos, em suas vidas cruzadas, juntos coproduzem as cidades. Nas suas relações entremeadas e mútuas, as alterações antrópicas propiciam a proliferação dos mosquitos, enquanto que estes definem agendas de saúde pública, modos de governo da vida e a produção de formas e espaços de vulnerabilidade. Para

o autor (id., p. 373):

> Seguir os mosquitos nesse contexto tem a ver com a ideia de que a cidade não seja descrita apenas como uma composição entre humanos e seus artefatos e práticas, mas que animais, plantas, fenômenos climáticos, divindades e uma sorte mais ampla de seres de naturezas diversas, também apareçam em primeiro plano na etnografia.

O problema da chikungunya, por exemplo, dentre as demais doenças transmitidas pelo mesmo mosquito, *Aedes aegypti*, está nas dores pelo corpo, que debilitam as vítimas por meses e as fazem sofrer, especialmente os maiores de sessenta anos e aqueles que já possuem problemas nas articulações. Na Comunidade São Francisco, essa doença é motivo de temor entre os mais velhos, que recorrem a raquetes elétricas, telas e repelentes para se protegerem.

Chikungunya, inclusive, significa "aquele que se dobra" em swahili, por referência à dor intensa causada nas articulações. Há dez anos, desde que o vírus chegou ao Brasil, foram registradas pelo menos sete ondas epidêmicas, com cada ano, geralmente, apresentando mais casos do que o anterior[59]. Sua resistência é tão impressionante que especialistas destacam a capacidade do *Aedes aegypti* de depositar ovos não apenas em locais com água, mas também, adaptado ao nosso ambiente seco, em lugares onde prevê a presença de água na quadra chuvosa. Esses ovos podem permanecer viáveis por até um ano sem eclodir, aguardando o momento propício para se desenvolverem quando a água finalmente cair[60].

Não à toa, registramos aqui a sindemia ocorrida durante a pandemia de covid-19, em 2022, entre essa nova doença e as enfermidades endêmicas transmitidas por mosquitos, como chikungunya e dengue. Naquele ano, enquanto as pessoas eram reinfectadas pelas novas variantes do vírus da covid-19, os casos de arboviroses aumentaram 15% no Ceará e, na capital Fortaleza, cresceram seis vezes em comparação a 2021[61]. No que se refere exclusivamente à dengue em Fortaleza, nos três anos de pandemia da covid-19, houve um aumento de 876% nos casos[62], caracterizando uma epidemia que impactou de maneira mais contundente os mais pobres, uma vez que a transmissão do vetor está diretamente ligada às condições socioambientais precárias das periferias.

---

59 Cf. Artigo sobre o assunto, disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/a-escalada-da-chikungunya-nas-americas-37-milhoes-de-casos-em-uma-decada/. Acesso em: 23 Jan. 2025.

60 Cf. Matéria disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/mosquito-aedes-aegypti-um-perigo-mesmo-em-periodos-de-seca. Acesso em: 23 Jan. 2025.

61 Cf. Notícia disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/05/02/casos-de-chikungunya-em-fortaleza-crescem-seis-vezes-em-comparacao-a-2021.ghtml. Acesso em: 23 Jan. 2025.

62 Cf. Notícia disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/12/13/876-mais-casos-de-dengue-tres-anos-fortaleza-inicia-operacao-inverno.html. Acesso em: 23 Jan. 2025.

Diversas vezes, durante a pesquisa, recebemos relatos de nossos interlocutores afirmando que estavam doentes simultaneamente com mais de uma das enfermidades sindêmicas mencionadas, além de viroses e gripes. Assim, como atestam nossos registros, além de analisarmos essas doenças individualmente, é fundamental abordarmos suas relações síncronas, que evidenciam uma crise múltipla em diversos âmbitos. Como observou o antropólogo médico Merrill Singer (2009), vivemos em um contexto de "sindemias", um neologismo que combina sinergia e pandemia para descrever a interação entre duas ou mais doenças em um determinado cenário social e ambiental.

Uma das interações mais recorrentes foi a "flurona", termo utilizado para descrever a coinfecção por influenza e coronavírus. Entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro e no Ceará, a epidemia do vírus da gripe H3N2 agravou o cenário da crise sanitária do novo coronavírus, levando muitas pessoas a contrair ambas as infecções simultaneamente[63]. Essa sobreposição é particularmente desafiadora, pois os quadros clínicos são muito semelhantes, ambas as doenças podem causar febre, dor de garganta e outros sintomas gripais, tornando o diagnóstico baseado apenas na avaliação clínica impreciso. A confirmação da coinfecção só pode ser feita por meio de testes específicos, o que representa um obstáculo adicional para a capacidade de vigilância epidemiológica.

A principal diferença entre influenza e covid-19 está na progressão e duração dos sintomas. Enquanto a infecção pelo coronavírus tende a se desenvolver de forma mais lenta, a gripe causada pelo H3N2 tem um início mais súbito, debilitando o paciente rapidamente, mas também se resolvendo em menos tempo. Além disso, a variante Ômicron da covid-19 afeta predominantemente as vias respiratórias superiores, como nariz e garganta, causando menos coriza em comparação à gripe. Enquanto a covid-19 se manifesta com tosse seca e sensação de ardência, a gripe geralmente provoca congestão nasal e secreção mucosa.

Geralmente, a sindemia em que vivemos abrange um número ainda maior de doenças do que costumamos perceber. A meningite — uma doença endêmica frequentemente esquecida — evidencia como, além dos vírus, fungos e bactérias também desempenham um papel significativo no contexto, como o *meningococo*, seu agente causador. Devido à pandemia de covid-19 e o foco na vacinação contra o SARS-Cov-2, o Ceará, por três anos

63 Cf. Matéria "Caso de flurona descoberto em Israel não é novidade no Ceará". Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2022/01/03/caso-de-flurona-descoberto-em-israel-nao-e-novidade-no-ceara-entenda.html. Acesso em 13 fev. 2022.

consecutivos, não atingiu as metas de cobertura vacinal para neutralizar a meningite. Como consequência, somente entre janeiro e maio de 2022, o estado registrou noventa e oito casos e sete óbitos[64] por uma doença que é prevenível por vacinação. Um dado que é especialmente preocupante, considerando que a meningite afeta de maneira mais grave recém-nascidos e crianças menores de cinco anos.

Frequentemente, também, as moscas que se proliferam no lixo espalhado transmitem uma virose conhecida popularmente como "virose da mosca"[65], que causa disenteria e vômito. Durante nossa pesquisa de tese, registramos um caso ocorrido em março de 2021, no qual dois interlocutores apresentaram diarreia, febre e dificuldades respiratórias, sem saber se estavam com uma virose comum ou com covid-19. Muito possivelmente, a resposta estaria na sobreposição dessas doenças, configurando mais um exemplo de relação sindêmica.

Nesse ecossistema de existência difícil, essa é a realidade da comunidade que vive próxima ao córrego. Em suas ruas de terra, verminoses e parasitoses proliferam nos organismos humanos. As fezes de gatos, cachorros, galinhas, cavalos, vacas e outros animais criados dentro do território, misturadas ao chão de terra, contribuem para a incidência do "bicho do pé" (*Tunga penetrans)*, especialmente entre as crianças, que insistem em andar descalças e jogar bola nas ruas dessa maneira.

Para lidar com doenças e acometimentos como esses, a recursividade das práticas e das subjetividades do cotidiano constroem um saber compartilhado, sustentado pelas interligações da malha socioambiental, no que diz respeito ao tratamento e aos cuidados. No caso do bicho do pé, comum na Várzea como um todo, os moradores lidam com esse problema em casa. Eles colocam uma tesoura e uma pinça na água fervente, recorrem à esterilização com álcool e puxam o bicho. É de conhecimento geral que é necessário remover completamente o ponto preto na pele para eliminar o bicho. No entanto, lesões mais antigas, como as ilustradas na figura 24 abaixo, que já permitiram que o bicho tenha posto ovos, requerem o uso de medicamentos para seu tratamento, como o antiparasitário ivermectina, que foi erroneamente e de forma ineficaz utilizado contra o novo coronavírus (um vírus!).

64 Cf. Notícia disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/ceara-tem-7-mortes-e-98-casos-de-meningite-entre-janeiro-e-maio-de-2022-saiba-como-se-proteger-1.3238168. Acesso em: 23 Jan. 2025.

65 Cf. Matéria "Virose da mosca' atinge quase 5 mil pessoas por semana no CE em 2024". Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/virose-da-mosca-atinge-quase-5-mil-pessoas-por-semana-no-ce-em-2024-veja-sintomas-e-como-prevenir-1.3473243. Acesso em: 04/03/2024.

Figura 24 – Fotografia da lesão do bicho-do-pé em um morador da São Francisco



Fonte: Autor.

Através do medo do desconhecido e da disseminação de notícias falsas, muitos moradores da São Francisco relataram que se automedicaram com algumas dessas substâncias tóxicas e ineficazes a partir de 2020, como hidroxicloroquina e ivermectina. Durante toda a pandemia de covid-19, houve muitos casos de complicações devido à automedicação, incluindo óbitos[66].

Aliás, a cloroquina, outro medicamento para malária frequentemente mencionado nos relatos dos moradores, além de estar associada ao risco de infarto, também pode causar distúrbios mentais[67].

Exemplos que mostram como são diversos elementos que compõem a complexa

66 Cf. Notícia: "Após uso de kit covid pacientes vão para fila de transplante, ao menos três morrem". Disponível em: https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,apos-uso-de-kit-covid-pacientes-vao-para-fila-de-transplante-ao-menos-3-morrem,70003656961. Acesso em: 13 Fev. 2022.

67 Cf. Matéria disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/ansa/2020/11/30/cloroquina-esta-associada-a-risco-de-disturbio-mental-diz-anvisa-europeia.htm. Acesso em: 13 Jun. 2023.

tessitura da vida e que contribuíram para a eclosão da pandemia do novo coronavírus, sem que ela possa ser atribuída a somente um deles, evitando assim uma redução aberrativa da complexidade. Dessa forma, sem pretensões de abarcar a totalidade do fenômeno, ao resgatar a história do ecossistema de várzea do Rio Maranguapinho, onde vivemos, buscamos evidenciar as sincronias entre natureza e sociedade, que, em determinados contextos epidemiológicos, podem se transformar em fatores de risco e vulnerabilidade específicos para este território.

De forma complexa, portanto, é preciso observar a polissemia das relações seres-ambiente e da noção de doença, considerando tudo que as interafetam, como condições e alavancas socioambientais que contribuem para o adoecimento e a perda de saúde. No caso dos moradores da São Francisco, essa análise se insere em um contexto atual mais amplo, representando as vulnerabilidades da malha que uma pandemia encontra para se expandir, como foi o caso da covid-19.

Nesse sentido, a partir daqui, é necessário incluir outras interafetações que também fazem adoecer e estão relacionadas às chances de adoecimento pela covid-19: o trabalho precário e a baixa renda. Na Comunidade São Francisco, assim como em outras áreas da região da várzea do Rio Maranguapinho, os moradores são classificados como trabalhadores de baixa renda, o que acarreta diversas implicações. Conforme Alba Zaluar (2000, p.34), esses trabalhadores são:

> Aqueles que se identificam enquanto trabalhadores pobres e se reconhecem, segundo certos símbolos, como um igual entre vizinhos, parentes, colegas e conhecidos, referem-se justamente a essa homogeneidade social demarcada pelos limites da renda, criada na convivência nos bairros pobres, reinventada nos diferentes arranjos que as várias tradições e opções culturais permitem e das quais parecem valer-se sem preocupações com a ortodoxia ou com escolhas definitivas.

A maioria ocupa postos de trabalho informal, como os de costura em tecido e vendedores ambulantes, mas que também incluem: serviços de frete, limpeza automotiva ou lava-jato; cabeleireiros e designs de unhas e sobrancelhas; confecção de bolos, dindins e doces; bodegas, pequenas mercearias e entregas a domicílio; catadores de recicláveis e feirantes. Além de uma variedade de ocupações formais e subalternas no Centro, como portaria, zeladoria e limpeza em condomínios, atendentes de bancos, caixas de supermercados e trabalhos braçais em frigoríficos, madeireiras, construções, entre outros, para citar alguns exemplos de ocupações que encontramos em nosso trabalho de campo.

Esse tipo de trabalhadores que menos ganham, seja pela submissão às vontades de

lucro das empresas ou pela incerteza da renda informal, foram os que mais continuaram a sair para trabalhar, mesmo durante o período de isolamento social contra a covid-19. Conforme a pesquisa de Gonçalves (*et al*., 2020), os trabalhadores de baixa renda na Regional da Comunidade São Francisco foram os que mais responderam afirmativamente (48%) quando perguntados sobre a necessidade de sair para trabalhar durante esse período, expondo-se a maiores riscos. Nesse sentido, observamos como as condições de subemprego formal e informal são uma das alavancas particulares que tornam mais favoráveis as possibilidades de descumprimento da quarentena, juntamente, por exemplo, com a condição ineficiente de cumprimento do isolamento em ambientes precários e de pequeno porte das casas.

Nas histórias das trajetórias de vida de nossos interlocutores sobre esse momento de quarentena, ouvimos daqueles que afirmaram ter que sair para trabalhar, motivos relacionados ao fato de seus empregadores não os terem liberado (como porteiros e empregadas domésticas), à instabilidade dos seus rendimentos informais que os levam a "ganhar o pão de cada dia" (ainda mais num cenário catastrófico), mas também, ao fato de que nem todos os habitantes da periferia se deslocam para trabalhar[68], e muitos continuaram a trabalhar em mercearias, padarias e outros serviços locais que não pararam de funcionar.

Por isso, ao observar nos relatos dos moradores, que os moradores saíam da periferia para trabalhar em bairros de classe alta — locais onde o vírus foi introduzido por pessoas que retornaram da Europa já contaminadas — registramos que a dinâmica de contaminação da cidade não poderia ter sido outra. Quando os trabalhadores voltavam para a periferia, carregavam consigo o novo vírus, que, com ajuda do abarrotamento do transporte público, logo se espalhou por Fortaleza. Assim, os bairros de classe alta, que inicialmente concentravam os casos de covid-19, logo perderam a liderança com o aumento de casos nas periferias.

Além disso, dessa exposição maior aos agentes biológicos patológicos, tais trabalhos superexplorados dos trabalhadores de baixa renda também garantem o surgimento de doenças físicas e psicológicas. Portanto, ainda como efeitos do ecossistema, numa conceituação mais complexa de doença, é preciso falar das doenças modernas do mundo neoliberal, que atingem sobretudo os trabalhadores mais explorados que moram nas periferias, como a ansiedade, a depressão e o *burnout*[69]. Esta última, que é o nome estrangeiro e

68 No antigo modelo ortodoxo de cidade, as periferias eram apenas dormitórios para os trabalhadores, mas hoje funcionam como áreas híbridas de habitação e serviços para as classes populares.

69 Cf. Matéria "Christian Dunker: neoliberalismo e depressão à brasileira". Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/planeta-azul/2021/03/neoliberalismo-depressao-christian-dunker/.

sofisticado para uma síndrome de esgotamento mental e físico, até parece que não acometeria pessoas simples e comuns, como aquelas que trabalham com costura terceirizada para facções de roupas, atividade exercida por muitos na São Francisco, mas sim, acomete.

Nesse encadeamento, lembramos não só das doenças relacionadas aos subempregos com trabalho excessivo e pouca remuneração de hoje, mas também da alimentação precária imposta aos mais pobres pelos preços elevados, até o limite da fome que alguns moradores enfrentam. Portanto, como uma polissemia maior da ideia de doença, incluímos aqui também, entre os efeitos desse ecossistema, as anemias e a desnutrição.

Segundo nossas experiencializações e observações feitas durante nosso trabalho de pesquisa na Comunidade São Francisco, a maioria de nossos interlocutores realiza quatro refeições diárias. Nesse sentido, registramos a importância da merenda escolar para as crianças e adolescentes, que representa um apoio fundamental e estabilidade para essa demanda cotidiana. Já os adultos variam mais no número e na qualidade das refeições, dependendo da renda de cada um.

Quanto às refeições mais importantes, sem dúvidas, destacamos o almoço e a janta. Para muitos, que possuem apenas uma hora de almoço e não têm tempo para cozinhar, essas refeições se resumem à mesma "quentinha" (marmita), consumida metade à tarde, metade à noite. Algo distintivo, pois sabemos que os ricos e os moradores dos bairros de classe alta não enfrentam essa realidade.

Como mostra o "II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil", realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN, 2022), 58,7% da população atesta algum nível de insegurança alimentar. Desses, trinta e três milhões de pessoas (15,5%) encontravam-se em um estágio de insegurança alimentar grave, ou seja, passavam fome em 2022. Esse drama revela como a pandemia foi particularmente difícil para as pessoas mais pobres e da periferia, visto que a fome em grandes proporções retornou em 2018, piorou muito em 2020 com a crise epidêmica e continuou a se agravar até 2022, melhorando somente em 2023 e 2024 com o novo governo Lula. Em 2025, o país saiu novamente do mapa da fome da ONU, apesar de ainda ter milhões de famintos.

Nesse sentido, não nos admira que a pandemia tenha agravado o problema da fome, pois a nossa alimentação está intimamente ligada às condições socioambientais dos lugares onde vivemos, trabalhamos, estudamos e socializamos. Assim, a insegurança

Acesso em: 13 Fev. 2022.

alimentar afeta principalmente os mais pobres, negros e moradores de periferia, pois são eles que, diariamente, precisam lutar para se manter saudáveis diante das pulsões de morte impostas pela necropolítica.

Alimentar-se bem é um autocuidado vital e básico para cada ser, mas na periferia, as interafetações das condições e escolhas dos indivíduos levam ao entendimento errôneo de que ser saudável "é coisa de rico". Comer bem, ou às vezes, apenas poder comer, acaba sendo um privilégio para alguns. Resta então se submeter à indústria dos subprodutos mais baratos e populares, que, de economia em economia, cobram um preço alto na saúde da população ao longo do tempo. Em uma mistura na qual não é possível dizer, com certeza, se é condicionamento cultural ou escolha, nem sempre seguimos o caminho mais saudável, porque nem sempre é possível, mas também nem sempre é desejado. Esses valores, observados em nossas experiencializações na Comunidade São Francisco, mostram como a saúde se entrelaça com o desenrolar do cotidiano socioambiental das pessoas, nas suas histórias variadas.

Sob tais circunstâncias, voltamos a apontar como é impressionante que as pessoas sequer percebam que estão, no imediato, sujeitas ao acometimento de tantas doenças, assim como não se percebem na natureza, como animais ou como parte de um ecossistema e de suas implicações mútuas e concatenadas. Muitas das pessoas com quem conversamos nunca haviam sequer pensado sobre isso, reconhecendo agora que todas essas doenças fazem parte do conjunto de afetações que comumente acometem a trajetória de vida de um morador da periferia, e que têm raízes nas suas condições socioambientais de vida, estilo, estética e práticas cotidianas. Reconhecendo a história socioambiental como parte de sua história.

# 3 A NOITE COTIDIANA: HISTÓRIAS E SABEDORIAS DOS QUE MORRERAM PELA COVID-19

A trajetória histórica e o cotidiano dos moradores da São Francisco que se tornaram vítimas da pandemia de covid-19 lançam bases para compreender como mudanças já ocorreram no passado e como algumas outras no futuro ainda vão acontecer. Não bem "a partir do" presente, mas contingencialmente nele, a mudança está em todos os tempos verbais como nos expressamos, e dá sentido tanto ao devir do espaço-tempo, como à nossa linha de vida até a morte. É assim que, a nosso ver, passado, presente e futuro interafetam-se e são vivenciados mutuamente na experiência.

Nesse sentido, como uma forma de homenagem, iniciamos a contar as histórias dos actantes humanos a partir das interafetações das vítimas dessa doença pandêmica que abalou o mundo. Em nossa homenagem, buscamos fazer os mortos falarem por meio das lembranças dos parentes mais próximos, resgatando suas origens até esse demarcador final da doença. Apresentamos nesse capítulo as histórias e cotidianos de vida de alguns moradores da Comunidade São Francisco e do ecossistema da Várzea que faleceram em decorrência da covid-19. E, sempre que possível, incorporamos também os actantes não humanos que conviveram com essas pessoas, além de registros de álbuns familiares, compondo um retrato que entrelaça passado, presente e futuro em cada trajetória de nossos interlocutores.

Ao eleger as vítimas da covid-19 para iniciar a ilustração das pequenas histórias humanas dentro da grande trajetória do ecossistema da Várzea, também destacamos as experiências de vida dos corpos mais vulneráveis nesse contexto pandêmico: os idosos e as pessoas com comorbidades, resgatando suas sabedorias e memórias. Pois, embora nossa pesquisa tenha registrado duas histórias de vítimas relativamente jovens que possuíam comorbidades, muitas das demais seis mortes de que tivemos conhecimento na Comunidade São Francisco foram de idosos, seguindo o padrão observado globalmente.

Por isso, nesta introdução, queremos destacar duas particularidades dos nossos interlocutores idosos, registrando algumas de suas vulnerabilidades específicas no contexto da covid-19.

Primeiramente, por meio de conversas informais e registros etnográficos em diários de campo, percebemos que, entre janeiro e maio de 2021, quando teve início a vacinação prioritária dos idosos em Fortaleza, a aplicação da primeira e da segunda dose

ocorreu tardiamente para os idosos da Comunidade São Francisco. Pelo menos dois já haviam falecido ainda em 2020, quando as vacinas ainda não estavam disponíveis, e outros podem ter morrido em 2021 devido à demora na aquisição das primeiras doses.

Em segundo lugar, observamos uma discrepância entre os idosos da Comunidade São Francisco e os de outros bairros da mesma região da várzea do Maranguapinho, no que diz respeito à quantidade de doses recebidas. Comparando nossos vínculos na comunidade com aqueles que temos em outros bairros, constatamos que, na São Francisco, ainda há idosos que receberam apenas uma ou duas doses, ou que sequer foram vacinados.

Os especialistas se questionaram, no início da vacinação para maiores de oitenta anos, sobre o motivo de haver mais pessoas dessa faixa etária não vacinadas nos bairros periféricos. Afinal, embora a expectativa de vida seja mais baixa na periferia em comparação aos bairros mais ricos, resultando naturalmente em um menor número de idosos com oitenta anos ou mais, essa discrepância não pode ser explicada de forma simplista. Somente ao considerar a complexidade de fatores do cotidiano periférico, analisando ao longo da trajetória de vida desses moradores de periferia, é possível compreender como esses idosos possuem razões particulares, mas também generalizáveis, por estarem diretamente ligadas às suas condições socioambientais.

Muitos vivem longe dos locais de vacinação, não possuem carros disponíveis para auxiliá-los no deslocamento, e tampouco conseguem enfrentar longas filas de espera. Devido ao desgaste físico provocado pelo ritmo de vida e de exploração do trabalho ao longo de uma vida dura, apresentam maiores dificuldades de locomoção, mais comorbidades e mais problemas de saúde. Além disso, o contexto de precarização do trabalho também impacta suas redes de apoio: muitos familiares, presos às exigências de subempregos, não têm tempo para prestar assistência, e a contratação de cuidadores é inviável financeiramente, fazendo com que não tenham ninguém para cuidar deles[70].

Os idosos periféricos, além dos desafios anteriores, também enfrentam barreiras informacionais. Muitos sofrem com a dificuldade de acesso à informação ou possuem um nível de escolaridade que limita sua compreensão sobre a vacinação. Paralelamente, são alvos preferenciais da desinformação, como, por exemplo, a narrativa que circulou pelas igrejas e grupos evangélicos da São Francisco, afirmando que as vacinas fariam mal e que,

70 Um dos nossos interlocutores, cuja mãe idosa está acamada, desabafou sobre essa realidade: “Fica difícil, né? Não tem carro pra botar uma pessoa que não anda mais. Como esses *drive thru* de vacinação, né? Não tem cadeira de roda e nem dá. Por que como é que vai andar num areal daquele, chêi de pedra? Não dá, o posto é longe e não tão fazendo visita”.

supostamente, teriam matado uma pessoa.

Curiosamente, no entanto, apesar de as trajetórias dos idosos serem marcadas pela progressiva perda da sua independência, eles protagonizaram a maior adesão ao uso da máscara durante a pandemia de covid-19, independentemente se era obrigatório ou não no momento. Sentindo-se como alvos, continuaram utilizando-as para se protegerem, o que representou uma vantagem comportamental na luta contra o novo vírus.

Os corpos mais vulneráveis, como os corpos idosos, considerados não mais produtivos pelo mercado, acabam, também, evidenciando, pelo poder biopolítico, aqueles que são descartáveis e matáveis (AGAMBEN, 2010) na sociedade. Sujeitos a maiores riscos de contágio e morte devido às precárias condições socioambientais — incluindo trabalho e renda, habitação, sociabilidade, alimentação, transporte e acesso à saúde —, os homens e mulheres da base da pirâmide social, sobretudo, idosos e pessoas com comorbidades, são vistos como inúteis pela lógica econômica do mercado de trabalho. Suas mortes, diluídas no anonimato dos números estatísticos e na multidão sem rosto dos comuns e das valas comuns, transmitem a cruel sensação de que "ninguém se importa".

Apesar de não suprimir a vulnerabilidade dos idosos e pessoas com comorbidades, na verdade, a história de um passageiro que faleceu dentro de um ônibus em Fortaleza, sentindo falta de ar e não resistindo antes mesmo de chegar no terminal do Papicu[71], extrapola a faixa etária e evidencia toda a gente pobre e periférica no topo da lista de vítimas da pandemia de covid-19. Foram esses trabalhadores e trabalhadoras, moradores das periferias das cidades, que moveram as engrenagens e que, durante a crise epidemiológica, continuaram desempenhando suas funções essenciais, mesmo nos momentos mais críticos. Sem poder adoecer, carregavam em suas jornadas de trabalho o peso da sobrevivência de muitos outros.

Entretanto, em uma contradição brutal com sua essencialidade real, foram esses corpos descartáveis e matáveis da base da pirâmide social que assumiram os maiores riscos e protagonizaram as atividades que não podiam parar durante a pandemia. Operadores de caixa, frentistas e motoristas de ônibus, por exemplo, tiveram um aumento de 60% na taxa de mortalidade no auge da crise[72].

Precisamos lembrar que uma das primeiras mortes por coronavírus no Brasil foi

71 Notícia disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/03/26/passageiro-morre-apos-passar-mal-dentro-de-onibus-no-terminal-do-bairro-papicu-em-fortaleza.ghtml. Acesso em: 02. Dez. 2024.

72 Conforme disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html. Acesso em: 02. Dez. 2024.

de uma idosa, empregada doméstica de sessenta e três anos, evidenciando desde o início esse perfil de maior risco entre os "descartáveis". Ela percorria semanalmente cento e vinte quilômetros de sua casa humilde, na periferia de Miguel Pereira, Rio de Janeiro, até o apartamento onde trabalhava, em um bairro "nobre" do Alto Leblon. Esse apartamento pertencia a um casal que havia retornado da Itália contaminado com o vírus e aguardava o resultado do exame. No entanto, apesar de apresentarem sintomas característicos da doença, patrão e patroa recusaram-se a dispensá-la[73].

Essas vítimas, matáveis porque pobres e idosas, deixaram manchas pulmonares causadas pela covid-19, mas que estavam estritamente ligadas às manchas de pobreza nos pulmões das cidades, zonas historicamente asfixiadas em todas as dimensões e recursos. Nos relatos que virão a seguir, veremos como as pessoas que morreram deixaram lacunas irreparáveis nos laços e conexões de suas comunidades, que nos levam a pensar em como elas eram pais, mães, filhos, filhas, avôs, avós, tios, tias, amigos, colegas e vizinhos.

Portanto, a alavanca mais impactante no cotidiano e na trajetória dos parentes das vítimas de covid-19 narradas a seguir não poderia ser outra senão a perda de um ente querido e o luto que se seguiu. A desmotivação causada pelo luto atingiu profundamente Dona Vaneide, que perdeu o marido, e Wilma, que perdeu a irmã e o cunhado, figuras centrais dos próximos subcapítulos, nos quais nos aprofundaremos.

## 3.1 Memórias de Seu Luciano: narrações de Dona Vaneide e das coisas do marido

Luciano tinha sessenta anos quando faleceu, vítima da covid-19, em 2020. De cabelos encaracolados já esbranquiçados, estatura média, pele branca e corpo forte, ostentava uma "barriguinha de cerveja". Sua imagem pode ser vista na figura 25 adiante. A fotografia foi tirada durante a comemoração de Ano-Novo de 2019, a última celebrada ao lado de seus entes queridos, antes da pandemia ser declarada.

73 Essa história foi narrada na matéria disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm. Acesso em 02. Dez. 2024.

Figura 25 – Fotografia da família de Seu Luciano e sua família na festa de Ano-Novo em 2019



Fonte: Autor.

Naquele momento fotografado, quase todos os filhos estavam presentes, exceto um, que estava preso. A celebração, como de praxe, foi repleta de muita música, comida e bebida. Sentados na escada de casa, enquanto Seu Luciano ocupava sua cadeira, ninguém imaginava que aquela reunião nunca mais se repetiria e que sentiriam tanta falta dela. Ninguém esperava que a fotografia se transformaria em um vestígio do familiar ausente, um rastro de sua pele, de seu rosto, um relicário que guarda as lembranças dos contatos corpóreos e que evidencia o quão inacessíveis eles se tornaram hoje depois de sua morte.

Conforme Santos (2015, p. 105), as fotografias dos falecidos como a apresentada:

> […] são, portanto, impregnadas de um olhar amoroso e assim podemos, brevemente, preencher o lugar esvaziado dos seus corpos [mortos]. O papel da fotografia familiar é o de preservar a memória mais além da pessoa; pois olhar as fotografias dos mortos não é olhar o vazio, e sim preenchê-lo. Vê-los (em imagem) e falar deles é fazer com que existam ainda, fazê-los 'ser'.

Assim, foi Vaneide, sua esposa, quem nos mostrou a fotografia e compartilhou a história de Seu Luciano. As fotografias de família, cuidadosamente guardadas no guarda-roupa do casal, ajudaram a reconstruir suas memórias por meio das recordações de Vaneide. Além disso, ela também recorreu às suas ferramentas de trabalho para narrar a vida do marido. Esses objetos sempre evocavam lembranças em nossas visitas, conduzindo-a a reviver episódios da trajetória dele e se tornando solução para resolvemos o problema de como fazer as vítimas da covid-19 falarem.

À medida que contamos, a seguir, a história de Dona Vaneide, apresentaremos também a de Seu Luciano em seus múltiplos entrelaçamentos. Ela é uma mulher de cinquenta e sete anos, branca, de estatura baixa e corpo magro. Seus cabelos, que na fotografia de 2019 eram longos, agora estão cortados em um modelo curto, como pode ser visto na figura 26 mais abaixo, onde ela veste um vestido estampado com flores.

Figura 26 – Dona Vaneide em um de nossos encontros em sua casa na Comunidade São Francisco



Fonte: Autor.

Sua fala, carregada de um sotaque que tensiona mais fortemente as sílabas do “ti” e do “di”, denuncia suas origens do sertão de Pernambuco, que ainda não sumiram mesmo depois de tanto tempo em terras cearenses. Sua simpatia é constatada com suas constantes risadas, sendo dona de um carisma natural e de uma ternura com que lida com o mundo.

Simplicidade é uma palavra que define bem a atmosfera de vida de Dona Vaneide. Parece ter nascido para viver o mundo com uma inocência genuína, que torna tudo mais leve ao seu redor. Em todas as vezes que a visitamos, ela fez questão de repetir, várias vezes, para que nos sentíssemos à vontade na sua humilde sala de visitas.

A conhecemos por meio de sua amiga, Tia Cláudia, que nos acompanhava em nossas visitas. Ambas também tinham os maridos amigos um do outro. Desde o primeiro

encontro, uma simpatia mútua facilitou nossas conversas, criando um sentimento de conexão. À medida que o diálogo fluía, reconhecíamos as reviravoltas e tramas das vidas que nos cercam ou, como ela mesma sintetizou com sabedoria: “Na vida têm tristeza, têm tudo mesmo, né, meu filho? É verdade”.

Nasceu no ano de 1965, em uma minúscula cidade no interior de Pernambuco, logo abaixo da Chapada do Apodi, que demarca a fronteira com o estado do Ceará. Como ela explica: “Meu pai, ele era comerciário, ele trabalhava no comércio. E minha mãe doméstica mesmo. Trabalhava no lar, né?”.

Oriundos de famílias de agricultores pobres, seus pais sustentavam a família com a renda de uma pequena mercearia de artigos básicos em frente à igreja da cidadezinha. Tiveram cinco filhos: dois homens, que auxiliavam no comércio e faziam serviços em fazendas próximas, e três mulheres, entre as quais Vaneide era a mais velha.

Sua infância em Pernambuco é relatada como sendo boa, apesar da vida sem regalias. Apenas se queixa da dureza com que o pai a tratava, após ter criado dois filhos homens, e das responsabilidades que recaíam sobre si, por ser a primogênita entre as mulheres, ajudando a mãe nas tarefas de casa e nos cuidados com as irmãs.

Sobre sua educação, conta que frequentou a escola pública da cidadezinha do interior e que parou de estudar aos treze ou quatorze anos, sem completar o ensino fundamental. Segundo ela, a falta de perspectiva em um local que sequer oferecia ensino médio tornou o esforço sem sentido naquele momento. No entanto, anos depois (“depois de velha”), retomou os estudos pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando isso como uma realização verdadeiramente pessoal em meio a uma trajetória marcada pela dedicação ao marido e aos filhos homens:

> Meu filho, eu estudei até a sétima série na época. Aí parei. Mas terminei meus estudo, tá com uns anos aqui, o ensino médio. Depois de velha, fui voltar a estudar e andei pra trás que nem caranguejo. Lá eu terminei a sétima e não continuei, aqui eu recomecei na quarta, mas terminei [risadas].

Entretanto, ao relembrar sua infância e adolescência, Vaneide destaca como essas fases foram breves. Além da falta de lazer, já aos dezesseis anos conheceu Luciano e, a contragosto do pai “zangado”, saiu de casa para se casar com o amado. O casal passou um curto período morando na roça de um tio dele antes de decidir partir para Brasília em busca de melhores oportunidades. Como ela mesma comenta:

> Aliás, eu não vivi tanto minha infância, né? Porque eu fui morar com meu marido, eu ainda nem tinha dezessete anos. Mas era saudável a convivência com meus pais, apesar dos pesares, porque meu pai era brabo que só a gota. Mas foi bom. […] Não deu nem tempo de pensar em sonhos, entendeu? Porque eu arrumei marido tão cedo, ia completar dezessete. Aí fui ter filho, fui pra Brasília… Nesse tempo, eu tive o meu mais velho com dezoito anos. Que mora aqui embaixo, o Cardel.

Para Vaneide, o marido representou uma verdadeira virada em sua trajetória — uma paixão intensa que eclipsou sua trajetória no meio de sua adolescência e continuou a sombreá-la até sua morte. Podemos mesmo cravar o encontro com Luciano como um divisor de águas que separa sua vida em uma fase jovem e outra adulta. Seu marido foi a alavanca primordial dessa segunda fase, um pilar essencial para sua existência. Como ela mesma comenta: "Aí bem-dizer, quem terminou de me criar foi o Luciano, Dona Cláudia (risadas). Eu digo igual: o Luciano foi meu pai, foi meu amigo, foi meu companheiro, foi tudo".

Então, quando nossa interlocutora se justifica, dizendo: "Mas minha adolescência foi boa, tenho do que me queixar, não", não vemos em sua fala qualquer traço de conformismo. Pelo contrário, há um orgulho genuíno por escolher "se juntar" ainda na adolescência e ter dedicado sua vida ao marido e aos filhos. Suas palavras parecem uma resposta ao possível sentimento de pena que as pessoas possam ter, ao ouvir as faltas que ela teve, por ter escolhido seu caminho.

Esse pilar que Vaneide encontrou, chamado Luciano, nasceu em 1960, em Canindé, Ceará. Filho de agricultores que sofreram com a seca, cresceu em uma família numerosa, com onze irmãos: quatro mulheres e sete homens para ajudar no roçado. Uma das irmãs faleceu ainda criança, vítima de "doença", como se dizia na época. Luciano era o terceiro mais velho, seguido de dois irmãos gêmeos e do caçula.

Em busca de melhores condições de vida, os irmãos foram buscando outros lugares pelo Brasil. Somente um dos gêmeos permaneceu no interior, cuidando dos pais até o fim da vida deles. Esse foi o único filho que continuou trabalhando como peão para fazendeiros de gado, depois que o pai envelheceu e vendeu as terras para comprar uma casinha na cidade, onde pudesse repousar. Os demais irmãos se espalharam pelo país: um dos mais velhos seguiu para Macapá durante a "febre do ouro", tentando a vida no garimpo, mas, mesmo sem sucesso, acabou ficando por lá. Outro foi para Goiás, onde trabalhava rodando o país como montador em um parque de diversões itinerante. O irmão mais novo se mudou para o Rio de Janeiro e ninguém tinha muitas notícias. Entre tantos destinos diferentes, apenas mantinha contato regular com o outro dos gêmeos, que construiu sua casa ao lado da dele, e

com duas de suas irmãs, que moravam juntas na mesma região, uma "solteirona" e outra viúva.

Antes de conhecer Vaneide, Luciano não havia concluído o ensino fundamental e ajudava os pais na plantação de milho, feijão e outros cultivos. Aos dezoito anos, partiu para o Cariri após receber uma proposta de trabalho em uma fábrica de aguardente, mas acabou perdendo a vaga para um parente de um dos supervisores.

Quando conheceu sua futura esposa, era 1982 e ele tinha vinte e dois anos. Depois de passar por uma série de empregos, aceitou um convite para trabalhar temporariamente no sítio de um tio, no interior de Pernambuco. Foi durante esse período que cruzou com Vaneide, em suas idas ao centro da pequena cidade para comprar mantimentos na venda dos pais dela.

Dona Vaneide se lembra bem das qualidades que a fizeram se apaixonar pelo marido:

> Eu conheci ele… É que, assim, meu esposo começou a trabalhar com idade de dezoito anos. Quando eu conheci ele, ele tinha vinte e dois anos. E ele só parou de trabalhar porque ficou doente e morreu, senão até hoje ele estaria trabalhando. Ele toda vida, num tinha domingo, não tinha feriado, num tinha nada. Meu marido, o que aparecia, ele tava fazendo. Ele não tinha preguiça pra trabalhar. E se preocupava, né, pra não faltar as coisas dentro de casa. Ele era muito pai, muito amigo, muito marido. Não é porque morreu não.

Abrindo um parêntese, é interessante observar em sua fala como os mais velhos pertencem a uma geração que ainda tem na ideologia do "trabalho dignifica o homem" a base de sua identidade ontológica. Formulada a partir da Revolução Industrial, essa ideia, que distingue o homem dos animais e da natureza pelo trabalho, foi instrumentalizada pela burguesia[74] por meio da noção meritocrática de que todo indivíduo poderia enriquecer somente com base no seu esforço de trabalho.

Sem a intenção de fazer análises demasiadamente generalistas, queremos apenas registrar a diferença geracional e, sobretudo, socioambiental dos moradores de periferia, na qual, nas trajetórias dos mais jovens que acompanhamos, o trabalho não ocupa o mesmo lugar identitário. Por meio da transformação do devir das contingências, uma geração diferente daquelas do século XXI, que não alcançou seus objetivos por meio da meritocracia dos estudos e sim pela exploração de seu próprio trabalho, precisa que a ideologia do trabalho ainda faça sentido. Afinal, suas identidades e o valor que acreditam que têm dependem disso, mesmo que, hoje, inquestionavelmente, as novas gerações, mais qualificadas e com maior

74 Por outro lado, essa ideia também foi utilizada após o iluminismo, na luta do movimento operário europeu do século XIX, que deu origem a diversas correntes políticas trabalhistas de hoje.

tempo de estudo, se vejam encurraladas diante da precarização dos regimes laborais, levando ao crescente questionamento da meritocracia.

Em 1984, após dar início à sua história de amor, mesmo contra a vontade do pai de Vaneide, Luciano permaneceu mais tempo do que planejara trabalhando no sítio do tio. Assim, buscando se livrar das pressões contrárias dos parentes e almejando construir uma vida própria, o casal decidiu deixar o interior de Pernambuco e tentar a sorte em Brasília, onde, segundo diziam, havia emprego de sobra.

Numa mistura de aposta e aventura, chegaram à nova cidade sem nenhum contato. No começo, o sonho de esperança logo se transformou em um pesadelo de aflição. Vaneide relembra como foram de casa em casa, com um filho no braço — o primeiro, nascido um ano antes, ainda em Pernambuco —, tentando encontrar um lugar para ficar. O casal passou por uma luta difícil, mas, no fim, Luciano conseguiu emprego numa metalúrgica, onde aprendeu o ofício da solda. Durante os cinco anos em que trabalhou ali, Vaneide se dedicou às tarefas domésticas na casa alugada e aos seus filhos, pois, nesse período, o casal teve mais duas crianças.

No entanto, entre a rotina exaustiva do trabalho pesado e os custos que não paravam de crescer, Seu Luciano não avistava o horizonte que ele esperava realizar para sua família que crescia. Cansados da rotina desgastante, começaram a planejar a compra de um terreno para, enfim, construir sua casa própria.

Em uma dessas conjecturas, após Luciano receber uma ligação de seu irmão mais novo, um dos gêmeos, contando ter conseguido um emprego na construção civil em Fortaleza, o marido decidiu pela família que era hora de pôr seu plano da casa própria em prática. Junto da *expertise* do irmão como pedreiro e que também buscava o mesmo objetivo para sua família, o casal e os três filhos se mudam. Luciano pensava que seria bom estar próximo do irmão, e que com a cidade em crescimento, poderia vir a ter oportunidades no ofício que ele tinha aprendido em Brasília.

Nessa época, Vaneide recebia notícias preocupantes da família no interior de Pernambuco. A inflação em 1989 havia atingido o recorde de 1.764,86%, um nível nunca antes alcançado no país[75]. O pequeno comércio de seus pais estava em dificuldades, e suas irmãs mais novas não enxergavam perspectivas para o futuro. Logo, diante desse cenário, Vaneide decidiu mobilizá-las para tentarem a vida em Fortaleza.

75 Ver mais na matéria disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2022/08/18/como-era-viver-no-brasil-da-inflacao-descontrolada-dos-anos-1980. Acesso em: 05. Dez. 2024.

Na cidadezinha onde moravam, as únicas possibilidades para mulheres eram o casamento ou trabalhos pesados, como os que os irmãos homens realizavam — serviços braçais em fazendas ou carregamento de mercadorias no comércio. A esperança era que, na capital Fortaleza, elas pudessem encontrar empregos e obter a chance de romperem com os condicionamentos de gênero, antes que o pai decidisse casá-las. Além disso, a presença das irmãs seria um grande suporte para Vaneide, especialmente naquele momento, pois estava grávida e precisaria de ajuda no nascimento do seu quarto filho.

Refletindo sobre suas andanças e os sete anos em que teve seus quatro filhos, Vaneide recorda: “Meu filho, eu já andei em todo canto, que eu acho que eu vim para cá, eu tinha… Deixa eu pensar. Que o Carlos, eu engravidei do Carlos com vinte e quatro anos. Então, eu vim para cá em oitenta, não, eu vim pra cá em oitenta e nove”.

Segundo Dona Vaneide, ela e sua família chegaram à região da Comunidade São Francisco em 1989, há trinta e seis anos, estabelecendo-se ali desde então. Foi mediante uma dica do irmão de seu marido que souberam da venda de lotes baratos na periferia e, juntos, decidiram comprar dois terrenos vizinhos. Vaneide relembra que Luciano, mais velho e já com filhos, veio antes para a Várzea, onde começou a construção de sua casa com a ajuda do irmão durante as folgas. Somente depois, o irmão fez o mesmo, contando com o auxílio recíproco de Luciano.

Em seus relatos, ela recorda como a paisagem mudou drasticamente desde que chegaram. No início, a região era marcada por brejos alagados e vegetação nativa do ecossistema da bacia hidrográfica do Maranguapinho. Com o tempo, deu lugar a um bairro repleto de casas e pessoas. Vaneide também se emociona ao lembrar da evolução de sua própria moradia: de um único cômodo no meio de um terreno vazio até a casa que tem hoje. Rememora, ainda, os tempos difíceis em que ela, grávida, dividia aquele pequeno espaço com o marido, suas duas irmãs e seus três filhos pequenos.

> Mudou muitas coisas, né? Porque quando eu vim morar aqui, essa casinha aqui era só um cômodo. Era, pronto, era só um quartin lá em baixo, ao redor era só mato e água. Não tinha casa desse lado, nem tinha desse. Quem começou a fazer a casinha aqui foi o Luciano, depois que ele fez essas aqui do lado, aí o irmão dele fez essa. Depois o pessoal comprou lá na esquina. Porque aqui era só mato, né? E quando o Luciano comprou o quartin aqui, quem morava: eu, duas irmãs e eu ainda tava grávida do Carlos, e os meus três filhos que eu já tinha.

Nessa trajetória, ao longo do tempo, Seu Luciano foi autoconstruindo e ampliando sua casa, cômodo por cômodo, andar por andar, com muito suor e força de vontade, conforme a narração de Vaneide:

> Aí meu marido foi fazendo debaixo de chuva, porque ele trabalhava. Ele trabalhava, da segunda ao sábado, na oficina, era sempre ocupado com os serviço pesado, né? Então, minha casa era feita no final de semana [risos]. E no inverno, ele levantava a parede, aí lá vinha a chuva [outra risada]! Aí, botava um plástico em cima. Acho muito engraçado a questão da minha casa aqui.

Figura 27 – Fotografia da sala de estar da casa de Dona Vaneide na Comunidade São Francisco



Fonte: Autor.

A casa da família, exemplificada na figura 27 acima, hoje possui dois andares e cinco cômodos, além da oficina metalúrgica. Apesar de apresentar um estado precário em

termos de estrutura e qualidade de vida, com infiltrações nas paredes e rebocos caindo, esses detalhes aparecem de forma secundária nos relatos de Vaneide. Para ela, sua moradia representa a grande conquista do marido e da família, erguida com o esforço e as próprias mãos de Seu Luciano. Atualmente, ali onde ele viveu, moram, ao todo, oito pessoas: Vaneide; Cardel, sua esposa e seu filho Christian; Carlos, junto da namorada e seu filho recém-nascido; e Cardene.

Seus filhos, todos homens entre 33 e 39 anos, têm nomes que começam com a letra "C", sem um motivo específico, "apenas para combinar", como explica Vaneide. São eles, por ordem decrescente de idade: Cardel, Cardejane, Cardene e Carlos. Vaneide os descreve da seguinte maneira:

> Eu tenho 4 filhos, tem um que tá aqui 'ressaquiado', assistindo televisão, tá ouvindo a 'zuada'? [risadas] É o Cardene, ele mora comigo. Mora eu, ele e o outro [no andar de cima]. O outro [Carlos], o quarto dele, é aqui. É que ele vai reformar o quarto, aí tá lá nesse, no do que era do Cardejane? O Cardejane mora lá na travessa.

Cardel, o mais velho, é visto como o "mais correto". Sempre ajudou o pai e trabalhou com ele. Embora tenha pensado em seguir outro caminho, ao contrário de Carlos, sempre esteve mais inclinado a aceitar a profissão do pai como sua. Atualmente, mora no andar de baixo da casa da família, em um quartinho nos fundos da oficina, com a esposa e o filho.

Cardejane, o segundo, sempre foi atraído pela adrenalina. Na juventude, juntou-se a uma mulher que já tinha um filho e passou a viver de empreendimentos ilegais com ela. Ele se envolveu em um roubo, o que deixou Luciano profundamente magoado pouco antes de adoecer. Preso em Sobral desde 2018, cumpria pena em regime semiaberto, monitorado por tornozeleira eletrônica para ir ao trabalho. No entanto, após deixar de comparecer ao fórum para assinar, voltou ao regime fechado, ao mesmo tempo, em que o pai foi internado devido à covid-19. Atualmente, mora em uma casinha em uma das travessas da São Francisco e ainda leva uma vida de escolhas desaprovadas por Vaneide.

Cardene, o terceiro, também mora na casa com a mãe, mas "nunca deu trabalho". Sonha com uma vida diferente da dos irmãos, apostando nos estudos, embora ainda não tenha um caminho bem definido. Nunca se casou oficialmente, mas está separado da mãe de seu filho, que é autista e mora com ela. Crescendo no meio dos quatro irmãos, aprendeu a evitar confusão e a não se arriscar demais.

Já sobre o filho caçula, Vaneide o apresenta no momento em que estava trabalhando: “Carlos é meu filho caçula. Esse que tá soldando ali embaixo”. A proximidade, desde muito cedo, com o álcool foi influenciada pelo gosto do pai pela bebida. Todos na família, até mesmo Vaneide, bebem álcool em fins de semana e confraternizações. No tipo de socialização festiva na qual os irmãos cresceram, havia sempre música, churrasco e bebida. Esse ambiente levou Carlos a abusos precoces, iniciando pelo álcool, mas que, ao longo de sua trajetória, evoluíram para o vício no crack. Ainda com sérios problemas de dependência química, hoje tenta se recuperar, exercendo a mesma profissão do pai e do irmão mais velho.

Figura 28 – Fotografia de um dos filhos, como noivo numa quadrilha junina, exposta em cima de uma bancada na sala de Dona Vaneide



Fonte: Autor.

Os meninos foram crescendo na várzea do Maranguapinho, vivenciando muitas tradições, como evidenciado pela fotografia de um dos filhos do casal, trajado de noivo em

uma quadrilha junina, observável na figura 28 acima. Ao mesmo tempo, depois de chegar à Comunidade São Francisco, Luciano foi fazendo amizades e se tornando muito querido na vizinhança. Gostava de tomar umas cervejas nos fins de semana no bar da esquina de sua rua. Assim, entre os círculos de amizade e a qualidade do serviço que prestava, não demorou para que os próprios amigos começassem a arrumar serviços de soldagem para ele. Como lembra Vaneide:

> Começou soldar ferro. Aí, fez um portão aí pro mercadinho. Aí pronto, fez pra um, aquelas porta de rolar, pra comércio? De rolamento? Aí foi. Fazia pra outro e outro. Aí, quebrava, chamavam ele pra ajeitar, fazer manutenção. […] Botou a oficina ali embaixo no ponto. […] Todo dia acordava cinco da manhã.

Caracterizado pela moral do trabalho, Seu Luciano sempre foi um homem duro com os filhos. Para ele, o trabalho dignificava o homem, por isso não havia espaço para "corpo mole". Dona Vaneide faz questão de dizer que ele "nunca deixou de trabalhar" e que "sempre trabalhou", querendo afirmar sua dignidade pelo valor que ele próprio dava ao ato de trabalhar.

O curioso, no entanto, é que a dignidade e o respeito que Luciano conquistava com seu trabalho não ocorriam igualmente com Vaneide, apesar de todo o trabalho doméstico que desempenhava pela família. Suas tarefas ficavam ocultas nos papéis sociais e de gênero, como mulher, esposa e mãe. Sobre isso, ela age com naturalidade:

> É, a mesma coisa que eu faço hoje, eu faço amanhã. Que é o que nós sempre faz, né, Dona Cláudia? Que é viver limpando casa e lavando roupa. Sou desse jeito, meu filho. São minhas atividades de casa. […] A parte da rotina que eu mais gosto é limpar minha casa [risadas]. É! Quando eu dou uma geral! [risadas] Né, por causa do trabalho não, mas meu filho, é porque aqui minha casa é bagunçada! Tem condição, não, fico doidinha.

Luciano sempre obrigava os filhos a trabalharem com ele, pressionando-os a encontrar outra ocupação caso não quisessem, pois, em sua casa, ninguém podia ficar parado. Esse fundamentalismo do trabalho acabou gerando um bloqueio nos filhos, limitando suas possibilidades de imaginar novas saídas e transformações para suas próprias vidas. No entanto, isso nem se comparava ao que o próprio Luciano vivenciou, quando, por imposição dos pais e pela necessidade de ajudar na roça, teve que interromper seus estudos.

Acontece que a idade tinha dado a Luciano aquela postura típica de muitos homens de sua geração: a de uma figura irrepreensível, sentado no altar da verdade. Nunca se podia dizer que estava errado ou que não sabia fazer algo. Diante disso, Vaneide assumia uma postura de apoio incondicional. Mesmo quando ela própria achava que o marido estava

errado, não via como seu papel contrariá-lo, preferindo guardar suas opiniões e emoções para si. Para ela, manter-se ao lado do marido, independentemente das circunstâncias, era parte do que significava ser esposa.

Com um relacionamento complicado e sem conseguir lidar com o pai, Carlos divergia das visões de Luciano. Enquanto Luciano via no trabalho duro e honesto a única forma de dignidade e identidade, Carlos cresceu em um mundo onde essa lógica não garantia ascensão, nem mesmo estabilidade. A trajetória laboral do caçula era caracterizada por ter tido poucos e curtíssimos períodos contínuos em empregos. Para ele, todos trabalhavam muito para sobreviver e, mesmo com tanto esforço, nunca alcançaram triunfos econômicos expressivos. Sentia-se numa situação desfavorável, sempre se comparando aos irmãos, sobretudo, o mais velho, que se esforçava para quebrar limitações de perspectivas, o que não se sentia capaz do mesmo. Cheio de medo do futuro, não queria se tornar como o pai, que viveu para trabalhar, sem ter tempo de um lazer elaborado com os filhos e, ainda assim, passou dificuldades para criá-los.

Luciano, por outro lado, apesar de saber das dificuldades da nova geração e da precarização das condições de trabalho atuais, mantinha extremamente dura sua crença, porque essa era a identidade que ele construiu desde sua adolescência para si e que herdou do pai. Concordar com Carlos seria o mesmo que negar seu próprio valor. Seria dizer ao filho, como pai, que ele próprio não tinha valor. Porque, apesar de todo trabalho duro na vida, continuava na mesma pobreza econômica relativa, com exceção da casa própria, que, como conquista antiga, desde que os filhos eram pequenos, já não se celebrava.

Dentre as muitas interafetações na complexidade desse relacionamento, esse conflito ideológico, o caminho do irmão Cardene nas fronteiras borradas entre o legal e o ilegal, e, a situação da família na pandemia de covid-19, levaram Carlos a praticar alguns roubos na garupa da moto de um comparsa das redondezas, posteriormente, também vindo a ser preso como o irmão, enquanto o pai estava internado.

Carlos nunca concordou que o trabalho dignifica, porque só conheceu o trabalho que explora e que degrada — os subempregos informais, tão especializados e apartados de sentido, que somente resta o sentimento de evaporação do próprio tempo de vida. Sua trajetória reflete um ciclo de perda, aprendizado e tentativa de redenção. Ele passou anos temendo não ter uma *expertise*, sentindo-se à deriva no mundo do trabalho, até perceber que, na verdade, herdou do pai a habilidade da soldagem. No entanto, foi somente quando Luciano

morreu que essa herança ganhou um novo significado para ele. O ofício paterno, que antes parecia uma prisão, se transformou numa fonte de orgulho e numa maneira de se reerguer do vício.

Essa inversão de perspectiva, marcada por uma mistura de gratidão e necessidade, trouxe uma nova motivação para Carlos. Trabalhar na solda não era mais apenas um meio de sobreviver, mas uma forma de honrar a memória do pai e, ao mesmo tempo, tentar encontrar um propósito para si. Ao ocupar a mente com o trabalho, ele conseguiu afastar-se do vício, ao menos por enquanto, e ajudar a família, que agora enfrenta dificuldades financeiras ainda maiores sem Luciano.

Seu irmão mais velho, Cardel, que já trabalhava com o pai, assumiu a liderança do ofício, e Carlos, antes desgarrado, tornou-se um bom ajudante. Mas há outra força que move o problemático irmão mais novo: o nascimento de seu segundo filho. Se o primeiro, levado para Portugal pela mãe, que largou dele por não aguentar mais os problemas com sua dependência química, representa uma ausência dolorosa, o segundo representa uma nova chance de ser um pai presente. Entre a memória do pai e a responsabilidade pelo filho recém-nascido, Carlos luta para se manter firme na oficina ilustrada na figura 29 abaixo, tentando, enfim, construir uma vida diferente com sua nova esposa.

Figura 29 – Fotografia da oficina de Seu Luciano e agora dos filhos, na parte de baixo da casa da família



Fonte: Autor.

Continuando a fase adulta de Vaneide, ao longo da vida, suas responsabilidades sempre recaíram sobre o cuidado dos filhos, do marido e, posteriormente, dos netos. Como é comum, as mulheres continuam desempenhando o trabalho doméstico e de cuidado mesmo na velhice. Ela relata: “Eu pensava muito em trabalhar”, mas acabou assumindo a criação do primeiro neto, além de outras demandas que reforçaram seu papel como mulher, mãe e avó. Quando finalmente teve a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho formal, percebeu o quanto a falta de experiência dificultava sua adaptação.

Em 2010, com os filhos já adultos, conseguiu seu primeiro emprego formal, além do trabalho doméstico não remunerado que sempre exerceu. Ela explica que “as coisas sempre foram apertadas” e que, por isso, sentia-se culpada por não contribuir financeiramente.

Apesar de ser o pilar invisível que sustentava a casa, só passou a considerar que realmente "ajudava" quando conseguiu esse emprego assalariado, atuando como zeladora.

Até 2012, em um período em que a família enfrentava dívidas e os gastos aumentavam, Vaneide passou por dois empregos, ambos conseguidos por meio de sua rede de contatos, com duração média de um ano cada. No entanto, sem conseguir se adaptar completamente, voltou a ficar desempregada. Sua experiência tardia e breve no trabalho formal revelou-se um grande desafio, tanto pela exigência de um ritmo diferente quanto pela sobrecarga emocional e física de ainda precisar cuidar da sua casa.

Conforme suas próprias palavras:

> Eu trabalhei um ano na Regional V, como zeladora. Trabalhei um ano e 4 meses aqui, onde era o mercantil do Murilo, como repositor. Pronto, foram os dois empregos que eu tive. Aí, agora, ninguém dá mais emprego para mim, não [risadas]. Eu já estou velha [intensifica as risadas]. […]
> Trabalhei, foi quando já tavam todos adultos, porque eu num ia deixar ninguém pra cuidar dos meus filhos, né? Não tinha na época[76]. Eu não ia deixar meus filhos jogados pra ir trabalhar.

Chegando a 2020, a tragédia com Luciano acontece, pondo fim a uma união de trinta e nove anos — quase quatro décadas de vida compartilhada, sempre na presença um do outro. Por isso, Vaneide sentia que uma parte dela havia "ido" junto com o marido e que não poderia reclamar de algo que fez parte dela durante tanto tempo. Acima de tudo, acreditava que Luciano era uma parte boa da sua vida.

> Isso, tá com dois anos e quatro meses. Dois anos e quatro meses! Infelizmente, Deus levou meu marido. Um homem muito bom, né? Não é só porque morreu não, mas era uma pessoa muito boa. Convivi trinta e nove anos com ele. Foram trinta e nove anos só de alegria, viu Dona Cláudia? Que eu não vou falar mal do meu marido, né?

Naquele momento de incertezas, diante de uma ameaça invisível que se transmitia pelo ar, Vaneide conta que já sentia medo pelo marido, que tinha comorbidades descontroladas que comprometiam sua saúde e que não havia parado de trabalhar em seus serviços de soldagem. Autônomo e de renda incerta, Luciano nunca negava demandas de trabalho, pois não sabia quando haveria outras. Sabia apenas, com certeza, que ele e a família precisariam comer.

> Começo da pandemia, eu fiquei com medo, mas não por mim, pelo Luciano, que ele era diabético, né? Tinha mais possibilidade de pegar. […] No *lockdown* não ficamo não [isolados], porque ele [o marido] tinha que trabalhar, néra? Pra gente comer. Por

76 Na frase incompleta, Vaneide se referia a não ter condições financeiras para pagar uma cuidadora, ou ter alguém de apoio, como as irmãs, que já não moravam mais com ela.

> que se ficasse todo mundo trancado dentro de casa, como é que a gente ia sobreviver? Como teve muita gente que ficou dentro de casa, se estressou. Uns entraram em depressão, outros se mataram, né? Eu assistia televisão e via essas coisas. Porque *lockdown*, todo mundo em casa, todo mundo desempregado, sem fazer nada, aí a mente fica doente.

Vaneide relata a dificuldade do marido em controlar a diabete, pois Luciano sofria com fome e sede excessivas, boca seca constante, necessidade frequente de urinar e dificuldade de cicatrização. Além disso, as formigas lotavam o vaso sanitário, atraídas pela urina, algo que ela costumava reclamar. Bem na esteira do que aponta Veena Das (2015), observa-se aqui como a história das doenças e das pessoas doentes se emaranha e se entrelaça com as histórias de seus familiares, interafetando as relações, como evidenciado no histórico de cuidado que Vaneide narra:

> O Luciano ficou mêi mole, e foi querer se alimentar. Porque, o Luciano, ele, ele gostava de comer! Mas era teimoso! Eu evitava doce pra ele, eu evitava açúcar, evitava tudo. Eu saia, quando eu chegava, tava o Luciano comendo uma xícara de mel com farinha que os vizinhos dava. Quando eu chegava, tava o Luciano comendo doce, o Luciano comendo rapadura. Às vezes, a noite, eu tava deitada, ele vinha da cozinha, eu dizia: 'tava fazendo o que na cozinha?', 'fui comer açúcar'. Como é que pode, né? […]
> É, quem é diabético, o sangue pede doce, né?

Quando adoeceu, Luciano apresentou febre alta, fadiga, tontura e dor de cabeça, mas não sentia falta de ar. Como registra Vaneide: "Ele não tava com falta de ar, ele ficou mole por causa da diabete dele". No entanto, acreditamos que Luciano já estava infectado pelo SARS-CoV-2 e que a febre era consequência da infecção, agravada pela sua diabete. Tanto por hipoglicemia quanto por hiperglicemia, ou seja, a depender dos níveis de açúcar no sangue, a diabete pode causar cansaço e fadiga. Assim, naquele momento, apenas com esses sintomas e a febre, não foi possível diferenciar a causa exata do quadro.

A sobreposição sindêmica entre o novo coronavírus e a diabete gerou confusão para todos. Vaneide chega a afirmar que, no atestado de óbito, não deveria constar que o marido faleceu de covid-19, mas sim por complicações da diabete. Muito ligada à imagem de Luciano como um homem forte e sua morte repentina, ela explica: "Foi a diabetes, que o Luciano nunca foi homem de se entregar à doença. Ele não morreu, foi de covid, não".

Contudo, essa interpretação de Vaneide não é exatamente uma negação da existência do vírus, mas sim uma reafirmação da trajetória anterior de Luciano, na qual o novo coronavírus se tornou uma ameaça devido às complicações da diabete. Dessa forma, ela se posiciona como alguém que conviveu por décadas com o falecido, reafirmando que

realmente o conhecia e que ele tinha se complicado antes pela doença descontrolada há, pelo menos, “uns cinco anos” antes da pandemia.

Por outro lado, essa pequena negação também carrega uma crítica política, permeada por toda a frustração adquirida nos momentos de desespero que viveu ao depender do sistema público de saúde. Vaneide chega a classificar como “matadouros” os hospitais onde os pobres, como Luciano, eram internados. Ela diz: “Na época, pessoal que ia pros hospitais, eles, eles botava aquele bicho, intubavam, dava nem tempo do consentimento da família e lá morriam”.

A esposa explica que pediu a um filho de um vizinho, que possuía um medidor de glicose, para ir até sua casa e realizar o teste no dedo de Luciano, constatando que “a diabetes estava altíssima”. A família esperava que fosse apenas uma crise diabética, mas, temendo as notícias sobre o novo coronavírus, mesmo sentindo muita fraqueza, seu filho Cardel levou Luciano a uma farmácia para realizar um teste de antígeno para SARS-CoV-2. O resultado deu negativo, o que reforçou a interpretação de Vaneide, inconformada com a morte súbita do marido:

> Foi tão de repente, eu fico inconformada! Mas foi a diabete alta. Ele num era diabético? Ele era diabético, a família todinha dele é diabético.
> Pessoal que disseram que ele ficou assim, com aquele respirador. Foi um sufoco. Mas botaram quando ele chegou lá, porque disseram que ele estava com covid. E o Cardel tinha levado ele para fazer o teste e deu negativo.

No entanto, o que a família não sabia era que os primeiros testes vendidos detectavam apenas se já havia anticorpos contra o vírus em sua fase replicativa. Assim, um teste realizado ainda no começo da infecção, que se aproveitou da crise diabética, não poderia identificar a covid-19, mesmo que o corpo já estivesse sendo atacado. Acontece que, naquele momento, ainda não estavam amplamente disponíveis os testes do tipo PCR (*Polymerase Chain Reaction*), que, por meio de análise laboratorial mais precisa, detectam diretamente o material genético do vírus.

Sem saber o que fazer, vendo o marido sem sinais de melhora e cada vez pior, Vaneide explica: “Aí foi que eu inventei de botar ele pra vim deitar”. Além de não se cuidar, Luciano não tinha plano de saúde, pois toda a renda da família era totalmente encaminhada ao sustento e à autoconstrução da casa. Como Dona Vaneide costuma dizer: “Plano de saúde do pobre é não ficar doente”.

Quando a família, já desesperada, busca uma forma urgente de levá-lo ao atendimento no serviço público de saúde, iniciam-se as despedidas e aqueles que seriam os últimos momentos de Luciano. Assim, sobre a hospitalização do marido, Vaneide relata:

> Foi assim. Aí, eu levei ele pra quarta etapa [para o hospital na quarta etapa do bairro vizinho do Conjunto Ceará].
> Quando cheguei lá, eles disseram: 'ele vai ficar internado'. Ele ficou três dias lá, aí encaminharam ele pra UPA (Unidade de Pronto Atendimento) do Jangurussu.
> Aí ele foi. Foi encaminhado pra lá numa sexta-feira, e, de manhã, no sábado de manhã, ele fez uma videochamada pra gente. Falou comigo, falou com meu netinho.
> Eu me lembro como hoje, ele disse assim: 'Olha, ei, neném! Eu vou voltar! Tá ficando melhor, já, já eu volto viu?' [Eles acreditavam nisso].
> Quando foi de tarde, ligaram pra gente, dizendo que tinham entubado o Luciano. Aí me deu logo um disispero [a ilusão de retorno rápido caiu].
> Isso foi no sábado, ainda fui visitar ele, conversei com ele e tudo [mesmo que Luciano não pudesse responder naquele estado].
> Quando foi no domingo, aí ligaram. Ligaram, era uma hora dessa assim, pro Cardel. Dizendo que ele tinha tido uma parada cardíaca. Aí eu endoidei, ajoelhei, chorei em disispero. Pedi, meu Deus, que o Luciano não morra.
> Oxi, Dona Cláudia, eu disse: 'Cardel teu pai teve uma parada cardíaca, ele não vai escapar'. Ora, diabético, apareceu logo problema de rins.

Após a parada cardíaca, a equipe médica conseguiu trazer Luciano de volta à vida. No entanto, a inflamação comprometia o funcionamento dos órgãos, como os rins, que, por sua vez, continuavam a sobrecarregar seu coração, até que ele não resistiu. Vaneide conta: "Aí eu rezando, rezando, pra que na segunda-feira eles dessem uma notícia boa. Fiquei. Quando foi na segunda-feira, meu esposo faleceu. Foi ligeiro demais".

Sobre a rapidez do ocorrido e a impossibilidade de vê-lo no caixão, ela continua:

> A morte é tão rápida. Você pode ver num acidente, é tão rápido, que as pessoa nem…
> Mas, e os que ficam em cima de uma cama sofrendo? O Luciano dizia assim: 'Minha filha, olhe, eu peço a Deus que, no dia que eu for morrer, que ele me leve logo. Que eu nem fique sofrendo, nem dê trabalho pra ninguém'.
> Então, assim Deus o fez! O meu marido num morreu tão rápido, sem sofrer? Pronto, Deus ouviu ele. Né?
> Que a minha nora, que mora em baixo, ela diz: 'Vaneide, pra mim, Seu Luciano não morreu. Pra mim, ele tá fazendo uma viagem. Porque eu não vi ele dentro do caixão'.
> Eu também não vi. Quem foi reconhecer o corpo dele foi meu filho que mora lá embaixo, o Cardel. Eu fui pro enterro dele no Canindé, nem no cemitério eu entrei.
> Eu não consegui entrar não. Ver ele lá, entrando numa gaveta lá. É dolorido. Fiquei chorando, lá do lado do cemitério.

Mantido isolado em quarentena, com acesso quase sempre restrito apenas aos profissionais de saúde, a última vez que Vaneide chegou próximo de Luciano foi no sábado, quando ela e o filho mais velho, ambos de máscara, puderam vê-lo. No entanto, seus outros filhos não tiveram a mesma sorte:

> Cardejane foi nem ver ele. Nem o Cardejane, nem o Carlos. Tava todos os dois enjaulado, néra? Tava preso.
> O Cardejane, porque ele não foi assinar. O Carlos, porque ele andava na moto dos camarada, né? Tem futuro não.
> O Cardejane, ele foi preso em Sobral. Tinha um advogado ainda, aí ele deu a justiça pra ele. Ele soube [da morte do pai] quando voltou pro semiaberto.
> Mas, Carlos foi só no dia que eu fui buscar ele no presídio, depois de um bom tempo. Ele disse: 'Cadê meu pai', eu digo: 'oh, Carlin, tá com Deus'. Mas o choque foi grande!

Para Vaneide, sem dúvidas, foi um baque. Ela afirma que se sentiu "despedaçada" e que, desde o momento da morte do marido, vem "reaprendendo a viver". Com a voz triste e emocionada, Vaneide compartilha seu relato:

> Aí, taí meu filho, meu marido se foi e eu numa tristeza.
> E foi-se o alicerce de casa. Porque, quando o dono da casa morre, se acaba tudo. Fica tudo difícil demais [pausa para choro]. […]
> Ah, meu filho, nem me fale, minha fase de agora é só tristeza… Só tristeza… E…
> E, eu acho que não passa. Nada viu?
> Porque, você viver trinta e nove anos com a pessoa que você gosta, gostava…
> E ele ir assim, de repente, né? […]
> Tava nesse instante, falando pra menina ali, minha amiga: 'Giovana, eu não tiro o Luciano do meu pensamento'. Porque é dolorido, não gosto nem de falar. […]
> Não sei quem inventou que um casal deve dormir um do lado do outro, mas a gente se acostuma, né? Aí, dormir sozinha. Mais ainda, acordar sozinha, com um vazio assim do lado da cama, traz muito sofrimento.

Nossa interlocutora comenta sobre a falta que seu neto, Christian, filho de Cardel, sentiu do avô: "Gostava demais desse vô dele. E ele, Ave-Maria, era um amor muito grande por esse menino, fazia tudo por ele". Agradecendo a Deus por ela e o restante da família não terem sido infectados ou terem permanecido assintomáticos durante a primeira onda da covid-19, que levou Luciano, Vaneide, ao mesmo tempo, fica curiosa e se pergunta:

> Não sei como nóis tudin não pegou dele. Principalmente o Christian, que vivia em cima dele, respirando aquele ar que ele respira. Era de dia e de noite, na cola do Luciano, o meu netinho.
> E, aqui acolá, meu netinho chora. Aí, a gente diz: 'Christian, por que é que tá chorando?'. Aí, ele diz: 'eu tô com tanta saudade do meu vô'.
> Ele, quando meu esposo faleceu, ele tinha cinco anos, agora tá com sete. E eles eram muito apegado!
> O Luciano num guardava o carro aqui na… Na… No Cardel? Ora, quando Luciano abria o portão pra pegar o carro, o menino já tava dentro. Pra onde o Luciano ia, tinha que levar ele, senão ele se zangava. […]
> Outro dia, ele pegou o óculos de sol dele, em cima da cama, e disse: 'oh, vovó, vou guardar no canto, viu, pra quando o vovô chegar. Porque ele sabe que fica lá, né? Luciano sempre tirava o óculos e botava lá, quando ia pro quarto.
> E, eu disse: 'tá certo, bote lá, que ele vai encontrar quando chegar, ele vai chegar em casa'… Disse, assim, com os olhos, chêi de lágrima já. Imaginando ele, sabe?

Ao pensar no netinho mais recente, filho de Carlos, que, por ser tão novo, não terá a chance de conhecer o avô — ao contrário dos outros três —, Vaneide reflete sobre os mistérios do começo e do fim da vida. Afinal, de certa forma, a chegada do novo neto ameniza seu luto pela morte do marido. Isso fica evidente quando ela fala do bebê com um ânimo de vida que antes parecia apagado.

Entretanto, a atmosfera de cuidados primários da infância a faz refletir sobre quem cuidará dela no futuro, quando for idosa. Vaneide não tem o hábito de praticar exercícios, é hipertensa e afirma ter "ansiedade, estresse, tudo que faz mal pro coração".

> Aquele meu filho que tá ali trabalhando, ele tem que trabalhar pra sustentar um bebezinho que nasceu agora, né? […]
> Nasceu outro! Foi… O Carlos tá com um bebezinho novo que nasceu tá com dois meses. É, outro menino [risos]. […]
> Luciano se foi, mas agora nasceu um neto bem novinho, eu acho muito bonito, viu isso! […]
> O outro [neto], tá em Portugal. Quando Luciano morreu a ex-mulher do Carlos levou o outro bebê dele pra Portugal. Aí, tem agora esse bebê.
> O daqui do lado [falando do outro filho, Cardene], também, o bichin. Saiu do emprego porque tinha que sair. Por causa do braço dele, né?
> Aí, trabalha consertando geladeira. E ainda tem um filho que é autista. Tem a família dele pra cuidar, ele não pode cuidar de mim, né?

Vaneide afirma que tomou as quatro doses da vacina contra a covid-19, mas, mesmo assim, não voltou a frequentar os espaços que costumava frequentar. Para alguns, com a reabertura e o retorno da circulação, estar em um ambiente com mais de cinco pessoas tornou-se um desafio. Além disso, seu luto se entrelaçou com uma fobia das interações sociais após a pandemia. Essa qual, acreditamos que tenha sido ainda mais intensa para aqueles que perderam um ente querido. Ela, por sua vez, relembra os momentos de lazer e os pequenos escapes da rotina que costumava ter, mas que já não fazem mais parte de sua vida:

> Esses dias, eu vi a Lesinha [nora]. Eu ia mais pra Lesinha quando o Cardejano tava lá, mas aquele menino dela é zoada demais. Aquele menino dela [filho de outra relação] é um terror demais dentro de casa. Bate na gente, aí chora… Eu não tenho mais paciência pra isso não. […] Todo domingo eu ia pro forrozin, ali no Conjunto Ceará, no Espaço Verde. Era, pra mim intreter.

Após a pandemia, mesmo com o retorno do velho normal da casa para Vaneide, a sensação era de que nada havia voltado a ser como antes. O luto pelo marido fez com que a solidão do isolamento parecesse nunca ter passado. Ela revela que, atualmente, sente-se tão só como nunca havia se sentido antes.

Como escreveu Eduardo Galeano (2009, p. 81): “O sistema, que não dá de comer, tampouco dá de amar: condena muitos à fome de pão e muitos mais à fome de abraços”. E concordamos, pois as cidades já enfrentavam epidemias de solidão, muito em função das tendências de uma sociedade pós-industrial ou pós-moderna. Conforme a psicóloga Julianne Holt-Lunstad chegou a afirmar, se sentir assim, sozinho, faz tão mal à saúde quanto fumar quinze cigarros por dia[77].

Vaneide desabafa: “É tão dolorido! Às vezes, eu fico sozinha nesse quarto aí. Só Deus sabe como é que eu fico… Chorando de saudade do meu marido… […] E eu ainda sofro muito a morte dele. Porque… a pessoa morrer assim, de repente”. Confessando que, apesar do tempo, a morte do marido e pai de sua família ainda é uma ferida aberta: “Tá com dois anos e eu ainda não superei, não, viu”.

Costuma lembrar de Luciano ouvindo a música “Naquela Mesa”, de Nelson Gonçalves, cuja letra sobre luto e saudade diz:

> Eu não sabia que doía tanto
> Uma mesa num canto, uma casa e um jardim
> Se eu soubesse o quanto dói a vida
> Essa dor tão doída não doía assim
> Agora resta uma mesa na sala
> E hoje ninguém mais fala do seu bandolim
> Naquela mesa 'tá faltando ele
> E a saudade dele 'tá doendo em mim
> Naquela mesa 'tá faltando ele
> E a saudade dele tá doendo em mim

Por sermos animais intrinsecamente racionais e emotivos ao mesmo tempo, as memórias de nossa racionalidade cotidiana são narradas carregadas de sentimento e sentido de valor. É pelo trabalho conjunto da mente e do coração que, quando crianças, aquela piscina de plástico se tornava no passado uma verdadeira piscina olímpica, ou, de outra forma, menos positiva, um momento traumático pode hoje parecer ainda pior do que realmente foi.

O luto, portanto, também passa por essas adaptações da memória. Aqui, a saudade é aquela que não pode ser “matada”. As memórias felizes com quem já se foi parecem, para o enlutado, ainda mais felizes. Enquanto isso, as lembranças dolorosas e os erros que o falecido deixou para trás perdem um pouco de seu peso e de sua culpa depois de sua morte. Mais dolorosas do que essas lembranças ruins, são agora as lembranças felizes, pois se tornaram

77 Em fala durante uma Convenção Americana de Psicologia, disponível em: https://www.apa.org/news/press/releases/2017/08/lonely-die. Acesso em: 11. Dez. 2024.

memórias incapazes de se repetir. A saudade, no luto, pergunta para o enlutado: você pode ser feliz como já foi um dia? E a resposta é sempre a mesma: não.

Notadamente, a superação do luto é um tema a ser discutido. Muitas vezes, ela é tratada como a saída de um estado patológico, quase como a cura de uma doença, mas não é assim. A dor da ausência não diminui em momentos como festas em família, por exemplo. Para os enlutados, mesmo que vinte anos tenham se passado desde a morte de alguém, certas ocasiões fazem a perda doer como se tivesse ocorrido ontem.

O luto é uma marca em nossa história, algo pelo qual todos passarão em algum momento. Afinal, basta amar algo para se abrir a possibilidade de sentir luto. Ele é, portanto, uma cicatriz que, assim como uma tatuagem, segue conosco. Temos todo o direito de vivê-lo não como um estado a ser superado, mas como um processo contínuo. Por isso, ele também pode ser visto como um ritual de passagem para um novo nível de compreensão e confronto com a relação entre vida e morte. Um chamado para redefinir nossos modos particulares de lidar com a finitude.

Vaneide compartilha algo que aprendeu na imanência vivida ao acompanhar a internação do marido e ser profundamente interafetada por esse momento. Segundo ela, ao ver alguém morrendo no hospital, a sensação é de pequenez, de total impotência diante da situação. Contudo, apesar dessa angústia avassaladora, ela reconhece que não pode permanecer assim — é preciso seguir vivendo:

> Ow, meu filho, quando eu deixei o Luciano no hospital da quarta etapa. Que ele levantou assim, ele tava numa cadeira. Que eu deixei ele lá, esperando para ser consultado. Que ele levantou o olho assim, que olhou pra mim. Quando eu me lembro daquele olho! … Me dá uma angústia!
> Pra mim, que aquele olhar dele já era uma despedida. [chorando]
> De vez em quando eu me lembro, mas é ruim.
> Eu saio, viajei esses dias lá pra casa da minha família, mas aonde eu chego, eu lembro do Luciano.
> Mas, não posso ficar assim não. Tenho que fazer um curso, vou procurar no Centro Cultural [CCBJ]. Porque, desse jeito, vou cair numa depressão, né? Vou procurar.
> Tem que lembrar, né, que ainda existe vida, porque ele era minha vida, né? Mas, enquanto eu tiver respirando, num era ele que fazia isso por mim, né?
> Enquanto Deus quiser a gente aqui, é porque nossa missão na terra ainda não acabou.
> Mas eu sempre to olhando, no *Facebook*, os cursos do Centro Cultural. Esperando aparecer um de computação. Porque, vai ter concurso pra agente de saúde.
> Qualquer que eu fizer, pra não tá dentro de casa, é bom. Corte e costura aqui, na Coronel Fabriciano [rua]. Eu já fiz dois corte e costura.
> É bom sair de casa. Meus filhos saem, eu fico aqui só remoendo, sofrendo.
> Mas, tem hora mesmo que me dá uma angústia! Queria ter ido com ele.

Além disso, a constante falta de dinheiro faz com que Vaneide tenha uma

autoestima sempre baixa. Em 2020, a pandemia não só levou seu marido, como reduziu o poder de compra da população em duzentos reais em apenas um ano[78], contribuindo para a piora da sua situação financeira. Hoje, ela vive do Bolsa Família e da ajuda dos filhos. Afirma que mal consegue pagar as dívidas: “Tá difícil, viu? Minha qualidade de vida hoje tá difícil. Depois que meu marido morreu, só vem piorando”. Contudo, reconhece como foi importante o auxílio emergencial durante os dois primeiros anos da pandemia. Naquele período, os beneficiários do Bolsa Família, que recebiam, em média, duzentos reais, puderam optar pelo auxílio de seiscentos reais, o que, segundo ela, “ajudou muito”.

Ao menos, ela não precisa pagar aluguel. Por isso, agradece por ter conquistado sua casa junto de Luciano. Com a morte do marido, que era o responsável pela renda, a casa se tornou uma verdadeira salvação. Nas narrativas de Vaneide, ao permanecer no lar que construíram juntos, é como se Luciano ainda cuidasse dela e da família, por meio das interafetações anteriores que deixou ao longo de sua sequência de vida.

Vaneide, muito romântica em relação ao marido, se considera uma pessoa otimista, mas sua maneira de lidar com a morte é permeada por um grande medo. “Tenho medo de morrer, medo da morte. Tem gente que diz que tem não, mas eu tenho. Eu não vou mentir, eu tenho. No fundo, no fundo, todo mundo tem”.

Ela conta como as pessoas ainda se surpreendem com o falecimento de Luciano e como ele é lembrado com boas memórias, algo que, para ela, reflete o homem que ele foi em vida:

> Pessoal diz: ‘Ow, Vaneide, como é que Seu Luciano morreu tão de repente’? Saiu da gente tão desesperado. Tão ligeiro, meu marido morreu.
> Você acredita, Dona Cláudia, que tem gente que ainda não acredita que o Luciano morreu?
> Tem conhecido dele que ele fez muito serviço pra todo canto. […]
> Outro dia, veio um senhor aqui: 'cadê o Seu Luciano'? Chamando os menino. Aí, eu chamei o Cardel.
> Aí, ele: ‘cadê seu pai’? Cardel disse: ‘tá com dois anos que meu pai faleceu’.
> O homem quase cai pra trás! Começou a chorar…
> ‘Não acredito não. Seu Luciano um homem tão trabalhador, tão novo, ter morrido’.
> Porque ele era muito chêi de vida, sabe? Ali era!

Já sobre suas próprias memórias que deixará quando partir, Vaneide reflete:

> Eu acho que vou deixar só memórias boas. Eu sou uma pessoa que todo mundo gosta de mim, né?
> Eu acho que só memórias boas, eu não faço nada com ninguém.

78 Conforme notícia disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/25/g1-mostra-a-queda-do-poder-de-compra-de-r-200-em-um-ano.ghtml. Acesso em: 12 Dez. 2024.

> Eu viajei [para o interior] e o pessoal com uma ansiedade só. ‘Vaneide quando é que tu volta’? No zap, ‘quando é que tu volta’?
> E, eu: ‘Nam, já tô com vontade é de morar aqui’ [risadas].

Vaneide se considera uma pessoa perseverante e acredita que sua força para enfrentar a rotina vem de sua coragem para trabalhar. Contudo, em 2022, entre os mais de quinze mil casos registrados naquele ano, Vaneide também foi interafetada, na história ambiental, pela sindemia de chikungunya durante a pandemia de covid-19. Sua disposição, que havia melhorado, precisou lidar com dores persistentes nas articulações após a infecção.

Por isso, para ela, uma qualidade se destaca como critério fundamental para uma boa trajetória de vida: a saúde. Ela comenta: “Uma boa trajetória de vida? Filho, pra mim, é ter tido saúde, né? E muita prosperidade, que nós todos queremos, né? Prosperar muito, né? Eu ainda espero que isso aconteça comigo”.

Com essas queixas sobre a falta de prosperidade, Vaneide considera que sua trajetória de vida não foi exatamente boa. Entretanto, quando colocamos Luciano como referência, há uma reviravolta: todas as lembranças de felicidade e amor levam-na a uma nova conclusão — sua trajetória foi, sim, boa.

Ela afirma: “Mas eu vivi muito bem, meu filho. Fui morar com ele, eu tinha dezoito anos. Ele foi tudo de bom que Deus mostrou pra mim, foi aquele homem. Porque ele era bom. Nunca deixou faltar um pão com ovo. Ovo tinha na minha casa todos os dias”.

Em entrevistas subsequentes, aprofundando debates já iniciados anteriormente, perguntamos se era possível levar uma vida fazendo sempre o bem, sem jamais causar mal a alguém. Nossa interlocutora afirma que sim. Diz que jamais faria mal a alguém e que, na verdade, nem sequer seria capaz disso, enxergando-se com uma certa pureza. Por isso, acrescenta que não se arrepende de nada em sua vida.

Ao ser questionada sobre seus planos, sonhos e desejos, depois de um momento de seu humor característico, Vaneide retira do âmago do peito sua vontade mais profunda: voltar no tempo, revivendo momentos de convívio com Luciano e os filhos. No entanto, consciente da impossibilidade desse sonho, ela o divide com outro, mais pragmático e que ainda pretende realizar: o de recuperar sua dignidade de vida e de renda.

> Se eu tenho sonho? Tenho, de ganhar bem muito dinheiro! (risadas) […]
> Se eu tivesse que escolher algo que não podia faltar na minha vida, de tudo que aconteceu, eu queria que tudo voltasse ao que era antes, né?
> Que tivesse todo mundo aqui como era, meus menino, meu marido. Que era bom demais, a família toda completa.
> A gente não sabia na época, néra? Mas é assim mesmo. […]

> Meu desejo, hoje, é de conseguir um emprego e viver com dignidade, né?
> Viver bem, né? Porque eu gosto. Gosto de ter, gosto de viver bem. Né?
> Mas, já batalhei. Já fui atrás de emprego. Já fui prum bocado de canto. Mas, ninguém dá emprego à gente com mais de cinquenta anos, mais não, viu?

Para Vaneide, ter passado dos cinquenta anos se tornou, hoje, o maior obstáculo nesse novo horizonte de vida. Especialmente porque ela enxerga a idade avançada como uma desvantagem na concorrência por um emprego.

## 3.2 O luto da família Ripardo: Wilma perdeu irmã e cunhado de uma só vez

Neste subcapítulo, contaremos as histórias das irmãs Ripardo, com o propósito de homenagear o casal Renato e Renata, vítimas da covid-19 em 2021. Para isso, recorreremos aos entrelaçamentos que surgiram ao ouvirmos os relatos sobre a trajetória de vida e o cotidiano de Wilma, irmã mais nova de Renata.

A reconstituição dessa junção socioambiental de memórias será feita a partir das narrativas compartilhadas dessa interlocutora, complementadas pelo apoio dos álbuns fotográficos familiares, dos “santinhos” e dos pôsteres de recordação do falecimento, como o da figura 30 mais abaixo.

Figura 30 – Pôster pendurado na entrada da sala da casa de Wilma, em memória de Renata Ripardo




Fonte: Autor.

Conforme Santos (2015, p. 134):

> As imagens memoriais e mortuárias familiares não são representações da morte ou do morto. Elas são, sobretudo, representações do vivo, ou, mais especificamente, uma presentificação da pessoa. A fotografia é também um lugar de inscrição das relações familiares, de vínculos, de contato. A mãe que segura um filho morto para a imagem não está falando simplesmente: este é o meu filho, ou, este é o meu filho morto. Ela mostra, para além do que a imagem dá a ver, que existe um vínculo e que ele permanece.

Desse modo, na tentativa de apresentarmos Wilma, quando perguntamos quem era ela e quem havia sido Renata, que aparecia naquele pôster. Ela não resistiu à pergunta e começou a chorar. Lembrou-se de tudo o que viveu, de tudo o que a tornou quem é e de tudo o que a irmã foi.

De fato, a vida de Wilma nos leva a refletir sobre por que algumas pessoas enfrentam mais dificuldades do que outras. Sua trajetória é marcada por inúmeros desafios: o abandono do pai, a morte da mãe e, mais recentemente, a perda da irmã e do cunhado de uma só vez. Além disso, a pobreza, os desafios de ser mãe solo, o estigma de ex-presidiária e os preconceitos por ser uma mulher lésbica tornam sua jornada ainda mais árdua.

Enquanto enxugava as lágrimas, explicou: “É que… é tanta coisa que a gente já viveu na vida, sabe?”. E completou, com a voz embargada: “Fiquei até sem palavras agora”. Sua resposta não verbal, naquele momento, nos pareceu como se seu próprio sobrenome significasse sofrimento, tamanha a carga de sua identidade e trajetória.

Figura 31 – Wilma junto do pesquisador, na sala de sua casa na Comunidade São Francisco




Fonte: Autor.

Wilma é uma mulher de trinta e nove anos, branca, de estatura baixa, corpo mediano, cabelos bem curtos e pretos, conforme a figura 31 acima. Ela é a filha mais nova de um encontro entre um cearense, que foi para o Amazonas em busca de trabalho no garimpo e na extração de madeira, e uma manauara, dona de um bar em uma vila ribeirinha. Explica: "Meu pai é daqui do Ceará também, mas ele num… Eles separaram… Só o estado mesmo que nós tem em comum." E continua: "Minha mãe, ela tinha um… Tinha um bar. Vendia bebida, tira-gosto, essas coisa, sabe?".

Nasceu em 1984, na periferia de Manaus, onde cresceu com sua irmã mais velha. Nessa época, Renata tinha cinco anos quando os pais, após uma paixão intensa, porém breve, levavam um relacionamento conturbado, marcado por brigas constantes e pelos erros recorrentes do pai.

Wilma relata como o pai sempre foi muito ausente, sem nenhuma conexão ou influência sobre quem ela se tornou. Falando com desprezo pela figura paterna que não teve, revela que, por esse motivo, ela e a irmã usavam apenas o sobrenome Ripardo, herdado da mãe. Sua família, portanto, era composta quase inteiramente por mulheres, todas chefes de casa e de personalidade forte.

Quando ela tinha três anos, o pai abandonou a esposa e as filhas e voltou sozinho para o Ceará. A mãe de Wilma, uma mulher de fibra, seguiu tocando o negócio sozinha, impondo ordem nos frequentadores do bar, enquanto criava as filhas em um ambiente pouco propício.

Apesar disso, nossa interlocutora conta que ela e a irmã tiveram uma infância feliz na pequena vila onde cresceram. Descreve como costumavam brincar muito juntas, embora brigassem com frequência. Registra: "Nasci lá em Manaus. […] Minha infância foi boa, graças a Deus. Eu tinha sonho de ser policial. Eu achava tão bonito. Eu acho ainda, né? Mas num prossegui[79]".

Em 1994, quando Wilma tinha dez anos, sua mãe precisou vender o bar, devido ao baixo movimento e à deterioração da estrutura. Após anos administrando o negócio, acumulou dívidas ao tentar mantê-lo aberto e, sem alternativas, fez um acordo com o banco: entregou o bar em troca da quitação do débito, que já corria com juros.

Falida e sem rumo, sem saber onde morar ou o que fazer, decidiu procurar o pai de suas filhas em Fortaleza. No entanto, após uma década sem contato e sem nenhuma pista

79 Certamente, a Wilma criança não poderia prever o que viria a se tornar. Mas ficamos pensando: quais interafetações teriam conduzido a Wilma de hoje a ser a policial que, quando criança, sonhava em ser?

sobre seu paradeiro, nunca o encontrou. Ainda assim, permaneceu na cidade, em outra vida ribeirinha que abraçou, dessa vez, na várzea do Maranguapinho.

Sem opções de moradia, alugou primeiro um quartinho e, depois, uma quitinete na Comunidade São Francisco, onde encontrou os aluguéis mais acessíveis. Wilma relembra: "Vixe, agora tu me pegou. Eu acho que cheguei em 1994. Eu era de Manaus, morava lá. Aí vinhemo simbora pra cá, minha mãe e minha irmã. Eu morava com mãe e pai lá, aí ela trouxe nós, eu e minha irmã mais velha".

Moradora da comunidade há trinta anos, Wilma chegou criança e passou toda a adolescência nessa malha socioambiental. Na periferia de Fortaleza, diz ter "conhecido o mundo", tendo contato com experiências boas e ruins que nunca vivenciara na vila onde cresceu, em Manaus.

Ela comenta as mudanças que ocorreram no ambiente da São Francisco ao longo dos anos: "Aqui era só um bequinho. A lama corria no mêi da rua, assim, sabe? Era… Passava só uma pessoa mesmo. Porque era muito muro, né? Um muro com outro, aí ficava só isso aqui pra passar".

Nossa interlocutora relata de forma vívida como, no passado, na primeira casa de aluguel em que viveu, o córrego transbordava e invadia sua residência. Durante os períodos de chuva, causava prejuízos à família, que já possuía poucos recursos. Apontando para o final da travessa onde mora, descendo em direção às margens do "canal", onde o terreno é mais baixo, ela narra: "Já, sim! Várias vezes o canal entrou pra dentro de casa! Assim que eu cheguei aqui, o canal transbordava. Entrava mesmo! Aqui não, mas nós morava mais pra ali, que é mais baixo, aí entrava".

Ao falar sobre as transformações no córrego, que chama de "canal" e que corta a Comunidade São Francisco, Wilma lembra que, antigamente, observava ratos nadando em meio a uma grande quantidade de lixo. Por isso, a água contaminada representava um risco constante de doenças para a população, principalmente quando invadia as casas.

Ela reconhece que houve uma melhora nesse cenário, embora ainda sejam necessárias mais intervenções. Segundo ela, essa mudança ocorreu, em grande parte, graças à ação autóctone da própria vizinhança, que transformou espaços públicos antes degradados — como as margens do córrego, que eram alvos de despejo de lixo — em locais com significado, como pracinhas e jardins.

> Melhorou, né? Que antigamente era chêi de lixo, chêi de mato, sabe? Tinha muito rato. […]
> Agora a prefeitura manda a máquina vir. Demora, mas não demora mais tanto, né? Vem alimpa o canal, leva o lixo [trabalho de aparação da vegetação e recolha do lixo]. Melhorou bastante. A vista do que era…
> Poderia melhorar mais, né? Mas…
> Né? Tipo, fazer uma arenazinha por cima. Tipo, né? Uma área de lazer, uma pracinha, alguma coisa assim. Coisa de projeto, né? Que os políticos não fazem.
> Aí agora, o pessoal tá cuidando, né? Ao meno a beira ali, porque dentro…
> Tem aquela árvore que plantaram [na margem], fizeram aquela mesinha de baixo, os banquinho, né? Ali, ainda pelo menos é um local de encontro, né?

Sobre sua adolescência, Wilma diz que gostava mesmo era de "ficar deitada dentro do quarto [risos]". E, no que se refere à sua educação, relata que estudou em escolas públicas do bairro Bom Jardim até o segundo ano do ensino médio.

Nesse quesito dos estudos, ela destaca as diferenças entre ela e a irmã:

> Estudei até o segundo… Segundo [ano] do médio. Porque, assim, na época dos meus dezesseis, dezessete, eu era muito porra louca. Aí, os dois últimos anos, eu deixei pra lá. […]
> Eu ia pra escola porque era obrigada mesmo, porque eu num queria nada não com os estudo. Já, minha irmã, não. Ela era mais inteligente, mais concentrada. Ela fez o terceiro, diferente de mim.

Em 2001, aos dezessete anos, Wilma começou a sair mais com os amigos, e o abandono escolar a levou a conseguir seu primeiro emprego como atendente em uma padaria da região, em busca de mais independência. Ela conta: "Eu trabalhava na Padaria Santo Inácio. É, aqui próximo. […] A parte da rotina de criança que eu menos gostava era acordar cedo. Pra você ver? Não me livrei, né? Não fui pra escola, mas tinha que acordar cedo pra ir trabalhar [risos]".

No ano seguinte, enquanto Wilma conhecia alguns pretendentes, sua irmã mais velha se apaixonava por Renato, um rapaz da vizinhança. Renato passou a cortejá-la, esperando-a passar habitualmente por sua rua para puxar assunto. Renata, por sua vez, fazia de tudo para que seus encontros parecessem casuais, aparecendo "despretensiosamente" nos mesmos lugares que ele. Assim, nasceu entre os dois uma forte parceria e amizade, que duraria até o fim de suas vidas.

Já Wilma conheceu o pai do seu filho em 2005, aos vinte e um anos. De acordo com ela, foi um relacionamento em que, "[…] só me ajuntei, mas cheguei a casar não". Desde cedo, sentia atração por mulheres, mas reprimia esse sentimento dentro de si. Ela argumenta que, de certa forma, tinha um sentimento de procurar namorar um homem e seguir o que era visto como caminho "normal" na sexualidade heteronormativa que nos interafeta. Assim,

conta como acabou se deixando levar pelas conversas de um rapaz e, como por acidente[80], acabou engravidando.

Ela relata, em seguida, que o pai de seu filho era muito pobre, sem emprego ou renda fixa. Com a intenção de ajudá-lo, trouxe-o para morar com ela na casa da mãe. Durante os primeiros três meses, as coisas correram bem, mas logo ele começou a beber e a ameaçar agredir a sogra. Sem contribuir com nada na casa, foi expulso pela irmã mais velha, Renata, e desapareceu da vida delas. Desconfortável consigo mesma, Wilma afirma que, depois do pai de seu filho, nunca mais se relacionou com homens.

Figura 32 – Fotografia de Wilma e seu filho, torcedores do Fortaleza, exposta no CCBJ



Fonte: Flávia Amaral/CCBJ.

Seu filho, Paulo César, mais conhecido pelo apelido "PC" — as iniciais de seu nome —, é um jovem de estatura alta, corpo magro e cabelos curtos e pretos. Assim como a

80 Em sua sequência, é preciso notar a interafetação do fato de que a mãe nunca falava sobre sexo e sexualidade com Wilma e a irmã.

mãe, é torcedor do Fortaleza Esporte Clube, como pode ser observado na figura 32 acima. Wilma o descreve com carinho: “Tenho um filho, o PC (até a mãe o chama pelo apelido). Vai fazer dezoito agora em agosto”. […] “Amo ele demais”.

Para Wilma, então uma jovem mãe solo, passar pelo que a própria mãe passou em Manaus foi um choque. “Foi muito difícil, entendeu? Eu não tinha apoio nenhum [além da família]. Comé que eu ia trabalhar, se o meu dia inteiro eu ocupava cuidando dele?”.

PC foi criado pela avó, enquanto ela envelhecia, e por sua tia Renata, que na época já havia assumido o papel de provedora da renda familiar. A primogênita trabalhava como caixa de um armazém, sustentando a casa com um salário modesto.

Wilma havia parado de trabalhar durante a gravidez, apoiando-se na mãe e na irmã no período de resguardo. E, após se recuperar, enfrentou uma crise psicológica, que descreve como uma fase em que se sentia “perdida”. Era jovem e, além do peso de ser mãe solo, enfrentava o impacto de sua recente “saída do armário” como mulher lésbica. Essas transformações, somadas ao desemprego e à necessidade urgente de renda, levaram-na a aceitar uma oportunidade no tráfico de drogas.

O dinheiro fácil e rápido, para quem estava precisando, acabou por interafetá-la profundamente. Wilma se viu cada vez mais presa em um ciclo de festas regadas a álcool e outras drogas, distanciando-se da criação do filho e entrando em constantes conflitos com a mãe. Até hoje, ela não sabe ao certo se esse afastamento foi algo consciente ou inconsciente. Se foi uma falha que surgiu de seu desejo de viver sua liberdade — sexual e de vida — ou se foram somente as dificuldades e tensões do cotidiano que a empurraram para esse caminho, levando-a a se afastar na tentativa de protegê-lo.

No entanto, se a criação de PC ficou a cargo da avó e da tia, sua educação formal, dentro do ensino público, enfrentou outros desafios. Wilma faz questão de destacar a precariedade do ensino recebido pelo filho e pelas crianças da periferia da Várzea, que apesar de melhor do que o que recebeu, ainda depende muito de um grande esforço individual para superar barreiras:

> É difícil falar sobre a educação das criança aqui na Comunidade. Porque, taí meu filho, eu acho que ele… Ele teve uma trajetória melhor que a minha, só que ele é um pouco desinteressado. E a escola não cria interesse nele.
> Mas de… De, da educação, hoje em dia, tá totalmente diferente daquela de antigamente, né? Tá mais avançada, basta a pessoa querer, dizer ‘eu quero’ e vai em frente. Como é o seu caso, né?

Nesse sentido, ela ressalta a importância do Centro Cultural do Bom Jardim na trajetória das crianças e adolescentes, especialmente da Comunidade São Francisco. Além disso, destaca como o espaço também foi significativo para sua própria formação, já que cresceu frequentando suas atividades e, mesmo agora, na vida adulta, ainda participa das oficinas de artesanato:

> Ave-Maria, esse centro cultural aí é ótimo! Depois que veio pra aí, foi bom demais pra gente, melhorou muito aí pra gente.
> Eles lá têm tudo, dá os benefícios aqui pra gente, aqui… Ajuda, sabe?
> Meu filho faz curso lá, e eu também já fiz. Foi até de pintura, de telha, sabe?

Em 2011, Wilma tinha vinte e sete anos quando, segundo suas próprias palavras, deu o maior desgosto para sua mãe: “Eu me arrependo. Foi quando eu fiz coisa errada aqui. Tava se envolvendo. Pode dizer? É, foi quando, uma vez, eu cai na besteira de vender droga. Aí, fui presa… Foi aonde… Quando caiu minha fixa, e eu me arrependi muito!”.

Para Wilma, até então, sua trajetória e a de sua irmã haviam sido muito semelhantes na infância e adolescência. No entanto, a partir dos vinte anos, os caminhos das duas começaram a se distanciar. Enquanto ela dava desgosto para a mãe, Renata seguia um percurso completamente diferente. Emocionada, Wilma lembra de como sua irmã era “boa” e generosa, cuidando da filha da vizinha somente para ajudá-la, sem esperar nada em troca. Recordando as boas ações de Renata, questionava a si mesma por que Deus teria “chamado” tão cedo alguém que “fazia tanto o bem”.

Sobre o período em que esteve presa, Wilma não entra em muitos detalhes, apenas menciona que foi um momento extremamente difícil. Precisou tomar cuidado para não arranjar confusão com as outras detentas e emagreceu bastante devido à alimentação precária.

No entanto, a experiência também trouxe outras transformações. Durante o tempo reclusa, ela se aproximou ainda mais de Deus. Católica, passou a frequentar grupos de oração dentro do pavilhão, o que a ajudou a enfrentar as turbulências. Hoje, ela afirma com convicção: “O que não pode faltar na minha vida é Deus”.

Em 2015, Wilma deixou o presídio após cumprir quatro anos de pena. Ao reconstruir sua fé, ela se “ajeitou” e abandonou de vez a “vida errada”, recusando com firmeza as propostas de ilegalismos que recebeu ao retornar ao território onde sempre morou. Ela fez mudanças radicais no seu modo de existência, respeitadas pelos outros, pois estavam sustentadas por uma promessa sagrada: nunca mais passar pela opressão do cárcere de novo.

No entanto, reinserir-se no mercado formal de trabalho foi um grande desafio.

Wilma participou de diversas entrevistas de emprego, tentando várias vagas sem sucesso. Em algumas delas, sentia vergonha de dizer onde morava. Evitava mencionar a Comunidade São Francisco ou mesmo o nome do bairro, preferindo citar localidades próximas e menos estigmatizadas.

Além disso, enfrentou discriminação constante, tanto por sua aparência quanto por sua sexualidade. Por exemplo, certa vez, em um processo seletivo para vendedora de perfumes, Wilma foi humilhada ao ser usada como exemplo de alguém que confundiria os clientes, que não saberiam se ela era homem ou mulher. Teve que ouvir que sua aparência geraria dúvidas sobre como deveria ser tratada, podendo desestimular o início da compra. Seu corpo, com tatuagens espalhadas, também era alvo de julgamentos, segundo ela. Fazendo-a perceber que, cinco anos atrás, enquanto o mercado de trabalho tradicional a excluía por conta de seu passado, da sua aparência e da sua sexualidade, o tráfico havia sido o único lugar que a aceitara sem ressalvas.

Já Renata, com sua *expertise* na vida, a habilidade natural para vendas, fazia cinco anos, desde pouco depois que Wilma foi presa, que arranjara um emprego como balconista de vendas numa loja de cosméticos do Centro de Fortaleza, no qual recebia um salário mínimo. Todos os dias, ela gastava pelo menos uma hora para chegar e uma hora para voltar do trabalho. Além disso, saía uma hora mais cedo de casa, na periferia, para evitar a superlotação da linha de ônibus, que muitas vezes impossibilitava que alguém do seu biotipo gordo coubesse. Quando isso acontecia, precisava esperar o próximo coletivo, o que a fazia se atrasar e levar broncas da supervisora.

Assim, um tempo valioso de seu cotidiano diário era perdido no transporte público. Tempo que, certamente, Renata gostaria de ter para si, antes de sair ou quando chegasse em casa, mas que, infelizmente, era engolido pela falta de mobilidade urbana, de quem depende do transporte público, tão precário e exaustivo.

Além do estresse ainda na locomoção, o estresse da rotina de trabalho e as cobranças constantes pelo cumprimento de metas afetaram sua saúde de várias formas. Não só o tempo era engolido, mas Renata passou a comer compulsivamente, recorrendo a alimentos gordurosos e pouco nutritivos, que podiam ser consumidos de maneira rápida nos seus curtos intervalos de almoço.

As longas horas em pé atrás do balcão inchavam seus tornozelos e aumentavam seu cansaço. Com o passar do tempo, o sedentarismo, por ter consumidas suas horas de vida

pela rotina de trabalho, e a alimentação desregulada, levaram-na a um grau de obesidade inquestionável. Renata ganhou muitos quilos e até mesmo atividades simples, como subir e descer do ônibus ou caminhar do ponto até a loja, tornaram-se desgastantes.

Ainda em 2015, os resultados financeiros foram extremamente ruins para as áreas de vendas e comércio. Acontece que, entre 2014 e 2016, o Brasil atravessou uma profunda recessão econômica, com queda do Produto Interno Bruto (PIB)[81]. Esse cenário afetou a família Ripardo, especialmente quando Renata começou a enfrentar mais dificuldades para bater as metas da loja, que permaneceram as mesmas, apesar da mudança na conjuntura.

Diante disso, cansada de toda aquela rotina atrás do balcão, Renata tomou coragem e pediu demissão para se tornar revendedora de cosméticos, trabalhando por conta própria com diversas marcas "mais em conta". Aos poucos, investiu suas economias e passou a observar quais produtos tinham melhor saída entre seu público de baixa renda. Com base nessa análise, decidiu investir tudo o que tinha para formar um estoque, garantindo o diferencial de uma entrega rápida. Dessa forma, evitava perder vendas ou compras por impulso, pois sempre tinha os produtos em mãos.

Com essa inteligência, não é preciso dizer que as vendas foram um sucesso. Seus produtos iam de boca em boca, através de seu círculo de amigas mulheres, que, depois, vinham procurar o custo-benefício propagado pelas amigas. Sua propaganda usava até mesmo a crise econômica para fazer as clientes sentirem que estavam economizando, em vez de apenas gastando. Por isso, Wilma sempre se admirou do carisma da irmã e a descreve: "Ela vendia perfume, essas coisas, sabe? Cosmético. […] Era muito trabalhadora, batalhadora. A vizinhança toda gostava dela. Ela era muito simpática".

O casal Renata e Renato sempre lidava com tudo com muito bom humor e diálogo, inclusive em suas raras disputas no relacionamento. Era um casal que "qualquer um podia ver logo de cara que se dava bem". Então, após treze anos de namoro, era natural que decidissem se casar, especialmente em um momento em que o dinheiro das vendas de Renata começava a entrar.

Logo depois, como também era esperado, Renata engravidou, apesar dos riscos que sua obesidade representava, como tromboembolismo e outras complicações tanto para ela quanto para o bebê. Felizmente, graças ao acompanhamento que recebeu pelo SUS, ela deu à luz seu único filho por meio de uma cesariana de risco. A criança ficou órfã aos seis anos,

81 Cf. Notícia disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/pib-brasileiro-recua-36-em-2016-e-tem-pior-recessao-da-historia.ghtml. Acesso em: 16/12/2024.

após a morte dos pais durante a pandemia de covid-19.

A mãe de Wilma e Renata ainda teve tempo de conhecer seu único neto antes de falecer, em 2016, vítima de um infarto. Wilma relembra: “Perdi minha mãe, foi de coração. Muito antes da pandemia, ela faleceu”. Naquele momento, Wilma sentiu uma dor profunda e tristeza. Sua mãe significava tudo para ela, e Wilma lamentava tê-la decepcionado tanto no passado. Ainda assim, sabia que sempre fora acolhida com amor incondicional.

Quando a mãe morreu, Wilma se isolou em seu núcleo familiar, pois o restante da família carregava mais preconceito contra sua homossexualidade e também pelo fato de ela já ter sido presa. Ela mesma se culpa pela imagem que construiu dentro da família e busca se aceitar, tanto pelo que é quanto pelos erros que cometeu.

> Tinha família, mas… Eu, a gente… Eu falo com eles, mas eu num gosto muito de andar lá não.
> Que, às vezes, não sabe falar com a gente, dar um apoio, uma palavra amiga… Mas, pra te criticar, aparece rapidinho. […]
> Aí, vem com a cara feia… Tá certo, que é pro bem, né, da gente? Que, quando a gente sabe quando tá errado, né?
> Mas, vier com pancada, faz é espantar. Né?
> Tem gente que chega com um jeitinho assim, assim, assim [ensinando], não com a força, né? Diz: ‘Não, você num é criança’. Mas, de vez em quando, a pessoa precisa aprender sozinho…

Por conseguinte, quando a mãe faleceu, deixou as filhas morando juntas. Como estratégia familiar para lidar com os gastos, Renato passou a morar com Renata e o filho recém-nascido na mesma casa, junto com Wilma e seu filho. Foi naquele momento de luto pela mãe e de reestruturação familiar que Wilma consolidou o valor que dá à família. Ela explica: “Família da gente é tudo, né? É o que a gente tem aqui, é a família. Porém, a gente não dá valor às vezes. Só dá valor quando perde, né? Mas a família é importante”.

Nesse período, Wilma conseguiu se reaproximar do filho e conheceu melhor o cunhado. Já com sua irmã, ela diz que sempre teve uma boa relação, apesar das brigas, que se intensificaram com a convivência. Wilma reforça, como ela e Renata, tinham uma cumplicidade inabalável:

> Nois era muito unida. A gente brigava, né, coisa de irmão, que a gente era muito diferente, mas, na vida mesmo, era uma do lado da outra.
> Depois que nossa mãe morreu também, né? Tinha só ela na minha vida. […]
> A gente brigava, mas a gente era amiga, porque a minha irmã era muito assim, fácil de fazer amizade. […]
> Nois tinha… Nois tinha nossos problemas, mas, eu nunca levei rancor, nem indiferença não. Todo mundo tem, né? Uma confusão, uma besteira aqui e acolá. Coisa mínima.

De acordo com ela, nunca houve indiferença entre as duas, a ponto de deixarem de se importar uma com a outra. Por isso, não se culpava pelo fato de seus últimos momentos juntas terem sido mais turbulentos, consequência da convivência na mesma casa. Dentro dessa complexidade, ela relata:

> Ela era muito cabeça-dura, sabe? […]
> Reclamava como eu me vestia, assim mais masculino. Do meu cabelo, das minhas coisas. Com quem eu andava, sabe? Mas, eu sei que ela nunca me quis mal não, porque a gente se amava de verdade.

Quando a pandemia de covid-19 chegou em 2020, a casa onde a família morava — pequena e mal arejada — representou um grande desafio sanitário. Localizada em uma das travessas da São Francisco, tinha paredes com muita infiltração e mofo, condições propícias à proliferação de doenças respiratórias. Nessa casa, composta por uma sala, um quarto, uma cozinha e um banheiro, viviam cinco pessoas. Todos dormiam no único quarto, espalhados em camas e redes, com um ventilador ligado a noite toda para amenizar o calor, já que famílias de baixa renda, em geral, não têm orçamento para adquirir um aparelho de ar-condicionado.

Além disso, havia outro morador na casa, um actante não humano que Wilma fez questão de apresentar como parte da família: seu gato de estimação. Ela relata a luta para mantê-lo dentro de casa, afastado das brigas com outros animais e, ao mesmo tempo, protegido da sujeira das ruas. A combinação entre vielas de areia e animais de estimação gera problemas como a proliferação de micoses, vermes e outros parasitas, relacionados às fezes desses animais, que acabam se misturando ao chão de terra. No entanto, essa condição também contribui para o aumento de alergias, agravadas pela falta de ventilação adequada nas casas da região.

> Tenho um gato, vive aqui no quarto mesmo. É igual filho, ele tá no mêi da rua, aí eu chamo. […]
> Mas, é direto trancado agora, porque todo gato que eu tenho, eles ficam muito na rua, aí come porcaria lá, aí morre.
> Esse daí, comprei até uma coleira, tá ali, uma coleirazinha. Aí, taí, oh! Amarrava aqui, pra não dizer que menti, pra ele não fugir. Porque, pra eu ter certeza que não vai acontecer nada com ele, tem que ser assim.
> Mas de uns dias pra cá, eu tirei, agora ele tá solto.
> Tô soltando, porque é macho, aí, tem jeito não.
> Aí, eu fico chorando, que nem uma besta, porque a gente se apega, né, as coisa?

Além da vulnerabilidade causada pelo padrão urbanístico de casas mal arejadas e pelas complexidades da partilha de espaço com animais de estimação e criação, Wilma e os moradores de periferia, em geral, enfrentam diversos outros fatores que podem se tornar

limitadores cruciais. Um caso grave, por exemplo, é quando o fator urbanístico representa uma barreira no caso de necessidade de atendimento médico de emergência, já que as ambulâncias muitas vezes não conseguem acessar as vielas estreitas.

No entanto, contrariando o senso comum, a densidade populacional não é o fator determinante em uma pandemia. Por isso, destacamos, na trajetória da família Ripardo, sua alimentação durante a crise múltipla da covid-19, entre 2020 e 2021. Nesse período, a alimentação, que já era limitada, tornou-se ainda mais deficitária, com o aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, ricos em gorduras, devido à alta dos preços nos supermercados.

Assim como os Ripardo, a dieta da maioria dos moradores de periferias ficou cheia de carnes enlatadas, bolachas recheadas, macarrão instantâneo, refrigerantes e outros produtos baratos, mas nutricionalmente pobres, que prejudicam a saúde.

Além disso, no caso da família Ripardo, essa alimentação inadequada se somava a propensões genéticas, que são mais frequentes entre pessoas de classes mais baixas e com menor nível de escolaridade. Conforme o estudo de Carvalho, Pires e Lima (2020), indivíduos com somente o ensino fundamental apresentam, proporcionalmente, mais comorbidades. Com base em dados de pesquisas anteriores do IBGE, as autoras mostram que: "A base da pirâmide tem maior probabilidade de precisar de internação no caso de contaminação pelo coronavírus" (id., p.3).

Wilma conta que sua família tem uma predisposição a problemas cardíacos, assim como a mãe, mas que, até onde sabe, não a desenvolveu. Por outro lado, Renata tinha hipertensão e havia sido diagnosticada ainda na adolescência, com hipotireoidismo, condição agravada pela alimentação não saudável, que tornava seu metabolismo mais lento, facilitando o ganho de peso. Ela tinha uma dieta hipercalórica, com pouca qualidade nutricional. Comia aos montes e não controlava o consumo de sal, apesar do problema com sua pressão.

Quando se casou com Renato, ela e o marido já haviam engordado bastante graças às suas habilidades culinárias. Então, depois que começou a trabalhar como microempreendedora em casa, passou a cozinhar as refeições do casal. O marido chegou a mais de cem quilos. Além disso, após a gravidez, Renata engordou ainda mais, passando a sofrer muito com a obesidade. Ambos jamais imaginavam que, durante a pandemia de covid-19, suas comorbidades se tornariam fatores de risco para a morte[82].

82 Mais sobre a relação da obesidade e a covid-19, disponível em: http://evidenciascovid19.ibict.br/index.php/tag/obesidade/. Acesso em: 17 Dez. 2024.

Em 2020, durante a primeira onda da pandemia, ninguém da família Ripardo apresentou sintomas graves. Apesar disso, Wilma afirma que tomou muitos cuidados: “Cuidado com a casa, muito cuidado com tudo, né?”. Ela relata que pegou “só virose, mas, graças a Deus, o covid, não que eu saiba”.

No entanto, em 2021, uma nova variante do vírus, mais adaptada às comorbidades e capaz de se aproveitar delas, acabou contaminando Renato, que logo deitou de febre, com fadiga, tosse e sentindo apertos no peito. Suspeitando de covid-19 e considerando seu peso, levá-lo ao pronto-socorro tornou-se um desafio para as mulheres da casa, pois estava muito fraco.

Segundo Wilma, foi justamente nesse processo de deslocamento ao lado do marido, em busca de atendimento no serviço público de saúde, que sua irmã também se contaminou. Evidenciando, assim, mais uma vulnerabilidade enfrentada por quem depende do SUS e da rede pública de saúde, sujeitando-se a filas, hospitais lotados e infraestrutura precária.

Nossa interlocutora relata: “A contaminação da minha irmã foi porque ele [o cunhado] tava. E ela ficou andando com ele nos hospital, né?”. Conforme o que registra, a irmã acompanhou o marido numa verdadeira saga para ser internado num hospital. Wilma acredita que “todos nos hospitais, naquela semana, pegaram covid”, igual à sua irmã. “Não se conseguiu evitar, né? Até os médicos tava”. Então, “quem tinha comorbidade pegou logo. Complicado, mas a saúde é desse jeito. Não tem a assistência que a gente quer”.

Naquele momento, os hospitais estavam em colapso, com falta de leitos, e muitos pacientes morriam à espera de uma vaga nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI)[83].

Outra hipótese, porém, é a de que Renata tenha se infectado, quando cuidou do marido, enquanto ele tentava se recuperar dentro de casa, ainda antes que ele procurasse por internação. Mas, de qualquer forma, Wilma relata que, após um curto período internado, Renato faleceu. Ele tinha quarenta e nove anos.

Apenas “quinze dias [depois] que ele faleceu”, Renata também veio a óbito. Em seu depoimento sobre a doença da irmã, Wilma descreve esse período como quinze dias de muito sofrimento. Pouco antes de receber a notícia da morte do marido, Renata começou a sentir palpitações, febre, fadiga e dores no peito, mas optou por voltar para casa. Alguns dias

83 Conforme noticiado em matéria disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/03/20/mortes-na-fila-por-um-leito-de-uti-falta-de-insumos-e-funerarias-sem-ferias-os-sinais-do-colapso-na-saude-brasileira.ghtml. Acesso em: 17 Dez. 2024.

depois, dizendo que, “não tava conseguindo respirar”, foi levada por Wilma ao hospital, de ônibus.

Após uma semana sob cuidados médicos, Renata chegou a apresentar uma súbita melhora. No entanto, um dia antes da alta, Wilma recebeu uma ligação informando que a irmã havia falecido devido a uma parada cardiorrespiratória, consequência da síndrome respiratória aguda grave causada pela covid-19.

Renata, de estatura baixa e corpo gordo, tinha a pele muito branca, quase transparente, o que realçava os tons vermelhos e rosados dos batons que gostava de usar quando se arrumava. Com cabelos tingidos de loiro e uma tatuagem cobrindo uma das panturrilhas, ela tinha apenas quarenta e quatro anos quando morreu.

> Eu perdi minha irmã [mostrando a foto do pôster] e o marido dela.
> É… Com quinze dias que ela faleceu, não, que ele faleceu. Aí, ela faleceu também. Foi em 2021 isso. Renata Ripardo.
> E. Era o marido dela, meu cunhado. Era o… Eu conheci ele [talvez tivesse um apelido que estivesse tentando lembrar]… Nós chamava ele mais de Renato. Morava com a gente aqui.

Naquele momento, no qual as taxas de contaminação estavam em alta, não foi possível realizar um velório para Renata. Wilma afirma que “ir sem se despedir” foi a pior parte da tragédia. Ela lamenta que a família não pôde vê-la uma última vez nem realizar uma cerimônia de despedida, tendo apenas um enterro fechado, com poucas pessoas presentes, todas de máscara, mantendo distância e sem se abraçar ou se tocar. Sofrendo sem acalento.

Embora fatores como distância e agenda influenciem a presença, os velórios costumam ser um reflexo de quantas pessoas uma sequência humana impactou ao longo da vida. Um funeral repleto de pessoas de diferentes origens, cada uma carregando uma memória singular do falecido, é um ritual essencial na relação entre vida e morte, cuja importância foi ainda mais evidente quando sua realização foi suprimida durante a pandemia de covid-19.

Em 2022, com a absurda contaminação da variante ômicron do novo coronavírus, Wilma, assim como grande parte da população, contraiu a doença dessa vez. No entanto, ela sentiu sintomas leves e se recuperou somente com cuidados domésticos. O mais curioso nesse episódio foi o medo que sentiu de que o filho se infectasse, traumatizada com a rapidez dessa doença que levou embora sua irmã e seu cunhado, ainda tão jovens.

> Já agora no finalzinho. Eu passei uns quinze dias bem doente…
> O PC até, com medo, dizia: ‘não mãe, eu num vou não pro hospital, que é pior’…
> Fiquei sentindo febre, essas coisa, mas, graças a Deus, num deu em nada, sabe? […]

> Foi só febre e aquela moleza no corpo, acho que era aquela virose mesmo. Não senti falta de ar não. […]
> Eu fiquei isolada, eu num saia nem pra fora. Mas, já que eu quem toma conta daqui. É, eu mermo, né? Da alimentação, das coisas… Continuava a fazer, mermo doente[84]. Ficava aqui dentro, fazendo minhas coisa, almoçava… Botava, às vezes, só a carne. Aí, 'não tô baquiada'. Só dizia assim e voltava pra dentro.

A rotina de uma mãe solteira em quarentena, responsável pelos filhos, já era desafiadora. Porém, adoecida, Wilma ainda enfrentou a dificuldade de manter um isolamento voluntário dentro do espaço reduzido de sua residência. Para proteger as crianças, deixou o filho e o sobrinho no quarto e passou a viver na cozinha até se recuperar. Seus esforços, aliados à imunidade dos garotos, garantiram que eles não adoecessem também.

Mesmo comparado com todo o desconhecimento e pânico inicial da pandemia de covid-19, no ano de 2022, os medos e paranoias foram mais intensos em Wilma. Assim que sentiu os primeiros sintomas, Wilma passou a usar máscara o dia todo dentro de casa.

> Fiquei com medo, ainda mais, porque eu perdi, né? Uma irmã e um cunhado.
> Minha tia teve, meu primo teve! Mas, graças a Deus, não chegaram a levar eles. Mas, eu tive insônia, tive tudo, foi terrível. […]
> Não, com roupa, pia, essas coisa, copo. Pessoal, bebia no copo, eu ia lá, lavava logo, sabe? Já com medo (risos). Porque, delas que tava, uns tinha os sinais e muitas vezes não dava, né? Não tinha sintoma. […]
> Quando eu ia pegar o ônibus, quando eu ia pro posto. Qualquer coisa que a gente fosse resolver fora, tinha que, só entrava se tivesse a máscara. […]
> Dentro de casa. Tirava nem quando fiquei doente, que eu ficava isolada total do meu filho. Eu ficava aqui [na cozinha] e ele ficava lá [no quarto]. Mantinha minhas coisas separada, sabe?

Wilma confessa que ainda se pergunta por que Deus "levou" sua irmã e admite não saber se, depois de "tanto tempo", ainda deveria fazer essa pergunta. Ao observar seu luto, compreendemos que a saudade não segue calendários, ela se comporta como a síndica dos porões da alma, aparecendo quando bem entende. Wilma expressa essa dor ao relatar:

> Meu luto? Coisa triste, viu? Até um dia desses, eu chorava. Interferiu muito no meu psicológico, sabe? Porque eu já tinha problemas, mas… Perdi minha mãe, aí depois perdi minha irmã [chora]. […]
> Desejo isso pra ninguém. […]
> Se eu tivesse um momento pra reviver, eu escolhia ver minha irmã de novo, em carne, né? Sinto falta.

As pessoas sabem que todo dia pode ser a perdura de um sofrimento ou seu derradeiro alívio, porque ambas as coisas acontecem. O luto, porém, não segue essa mesma

84 Essa é, sem dúvidas, uma questão demarcadora de vulnerabilidades para as mulheres da periferia durante a pandemia. Enquanto, nos bairros ricos, as donas de casa podiam bancar entregas por aplicativos de comida ou contar com suas empregadas na cozinha, na periferia, as mulheres continuaram a frequentar os supermercados e a preparar as refeições familiares diariamente.

lógica de início e fim dos outros sofrimentos. Ele é descrito como uma coisa que não acaba, frequentemente comparado a um sentimento de perda que nunca passa.

No entanto, o luto não é como perder uma moeda ou a chave da porta de casa. A perda no luto acontece quando se consegue amar algo mais do que a si mesmo. Assim, o luto é um lamento, um sacrifício da própria importância diante de alguém ou algo que se foi. É sentir a ruptura da própria sequência da vida, entrelaçada à sequência e existência de quem se perdeu, mas compartilhou boa parte da vida. Essa é a perda que dói, não somente pela ausência em si, mas por se deparar com o fato incontestável de que aquilo que se foi era insubstituível.

Wilma conta que, seja nas datas de aniversário de Renata, seja nas ceias de Natal — nas quais a irmã sempre assumia a cozinha, deixando agora apenas um lugar vazio à mesa —, seja nas roupas ainda guardadas no armário ou até no olhar do sobrinho, ela constantemente se pega divagando, relembrando Renata.

Após tudo o que viveu, Wilma tenta seguir em frente. Em 2023, quando já acreditava que talvez não fosse mais possível, quase chegando aos quarenta anos, ela conhece Karine e se apaixona. Esse novo relacionamento reacendeu sua vontade de viver. Embora ainda não morem juntas, Wilma assume um papel tradicionalmente associado à figura masculina na heteronormatividade, cuidando da namorada e fazendo tudo por ela. Esse sentimento fica evidente quando, durante uma de nossas entrevistas, ela recebe uma ligação que confirma exatamente o que estamos dizendo:

> [Celular toca e ela atende]. Oi Karine. Tá bom, pois, quando tu vier, tu passa aqui, que eu tô resolvendo um negócio aqui, tá bom?
> [Do celular ouvíamos: ‘Tô em casa, vem deixar aqui. E as coisas?’]. Deu certo, viu? Pois, daqui a pouco eu… Foi, levou as duas prateleira e o micro-ondas, viu? Daqui a pouco eu vou aí deixar… Tchau.

No entanto, se há sorte no amor, o azar e as dificuldades financeiras ainda acompanham Wilma no jogo da vida. Ela frequentemente reclama do alto custo do gás de cozinha e de como está “difícil de viver”. Para se sustentar, Wilma “se vira” fazendo alguns “bicos” de faxina.

Atualmente, admite que, em certos momentos, seu orçamento deixa faltar alguns itens alimentícios necessários. No entanto, com a ajuda de vizinhos e amigos, além de seus próprios sacrifícios, garante que o filho e o sobrinho nunca fiquem sem algo para comer.

> Normalmente, eu tô desempregada.

> Né? Só faxina, bico, que aparece pra mim. Aí, num tem uma pessoa certa, uma coisa certa, por semana ou por quinzena. […]
> Alimento, às vezes, falta, né? Mas, Deus não deixa faltar total não! Sempre… Estende a mão, 'toma meu filho', um prato pra tu comer.
> Eu acho que Deus sempre toca um amigo pra ajudar. […]
> Meu filho come na vizinha, entende? Eu me viro, fico com fome.

Durante a pandemia de covid-19, com mais tempo passado em casa, muitas famílias sentiram um aumento significativo na conta de energia. Beneficiários de programas sociais voltados à população de baixa renda receberam isenção da cobrança por três meses em 2020 e por dois meses em 2021. Além disso, em alguns momentos críticos, a interrupção do serviço por inadimplência foi suspensa. No entanto, como os impactos econômicos da pandemia duraram o ano inteiro, nos períodos sem medidas públicas, muitos moradores tiveram sua energia cortada e seus orçamentos familiares ficaram pressionados.

Wilma ressalta que, desde a pandemia, os governos não têm feito o suficiente para ajudar a população a se recuperar. Ela critica a gestão de Bolsonaro pela demora em liberar o auxílio emergencial, pela falta de agilidade na compra de vacinas e pela postura desrespeitosa do então presidente ao tratar do assunto. Em suas palavras: "Pra mim, o governo Bolsonaro foi péssimo na pandemia. Sei não, viu. Quando ele fazia aquele negócio de fazer assim (imitando alguém sufocado[85])… Eu só me lembro da minha irmã".

Em 2019, o Brasil chegou a registrar 14 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza (IBGE, 2019). Na época, os valores dos programas de distribuição de renda eram tão baixos que, apenas com a intervenção do auxílio emergencial durante a pandemia, cerca de sete milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, segundo o Banco Mundial[86]. Ainda assim, em 2020, um em cada quatro brasileiros vivia em situação de pobreza[87].

O auxílio emergencial pagou cinco parcelas de seiscentos reais e outras quatro de trezentos reais em 2020. No ano seguinte, em meio à segunda onda da covid-19, os valores variaram entre cento e cinquenta, e trezentos e setenta e cinco reais. Com o fim do auxílio, a

85 Sobre o episódio a qual Wilma se refere, conferir matéria disponível em: https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/08/22/bolsonaro-imitou-paciente-com-falta-de-ar-durante-transmissoes-ao-vivo-na-internet-em-2021.ghtml. Acesso em: 21. Jan. 2025.

86 Conforme notícia disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/auxilio-emergencial-ajudou-a-tirar-74-milhoes-da-pobreza-no-brasil-em-2020-diz-banco-mundial/#:~:text=A%20seguir-,Aux%C3%Adlio%20emergencial%20ajudou%20a%20tirar%207%2C4%20milh%C3%B5es%20da%20pobreza,em%202020%2C%20diz%20Banco%20Mundial&text=Em%20entrevista%20exclusiva%20%C3%A0%20CNN,e%20Caribe%20durante%20a%20pandemia. Acesso em: 19 Dez. 2024.

87 Conforme Agência de Notícias do IBGE disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32420-mesmo-com-beneficios-emergenciais-1-em-cada-4-brasileiros-vivia-em-situacao-de-pobreza-em-2020#:~:text=Metade%20das%20pessoas%20em%20extrema,atendidas%20tamb%C3%A9m%E2%80%9D%2C%20esclarece%20Cobo.. Acesso em: 19 Dez. 2024.

população mais pobre enfrentou novos desafios. Em 2022, o valor do Bolsa Família subiu primeiro para quatrocentos reais e, posteriormente, para seiscentos reais, equiparando-se ao montante inicial do auxílio emergencial. Já em 2023, sob a presidência de Lula, o valor foi mantido, com acréscimos para famílias com filhos pequenos matriculados na escola, garantindo um suporte um pouco mais eficaz contra a insuficiência econômica.

Wilma, que é beneficiária do Bolsa Família, reconhece que o dinheiro é pouco, mas consistente todos os meses, então: "ajuda bastante". Principalmente, agora, que "está mais difícil", pois ela precisa sustentar sozinha o filho e o sobrinho órfão, sem o apoio financeiro da irmã e do cunhado, que trabalhavam.

Conforme o calendário de pagamento do Bolsa Família avança, Wilma percebe mudanças no estado emocional e na autoestima da família. No fim do mês, com o dinheiro escasso, o peso da restrição financeira altera seu *ethos* no mundo e suas capacidades de tomar decisões. Com um orçamento apertado e sem possibilidade de poupança, as decisões diárias precisam ser bem tomadas, pois se tornam estratégicas para garantir a sobrevivência.

> Não, com a minha renda, eu num consigo guardar nada. Minha renda é pouca.
> Mas, é como se diz, aquele ditado: 'pouco com Deus é muito, muito sem Deus é nada'. Porque, como eu te disse, a gente vive no desamparo. […]
> Eu creio que seja uns seiscentos por mês. […]
> Quando eu pego no dinheiro, eu vou logo atrás de resolver alguma coisa que tá faltando, né? Pra dentro de casa, pro meu filho. Primeira coisa. […]
> Pagar alguma coisa que tô devendo, também. É assim!
> Mas, primeiramente, eu penso no quê? Na alimentação.

Por mais que priorize a alimentação, Wilma tem dificuldade em resistir a gastos supérfluos, impulsionados por seus desejos de consumo. Nos últimos anos, ela tem se esforçado para melhorar sua capacidade ascética de economizar, mas ela é daquele tipo de pessoa que não tem dinheiro em conta de banco, e somente vê sentido em ter dinheiro físico na carteira, se for para ele ser trocado rapidamente.

Modos de existência como o de Wilma operam na urgência de cobrir os gastos essenciais para sobreviver, mas, sempre que possível, encontram maneiras de liberar pequenas doses de alegria, frequentemente reprimidas pelas dificuldades financeiras. No fim do mês, é comum que Wilma já não tenha mais nada, pois, quando o que se ganha mal cobre as necessidades básicas, poupar torna-se inviável.

Muitas famílias, como a de Wilma, acabam usando o limite do cartão de crédito como uma extensão da renda, acumulando dívidas altíssimas. Segundo ela, algumas pessoas — o que não é o seu caso — fazem isso de forma consciente, chegando até a "sujar o nome de

propósito", gastando até o crédito ser negado. Isso ocorre tanto porque não se preocupam com o histórico de crédito quanto porque contam com a possibilidade de limpar seus nomes após dez anos, por meio de amortizações ou declarações de falência. No fim de 2023, trinta por cento das famílias brasileiras estavam endividadas[88], muito devido à taxa básica de juros muito elevada, que castiga o consumo e a manutenção financeira.

Wilma afirma que, todo mês, precisa decidir quais contas deixar vencendo, já que "nunca" tem dinheiro para pagar todas. Como não pode deixar de pagar a conta de energia, sob o risco de ter o serviço cortado, acaba atrasando os pagamentos dos cartões de crédito, cujos juros e multas em caso de inadimplência são exorbitantes.

Ela não pratica esportes nem atividades físicas regularmente, mas considera que pedalar sua bicicleta, seu principal meio de transporte, já é um exercício. Para escapar da rigidez da rotina, ela gosta de ir à praia, onde encontra um momento de liberdade. Wilma aprecia estar rodeada de pessoas e se considera "bem-querida". Diz, com orgulho: "Sou conhecida, tenho muitos amigos, eu gosto assim". No entanto, em uma aparente contradição, ao definir quem são seus amigos mais próximos, admite: "Amigos próximos, só uns dois mesmo".

Apesar de todas as dificuldades que enfrentou ao longo da vida, Wilma afirma que sua qualidade de vida é ótima e que tem melhorado nos últimos anos. Com uma personalidade otimista, seu maior sonho continua sendo ter a casa própria e, de preferência, uma "casa maior". Olhando para PC, sentado na sala do outro lado do corredor, ela explica: "A gente vive pra fazer os querer deles, né?". Seu desejo maior, hoje, é realizar os sonhos do filho, especialmente um que ele tem desde criança: "ter um quarto só para ele". Wilma resume com simplicidade e afeto: "Meu sonho é mais o sonho dele".

> É. Meu sonho, eu queria ver meu filho bem estruturado na vida. E, num passar nem um tipo de sufoco, sabe?
> Penso muito nele. Não sabia o que era isso, né? De um certo tempo pra cá, eu num tava nem aí pra vida. Queria nada com nada. […]
> Eu num queria saber dele, sabe? Só queria tá no mundo, bebendo, fazendo coisa errada.
> Mas, graças a Deus, Deus tocou no meu coração e disse que não era assim, que eu tinha que se redimir com ele. […]
> Ele morava mais com a minha mãe. Mas, depois que a minha mãe se 'ausentou', aí, eu vi que num tinha ninguém por ele. Aí, eu cheguei junto.
> Hoje nóis tâmo próximo, graças a Deus. É, eu por ele, e ele por mim [seus olhos lacrimejam ao falar do filho e funga o nariz escorrendo].

88 Conforme matéria disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766-das-familias-brasileiras-mostra-cnc. Acesso em: 19 Dez. 2024.

Seu atual horizonte de vida nasce de uma profunda autocrítica, que se torna um ponto central em sua narrativa de redenção. Wilma é extremamente dura consigo mesma por não ter cumprido o papel de mãe durante a criação do filho, que foi criado pela avó e pela tia falecidas. Ela associa essa ausência aos erros cometidos em sua juventude, quando levava uma vida boêmia e se envolvia em negócios ilícitos. Essa conexão lhe serve como um alerta constante: não pode se permitir cair novamente na ilegalidade, ser presa e, mais uma vez, deixar de cuidar do filho e do sobrinho — especialmente agora, quando eles mais precisam dela.

Desde a pandemia de covid-19, Wilma tem buscado se reaproximar do filho. O medo de ficar sozinha no mundo, que surgiu com a perda da mãe, intensificou-se com a morte da irmã no segundo ano da pandemia e atingiu seu auge no terceiro ano, quando ela própria adoeceu. Ela, também, viu o drama do sobrinho, que perdeu ambos os pais, e imaginou-se ela própria a deixar o filho. Esse choque foi o que a impulsionou a mudar sua relação com PC e com a própria vida.

Suas esperanças para o futuro estão ancoradas na crença de que o cenário de violência que marcou o passado da Comunidade São Francisco não se repetirá. Ela diz:

> Graças a Deus, aqui tá muito calmo. Agora eu acho [seguro].
> Não totalmente, né? Entre aspas, né? Por que, tem, às vezes aqui mesmo, acontece as coisa, né?
> Mas assim, a vista do que era antigamente, tá, graças a Deus, tá melhor em muitas coisas. […]
> É isso que a gente não gosta de vê, né? Com as pessoas que a gente conhece, convive.

Ao mesmo tempo, como a própria Wilma reconhece, a sociabilidade na periferia nunca está completamente livre da violência. Embora os roubos, tiroteios e mortes tenham diminuído, em 2023, ela se envolveu em uma grave confusão na vizinhança, marcada por extrema violência. Foi acusada de roubar um celular e, como punição imposta por seus acusadores, recebeu uma surra de caibros um dia após o Natal daquele ano.

Esse é um tipo de punição comum no ordenamento extrajurídico imposto pelo tráfico de drogas, aplicada a diversos “erros”, como sugere a frase pichada no muro da Travessa C: “A cada fofoca, dez paulada”.

Com o corpo coberto de hematomas devido às agressões com pedaços de madeira, Wilma enfrentou uma violência severa. Desde então, afirma que não consegue mais dormir direito, pois acorda assustada e apavorada.

Diante disso, apesar de todas as perdas e violências que enfrentou, é curioso para nós que a forma de lidar com a morte, a qual ela desenvolveu em sua trajetória, tenha sido justamente uma estranhamente otimista, que valoriza o presente e o imediato:

> O importante é que nós tamo aqui, vivendo essa vida.
> Que a gente não sabe quanto tempo vai durar aqui, né?
> Até quando Deus quiser. […] É isso, tentando sobreviver nesse mundo. […]
> Eu espero que as pessoas tenham uma memória boa, né, de mim? Porque eu sou mais do que as coisas de mal que falam de mim.
> Vão falar assim: 'Ah, a Wilma doida', 'Ah, se a doida tivesse aqui' [rindo]. Eu sou assim, mas eu sou do bem.
> Eu tenho… Eu acho que [vão lembrar] os momento de alegria, né, que a gente teve? Teve muitos problemas, mas também muita alegria, né? Porque a vida também, né só alegria.

Com esse espírito, Wilma acredita ser possível viver apenas fazendo o bem, sem causar mal a ninguém. Ela responde com convicção:

> Com certeza. É o ditado mais antigo que tem: 'Planta o bem, que você vai colher o bem', 'Faz o bem, sem olhar a quem', né? […]
> Se eu fiz o mal a alguém, foi porque me feriu. Mas talvez eu tenha me arrependido. Porque eu não sou de guardar rancor.

Diferente da primeira vez em que perguntei quem era Wilma, quando ela não soube se definir senão relembrando as dores do passado, expressas em lágrimas, na última entrevista que tivemos, sua voz carregava a certeza de quem ela é e, consequentemente, do que significa ter uma boa trajetória de vida.

Ao ser questionada sobre o que é ter qualidade de vida, respondeu:

> […] é a gente viver em paz, ficar bem consigo mesmo. Poder deitar no travesseiro e… Num ter tanta agonia na cabeça.
> Pra mim, era tudo que eu queria. Não queria nada, assim, de luxo. Não. Eu, sendo feliz, comigo mesma, tava bom demais.
> E, os que estão ao meu redor, sendo feliz consigo também, né?

Refletindo sobre si mesma e sobre a Wilma que deseja ser, ela nos transmite sua convicção de que a paz e uma consciência limpa têm mais valor do que qualquer riqueza. Reformulando o significado de felicidade de maneira simples, ela encontra contentamento no simples fato de estar viva. Em sua particular relação entre vida e morte, sua busca se traduz em calmaria e contemplação — um contraponto a uma trajetória marcada por turbulências e perdas.

# 4 A TARDE COTIDIANA: GARRA E LUTA DOS ADULTOS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO

Neste capítulo, abordaremos os cotidianos e as trajetórias de vida de pessoas adultas moradoras da Comunidade São Francisco, na várzea do Maranguapinho, periferia de Fortaleza. A grande maioria delas já tiveram filhos e alcançaram um momento peculiar em suas jornadas de trabalho. Ao longo de suas trajetórias e cotidianos, essas pessoas se posicionaram em um lugar na vida, no qual, muitas vezes, parece que sua única "função" restante, como geração, é garantir, à custa do próprio sacrifício, que seus descendentes tenham melhores oportunidades e meios de ação do que aqueles que elas tiveram.

Na luta para sobreviver, as famílias chefiadas pelos adultos recorrem a todas as possibilidades. Usando a inteligência e a criatividade de forma artística, inventam suas vidas cotidianamente. Nesse sentido, os adultos projetam sua arte do "saber ganhar dinheiro", enfrentando a competição por recursos escassos. Afinal, em meio a uma economia marcada por extrema desigualdade, apenas pouquíssimo da riqueza total não está concentrada nas mãos de alguns poucos bilionários, enquanto a grande maioria da população disputa entre si esse pequeno percentual que sobra.

Na periferia, desse lado do mapa, essa realidade se traduz em soluções criativas: sabão caseiro sendo vendido na porta de casa, como ilustrado na figura 33 adiante, dindim *gourmet* e uma infinidade de outros produtos de todo tipo. Inclusive, durante a pandemia de covid-19, observamos essa capacidade de adaptação quando muitos adultos da Comunidade São Francisco aproveitaram a demanda por máscaras de pano para costurá-las e gerar uma renda extra.

Figura 33 – Fotografia de uma casa na Rua João XXIII, com uma placa anunciando venda de sabão líquido




Fonte: Autor.

Entre os adultos que conhecemos nas conversas informais ao longo de nossa pesquisa de campo, muitos eram vendedores ambulantes, de quem nos fomos clientes em nosso próprio cotidiano. Durante nossa experiencialização, registramos pelo menos dez vendedores, cada um com dias e horários específicos, marcando o ritmo da rotina na malha socioambiental da várzea do Maranguapinho. Algumas dessas propagandas podem ser ouvidas no áudio acessível por meio do código na figura 34 abaixo[89].

89 Ou, pelo *shortlink* disponível em: https://youtu.be/Q8EzlgMGwzE. Acesso em: 11 Jun. 2023.

Figura 34 – Código QR para áudio de sons dos vendedores ambulantes no cotidiano da Várzea



Fonte: Autor.

Logo pela manhã, bem cedo, observamos o “carro das frutas e legumes”, que costuma passar de duas a três vezes por semana, às vezes também no fim da tarde. Em outros dias, por volta das nove horas da manhã, aparece um dos vendedores mais curiosos e aparentemente particulares da nossa região de estudo: o “carro das bolas coloridas”. Tentando atrair as crianças que estão em casa nesse horário, na verdade, ele realiza trocas de sucata (panelas velhas, baterias de carro usadas, celulares antigos e até telecenas vencidas), por cadeiras de plástico, baldes ou bolas coloridas.

Já por volta das onze horas, quando muitas pessoas (principalmente mulheres) estão preparando o almoço nas cozinhas, surgem as diversas bicicletas vendendo “cheiro verde”, a tradicional combinação de salsa e cebolinha que são vendidas juntas, a preços muito acessíveis.

Às três da tarde, horário da “merenda” ou do lanche, passam diariamente tanto a “*bike* do lanche” quanto o “carrinho da tapioca”. Às vezes, no fim da tarde, também aparece o “carro dos churros”. Além desses, conseguimos registrar ainda o “carro da pamonha”, o “carro da polpa de fruta” e uma bicicleta onde um senhor vende e conserta especificamente controles de televisão.

Outro destaque é o “carro do ovo”, que quase desapareceu após o aumento do preço desse alimento na pandemia, mas que ainda resiste. E, por fim, há a “bicicleta dos rodos

e das vassouras", que geralmente passa por volta das quatro da tarde, encerrando o dia. Cada um desses ambulantes utiliza um anúncio musicado para atrair clientes e movimentar seus negócios.

Figura 35 – Ambulante de bicicleta vendendo frutas para um senhor na rua, ambos usando máscara



Fonte: Érika Fonseca/Assembleia Legislativa do Ceará.

Projetando-se como uma das formas de exploração do trabalho no século XXI, a tendência à informalidade, menos estruturada e mais individualizada do que o regime assalariado de fábrica, resulta da atual conjuntura de globalização econômica e das políticas neoliberais que fragilizam os direitos conquistados. Esse fenômeno, que vem transformando os regimes de trabalho e alcançando um número crescente de trabalhadores pobres, é amplamente discutido nos estudos sobre a realidade laboral contemporânea, como demonstrado no trecho a seguir:

> Diante dos novos modos de gestão da produção e das estratégias de circulação e distribuição comercial, a informalidade tende a ser cada vez mais absorvida nos processos econômicos, de modo que a produção e a circulação de riquezas e, portanto, a reprodução das desigualdades dependem da interação e das diversas formas de passagem entre mercados formais, informais e, por vezes, até ilegais. […]
> O trabalho informal no comércio ambulante articula fluxos de mercadorias diversas em redes de escala global e, antes de ser um sinal do atraso, é um dos aspectos marcantes da globalização nas grandes metrópoles. […]
> Trata-se de pensar o trabalho numa perspectiva mais ampla, menos restrita às relações hierárquicas das empresas e mais ligadas às dinâmicas de produção e circulação de riqueza. Deslocamos a perspectiva das carreiras lineares dentro das empresas para a viração cotidiana de pessoas que buscam formas de geração de renda não baseadas em assalariamento. A viração é entendida como mobilidade lateral entre uma série de atividades contingentes, marcadas pela instabilidade e pela inconstância, assim como entre expedientes legais e ilegais. É um tipo de trabalho que depende do "fazer acontecer" a cada dia. (CABANES; GEORGES; RIZEK; TELLES, 2011, p.58-59)

Sob essa tendência global da informalidade, o tipo de trabalho mais comum na Comunidade São Francisco é a costura terceirizada para facções de roupas, sem vínculo empregatício e com remuneração por peça produzida. Muitos desses trabalhadores adultos se obrigam a passar o dia inteiro em uma atividade mecânica e exaustiva, na qual uma pausa para ir ao banheiro significa peças a menos e, consequentemente, o comprometimento do orçamento de toda uma família.

Esse é um trabalho extremamente desgastante, pois alguns dos trabalhadores precisam costurar nas calçadas, já que são locais mais arejados que em suas habitações. Dessa forma, a informalidade dos subempregos no setor têxtil, por não oferecer direitos, ferramentas ou um local adequado de trabalho, já havia implementado um tipo de *home office* muito antes da pandemia — não por necessidade, mas por modo de exploração. Há muito tempo que esse circuito globalizado da indústria da moda aproveita-se desse trabalho avulso e subcontratado realizado nas periferias.

A costura terceirizada funciona por meio de atravessadores que recolhem as peças diretamente nas casas dos trabalhadores e as revendem no Centro de Fortaleza. Essa relação, ao mesmo tempo que é uma venda da força de trabalho, diretamente ligada a resistência física e a saúde dos costureiros e costureiras, ao aferir ganhos de maneira individualizada e por desempenho, transfere toda a responsabilidade dos custos e das condições laborais para eles próprios, incluindo qualquer problema que a atividade mecânica acarrete. No máximo, em alguns casos, os trabalhadores conseguem uma máquina de costura emprestada do dono da facção, mas isso não é comum. A maioria conta apenas com linhas e agulhas simples.

Para os atravessadores, pouco importa se as costureiras trabalham curvadas em

um pequeno quarto ou agachadas na calçada, elas precisam sempre render em termos de produção e velocidade, especialmente quando há encomendas grandes e urgentes. Sem esse ritmo acelerado de produção, os adultos deixam de fazer parte do esquema e perdem sua única fonte de sustento.

Dentre as histórias de vida dos nossos interlocutores, a trajetória de Benevides representa bem a realidade dos subempregos. Aos 35 anos, com cabelos cacheados e loiros, Bené, como é carinhosamente chamada, é mãe solteira de duas crianças que vivem com a avó no interior, em São Luís do Curu. Sua vida é marcada por sacrifícios para conseguir enviar dinheiro para a família, apesar de gostar de "curtir", "de vez em quando".

Antes da pandemia de covid-19, Bené trabalhava em uma ótica no centro de Fortaleza. Todos os dias, vestia sua calça social preta, blusa da empresa e um colete formal preto por cima, para, no sol escaldante, locomover-se de transporte público até seu trabalho. Contudo, com a chegada da pandemia, os funcionários que não haviam atingido a meta do mês foram demitidos. Ela, sempre simpática e bem maquiada, chegou a fazer muitos altos faturamentos, mas naqueles últimos meses não havia conseguido. Bené havia se desgostado das cobranças excessivas e da cultura competitiva da empresa. Além disso, também a incomodavam as obrigações impostas, como a participação em encontros religiosos promovidos pelos donos evangélicos da ótica.

Desempregada, mudou-se junto do namorado para a casa da mãe dele, na Comunidade São Francisco, e por meio das redes de vizinhança encontrou trabalho na costura, o subemprego mais comum na região. A "sogra", conhecendo vizinhos que costuravam, a colocou em contato com um dono de confecção que recolhia peças para revender no Centro *Fashion* e na tradicional feira da madrugada, onde ônibus lotados de revendedores ("muambeiros") compram roupas em grandes quantidades para redistribuí-las em todas as partes do Brasil.

A função de Bené era simples, mas exaustiva: costurar pequenos laços vermelhos em vestidos brancos de dama de honra, todos iguais, sendo paga por peça finalizada. Sentada na cama, apoiada na parede com um travesseiro e em posição corcunda com uma só perna estirada, cercada de grandes sacolas plásticas cheias de roupas, com as agulhas, linhas e lacinhos dispostos sobre a colcha da cama, foi a cena em que observamos Bené, certa vez. Nesse dia, ela nos contou como sentia fortes dores na coluna e uma exaustão física extrema devido às longas jornadas naquela tarefa, apesar de usar o quarto da "sogra" com a televisão

ligada para se distrair.

Essa exaustão, causada pelo ritmo de vida que Bené vivia, acabou sendo crucial para o posterior rompimento com o então "marido" e, em seguida, para sua saída da Comunidade São Francisco, retornando para sua cidade natal no interior.

Há ainda outras histórias de adultos que nos impactaram ao longo da pesquisa e que gostaríamos de compartilhar brevemente nesta introdução. Uma delas é a de Valdivânia, mais conhecida pelo apelido de "Bilinha". Aos 37 anos, negra, de cabelos alisados, magra e de estatura baixa, Bilinha se apresentou em entrevista para o CCBJ[90] da seguinte forma: "Meu nome é Valdivânia, mas meu apelido é Bilinha. Particularmente, eu gosto mais do meu apelido, né? […] Já moro aqui desde pequena, na Comunidade, né?".

Nascida em 1987, ela é uma mulher que cresceu na São Francisco, conhecendo a todos, devido ao seu passatempo preferido que é "conversar". Não à toa, isso a levou a se tornar uma liderança comunitária. Embora não tenha concluído o ensino fundamental na infância e, por isso, não soubesse ler nem escrever, sua falta de escolaridade nunca a impediu de sonhar com melhorias para os moradores e de atuar ativamente em prol do bem-estar coletivo.

Quando a conhecemos, em 2020, Bilinha estava determinada a criar uma associação comunitária e convidou Dona Cláudia para assumir a presidência, porque ela própria não saberia assinar o nome, em algum documento formal que por ventura fosse necessário. A ideia era arrecadar contribuições mensais dos comerciantes locais e unir a comunidade para desenvolver ações voltadas à educação, como alfabetização de adultos, incluindo ela própria como aluna, e a permanência escolar das crianças, uma vez que a evasão escolar é frequente na região.

De acordo com Dona Cláudia, conseguir assinar o próprio nome e receber um diploma: "seria maravilhoso para eles". Segundo ela: "Muitos lá não sabe fazer conta, não sabe o valor das notas (de dinheiro). Alguns, no próprio crime, não sabe. Algo tão importante pra sobreviver".

Contudo, embora a ideia da formalização de uma associação tenha sido deixada de lado naquele ano, quando a pandemia de covid-19 chegou, Bilinha encontrou um ponto de virada na sua trajetória de vida. Diferentemente de outras histórias que relatamos, para ela, a pandemia, apesar de trágica, também trouxe algo positivo. Afinal, bom ou mal é questão de

90 A entrevista na íntegra pode ser acessada por meio do link disponível em: https://youtu.be/XTFx-FzpItE?si=2bRLqRiQSjD7QdkY. Acesso em: 13. Jan. 2025.

contingência e perspectiva. O choque com tantas mortes a fez refletir sobre sua própria trajetória, levando-a a dar um passo importante para dar a volta por cima no analfabetismo, que tanto lhe incomodava. Ela comprou um caderno e se matriculou no já convencional programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) para aprender a ler, escrever e, finalmente, assinar seu nome.

Ela conta que muitas pessoas sentiam vergonha de frequentar as aulas por serem adultas. Enquanto outras, que enfrentavam a mesma dificuldade, simplesmente desistiam de aprender depois de tanto tempo nessa condição e nem sequer procuravam o programa de alfabetização.

Explicando seu ativismo político como moradora e liderança da Comunidade São Francisco, Bilinha afirma:

> Eu gosto de me movimentar muito na Comunidade. Gosto de fazer ação. Gosto de participar das ação na Comunidade, quando vem de fora. Gosto muito de tá com as crianças, que é a parte que eu mais gosto. E é bem sincero, é um amor bem real, né? Que, elas, se não gosta, não gosta, se gosta, gosta, né?

Ela é a principal articuladora da festa do Dia das Crianças na Comunidade São Francisco, evento que acontece anualmente em outubro e que nem mesmo a pandemia de 2020 conseguiu interromper.

Muito ligada ao CCBJ desde a infância, onde sempre participou das atividades promovidas, atualmente integra o grupo “Mulheres Criativas”. Esse coletivo reúne mulheres da comunidade em oficinas e rodas de conversa, promovendo apoio mútuo e oferecendo uma bolsa que auxilia na manutenção familiar das participantes. O programa do Centro Cultural iniciou-se durante a pandemia, distribuindo cestas básicas para mulheres chefes de família, que ajudavam no seu sustento. Segundo Bilinha, mais de sessenta mulheres participaram do projeto, e, após a pandemia, vinte delas foram selecionadas para continuar, agora recebendo um auxílio financeiro para as que participassem.

Ela valoriza essa oportunidade, pois se define como alguém que faz um pouco de tudo para sobreviver, e a bolsa representa uma ajuda nesse pouco que consegue. Como ela mesma explica: “Sou dona de casa, sou babá…”. Já que Bilinha cuida de algumas crianças pequenas enquanto os pais trabalham, conseguindo assim alguma renda. Além disso, ela tem uma filha “especial” (como ela define), que recebe o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC), o que complementa a renda da família.

Sua filha encontrou no CCBJ um importante espaço de socialização. E, ao descrever essa relação, Bilinha intercruza sua própria trajetória com a de sua filha e a do Centro Cultural, destacando esse encontro socioambiental desde antes mesmo de sua criação, em 2006:

> O CCBJ, até antes de existir, era um lugar que eu já frequentava. Porque era um lazer que a gente tinha, que era um campo, feito por nós da Comunidade. Com uns pau mesmo, pra jogar bola.
> Tinha uns pé de manga, que a gente pegava manga verde. Tinha uns buraco que o pessoal pegava areia, que era um açude que nós tumava banho. Então, a gente já frequentava esse espaço antes de ser.
> Quando começou a história que ia fazer o CCBJ, quando eu tive acesso, foi a maquete. Portanto, que eu não entendi o que era a maquete. Só vi muitos apartamentos ali, sabe? Eu, curiosa, olhando os apartamento lá, eu disse: 'Eita, que é um bocado de prediozinho', mas não sabia o que era.
> Quando eu vim pisar, depois dele feito, é uma parte que toca meu coração mesmo. Porque eu tenho a minha filha, que ela é especial, né? Hoje ela tem quatorze anos. Então, quando ela interagia com as crianças na Comunidade, brincando, muitos não queria brincar com ela, por causa da deficiência dela. Dizia que ela não poderia correr, ou então, que ela ia derrubar alguma coisa. Então, ali, eu pegava ela, ia pro Centro Cultural, ficava brincando lá. Ou somente eu e ela, ou ela brincava com os educadores.
> E, quando eu tava brincando com ela, eu sempre ficava observando as coisas. Aí, eu via que tinha balé, então, eu já matriculei ela no balé, com seis anos. É tanto que ela saiu com treze, pro teatro.
> Então, me marca por quê? Porque através do refúgio, do que eu tinha na rua, com o pessoal com preconceito com ela, com a deficiência dela, que eu corri pra lá, foi como me salvou. Consegui dela interagir, dela brincar, que ela participasse, que ela fazia balé. Aí, dali, foi só crescendo. Do balé, eu fiquei na zumba. Do balé, eu já tava fazendo outra atividade.

Relatando a importância do CCBJ para a Comunidade São Francisco e para sua própria vida, Bilinha destaca o diferencial e o privilégio de ter esse equipamento presente no território.

> Eu vim conhecer teatro no CCBJ, porque eu nunca tinha entrado numa sala.
> A maioria dos cantos que a gente não conhece, a gente veio a conhecer através dos passeios do CCBJ, porque a gente não tem acesso pra sair daqui.
> E quando eu saio, assim, pros canto, que eu falo do CCBJ e pessoal pergunta o que é, aí eu digo que é o quintal da minha casa. Porque, aqui, oh, é o quintal da minha casa, muito chique, um monte de coisas boas. Aí, a menina diz assim: 'valha, mulher, vocês têm sorte de ter isso lá'. Eu digo: muita sorte e ajuda muito a gente, literalmente, todas as idades. E é muito massa.

Por último, mas não menos importante, também apresentamos, nesta breve ilustração sobre alguns adultos da Comunidade São Francisco, a história de Crisanto. Aos sessenta e três anos, branco, alto e de cabelos grisalhos, suas estratégias se adaptam ao ambiente e de acordo com a posição social dos actantes com quem está lidando. Com um

estilo despojado, sempre usando um cordão de prata no pescoço e uma blusa social aberta no peito, ele é tio do pesquisador e teve um papel importante em nosso trabalho de pesquisa.

Sua versatilidade tem como prova o curioso fato de que é conhecido por vários nomes e apelidos, dependendo da fase da vida, do contexto e de quem o chama. Na comunidade, é chamado de “Paulista”, devido a um erro de localização que se consolidou com o tempo e já não pode ser desfeito. Na realidade, ele nasceu em São Joaquim das Pedras, Ceará, que na época pertencia ao município de Uruburetama e hoje integra o município de Umirim. No entanto, veio do Rio de Janeiro — de modo que, tecnicamente, deveria ser “Carioca” —, onde passou a adolescência e a juventude.

Desde aquela época, conta que fazia amizade com policiais e milicianos somente jogando sinuca com eles, pois era preciso se adaptar. Ele teve a sorte de construir pontos comerciais para aluguel em uma região valorizada da “Cidade Maravilhosa”, mas teve que vendê-los quando, em 2015, foi morar nas casinhas de aluguéis que tinha na Comunidade São Francisco, após uma confusão com a família da esposa, Dona Cláudia. Ela e seu enteado, por sua vez, o chamam de “Matos”, graças ao seu sobrenome, que por coincidência é igual ao deles.

Já o pesquisador e sua família biológica o conhecem como “Crisanto”, sem saber ao certo a origem do apelido, que se perdeu no tempo e remonta à cidade onde nasceu no interior. Porém, seu verdadeiro nome, bastante comum em comparação aos outros, é Antônio, mas ninguém o chama assim, pelo menos desde a morte de sua mãe. Ele foi o caçula de uma família de oito irmãos, nascendo quando sua mãe já tinha cinquenta anos.

No capitalismo da favela, ele vive de seus aluguéis e de pequenos investimentos, como a revenda de carros ou qualquer outra oportunidade que surja e que ele enxergue como vantajosa. Sendo um homem muito vivo, está sempre em busca de ganhar dinheiro, seja lucrando ou perdendo em apostas de baralho.

Crisanto tem uma relação de vida e morte muito peculiar, sem demonstrar temor diante desta última. Ele fumava muito tabaco e, até hoje, consome “besteiras”, ou seja, alimentos não saudáveis, mesmo após enfrentar graves problemas de saúde que quase o levaram à morte. Já teve um enfisema pulmonar, um infarto e uma obstrução na bexiga causada por uma infecção séria, necessitando, em diversas ocasiões, de cuidados médicos e do apoio da esposa.

Ele explica seu modo de viver como uma espécie de determinismo do querer, que sabemos ser amplificado e irreal, assim como muitas de suas histórias:

> Eu conto pra vocês as besteiras que eu fiz, algumas é besteira mesmo. Que vocês deve achar assim: 'esse véi é doido'. E tem coisa, que eu aumento nas histórias. Mas tem uma coisa que é verdade: eu vivi como eu quis. Poucos pode dizer isso. Pode até contar as mesmas histórias que eu, mas ter essa visão, não. Eles vão contar, como se fosse um momento que eles viveram como quiseram. Eu não, sempre vivi como eu quero.

Tio Crisanto passou por uma série de momentos difíceis e, após muitas brigas com familiares, acabou se isolando do contato com quase todos. No período mais crítico, entrou em uma profunda depressão, trancado em seu quarto escuro, fumando excessivamente e viciado em "jogos de fazendinha". As consequências disso vieram anos depois na sua sequência, quando teve a aorta do coração obstruída e demorou a buscar atendimento.

Sem saber que estava, mais uma vez, frente a frente com a morte, ele fez um exame, recebeu o diagnóstico e, em vez de buscar ajuda imediata, foi para casa comer pastel — já enfartado. Só depois precisou ser internado no hospital, onde fez amizade com todos na sala de recuperação e ainda ajudou alguns deles. Ele conta que auxiliou um "vizinho de maca" que recebeu alta, mas não tinha dinheiro para o táxi, além de outros pacientes, incluindo um que precisava de dinheiro para enterrar um falecido de quem Crisanto também havia se tornado amigo.

Sua coragem e resistência inacreditáveis estão sempre relacionadas à maneira como é visto e à sua insistência em não permitir que a narrativa imposta a ele defina sua história. Ele desabafa que seus irmãos mais velhos sempre diziam que ele "não ia vingar", comprando "casa na favela". E hoje, utiliza essa história de conflitos para justificar a narrativa que ele próprio escreveu. Como o fato de ter sido ele quem cuidou do pai e da mãe até a morte — um ato que considera sua missão justamente por ter sido o filho "mais problemático", ou, como ele mesmo admite, porque realmente foi muito "danado".

Crisanto, paradoxalmente, diz ter pedido a Deus que não o "levasse", apesar de também afirmar que vive o hoje e que está preparado para morrer sem arrependimentos. Por isso, continua se alimentando do que gosta, mesmo que não seja saudável. Ele explica que, agora que tem "dinheiro", já não tem mais tempo para aproveitar. E que, com o "tanto de sofrimento e humilhação" que passou, "Deus não ia deixar" que ele não desfrutasse de nada.

Para nosso interlocutor, a experiência conta muito. Ele argumenta que a rua foi sua escola, já que parou de estudar no ensino médio, e que, hoje, seus irmãos não têm a

mesma habilidade de se sobressair em diversos ambientes como ele possui. Por isso mesmo, sente-se mais forte do que eles. Em sua visão de mundo, "[…] o homem é parte da natureza; se ele não souber como viver no ambiente, ele não sabe viver".

Devoto de São Francisco desde a adolescência no interior, herdou a fé do pai. Ele realmente acredita que é bem protegido, depois de tudo o que passou e de tudo a que se propôs na vida. Católico, mas sem frequentar missas, diz que os evangélicos são muito "zoadentos" (barulhentos) e "[…] muito cheios de frescura, do que não pode isso, não pode aquilo", sendo que a maioria, segundo ele, é composta de "fofoqueiros".

O discurso de Crisanto é amargurado, carregado de revolta pelas dificuldades que enfrentou e pelos problemas que teve. Isso faz com que ele mantenha um relacionamento complicado com todos ao seu redor.

No início da pandemia de covid-19, em 2020, ele abraçou e bateu nas costas de um amigo, Seu Luciano, marido de Vaneide, e, sete dias depois, viu-o morrer da doença. Diante de seu histórico de problemas de saúde, entrou em paranoia. Acordava chorando, achando que também morreria em sete dias. Ele registra: "Abracei ele na sexta, no outro sábado ele morreu".

Crisanto ficou com insônia, mas continuou saindo de casa. Se pegou a doença, "foi uma gripe normal", ele afirma. Seu maior receio, naquele pânico inicial do desconhecido, era morrer antes que inventassem uma vacina. Quando completou seu esquema vacinal em 2022, depositando sua grande fé na ciência, foi como se sua preocupação tivesse desaparecido. Voltou a extrapolar e a se colocar em risco, saindo todos os dias sem máscara, mesmo tendo um enfisema pulmonar.

Apesar de estar parcialmente certo ao afirmar que "depois que toma a vacina não morre mais", pois a vacinação reduz significativamente a gravidade da doença e o risco de internação[91], se tivesse mantido a mesma cautela de 2020, poderia ter evitado a reinfecção que teve em 2022, ainda que, dessa vez, tenha sentido apenas sintomas leves.

Geralmente, à medida que envelhecem, as pessoas tendem a desenvolver um maior medo da morte. No entanto, com Crisanto, parece ocorrer o contrário: ele já não teme mais nada, ou, pelo menos, não teme as consequências. Sua relação especial com a morte marca toda a sua trajetória, desde a juventude, como evidenciam suas histórias de aventuras

91 Para mais informações sobre vacinas contra a covid-19, consultar o link disponível em: https://www.paho.org/pt/vacinas-contra-covid-19/perguntas-frequentes-vacinas-contra-covid-19. Acesso em: 14. Jan. 2025.

com mulheres e confusões em festas, que nos conta. Para ele, a morte não surge como uma penalidade, mas como um prêmio por ter vivido. Seu desejo, portanto, é que, quando morrer, não haja ninguém chorando em seu velório.

Dentre os vários adultos que cruzaram nossa trajetória ao longo da pesquisa de tese e os que trouxemos pontualmente, nos aprofundaremos, a seguir, nas histórias de vida de três outros moradores selecionados: Seu João, suas relações com o ambiente e seu trabalho na portaria de condomínios; Dona Cláudia, interlocutora central da pesquisa, suas experiências de cuidado ao longo da vida e as influências do CCBJ e da igreja que frequenta na Comunidade; e Camila, com todos os seus dilemas, enfrentando a dependência química do crack e o chocante caso da gravidez de sua filha.

## 4.1 Seu João: a lagoa e a portaria de condomínio

Seu João, na figura 36 mais abaixo, tem cinquenta e oito anos. De estatura média, cabelos e barba embranquecidos, óculos de grau, relógio no pulso e muitos anéis nos dedos, ele tem um temperamento afável e reservado, que evita conflitos ao máximo que pode. Bem-humorado e inteligente, possui uma combinação de traços que o manteve tanto tempo na profissão de porteiro de condomínios, função que exerceu por quase toda a vida.

Figura 36 – Seu João posando para a foto em frente ao portão de sua casa na Comunidade São Francisco



Fonte: Autor.

Nasceu em 1965, em Pentecoste, interior do Ceará. Com muito orgulho de sua origem, faz questão de dizer os nomes dos pais, Bartolomeu e Rosalina, que viviam da pesca e da agricultura. Sempre que lembra dos pais, que já faleceram, Seu João rememora sua infância pobre, marcada pela fome, em uma família numerosa de doze irmãos. Inclusive, uma de suas irmãs morreu ainda criança, vítima de desnutrição. Ele conta: “Minha infância foi muita fome, muito sofrimento. Naquele tempo, na casa tinha doze irmão. Sem nenhuma tecnologia, sem nada. Seis mulher e seis homens”. Dos pais, sua mãe faleceu por último, em 2022, muito provavelmente por covid-19, aos noventa e quatro anos. Era uma das suas irmãs mais velhas que cuidava dela em Pentecoste.

Contudo, mesmo com todas as dificuldades na infância, para João, a vida no interior ainda figura em sua imaginação como sendo “uma maravilha”, ele argumenta: “A

gente vem pra cidade por necessidade, mermo. Porque lá (no interior) não tem emprego, não tem como prosperar. Mas, se pudesse, ficava lá". A imagem que construiu da vida no campo está associada à ideia de paz, algo que lhe faltou ao longo dos anos no meio urbano violento, marcado pelo distanciamento da natureza. João afirma, inclusive, que se pudesse voltar no tempo para reviver um único momento, escolheria: "Voltar a ser criança de novo [rindo]. Brincar no futebol de areia no interior".

Na década de 1970, sua adolescência em Pentecoste foi marcada por barreiras que o mantiveram restrito às tarefas de ajudar no roçado dos pais, pescar nos rios e vender peixes na cidade. Ele relata: "Nesse tempo, não existia sonho. A realização mermo era só de pescar, trabalhar. Aí, quando fiquei adolescente, depois adulto, aí, o sonho foi de casar e ter família, né?".

Segundo João, na zona rural onde nasceu, não havia escola de ensino médio, apenas o ensino fundamental. Por isso, ele afirma ter interrompido os estudos aos quinze anos. Ele narra: "Os estudos na época foi muito pouco. Porque nem colégio tinha. Foi por isso que eu num terminei não. Não terminei".

Na década seguinte, entre 1981 e 1982, João, então com dezessete anos, conheceu aquela que considera o amor de sua vida: sua esposa, Lúcia. Da mesma pequena cidade, ela tinha apenas quinze anos quando, após algum tempo somente "paquerando", aceitou o pedido de namoro de João. Extremamente apaixonado, ele não demorou um ano para pedir Lúcia em casamento. O respeito que tinha com os pais, sua reputação de "trabalhador" e a similaridade econômica entre as famílias no campo fizeram com que ele conquistasse a aprovação do sogro, que permitiu que se casassem "de padre e civil" ainda em Pentecoste.

Marcada por uma fidelidade e um companheirismo moldados por sua visão de mundo religiosa e tradicional, Lúcia, hoje com cinquenta e cinco anos, sempre sonhou em ser esposa e mãe. Porém, apesar de manter os papéis de gênero convencionais, sua personalidade forte, decidida e ativa lhe dá um papel de maior influência na relação com João, cuja personalidade contrastante é mais passiva.

Ele, tudo o que faz, antes consulta Lúcia sobre como proceder. Em certa medida, João gosta de seguir as orientações da esposa; por outro lado, também faz questão de fazer tudo por ela, mesmo não gostando, como buscá-la e levá-la ao trabalho ou ajudar nas tarefas domésticas quando percebe que não foram feitas ou quando lhe foi solicitado. Ainda assim,

como é comum em famílias biparentais heteronormativas, João não se ocupa cotidianamente das atividades domésticas, esperando que a esposa e a filha assumam essas responsabilidades.

Sobre o trabalho doméstico, ele argumenta:

> Eu faço! […]
> Por exemplo, se precisar de limpar uma casa dessa, eu limpo. Se precisar lavar a roupa, eu lavo. Lavo prato. Se a mulher num tiver em casa, eu num vou deixar sujo ali. Pra esperar ela vim. […]
> Pode perguntar, minha menina aí. Eu não deixo criar bicho. Tem muito homem por aí que não faz nada, suja tudo que é copo, que é de colher… […]
> Eu sei fazer tudo, qualquer tipo de comida. Sei fazer qualquer coisa. Porque a mulher não vai sair do trabalho e deixar os prato sujo. E, eu tando em casa, não vou deixar. Se eu não lavar, minha menina lava, mas eu lavo.

Em razão da morte de seu pai, ainda em 1979, vítima de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), João viu a vida se tornar ainda mais difícil para sua extensa família. Já não conseguiam tirar da terra nem mesmo o suficiente para a própria sobrevivência. Naquele período, até 1985, o Nordeste enfrentava a pior seca do século XX: plantações foram destruídas, animais morreram, houve saques por parte da população faminta, e milhões de pessoas, sobretudo crianças, faleceram devido à desnutrição[92].

Diferentemente dos pais, que nasceram e morreram em Pentecoste, nesse contexto catastrófico, todos os filhos e filhas, irmãos e irmãs de João, deixaram o interior e migraram para a capital, Fortaleza, ou para outros estados do Brasil, em busca de condições mínimas de sobrevivência.

Assim também fez João, aos dezenove anos, quando foi morar de favor com uma irmã em Caucaia, que havia se mudado anos antes para tentar a vida em Fortaleza. Trabalhou como camelô por alguns meses para ajudar nas despesas, mas, pensando em Lúcia e nos conflitos que ela enfrentava na casa da cunhada, foi seduzido por um terreno às margens do córrego, na Comunidade São Francisco. O lote na periferia era desvalorizado, com um declive alagado e uma lagoa nos fundos que transbordava com o córrego, mas oferecia a chance de uma casa só para ele e sua esposa. Ele lembra com precisão a data em que chegou: “Eu cheguei aqui, nessa casa aqui, no dia 13 de fevereiro de 1984”.

Entre os moradores mais antigos com quem conversamos, João tem quarenta anos de história na Comunidade. Até porque, à medida que os mais velhos falecem ou se mudam,

92 Conforme disponível em: https://operamundi.uol.com.br/pensar-a-historia/um-genocidio-esquecido-a-crise-famelica-de-1979-1984-no-nordeste/#:~:text=Entre%201979%20e%201984%2C%20a,a%20maioria%20das%20quais%20crian%C3%A7as.. Acesso em: 29. Dez. 2024.

as inconstâncias das trajetórias de vida fazem circular os moradores, principalmente aqueles que vivem de aluguel.

Assim que soube da expansão dos terrenos brejeiros ao lado de uma grande cerca de uma área improdutiva, João ocupou uma das faixas alagadas e construiu dois pequenos cômodos, investindo todas as suas economias. Durante alguns anos, morou ali com a esposa, economizando e ampliando a casa gradualmente por meio da autoconstrução. Apesar das dificuldades da área "desértica", com seu bom humor característico, que usa como estratégia de vida, ele conta:

> Aqui era só o deserto. Aqui era só um buraco. Aqui não tinha nada. Não tinha calçamento, tinha nada. […]
> Aqui, assim, onde tem esse monte de casa, era um campo de futebol e uma cerca de arrame. Aqui era deserto, hoje em dia tá uma Aldeota (bairro "nobre" de Fortaleza). […]
> Como era aqui? As rua aqui era aquela arêa seca e, na época da chuva, barro e lama. É tanto que até hoje, quando vão cavar, quando cava pra fazer o estorvo da casa, só encontra lama. Era lama mesmo.

Ele relembra que um dos lotes da expropriação feita pelo Estado nos latifúndios da família Castro-Carioca, por ser muito grande e caro, permaneceu sem uso desde a década de 1960. Nesse espaço, pessoas sem condições de financiar um lote acabaram ocupando a área e improvisando um campo de futebol, mas mantiveram a cerca de arame farpado que demarcava o terreno — segundo João, apenas por questão de proteção. Ele narra que, naquela época, os moradores tinham que passar por baixo da cerca: "Tinha uma cerca aqui, era tudo cercado aqui. Tinha que passar por baixo dos arame".

Somente depois de muito tempo a cerca foi derrubada, dando às casas que surgiram ali um aspecto mais integrado ao restante do bairro. Essa integração se aprofundou ainda mais recentemente, quando o campo de futebol, com suas "traves de pau", foi removido para dar lugar à construção do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), por meio da reivindicação popular e artística da periferia.

> Ali pra cima, onde é hoje o CCBJ e o Ícaro[93], era tudo um terreno só, sabe? Abandonado. Gente rica aí, que deixou. E, pra cá, do outro lado do canal, é onde já tinha casa. Onde fica aqui a favela, aí ninguém queria morar, pessoal tinha medo. Tinha época, que os mato ficava grande, aí os caboco se escondia.
> Ficava deserto ali entre a escola e o centro cultural, tinha assalto e tudo. Todo mundo tinha medo [de passar por ali].

93 Refere-se à Escola Estadual de Ensino Médio Profissionalizante Ícaro de Sousa Moreira, que fica ao lado do CCBJ.

Seu João conta que, apesar de estar ciente das dificuldades que enfrentaria, viu uma oportunidade de ter sua própria casa. No entanto, viver todas essas dificuldades foi ainda mais desafiador do que ele imaginava. Ele relembra: “Aqui, quando chovia, aí, era água no mêi da canela! Aqui era só os buraco, só os formigueiro”.

Até hoje, uma de suas atividades diárias é “esgotar a água” — como ele chama o hábito de, com uma vassoura, empurrar o esgoto que se acumula entre o lancil e a rua. O saneamento básico precário faz com que, em frente à sua casa, forme uma poça de esgoto que transborda de uma vala, “[…] escorre pelo pé da calçada e vai descendo pelo meio-fio da rua até o canal”. Sem a infraestrutura adequada, as casas contam com um cano subterrâneo que se conecta ao encanamento principal da rua, mas esse cano desemboca na vala aberta, que carrega os resíduos até o canal. Por isso, se João não empurrar a água suja todos os dias, ela fica represada, gerando um mau cheiro “insuportável”.

Quanto à sua relação com o córrego que recebe esse esgoto, e que, por isso, ele chama de “canal”, ele rememora:

> Já era poluído, né, quando eu cheguei. […]
> Inclusive, esse canal aqui não existia essa ponte, que conecta essa margem na outra. Pra num dizer que não tinha uma ponte, era antes uma antigôna, que era só uma carnaúba. Aqueles tronco de carnaúba, pra gente passar por cima, que o pessoal botou. Era, passava se equilibrando em cima do tronco.

O córrego transbordava para uma lagoa atrás do quintal de Seu João, onde os moradores costumavam pescar e tomar banho. No entanto, preocupado com as fortes chuvas que faziam a lagoa invadir sua casa, ele decidiu agir. Aproveitando o entulho de obras públicas realizadas na região, pediu para aterrar a área, evitando que o transbordamento continuasse a causar transtornos. Ele conta:

> Aqui atrás, no meu quintal, era uma lagoa. Negada, pegava peixe beto. Aqueles peixin, peixin pequeno? Era uma lagoa ali atrás. Agora, é só o canal mesmo, porque tudo foi aterrado, né? Hoje em dia, só tem o canal. […]
> É. Tipo, onde é meu quintal, era uma lagoa. Acho que eu gastei umas, umas carradinha de entulho, viu? Quantas carrada eu num gastei, botando terra? […]
> Não, mas é porque foi no tempo que tavam fazendo o calçamento [no CCBJ ou no Ícaro]. Aí, eu aproveitei e pedi pra botar várias caçambada de aterro lá, que o cara botava com o trator. É onde hoje é murado, que é o quartin lá do final?

Quando nosso interlocutor relatou sobre aterrar a lagoa, nossa primeira reação foi de descontentamento, pensando ecologicamente na biodiversidade perdida no habitat dos actantes da várzea do Maranguapinho. No entanto, sem recorrer a julgamentos ou justificações, é preciso considerar a perspectiva da sequência de um morador à beira do

córrego e conjugar o momento da história de João dentro do contexto da história ambiental das margens, marcadas por enchentes frequentes. Dentre as possibilidades e consequências da interafetação entre João e a lagoa, sua adaptação entre condições e escolha serviu para garantir as consequências e possibilidades de habitar o local. Entendemos que, após o aterro, a história ambiental não foi apagada, nem o espaço deixou de ser natureza devido à intervenção humana. A transformação não reduziu o ambiente a um espaço artificial ou transcendente ao natural, tampouco sua história foi eclipsada pela história de João.

João, apesar de ter mandado aterrar a lagoa em sua história, na sua trajetória de vida, preocupa-se com o meio ambiente e enxerga essa ação passada apenas como uma necessidade. Ele próprio tem suas demandas em relação ao problema do lixo acumulado às margens do córrego e à forma como esses espaços são utilizados:

> Em vez de ter um lixão aqui, ter uma árvore plantada, como eu já plantei. Uma árvore com fruta, como tem aqui na beirada do canal. Eu já plantei, provo pra você [apontando]. Que existe um coqueiro.
> Então, existe uma possibilidade da gente ter um meio, meio ambiente melhor.

Queixa-se da sua falta de estudos e sente que teve sorte por ter sido indicado por um familiar, em 1986, para um emprego como porteiro de um condomínio. Esse emprego transformou sua vida e surgiu em um momento em que estava financeiramente quebrado, com Lúcia lavando roupas para outras pessoas em troca de algum dinheiro para comprarem comida. Ele afirma orgulhosamente: “Mas eu trabalho numa profissão que hoje exige um estudo mais elevado. Mas, como eu comecei, assim que eu cheguei aqui, não exigiram tanto. Mas, porque eu sou desenrolado. Sou porteiro de condomínio há mais de trinta anos”.

Em 1987, as coisas haviam acabado de melhorar para João e Lúcia, mas às custas de muito suor de ambos. Ainda era muito cedo, porém foi justamente dessa felicidade que aflorava no casal que nasceu seu primeiro filho, Luiz. Hoje, aos trinta e sete anos, ele concluiu o ensino médio, herdou do pai o respeito pela família, trabalha em um emprego fixo e deu aos pais um netinho de três anos. Junto com sua esposa, todos moram na casa do patriarca.

Aos vinte e nove anos, em 1994, João se viu com estabilidade econômica suficiente para terminar a autoconstrução da sua casa. Sua *expertise* na vida, sem dúvida, passou a ser saber resolver todo e qualquer problema habitacional, utilizando as habilidades adquiridas na autoconstrução de sua própria residência. Isso, inclusive, já lhe rendeu grande estima no trabalho, por resolver problemas no condomínio.

Entretanto, se tivéssemos que escolher apenas uma habilidade como sua verdadeira *expertise*, diríamos que é evitar conflitos. Habilidade, por sua vez, treinada no relacionamento com sua esposa, de personalidade mais forte que a dele, e com a vizinhança, devido às tensões de violência do território. E que também lhe rendeu um bom relacionamento com moradores, síndicos e supervisores no trabalho.

Com a construção de seu lar concluída, João terminou de constituir sua família em 2005, com a chegada de sua filha caçula, Leidiane. Hoje, aos dezoito anos, ela é uma jovem inteligente, que estudou em escolas públicas e conseguiu uma bolsa integral no Programa Universidade para Todos (ProUni) para cursar Psicologia. Seu João a apresenta:

> Tenho uma menina que completou 18 anos agora, que, graças a Deus, ela tá fazendo faculdade. […]
> Minha filha mora aqui também. Inclusive, ela tá estudando ali. Que hoje não teve aula não, porque os professor faltaram, mas ela faz faculdade lá na Unifor (Universidade de Fortaleza).

O orgulho do pai, Leidiane venceu as dificuldades do território, mantendo-se longe de problemas encontrados, como a violência e a gravidez na adolescência. Para João, ela representa as oportunidades que ele próprio não teve ao poder estudar, e suas conquistas são uma felicidade indescritível para ele.

A diferença de dezoito anos entre os irmãos fez com que Luiz não se sentisse, de forma alguma, desvalorizado pelo ingresso da irmã na faculdade. Pelo contrário, ele sente grande orgulho dela, assim como o pai. Essa maturidade fez com que ele cuidasse da irmã mais nova, criando um vínculo de união e companheirismo entre eles.

Lúcia havia parado de trabalhar desde o nascimento do primogênito, dedicando-se exclusivamente a criar os dois filhos. Contudo, assim que Leidiane entrou na adolescência, a mãe começou a buscar uma renda extra para a família, mesmo conciliando com o trabalho doméstico. Sem qualificações formais, conseguiu um emprego de meio período como cuidadora em uma creche, mas sem carteira assinada. Apesar da baixa remuneração, sente que faz algo valioso ao transmitir para outras crianças o mesmo cuidado que ajudou Leidiane a se desenvolver bem nos estudos.

A família batalhou e construiu sua vida na Comunidade São Francisco para criar os filhos, mas Seu João nos conta que somente recentemente passou a sentir a segurança, a paz e a tranquilidade, necessárias para viver. Segundo ele, desde quando se mudou para o lugar, até por volta de 2018, as cenas de tiroteios e o risco de balas perdidas tornaram a

família refém da cidade, obrigando-os a permanecer trancados em casa. Sobre esse período, relata:

> Rapaz, é o seguinte, aqui. Desde o tempo que eu cheguei aqui, deve tá com uns cinco anos só, que calmou. Mas, aqui, meu filho, era um terror!
> Era. Um. Terror! [falou pausadamente e de forma enfática].
> Chuva de bala aqui era no metro. Ninguém podia nem ficar aqui na calçada. Ficava só até aqui, nessa grade. Porque a gente tinha medo. Porque vinha um negócio [ataque] do pessoal rival, né? […]
> Mas agora, graças a Deus, aconteceu um milagre aí, que tá com uns cinco anos aqui, que tá tudo tranquilo. Mas, morreu muita gente por aqui. Eles aí, 'os muito novo', morrendo por briga de facção, guera de traficante. Os cidadão não tem nada a ver. Mas, hoje, eu me sinto num paraíso aqui. Aqui, é um lugar muito mais seguro que milhões de canto por aí, viu? Eu me sinto muito mais seguro aqui, do que em outros canto.

Após a disputa pelo controle de territórios na cidade de Fortaleza, travada por facções organizadas do Sudeste, o grupo que assumiu o comando da São Francisco implementou regras rígidas, proibindo roubos e outros crimes. Além de mediar conflitos de forma coercitiva, evitando a violência mais brutal que antes aparecia diretamente, devido à guerra entre diversos pequenos grupos. Curiosamente, um lugar antes visto como perigoso, ao superar esse período, conseguiu proporcionar uma sensação de paz que muitas pessoas nos condomínios onde Seu João trabalha — cercados por grades, câmeras e portões, e sempre tomados pelo medo de assaltos — jamais vão experimentar. Isso porque, na comunidade, a rua tornou-se uma extensão segura da própria casa (DAMATTA, 2000), onde as crianças correm soltas, sempre sob os olhares atentos da coletividade.

Além da maior sensação de segurança, o trabalho realizado pelo Centro Cultural Bom Jardim, em sua integração com o território, também contribuiu significativamente para o bem-estar dos moradores da São Francisco. Sobre o equipamento, João afirma: "É ótimo, foi uma coisa muito boa o centro cultural. Eu já frequentei muito, que a minha menina fazia balé lá. Mas agora, é dificilmente eu ir, mas é muito bom ali".

Quanto ao bem-estar particular de Seu João, sua vida mudou significativamente em 2012, quando tinha quarenta e sete anos. Após passar por uma série de empregos, graças aos anos de experiência que acumulou, conseguiu uma vaga em um condomínio de luxo, onde trabalhou até o final de 2020, durante a pandemia.

> Inclusive, nesse condomínio que eu trabalhava. Num condomínio só, eu entrei lá, no dia 26 de março de 2012, já vi sair uns trinta a quarenta porteiro e, eu continuei lá. Conhecia até as formiga do prédio [risos].
> Negada, eu tava, às vezes, de noite, aqui, o povo, porteiro que é novato, ligando pra mim, pra tirar a dúvida. De alguma coisa, que num conhece ninguém, né? Era assim.

Como porteiro, Seu João diz que se acostumou a viver como se fosse "menor" que os residentes, como se fosse "pessoa de outro tipo", somente porque seu trabalho inclui servir aqueles que passam pela entrada do prédio. É como se ser o porteiro significasse o mesmo que ser empregado de todos os moradores do condomínio, como se nunca fosse ter dinheiro para ser um deles e viver ali. Então, por mais que fosse, na maioria das vezes, bem tratado com os "bons dias" das fachadas comportamentais que os moradores praticam no cotidiano, Seu João desabafa que, naquele condomínio de luxo específico, sentia uma insensibilidade velada por trás das pessoas — uma postura de quem, por ser mais rico, se considerava "mais gente" do que ele.

Em 2020, quando a pandemia de covid-19 chegou, João teve a certeza dessa insensibilidade. Enquanto muitos ali viviam em seus metros quadrados caríssimos acima do térreo, ele morava em uma casa pequena, com quatro cômodos, um anexo no quintal e um banheiro, dividido entre seis pessoas: ele, a esposa, o filho, a nora, o neto e a filha. Além de sua cadelinha, membro não humano da família. Sobre o aperto, ele comenta: "É porque, eu… É falta de descuido mesmo. Porque, era pra ter feito meno dois compartimentozinho em cima, porque é apertado mermo só em baixo".

Ele relembra que, enquanto trabalhava dia sim, dia não, em uma escala de "doze por trinta e seis", e era constantemente lembrado de cumprir o isolamento social e ser higiênico na portaria, alguns moradores faziam festas em seus apartamentos. Comenta que, chegou a fazer favores indo à farmácia para alguns inquilinos e que foi ele quem ficou recebendo as entregas de *delivery*, assumindo todos os riscos de contaminação. Não por acaso, 66% das vítimas da covid-19 viviam com um salário médio abaixo de três mil, enquanto, entre aqueles com renda superior a dezenove mil, a mortalidade foi de apenas 1%[94].

Muita gente, como Seu João, teve seus riscos de contaminação tolerados pela sociedade sob a justificativa da chamada "linha de frente". A naturalização dos empregos essenciais, ocupados por aqueles na base da pirâmide social, acabou por legitimar as desigualdades. Muitos, como nosso interlocutor, tornaram-se alvos em todas as intermináveis ondas de mortes e, quando adoeceram com sintomas leves, continuaram trabalhando, protegendo-se apenas com máscaras faciais e álcool em gel, quando esses itens eram disponibilizados pelo condomínio.

94 Conforme matéria disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/06/16/estudo-mostra-que-66percent-de-mortos-por-covid-19-na-grande-sp-ganhavam-menos-de-3-salarios-minimos.ghtml. Acesso em: 31. Dez. 2024.

Talvez tenha sido assim que, na primeira onda da covid-19, Seu João contraiu a doença, ficando muito mal, com febre, dor de cabeça, falta de ar e dores pelo corpo. Provavelmente, sem querer, acabou contaminando a esposa e o filho em casa, mas, felizmente, ninguém da família faleceu, e somente ele apresentou sintomas mais severos. Ele relata:

> Eu peguei um problema aqui. Eu… Eu fui um dos primeiros que peguei aqui dentro da Comunidade. Acho que foi o primeiro ("foi o primeiro" — Dona Cláudia confirma por trás).
> Rapaz, foi uma febre, uma dor de cabeça, falta de ar, dor em todo o corpo mermo. Aí, eu fui no médico, o médico me deu sete dias de atestado. Aí disse, que eu num era pra sair, nem de dentro de casa, nesses sete dia.
> Mas com sete dia eu continuava quase do mesmo jeito, com falta de ar… Pra voltar pro trabalho, como é que faz, né? Mas voltei. A febre, eu tomava mil miligramas de dipirona. Que a pessoa passou só dipirona, loratadina… Né? Dez compromidozinho. E, azitromicina[95], pra eu tomar por cinco dias, cinco comprimido. Eu tomava dois comprimido de dipirona, de quinhentos, de seis em seis hora, e, a febre não baixava, nem meio grau. Era, trinta e nove direto! Direto, direto.
> Aí, eu peguei, entrei em contato com a empresa, pelo site mermo. Aí, eles num quiseram me dar mais sete dia. Só que teve um dia aí que eu num me levantei, não consegui, aí faltei lá. Resumindo, com quatorze dia eu tava bom, mas eu acho que eu perdi uns dez quilos.

João conta que, para conseguir um emprego nesse condomínio de luxo, era necessário ser direcionado por uma empresa responsável pela gestão de pessoal e zeladoria. No entanto, mesmo após tudo o que fez pelo condomínio, essa empresa o demitiu dois meses depois de seu retorno ao trabalho, junto a outros colegas mais velhos e com comorbidades. A justificativa foi que haveria um corte de despesas, em um momento em que a pandemia avançava para 2021, ainda sem um fim no horizonte. Assim como Seu João, mais de três milhões de pessoas foram demitidas no primeiro ano da pandemia no Brasil, o equivalente a uma média de trezentas e setenta e sete demissões por hora[96]. Além disso, assim como ele, o número de pessoas que entraram com pedidos do seguro-desemprego também cresceu significativamente.

Seu João reclamou de ter ficado desempregado em casa, pois sua identidade está profundamente ligada à moral do trabalho, assim como acontece com Seu Luciano, da mesma geração. No entanto, diferentemente de Luciano, João atribui grande valor à carteira assinada, devido à sua trajetória pessoal. Para ele, a carteira de trabalho ainda representa o que

95 Azitromicina é um antibiótico, portanto, não age contra vírus, apenas bactérias, não tendo efeito no combate ao novo coronavírus. Porém, a indicação do seu uso foi muito receitada pelos médicos durante a pandemia de covid-19, para supostamente combater a possibilidade de infecções quando o sistema respiratório está fragilizado.

96 De acordo com matéria disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/24/em-um-ano-de-pandemia-377-brasileiros-perderam-o-emprego-por-hora.ghtml. Acesso em: 01. Jan. 2025.

simbolizava no passado: um símbolo distintivo da identidade de um cidadão que ganha a vida honestamente, em empresas confiáveis e, que tem a capacidade de permanecer longamente em um mesmo emprego[97]. Ele afirma: "Não é tão bom não, mas a gente já tá acostumado. Eu gosto é de trabalhar mermo. Chega cinco hora da manhã, eu tô de pé, saindo pra trabalhar. É disso que eu gosto, na minha rotina".

Quando ficou doente com a covid-19, João relata ter sentido uma congestão nasal bem diferente daquela causada pela gripe. Com menos mucosa e mais ressecamento, descreve uma sensação de queimação que ia do início da caixa torácica até as narinas, acompanhada de uma leve pressão na cabeça. Além disso, teve uma tosse presa na garganta que, quando finalmente saía, produzia um som semelhante ao de uma chaleira.

Na sua sequência de vida, João convive com a pressão alta e precisa tomar remédios diariamente. Diferente de outros com comorbidades, ele se cuida para manter a pressão controlada. Ainda assim, contrair essa nova doença representou um risco para ele, que ele próprio reconhece ao definir a experiência como algo que quase lhe custou a vida:

> Eu quais morro. Tive covid e infecção. Pensei que podia ter morrido. […]
> Rapaz, eu tive medo, eu num fiquei com esses nervosismo todo não, mas nem dormia. Negócio era esse, tava calmo, mas não conseguia dormir. Passava a noite toda, cutucando o celular, pra vê se dava sono. […]
> Eu sei, que eu pensei que ia viajar [falecer], viu? Porque foi a doença maior que eu senti na minha vida. Eu nunca peguei uma doença daquela. Eu nunca nem fumei na vida e deu falta de ar. Vai entender.
> Eu me levantava no mêi da noite, pensando que eu ia morrer sem fôlego. Eu tomava chá, bebia xarope, comia gengibre, passava Vick[98], enfiava no nariz… […]

Pensando nas pessoas que conhecia e que faleceram durante a pandemia de covid-19, João sente, ainda mais, que esteve tão próximo da morte quanto qualquer um deles.

> Se eu conheço? Conhecia um monte que morreram. Morreu foi muito, né?
> Bem aqui, Seu Luciano. Morreu Seu Luciano, morreu uma mulher aqui, que quando eu cheguei aqui, conheci ela: a Iana, ali na frente. Morreu outro conhecido meu, lá no interior. Nascemo e se criamo tudo junto.
> Morreu foi uma amiga da Leidiane, também. Mulherzona nova, bonita, só vivia aqui com ela. Ela engravidou e morreu grávida, muito nova. Tinha só vinte e quatro anos. Acho que isso que mexeu muito com minha mulher.

Ele narra as dificuldades que enfrentou para conseguir atendimento médico no sistema público de saúde ao buscar ajuda em uma UPA próxima de sua casa:

> No dia que eu fui no hospital, eu tinha plano de saúde, mas eu num fui. O plano da empresa atendia só longe de casa e eu num ia se arriscar. Fui foi pra ali, pra aquela

97 Sobre essa representação da carteira do trabalho, ver o texto de Noronha (2003).
98 Pomada que ajuda a aliviar sintomas de gripes e resfriados.

> UPA do Bom Jardim. Eu olhei, assim, pro painel, já tinha passado mil pessoa já por lá, tudo morrendo. Gente morrendo, assim, do meu lado. Morrendo, desmaiando. Desmaiando de tanto tossir, faltando os fôlego.

De acordo com nosso interlocutor, seu maior medo, mais do que morrer, foi contaminar gravemente seus entes queridos:

> Tive medo de contaminar. Tive que se isolar, né? De lá pra cá.
> Já a Lúcia ficou com medo demais. Dizia: 'João, passa pra ali, João!', 'Sai daqui, João, vai passar doença!', 'Tu quer me matar, João?!', 'Tu quer matar todo mundo'. A Lúcia, minha mulher, ficou apavorada. Todo mundo pegou aquela doença. Doença véa, que a boca amarga, você num sente gosto de nada. Num sente cheiro.

Sem ter precisado ser entubado ou ficar internado, mesmo sentindo alguma falta de ar, João foi liberado para cumprir a quarentena em casa, a fim de evitar aglomerações nos hospitais, que entravam em colapso devido à grande demanda por atendimento. Durante as duas semanas em que esteve doente, João dormiu em uma rede na garagem e se alimentou com a comida deixada na porta da sala, afinal, ninguém sairia de casa pelo portão. Ele só entrava na casa para usar o banheiro, e, como havia apenas um disponível, ficava evidente como o isolamento era limitado em uma casa tão pequena e mal arejada.

> A Lúcia me deixou aqui [risos]. É, porque não podia se misturar, né? Fechou a porta, ali. Fiquei aqui, num fiquei lá pra dentro não, pra num contaminar todo mundo.
> Mas, a Lúcia pegou não, viu? [ou ficou assintomática]. Pegou não. A minha menina pegou que hoje ela não sente mais cheiro de nada. Eu, depois de um ano, voltei a sentir, mas minha menina, tá desde a pandemia. Em 2020, num foi? Pois é.

Nesse esforço, em que o restante da família tentou viver apartado no quarto e na cozinha, Seu João correspondeu, tentando usar máscara dentro de casa, como medida protetiva em prol da família. Ele afirma: "Era direto, direto. Usei o tempo todo. Hoje em dia, ainda uso máscara pra sair". Mas é preciso dar os créditos à Lúcia, pois foi ela que se arriscou, tendo contato com ele e saindo pela garagem para fazer as compras essenciais da família.

Em 2021, veio uma nova onda de mortes e um novo isolamento social rígido. Desempregado, Seu João não queria, mas acabou se conformando em ficar isolado em casa. Para ocupar o tempo livre durante a pandemia, dedicou-se a consertos e reparos em sua habitação. No entanto, "agradeceu a Deus" quando o seguro-desemprego acabou e ele conseguiu um trabalho em outro condomínio, dessa vez de classe popular.

> Quando eu fiquei desempregado, eu fiquei pouco tempo, né? Pouco tempo eu voltei a trabalhar de novo. Enquanto eu recebia o seguro [cinco meses], até, já quase terminando o seguro, já arranjei outro. […]
> Eu trabalho, dia sim, dia não, como falei, né? Aí, quando, no dia que eu num vou pro trabalho, no outro dia, não falta o que eu fazer. Sempre tem uma coisinha. […]

> Agora, no momento, graças a Deus, eu tô trabalhando num prédio da Prevcom, ali no Tabapuá. Bem próximo ao Antônio Bezerra, ali. Perto da terceira via?

Ele teve medo de que, devido à sua idade, não fosse mais ser reintegrado no mercado de trabalho. Por isso, sentiu-se feliz por poder voltar rapidamente e continuar exercendo o ofício que ama. João considera que teve sorte, pois, logo em seguida, como reflexo dos dois primeiros anos da pandemia, em 2022, houve um novo aumento generalizado de preços. Gasolina, gás de cozinha e alimentos tornaram-se mais caros, e essa inflação pesou ainda mais na renda dos mais pobres[99].

Segundo nosso entrevistado, sua alimentação e da família não é suficiente. Com bom humor, ele faz uma brincadeira com sua situação:

> Não considero não [a alimentação suficiente]. Porque, assim, né, nem por causa de condições não. Porque a gente compra o mais barato, estrela só um ovo e pronto, quando não tem carne. Mas, é porque eu não gosto muito de verdura, não, eu [risada em conjunto].
> Já pensou, cara? Que verdura é a coisa mais saudável que tem, né? E eu num comia.

João vive sem conseguir guardar dinheiro para emergências, porque, segundo ele, há muitas emergências a cada hora. Quando e se sobra dinheiro, logo surge alguma despesa: "[…] um gás que acaba, bem na hora do arroz. É o cachorro que pega carrapato, aí lá vai remédio caro. Nam, aí lá vai o dinheiro. Não dá pra guardar pro futuro, se o presente obriga a gente a gastar, né?".

Sobre as doenças que comumente afetam, de forma endêmica, a malha socioambiental da várzea do Maranguapinho, João diz: "Aqui e acolá eu pego gripe, mas é só de dois dias. Ruim da covid é isso, é muitos dias".

Ele acrescenta: "Tomo vacina da gripe todos os anos, normal". Vacinado com quatro doses contra a covid-19, em 2022, foi reinfectado devido à grande disseminação da variante Ômicron, mas apresentou apenas sintomas leves, tendo continuado a ir trabalhar mesmo "adoentado". Ele conta:

> Depois da primeira vez, eu peguei uma parecida com ela, de ficar assim, mêi sem fôlego. Eu num duvido que foi covid de novo não.
> Mas só que já foi mais fraquinha. Precisou de atestado, nem nada não. Só passei a ir de máscara pra lá.

Para Seu João:

---

99 Sobre o assunto, ver opinião do Centro de Estudos Avançados de Economia Aplicada, disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/desigualdade-inflacionada-os-efeitos-da-inflacao-sobre-as-diferentes-classes-de-renda.aspx. Acesso em: 02. Jan. 2025.

> […] a covid foi controlada porque já pegou em todo mundo, não foi por causa de vacina não. Do meu ponto de vista, a vacina não serviram de nada. Eu não acredito, mas tomei as doses tudinha, todas que veio. […] Pra mim não acabou não, porque as doença tá tudo solta aí no mêi do mundo, homi. As virose tá do mesmo jeito, homi. As gripe medonha tá pegando.

Nutrindo um medo das doenças no mundo afora, João adota um modo de vida profundamente caseiro, compartilhado por sua esposa e filhos. Trata-se de uma estética de vida marcada por um rigoroso ascetismo em relação ao consumo de produtos e serviços, sempre pronta para economizar.

Seu modo de vida bastante econômico, às vezes, entra em conflito com Lúcia, que, segundo ele, "é mais gastadeira". Contudo, como casal, sempre trabalham juntos, e foi economizando e mantendo esse estilo de vida que conseguiram sustentar os filhos e permitir que concluíssem os estudos, incluindo o ingresso da filha mais nova na faculdade e o bom emprego do filho.

Ao renunciarem a uma vida social, conseguiram focar e prosperar enquanto família. Para João, fica bem claro que, se não fosse assim, ele não teria conseguido construir, aos poucos, a casa da família, nem proporcionado tudo o que os filhos precisavam para se tornarem quem são hoje. Por isso, sente-se "vitorioso" por tê-los "criado".

Sua vida voltada para a casa e o trabalho fez com que, por muito tempo, ele não tivesse lazer nem praticasse nenhuma atividade física voltada para sua saúde. Porém, após a pandemia, João começou a fazer musculação e a tentar melhorar sua alimentação. Tudo o que ocorreu durante a crise múltipla epidêmica transformou suas concepções sobre vida e morte, conforme ele relata:

> Tava com um tempo que eu num tinha um lazer. Dificilmente eu tiro, pra… É, que lazer que eu tiro, é ir pro interior, né? Ia muito, né? Agora, até parei. Nem fui mais. Porque, minha mãe morreu, que eu mais ia por isso… Quer dizer, tem a família todinha. Tem que eu ir lá [por eles também], mas, quase lazer, num tô tendo não. […]
> Aqui, são duas bicicleta, é uma da minha esposa e outra minha. […] O carro aqui é do meu menino. […]
> Sou outra pessoa depois que comecei a fazer academia. Achava que só trabalhando já fazia esporte. Mas não, você tem que pensar que idade não é nada. Antes, trinta anos era muito, hoje tem homens e mulheres com cinquenta, sessenta anos que estão muito bem ainda.
> Todas as fases da vida têm seus desafios, mas você não tem que pensar quanto de vida tem. Ah 'já tôu com tal idade', idade não é nada. Idade é responsabilidades, sim, mas você tem que pensar no que tem de fazer. Se tem condições físicas e mentais, vamo embora. Vai lá e faz, né?
> Eu espero viver muito, não quero morrer cedo, mas não tenho medo de morrer. Quantos amigos já morreram? Meu irmão morreu só com quarenta e cinco, e eu vivendo tanto. Mas isso tá nas mãos de Deus, mas depende de mim também, da

> minha saúde. Tenho maior prazer de tá vivo, mas não sei quanto vai durar, então, tem que buscar viver melhor. […]
> A morte você apaga, né? É como ir dormir, então, o que tenho medo é de sofrer, antes da morte. Sentir que seu corpo tá decaindo. Mas, o que tá acontecendo ali, não faz diferença pra você, você não vai ver mais…

Conforme seu pensamento, não importa quantos anos você vive, mas sim o que você viveu nesses anos que teve. De certa forma, ele é muito emotivo ao lidar com a morte, carregando um medo constante de sofrer nesse momento final. Talvez por isso, sua preocupação com a saúde, sua convivência com comorbidades, o fato de nunca ter usado drogas, sua tentativa de aprender a comer verduras e, mais recentemente, a decisão de ir para a academia.

Ele não gosta de pensar na morte, mas espera alcançar a idade em que sua mãe faleceu. Em sua visão, imagina que, em seu enterro, as pessoas só terão coisas boas a dizer. Ele diz:

> Eu acho que quando eu morrer, vai ter muita gente que vai dizer que… Que… Que eu não era tão ruim. Porque, graças a Deus, eu moro aqui faz tempo! E pode sair perguntando se eu tenho alguma inimizade com alguém. Nunca tive inimizade com vizin! Graças a Deus!

Por conseguinte, uma boa sequência de vida para Seu João, se resumíssemos sua resposta de forma compacta, conteria necessariamente: trabalho, família e saúde. Em suas próprias palavras: “Uma boa trajetória de vida, eu acredito que seja você ser feliz no trabalho, ser feliz com a família e tá todo mundo com saúde. […] O que não pode faltar é saúde, paz, sossego, pra mim e pra minha família”.

Ele diz que as pessoas poderiam se esforçar mais para não fazer o mal aos outros e, a partir de sua experiência como porteiro, tira uma sabedoria de vida:

> Não sei se é possível viver sem fazer mal a ninguém, mas, eu pelo menos, faço o esforço pra num fazer mal a ninguém, né? Num maltratar. Porque, eu vejo as pessoas que maltrata os outros, maltratando os porteiros, eu acho aquilo uma injustiça.
> No prédio mesmo, que eu trabalho, o síndico é um cara cruel. Tanto ele, é ruim assim pra gente, como é ruim pros morador. Porque ele tem um do lado. Tem uns, que ele sussega, e tem outros, que ele fica puxando picuinha. Aí, por isso, que eu evito ser ruim, fazer maldade, por isso. Porque ele fez com tantos. Tantos moradores já foram embora por causa dele. E, agora, de tanto ele fazer ruindade, ele se embarreirou.
> Porque ele começou a fazer, começou a insultar um tenente lá, morador. Aí, o tenente foi e botou ele pra correr do prédio. Insultou tanto, insultou tanto. Botou tanta gente pra sair do prédio, que o pessoal achava que ele era valentão. Aí, abandonavam o apartamento e iam simbora. E, taí, agora, ele que foi posto pra fora. Pessoal, saia, porque não queria confusão, sabe? Mas, aí, ele começou a besteira

> com o tenente lá. Todo dia, mandava notificação. Aí, o tenente foi um dia lá na chefia.

Aqui encontramos uma lição de moral que Seu João transmite: não fazer aos outros o que não gostaria que fizessem com você. Esse princípio define a forma como ele trata as pessoas, já que, como porteiro, sabe bem como é ser tratado com indiferença ou grosseria.

Esse é o significado do "proceder" pra ele, que é ligeiramente distinto daquele de Wilma e dos mais jovens no próximo capítulo. Seu proceder, como maneira de vida, se origina de uma combinação com sua personalidade dócil e carinhosa. Por isso, a parte que ele menos gosta em sua rotina é "quando tem atrito, confusão", referindo-se às brigas familiares, seja entre ele e a esposa, seja entre o filho e a mãe.

João não se arrepende de nenhum momento específico da vida. Ele diz: "Não, porque, graças a Deus, eu nunca fiz nada grave assim, pra se arrepender". No entanto, classifica sua qualidade de vida atual como ruim, sem ver em si um culpado. Argumenta: "É ruim, porque a carestia tá muito grande! A vida tem melhorado não. Não tem nada melhorado. Passou de governo e continua do mesmo jeito". Ao romantizar seu passado no campo, devido às visitas que fazia regularmente a Pentecostes para passear, a vida urbana lhe parece constantemente pior.

Para ele, que é católico, a força para cumprir a rotina "é Deus quem dá". Ele afirma: "Tem que agradecer a Deus. Agradecer por tudo, pelo dia que ganhou. E acordar cinco hora da manhã, porque depois de cinco hora, eu num durmo mais, não".

Confessando-se pessimista, algo que assume envergonhadamente, João diz que não se sente realizado financeiramente, mas considera-se vitorioso em outros aspectos. Explica: "Eu num me sinto realizado não, mas na frente de muitos, né? A gente tem que olhar pra realidade dos pior. Olhando pra gente que tá ruim, nós se sente no paraíso".

Quanto aos seus sonhos, não espera nada particular para si no futuro, mas deseja ver os sonhos da filha se realizando: "Rapaz, meu sonho hoje é durar, pelo menos, uns vinte anos mais. Pra ver a minha filha bem de vida, alcançar os objetivos dela. Que ela tá estudando, fazendo faculdade pra Psicologia. E ver todo mundo crescendo e prosperando".

Assim, se a sociologia pode mostrar que o cotidiano não é apenas aquilo que temos por referência, mas todo o ambiente ao nosso redor, as histórias de vida, como a de Seu João, evidenciam como os caminhos dos actantes se cruzam no dia a dia com a história ecológica da São Francisco. Isso reforça os argumentos de que não estamos separados da natureza e de que vivemos não apenas "apesar" do ambiente, mas sim, "com" o ambiente,

participando da própria sequência de vida dele em um processo autorreferente de adaptação às interações internas e externas da construção de nossa trajetória de vida.

## 4.2 Dona Cláudia: o Centro Cultural do Bom Jardim e a Igreja

Cláudia é uma senhora de cinquenta e seis anos. Ela é mãe do melhor amigo do pesquisador e esposa de seu tio. Uma pessoa muito especial, que viu o pesquisador crescer junto ao seu filho e que, em determinado momento, tornou-se também sua amiga. Sem barreiras impostas pela diferença de idade, graças à sua mente aberta e ao seu bom humor, adoramos filosofar e conversar sobre tudo, enquanto nos deliciamos com alguma sobremesa.

De estatura mediana, magra, pele branca, cabelos lisos tingidos de loiro e usando um óculos grande de armação rosa, com detalhes de gato, conforme mostrado na figura 37 mais abaixo, Tia Cláudia está sempre alegre, sorrindo e brincando, com seu jeito apressado de fazer as coisas.

Figura 37 – Dona Cláudia em uma oficina de sabão caseiro no CCBJ



Fonte: Dona Cláudia.

Essa armação de óculos, inclusive, fomos juntos comprar no Centro, seguindo o costume bem conhecido dos fortalezenses de ir acompanhado, resolvendo seus próprios assuntos e acompanhando alguém nos compromissos dessa pessoa.

Ao caminharmos juntos pela comunidade, todos a cumprimentam — quando ela mesma já não se adianta — diferenciando seus dizeres evangélicos de “Paz do Senhor, irmão(ã)”, dos tradicionais “bom dia” e “boa tarde”. Ela é do tipo que conhece a todos e suas histórias, com um forte senso de justiça social. Não mede esforços para ajudar os outros, e sua alegria, esse jeito cearense de encarar tudo fazendo comédia, traz esperança e leveza ao cotidiano.

Ela nasceu em 1967, em Pecém, mas foi criada em Fortaleza. Sua mãe era nativa de Pecém, e seu pai, da capital. Ela não sabe exatamente como eles se conheceram, se em Fortaleza ou no Pecém, mas sabe que seu pai era policial e sua mãe, empregada doméstica.

O avô de Cláudia, pai de sua mãe, era funcionário público e ocupava um cargo alto na "Refesa", como se lia o acrônimo RFFSA, referente à Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. Essa empresa pública de transporte ferroviário, hoje extinta, pagava um salário muito bom na época. Então, com o apoio financeiro do avô materno e o dinheiro que o pai de Cláudia ganhava, tanto de forma lícita quanto ilícita na profissão de policial, seus pais conseguiram construir uma casa no bairro Conjunto Ceará, no meio da várzea do Maranguapinho. Para onde se mudaram em 1977.

Seus pais tiveram cinco filhos, quatro mulheres e um homem: Cláudia, Márcia, Sílvia, Reginaldo e Cássia, nessa ordem de nascimento. Sendo a filha mais velha, Cláudia sempre cuidou das irmãs. Reginaldo, o único homem, nasceu com uma doença crônica degenerativa que compromete progressivamente sua visão. Sua dificuldade para enxergar é tão severa que, ao nos comunicarmos com ele, é preciso sempre dizer quem está falando, caso ele não reconheça a voz. Sempre tratado de forma especial — carinhosa, mas infantilizada — desde criança, recebe um benefício por incapacidade permanente.

Como assevera Dona Cláudia, sua infância foi boa, apesar da rivalidade que se iniciava com a irmã Márcia, primeiramente, pelo favoritismo da mãe, depois por uma série de outras coisas. Apesar das brigas com a segunda na ordem de idade, ela guarda lembranças felizes, repletas de brincadeiras:

> Minha infância foi muito boa, muito boa. Brincava muito. Briguei demais, apanhei demais. Era pisa, eu mais minha irmã. […]
> A maior parte da minha infância, foi toda ali, perto do UV3[100] [Unidade de Vizinhança Três]. […] Cheguei no Conjunto Ceará tinha dez anos. Lembro que nós limpava os terrenos baldio, pra fazer campo de vôlei. Era eu, a Pitó, Moacir, Alice, Raimundinho, Aluízio, ficava brincando de vôlei. Era assim.

Já no início da década de 1980, ao relembrar sua adolescência, bem semelhante à que seu filho teve, junto com o pesquisador, Tia Cláudia destaca algumas diferenças:

> […] íamos pro polo de lazer, lá na Avenida Central. Pra pista velha de skate, do lado do Makulelê, era bom. Socializar, né? Tinha show de rock, que nem vocês chegaram a ir também. Tu lembra daquele dia? Foi o primeiro porre do Wanderson, o trabalho que deu. Precisou teu ti Crisanto ir buscar ele. […]

100 Forma alfanumérica em que é dividido o bairro do Conjunto Ceará. Para saber mais, consultar Barbosa (2017).

> Minha adolescência era ali na central. Porque não tinha esses perigo que tem hoje, né? A gente ia a pé, subindo ali pelo Terminal [de ônibus]. Aí, os meninos ficava bebendo cachaça na grama, que tinha. […] Voltava pra casa de madrugada, não tinha esses perigo que tem hoje, não. […]
> Na minha época tinha: a festa do beijo, a festa do branco, lá no Evandro[101]. Caro que só o ingresso, eu nunca entrei, ficava lá fora.

Profundamente naturalizado, o detalhe do uso do álcool pode não ter chamado a atenção dos leitores, mas essa concordância entre gerações mostra como a cultura e o glamour em torno dessa droga, especialmente nas propagandas — ainda permitidas no Brasil —, tornam-na extremamente danosa aos corpos e à sociedade. Nas periferias, onde há um bar em cada esquina, o contato precoce, combinado à tolerância social, transforma esse fator em um problema real e generalizado nas trajetórias de vida populares.

Acontece que seu pai era um policial, conhecido por sua fama de homem mau. Um homem grande, bruto, que bebia e fumava muito, era viciado em jogos e apostas, e saía com outras mulheres. A mãe de Cláudia, depois de sete anos, não aguentou mais. Em 1983, separou-se do marido, reivindicando a casa para morar com os filhos, além das pensões alimentícias.

Nesse mesmo período, Cláudia, aos dezesseis anos, muda-se para o bairro Luciano Cavalcante, para cuidar do seu avô que estava enfermo. Foi morar na casa de uma tia, onde o patriarca havia vindo do Pecém para receber cuidados médicos. Ali, sem saber, iniciou o trabalho que ocuparia a maior parte da sua vida: ser cuidadora de idosos. Ela afirma: “Saí do Conjunto Ceará, tinha dezesseis anos, fui ficar com meu avô, lá no Luciano Cavalcante. Aí, lá fiquei, porque meu avô tava doente e eu fui cuidar dele. A minha tia trabalhava, aí não tinha quem ficasse com ele, sabe?”.

Ela havia estudado na rede pública de ensino, primeiramente na Escola Edílson Brasil Soares, também conhecida como “UV3”, por ser a escola dessa unidade de vizinhança. Após ter se mudado para a casa da tia, completou o ensino médio no Colégio Clóvis Beviláqua, na Avenida Dom Manuel.

Contudo, com esse período turbulento de separação dos pais e a necessidade de cuidar do avô, Cláudia narra como perdeu a oportunidade de fazer faculdade por apenas um detalhe:

> Fiz até o segundo grau, fiz vestibular, passei e não sabia. Não sabia que passei. Vim saber com muito tempo depois, acredita?
> Era assim, a nota podia escolher, mas aí, eu não tentei. Como eu tirei uma nota boa, eu podia ter entrado. Mas eu não sabia que podia. Perdi a oportunidade, né?

101 Ela se refere a uma escola particular, que alugava a quadra para festas.

Cláudia vê esse episódio com lástima, mas não culpa ninguém por ele. Nenhum membro da família havia feito faculdade, e ninguém sabia como funcionavam os vestibulares naquela época. Naquele momento da inscrição, não houve nenhum professor que verificasse sua nota e a incentivasse, nem ela própria teve meios, muito atarefada com os cuidados ao avô. Por isso, ela aceita esse resultado, afirmando que "Deus é que sabe", mas não consegue evitar imaginar como sua trajetória poderia ter sido diferente.

Fascina-nos a consciência da força de um detalhe, de um simples "toque" naquele momento, capaz de ter mudado completamente a vida de nossa interlocutora. Se tivesse passado no vestibular, poderia ter estudado e, ao mesmo tempo, cuidado do avô, assim como fez posteriormente ao trabalhar e cuidar do pai.

De toda forma, com a experiência adquirida ao cuidar do avô e depois do que aconteceu no vestibular, em 1986, Cláudia decidiu fazer um curso técnico de enfermagem. Naquele momento, já não via como possibilidade passar quatro anos em uma faculdade, pois precisava de um emprego rapidamente. Segundo ela, com dezenove anos, a cobrança para contribuir na renda familiar era muito maior do que hoje.

Enquanto estudava, aos vinte e quatro anos, conseguiu seu primeiro emprego no Círculo Praia Hotel. Ela explica: "Era um hotel na Rua Visconde de Mauá. Eu era recepcionista. Fiquei lá cinco anos, só que num foi direto, não. Saí antes, fui trabalhar noutro canto, aí depois me chamaram de volta."

Segundo seu relato, passou muito tempo nessa rotina de estudo e trabalho. Tanto que, mesmo após a morte do avô, permaneceu morando no bairro Luciano Cavalcante. Foi lá que conheceu Wendell, com quem se casou e, em 1996, teve seu único filho, aos vinte e nove anos. Ela relembra: "Aí, eu fui ficando, ficando, ficando… Acabou que fiquei lá. Casei lá, tive filho lá".

Wendell, conhecido como "Soares", conseguiu emprego por meio da indicação do avô de Cláudia e, após receber treinamento da própria empresa, progrediu na carreira de maquinista de trem. Inclusive, por tabela, seu filho Wanderson hoje é manobrista na mesma empresa privada que substituiu a RFFSA, a Transnordestina Logística S.A.

Buscando estabilidade financeira, o casal construiu uma casa no mesmo bairro e criou o filho até os cinco anos. Contudo, assim como o avô e o pai de Cláudia, Wendell também era cachaceiro e mulherengo, traindo a esposa em suas viagens de trem interior adentro, nas quais passava dias e mais dias longe de casa. Assim, após descobrir que Wendell

tinha outra família, Cláudia se divorciou e voltou para a casa da mãe, no Conjunto Ceará, em 2001.

Aos trinta e quatro anos, Dona Cláudia já era muito dependente de nicotina. Havia começado a fumar no início da juventude, e o retorno à casa da mãe somente piorou essa situação. A mãe e todas as irmãs fumavam muito. Lembramos como a casa vivia repleta de bitucas de cigarro pelo chão e potes de achocolatado vazios espalhados pelos cantos, servindo como cinzeiros. Naquela época, a imagem era de muita fumaça no ar e do cheiro forte impregnado nos móveis e nas roupas. Seu irmão Reginaldo e os netos da mãe de Cláudia, com certeza, foram fumantes passivos, crescendo naquele ambiente.

Em 2005, seu ímpeto de cuidado foi novamente chamado à prova. A vida estressante e boêmia de seu pai lhe causara uma série de problemas de saúde, que resultaram em sua internação após um AVC. Mais uma vez, Cláudia foi quem acompanhou e cuidou do pai no Hospital São Mateus até que viesse a falecer, após complicações de uma infecção hospitalar que acabou contraindo. Ela conta:

> Aí, meu pai ficou doente, teve um AVC. Aí, num tinha ninguém que ficasse com ele no hospital. Então, eu que fiquei indo pro trabalho e ficando com ele. Só ficava eu e minha irmã, a Sílvia. Aí, ficou eu e minha irmã, eu e minha irmã. […]
> As pessoas da Igreja [Mórmons] ajudaram muito, também. Passou três meses nessa bagunça, internado lá nesse [Hospital] São Mateus, lá na [Avenida] Santos Dumont. E a gente perdeu ele pra um AVC, né? Foi uma infecção hospitalar que ele pegou.

Nesse período difícil, acompanhando o pai no hospital, Cláudia registra uma reaproximação com Deus. Sempre foi muito religiosa, mas até então não costumava ir à missa ou rezar todos os dias, como sua mãe, Dona Francisca, de origem católica. No entanto, pouco depois de voltar a morar com a matriarca, duas de suas irmãs, Márcia e Sílvia, haviam se convertido à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida informalmente como "Igreja dos Mórmons". Ambas se casaram dentro dessa religião e, a convite delas, Cláudia e seu filho passaram a frequentar os cultos, receber visitas dos missionários estrangeiros da igreja e ser integrados à comunidade religiosa por meio de passeios para a praia e outras atividades. Cláudia lembra como essa igreja foi fundamental no apoio emocional e espiritual das irmãs durante o período em que o pai estava internado e, posteriormente, quando ele faleceu.

No entanto, fazer parte da mesma igreja não adiantou muito quando o pai deixou uma herança substancial, o que logo gerou uma disputa familiar. A casa, que já estava em nome da mãe de Cláudia, permaneceu assim. Porém, Márcia, por sua vez, repartiu um

pequeno pedaço do terreno e construiu um andar acima para morar com seu filho único, Jhonathan, e com seu novo marido, que era pedreiro, o que facilitou a construção. Ele tinha quase a mesma idade do filho de Cláudia e do pesquisador, tendo crescido junto com eles.

Sílvia, a única que teve sucesso em seu primeiro casamento, já havia saído da casa da mãe. Professora, iniciou com o marido a construção de sua residência em um terreno próprio e, em seguida, teve um filho, que nasceu com uma leve deficiência intelectual. Já a caçula, Cássia, apelidada carinhosamente de "Cassinha", começou a assumir sua sexualidade lésbica e adotou uma aparência mais masculina. De personalidade aventureira, ao encontrar uma companheira, decidiu morar com ela e sair de casa para evitar conflitos com a mãe.

Quanto à Dona Cláudia, por ter se dedicado integralmente aos cuidados do pai no hospital, acabou perdendo o emprego de recepcionista no hotel. Para piorar, a casa que possuía com o ex-marido, no bairro Luciano Cavalcante, havia sido colocada para aluguel, mas os inquilinos lhe causaram tantas dores de cabeça que ela optou por vender o imóvel, buscando, também, uma fonte de renda naquele momento em que estava desempregada. Ela conta:

> Aí, nesses negócio desses três meses no hospital, eu acabei perdendo o emprego. Nessa época, eu já tinha separado. Aí, fiquei financeiramente sem condições de sustentar meu filho. Fechei minha casa e fiquei na minha mãe. Depois, eu aluguei lá. Só que a pessoa que ficou na minha casa ficava fazendo festa, os vizinhos ligavam reclamando, aí, eu tive que vender a casa. Porque, eu também num tinha condição de voltar pra lá. Você ficar dentro de uma casa, sem tá trabalhando, porque eu num tava trabalhando ainda, né? O Wanderson muito pequeno. Aí, tive que vender a casa. Aí, vendi a casa e fiquei no Conjunto Ceará.

Após separar do marido e ficar desempregada, a vida tornou-se muito difícil, e a pensão alimentícia, por vezes, não era paga pelo ex-marido. Cláudia teve que se virar, mas, com a venda da casa no outro bairro, ganhou tempo para concluir seu curso técnico, pelo qual lutou para continuar estudando. Esse investimento foi resgatado em boa hora, pois, com o diploma em mãos, não demorou para conseguir outro emprego, agora como técnica de enfermagem no Hospital Batista, no bairro Aldeota, onde trabalhou por três anos.

Em 2008, conheceu meu tio Crisanto. Moravam perto um do outro, separados por apenas uma rua. Começaram a sair juntos e logo iniciaram um namoro, construindo um relacionamento que já dura dezessete anos.

No ano seguinte, Cláudia, que havia saído do emprego no Hospital Batista, conseguiu ser contratada por outro hospital na área nobre de Fortaleza, o Hospital São Mateus, no bairro Cocó, onde também trabalhou por três anos. Como não havia empregos

disponíveis no bairro em que morava, sua rotina pouco mudou: continuou se deslocando de ônibus da periferia até a região central da cidade, o que, segundo ela, tomava muito tempo.

O namoro ia bem, mas Seu Crisanto começou a ter problemas respiratórios, pois, assim como Cláudia, também fumava muito. Esse foi apenas o primeiro dos problemas de saúde que enfrentaria por conta do vício e estava longe de ser o momento em que abandonaria o tabaco. Mais uma vez, foi Cláudia que se desdobrou para conciliar turnos de doze horas diretas de trabalho no hospital com os cuidados ao companheiro. Sobrecarregada e exausta, ela própria passou a abusar ainda mais do cigarro, até que, alguns meses depois, precisou deixar o emprego. Ela nos conta essa fase da seguinte maneira:

> Aí, como era hospital e era vinte e quatro [horas], trabalhava doze por vinte e quatro. Tinha dia que dava plantão, de sete da noite até as sete da manhã. Aí, pra ele não ficar só, tinha medo, né? De acontecer alguma coisa, dele sentir falta de ar, porque ele se engasgava com falta de ar. Ele tinha ninguém, né? Só a mãe idosa. Tava com medo dele sentir alguma coisa e passar mal, e, morrer. Deu chegar, o homem tá morto dentro de casa, né? Aí, acabei que saí [do emprego].

Em contrapartida, após se recuperar e reconhecendo o trabalho cuidadoso da companheira, Crisanto a convidou para ser cuidadora de sua mãe, Dona Cristina, que já estava bastante idosa e necessitava de cuidados particulares e acompanhamento profissional. Ela já não andava mais, tinha a audição comprometida e se encontrava em um quadro de demência, acamada.

O trabalho de Cláudia era árduo, mas ela o realizava com paciência e dedicação, desempenhando tarefas como dar banho e trocar a fralda geriátrica. O companheiro a remunerava pelo serviço, mas, mesmo ganhando menos do que no hospital, ela aceitava a função por amor. No fim das contas, tinha a vantagem de trabalhar a apenas uma rua de distância da casa de sua mãe, onde morava com o filho. E, diferentemente do hospital, dessa forma, conseguia ter tempo para criá-lo. Como bônus, também não precisava mais enfrentar o transporte público diariamente.

Observamos, assim, como sua estética do cuidado está em constante diálogo com seu modo de viver. O próprio pesquisador guarda memórias de como Tia Cláudia o tratava com carinho quando ia almoçar na casa do tio Crisanto, para jogar emuladores de videogame junto ao filho dela e ao primo. Na época, por volta de 2011, os computadores pessoais começaram a se popularizar entre as camadas populares e Crisanto foi o primeiro a comprar um para si. Nesses dias, fazíamos pouco barulho para não incomodar Dona Cristina, enquanto

Cláudia se alternava em cuidar dela e fritar “carnes de hambúrguer” para que suportássemos as tardes diante do computador.

Enquanto crescíamos, nesse mesmo ano, a família de Cláudia sofreu um trauma severo e inesperado com a morte de Cassinha, a caçula. Aconteceu que Dona Francisca havia investido parte da herança do marido na abertura de uma borracharia e, com o tempo, Cássia assumiu a administração do negócio, repassando os lucros à mãe todo final de tarde, quando ia à sua casa.

Cassinha tinha um espírito vibrante. Era a comediante das festas de aniversário, sempre fazendo graça. Apesar de já ter passado dos trinta anos, gostava de se mostrar despojada, jovem e radical, conversando conosco sobre musculação e outros assuntos. No entanto, em uma das empreitadas de seu modo ousado de vida, começou a traficar pequenas quantidades de drogas, usando a borracharia como fachada para conseguir um dinheiro extra, além do que dividia com a mãe.

A atividade ilícita, porém, não durou muito. Em pouco tempo, traficantes da área apareceram e a executaram a tiros em frente à borracharia. A tragédia abalou profundamente a família, deixando uma ferida que gerou discórdia entre aqueles que defendiam Cassinha e os que condenavam seus atos. Dona Francisca, inclusive, vendeu a borracharia, que perdeu completamente o sentido para ela.

O tempo foi passando e, durante seis anos, Cláudia cuidou de Dona Cristina até sua morte, em 2014. Crisanto reconhece que ela tratou muito bem sua mãe e, mesmo sem demonstrar tanto, é profundamente grato por todo o trabalho que a companheira realizou.

Após o falecimento de Dona Cristina, o casal decidiu, enfim, viver juntos. Crisanto ocupava uma casa que lhe fora entregue pelos irmãos apenas para cuidar da mãe e, com sua morte, teria que desocupá-la para que pudessem alugá-la. Já preparado para essa mudança, havia guardado dinheiro suficiente para reformar e repartir um pedaço da casa da sogra, criando um espaço onde pudesse morar com Cláudia e seu filho, assim como Márcia havia feito anteriormente.

No início, tentaram conviver ao lado da mãe e da irmã de Cláudia. No entanto, não demorou nem dois meses para que a atmosfera da casa, carregada de fumaça de cigarro — o único ponto de acordo entre as partes —, fosse tomada por uma espiral de intriga, desrespeito e ódio. As relações entre eles se tornaram insustentáveis. Crisanto se irritava com o que chamava de “esperteza” de Márcia e da sogra, acusando-as de se aproveitarem do

dinheiro que ele investira na reforma. Paralelamente, a rivalidade entre as irmãs mais velhas se intensificou, trazendo à tona antigos conflitos.

O ápice da tensão ocorreu em um episódio de fúria generalizada, quando Márcia, tomada pela raiva, trancou com correntes o portão da casa de Crisanto. Ele, igualmente furioso, tentou entrar à força, mas desistiu quando a polícia apareceu. Dias depois, Márcia e a mãe foram à delegacia e registraram uma denúncia falsa contra Cláudia, alegando que ela havia agredido a própria mãe. Com isso, conseguiram uma medida protetiva que obrigava Cláudia a manter-se a pelo menos cem metros de distância, impedindo-a de retornar à casa. Nossa interlocutora conta que essa atitude traiçoeira da irmã a magoou profundamente, deixando uma ferida emocional difícil de superar.

> […] aí, teu tio conseguiu fazer aquela casa, só que em terreno de herança. Aí, deu muita confusão, deu… Deu polícia, deu confusão demais, por causa desse terreno de herança.
> Fizeram até uma medida protetiva, eu num podia chegar perto da minha mãe. Fizeram essa medida protetiva, medida protetiva você tem que ficar cem metros de distância da pessoa que se sentiu ofendida.
> Que, no caso, minha irmã mentiu, assim, de propósito. Fiquei muito magoada. Ela armou, disse que eu tinha batido na minha própria mãe. Aí, ela botou essa medida protetiva, pra mim ficar cem metros longe dela.
> Saí, de uma vez, de dentro de casa, nas pressa. Deixamo um monte de coisa, porque ela tinha passado uma corrente grossa no nosso portão e colocou um cadeado.

Esse episódio marcou um racha que parecia irreparável na família. Após a morte de Cassinha, essa briga definitiva selou, de vez, o desmoronamento das relações familiares e os envolvidos ficaram sem se falar durante muito tempo. Crisanto perdeu todo o dinheiro investido na reforma da casa, mas, ironicamente, depois da confusão, a parte repartida acabou abandonada, sem que a sogra sequer a usufruísse.

Contudo, mais recentemente, em um Natal que passamos juntos, ocasião para reconexões, Tia Cláudia fez uma confissão. Pediu somente para que Crisanto não soubesse que: ela ainda mantém contato com a família por mensagens e, ocasionalmente, os visita. Sua mãe, diagnosticada com câncer no ânus, ficou muito magra. Todos pensaram que não sobreviveria, pois estava acamada. Mas, em conjunto à luta contra o câncer, enfrentou também o desafio de parar de fumar — e venceu ambas as batalhas. Recuperou-se surpreendentemente bem e, ainda hoje, segue viva e forte. Já sua irmã, Márcia, por sua vez, enfrentou sérios problemas cardíacos, sofreu alguns infartos e precisou passar por duas cirurgias de ponte de safena. Se não parasse de fumar, não sobreviveria, por isso, também conseguiu largar o vício.

No mesmo período, Cláudia se empenhou, junto ao marido, para abandonar o cigarro. Com seus próprios problemas de saúde, percebeu que algumas coisas na vida são mais importantes que outras. Ela fez com que o perdão se sobressaísse entre aquelas mulheres que passaram tanto tempo juntas.

Sobre o vício em comum, como Dona Cláudia mesma afirma, "não tem jeito":

> Você tem que tá determinado em parar de fumar. 'Ah, eu não consigo', não tem essa. A vergonha não é tentar e não conseguir, é nem tentar, né? Porque fumar quarenta anos de cigarro é foda. A gente quer parar, mas não quer sofrer. Você vai sofrer! Não é fácil, mas não é impossível. Tem que ter muita vontade e disciplina.

A nicotina presente no tabaco é uma das drogas que causam maior dependência em nosso cérebro, sendo considerada a mais difícil de tratar e com o maior índice de recaídas[102]. Quando Cláudia e Crisanto decidiram parar, fumavam tanto que o teto do quarto do casal havia ficado encardido de amarelo devido ao alcatrão liberado na combustão do cigarro. Eram dois maços por dia para cada um, totalizando duzentos e oitenta unidades por semana. Dessa forma, com esse consumo excessivo e duradouro, não seria possível largar o vício da noite para o dia. O casal passou um tempo afirmando que havia parado, mas, na realidade, ambos escondiam cigarros um do outro, envergonhados, pois "a vontade era muita". Após várias recaídas, a ansiedade de ter algo entre os dedos era difícil de controlar. No entanto, ver o marido sofrendo com problemas pulmonares deu força para que Cláudia persistisse, pois não queria passar pelo mesmo. Ela sonhava em um dia ver um neto crescer e, fumando como antes, não acreditava que conseguiria durar para que visse isso acontecendo.

Em 2015, após a confusão familiar, Cláudia, Crisanto e o filho se mudaram para um imóvel alugado nas proximidades da Granja Portugal e enfrentaram momentos financeiramente difíceis. Sem conseguir arcar com todas as despesas, decidiram se mudar para a Comunidade São Francisco, onde Crisanto possuía algumas pequenas casas, das quais cobrava aluguéis muito baixos como parte de sua renda.

> Fomos morar de aluguel numa casinha. Aí ficamo, ficamos, mas aí, num tinha mais dinheiro pra pagar aluguel, nem pra pagar luz. Sei que ficou ruim. Aí, a gente veio pras casinha na favela. Melhor perder a renda, do que não ter onde morar, né?
> Teu tio não queria trazer a gente pra cá, porque era muito perigoso. Naquela época, era perigoso. Sei, que acabou, depois dessa briga, quando a situação financeira apertou, porque teu tio gastou muito lá na casa, aí a gente teve que vir, não teve jeito.

Há dez anos, quando chegou à Comunidade, Cláudia lembra bem desse período

102 Ver mais em publicação disponível em: https://hospitalsantamonica.com.br/9-drogas-que-causam-mais-dependencia/. Acesso em: 10. Jan. 2025.

porque quase tudo que tem em casa hoje foi adquirido depois desse recomeço. Afinal, ao sair da confusão prejudicada, precisou "comprar tudo de novo". É interessante notar como actantes não humanos no ambiente, apesar de não poderem falar por si, acabam narrando histórias pelo contexto em que surgem nas vidas das pessoas. Na casa da Favela, que acabou se tornando seu lar, Dona Cláudia aponta uma pequena cômoda de madeira e comenta, contrastando com o restante das coisas: "Essa aqui foi do meu casamento ainda". Verdadeiramente, os objetos vivem com as pessoas, e como elas, também passam por transformações com o tempo. Por isso, entre os moradores, é comum brincarem que, quando um móvel tem muitos anos, se diga que "já é de estimação", comparando ao apego e à criação de um animal.

Os animais de estimação, os móveis da casa e até o próprio ambiente carregam significados, fazendo com que os moradores contem suas histórias por meio deles. Nesse sentido, Cláudia relembra as dificuldades ambientais ao chegar à Comunidade São Francisco, por meio de elementos do ecossistema: "Quando cheguei aqui, pra lá do canal, ainda era só um matagal. Quando chovia, era só barro vermelho nos pés".

Sua mudança foi um choque de realidade, especialmente devido à violência que presenciou. Naquela época, era um período conturbado, pois as organizações criminosas do Sudeste e grupos locais disputavam o controle da cidade. Foram anos de muito medo e terror nas ruas. Cláudia relata ter visto pessoas amarradas sendo levadas para julgamentos nos "tribunais do crime", em terrenos baldios da região. Também testemunhou tiroteios e corpos estendidos no chão. Somente "uns anos pra cá" a situação tem-se mantido relativamente sossegada, com uma sensação de paz, apesar de episódios de violência continuarem a ocorrer de outras maneiras, que não pela ocasião de guerras. Ela registra:

> Cheguei numa época muito perigosa, sabe? Que tinha um grupo, que tinha um outro grupo, que tinha inimizade. Aí, geralmente, eles trocavam tiro.
> Aquilo foi uma realidade muito dura, porque eu num tinha costume. Ficava passando mal. Aí, a gente vai se acostumando, se acostumando. […] Agora melhorou, mas num sei nem por quê. Acho que é por época. Mas, tá mais tranquilo, sabe? Tá melhor, assim, em termos de violência. Num tá como antes, porque antes a gente via as pessoas mortas no meio da rua, era complicado, sabe?

Um ponto de virada fundamental para nossa entrevistada foi sua entrada na Igreja Assembleia de Deus, Ministério Missão para Cristo. Cláudia conta que, ao conhecer a Igreja e poder dizer "sou da Igreja", também começou a sentir-se pertencente à Comunidade São Francisco. A congregação cristã teve um papel essencial em sua integração, proporcionando a

possibilidade de fazer novas amizades na vizinhança e oferecendo apoio nos momentos difíceis.

Ali, encontrou um pequeno grupo no qual quase todos passam dificuldades materiais, mas mantêm-se comprometidos com o dízimo. Embora sejam um grupo relativamente fechado, permanecem ativos no policiamento dos desejos e costumes, seguindo uma interpretação particular do que consideram ser a vida ideal de um fiel. O uso de vestimentas longas, a proibição do consumo de álcool e outras drogas, além de uma extensa lista de disciplinas, são critérios que demonstram o compromisso com os cultos e a fé na religião.

Ao adotar o ordenamento da Igreja como modo de vida, o fiel pode ingressar nesse círculo, o que lhe garante a oportunidade de ser ajudado pela congregação. Em momentos de desemprego, por exemplo, é possível encontrar uma vaga por indicação dos membros. Além disso, empréstimos de dinheiro e orientação em conflitos são outras formas de auxílio oferecidas pelos membros da comunidade religiosa.

Conforme analisam Robert Cabanes e Isabel Georges, como uma tendência no Sul Global (CABANES, GEORGES, RIZEK e TELES, 2011, p. 24):

> Ora, observa-se atualmente, não só no Brasil, mas também na América Latina e em alguns outros países e setores localizados na periferia do capitalismo, um desenvolvimento maciço das religiões pentecostais, cujo espírito poderia ser sintetizado como 'religiões do indivíduo'. Elas afirmam a crença na relação direta com o 'espírito santo', essencialmente concebido como uma 'força fonte de poder', que autoriza uma relação mais direta com Deus.

Seguindo essa tendência, também na Comunidade São Francisco, para o bem ou para o mal, as igrejas evangélicas são as instituições com o poder mais direto sobre o cotidiano e as trajetórias de vida dos moradores. Inclusive, durante a pandemia de covid-19, registramos no trecho do diário de campo abaixo, em que os nomes foram omitidos por motivos éticos, um caso que ilustra uma interafetação negativa do ponto de vista da saúde pública:

> […] Conversamos no carro sobre os assuntos que estavam nas notícias dos jornais. Ele disse que, no último *lockdown*, quando não podia abrir a igreja, o pastor chamou cultos às portas fechadas para ninguém ficar sabendo. E no sermão, disse que "qualquer pessoa, que tivesse fé em Jesus Cristo, não adoeceria com essa doença".
> O profissional do frete disse que não foi ao culto e, por isso, sua esposa o acusou de ter se "distanciado da fé". Contudo, para ele, essa acusação não tinha "nada a ver", e ainda me disse que não concordava com "o ministro que permitiu os cultos". […] (25 de abril de 2021)

Os modos de viver das diferentes seitas neopentecostais produzem uma mesma resposta prática e urgente para a ideia de derrocada social e moral, que se funde com a narrativa apocalíptica cristã do fim dos tempos. Todos os problemas e as mudanças que passaram a marcar o cotidiano dos moradores de periferia, como aqueles relacionados às drogas, à violência e às novas transformações culturais e tecnológicas, sobretudo com a internet, são frequentemente interpretados como evidências da ação do diabo e da iminência do juízo final. Por meio do estilo de vida crente, os evangélicos oferecem e fazem valer a função da religião, a qual é transmitir regras e modos de viver da sociedade, estabelecendo de forma nítida a linha que separa o sagrado do profano.

Mais do que a teologia da prosperidade, que atualiza a noção de destino como um "plano" ou "promessa" individual de Deus — reafirmando a ideia de que apenas alguns poucos são "escolhidos" para o paraíso —, é a teologia da guerra que ganha espaço. Essa vertente se destaca por sua capacidade de se encaixar nos desafios cotidianos e transformá-los em uma narrativa de luta moral contra aqueles que, segundo essa lógica, estariam condenados ao inferno. Diante da violência e das injustiças do mundo contemporâneo, o neopentecostalismo resgata a lógica da guerra santa do Antigo Testamento, no qual o sofrimento e o enfrentamento contra mouros, pagãos e hereges eram centrais. Em um mundo cada vez mais desigual e, de certa forma, mais semelhante ao contexto do Antigo Testamento, essa abordagem moralista parece ter se adaptado melhor do que as histórias de perdão e tolerância do Novo Testamento. Ao enquadrar as dificuldades diárias dos moradores pobres como parte de uma batalha entre o bem e o mal, outro Jesus emerge, não mais como símbolo máximo da misericórdia, mas como um agente de justiça divina contra a "Sodoma e Gomorra" do mundo pós-moderno. Trata-se de uma lógica de guerra que se encaixa perfeitamente e confere inteligibilidade às relações socioambientais.

Com essa ideologia voltada às camadas mais pobres e seus sofrimentos, as igrejas disputam o perfil dos fiéis da Comunidade São Francisco, e Cláudia também fez parte desse processo. Foi por meio dela que soubemos da existência de uma certa competição entre igrejas, manifestada nas opiniões e críticas entre os próprios evangélicos. Alguns acreditam que, em certas igrejas, "se dá mais valor à palavra do pastor do que à palavra da Bíblia", enquanto outros defendem que determinadas congregações promovem uma ideia de "comunidade cristã" que se sobrepõe à própria Comunidade São Francisco, sendo, por isso, "mais acolhedoras". Na opinião de Dona Cláudia, o pastor de sua igreja é melhor do que os de

outras denominações. Ainda assim, ela respeita todas e cumprimenta os irmãos de diferentes congregações da mesma forma que cumprimenta os fiéis de sua própria igreja. Essa opinião foi construída ao longo do tempo, pois Cláudia participou dos cultos de todas as igrejas locais antes de escolher permanecer naquela em que mais sentiu a "palavra de Deus" e se identificou com o projeto voltado à comunidade.

Essa experiência de fraternidade e acolhimento proporcionada pela integração à igreja contribuiu para amenizar os traumas da violência urbana. O/a leitor/a pode, inclusive, vivenciar um pouco dessa atmosfera ao acessar o código QR na figura 38 abaixo[103], que direciona para um trecho do culto especial voltado para crianças na igreja de Dona Cláudia.

Figura 38 – Código QR de vídeo do "culto das crianças", no Ministério Missão para Cristo, em 2021

Fonte: Dona Cláudia.

Característico de sua caminhada eclética em busca de Deus e "do bem", Dona Cláudia, de origem católica como a mãe, tornou-se mórmon com as irmãs, mas considerou a religião muito limitante e decidiu se abrir a novas experiências. Frequentou sessões no espiritismo, participou de uma célula presbiteriana e, mais recentemente, se converteu ao neopentecostalismo. Cláudia, hoje, combina uma visão imensurável de Deus como amor,

103 Ou, também pelo link disponível em: https://youtube.com/shorts/zTTriw0qk6w. Acesso em: 02. jun. 2023.

superior a qualquer religião, com razões ambientais, de integração e adaptação à Comunidade São Francisco.

Os vários anos transitando entre diferentes crenças a ensinaram que "Deus é muito maior do que as pessoas podem ver". Essa trajetória explica, em parte, sua postura mais tolerante e progressista em comparação com algumas irmãs de sua igreja atual. Segundo ela, as pessoas preconceituosas "não enxergam a Deus por completo, somente o Deus que elas querem ver. Aí, quando não veem a Deus nos outros, fazem a besteira de julgar em nome dele".

Ao falar desse tipo de comportamento, às vezes esquecemos que a São Francisco é uma comunidade não apenas pelos aspectos positivos da vida coletiva. Segundo Wanderson, filho de Cláudia, "todo mundo fica na calçada querendo saber das coisas" e "todo mundo escuta tudo". Ele conta que, certa vez, sua família foi alvo de uma denúncia infundada, acusando-os de manter uma mulher em cárcere privado dentro de casa, em uma tentativa de prejudicar a imagem de Crisanto. O mais provável, segundo Wanderson, é que tenha sido motivado por alguma inimizade que o padrasto fez em jogos de cartas, mas ninguém sabe ao certo. Afinal, "favela é isso também, é inveja, inimizade, é caboetagem[104]".

Viver em comunidade significa entender que a aparência está no centro da sociabilidade. Muitas vezes, a forma como nos apresentamos, por exemplo, está diretamente ligada à necessidade de sermos sociáveis. Um exemplo disso ocorreu quando acompanhamos Cláudia à praia e, ao retornar para casa, ela vestiu uma blusa sobre o maiô antes de entrar na comunidade, receosa dos comentários das vizinhas, irmãs da igreja.

Em nossa análise, não somente os mais velhos vão ficando com menos laços ao longo da vida, já que pessoas conhecidas falecem e novas amizades se tornam mais escassas, mas a imagem que projetam para a sociedade também se torna cada vez mais significativa para eles. Cláudia menciona que algumas irmãs de sua igreja têm receio do CCBJ, pois, em apresentações artísticas, atividades de percussão e cortejos de divulgação, utilizam-se tambores e batuques, elementos que muitas delas associam pejorativamente à "macumba[105]". Há um terreiro de umbanda nas proximidades da área conhecida como "Mangueiras", do outro lado do córrego, e certos evangélicos veem isso como uma ameaça, interpretando as práticas religiosas afrodescendentes como "arte das trevas", "feitiçaria" e "coisa do cão".

---

104 Muito comum no Nordeste, esse termo significa o mesmo que caguetagem, que no popular, é usado para uma delação ou maledicência.

105 Como são chamadas as religiões de matriz africana.

Mesmo não sendo exclusivamente na sua igreja, Cláudia percebe olhares de desaprovação por participar das atividades do CCBJ. E, querendo ou não, essa pressão sobre sua imagem a incomoda, pois passa a ser vista por alguns como uma “irmã desviante”.

Sem se deixar levar pelas críticas das irmãs mais fundamentalistas e conservadoras, para ela, a necessidade política de lutar por direitos e melhorias na comunidade fala mais alto. Desse modo, consegue coragem para enfrentar possíveis detrações da sua imagem.

Desde jovem, desenvolveu um pensamento crítico sobre a importância da luta cívica por melhores condições de vida, como a promovida pelo CCBJ no campo da arte, da cultura e do lazer. Ela relembra sua participação em uma antiga associação da Quarta Etapa do Conjunto Ceará, que conquistou diversas melhorias, incluindo a instalação de postes de luz na Rua Trezentos e Um. Além disso, foi por meio de Dona Cláudia que sua irmã Sílvia conseguiu sua casa em um condomínio popular.

Atualmente, ela participa ativamente das conversas de calçada promovidas pelo CCBJ, das rodas de memória e de oficinas de artesanato e produção caseira, como a confecção de sabão, crochê, fuxico e bolo de pote — atividades que, além de lazer, oferecem oportunidades de renda, especialmente para mulheres chefes de família. Além disso, também participa de vez em quando das aulas de zumba e forró, em busca de uma melhor qualidade de saúde. Dona Cláudia frequenta quase todas as apresentações culturais, mesmo quando há tambores. Para ela, “o centro cultural oferece muita coisa”.

Em um registro feito durante uma caminhada pela rua onde mora na São Francisco, Cláudia relata uma articulação do CCBJ em prol da comunidade. O vídeo com o áudio desse depoimento pode ser acessado pelo código QR na figura 39 abaixo[106].

106 Ou através do link disponível em: https://youtu.be/SIKVA-9lcPg. Acesso em: 08. Jan. 2025.

Figura 39 – Código QR de um vídeo de Cláudia caminhando por sua rua, com sobreposição de áudio sobre a articulação comunitária promovida pelo CCBJ



Fonte: Dona Cláudia.

A consciência política de Dona Cláudia, no entanto, não se restringe ao CCBJ. Conforme ela denuncia, o desmatamento das margens do córrego e a poluição contribuem para o assoreamento do fundo do "canal", reduzindo sua profundidade e impedindo que suporte o volume de água das chuvas, o que resulta em transbordamentos. Ela assevera: "[…] Tem pessoas que perdem tudo aqui, no canal, quando é uma chuva muito grande. As pessoas perdem geladeira, perde televisão, perdem tudo, porque a água sobe muito". Sua sensibilidade, aliada à visão crítica e politicamente ativa, é impulsionada pelo sonho de ver o canal transformado em um córrego limpo e revitalizado, margeado por um calçadão onde as pessoas possam caminhar sem a presença de lixo e de vetores de doenças.

> Infelizmente, a gente mora numa comunidade, carente, vamos dizer assim, né? Primeiro, a gente é discriminado por tudo. A gente é discriminado pelo poder público. A gente vive ali com o canal chêi de lixo. Hoje em dia, não, tem muito lixo não, porque proibiram de botar lixo[107], mas tinha muito lixo, muriçoca, rato… Porque, assim, pra limpar o canal mermo, tinha que fazer uma… Infraestrutura, né, isso? Tinha que passar um calçadão e tinha de fazer de cimento, porque como ele é de terra, toda vida que enche, ele transborda. Tem casa ali que enche d'água. Quando ele transborda, sempre leva um pouco da areia. Aí, ele vai ficando um pouco mais

107 Na Rua Mirtis Cordeiro, que margeia o córrego, podemos ver uma pichação "Proibido colocar lixo, ass: CV. Quem teimar, vai levar orientação".

largo e raso.

Aqui, Dona Cláudia explora um sentimento conflitante, compartilhado por muitos moradores de periferia em algum momento de suas vidas. Um sentimento político, de carinho pelo lugar onde vive, nutrindo o desejo de vê-lo melhorar e acompanhar essa transformação, mas, ao mesmo tempo, carregando o anseio de sair para um local com menos problemas socioambientais e distante da turbulência das tramas das ruas e vielas que interafetam mutuamente todos. Esse sentimento pode ser resumido como indignação, afinal, só nos indignamos quando amamos algo e nos vemos impossibilitados de fazer por ele aquilo que os responsáveis deixaram de fazer.

Em um caso recente, é muito provável que a Favela São Francisco tenha sido vítima de um esquema de obras superfaturadas e desvio de dinheiro público. Duas licitações não apenas falharam em solucionar o problema da falta de saneamento básico no território, como também deixaram a Rua São Luís do Oeste em condições ainda piores. Expressando sua indignação, nossa entrevistada explica:

> Porque taí, existe uma obra que tá parada aí faz tempo. Porque aqui a gente não tem saneamento. Aí, existe uma obra que começaram, uma construtora foi, fez uma licitação e ganhou pra fazer o nosso sanear. Antes, a gente tinha, pelo menos, um asfalto antigo, só nessa rua do lado, era gasto, mas tinha, com pista, tudo direitinho. Aí, essa empresa foi e ganhou essa licitação pra fazer um saneamento.
> Quê que aconteceu? A empresa vêi, destruiu nosso asfalto, cavou tudo, um monte de buraco, juntou os cano e o dinheiro não deu pra continuar a obra. A rua ficou cheia de buraco, só o poeiral. Deixaram assim mermo e, em alguns canto, o esgoto ainda corre pelo pé da rua.
> Na periferia eles tão nem aí, né? Ninguém liga pra gente. Aí, fez uma nova licitação, veio outra construtora diferente. Aí, o que a outra construtura fez? Arrebentou o outro lado da rua, o dinheiro não deu e a gente taí com a rua toda esburacada. […]
> Nem concluiu a obra, nem… Na época da eleição, o menino me deu até o cartão dele, o Moacir, ele é secretário da Regional V. Aí, ele pegou, veio aqui, fazer uma reunião, pro candidato dele, na época era o Emanuel Acrísio. Aí eu perguntei pra ele, como é que ia ficar essa situação, contei pra ele a história. 'Na próxima semana eu vou mandar uma equipe aqui pra avaliar', num sei o quê, 'pega meu cartão'. Até hoje…

Cláudia, ao mesmo tempo que é ativamente política na vida e na Comunidade, não deposita expectativas nos governantes e políticos. Em sua visão, a decadência moral da sociedade impede a existência de justiça no "mundo dos homens". Para ela: "A lei vale para todos, mas ela só chega para o pobre. Vê aí, um rico rouba o país e todo mundo, chega o advogado e num acontece nada. Agora, vai um pobre roubar uma galinha pra tu vê, nunca mais ele vê o sol".

Sua consciência classista, formada no curso da vida e que age politicamente,

contrasta com sua crença de que a única justiça possível é a divina. A justiça aparece na sua trajetória como uma coisa somente realizável no "outro mundo". Para Cláudia, apenas Deus, conhecedor de todas as coisas, pode ser o verdadeiro juiz, e, por isso, tudo aconteceu da maneira que tinha que acontecer.

Desse modo, de seu ponto de vista, a luta deve acontecer no presente, mesmo sem garantia de justiça. Essa percepção se reflete em suas reflexões sobre a falta de ação e as dificuldades enfrentadas no lugar onde vive:

> Então, de promessa assim, tem um monte. Mas é complicado, porque a gente precisa é de ação. Porque, tudo bem, a gente tem uma estrutura muito boa, que é o Centro Cultural, que eu acho que faz muito, sabe? Tem o Circo Escola também pras criança. Funciona não é dentro, é duas ruas depois. Mas, saneamento básico, posto de saúde, tudo é complicado. O posto, todas às vezes que eu precisei foi complicado, muita burocracia, sabe?

Ao chegar ao momento final da reconstituição de sua trajetória de vida, Cláudia relembra as dificuldades enfrentadas durante a pandemia de covid-19, em 2020, especialmente no acesso à saúde. No posto da região onde mora, segundo ela, "em menos de vinte e quatro horas a agenda pra marcar consulta lotou, não marca mais. Já faz dois meses que espero pra mostrar exame, é muito difícil atendimento". Para Cláudia, há uma profunda máfia entre os funcionários, que monopolizam a fila de espera, que não é pública nem transparente. Alegando a falta de vagas, por meio de "indicação", eles "arranjam" atendimento. Além disso, ela relata que, nesse mesmo posto, enfrentou uma longa espera de duas horas em uma fila enorme para se vacinar com a bivalente contra o SARS-CoV-2.

Quando ficou doente, logo na primeira onda, ela conta:

> Eu me levantava segurando as parede, fraca, sem força. Daquela vez que eu peguei, que eu num sei se foi covid, né? Naquela época, que tava pegando em todo mundo. Porque eu num fiz teste, eu num posso dizer que eu tive. Mas, eu me levantada, eu ficava segurando as parede, assim. Os ossos querendo cair e o pessoal segurando meus braços, eu querendo morrer, caindo pra trás. […]
> Graças a Deus, eu num senti falta de ar não. […] Foi horrível, apesar deu não senti falta de ar, não sei se foi o medo. Tava todo mundo apavorado!
> Aí, meu filho saia pra trabalhar, o pobe chegava, passava ele direto lá pro quintal. Aí, tirava a bota, tirava a roupa, botava tudo num saco, botava separado pra botar sabão com água. No outro dia, eu passava álcool na bota e tudo. Sei que eu fiquei doente, um bocado de dia sem comer. Ainda fui pra UPA. Cheguei na UPA, foi mermo que nada. Porque eu fiquei aqui e o médico, longe de mim, olhou pra minha cara, num passou um teste, não passou nada. Mandou eu ir pra casa e passou soro. E, eu num conseguia comer e vomitava, ficava tonta.

Seu filho, Wanderson, assim como muitos durante a crise, voltou a morar com a mãe. Antes, ele residia na Vila Cazé, no planalto de Caucaia, mas, com o agravamento das

dificuldades financeiras e o fim de seu relacionamento, decidiu retornar para a Várzea da São Francisco. Como em outras tantas famílias na pandemia, esse retorno resultou em um rearranjo na dinâmica da habitação familiar de Cláudia, impactando diretamente o isolamento social quando os membros da casa adoeceram. Apesar do espaço não ser um problema na sua residência, com oito cômodos e dois banheiros, Cláudia ressalta dificuldades do isolamento, mais ligadas aos seus papéis sociais e de gênero:

> Fiquei isolada, porque me isolaram [risos]. Me isolaram lá em cima, né? O Wanderson ia trabalhar, o Matos [Crisanto] saía e eu ficava lá em cima isolada. Eu morrendo lá em cima e ele saindo aí, tava nem aí! E, é porque teve um enfisema.
> Eu só faltei morrer de fome [risos], porque comida sou eu que faço. Aí, tinha que descer, né? Hoje em dia, tem a Flavinha [empregada], que é uma benção e me ajuda, mas antes num tinha, não. Tava quais morrendo de fome, não sei como eu escapei. […] Tinha pouca máscara. Sei que, se eu usasse tudinha, doente, como é que eu ia lavar? Ainda bem que eu num saia, mas ainda sim, eu durmi de máscara umas vezes, porque do lado do meu marido à noite, né? Não queria que ele pegasse.

Observando em seu relato como as doenças podem atuar como alavancas para a reorganização da rotina, ela compartilha, ainda, como tentou se proteger, mesmo diante de conselhos contrários, e como sua ansiedade agravou sua experiência de enfermidade, tornando-a ainda mais desagradável.

> Eu acho que peguei covid, porque eu já tenho ansiedade, síndrome do pânico e eu fiquei pior dessas coisas. Eu perdi o gosto do sal e cheiro, assim, um pouco do cheiro. Até hoje, tem umas coisas que eu sinto e outras que não. […]
> Eu tive medo de contaminar, eu ia pra igreja. Assim, quando ficou melhor a situação, que eu ia pra igreja, porque a minha igreja ficou fechada, né? Aí, quando eu ia pra igreja, o pastor falava assim: 'irmã, a gente tá protegido, precisa dessa máscara, não'. Só que, ainda assim, eu num confiei, né? Logo, por que eu, eu, conheci pessoas que morreram, né?

O modo particular de Cláudia lidar com a morte oscila entre a evitação e a naturalidade. Segundo ela: "Quem não tem medo de morrer, né?". No entanto, a angústia gerada ao assistir, de casa, telejornais anunciando milhares de mortes diariamente foi crucial, em sua própria análise, para que o medo se intensificasse. Ela relata: "Ficava aquela coisa na televisão, sabe? 'Morreu tantos'. Eu assistia muita televisão e o medo aumentava. Aí, foi chegando próximo, os conhecido, tudo. Então, foi que o medo ficou mais forte".

Nossa interlocutora também conta como acredita que sua cachorrinha pode ter morrido de covid-19. Para ela, perder um animal dessa forma, muitas vezes, é tão doloroso quanto perder um parente. Apesar de ainda ser um tema pouco debatido no meio

epidemiológico, houveram registros de animais não humanos testando positivo para o vírus[108]. Ao ser questionada sobre a possibilidade de cães contraírem a doença, Cláudia explica:

> […] foi, ela ficou cansada. Só que a gente não sabia. A gente chegava perto dela, ela ficava assim [imitando a cachorra arfando]. Aí, eu disse: 'lá vai, o que ela tem?'. E a bichinha cansada, sabe? Sentindo dificuldade de respirar. Isso de manhã, aí, desci pra fazer almoço. Quando eu subi uma hora da tarde, eu disse: 'cadê a Dara', procurando. Ela tava morta. E ela morreu com falta de ar. Eu nem me toquei que podia ser covid.

Já no final de 2021 e início de 2022, a chamada "flurona" — termo usado pela imprensa para descrever a dupla infecção simultânea pelos vírus da gripe e do novo coronavírus — fez os hospitais voltarem a lotar. A confusão era geral: sem saber se os sintomas eram da variante Ômicron ou de uma nova manifestação da doença, muitas pessoas passaram o Natal e o Ano Novo doentes, com febre e dor de garganta, incluindo Cláudia e Crisanto. A interação entre os dois vírus agravava os sintomas, especialmente em grupos mais vulneráveis, como idosos, pessoas com comorbidades e aquelas que viviam em ambientes mal ventilados.

Além do relaxamento das medidas sanitárias durante as festas de fim de ano, com maior proximidade entre as pessoas e a ausência do uso de máscaras, a vacinação contra a gripe teve baixa adesão. Como muitos já haviam tomado três ou quatro doses da vacina contra a covid-19, era esperado que houvesse menor interesse na imunização contra a gripe, o que já era, historicamente, pouco procurada pela população.

Não bastasse isso, nosso diário de campo registrou como, naquele momento, ainda circulavam notícias falsas sobre as vacinas, mesmo após a queda no número de mortes, justamente graças à imunização. Observamos como a desinformação se infiltra na demora do reconhecimento geral dos benefícios das vacinas, e Cláudia destaca as falas irresponsáveis do ex-presidente Bolsonaro, que se aproveitou dessas mentiras para ganhos políticos:

> Eu num perdi o medo, não, ainda tenho medo. Porque chegou essa nova variante aí, né? 'Micron'? Aí, vacinei morrendo de medo, porque o pessoal dizendo que fazia mal. O presidente dizendo que fazia mal, que não era pra se tomar, se tomasse, morria, pegava aids…

Atualmente, depois de tudo, Dona Cláudia continua lutando para enfrentar outros diversos problemas de saúde, embora não pratique exercícios ou esportes. Essa batalha tem

108 Para saber mais sobre a covid-19 em animais de estimação, acesse o link disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/02/animais-de-estimacao-podem-ter-covid-19-mas-nao-costumam-transmitir-cldt9vtf100070157a9id7pk2.html. Acesso em: 09. Jan. 2025.

marcado sua trajetória e impactado significativamente sua qualidade de vida e suas capacidades no dia a dia.

Ainda em 2022, foi diagnosticada com duas hérnias na coluna, na região cervical do pescoço, além das outras duas que já possuía na lombar. Mais recentemente, em 2024, recebeu o diagnóstico de fibromialgia, uma doença crônica que afeta, principalmente, mulheres e que, no seu caso, possivelmente se desenvolveu após anos como fumante. A fibromialgia provoca dores persistentes por todo o corpo, além de um enrijecimento anormal da pele e dos órgãos internos devido ao excesso de produção de colágeno.

Não somente pelo aspecto enrijecido e pela perda de massa corpórea, mas também pelo cansaço e pelas dores da doença, agora está mais difícil a realização das tarefas domésticas que fazia antes. Essa limitação vem agravando seu quadro de depressão.

Segundo Dona Cláudia, ela convive há anos com síndrome do pânico, depressão e ansiedade. Embora se trate no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), também destaca as vulnerabilidades e as precariedades enfrentadas por quem depende exclusivamente da rede pública de saúde:

> Não sei se foi por conta de eu ter chegado aqui numa época muito perigosa, de certa forma. Não sei se foi por isso. Não sei se foi esses problema familiar que eu tive [a briga com a mãe e a irmã]. Sei que, hoje em dia, eu tenho problema de depressão, síndrome do pânico… Tenho as receita aqui, mas quando vou lá é sempre lotado e demora demais na fila.

Necessitando de fisioterapia para recuperar sua qualidade de vida, Dona Cláudia ainda não conseguiu acesso ao tratamento pelo SUS. Passa a maior parte dos dias em seu quarto, relatando não ter nenhum escape da rotina ou momentos de lazer. Eventualmente, aos domingos, a levamos à praia, mas, no geral, seus dias são preenchidos assistindo a filmes em canais de *streaming*.

Para ela, a vida passa rápido: "[…] de repente você tá com quinze, daqui a pouco você tá com trinta, quando você vê, cê tá com cinquenta". E, segundo sua própria definição, uma boa trajetória de vida é:

> É você não ter inimigos. Você conseguir dormir. Porque eu li em algum canto, em alguma época da minha vida, que a pessoa precisa casar, ter um filho, plantar uma árvore e escrever um livro. Eu plantei uma árvore em frente de casa, naquela época, no Conjunto Ceará. Tive um filho, só não escrevi o livro porque não tenho condição. Mas assim, você conseguir dormir, conseguir se dar bem com as pessoas. Porque, tem pessoas que tem dificuldades de conviver com outras pessoas. Porque, na verdade, você têm que aceitar muita coisa pra você conviver com outras pessoas. Senão, você vai viver em pé de guerra. Porque nem todo mundo é do jeito que você pensa que é. As pessoas não são perfeitas. Aí, a gente cria a imagem da pessoa e

> aquela imagem não é a pessoa, é a imagem que você criou. Então, ou você aprende a conviver com os defeitos das pessoas, ou, você vai viver brigando com o mundo, porque todo mundo tem defeitos.

Cláudia avalia sua vida, hoje, como "péssima, horrível", e explica:

> Porque eu vivo doente, não sei se é psicológico, num sei o que é. Eu vivo tomando remédio. Eu não tenho a qualidade de vida que eu tinha antes, que eu fazia atividade física. Eu vou fazer uma atividade física, eu fico zonza. Assim, pra mim, qualidade de vida é você viver, você praticar uma atividade física, você ter contato com pessoas, viver, e eu não tô vivendo nada disso.

Ela avalia que sua trajetória de vida tem piorado, tanto pelos desafios que enfrentou no passado quanto pelos que encara atualmente. Entre eles, destaca-se um episódio recente em que acusou seu marido de traição com uma mulher mais jovem, abalando profundamente o relacionamento de muitos anos.

No entanto, não se sente penalizada pelo mundo, apesar dos seus próprios esforços. Como já disse antes, "Deus sabe das coisas". Em sua visão, tudo aconteceu como deveria acontecer. Por isso, afirma não se arrepender de nada na vida, apenas afirma que gostaria de ter lido mais livros.

Sua visão de mundo, calcada na religião, enxerga a realidade como um teatro mágico harmonioso, onde Deus é tanto o regente quanto o titereiro. Para ela, essa harmonia entre o bom e o ruim, entre a alegria e a tristeza, só é possível porque Deus seria perfeito, criando a proporção exata e em equilíbrio de todas as coisas. No entanto, essa crença não se sustenta apenas na fé, mas também na sabedoria adquirida pela experiência concreta—nos sorrisos e nas lágrimas que, ao longo da vida, a confirmaram. A seguir, segue sua explicação, segundo suas próprias palavras:

> Bem complicado, porque se a gente for partir do princípio, oh! Assim, eu tenho muita fé em Deus, mas aí, veja só. Acontece coisas ruim com pessoas boas, ouvi em algum canto essa frase, e acontece coisas boas com pessoas ruins. Por que que isso acontece? Porque seria muito chato se fosse sempre só ruim, ou só coisa boa. Aí, imagina se sua vida fosse só coisa boa, ia ficar ruim, porque você não consegue aprender. A gente só aprende com os erros. Não existe pessoas fortes por caminhos fáceis e sem sofrimento. Ia ser uma coisa chata, sempre aquilo. Então, tem que acontecer coisa ruim também. E outra coisa, Deus permite isso, pra gente se aproximar dele. Existe uma força e esse Deus que mantêm a gente vivo, porque se não fosse ele a gente é frágil demais.

Mesmo enfrentando a depressão, algo que nos impressiona em Dona Cláudia é seu jeito alegre e bem-humorado, que permanece inalterado. Não é apenas um discurso que repete para si mesma, mas uma filosofia de vida que pratica diariamente. Como ela própria diz: "Na vida, só não pode faltar alegria de viver. Você pode está do jeito que você tiver, mas você tem

que tá alegre. Porque se você… A vida já é tão difícil, tão complicada, que se você ficar triste pelos cantos… Té doido".

Ela se considera uma pessoa sonhadora e, em seus sonhos, embora não os veja como parte de seu futuro próximo, estão desejos de viver em um lugar de abundância e paz:

> Ah, eu sonho demais! Eu sonho com uma chácara, sonho com… Porque sonhar é de graça, né? Sonhar, você não tá pagando ainda, né? Assim, um canto sussegado, sabe? Porque a gente leva uma vida tão complicada, tem sempre alguém precisando de ajuda. Aí, eu sonho com paz, um canto de abundância, sussegado.

Cláudia avalia que sua maior vitória foi ter conseguido criar seu filho da melhor maneira possível. Se pudesse reviver um único momento antes da morte, escolheria o dia em que ele nasceu, descrevendo-o como "o momento mais emocionante" de sua vida.

Por trás dessa resposta, podemos refletir sobre a sombra que percorre toda a sua trajetória ou, talvez, sua maior *expertise* adquirida na vida: doar-se para cuidar dos outros. Como vimos, sua sequência na malha socioambiental foi marcada pelo sacrifício de abandonar seus próprios planos para cuidar de alguém, como fez pelo avô, pelo pai, pelos pacientes que cuidou nos hospitais em que trabalhou, pela mãe do marido, pelo marido, pelo filho, pelo sobrinho e pesquisador, e tantos outros que ajudou ao longo dos anos.

Essa ética do cuidado, como bem apontou Veena Das (2008), precisa ser desnaturalizada ao questionarmos criticamente por que a responsabilidade de cuidar recai quase sempre sobre as mulheres. O contrato social — também sexual e de gênero — as coloca como pilares da manutenção da vida e da continuidade da malha socioambiental. No entanto, a trajetória de Cláudia não foi determinada nem apenas por essas condições patriarcais, nem exclusivamente por suas próprias escolhas. Foi, acima de tudo, sua empatia que guiou sua vida, unindo o micro e o macro no presente, moldando uma existência que não elabora estratégias de longo prazo.

Sempre com alegria, fluindo com o tempo, Cláudia construiu sua trajetória seguindo a consciência de seu coração, mesmo que isso exigisse sacrifícios de alto preço. Esse foi o sentido que deu à sua auto-organização, equilibrando condições e escolhas. E é assim, com essa marca de cuidado e entrega, que deseja ser lembrada.

> Eu espero ter deixado, ter plantado alguma sementinha boa no coração das pessoas que viveram ao meu redor. Espero que elas tenham consciência, que eu tenha transmitido alguma coisa, que seja boa pra elas. Que elas, quando forem fazer o mal pra alguém, se lembre, sempre assim: 'Ah, eu num vou fazer isso não, porque minha mãe, minha mulher, porque minha tia, não me ensinou isso. Ela não transmitiu isso pra mim, então, eu não vou procurar fazer isso, vou procurar é ajudar'.

> Porque ajudar é o principal. Acredito que todos nós viemos ao mundo pra ajudar. Você não veio pra cá, pra ocupar o espaço. Cê não veio ocupar um espaço e sair do mundo como se não tivesse feito nada. Cê tem que ser prestativo, cê tem que ser mais presente na vida do outro, sabe? Se esforçar pra fazer alguma coisa em prol do outro. É difícil você se doar pro outro, muito difícil. Você se anular, pra você dar a chance pro outro. Mas, é assim a vida, a gente tem que fazer isso. Pra você se sentir gratificado com isso, sabe? Você tem que se sentir bem com você. Não é você fazer por isso, aquilo, se faz por você. Se doar um pouco, doar um pouco do seu tempo, doar um pouco sua alegria. Só isso. Muitas vezes, a pessoa quer só um abraço, quer só uma palavra amiga, quer só um aperto de mão. Muitas vezes, a pessoa tá necessitando de tão pouco, que a gente tem aquele pouco e não consegue dar. Doação! É difícil você se doar, mas é necessário.

Dona Cláudia diz que, ao cuidar dos outros, também estava aprendendo. E, embora possamos apontar a ética do cuidado como sua marca, ela insiste que veio ao mundo, acima de tudo, para aprender. Para ela, não faz sentido viver sempre do mesmo jeito, pois isso nos limita, impedindo-nos de transitar por diferentes espaços e conhecer novas pessoas.

Afirma que ainda gostaria de fazer muitas coisas e que sonhou em escrever um livro, algo que agora acredita não ser mais possível. Quando mencionamos que ela é coautora desta tese e, portanto, poderia considerar seu desejo realizado, ela responde, com bom humor: “Você não, você me entende. Eu queria ver você chegar aos cinquenta, um homem que aprendeu um monte de coisa diferente, né? Falando já uns seis idioma, tocando piano (risadas)”. E então conclui: “Porque é só isso que a gente leva quando morre, né? Isso aí, a gente não perde nunca: as experiências. Por isso eu digo, viva! A gente tá no mundo pra viver!”.

## 4.3 Camila: o vício em crack e a filha grávida na adolescência

Antes de finalizarmos este capítulo, dedicado às histórias dos adultos que mais nos impactaram durante a pesquisa de tese na Comunidade São Francisco, queremos nos aprofundar na trajetória de Camila. Embora seu relato seja mais breve do que os anteriores, devido à dificuldade em localizá-la e marcar encontros, acreditamos que sua história não poderia aparecer de maneira secundária, mesmo com as lacunas que permaneceram na recomposição de sua sequência de vida.

Camila tem trinta e oito anos. Embora adulta, é significativamente mais jovem que as demais pessoas cujas histórias foram registradas neste capítulo. Muito magra, de cabelos lisos e longos, sua aparência é como ilustrada na figura 40 adiante. O que mais nos chamou atenção em sua trajetória foi o total descompasso que marcou sua sequência,

profundamente impactada pela dependência de crack por boa parte de sua vida (quinze anos de uso). Esse percurso reverberou entre seus cinco filhos e, de forma muito espantosa, na vida de sua única filha mulher, que engravidou com apenas dez anos.

Figura 40 – Camila sorrindo para a câmera em uma visita a casa de Dona Cláudia



Fonte: Dona Cláudia.

Camila nasceu em 1985 e nunca soube nada sobre seu pai. Sua mãe, lavadeira e diarista, a teve aos dezesseis anos. Apesar da pobreza extrema em que vivia, Camila descreve sua infância como normal, repleta de brincadeiras. No entanto, devido à necessidade de sustentar a casa, sua mãe passava grande parte do tempo fora, trabalhando nas casas das patroas, o que a tornava uma presença ausente no lar. Sem o acompanhamento de um

responsável, Camila abandonou os estudos ainda na terceira série, o que resultou em grandes dificuldades para ler e escrever, tornando-se funcionalmente analfabeta.

Em 2004, Camila chegou à Comunidade São Francisco junto com a mãe, mudando-se para uma pequena casa de aluguel barato, após serem expulsas de outra periferia por inadimplência, consequência da instabilidade financeira da família.

Já na adolescência, Camila havia desenvolvido dependência de álcool e tabaco. Ao chegar à Várzea, rapidamente se enturmou com os jovens da região por meio de festas, onde conheceu o pai de seu primeiro filho. Ele já era usuário experiente de crack e a introduziu também à droga.

Aos vinte e dois anos, Camila teve seu primeiro parto, mas foi abandonada pelo companheiro, que desapareceu sem deixar rastros. Sem uma estrutura familiar e com uma mãe dependente química, seu filho mais velho — que, no período das entrevistas, tinha quinze anos — cresceu nas ruas e havia sido cooptado pelo crime organizado.

Em 2009, Camila levava uma vida entre bares e bailes, em busca de diversão. Ela se apoiava no então namorado, um traficante de drogas local, para conseguir dinheiro e usar cocaína e crack. Foi nesse contexto que ela engravidou novamente, dando à luz a sua filha. Porém, o companheiro envolvido no tráfico foi morto pouco depois em confronto com grupos rivais, quando a menina ainda era somente um bebê.

Antes de falarmos sobre sua filha, registramos que Camila ainda teve mais três filhos: outro menino, então com oito anos, e mais dois, gêmeos, de cinco anos. Todos de pais diferentes. Nenhum deles estava estudando regularmente na escola. A menina, desde que engravidou, abandonou os estudos na terceira série, assim como a mãe e, por isso, também não sabe ler nem escrever. Quanto aos filhos mais novos, Camila afirma que ainda não foi atrás de matriculá-los, mas que pretendia fazer isso.

Essa ausência materna, que Camila tenta combater, mas parece não conseguir, como no fato de ainda não ter matriculado os filhos menores na escola, manifesta-se como uma espécie de ciclo sem fim, que se perpetua através das gerações. As vulnerabilidades que atravessam sua trajetória, somadas a escolhas e interafetações, fazem com que sua família continue presa a essa realidade. Sua filha repetiu, ainda mais cedo, a história da avó, engravidando precocemente. E, ambas, avó e neta, separadas por décadas de idade, enfrentaram as mesmas lacunas em suas sequências, sobretudo em relação à falta de educação sexual, que é de responsabilidade tanto parental como do Estado.

Por isso, é de se imaginar que a avó não tenha sido a primeira nesse ciclo de ausências. No entanto, ao precisar trabalhar e deixar Camila sem acompanhamento, ela acabou desencadeando uma nova sequência negligente, na qual a própria Camila, agora devido ao seu vício, também interafetou com ausência na vida da filha.

Em 2019, somente um ano após sua primeira menstruação, sua filha engravidou aos dez anos, de um garoto de quinze, também morador da Comunidade[109]. Conforme Camila narra, ela começou a desconfiar do ocorrido, assim que notou as mudanças no corpo da menina, como o escurecimento da auréola dos mamilos e o ganho de peso. Por conseguinte, depois de uma crise de enjoo, levou-a para atendimento médico em uma UPA da região, onde recebeu a confirmação. O primeiro médico que a atendeu auscultou a barriga de sua filha com um estetoscópio e ouviu o batimento do bebê, porém não acreditou e chamou outros profissionais para confirmar o diagnóstico. Em pouco tempo, a sala estava repleta de médicos, que, incrédulos, vieram atestar a gravidez, já em seu quinto mês de gestação.

Camila relata ter sentido um misto de felicidade, por "ganhar" seu primeiro neto, mas também, de tristeza e decepção, pois alega ter sempre conversado com a filha para que não engravidasse tão jovem. Algo que duvidamos e que parece mais um subterfúgio que conta para os outros, a fim de amenizar as críticas e a culpa que carrega. Ela afirma:

> Foi um choque. Uma criança tendo outra criança, né? Foi um choque, sabe por quê? Porque, assim, eu num ficava em casa, aí ela fugia do colégio pra ir namorar.
> Pra você ver, né? Como são as coisas. Eu ia deixar no colégio, ela fugia do colégio pra namorar, com o pai do neném.

Puérpera durante a pandemia de covid-19, em 2020, a menina deu à luz com apenas onze anos. Na época, a própria Camila também havia acabado de ter seus filhos gêmeos, fazendo com que o neto tivesse quase a mesma idade de seus tios. Assim, por ter estado grávida há pouco tempo, ela conseguiu acompanhar de perto a gestação da filha, levando-a para fazer o pré-natal e outros exames. Quando a menina precisou amamentar, o medo e a pressão a fizeram pedir que a mãe, ainda lactante dos caçulas, amamentasse o neto.

De acordo com Camila, a filha nunca cogitou entregar o bebê para adoção. Ela lembra que ficou preocupada na hora do parto, com possíveis complicações advindas da pouca idade da menina, mas destaca que recebeu bastante atenção da Maternidade Escola Assis Chateaubriand, um hospital universitário público, que marcou a cesária necessária e ofereceu todo o suporte no pós-parto, enquanto a filha ficou internada recuperando-se. Além

109 Mesmo tendo havido relações sexuais consentidas, o garoto não sofreu penalidades por estupro de vulnerável, por também ser menor de idade.

disso, o neném, que nasceu prematuro devido aos riscos do parto, recebeu todos os cuidados na unidade de terapia intensiva neonatal do hospital.

Contudo, esse apoio institucional não veio sem que antes, chamassem a polícia e o conselho tutelar para Camila, assim que ela chegou à maternidade com a filha de onze anos. Nossa entrevistada relembra a confusão daquele dia em particular e conta que, em tom sarcástico, respondeu à assistente social que a interrogava, que se achasse que poderia cuidar melhor, então que levasse a menina para sua própria casa:

> Quando a mulher chegou lá, eu falei: 'quer levar para sua casa, leve, cuide. Porque eu tenho que alimentar os irmãos dela'. Falei pra polícia e pra assistente social: 'porque eu só sou uma! Tenho que dar de comer pros irmãos dela. Tenho que pagar aluguel, fazer tudo'. 'Não tenho marido'. Aí, eles entenderam. Ela [a filha] mesma disse assim: 'quem caçou [foi atrás] fui eu!'[110]. Disse! Falou assim: 'Num fui eu que dei[111]? Num foi minha mãe não'.

O caso delas ganhou repercussão nacional por meio do programa Conexão Repórter, em uma reportagem especial sobre meninas que se tornaram mães em diversas comunidades pobres da periferia de Fortaleza[112]. Camila afirma que nem ela, nem sua filha receberam qualquer compensação pela participação na matéria. Contudo, ao mesmo tempo, reconhece que foi positivo ter participado, pois acredita que pode servir para "abrir os olhos" de outras meninas que assistirem. Sobre essa matéria jornalística, ela registra:

> Mas foi bom, pra abrir os olhos das outras meninas. Pra elas não fazer a mesma besteira. Porque perde a adolescência, você não brinca, você não veve.
> Eu num posso reclamar não, porque eu vivi, vim ter filho com vinte e dois anos, né? Vivi demais! Já ela não, com dez anos, perdeu a adolescência.

Na Comunidade São Francisco, embora o caso tenha chocado a todos devido à idade extremamente precoce da menina, a gravidez na adolescência é tão comum nesse trecho da malha socioambiental e nas periferias de Fortaleza que, muitas vezes, já nem causa espanto. Conforme a análise de dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2023, p. 7-8):

> Entre o período de 2019 a 2022, apesar da redução de 28% de nascidos vivos de mães adolescentes, apenas em 2022, ainda foram 13.433 nascidos vivos de mães cearenses entre 15 e 19 anos. Destes, quase 80% foram de mães que não chegaram a completar o ensino médio, ou nem sequer ingressaram no mesmo. […]

110 Reproduzindo as falas da filha, Camila parece querer se convencer que a responsabilidade também é da filha, por engravidar com apenas dez anos.

111 Gíria para relação sexual.

112 A reportagem na íntegra pode ser assistida por meio do link disponível em: https://youtu.be/-ngI6Lho_28?si=_7U3jwikWSeQXbUP. Acesso em: 12. Jan. 2025.

> O cenário, apresentado por este informe aponta para a urgência de políticas públicas preventivas e de conscientização sobre o tema, voltadas para adolescentes, especialmente para mães negras que tendem a apresentar escolaridade incompleta e múltiplas gestações. […]
> Já em relação às políticas de resposta ao fenômeno da gravidez na adolescência, é importante assegurar o retorno das mães à escola e creche para os recém-nascidos. Deve-se priorizar também o acesso das mães adolescentes aos programas assistenciais do governo do estado, tais como Cartão Mais Infância e Vale-gás Social, bem como programas do governo federal. […]
> Assim, é possível contribuir para questões como a redução da pobreza, a melhoria da saúde materna, redução de abortos inseguros e redução dos riscos de mortalidade nesta faixa etária.

Camila e a filha, além de enfrentarem críticas e olhares de julgamento que lhes causavam profunda vergonha, também sofreram o abandono e o desprezo dos parentes. Alguns, mais religiosos, recusaram-se até mesmo a ver a menina grávida, alegando que aquilo "não era coisa de Deus". Em seu relato de vida, que nos deixou profundamente impactados, sentimos, ao nos colocar em seu lugar, a dor que ela carrega — uma dor que arde como fogo de monturo, queimando silenciosamente sob seu coração, sem que ela saiba se algum dia se extinguirá. Mesmo consciente de que o que já aconteceu em sua trajetória não pode ser mudado, ela desabafa:

> Eu não me sinto bem, porque antigamente eu usava muita droga e esquecia dos meus filhos [seus olhos lacrimejam]. […]
> E hoje não, eu penso mais neles. Eu num vou ser mentirosa, nem hipócrita. Eu fumo umas duas, às vez, só uma [pedra de crack]. Não, mas só quando eu tenho dinheiro. Se eu tiver só dez reais, eu compro comida pros meus filhos. Eu não vou fumar, fico na abstinência. Aí, eu fico fumando cigarro, ajunto bituca de cigarro, faço tudo, mas num vou atrás de droga. Fico agitada.

Em 2022, após a gravidez, a filha chegou a usar cocaína (pó) durante um período de depressão, desencadeado por uma breve separação do pai de seu filho. No entanto, segundo Camila, ela parou depois que o marido adolescente começou a ameaçá-la fisicamente. Camila, reflexo do que sempre viveu e aprendeu, parece enxergar essa violência de gênero como uma forma de controle legítima, reforçando a ideia de que a mulher deve ser submissa ao marido. Sua fala evidencia essa visão: "Se ela usa entorpecente? Ela tava usando pó, mas, graças a Deus, ela voltou com o marido dela e parou. Porque se ela cheirar, ela sabe que ela, ela apanha. Apanha! Pelo menos nisso, ele tem moral".

Atualmente, Camila sobrevive da pensão dos filhos gêmeos, pois o único ex-companheiro que lhe oferece algum apoio financeiro é o pai dos caçulas. Entretanto, ela diz que a pensão "não dá pra nada", até porque, devido à sua dependência química, o dinheiro não se mantém em suas mãos por muito tempo.

Camila conta que já trabalhou como pizzaiola em uma lanchonete local e também lavou pratos em um hotel no Centro. Contudo, sem conseguir novas ofertas de trabalho formal, hoje se sustenta com “diárias”, realizando serviços como arrumação de casas, lavagem de roupas e preparação de alimentos para terceiros. Essas atividades, contudo, são incertas, tanto porque nem sempre surgem oportunidades quanto porque suas recaídas no crack comprometem sua regularidade e comprometimento.

Sua dificuldade de manter um emprego fixo está diretamente ligada a esse ciclo frágil de responsabilidade. Para Camila, o trabalho tem um caráter estritamente utilitário, movido pelo imediatismo da necessidade — seja para comprar leite para os filhos, seja para saciar o desejo pela “pedra” (crack). Se ela trabalha pensando no futuro, o horizonte aberto é extremamente curto, até os seus desejos mais urgentes. Essa mesma lógica também marcou a criação de sua filha, sempre correndo atrás do agora, sem poder contar com a própria mãe e enfrentando dificuldades decorrentes da falta de estudos, por não saber ler, nem escrever. Sobre a possibilidade de trabalhar, Camila reflete: “Querer, eu quero, né? Mas oportunidade não tem. Eu sou pizzaiola, auxiliar de cozinha e *start*. *Start* é a pessoa que lava os pratos em hotel, restaurante, essas coisas”.

Nossa interlocutora explica que, não havendo trabalho, ela costuma ir pedir esmola. Como explica: “Aí, quando não tem trabalho, eu vou pedir esmola e me viro nos trinta”. Por isso, passa muito tempo nas ruas, principalmente em saídas de bancos e cruzamentos de avenidas com sinais de trânsito demorados, onde consegue alguns trocados diariamente.

Camila ainda perambula pela Comunidade São Francisco, onde afirma morar. No entanto, sua filha, o genro e o netinho saíram da casa pouco depois do nascimento da criança e foram viver com os pais do garoto, no bairro Jangurussu, na região metropolitana de Fortaleza. Camila se emociona ao falar da saudade que sente do neto. Segundo ela, às vezes ajuda com o aluguel e as contas de água e luz, mas, no geral, é o genro quem cobre as despesas, trabalhando como ajudante de pedreiro. Para Camila, é melhor assim, longe da filha e do neto, do que viver em constantes brigas. Para a filha, também é preferível, pois evita ter de lidar com os furtos da mãe, que troca os itens domésticos por pedras de crack.

Camila não tem dinheiro guardado, seja em conta bancária ou na bolsa que carrega consigo. O estilo de vida de sua trajetória é marcado por uma profunda falta de autocontrole, com relação a todo valor monetário que põe em mãos. Desde a infância difícil,

acostumou-se à escassez, acumulando ao longo da vida um impulso embarreirado, o qual é liberado assim que consegue um pouco de dinheiro, como se precisasse “aproveitar enquanto der”.

Devido ao vício, seus parentes não lhe dão nem emprestam mais dinheiro. Um reflexo das interafetações que ela mesma provocou ao longo das décadas em que pediu ajuda a todo mundo que conhecia e quem não conhecia. Não somente muitas portas se fecharam para Camila, como também a comunicação e diversos laços afetivos que ela tinha foram cessados e rompidos.

Paradoxalmente, a falta de dinheiro se tornou um agravante para as condições que a mantêm no vício. Para a maioria que tem suas necessidades básicas atendidas, pode ser difícil compreender como a pobreza pode tornar tudo ainda mais desestimulante e infrutífero, quando se luta outra batalha simultânea, contra uma dependência química severa.

Camila, agora, conta com a solidariedade de algumas “irmãs” de uma igreja evangélica da Comunidade. Dona Cláudia, por exemplo, é uma que sempre ajuda Camila, oferecendo pratos de comida, seu chuveiro e produtos de higiene para que ela possa se limpar, além de, às vezes, doar roupas usadas. Atualmente, Camila depende da caridade dessas pessoas para realizar até mesmo tarefas básicas do dia a dia.

Apesar de sua falta de compromisso, conseguiu algumas oportunidades de prestar serviços para os fiéis da igreja, onde chegou a dar seu testemunho e, por isso, tentam ajudá-la. Entretanto, não frequenta mais os cultos, pois não se sente confortável sob os olhares de julgamento, justamente por todos conhecerem sua história no vício e o drama da sua filha, que engravidou tão cedo.

Ela afirma estar tentando se manter sóbria. Após a pandemia de covid-19 e a popularização do álcool em gel para matar micróbios patológicos, começou a refletir sobre como um animal, como o ser humano, poderia ingerir algo tão nocivo, capaz de matar qualquer coisa quando toca, a ponto de ficar tonto e perder a consciência. Porém, o álcool é muito barato — ao contrário do tabaco — e, muitas vezes, serve como um paliativo durante as crises de abstinência do crack. Por isso, mesmo reconhecendo os estragos que a bebida causa, ela luta contra o alcoolismo e afirma ter sofrido muito durante a crise epidêmica, ao sentir o cheiro do álcool nas mãos das pessoas, que esfregavam o produto para se proteger contra o vírus.

Já no final da pandemia de covid-19, quando nos reencontramos para uma última entrevista, ambos de máscaras, Camila se encontrava doente da covid-19, devido à variante ômicron. Ela apresentava sintomas leves, como dor de cabeça e perda de paladar. Ao acompanhá-la naquele momento de fragilidade, ficou evidente como aspectos básicos podem fazer diferença na recuperação: a possibilidade de uma boa higiene bucal, não apenas pelo acesso à escova e ao creme dental, mas também pelo hábito diário de cuidado inscrito na rotina. Coisas simples, como beber água e ter água potável em abundância, são, justamente, vulnerabilidades na periferia, onde até o simples é difícil, e a luta contra o vírus escreveu histórias terríveis.

Quando questionada sobre seus sonhos e o que esperava para os filhos, Camila respondeu somente que espera que eles "vivam muito. Que tenha saúde, coragem pra trabalhar". Seu maior sonho é que eles não passem por mais nenhum sofrimento e que sua filha possa realizar o desejo de voltar a estudar, aprender a ler e a escrever, e, quem sabe, tornar-se médica de profissão — como dizia querer antes de engravidar.

Segundo nossa entrevistada, sempre que pensa sobre sonhos, lhe vem um sentimento de incerteza e angústia. Ela explica: "Porque no mundo que nóis tâmo hoje, a gente vive só até quando Deus permite. Só Deus sabe se a gente vai viver ou não".

Sua visão de mundo e da relação vida-morte reverbera o modo de vida que leva, constantemente se sujeitando a perigos e se equilibrando no fio da navalha da sobrevivência. Por isso, é difícil prever como serão as consequências e possibilidades de vida para seu neto, mas esperamos que ele consiga quebrar o ciclo de ausência e superar, de alguma forma, as interafetações que as gerações anteriores não conseguiram.

# 5 A MANHÃ COTIDIANA: SAÍDAS E ESPERANÇAS DOS JOVENS NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO

Os adolescentes — mais do que os jovens — não costumam refletir sobre a sequência que representam, pois ainda não têm plena noção de sua linha de vida. Entretanto, há algumas particularidades. Diferentemente das periferias, nos bairros ricos, os jovens não convivem com o medo constante da morte em seu dia a dia. Na Comunidade São Francisco, a consciência de que podem ser mortos ao serem confundidos com traficantes, por exemplo, faz com que desenvolvam dispositivos de autocontrole precocemente, temendo as consequências de seus atos. Nesses lugares, conviver com múltiplas vulnerabilidades faz ser preciso, a todo momento, calcular cuidadosamente os desdobramentos de cada ação.

Na Favela, não é segredo que, se um menino cresce sem supervisão, o crime o "abraça" e o coopta. Como relatou Dona Cláudia, certa vez, sobre um garoto de apenas cinco anos que já atuava como "aviãozinho", vendendo drogas no varejo, e só conseguiu mudar de vida quando o tio o adotou e o manteve trancado dentro de casa, impedindo-o de sair para a rua. Afinal, as interafetações a que ele estava submetido o conduziam a um caminho perigoso de forma tão rápida quanto precoce.

Assim, é importante notar como, apenas por fazer parte das consequências e possibilidades do ambiente da periferia, desenvolvemos adaptações recursivas que escapam a determinações rígidas. Na história de Carlos e Cardejane, por exemplo, como já vimos, mesmo tendo pais atenciosos e presentes, algo raro nas famílias, que muitas vezes sequer contam com ambos os pais realmente envolvidos, ainda assim "deram trabalho" para a mãe, seguindo trajetórias desviantes. Com ou sem supervisão, portanto, os pais não conseguem impedir completamente as interafetações mútuas e particulares do território, como a necessidade de adotar protocolos de comportamento e visões de mundo típicas dos jovens de periferia.

Esses protocolos, por exemplo, surgem da adaptação às abordagens policiais, que frequentemente se concentram nas entradas da comunidade para realizar apreensões e obter informações, ou ainda da própria guerra entre facções. Desde cedo, os jovens aprendem a sempre andar com documentos, a baixar o olhar e chamar de "senhor" quando abordados, a evitar chegar tarde em casa e a calcular bem o tempo para sair e voltar com segurança. Também se veem obrigados a evitar certos símbolos ao posar para fotos e até mesmo a não

usar determinadas expressões. Um exemplo disso é a frase “E aí, tudo massa?”, que, desde 2021, podia ser associada à “massa carcerária” e aos chamados “neutros”, uma nova facção que surgiu.

Dividir um banheiro desde a infância, por sua vez, constrói uma noção de mundo e de necessidade completamente distinta daquela de alguém que cresce em uma suíte própria. Da mesma forma, ter irmãos mais velhos e sempre herdar suas roupas e móveis usados são sutilezas que transformam radicalmente a experiência de vida. Na periferia, compartilhar é uma prática essencial — dividir é uma palavra-chave. Os jovens periféricos, apesar de terem menos recursos, são aqueles que mais dividem, até mesmo na hora da bronca e da surra, pois é comum que, se um irmão apronta, todos sejam castigados juntos.

Não ter seu próprio quarto, um espaço de estudos e, muitas vezes, nem sequer uma cama própria, já que muitos dormem dividindo o espaço com os irmãos ou até mesmo com pais, são aspectos sutis do cotidiano que moldam as sequências de vida de todos os jovens moradores da Comunidade São Francisco. Detalhes que, à primeira vista, podem parecer desimportantes, mas cujas consequências e possibilidades passam despercebidas para trajetórias que nunca tiveram que lidar com a vida dessa mesma maneira.

Neste capítulo, portanto, compartilharemos as conversas e as histórias de vida de jovens moradores da Comunidade São Francisco, com quem tivemos contato durante nossa pesquisa de tese. De modo que, evidenciemos as peculiaridades de seus modos de existência no ambiente da várzea do Maranguapinho e destaquemos como essas condições interafetam suas vidas desde cedo.

Antes de seguirmos para os subcapítulos, nos quais aprofundaremos as histórias de vida de alguns jovens selecionados, gostaríamos de apresentar algumas das várias outras narrativas com as quais cruzamos ao longo da nossa pesquisa.

A primeira delas é a história de “Lorin”, nome fictício adotado para preservar sua identidade e garantir sua segurança, visto que ele está imerso nas tramas ilegais do território. Desde a infância, enfrentou inúmeras dificuldades. Nasceu com uma doença genética rara que afeta o crescimento dos pelos do corpo, impedindo o desenvolvimento de suas sobrancelhas. Ele temia sua condição e se preocupava com sua aparência, mas, com o tempo, percebeu que aquele seria o menor de seus problemas na vida.

Morava em uma casa cheia de goteiras, “que não tinha nada” dentro, localizada ao lado de um córrego poluído pelo esgoto, no bairro Siqueira. Quando chovia, o local era

inundado. Não bastante isso, o comportamento violento de seu pai levou sua mãe a fugir para escapar das agressões, deixando Lorin sozinho. Para sobreviver, ele começou a catar latinhas e, eventualmente, passou a viver nas ruas, dormindo sobre papelões.

Desde cedo, compreendeu que, para o sistema, ele não "valia nada" — um corpo descartável, assim como os materiais que coletava, sem oportunidades reais. Sentiu na pele o peso do preconceito, sendo tratado como um criminoso antes mesmo de se tornar um. Era lembrado disso diariamente ao ser enxotado da frente dos restaurantes, onde ia pedir moedas ou um prato de comida.

Já na adolescência, Lorin passou por uma transformação significativa. De um garoto assustado, marcado pelos traumas da violência sofrida na infância, tornou-se "uma pessoa totalmente diferente". Encontrou confiança e extroversão ao se abrigar no crime organizado, que lhe ofereceu um senso de pertencimento e uma oportunidade de mudança.

Enfrentou seu maior problema, no entanto, quando foi preso por tráfico pela primeira vez, em 2010, aos vinte anos. A cadeia revelou, de forma brutal, o que o mundo realmente pensava dele. Lorin descreve as celas superlotadas, onde entre dezessete e vinte pessoas dormiam amontoadas no chão. Relata ainda a prática de forjar flagrantes para agravar as penas dos detentos e as diversas formas de opressão exercidas pelos guardas.

Além disso, compartilha detalhes do cotidiano no presídio, como a separação rígida dos pavilhões de acordo com as facções e a organização dos banhos de sol em horários distintos. Entre suas memórias, narra também situações muito específicas, como a maneira pela qual os presos fumavam maconha dentro das celas:

> […] todo mundo sabe, é cento e trinta conto pra trazer pra dentro. O mano traz na barriga. […] Vem numa bexiga, a balinha e a seda junto. Aí [ele] toma refrigerante pra vomitar. […] Era, tinha que pegar o fio da lâmpada pra fazer a faísca, né, na seda? E corta a energia, a luz da cela. Fica só o breu. Só pode assim, man. […]

Ao sair da prisão, Lorin compreendeu rapidamente que a vida não oferecia segundas chances. Convencido de que nunca conseguiria viver e se adaptar à "ilusão" da vida com carteira assinada, voltou para o único caminho que conhecia e sabia trilhar: o crime. Entrelaçado à sua trajetória, ele não poderia simplesmente "dar as costas" à família criminosa que o acolhera quando não tinha nada e que lhe prestara apoio durante o período na cadeia.

Lorin diz que já fez de tudo. Do varejo, passou a buscar droga na fronteira. Segundo seu relato, a mercadoria ilegal chegava de barco e ele a aguardava agachado dentro do mato. Com o auxílio apenas de um celular descartável, sua tarefa era seguir as instruções

enviadas por mensagem, se embrenhando e se escondendo até localizar a carga. Em seguida, escondia os pacotes no estofado do carro e, sem sequer ter carteira de motorista, dirigia até Fortaleza, completando sua parte na rota transamazônica, cujo destino final era a Europa.

Ele afirma que nunca foi "pego" durante o transporte e que recebia cinco mil reais por cada entrega. Conta que sua primeira vez nesse trabalho foi desesperadora: acompanhado apenas por um "cunhado do dono da droga", encontrou-se com a carga, mas o homem voltou de avião, deixando-o sozinho para retornar com o veículo comprometido com a mercadoria. Mesmo assumindo todos os riscos e tendo feito "um bom dinheiro", o que mais nos impressiona é que, no final, quem realmente enriquece é o verdadeiro dono da droga, alguém que sequer mora nas comunidades periféricas.

Ao longo da sua trajetória criminal, Lorin ascendeu de posição até se tornar "frente de área". Agora, comandava, organizava e segurava uma das muitas pontas do circuito global do tráfico. Tinha dinheiro, respeito e influência. Mas, no fundo, o que ele mais gostava mesmo era da atenção. Nenhum dinheiro paga a sensação que recebe quando chega nos lugares sendo rodeado e paparicado como uma liderança. Entre suas conquistas, o que mais valoriza é ser alguém admirado e temido ao mesmo tempo.

Sua sina por atenção vem tanto da carência do passado quanto de uma sabedoria adquirida. Lorin sabe que cultivar boas relações era parte essencial para melhorar sua posição social. Sem ninguém no mundo por ele e tendo construído tudo sozinho ao se destacar e subir na hierarquia do crime, aprendeu que uma atitude ativa e positiva com as pessoas poderia fortalecer sua influência. Por isso, trata genuinamente bem tanto seus superiores quanto seus subordinados.

Sempre teve um lado que lembrava um Robin Hood, destinando muito do que ganhava para ajudar a comunidade, movimentando o dinheiro nos negócios locais e prestando favores nos momentos em que as pessoas mais precisavam. Em sua mentalidade bairrista e de superação, via isso como uma forma de dar a volta por cima e fazer pelos outros, o que nunca fizeram por ele. No entanto, por trás dessa generosidade, havia também um motivo egocêntrico: a necessidade de ser reconhecido, de se sentir essencial. Como ele próprio dizia: "Nosso tempo é nossa riqueza. Não pode desperdiçar com gente falsa". E, ainda assim, vivia cercado de pessoas que o idolatravam por interesse.

Como liderança, é quase natural preocupar-se com a comunidade, pois jovens como ele não podem sair dela senão escondidos. Devido ao seu destaque, estão "visados"

pelos rivais e constantemente seguidos pela polícia, em busca de suborno. Lorin sabia que sair significava “rodar” (ser preso). Por isso, muitos como ele acabam vivendo apenas dentro da comunidade, já que o mundo fora dela não os aceita mais.

A repressão que sofre foi descrita por Michel Misse (2010), ao abordar uma modalidade na qual o ato ilícito é equiparado ao próprio indivíduo. O corpo estereotipado do “vagabundo” — termo usado nas abordagens policiais, independentemente de a pessoa ter ou não passagem pela polícia — torna-se o alvo constante da repressão, como se o crime estivesse encarnado nele. Assim, sendo tratado como uma ameaça permanente, ele carrega esse estigma para onde quer que vá.

Diante dessas limitações e dos riscos que corre, nosso interlocutor diverge das interpretações comuns sobre a vida no tráfico. Para ele, o que mantém as pessoas no crime não é somente começar a ganhar dinheiro e comprar o que antes não podiam, mas, sobretudo, o medo de voltar à miséria. Segundo Lorin, quem nunca passou fome não pode entender a força da determinação de nunca mais querer reviver essa experiência. Ele afirma que a maioria da sociedade acredita que os traficantes vivem para ostentar luxo, mas rebate essa ideia declarando que não está “nessa vida” por ganância e sim pela família. Ele registra:

> Claro que tem [ganância], né? O olho de tudin ali é maior que a cara. Todo mundo que tá nessa vida é assim. Mas a maioria, né? Falo dos meninos que tão na rua, os pontas, não tá nessa pra luxar. Eles valorizam a família, sua mãe, sua esposa, seus filhos, isso que importa.

A ideia de deixar “a coroa” bem, ou de proporcionar uma vida melhor para os filhos, carrega um valor simbólico profundo, de dignidade, que preenche as visões de mundo e é impossível de quantificar. Para os jovens, esse gesto é uma das formas mais genuínas de realização pessoal. Sentem-se bem ao poder retribuir, contribuindo para aquela malha que antes só se nutriam despreocupados, agradecidos, apesar de todos os outros problemas. Essa é, para muitos, a definição mais comum de “vencer na vida”.

Na sua ocupação ilícita, Lorin agia como se tudo dependesse exclusivamente de seu próprio êxito, acreditando que tinha controle sobre cada detalhe de seu destino. Seu modo de existência refletia-se em sua atitude comportamental sempre inquieta e ansiosa: balançava as pernas ou os pés compulsivamente e fumava baseados em sequência, com curtíssimas pausas[113].

113 Como registrado em nossos diários de campo sobre um de nossos encontros, certa vez, Lorin havia acabado de fumar, mas já enrolava um baseado com uma mão, enquanto dirigia com a outra, na rodovia a caminho de uma cachoeira, que fomos juntos por casualidade.

Ele sabia que a traição era uma constante no crime. O jogo de poder nunca para, e Lorin entendia que precisava estar sempre alerta, pois seus aliados podiam se tornar seus inimigos a qualquer momento um dia. Por exemplo, ele conta que, ao ser preso, seus próprios parceiros não demoraram a "crescer o olho" e tentar se aproveitar, querendo comprar "o negócio" dele. Segundo ele, no crime, "é um pulando em cima do outro", e "não é todo mundo se ajudando, é todo mundo ferrando uns aos outro". Essa realidade contradiz a ideologia de irmandade que muitas facções pregam. Embora famílias possam ser desarmônicas, a promessa de união dentro do crime organizado é frequentemente corroída por ganância, rivalidade e interesses pessoais.

No ambiente do tráfico, é característico que todos que se envolvam ajam como se estivessem "nem aí pra nada". A aposta na vida bandida é encarada como um tudo ou nada. Essa mentalidade dificulta a construção de confiança, essencial para o progresso coletivo. Inevitavelmente, surgem disputas e traições, pois "é um querendo passar o outro". Lorin cita o exemplo de alguns garotos que trabalham para ele em um ponto de venda. Segundo conta, eles sempre tentam tirar vantagem: "pede dois reais hoje, amanhã quatro, fica testando os limites da tua bondade e da tua maldade, pra tentar te sugar o máximo que puder".

No submundo do crime, os meninos dão "foda-se a sentença" e poucos mantêm um foco exclusivo no próprio "corre". Sempre há um informante, um traidor, alguém movido pela inveja. Segundo Lorin, "geral é ganancioso, porque nunca teve nada". Para ele, os mais perigosos são os "invejosos gananciosos", que confundem seus alvos, acham que um irmão com mil reais a mais é rico, apesar de todo mundo da periferia estar mais próximo um do outro do que de um bilionário.

Ele argumenta que esses que possuem os valores corrompidos da inveja e da ganância: "não têm a visão". Eles não sabem quanto é um bilhão, pois nunca nem viram um rico de verdade. Por isso, olham para alguém que tem um pouco mais e já o veem como um inimigo. Não entendem a diferença da maioria que não ganha nem cem mil num ano inteiro de trabalho para alguém que usa no pulso um relógio de cem mil. Acham que quem mora em outra rua, em outro bairro, "já não é igual a nós".

Como "frente" (liderança), Lorin sabe que, quanto mais dentro do crime, mais difícil é de sair. As tramas em que se envolveu, a fama que construiu e as inimizades que fez ao longo dos anos tornam a saída um desafio quase intransponível. Alguns tentam levar uma vida dupla, mantendo a família à parte, chegando até a morar escondidos em bairros

dominados por facções rivais. Mas, no fim, o crime deixa marcas. São rastros e entrelinhas que, cedo ou tarde, podem ressurgir.

Ao contrário da ideia de que o crime funciona apenas como uma empresa, regida por uma lógica puramente econômica e racional, a realidade é muito mais complexa. No dia a dia do negócio, as pessoas enganam, deixam-se levar por emoções e fazem escolhas baseadas em suas próprias experiências. Essas decisões geram consequências que se entrelaçam e reverberam de maneira imprevisível.

Além disso, algumas organizações acreditam que um ex-membro, que sabe demais e pode trair ou se juntar à concorrência, seja melhor morto.

Nesse sentido, Lorin sabe que vai ser difícil sair do crime, mas ainda sonha que um dia vai poder sair "de verdade" e de forma fácil. Talvez essa ideia permaneça em seus pensamentos, mais como uma maneira de convencer a si e à sua esposa de que um futuro diferente ainda é possível. No fundo, porém, ele sabe que a vida raramente oferece saídas simples para quem "nasceu quebrado", como costuma dizer sobre si.

Em 2023, ao contrário de uma retirada do crime, foi detido pela segunda vez. Embora tenha ficado pouco tempo preso, a sensação era de que não seria a última. Não à toa, sempre dizia que quem escolhe essa vida precisa guardar dinheiro para as adversidades, porque nunca se sabe nem se estará vivo amanhã.

Outra história que contrapõe a leitura simplificada da "vida fácil" no crime é a de "Gê", também resguardada por um pseudônimo para garantir sua segurança, devido ao envolvimento com mercados ilegais. Assim como Lorin, sua trajetória não pode ser reduzida a meras escolhas individuais. Sua história está profundamente entrelaçada com as condições socioambientais que a moldaram.

Gê é uma mulher negra, jovem, de vinte e seis anos, cuja família inteira está envolvida no crime organizado. Tios, primos, marido, todos possuem algum tipo de participação, seja diretamente no tráfico de drogas ou indiretamente em negócios financiados com dinheiro ilícito, como lanchonetes, salões de festas, aluguel de piscinas e outros empreendimentos.

Na família, o crime é visto como algo natural: um caminho doloroso, mas necessário para garantir a sobrevivência de todos. Dessa forma, não há vergonha nos relatos, e os mais jovens ainda não planejam romper com esse ciclo. Para eles, a sociedade como um todo está permeada por ilegalidades; todo mundo é algum tipo de criminoso e comete algo

ilegal, sejam as pequenas corrupções do dia a dia ou crimes de maior escala. Assim, o que sua família faz é encarado apenas como um meio de vida igual a qualquer outro.

Contudo, ao mesmo tempo, essa tradição surge como uma espécie de maldição, hereditária e biológica, tal qual Evans-Pritchard (2005) descreveu a bruxaria no povo Azande. No caso de Gê, essa "maldição" se materializou de maneira brutal quando seu irmão mais velho foi assassinado pelo Estado. O episódio marcou para sempre sua família, que se tornou ainda mais unida e passou a enxergar a vida ilegal como uma forma de resistência ao "sistema".

No velório, ela relembra os desabafos sobre como o destino de ser preso ou morto persegue os membros da família. Porém, ao contrário da feitiçaria Azande, que teria origem apenas por um ato psíquico, essa "maldição" está enraizada nas interafetações socioambientais concretas. Desde cedo, as possibilidades são tão escassas e nebulosas que o crime acaba parecendo a alternativa menos pior aos olhos das novas gerações familiares.

Gê compartilha um pouco de sua trajetória e como a morte do irmão transformou sua vida. A tragédia a forçou a lidar com a morte muito cedo, provocando mudanças profundas em seu comportamento. Ela conta que ele era muito conhecido no crime e foi assassinado quando ela tinha treze anos:

> Amo morar aqui. Nasci na Jurema e, com quinze anos, vim morar aqui com meu pai. Aí, num sai mais daqui. Já fui muito mal-humorada, aprendi quebrando a cara. […] Eu perdi um irmão já, em 2011, eu tinha o quê, uns treze anos. Eu me lembro muito dele, ele era bem protetor. Tenho essa lembrança dele. Vejo o lado bom hoje, ele era bem querido, muito conhecido, tento sempre lembrar pra não esquecer. A gente passou muita dificuldade, porque minha mãe tinha que se virar no Centro na época. Os mais velhos olhava a gente, a gente brincava muito, era muito bom. A gente brigava muito também, mas era muito legal. Aprendi aproveitar mais, aprendi muito, era muito "reclamona", passei a agradecer os altos e baixos.

Além das trajetórias de vida de jovens com quem cruzamos, como as duas anteriores, muitas outras histórias surgiram em conversas na barbearia próxima à Comunidade São Francisco. Um local que se tornou um ponto de encontro e de experiencialização da vida cotidiana da juventude. Dentre essas histórias, gostaríamos somente de mencionar brevemente duas, que estão registradas nos trechos de diários de campo a seguir:

> […] era sobre a COTAM [tropa especializada no combate ao crime organizado]. Eles falavam como esse batalhão 'faz sacanagem, consideram todos que mora na periferia como vagabundo'. Como evidência, comentaram o caso do 'Carroça', apelido de um rapaz que estava voltando de uma festa na madrugada quando foi abordado. Ao passar por uma *blitz* [ação de fiscalização], que ele achou que era 'apenas' de trânsito, com medo da moto ser apreendida por ter pendências a quitar,

> decidiu dar ‘um pino’ [fuga] nos policiais, que eram da COTAM. Na perseguição, quando o pegaram, Wesley comentava:
> ‘Os caras passaram por cima da perna dele. Quebrou o fêmur. Ainda pegaram o celular dele de sete mil reais. A moto era estouro[114] e, quando o cara foi lá retirar, fizeram [fingiram] que era dois cara. Querendo adaptar, os cana [policiais] disseram isso pra não dar B.O [problema] pra eles. Se ele tivesse morrido, tinham posto que era vagabundo. Aí, agora, oh, vai passar de seis meses a um ano até se recuperar. E é ele que traz maior renda pra família, man”. (Diário de campo – 24 de março de 2022)

> Fui cortar o cabelo, o cara na frente dizendo que ganhava duzentos reais no ‘tigrinho’, um desses aplicativos de jogos de azar. Mas, claro, ele ganha divulgando para que as pessoas entrem e percam dinheiro fazendo as apostas. Fiquei sem reação, porque é triste ver como essa praga das apostas está corroendo as pessoas. Pensei nos montes de jovens já sem horizontes de vida na periferia, depositando esperanças vãs em apostas. Porque ele ganha cada vez que alguém aposta, mas não pode sacar até que os donos da plataforma liberem e fiquem com metade do valor, algo assim. Principalmente essas ‘*bets*’ de esportes, que foram regulamentadas por *lobby* e só servem para lavar dinheiro. Já se tornaram uma epidemia, um problema na periferia, onde estão a faixa de pessoas que mais aposta, mesmo tendo menos. (Diário de campo – 16 de agosto de 2023)

A barbearia também foi um espaço onde pudemos perceber marcas que distinguem a juventude periférica da Comunidade São Francisco. Um desses traços é o fato de que todos se conhecem por apelidos, algo que só acontece quando se vive em um ambiente de intensa convivência. Os jovens crescem juntos, se reconhecem pelos territórios que frequentam e acompanham a trajetória uns dos outros (“todo mundo sabe os corre de todo mundo”).

Nesse universo, às vezes, esses apelidos são acrescentados, como uma necessidade de diferenciar pessoas com o mesmo nome. Mesmo aqueles que não se conhecem diretamente acabam utilizando os apelidos como orientação, pois esses já estão disseminados na malha socioambiental. Assim, surgem nomes como “Gordão”, “Cachoeirinha”, “Carroça”, “Calota”, “Pintinho”, um motorista de aplicativo chamado “Playboy” e o “Biscoito”.

Muitos desses apelidos têm origem em situações reais que, com o tempo, se transformam em brincadeiras entre amigos. Esses, podemos dizer que contam uma história coletiva. Outros, no entanto, assumem a função de “vulgos”, identidades usadas para ocultar o nome verdadeiro no universo da transgressão ou da ilegalidade. Um exemplo é o “Padeirinho”, nome adotado por um traficante de “farinha”, termo popular para cocaína.

Na comunidade, cada pessoa recebe dois nomes: um dado pelos pais e outro atribuído pela rua. Enquanto trajetórias juvenis são moldadas pelo contato direto com o espaço público e as relações interpessoais, as mais velhas tendem a ter cada vez menos

114 Denominação de um veículo que tem tantas multas e débitos atrasados, que não vale a pena regularizar. Então, são vendidos com um preço menor, para quem quiser usar até ser apreendida, ou seja, até “estourar”.

envolvimento com a rua. Esse fenômeno reflete a incidência e a mutação da vida urbana na construção identitária ao longo das diferentes fases da vida.

Os apelidos, portanto, geralmente não sobrevivem à juventude, a menos que se tornem "vulgos" ou que a pessoa mantenha vínculos e interafetações com aqueles que a conhecem exclusivamente por esse nome. Ainda assim, não é incomum encontrar idosos e adultos que preservam seus apelidos, como a "Bilinha", citada no capítulo anterior.

Um dos nossos diários de campo registra a história por trás de um desses apelidos:

> 'Pintinho' é um garoto mais velho que, na adolescência, foi bem envolvido pela 'vida loka', mas foi inteligente para não entrar no caminho errado. Fez um curso de cabeleireiro e conseguiu levantar dinheiro para abrir sua própria barbearia. Justamente nesse momento, quando começou a ter mais consciência pela própria vida, foi quando chegou a moda do 'degradê[115]' nos clipes de músicas, fazendo com que ele ganhasse bastante dinheiro. O suficiente para contratar amigos para trabalhar com ele e para investir numa ampliação do salão da barbearia.
> Antes de chegar minha vez, ouvi sobre a história do apelido 'calota'. O rapaz, na cadeira giratória, disse que, na primeira vez que foi no 'pintinho', ele olhou pra ele. Aí viu seu 'aparelho enorme, nos seus dentes enormes'. Aí, disse: 'Man, esse pivete parece que tem uma calota [aro de carro] prateada nos dentes'. Todo mundo riu. Aí, ficou. Todo mundo agora chama ele de 'calota'. Ele odiava na época, ficava 'puto'. (Diário de campo – 12 de julho de 2023)

Atualmente, entre os jovens das periferias, como os da Comunidade São Francisco, o nome carrega um peso, e muitos se utilizam dele como forma de poder social — seja para benefício próprio ou em detrimento de outros. Nesse contexto, a origem humilde, compartilhada entre os pares, confere à honra um significado que vai além da fama, envolvendo o respeito.

A ideia de ser respeitado, extremamente presente nos mais jovens e intimamente ligada ao nome, trata-se de algo que não se compra. "Fazer seu nome" está associado ao respeito mútuo e, sobretudo, à admiração da comunidade pela sua trajetória. Diferentemente de bens adquiridos no mercado, o nome, assim como o respeito, é conquistado apenas por meio da luta e do reconhecimento dentro da malha socioambiental. Mais do que isso, ele exige a adoção de um modo de conduta que lhe confere valor.

Após esse panorama sobre nosso contato com os jovens durante a pesquisa, nos subcapítulos a seguir, aprofundaremos as histórias de vida de dois deles, que se destacam no contexto da pandemia de covid-19: João Victor, que abandonou a escola para trabalhar, e Gleydson, que se tornou pai e, posteriormente, foi preso.

---

115 Um corte com três níveis nas laterais da cabeça, que ficou muito popular nos bairros periféricos do Brasil todo, difundido por artistas e jogadores de futebol.

## 5.1 João Victor: a bicicleta de entrega e o abandono escolar

Certa vez, de andanças pela São Francisco, registramos em diário de campo o nosso encontro com o jovem interlocutor, que, ainda sem sabermos, dedicaríamos este subcapítulo:

> Notando a rua de acesso mais esburacada, com areia na pista, enquanto me encaminho para a Comunidade, penso que a prefeitura só pode ter esquecido de terminar o serviço que estava fazendo, porque não poderia deixar um lugar daquela maneira, pior do que estava. Hoje, estou levando pão de queijo para merendar mais a tia. Depois de chegar, ser recebido e comermos o que trouxe, fui andar pela Comunidade com ela. No caminho, cumprimentamos ou fomos cumprimentados espontaneamente por moradores, vizinhos e conhecidos da tia Cláudia. E ainda há quem diga que as pessoas daqui não têm educação ou classe. Pode ser até verdade, mas, só se for na escola pública local, lá é que realmente não tem educação e classe, não nos costumes, como querem insinuar. […]
> Dentre os que nos cumprimentaram, havia um entregador de mercearia, bem novo e magrinho, conduzindo uma cargueira cheia de garrafões de água. De imediato, meu olhar recaiu sobre ele, me admirando pela sua perspectiva, naquele trabalho que requer tremendo esforço e força. Lembrando um pouco da minha própria história, fazendo o mesmo trabalho para ajudar meu pai, comecei a pensar quais seriam seus motivos particulares e se seriam iguais aos meus. Cláudia, então, interrompeu meus pensamentos fugazes de instantes, trazendo minha consciência junto com ela, em seus problemas concretos. Ela pergunta se ele já tinha levado a água para a casa dela, ao passo que ele responde perguntando se "tava" pago. Um pouco confusa, pois sabia que ele queria se adiantar no serviço e saber se precisaria de troco, mas, sabendo que poderia pagar quando ele fosse entregar, exitou por um momento e falou que achava que estava. Ele, ao ouvi-la, ficou brincando com esse "achar" dela, porque não caberia se tratando de algo certo como dinheiro. Seria legal conhecê-lo. (Diário de campo – 26 de Julho de 2022).

Esse foi o primeiro contato que tivemos com João Victor, mas não o único, nem o último. Ele evidencia, como, muitas vezes, entrelaçamentos e interafetações, que passam despercebidos no cotidiano, mesmo nos menores detalhes, ainda assim modificam o curso de nossas vidas.

João Victor é conhecido pelo apelido "JV", formado por suas iniciais. Um jovem de dezesseis anos, extremamente empático com os outros e com sua família, que abandonou a escola durante a pandemia de covid-19. Na figura 41 mais abaixo, podemos vê-lo sem sua camisa de time predileta, que quase sempre está vestindo, porém, trajando calção tactel e boné, como de costume. Nas mãos, ele segura fotos antigas de família que havia acabado de nos mostrar — imagens que agora simbolizam seu desejo de reunir novamente seus entes queridos, após a separação dos pais, também durante a crise sindêmica.

Figura 41 – João Victor em frente ao portão da casa na qual a família paga aluguel



Fonte: Autor.

Ele nasceu em 2008, em Caucaia, cidade vizinha e parte da região metropolitana de Fortaleza. Sua mãe, Irene, com vinte e um anos na ocasião de seu nascimento, é originária dessa mesma região periférica, limítrofe à várzea da Bacia Hidrográfica do Rio Maranguapinho. Já seu pai, Jeferson, tinha vinte e dois anos na época e era natural de Acopiara, cidade interiorana do centro-sul do Ceará, situada na várzea sertaneja do Rio Jaguaribe.

O casal se conheceu nos movimentados comércios do Centro de Caucaia, pouco depois de Jeferson chegar do interior em busca de emprego, aproveitando as muitas oportunidades geradas pela expansão metropolitana da capital em um período econômico favorável. Mesmo sem estudos, ele conseguiu trabalho rapidamente, o que permitiu que

formasse uma família com Irene, que, ao engravidar de João Victor, precisou deixar seu emprego. Juntos, tiveram três filhos, sendo JV o do meio.

A relação de João Victor com o pai é complicada. Sobre ele, o jovem afirma: “Meu pai, eu num moro com ele não, não sei o que ele faz não. Eu falo com ele só de vez em quando. Ligo pra ele”. Enquanto sua avó materna e seu irmão mais velho insistem que JV “não tem pai”, ele parece não guardar rancor do homem que abandonou a família em 2020, durante a pandemia de covid-19. Ao mesmo tempo, embora Jeferson esteja ausente, muitos comentam o quanto João Victor se parece fisicamente com ele, a ponto de suas feições evocarem a imagem paterna. Sem dúvidas, para além da separação e do abandono, a figura do pai marca profundamente a trajetória de vida de JV, influenciando não apenas na série de interafetações que alavancaram sua evasão escolar, mas também na sua identidade, nos seus princípios e  na coragem para trabalhar.

Sua mãe, Irene, agora com trinta e sete anos, estudou até o ensino médio, mas está desempregada e sobrevive com a ajuda do Programa Bolsa Família. Às vezes, costura para uma vizinha que trabalha no ramo há muitos anos, produzindo encomendas para um atravessador que passa para recolher a produção. Apesar de incertos e mal darem para o sustento, segundo ela, os rendimentos que tira com os “bicos” de costura sempre chegam na hora certa, ajudando a prover as necessidades básicas da família. Além disso, é uma atividade que lhe permite praticar, o que antes era somente um *hobby* que aprendeu com a mãe.

A relação de João Victor com Irene, por sua vez, é turbulenta. Ele diz: “Nóis briga muito, né, man? Direto, discutindo. Mas dentro de casa [a relação com a mãe] é boa, man”. Uma de suas últimas discussões aconteceu porque ela se irritou ao descobrir que ele havia feito outra tatuagem. JV relembra: “[Ela] Diz que vai ficar féi, né? E ficou mesmo, porque eu nem paguei. O cara não sabia fazer, aí eu deixei ele fazer”. Na impulsividade da juventude, JV permitiu que um amigo, ainda iniciante na técnica, treinasse na sua pele, em troca de que o trabalho sairia de graça. Sem ter certeza da procedência da tinta ou da higienização do equipamento, ele não parece compreender plenamente os riscos envolvidos. Além de infecções e reações alérgicas, poderia ter contraído doenças graves, como a AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

Inocentemente, ele conta suas três tatuagens ainda na adolescência: “Tenho essa daqui, essa aqui e a do peito aqui. O peito eu terminei ainda não”. No braço, tatuou o nome da mãe; nos dedos, o ano de nascimento dela; e, no peito, uma espécie de “anjo protetor”, como

ele mesmo define. JV explica que Irene também tem tatuagens: seu nome no peito e os nomes dos outros filhos espalhados pelo corpo, além de outras na perna e no braço. Por isso, as implicâncias e brigas não são motivadas pelo ato em si — frequentemente visto como profano por religiosos mais fundamentalistas —, mas sim pela pouca idade do filho, que poderia se arrepender no futuro. Não à toa, JV diz que escolheu justamente o nome da mãe e a data de nascimento da mãe, em duas das suas tatuagens, para que ela soubesse que ele nunca se arrependeria de ser seu filho. Além disso, é claro que, como bônus, ao homenageá-la, esperava que ela pegasse mais leve na bronca.

A avó materna, Dona Salete, de cinquenta e quatro anos, evangélica, apesar de não aprovar as tatuagens, mantém uma boa relação com os netos. Os dois mais novos ainda recebem muito carinho dela, apesar de sua postura crítica em relação às escolhas da filha. Para Salete, Irene nunca deveria ter se casado com Jeferson nem ter se afastado da igreja. Ela trabalha como cuidadora de idosos, mas, além dos cuidados, acaba assumindo também as tarefas domésticas na casa dos patrões, sem receber nada a mais por isso. Tem medo de perder o emprego e não conseguir mais se recolocar no mercado por conta da idade, então aceita tudo o que lhe pedem. Sobre o apreço que tem pela avó, João Victor afirma:

> Tu é doido, minha avó é tudo! Ajuda demais a gente. […] Ela é gente boa, conversa comigo, dá conselho… Evangélica, ela. Tem vez que eu vou com ela pra igreja, mas assim, muito difícil. […]
> Minha avó trabalha. Não é aposentada ainda não. […] Man, minha avó é veia e cuida de idoso mais véi que ela. Ela é faxineira, acho, também. Ela até viajou agora para trabalhar. Ela passa uns dias lá no trabalho.

Para cuidar da mãe e da avó, a quem nutre um profundo respeito, João Victor se contenta em afirmar sua identidade periférica, adotando um estilo considerado “marginal”, mas mantendo distância de um envolvimento com o crime e a violência. Essa postura, sem dúvida, é reflexo da educação que recebeu das mulheres mais velhas de sua família.

A avó, Dona Salete, é como uma segunda mãe, pois cuidou dele durante a maior parte da vida. Segundo JV, a matriarca sempre faz questão de repetir ensinamentos em forma de versos, tais como: “Me diga com quem tu andas, que eu direi quem tu és”, na esperança de que a mensagem evite que o neto se aproxime de pessoas envolvidas na ilegalidade. Aliás, a adolescência na Várzea é o período mais perigoso e propício para o aliciamento dos jovens por grupos criminosos. Isso ocorre devido à combinação entre a inconsequência típica dessa fase, impulsionada pelo princípio do prazer do id, e o estágio inicial de consolidação da identidade, mediado pelos princípios da realidade do ego e do dever do superego (FREUD,

1997).

Por isso, sempre que JV chegava em casa, acompanhado de alguém que sua avó não aprovava ou considerava uma má influência, ouvia a mesma frase como advertência. Sob as interafetações dos conselhos da avó, principalmente, na ausência de uma figura paterna, ele sentia que, mesmo sendo uma amizade de infância, não poderia manter, na sua sequência, proximidade com quem faz "a coisa errada". Exercitando sua empatia (também reflexo dos cuidados que recebeu das mulheres de sua família para consigo), ele afirma que busca contribuir com as tarefas de casa: "Eu também ajudo, lavo louça, arrumo a cama. Encho a garrafa". Embora seja a mãe quem cozinhe diariamente, ele se propõe a auxiliá-la no que pode: "Eu só sei fazer mistura, agora arroz, essas coisa assim, feijão, macarrão, sei não".

O irmão mais velho, Jonas, dezenove anos, de acordo com João Victor, "vive na casa da namorada". Apesar de ter uma boa relação com a mãe, prefere dormir na casa da companheira algumas vezes na semana e nos fins de semana, devido ao espaço pequeno da casinha alugada onde a família mora. Trabalha como metalúrgico em uma empresa de grande porte e, atualmente, é um dos principais responsáveis pelo sustento da família, junto da avó. Ele não mantém contato com o pai e afirma que o odeia.

Já a relação de Jonas com JV é marcada por constantes brigas e desentendimentos, divergindo sempre de opiniões, estilos e modos de viver. O adolescente explica: "Macho, eu num falo muito com ele não. […] A gente brigava direto quando ele tava mais por aqui. Ele mora aqui, né? Mas ele fica mais na namorada dele. De vez em quando ele vem dormir aqui, aí, de vez em quando ele dorme lá".

Segundo João Victor, Jonas abandonou os estudos no terceiro ano do ensino médio, quando estava prestes a concluí-lo. Ele lembra que o irmão passou muito tempo reclamando da escola e que, para a família, já que queria trabalhar, teria sido melhor que tivesse desistido antes, em vez de esperar até o último ano para decidir não ir mais. Essa crítica familiar e a comparação com o irmão — que saiu no último ano — fazem com que JV, que abandonou os estudos ainda no ensino fundamental, se sinta mais inteligível e menos criticado pela família, quando, na verdade, deveria ser o contrário, pois não só repetiu a trajetória de evasão do irmão, como também saiu ainda mais cedo da escola para trabalhar.

Um padrão muito comum nas famílias pobres da várzea do Maranguapinho é a passagem de móveis, como camas e guarda-roupas, dos irmãos mais velhos para os mais novos, assim como acontece com as roupas. Nesse sentido, de certa forma, isso fez com que

JV sempre projetasse a necessidade de ultrapassar o irmão mais velho, buscando fugir da sensação de estar sempre com suas sobras e pertences antigos. Ele entendia a necessidade da família de economizar, para seguir esse padrão, porém, isso despertou nele um forte desejo de ser independente, trabalhar e conquistar suas próprias coisas. Desejo que também contribuiu na complexidade de razões para sua fuga precoce do sistema de ensino.

Entre todas as suas relações familiares, a melhor é com a irmã mais nova, a caçula, Iasmim, de sete anos. Ela adora João Victor, pois passam muito tempo juntos, e ele, sempre gentil, aceita brincar com ela. JV é responsável por levar e buscar a irmã na escola, utilizando a bicicleta que divide com Jonas, e que usa para tudo, quase como uma extensão do próprio corpo. Às vezes, quando Iasmim quer ir andando, ele usa a bicicleta dela, mesmo sendo anatomicamente inadequada, para acompanhá-la. Toda semana, observamos João Victor trazendo a mochila da irmã no ombro, enquanto ela pedala atrás dele. O jovem cuida bem da irmã, garantindo sua alimentação quando os outros membros da família estão fora de casa.

Retomando um pouco a história da família de João Victor, é preciso esclarecer que seus pais tiveram o primeiro filho, Jonas, em 2005. O nome escolhido reflete como o casal, de origem católica, estava inclinado à leitura bíblica influenciada pela Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, conhecida informalmente como Igreja dos Mórmons, que frequentavam na época. Em 2006, seus pais se casaram sob essa doutrina religiosa e tentaram levar uma vida restrita aos comportamentos requeridos, como pagar à risca o dízimo, evitar conflitos, manter discrição nas demonstrações de afeto em público e adotar vestimentas que não mostrem o corpo. Foi nesse contexto que, em 2008, João Victor nasceu, visto como uma "nova benção" e cumprimento do mandamento de "multiplicai-vos". Ele cresceu em uma casa alugada próximo ao terminal de ônibus do Conjunto Ceará, na várzea do Maranguapinho, onde passou a infância. Esse era o retrato da família naquele período, como ilustrado na figura 42 abaixo, em 2013:

Figura 42 – Fotografia familiar com os pais e irmão mais velho de João Victor, em 2013




Fonte: Autor.

Como assevera João Victor sobre sua infância: “[…] brincava de um bocado de coisa, de bila, de raia, polícia e ladrão… Joguei muito de bola na rua, até com tampinha. Só que, arrancava o chaboque do dedo. […] Ainda jogo bola até hoje, mas é mais futmesa agora”.

Enquanto JV crescia e vivia uma infância típica de um garoto de periferia, correndo atrás de pipa, ralando os joelhos e arranjando confusão com outros moleques, seus pais, em 2014, decidiram sair da Igreja. Após anos seguindo a disciplina da doutrina, algumas críticas e descontentamentos os levaram a essa escolha. Entre os motivos estavam a obrigação do pagamento do dízimo, mesmo em situações financeiras difíceis; as inúmeras proibições que tornavam a vida mais restrita e afastavam a família de outros parentes; além da perda da

crença de que os líderes religiosos eram profetas vivos, passando a vê-los apenas como homens comuns, repletos de hipocrisia.

A transição para uma vida mais livre das pressões doutrinárias foi rápida. Ainda em 2014, o casal, que trabalhava em empregos fixos e não via prosperidade, decidiu contrair um empréstimo, substituindo o compromisso financeiro do dízimo pelo pagamento das parcelas ao banco. Esse dinheiro era parte de um plano articulado por Jeferson, que decidiu apostar em um bar e restaurante de frente para o canal da Avenida C, no Conjunto Ceará. Apesar de o novo negócio ter sido idealizado mais pelo marido, e do receio de "pedir as contas" no seu emprego para abrir o empreendimento, Irene gostou da ideia de cozinhar e cuidar da venda de comida, enquanto Jeferson ficaria responsável pela venda de bebidas.

Na época do bar, João Victor tinha seis anos e passava o tempo brincando entre as mesas e cadeiras, crescendo ao som das histórias dos bêbados e fazendo amizades em partidas de sinuca, conforme foi ficando mais velho. Todos na família trabalhavam no negócio, cada um com suas tarefas. Assim foi, durante anos, e dentre as atividades, cabia ao irmão mais velho, Jonas, servir os clientes nas mesas, atuando como um garçom. Função essa que, mais tarde, também foi assumida por JV. Entre os dez e os doze anos, o adolescente ajudava no bar, servindo bebidas e recolhendo os copos, algo que considera seu primeiro emprego. Ele afirma:

> Primeiro emprego? Mancho, eu ajudava meu pai no bar dele. Ele tinha um bar com restaurante. Ali, na frente do canal da C, sabe? É, eu ajudava com ele lá. Eu era tipo um garçom. Porque ele fazia churrasco lá também. […] Faz tempo isso, eu tinha uns doze, onze [anos] por aí. Meu irmão também, todo mundo ajudava, man, na verdade. Fazia tudo, ajudava a limpar, jogar água pra lavar o bar, o que precisasse.

No início do empreendimento, tudo parecia dar certo. Em 2015, o pai, responsável pelas finanças, conseguiu poupar uma quantia substancial, mesmo com os custos do empréstimo, do aluguel e da manutenção do negócio e da família. No entanto, ao invés de investir em um "pé de meia" para a compra de um terreno e do material para a autoconstrução da casa própria — algo esperado pelos parentes — Jeferson gastou todo o dinheiro comprando um carro. A decisão foi amplamente criticada na época, pois, para muitos, ele deveria ter pensado a longo prazo e priorizado para que a família saísse do aluguel. Jeferson imaginou, como justificativa para suas vontades e necessidades de status, que com o veículo poderia buscar mercadorias para o estabelecimento, diretamente nos grandes centros de distribuição, onde conseguiria preços mais vantajosos.

Nas lembranças de João Victor, ele recorda as idas com o pai no carro até a

CEASA, localizada próximo ao anel viário, na divisa com o município de Maracanaú. Acompanhava Jeferson nessas viagens, ajudando a carregar caixas de bebidas adquiridas nas distribuidoras e sacas de alimentos frescos para o restaurante. Essas viagens foram interafetações que marcaram profundamente sua trajetória. Ele se lembra, com nitidez, de quando olhava pela janela do veículo e via crianças de sua mesma idade, vestidas aos farrapos e imundas de terra, disputando frutas machucadas e já impróprias para venda na feira. Enquanto isso, arrodeavam-se, entorno delas, alguns cachorros tão abandonados e magros como elas próprias, em busca de sobras de alimento.

Embora João Victor não consiga expressar exatamente a lição que tirou dessas cenas, ao explorarmos sua narrativa, percebemos que essas vivências moldaram sua consciência social, seu senso de responsabilidade no trabalho e, mais uma vez, sua empatia. Como ele mesmo relata:

> Eu ia era muito com ele pra CEASA. Ia ajudar meu pai, mas não podia dizer, né? Porque ele tinha medo de acharem que era trabalho infantil.
> É porque tinha uns cara lá, de colete preto, que ficava fiscalizando. Aí, ele me dizia pra mentir caso perguntassem. Pra dizer que eu tava só passeando com ele. […] Era. Os donos das bancas lá, das feiras, botava as criança de rua pra carregar os caixote, as compra dos cliente, até os carros. Aí, os cliente dava um trocado, os cara lá davam as frutas que tava feia, que não ia vender…

O carro, no entanto, provou-se mais um prejuízo do que um benefício. Seminovo, desvalorizado assim que foi adquirido, perdeu ainda mais valor após o uso contínuo e descuidado de Jeferson. O dinheiro investido no automóvel desapareceu e tornou-se um saldo negativo, após uma sequência de problemas mecânicos e de multas causadas pelo mau uso. Eventualmente, então, o pai precisou se desfazer do veículo.

Em 2017, tanto a situação financeira da família quanto a do estabelecimento começaram a se deteriorar. O movimento de clientes havia caído drasticamente. Como se não bastasse, Irene descobriu que estava grávida de Iasmim, a irmã caçula de João Victor. O nome da menina seguiu a tradição familiar: assim como os meninos receberam a inicial do pai, ela recebeu a inicial da mãe. No entanto, a gravidez não planejada trouxe uma preocupação extra, pois o casal já conhecia bem o peso financeiro de uma gestação e da criação de uma criança.

A atmosfera familiar se tornou desesperadora. Para Jeferson, a notícia da nova filha somou-se ao fracasso do bar e aos erros financeiros acumulados, levando-o a uma atitude de “jogar a toalha”. Seu consumo de álcool, já naturalizado, se intensificou, tornando-se uma válvula de escape para as frustrações. Preocupava-lhe a visão de que, em pouco tempo, não

conseguiria mais honrar com os pagamentos do empréstimo bancário, nem mesmo se a esposa e os filhos passassem fome. Ele, então, passou a negligenciar completamente o negócio. Em vez de buscar soluções, passava os dias com amigos no bar, jogando sinuca e bebendo com eles, consumindo o próprio estoque de bebidas, o que fez com que o empreendimento deixasse de gerar qualquer lucro. João Victor narra essa fase ao seu modo:

> Ficava lá bebendo… Só que ele abria só pra eles [os amigos], sabe? Aí, num dava lucro. Ele num botava mais mesa pro outro lado, cadeira. Ali, depois da rua, na margem do canal, onde era mais fresco, né? Que isso aí, chamava mais gente pro espetinho. Aí, logo ele parou de vender os espetinho. Ficou só nas bebidas. Mas, aí, ficava só as mesa vazia. Abria só pra ele mermo.

A situação tornou-se insustentável entre o casal, que passou a brigar constantemente. Irene estava profundamente insatisfeita com a vida no bar, e a família começou a enfrentar dificuldades financeiras cada vez mais severas, precisando recorrer à ajuda de parentes todos os meses, sobretudo após a chegada de mais uma criança.

Em 2019, com apenas doze anos, João Victor, vendo os pais em desespero, tentou vender balas no semáforo próximo à Caixa Econômica durante o contraturno escolar. Entretanto, sua timidez o impedia de abordar as pessoas para pedir dinheiro, e ele ainda precisava lidar com moradores de rua e vendedores mais experientes que já ocupavam aquele espaço. Muitas vezes, temia ser roubado, mesmo quando conseguia vender alguma mercadoria. Diante dessas dificuldades, acabou desistindo, pressionado também pela mãe, que temia por sua segurança nas ruas.

Os pais de João Victor suportaram essa situação aflitiva por mais dois anos, até que a pandemia de covid-19 agravou tudo. Mesmo abrindo o bar quando não podia, devido às medidas de contenção sanitária, o movimento caiu por completo. A crise financeira da família chegou ao limite, forçando-os a fechar o estabelecimento antes mesmo do segundo *lockdown* de 2020. Sem alternativas, devolveram o ponto alugado, deixando dívidas enormes sem serem saldadas. JV narra o momento derradeiro: “Ele abria, ficava lá em baixo [o bar funcionava no térreo, enquanto a família morava no andar de cima]. Aí, num dava ninguém”.

Naquele ano, fugindo tanto da pandemia quanto dos cobradores das dívidas que restaram, a família se mudou para o interior do Ceará, na cidade de Acopiara, onde vivia a família paterna. A ideia era tentar um recomeço, não apenas financeiramente, mas também para a relação do casal. No início, o apoio da numerosa família do pai foi positivo, mas, após somente duas semanas, Jeferson se envolveu com um antigo relacionamento da juventude. Quando Irene descobriu e expôs a traição em um grande escândalo nas ruas da cidade, ele

abandonou a família. O fato de a outra mulher ter acabado de se divorciar e já ter filhos de outro casamento fez com que Jonas, o irmão mais velho, sentisse ainda mais raiva do pai, por ter escolhido outra família em vez dos próprios filhos.

No final, a pandemia de covid-19 não apenas selou o destino do empreendimento familiar, mas também marcou o fim do casamento dos pais de João Victor. Mesmo sem trabalho e com poucas perspectivas de emprego no interior, Jeferson decidiu permanecer por lá. Os filhos menores passaram a ter pouco ou nenhum contato com ele. Já Irene, sem motivos para ficar, decidiu retornar a Fortaleza com os filhos e se instalar na Comunidade São Francisco, próximo à casa da avó materna de JV. Inicialmente, alugou uma quitinete própria por um preço acessível, um andar acima do cortiço onde a mãe morava, tentando evitar voltar de mãos vazias e envergonhada pela traição. No entanto, com dificuldades financeiras, não demorou para que tivesse que pedir abrigo e ir morar com Dona Salete, levando seus filhos junto.

Atualmente, João Victor, a mãe, a avó materna, a irmã caçula e o irmão mais velho vivem todos em uma quitinete alugada por quatrocentos reais, com contas de água e luz pagas separadamente. Além deles, a casa também abriga uma cadela da raça *pitbull*, criada somente dentro da residência e cuidada pela mãe. Mansa e extremamente apegada à família, o animal se tornou o xodó de Iasmim, que projetou na cadela sua necessidade de carinho e proteção após a separação dos pais. Segundo João Victor, antes havia outro cachorro, mas ele "morreu de velho".

A casa, pequena e mal ventilada, conta somente com a circulação de ar proporcionada pelos cobogós nas paredes da sala. Além da varanda na frente e da sala, possui apenas um quarto, uma cozinha e um banheiro, compartilhados por todos da família. Em uma cama grande de casal, dormem a avó, quando está em casa, a mãe e a irmã mais nova. João Victor dorme ao lado em uma cama menor de solteiro, enquanto o irmão mais velho, quando não está na casa da namorada, ocupa uma rede armada sobre as camas. Às vezes, a mãe dorme na rede no lugar de Jonas. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o irmão passa tanto tempo fora: deixar a rede para a mãe, já que os dois têm uma boa relação e ele sabe que a irmã está crescendo, em breve, não cabendo mais entre as mais velhas. Segundo JV, sobre o relacionamento entre Jonas e Irene: "São os mais de boa, é ele e minha mãe, man. Difícil eles brigarem, discutirem assim".

Curiosamente, apesar das condições limitadas de espaço, João Victor não se sente

desconfortável. Na percepção dele, ele tem espaço suficiente. Afirma: “Tem, tá de boa aí”. Sua resposta reflete tanto a imaturidade adolescente quanto sua humildade, pois ele nunca teve um quarto só para si. Mesmo antes da piora da situação financeira da família, já dividia o quarto com o irmão. Ter crescido assim faz com que ele veja o espaço como suficiente, ainda que reconheça que para os outros não seja o ideal.

Nessas condições, durante a pandemia de covid-19, a família enfrentou dificuldades como nunca antes, apesar dos pequenos alívios proporcionados pelas parcelas do auxílio emergencial do governo, já que a mãe faz parte do Cadastro Único. De acordo com a Rede PENSSAN (2022), a fome cresceu 85% em 2020, e, por pouco, a família de JV não entrou nessa estatística, embora tenha sofrido com a insegurança alimentar em outro nível. Até agosto daquele ano, os preços das carnes acumulavam um aumento de 30,8% em doze meses, segundo o IBGE[116]. Por isso, sem condições de comprar proteína de qualidade, João Victor passou a se alimentar basicamente de macarrão instantâneo com salsicha, o que o levou a ficar doente. Já sua mãe e sua avó, sem opções melhores, consumiam apenas pés de galinha, pele e miúdos — alimentos que JV se recusava a comer, tendo que se contentar com embutidos processados e ovos, quando disponíveis.

Com todo o rebuliço que virou o mundo do adolescente de cabeça para baixo: o medo do novo coronavírus, o fim do empreendimento familiar, a separação dos pais e a passagem pelo interior, João Victor acabou abandonando a escola assim que elas foram fechadas pelo decreto n.º 33.510 de 2020, que interrompeu diversas atividades como parte das medidas de contenção.

Quando retornou à Fortaleza, ele até tentou ter aulas virtuais na rede pública de ensino, mas enfrentou muitas dificuldades, além daquelas já impostas pela situação financeira da família. Ele não tinha um notebook ou mesmo um celular com sistema A*ndroid*, quanto menos acesso à conexão de internet estável e de banda larga. Por meio do celular da mãe e do *wi-fi* da vizinha, JV assistiu a algumas aulas, mas não conseguiu se adaptar ao ensino remoto, nem adaptar seu ambiente doméstico, sempre cheio e barulhento devido ao pouco espaço, às salas de aula virtuais. Mesmo recebendo material didático impresso, uma iniciativa das autoridades públicas para atender estudantes sem acesso a meios tecnológicos, ele acabou desistindo do oitavo ano em 2021. Segundo ele, suas notas estavam muito baixas e a recuperação parecia inevitável.

Assim como João Victor, muitos estudantes abandonaram a escola durante a

116 Cf. Matéria disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58879411. Acesso em: 29. Jan. 2025.

pandemia. Segundo a organização Todos Pela Educação[117], o número de alunos fora da escola triplicou no período. Já, como assevera a pesquisa da *United Nations International Children's Emergency Fund* (UNICEF) com crianças e adolescentes brasileiros entre onze e dezenove anos, na classe D e E, a taxa de evasão escolar chega a 17%, enquanto nas classes A e B esse índice é quatro vezes menor, apenas 4%[118]. Ou seja, os mais ricos permanecem na escola, enquanto os mais pobres têm uma série de motivos para abandoná-la. Entre eles, 48% dos entrevistados da pesquisa afirmaram que precisavam trabalhar, 30% relataram dificuldades em acompanhar as explicações e atividades, e 28% disseram que precisavam de tempo para cuidar de familiares. Além desses fatores, nossa própria observação em campo revela ainda outros desafios que contribuem para a evasão escolar, como a falta de transporte, a gravidez na adolescência, as dificuldades enfrentadas por estudantes com deficiência e as barreiras impostas pelo racismo.

Particularmente para nosso interlocutor, o abandono definitivo da escola aconteceu quando recebeu a proposta de trabalhar na entrega de garrafões de água a domicílio, em uma distribuidora local. Durante a pandemia de covid-19, após um dos entregadores adoecer, ele foi chamado para substituí-lo, tendo sido indicado pelo próprio rapaz quando o patrão perguntou se conhecia alguém para a vaga. A fama de JV por sua seriedade e esforço no trabalho fez com que o amigo se lembrasse dele, resultando em sua contratação informal.

Por um pagamento semanal muito baixo, João Victor começou a fazer as entregas dos garrafões de vinte litros, terminando exausto ao fim de cada expediente, devido ao esforço contínuo de carregar peso. Sua mãe ficou compadecida por ele, mas não tinha como se opor, além da necessidade financeira da família, o próprio filho já não queria mais frequentar a escola para assumir a atividade laboral. Então, diante desse cenário, restava a Irene aceitar a decisão: “não tinha o que fazer”.

Além disso, um fator que pesou ainda mais na sua decisão foi a própria doença da covid-19. Quando a contraiu, teve um quadro grave, apesar da pouca idade e de não pertencer a nenhum grupo de risco. É possível que a enfermidade tenha se agravado nele, devido à sua imunidade baixa, consequência sindêmica da subnutrição causada pela crise alimentar vivida

117 Cf. Notícia disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/pnad-levantamento-do-todos-mostra-primeiros-impactos-da-pandemia-nas-taxas-de-atendimento-escolar/. Acesso em: 29. Jan. 2025.

118 Cf. Comunicado de imprensa disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/dois-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-de-11-a-19-anos-nao-estao-frequentando-a-escola-no-brasil. Acesso em: 29. Jan. 2025.

pela família naquele período. João Victor relembra esse momento por meio de flashes de memória:

> Eu peguei foi covid, man. Vixe, té doido é? Eu fiquei ruim demais. Fiquei só os ossos. Sintia falta de ar, né? Eu também não tava conseguindo comer nada. Só com diarreia, né? Sem sentir cheiro, o gosto das coisas… Tudo isso eu senti. Mas eu tava com uma febre alta que só. Não baixava, ficava delirando. Fiquei só os ossos também, man. Conseguia nem ficar em pé, man. Minha mãe que me dava banho.
> Aí, fui pro hospital, desmaiei lá ainda. Fizeram o teste pra saber, deu positivo. Lembro só duns momento, assim, da minha mãe de máscara, dizendo que eu tava [infectado]. Deu tomando remédio também, assim, pelo braço.

O jovem continua seu relato, contando como, após sair do hospital, foi mandado para casa a fim de se recuperar, sem ocupar um leito já escasso na rede pública de saúde naquele momento.

> Tava lá deitado, aí, eu desmaiei de novo. Aí, depois eu num sei mais, não [começa a rir]. Não sei se meu pai ou meu irmão me carregaram. Eu num lembro de nada, não. Só que, acordei em casa.
> Eu ficava só no quarto. Foi no tempo que eu morava no bar lá. […] Aí, eu ficava só deitado, man. Conseguia nem ficar em pé. Ela [a mãe] que me dava as coisas. Só no quarto, uma semana desse jeito. Até que eu fui melhorando, aos poucos.

Felizmente, ninguém da família tinha comorbidades, o que contribuiu para que ninguém mais apresentasse sintomas graves. Na verdade, a maioria dos familiares que contraiu a doença na primeira onda foi assintomática, e apenas o pai sentiu sintomas leves, principalmente a perda de olfato e paladar. JV relata: “É, que saiba, né? Que teve sintomas, né? Só eu, porque eles, eles tavam de boa. Só quem ficou cruel assim mesmo, fui eu”.

João Victor conta que teve medo de contaminar os familiares e, por isso, evitava contato com a avó e os irmãos, interagindo apenas com a mãe e o pai. Ele narra: “Ficava só dentro de casa, saía de casa não. Como é que sai? Nem em pé eu conseguia ficar”. Por outro lado, admite que antes, durante o *lockdown*, não usava máscara com frequência: “Eu usava só pra ir nos canto, mas assim, pra rua, eu num usava não”. Com tão pouca idade e ainda no início da adolescência, era difícil para ele compreender a complexidade das interafetações entre saúde pública e comportamento social. Ele confessa: “Eu saía, man. Saí pra jogar [futebol]. Eu saí assim pros cantos, pra jogar bola, eu saia sem máscara, man. Ia na pracinha, só ia sem máscara”. Sendo esses atos negligentes que, provavelmente, o levaram a contrair a doença primeiro na família e, possivelmente, transmiti-la ao pai.

Com uma leve culpa de sua imaturidade para perceber as possíveis consequências de suas decisões, João Victor não tinha plena noção de que desrespeitar o *lockdown* e adoecer

poderia ter exposto familiares mais vulneráveis, como sua avó e sua irmãzinha. Como acontece com muitos adolescentes, a necessidade de socialização e pertencimento ao grupo se sobrepôs à preocupação com as regras de isolamento.

Não por acaso, uma pesquisa da UFC, em parceria com outras universidades, mostrou que, entre aqueles que conviviam com pessoas de grupos de risco e comorbidades, a adesão ao isolamento social foi maior, assim como os níveis de confiança no governo. O estudo sugere que o medo de expor um ente querido ao vírus pode ter influenciado esse comportamento (SILVA *et al*., 2021), o que não foi o caso de JV, que não tinha familiares enquadrados diretamente em grupos de risco. Por outro lado, a pesquisa também indicou que aqueles que testaram positivo e apresentaram sintomas leves tendiam a aderir menos ao isolamento e a confiar menos no governo após a recuperação (ib.).

Aqui, percebemos diferenças marcantes entre os relatos de nossos interlocutores: enquanto Dona Wilma tomou precauções rigorosas para evitar transmitir a doença ao filho, e Dona Vaneide ficou traumatizada após perder o marido diabético, João Victor não teve a mesma percepção da gravidade do contexto. Isso nos lembra que, ao basearmos nossas ações apenas na experiência pessoal, esquecemos que as medidas de proteção nunca foram somente sobre impedir a gravidade da doença nas pessoas próximas à gente, mas sim, sobre impedir a circulação e acesso do vírus às pessoas mais vulneráveis, sejam elas quem fossem.

No mesmo sentido de displicência para com os outros, enquanto se tem muita empatia com quem é próximo, JV foi o único da família a tomar apenas uma dose da vacina quando esta ficou disponível para sua faixa etária, que não tinha prioridade. Segundo ele, como o restante da família já havia tomado três ou quatro doses, quando finalmente chegou sua vez, não via mais perigo nem para eles, nem para si próprio. Esse posicionamento revela sua incapacidade de se enxergar como um caso atípico, já que é incomum um adolescente apresentar sintomas tão severos quanto os que teve.

De fato, mesmo sem perceber e sem desenvolver uma consciência distinta do senso comum de quem contraiu uma forma leve da doença, seu caso exemplifica como a covid-19 nunca deveria ter sido tratada como uma "gripezinha", que atingiria apenas idosos e pessoas improdutivas, as quais haveriam de "morrer de qualquer jeito um dia", como tratado pelo então presidente da república em exercício, Jair Bolsonaro[119].

Também uma questão de consciência, no que diz respeito à evasão escolar, a

119 Cf. Conteúdo disponível em: https://www.folhape.com.br/politica/gripezinha-e-pais-de-maricas-confira-as-frases-de-bolsonaro-sobre/187784/. Acesso em: 30. Jan. 2025.

complexidade dos fatores que levaram JV a abandonar os estudos, hoje, cinco anos depois, já é tratada pelos gestores públicos como parte de uma história de exceção, apenas de uma geração marcada pela pandemia de covid-19. No entanto, particularmente na várzea do Maranguapinho e na Comunidade São Francisco, o abandono escolar segue sendo um problema recorrente, independentemente do contexto pandêmico.

Em 2024, o Ceará voltou a apresentar bons indicadores educacionais, com 89,9% dos jovens entre quinze e dezessete anos matriculados no ensino médio, o maior percentual do Brasil[120]. Um dado que é motivo de comemoração, mas que, para quem está inserido na malha socioambiental em estudo, deixa a sensação de que é mais difícil de assimilar, pois as "exceções" estão todas concentradas ao nosso redor.

Assim, é preciso enfatizar que o abandono escolar não foi um fenômeno exclusivo da catástrofe sindêmica da covid-19. Ele está profundamente ligado às condições de vida de um território pobre e periférico, cujas consequências e possibilidades geram ciclos de exclusão que ultrapassam o impacto da pandemia. Ou seja, o problema se insere nas especificidades da malha socioambiental local, onde a baixa escolaridade ou a ausência dela já fazem parte da realidade de muitos moradores.

João Victor sabe que precisa estar "preparado para tudo o que vier", pois, para ele, as oportunidades são menores e, mais do que isso, quando surgem, vêm de forma diferente, exigindo muito mais esforço do que para alguém privilegiado, que tem os estudos como parte de um desenvolvimento pessoal natural, garantido e inabalável. Para JV e a maioria dos jovens da periferia, aquele "acorda, meu filho" que ouviam das mães foi, muito cedo, substituído apenas pelo toque do despertador, à medida que assumiam mais responsabilidades. Um amadurecimento precoce, impulsionado não somente por fatores externos, mas também pelos esforços e desejos internos de, quanto antes, transformar frases como "Mãe, pode comprar pra mim?" em "Olha, mãe, o que comprei para a senhora!".

Foi esse amadurecimento que inspirou João Victor, ainda no oitavo ano do ensino fundamental, a aceitar o emprego de entregador. Ele estudou na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Governador Faustino de Albuquerque, conhecida como "UV1" devido ao número da unidade de vizinhança onde está localizada, no bairro Conjunto Ceará. Essa escola enfrenta grandes problemas estruturais, reflexo da diferença de investimento entre os níveis de ensino: enquanto o governo do estado, responsável pelo ensino médio, garante

120 Cf. Notícia disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2024/11/13/ceara-tem-899-dos-jovens-de-15-a-17-anos-no-ensino-medio-maior-taxa-do-brasil.html. Acesso em: 30. Jan. 2025.

melhores condições e qualidade, o governo municipal, encarregado da educação primária, dispõe de menos recursos.

JV relata que “nunca” foi bom na escola e que suas notas sempre foram baixas, acumulando diversas deficiências ao longo do percurso educacional. Além disso, alguns colegas faziam “brincadeiras”, zombando de sua inteligência. Embora ele diga que sempre levou isso “numa boa”, é provável que tenha internalizado esses discursos, o que, certamente, contribuiu para sua falta de sonhos e expectativas em relação aos estudos.

A única motivação que ele tinha para continuar a estudar era a perspectiva de que, ao ingressar no ensino médio, iria para a mesma escola que o irmão: a Escola Estadual de Ensino Médio Doutor Gentil Barreira, conhecida popularmente como “UV2”, pelo mesmo critério de localização alfanumérica da anterior. Hoje, essa escola conta com uma nova estrutura, inaugurada em 2018, que inclui duas salas de informática equipadas, biblioteca e quadra poliesportiva. No entanto, JV conta que, quando o irmão estudou lá, antes da reforma, a escola funcionava provisoriamente no prédio do “UV8”, a Escola Estadual de Ensino Médio Professor José Maria Campos de Oliveira, após a demolição do antigo edifício para o início das novas obras. De um modo bizarro, em um turno funcionava uma escola e no contraturno outra, o que levou aos estudantes de ambas as escolas, em meio a greve dos professores estaduais da educação básica, a ocuparem o prédio, inspirados nos movimentos secundaristas de São Paulo e do Chile, em defesa de uma educação de qualidade, em apoio aos professores e por melhores condições de ensino (BARBOSA, 2017).

Essa precariedade no ensino público, que provavelmente viveria no futuro, também foi um fator para que JV decidisse abandonar os estudos. Além disso, se a escola passasse a adotar o regime de tempo integral, como a política estadual vinha implementando em todas as escolas de ensino médio, ele perderia um dos turnos livres do dia, impossibilitando-o de captar os “bicos” de trabalho que sempre buscava para garantir alguma renda. Segundo ele, não poderia estudar mais um turno, nem mesmo em um curso profissionalizante com a promessa de um estágio no último ano, pois isso não resolvia suas urgências imediatas.

Além das dificuldades estruturais, as escolas públicas também são afetadas por problemas externos, que atravessam seus muros e impactam diretamente a rotina dos estudantes. Um exemplo disso ocorreu durante nossa pesquisa, no final de agosto de 2022, quando recebemos, via *WhatsApp*, um comunicado da facção Comando Vermelho,

direcionado ao setor Oeste de Fortaleza, informando: “Geral comunidades do GB [Genibaú], São Miguel, Conjunto Ceará, Autran Nunes e adjacências não vão pro colégio, estamos em guerra, nn desacreditade pra nn virar saudade”. Naquela semana, pelo menos dois jovens foram mortos no Genibaú, vítimas de uma guerra interna contra uma dissidência autodenominada “Massa Carcerária” ou pela sigla TDN (Tudo Neutro).

Situações como essa, que chegam a impedir o funcionamento de algumas escolas na Várzea e colocam jovens uns contra os outros, evidenciam uma particularidade nas sequências de vida e como o crime organizado faz trabalho de base nesses espaços. Em todas as escolas públicas da região do Maranguapinho, é possível ver pichações com a sigla “C.V” nos muros, nos banheiros e, às vezes, até dentro das salas de aula, como observado pelo pesquisador na sua seção eleitoral.

Sabemos que João Victor “não faz nada de errado”, como ele mesmo afirma, mas é preciso reconhecer como a vida criminosa seduz os mais jovens. A figura do *outsider*, do corajoso que decide sair da *matrix* dos subempregos impostos pelo sistema e que, muitas vezes, é expulso pelo funil do sistema educacional — um mecanismo essencial para sustentar a ilusão da meritocracia —, torna-se um ideal atrativo. Às vezes, a adesão a essa cultura não ocorre nem diretamente pelo crime, mas pelo estilo, pela necessidade de aceitação social, pelo desejo de impressionar as garotas ou ganhar o respeito dos amigos. Isso se reflete, por exemplo, na forma como JV se apresenta: em sua foto de perfil no *WhatsApp*, esconde o rosto e faz um gesto com as mãos, o qual não reproduziremos aqui, para evitar qualquer possível prejuízo à sua imagem.

De acordo com nosso entrevistado, ele: “Sentava no fundo, aí ficava só na minha. É, conversava não, na sala não”. Ao dizer isso, JV tenta explicar que, apesar da falta de interesse, das dificuldades de aprendizado e do fato de sentar no fundo da sala, ele não ficava conversando ou “bagunçando”, deixando claro que sua evasão escolar não foi motivada por indisciplina.

Ele chegou a afirmar que achava útil o que aprendia na escola, mas talvez mais por influência do senso comum, que reforça a ideia de que “estudar é importante”. Afinal, essa crença não muda em nada sua percepção sobre os estudos, nem impede que ele tenha perdido sonhos e expectativas em relação à escola, culminando na decisão de abandoná-la. JV reclama que o conteúdo era “difícil” e que não tinha foco para estudar, mas, ao ser questionado se o problema era mais dele ou da escola, responde sem hesitação: “a escola”. No

fundo, ele sente que, se tivesse tido uma educação melhor desde a infância, talvez tivesse mais ânimo para estudar. No entanto, faz essa reflexão de maneira cabisbaixa e sem muita convicção, como se imaginar possibilidades do que poderia ter sido não fosse algo proveitoso — ou, até mesmo, doloroso.

Apenas para registro, JV diz que sua matéria favorita era português, não porque se saia melhor nela, pois, segundo ele, talvez não haja nenhuma disciplina em que ia bem, mas porque a que menos gostava era matemática. Além disso, afirma que não pensa em fazer faculdade, naturalmente, considerando que já não enxerga mais sua trajetória de vida vinculada aos estudos.

Num sombreamento que sobrepõe uma linha à outra, borrando ambas, JV explica como, antes da pandemia, ainda no ensino fundamental, mas já em meio à sua jornada de trabalho no bar da família, começou a cogitar abandonar os estudos. Ele relata como passou a se preocupar mais financeiramente e como esse foi um momento de virada completa, marcado pelas transformações que ocorreram em sua família durante a pandemia. Sobre sua trajetória laboral, ele conta:

> É, eu tava na entrega antes. Eu ainda vou ainda, só que, é quando eu tiro a folga do cara que trabalha lá. […] Quanto que eu tiro na água? É cinquenta reais lá, a diária. […] Tu é doido, achava pesado man. Porque, o cara no sol, né? Pegando peso. Té doido, era muita entrega, parava não. Tem como parar não, ele tem muito cliente. Era de 8:00 até 19:30. Aí, eu vinha pra almoçar 13:00 e voltava 14:00. Aí, pronto, ia até 19:30.

JV comenta sobre o trabalho de entregador, que passou a fazer integralmente após sair da escola, mas diz que, no momento de nossas entrevistas, já estava em outro emprego fixo. Voltando a fazer entregas apenas ocasionalmente, cobrindo folgas ou quando o amigo que trabalha na distribuidora de água fica doente. Ele relata que sua relação com o patrão foi boa. O dono, que cresceu e se tornou conhecido na área, montou esse negócio como uma alternativa para sobreviver. Por isso, JV explica que ele prioriza dar oportunidades para jovens da região e lembra que, além do salário, ainda ganhava merenda quando a "*bike* do lanche" passava e o patrão comprava salgados para todos os funcionários. Nosso entrevistado diz que saiu do trabalho depois de voltar a fazer entregas de bicicleta, após um período utilizando uma moto, ainda que sem idade para pilotar. O patrão, justamente temendo problemas com a irregularidade, decidiu colocar outro entregador, mais velho e com carteira de habilitação, para conduzir o veículo do tipo cargueiro. Com isso, restou a bicicleta para JV, que acabou desistindo do serviço, pois diz não ter dado conta do esforço físico maior necessário.

> Foi. Porque eu comecei a entregar de bicicleta de novo, né, man? Tava com a moto, aí ele botou outro entregador pra entregar de moto. Comecei a entregar na bicicleta mesmo, aí, té doido, é pesado! Aí, eu fui mais não. […]
> Só tinha uma moto, man. Tinha duas, mas aí a outra tava tão velha, fazia tanto barulho, que ficou no prego. Aí, foi que ele botou outro entregador, né, na nova? Quando tinha duas moto, aí eu ia numa e o cara ia na outra. Depois que chamou outro, aí eu fui na bicicleta. Aí, com o sol quente, com o peso, aí, num deu não pra mim não. Té doido, é cruel menino.

Segundo nosso interlocutor, ele já trabalhou como entregador não apenas na distribuidora de água que mencionou, mas "em um bocado de canto também", incluindo vários mercadinhos locais. Sua intimidade com as actantes — as bicicletas — é tamanha que ele afirma: "O que eu mais fiz foi entregar coisa na bicicleta". Podemos dizer que as histórias das bicicletas com as quais interagiu são parte essencial de sua própria trajetória, cruzando-se com contextos específicos de sua sequência de vida. As bicicletas, seja a do irmão mais velho, com quem divide a posse; a da irmã pequena, que ele usa mesmo sem caber direito; ou aquela utilizada no trabalho de entregas, são, ao mesmo tempo, meios de locomoção, fontes de renda e até de lazer.

No entanto, seu trabalho atual não envolve esse actante tão marcante em sua vida. Agora, ele cuida de uma área infantil em um restaurante/churrascaria na região da Várzea. Embora ganhe um pouco menos do que nas entregas, considera esse trabalho menos cansativo, como descreve em seu relato:

> É, vou trabalhar agora 19:00. […] Ali, tô ali do lado da Igreja, na avenida C, no Rafa's? […] Não, né garçom não. É olhando as crianças. Tem tipo um local, tipo um parque? Tem uns brinquedos lá pras criança, aí os clientes deixa os filhos. Aí, eu sou responsável lá nesse espaço. […]
> No Rafa's lá é sussegado, man. Lá, é de 19:30 a 01:00. Até de madrugada, né? É ruim, porque é tarde. Mas aí, era pior se tivesse que estudar no outro dia, nera? Mesmo assim, é ruim, porque é tarde, aí afeta meu rendimento de manhã. Tenho que acordar, cuidar da minha irmã, aí é foda. […] Mancho, lá a diária é quarenta [reais]. Diminuiu, mas o trabalho é melhor. Fico só sentado lá, vendo as criança brincar. Só cuidar pra num brigar, né? Num tirar os brinquedo do canto. Fico lá, mexendo no celular.

JV também já trabalhou lavando carros e motos no lava-jato do Glauberto, irmão de Gleydson, interlocutor ao qual dedicaremos o próximo subcapítulo. Sendo um moleque "das área" e da mesma torcida organizada de futebol, ele ganhou alguns trocados ajudando no negócio do amigo. Porém, quando perguntamos por que ele havia deixado o trabalho, ele explicou: "Era bom, mas ele não precisa de ajuda ali, né? Ele mesmo faz. Tava me botando mais pra me ajudar".

O garoto é louco pelo Fortaleza Esporte Clube, assim como Gleydson e seu irmão. Ele diz: “Mancho, eu sou Fortaleza, eu treino com o pessoal da TUF (Torcida Uniformizada do Fortaleza) aí. Vou em jogo, nas ação também. Mas aí, parou os treino”. Ele se refere a uma prática na qual os setores das torcidas organizadas nos bairros se reúnem sob a liderança de um “cabeça de área” para lutar, treinando para os confrontos contra as torcidas rivais. No meio da rua, os jovens colocam luvas de boxe nos punhos e trocam socos entre si.

Sempre aventureiro, JV lembra da infância jogando futebol em campos e quadras, como a que existia ao lado do canal da Avenida G, no Conjunto Ceará. Quando a bola caía no leito sujo, ele descia descalço para buscá-la, sem hesitação, pois os chinelos serviam de trave. Em uma dessas descidas ao canal lama adentro, certa vez, ficou muito doente. Com febre alta, gerou desespero na família e seu pai, às pressas, o carregou para o hospital. Lá, o médico lhe disse que havia contraído a “doença do rato”, que, pela descrição do garoto, acreditamos ser leptospirose. Atualmente, contudo, ele afirma ter trocado a quadra e o campo pelo “futmesa”, modalidade mais técnica, focada no domínio da bola, e que está em alta junto com a chamada “altinha”.

Foi justamente por correr riscos e dividir aventuras que o jovem obteve seu bom relacionamento cotidiano com os outros jovens e alguns adultos da Várzea, o que lhe garante uma gama de oportunidades de trabalho. Isso está diretamente ligado à forma como ele domestica o espaço e as relações da rua, transformando-as em extensões do ambiente doméstico. Uma característica marcante entre moradores de comunidades como a São Francisco, onde a proximidade e o envolvimento coletivo são aspectos fundamentais da vida.

Também por essa vivência comunitária, JV afirma que considera segura a região onde vivemos. Em suas palavras: “A região aqui é [segura] man. Demais”. Porém, em contraponto, ele admite que a violência está presente, por já ter presenciado e participado de brigas na rua: “[…] já foi peia demais. Mas, briga de rua assim, brigou, aí vai simbora. Nada de grave não”.

João Victor, que tem como uma de suas paixões as motocicletas — uma espécie de evolução do seu gosto por bicicletas —, também já trabalhou como mecânico, de maneira avulsa e sem vínculo empregatício, recebendo pelos serviços de troca ou conserto em uma casa de peças de moto na região. Inserido no ambiente, com o tempo passou a atuar também na pintura automotiva. Ele relata: “Mecânico já fui também, pintei moto, motor, essas coisa. Aro, balança, essas coisa, parte de baixo”.

É interessante como, dentre seus contatos, ele sabe diferenciar quem são os amigos "de verdade", mesmo interagindo com muita gente no seu cotidiano, por agir de modo carismático e respeitoso com os muitos conhecidos que tem na Várzea. Ele faz questão de enfatizar essa distinção quando se refere a "Dudu", um rapaz da mesma idade que mora no andar de cima, em uma casinha de estrutura idêntica à sua, no mesmo prédio de aluguéis.

> De amigo mesmo, eu tenho só o cara lá de cima [segundo andar]. Amigo meu mesmo. O resto, é só colega. Ele tá comigo desde pequeno aí. Tipo meu irmão, né, man? Morou mais eu, também [se referia ao mesmo prédio]. O Dudu. O resto, assim, é só colega mesmo.

Foi por meio desse seu melhor amigo, inclusive, que JV conseguiu o trabalho de mecânico e pintor automotivo, mencionado anteriormente. Segundo ele, foi nesse emprego que obteve os maiores rendimentos de sua trajetória laboral: "Agora, de pintor ali, eu ganhava era dinheiro, viu minino? Uns quatrocentos por semana". Contudo, dessa vez, foi o patrão para quem os garotos trabalhavam a causa dele ter parado com esse trabalho, conforme seu testemunho:

> Não, porque ele lá [o patrão] não queria pagar direito não. Ele dizia: 'Não, pago só amanhã, então', aí, não pagava. Ele não sabia trabalhar. Ele trabalha pra ele, só que não sabe de nada, man. Na loja dele, além de tudo, ele deixava os cliente fazer serviço na conta, fiado e não pagando os mecânico. Fazia as coisa, as peça fiada e queria fazer o mesmo com nosso serviço fiado, óia. Ele deixava os cliente fiado e não pagava o serviço dos mecânicos. Os cara vê menino, assim de quinze ano, aí são pilantra e explora. […] Não sabe ganhar dinheiro, má. Aí, os cara. Os cara não queria pagar na hora e ele não cobrava a moto, sabe? Só uma moto, né? Era duzentos reais man, a parte de baixo, pra pintar todinha. Aí, ele não cobrava man, como é que pode? Ele dizia: 'Não, vai, depois tu me paga, então'. Quando chegava minha hora, dele me pagar, pagar o Dudu, ele não pagava. Porque ele não tinha o dinheiro. E todo mundo devendo ele… Sabia ganhar dinheiro não ele, aí, não trabalho mais pra ele não. Ele tirou o negócio. Deu certo não desse jeito.

João Victor conta que aprendeu a andar de moto aos onze anos. Ele relata que juntava "dez conto", dinheiro obtido ao ajudar o pai no bar, seja por gorjetas ou mesada, e esperava os amigos do pai estarem "mais melados" (bêbados) para que eles topassem lhe entregar a chave da moto em troca do dinheiro — desde que não fosse visto pela mãe, pois certamente, desaprovaria. A voltinha no quarteirão dispensava o uso de capacete, pois, segundo JV "não precisava". Afinal, sem carteira de motorista, o capacete era "o de menos". Para o pai, desde que ele não fosse longe, se responsabilizasse e não causasse prejuízo para ele, estava tudo bem.

Sem eximir a atitude negligente dos adultos, já comentada, repetimos que há uma certa confiança e responsabilidade que fazem os meninos e meninas da periferia

amadurecerem mais cedo, minimizando os riscos da sua pouca idade e fazendo parte das interafetações que levaram JV a aprender a andar de moto. Ele conta:

> Desde onze anos, man, que eu, que eu sei andar de moto. É. Eu pagava pra andar de moto, man. Os amigos do meu pai, man, emprestava pra mim dar uma volta. Era massa. Eu andava numa Shineray, moto pequena, né? Eu dava dez conto pra ele, pra deixar eu dar uma volta. Ele deixava eu dar uma volta, aí, em cima da bicha, eu ia aprendendo, né? Aí eu aprendi.

Diante dessa curiosidade, que acaba o levando a se definir como "malino", João Victor explica que sempre gostou de artes marciais e, quando criança, praticou jiu-jitsu e muay thai em projetos sociais. Em uma de nossas entrevistas, ele revela:

> De carro. Eu pegava o carro do meu pai, ia pra frente e pra trás. […] Não, onze anos não, só quando eu era maior, doze, treze. Aí, eu botava ele… Só o carro pra frente e pra trás? Eu já sabia, já. Eu num saía assim não. Só… É, que eu era… Malino. Durmindo [o pai], aí eu pegava a chave. Ele durmindo, aí eu pegava a chave do carro dele, aí ia lá, ficava lá dentro escutando música. Os CDs do porta-luva. Aí ia lá e botava a primeira e a ré.

JV pensa em voltar a ser pintor automotivo, mas em outro local que não o anterior, retomando a quantia significativa que afirma ter ganho. Para ele, isso representaria "mais futuro" do que estudar. No entanto, devido à sua idade, à falta de formação e à experiência ainda limitada na área, dependerá novamente das indicações de seus contatos como "cria" da Várzea. Mesmo com esse breve vislumbre de vontade, impulsionado por sua paixão por motos, ele ainda demonstra uma profunda falta de imaginação quanto ao próprio futuro. Não pensa em fazer um curso de pintura ou mecânica, nem sonha em ser dono de um negócio no setor, como uma casa de autopeças. Quando questionado sobre isso, acredita que sempre trabalhará para os outros.

Sua falta de horizonte está intimamente ligada à transitoriedade das jornadas de trabalho em subempregos efêmeros, que, sempre provisórios, dependem da rede de amigos, familiares e conhecidos que precisam de cobertura em folgas, doenças ou emergências. Ou, ainda, de alguém que aceite fazer os trabalhos que eles próprios não querem realizar, pagando diárias muito baixas.

Contudo, é preciso considerar que essa sensação de desorientação também é um reflexo da pandemia e das mudanças ocorridas em seu núcleo familiar (a separação dos pais, os conflitos com a mãe e com o irmão mais velho), fazendo-o sentir-se como alguém lançado à maré, impotente para criativamente construir sua própria trajetória. A adolescência de João Victor tem sido um confronto constante com responsabilidades familiares e para com as suas

condições de vida, ao mesmo tempo, em que descobre o mundo dos adultos, das paqueras, da moda e das "perdições". Assim, somado ao sentimento comum da adolescência de incerteza sobre o futuro, a pandemia intensificou ainda mais essa sensação de desalento.

Engolido pelas interafetações de sua sequência, JV parece não perceber que, se ele próprio não planejar quem deseja ser daqui a vinte anos, ninguém fará isso por ele. Assim, corre o risco de se tornar aquilo que os outros quiserem que ele seja. Refém da inconstância dos subempregos, sua fala mostra que ele perdeu bastante as esperanças nas próprias capacidades. E, nesse sentido, ao falar sobre o período em que morava com o pai, demonstra que até sua curiosidade e sua arte de ser malino ficaram para trás, como parte de uma sequência interrompida pela pandemia e pela separação de seus pais.

Apesar de não ter perdido ninguém para a doença, a pandemia da covid-19 assumiu um significado distinto na trajetória de João Victor, diferente do luto vivido por Wilma e Dona Vaneide. Podemos considerar que as mudanças em sua forma de encarar a morte, após ter adoecido, contribuíram para sua decisão de não retornar à escola. Além disso, a nova rotina e a necessidade de garantir renda se consolidaram como uma âncora que impede esse retorno, especialmente agora que a família depende dele, após a ausência do pai.

O jovem afirma não frequentar nenhuma igreja regularmente, mas se considera um cristão convicto. Ele conta: "É muito difícil eu ir pra igreja, mas, de vez em quando, vou mais minha vó pra igreja batista. Vou voltar a ir com ela de novo". Sua fala, porém, careceu de convicção, soando mais como uma possibilidade do que um plano concreto, dentro de sua busca por alguma direção na vida.

Ele se descreve como um menino simples, que não gosta de farra. E, sobre a falta de lazer, relata:

> Mancho, de vez em quando, eu junto meus amigos tudin, a galera vai ali pra onde é a barraquinha[121], aí compra uma pizza, fica lá conversando… Ou vai, chamo eles pra jogar bola… É assim… De sair assim pra festa, eu num saio não, gosto não. Só isso, num fim de semana, né?

João Victor parece habituado, desde o início da adolescência, a uma rotina permeada pelas pressões familiares. Sua vida gira em torno de um desejo que expressa com simplicidade: "Eu só queria deixar meus pais felizes e que eles tivesse orgulho de mim". Ao falar sobre seus ganhos e a forma como administra o dinheiro, ele explica: "O que eu ganho dou pra ela [a mãe]. Uma parte. E fico com o resto". Com essa parte que lhe sobra, ele investe

121 A estrutura feita pelos próprios moradores atribui sentido a um espaço público de convivência que, certamente sem ela, seria tomado pelo descarte indevido de lixo.

em necessidades pessoais: “Eu dou uma parte pra minha mãe e o que eu tiver precisando, assim, eu compro. Roupa, relógio, roupa, cortar o cabelo, né?”.

Uma de suas poucas aspirações individuais, que não envolvem diretamente a família, está ligada ao desejo de ter uma bicicleta só para si. Ele explica: “Eu ando nessa daí [bicicleta infantil da irmã]. Eu vou comprar uma bicicleta pra mim. É porque tem a do meu irmão, man. Ele deixou lá num amigo meu, aí eu ando na do meu irmão”. Nesse sentido, sobre economia, João Victor afirma que consegue poupar, mas usa pouco o cofre que tem: “Na verdade, é difícil ter dinheiro sobrando pra poupar. Só quando eu tenho vontade de botar [dinheiro no cofre], eu boto”.

Para ele, uma boa trajetória de vida envolve, necessariamente, estar perto da família e garantir o básico para viver. Em suas palavras: “Uma boa vida? É tá perto da minha mãe, né? Todo dia ter o que comer. Tá perto dos meus parentes, né?”. No âmbito moral, ele acredita que é possível sempre agir corretamente e não fazer o mal, desde que haja vontade: “É possível, só basta querer”.

Apesar de considerar que teve uma boa qualidade de vida, ele sente que essa condição tem piorado ao longo dos anos, e define o marco dessa mudança: “Desde que eu morava com meu pai”, durante a pandemia de covid-19.

O adolescente afirma que não se arrepende de nada em sua curta vida. Quando questionado sobre qual momento gostaria de reviver se estivesse diante da morte, ele responde sem hesitar: “Falar com minha mãe mais uma vez”. Apesar das constantes brigas, ela é a pessoa mais importante no mundo para João Victor. Contudo, ainda que sua relação com a mãe seja intensa, o que ele mais sente falta é do pai. Em suas palavras: “[…] era para tá junto com ela [a mãe]. Até hoje era pra eles tarem juntos”.

Preso ao passado e sem conseguir projetar um futuro para si mesmo, João Victor revela que seu maior sonho é ver os pais morando juntos novamente. Quando perguntado sobre o sonho de sua família, ele admite não saber responder. Para ele, o pai não teve culpa pelo que aconteceu, tudo teria sido consequência da pandemia. As reuniões com os amigos, a bebida e a traição, segundo sua visão, eram parte do jeito “normal” de ser homem.

A ausência paterna nos faz refletir sobre o impacto que um responsável presente pode ter na trajetória de um jovem. Enquanto João Victor precisou amadurecer cedo, tornando-se independente e focado na própria sobrevivência, Leidiane, filha de Seu João, teve um pai que lhe permitiu crescer com uma estrutura familiar mais estável e lhe deu uma

oportunidade de se dedicar aos estudos. Mesmo vivendo na mesma comunidade e em contextos aparentemente semelhantes, as diferenças entre suas sequências de vida são evidentes. Nem todas as sequências de vida possuem possibilidades de um desenvolvimento além da sobrevivência, desenvolvendo capacidades, interesse e desejos. JV, por exemplo, não foi ensinado pelos pais a sonhar. Ele e Leidiane, com idades semelhantes, são exemplos de como trajetórias podem ser, ao mesmo tempo, parecidas e completamente distintas — únicas em suas condições, desafios e possibilidades.

Queremos, contudo, romper com o simplismo do senso comum, que inevitavelmente associa o abandono escolar a uma derrota ou fracasso. Longe dos determinismos estruturais ou das escolhas individuais, fazemos um convite à dialética serial do pensamento complexo, buscando compreender a saída da escola para além do bem e do mal. Esse fenômeno pode ser entendido como uma adaptação que revela a recursividade da auto-organização nas sequências de vida, diante de empreendimentos arriscados e da exposição às incertezas. Aquele que assume essa conduta nas interafetações mútuas da malha socioambiental, assim como João Victor, realiza uma "aposta prática" (GOFFMAN, 2011, p. 164), administrando suas condições e possibilidades.

No caso particular de JV, a adaptação é profundamente marcada pela ruptura familiar e pela necessidade contextual de mudança, para uma nova sequência de vida menos aventureira e "malina", e mais preocupada com as responsabilidades adultas e a obtenção de dinheiro. Esse processo se reflete tanto no abandono escolar quanto na perda de esperança em si mesmo. A derrocada do ideal de perfeição familiar que o jovem vivenciou na infância, somada às reflexões sobre os erros dos pais e a transitoriedade laboral dos subempregos, alteraram radicalmente sua visão de futuro, deixando-o sem perspectiva certa sobre a pessoa que deseja se tornar. A ausência de um referencial de vida o torna frágil para construir um referencial próprio. No entanto, mesmo a falta de respostas é, em si, uma aposta prática, pois se deixar levar pelo sabor do vento também constitui uma estratégia de auto-organização.

A escola teve tão pouco significado para João Victor que somente aparece em nossa reconstituição de sua trajetória de vida, porque foi pincelada a nosso pedido, enquanto conversávamos. Para ele, as tramas com os amigos e as relações de trabalho são muito mais interessantes do que o universo escolar. Seu envolvimento com o mundo do trabalho, como seus parceiros trabalhavam e as suas crônicas sobre o cotidiano laboral foram relatadas com muito mais entusiasmo, como se o tempo que passava na escola não fosse constitutivo de sua

vida. Essa relação com a escola como mera obrigação, cumprida para evitar julgamentos, é um indicativo crucial de um jovem prestes a se distanciar da educação formal. A falta de significado gera falta de valor e, por isso, agora, João Victor não se preocupa em entender por que a escola nunca fez sentido para ele, pois sua narrativa já aceitou como natural a sequência de sua vida, afastada dos espaços de estudo.

## 5.2 Gleydson: família, crime e cadeia

Neste subcapítulo, nos deteremos na história de outro jovem: Gleydson, de vinte e seis anos. Ele, em uma descrição mais contida, é um homem negro, de cabelos crespos, com corpo e estatura medianos. Porém, não forneceremos mais detalhes, sendo também o único de nossos interlocutores cuja imagem não será ilustrada, diferentemente dos demais participantes da pesquisa. Essas escolhas visam resguardar sua segurança e evitar possíveis problemas, dado que sua trajetória envolve percursos ilegais relatados aqui.

Enquanto pesquisador e morador da várzea do Maranguapinho, conhecemos a história de Gleydson por termos acompanhado seu crescimento na mesma região na qual crescemos, tendo em vista que temos quase a mesma idade. Entretanto, por ele ter passado boa parte do tempo de nossa pesquisa encarcerado, seu relato de vida foi reconstituído de maneira fragmentada. Baseamo-nos tanto em conversas informais anteriores à sua prisão quanto nos depoimentos de sua mãe e sua irmã adotiva, que narraram os entrelaçamentos de sua trajetória com as histórias de vida delas. Apenas no início deste ano de 2025, com o cumprimento de sua pena e sua liberação, conseguimos retomar contato diretamente com ele e entrevistá-lo.

Gleydson nasceu em 1999. Naquele ano, sua mãe, Dona Socorro, já tinha quarenta e sete anos quando deu à luz. Ela, desde muito jovem, ainda na adolescência, trabalhava como faxineira, sem ter concluído o ensino fundamental. Criada por uma família que se aproveitava de seu trabalho nas tarefas domésticas sem remuneração, fez da faxina sua principal forma de sustento. Sempre viveu de bicos, conseguindo serviços por meio de uma rede de “donas de casa” de classe média que a conheciam e apreciavam sua “geral” (limpeza).

De aparência muito magra, baixinha, de cabelo curto e pele negra, hoje Dona Socorro é uma senhora com setenta e dois anos. Ao longo de sua trajetória de vida, teve um histórico de consumo excessivo de álcool, sendo presença constante nos bares da Granja

Portugal. Esse vício a colocou em diversas situações de perigo e degradação, fazendo com que se arrependesse tardiamente da forma como conduziu grande parte da vida. Apesar desse lamento, seu lazer ainda consiste em beber cachaça na calçada nos fins de semana e feriados, quando, ao som alto de uma caixa de som, senta-se à mesa de plástico para "tomar umas" com seus filhos ou, por vezes, sozinha.

Foi frequentando um bar na várzea do Maranguapinho, onde mantinha muitas amizades, que Dona Socorro conheceu seu marido — pai de seus dois filhos homens e padrasto de suas duas filhas mulheres —, a quem chamava de "o homi". O pai de Gleydson, então recém-instalado em uma casinha alugada na São Francisco para viver com a mulher grávida e as enteadas, passava boa parte do tempo embriagado, inclusive durante seu trabalho na coleta pública de lixo. Correndo atrás do caminhão e arremessando sacolas para a caçamba, ele tornava o árduo trabalho braçal mais suportável com a bebida. No entanto, quando estava sóbrio, vivia constantemente estressado, tomado pela frustração de perceber que já havia gasto todo o dinheiro em álcool. Exigia com frequência que Socorro e as enteadas lhe arranjassem dinheiro para suas "pingas" e, certa vez, agrediu a mãe de Gleydson, não poupando nem mesmo as meninas. Ele não via as enteadas como filhas, mas serviçais, sobretudo Gleyciane, filha adotiva de Socorro.

A relação entre Socorro e "o homi" chegou ao fim um ano após o nascimento do filho caçula. Depois de muitas brigas e bebedeiras, ele a abandonou, juntando-se a uma mulher mais jovem, com quem teve outros três filhos. Após o divórcio, Socorro passou anos saindo escondido dos filhos, confessando apenas à vizinhança que estava indo a caminho do ônibus para a casa do ex-marido. Ela tinha que ir pedir dinheiro para o sustento dos filhos, pois ele nunca mais voltou a aparecer na casa, para o alívio de suas filhas. Para os meninos, no entanto, a figura paterna, narrada pelas mulheres fortes que os criaram, moldou-se por interafetação, mesmo na sua ausência física. Tornou-se um exemplo moral do homem que eles nunca queriam se tornar, formando seu senso de justiça e dever para com a família.

Tanto Gleydson quanto Glauberto, o caçula, que eram muito pequenos quando seus pais se separaram, afirmam que Dona Socorro "foi mãe e pai" e que nunca tiveram, de fato, uma figura paterna. Eles sentem que devem "o mundo" à mãe, razão pela qual, certa vez, lhe presentearam com uma daquelas homenagens surpresas, incluindo carro de som, flores e fogos de artifício, conforme registrado no áudio acessível pelo código QR na figura 43 abaixo[122].

122 Ou pelo *shortlink* disponível em: https://youtu.be/0or6_48dB68. Acesso em: 07. Fev. 2025.

Figura 43 – Código QR para áudio de homenagem feita em razão do aniversário de Dona Socorro em 2023



Fonte: Autor.

Dona Socorro registrou todos os nomes de seus filhos com a inicial “G”. Ela não sabe ao certo o motivo dessa escolha, mas conta que tudo começou com Graziane, nome que achou bonito e deu à filha mais velha, que já tinha vinte e cinco anos quando Gleydson nasceu. Ela é conhecida pelo apelido diminutivo “Grazi”. Em seguida, Dona Socorro decidiu manter a combinação nos nomes dos filhos seguintes. Esse fenômeno, comum em famílias de baixa renda e já observado em outras histórias de vida, parece ter uma motivação inconsciente: fortalecer o senso de pertencimento e identificação do grupo familiar, em meio a uma vida comunitária marcada por fronteiras difusas, como é comum nas periferias.

Graziane, a primogênita, hoje com cinquenta e um anos, nasceu de uma noitada de Dona Socorro. Após uma relação sexual desprotegida com um desconhecido, ela engravidou aos vinte e um anos. Grazi ajudou a mãe desde a adolescência nos serviços de faxina e parou de estudar aos dezesseis anos, quando engravidou de seu primeiro filho. Assim como a mãe, se virando como pôde, teve outra filha, nos anos subsequentes. Sem apoio dos diferentes pais das crianças, trabalhou em um subemprego como atendente de *call center*, dependendo da ajuda da mãe, da irmã e até das vizinhas para cuidar dos filhos enquanto trabalhava. Bem antes da pandemia, conseguiu um emprego em uma farmácia, que manteve mesmo com a

crise sanitária, permitindo-lhe sair da casa da mãe e alugar uma quitinete perto do trabalho. Sua relação com a família é boa, sendo considerada uma espécie de segunda matriarca em termos de autoridade, diante de tanta gente — noras, cunhados, sobrinhos, netos, entre outros. Já, com relação à Gleydson, seu laço com ele é dúbio. Apesar do respeito e da gratidão que ele sente pelos cuidados da irmã mais velha, a relação entre os dois se tornou mais tensa após sua prisão. Ainda assim, não a ponto de Grazi abandoná-lo.

Mantendo a tradição dos nomes com a letra "G", Dona Socorro chamou de Gleyciane uma bebê recém-nascida que adotou após ser deixada sob seus cuidados. A menina era filha de uma amiga de Socorro, alcoólatra e dependente de crack, que havia sido vítima de estupro durante um coma alcoólico. Sem coragem para assumir os riscos médicos e os dilemas religiosos de um aborto, a mãe biológica foi acolhida por Socorro durante a gravidez e conseguiu se manter longe das drogas nesse período. Porém, logo após dar à luz Gleyciane, desapareceu sem deixar notícias. Com a criança nos braços, Dona Socorro decidiu adotá-la, mesmo diante das dificuldades financeiras que já enfrentava. Naquele momento, ela não imaginava que teria mais dois meninos no futuro, então pensou que poderia cuidar de mais uma garota, registrando-a no seu sobrenome.

Gleyciane, hoje com trinta e quatro anos, tinha apenas nove, quando Gleydson nasceu. Adotada, mas, mesmo assim, recebendo um nome com a marca da família, é tratada por Dona Socorro de forma igual à sua filha biológica. Já, para o restante da família, ela sempre teve um peso de "não ser filha de verdade", então sempre procurou se ocupar das tarefas domésticas e dos cuidados com os irmãos, procurando ser prestativa. Por isso, no geral, Gleyciane tem uma relação muito boa com todos e é muito bem respeitada em casa.

Na rua, porém, sua adolescência na várzea do Maranguapinho foi marcada pela fama de ser "fácil", devido aos encontros com diferentes jovens da região e aos "amassos" (beijos e abraços) atrás do matagal, longe da supervisão de Socorro. Desempregada, fazia bicos de faxina com a mãe e, ocasionalmente, aceitava serviços de "passagem" de maconha no mercado ilícito. Ela não concluiu o ensino médio e, aos dezoito anos, engravidou de sua primeira filha. Essa trajetória impactou sua imagem e sua posição social, agravada pelo estigma das tatuagens que carrega e pelo preconceito em relação à sua cor de pele.

O pai de sua filha, um ajudante de pedreiro, veio morar com ela na casa da sogra após a gravidez. Dois anos depois, tiveram mais dois filhos, com diferença de apenas um ano entre os garotos.

Em relação a Gleydson, como irmã, seu vínculo é de profunda cumplicidade. Ela sempre soube de tudo: seu envolvimento com o crime e os dilemas que ele enfrentava, sendo sua principal confidente. Costumava aliviar a barra para os irmãos mais novos quando se metiam em problemas, chegando, às vezes, a "sair na porrada" para defendê-los. Assim, foi ela quem manteve mais contato com Gleydson durante sua prisão e quem cuidou de sua esposa e filha enquanto ele cumpria sua pena.

Glauberto, por sua vez, que também é só um ano mais novo que o irmão, é carinhosamente chamado de "Glaubin". O caçula foi o único a concluir o ensino médio, mas, para ele, seu diploma não teve utilidade prática. Diferentemente dos irmãos, sua postura aparentemente contida e sua esperteza o fizeram manter distância da ilegalidade, apesar da proximidade das tentações que levam ao ingresso no mercado ilícito. Não foi por falta de convite, nem por questões de estilo ou identidade, que Glaubin evitou andar no "caminho errado", mas, certamente, o medo profundo da morte na sua relação particular de vida-morte e o exemplo do irmão, que perdeu a liberdade e sofreu atrás das grades, foram fatores decisivos para que se mantivesse em subempregos, garantindo sua sobrevivência.

Durante a pandemia de covid-19, quando a família passou por um grande aperto financeiro e seu irmão estava preso, Glaubin decidiu empreender. Montou um lava-jato de veículos no quintal da frente da casa da mãe, o que lhe proporcionou renda, ao mesmo tempo, em que trabalhava com uma de suas paixões: as motos.

Sua relação com Gleydson é de profundo respeito, apesar da pequena diferença de idade. Além disso, também possuem gostos compartilhados, pois ele considera o irmão mais velho como uma referência. Desde a infância, eram muito unidos, para onde um ia, o outro ia atrás. Um exemplo marcante dessa conexão é a paixão que ambos compartilham pelo Fortaleza Esporte Clube. O time, além de ser um elo entre eles, também os levou a se envolverem em brigas com torcidas organizadas rivais. Nessas situações, Gleydson, por ser fisicamente mais forte que o irmão mais novo e franzino, sempre o protegia.

Detalhes como esse, que podem parecer triviais, ajudam a remontar a infância de Gleydson, repleta de cenas emblemáticas. Lembramos, por exemplo, de quando ele e Glauberto iam juntos ao mercadinho da Várzea comprar itens para a casa e sempre voltavam correndo para confirmar o pedido da mãe. Afinal, voltar com a compra errada era um problema, pois não podiam desperdiçar dinheiro. Suas compras eram sempre mediadas pela efetividade do bem-estar comum dos irmãos. Desde pequeno, Gleydson já tomava decisões

que hoje podem parecer insignificantes, mas que, na infância, eram fundamentais. Optava, por exemplo, por comprar a bolacha mais barata e "menos gostosa" em vez da pequena e recheada, pois assim daria para que ele e o irmão dividissem. Essas pequenas escolhas revelam um senso de cuidado e responsabilidade que já se manifestava desde cedo nele.

A infância de Gleydson, nesse sentido, foi extremamente difícil, marcada pela separação dos pais, constantes reorganizações familiares, brigas e confusões. Dona Socorro, além de trabalhar por longas horas fora de casa, quando estava presente, dividia sua atenção entre os filhos pequenos e o cuidado dos netos, filhos de Grazi, sem conseguir oferecer a ele a educação que desejava. Com rendimentos baixos e incertos, somados à pouca ajuda do ex-marido, recordamos de ver os irmãos saindo para comprar um pacote de macarrão instantâneo — que chamamos de "miojo" — para dividirem em plena hora do almoço. Uma cena dura, que interafetou nossa própria trajetória, ao testemunharmos crianças de idade próxima à nossa alimentando-se com algo tão barato e nutricionalmente precário na refeição considerada a mais importante do dia.

Gleydson, inclusive, enfrentou um quadro grave de anemia ferropriva na infância. Ele não foi amamentado por Dona Socorro e raramente consumia carne vermelha ou outras fontes de ferro essenciais para a produção de glóbulos vermelhos, responsáveis pelo transporte de oxigênio no sangue. Esse problema, embora pouco noticiado, é comum em comunidades pobres como a São Francisco. Como aponta o estudo "*Prevalence of childhood anaemia in Brazil*", a cada três crianças brasileiras, uma apresenta o problema (NOGUEIRA-DE-ALMEIDA *et al*., 2021).

Além disso, nosso interlocutor, em entrevistas, chegou mesmo a relatar os momentos em que passou fome. Para ele, essa experiência representa a situação de maior angústia que já viveu:

> […] Alimentação, eu acho que é básico pra gente, né? […] É angustiante demais man, a pessoa tá com fome e num poder comer. A pessoa que sabe o que é ver na televisão, na sua frente e num poder comer. Saciar a fome. […]
> A fraqueza, né? Que é. Só esperando o momento do outro dia, esperando. Deitar, assim, com dor na barriga, queimando tudo e tu só poder lavar com água! Sentindo a água batendo no vazio. Meu fi, é cruel!

Ele explica que as dificuldades surgiam, primeiramente, da incapacidade de suprir até mesmo necessidades básicas, como a alimentação, mas se expandiam para outros aspectos da vida. Ele se lembra de ter que atravessar um terreno tomado por lixo ao lado da escola, caminhando sobre papelão, cacos de vidro e embalagens para conseguir usufruir da merenda

pública, que reforçava sua alimentação diária. Recorda também a dificuldade causada pelo "cheiro forte do esgoto" que corria pela vala no meio-fio de sua rua e pelo "mato" alto que tomava a beirada do córrego da São Francisco.

Entre suas memórias, Gleydson lembra ainda que, no início, morou na casa que seu pai havia alugado, tão simples que a porta do quintal da frente era feita apenas de tábuas de madeira. Somente depois da separação dos pais, com a ajuda dos rendimentos de Grazi, sua mãe conseguiu alugar outra casinha próxima, desta vez com um portão de ferro — ainda que já estivesse "enferrujado".

Por conseguinte, é fundamental considerar, nos mínimos detalhes das sequências de vida das pessoas — especialmente no caso dos mais jovens — o impacto limitante, direto e indireto das interafetações da pobreza, em suas consequências no presente e suas possibilidades no futuro. A pobreza rompe esperanças, inibe sonhos e atrofia um desenvolvimento pleno. Como asseveram estudos, como o de Haushofer e Fehr (2014, p. 862, tradução nossa), publicado na Revista *Science*, as evidências indicam que a pobreza— entendida não apenas como a falta de dinheiro, mas também pelo pouco e difícil acesso a atendimento médico, saneamento básico, educação, transporte, moradia, apoio familiar e alimentação — gera "estresses e efeitos negativos", levando a tomadas de decisão focadas no curtíssimo prazo e "favorecendo comportamentos habituais em detrimento daqueles direcionados a objetivos".

No geral, utilizando o conceito de contingência e a ideia do entremeamento entre cotidiano e sequência de vida para conceber a produção da pobreza, podemos afirmar que pessoas pobres, processualmente, têm amigos pobres. Como as condições socioambientais, mudam muito mais lentamente do que as possibilidades de ascensões sociais que elas comportam em um momento e, muitas vezes, mudam para pior com as degradações que o ser humano faz na natureza, filhos de moradores da periferia tendem a viver nos mesmos ambientes precários que seus pais.

Em 2010, desde os onze anos, como relata Gleydson, ele sempre buscava "tá no corre" na várzea do Maranguapinho, território de origem de sua família. Sob as pressões do imediato e tentando conseguir algum dinheiro, ele pedia moedas e, assim, conseguia, por exemplo, "comprar quatro ou cinco ovos" para ajudar na alimentação da família, complementando o que Dona Socorro arranjasse para eles naquele dia.

Nas brincadeiras de infância na comunidade, depois do "racha" ou da partida de

futebol, Gleydson lembra das conversas com seu grupo de amigos. Ele se recorda do bando de garotos fazendo bagunça, da vizinha que saía furiosa de casa para reclamar quando a bola acertava em cheio seu portão, e de jogos como o "morrin" (morrinho). Nessa brincadeira, diante de um monte de terra com um graveto fincado no topo, cada participante precisava tirar um punhado de solo com a mão e correr. Se o graveto caísse, os outros podiam bater na pessoa que o derrubou até que ela conseguisse correr de volta e fincá-lo no chão novamente. Alguns tentavam esconder o graveto ou jogá-lo para longe, enquanto outros pegavam-no e corriam, dando um balão (arrodeio) para escapar da surra.

É evidente que, nessa brincadeira de tom ríspido, há um componente de construção da virilidade por meio da violência e da introspecção da dor. No entanto, também há uma lição de resiliência que molda as pessoas da Várzea, fortalecendo, no *ethos* de periferia, a atitude de nunca desistir de lutar. Ali, entre a infância e a adolescência, Gleydson diz que aprendeu, nas brigas, a "ter postura" e ganhar resistência. Ele conta que, sendo a sociabilidade violenta uma realidade (SILVA, 2010), às vezes, "não era nem por nada" que os mais velhos colocavam os mais novos para brigar, atiçando o ego dos menores. Tamanha é a naturalidade da violência na sociabilidade, que logo depois, já estava tudo bem entre os oponentes da briga.

Foi jogando nos campos de futebol e nas quadras de várzea que Gleydson fortaleceu os laços com seus amigos da mesma geração, todos partilhando as mesmas condições socioambientais de origem. Nessas partidas, ele amadureceu sua consciência e seu senso de pertencimento local. Como relata, havia campeonatos chamados de "bolão", nos quais cada jogador apostava em si e contribuía com uma quantia reunida por ambas as equipes. No final, o time vencedor levava o montante e o repartia igualmente. Ele afirma que a pressão nos jogos era intensa e que os ânimos costumavam se exaltar, ainda mais quando havia dinheiro em jogo.

O futebol é tanto sua paixão quanto a de seu irmão, como já mencionamos. No entanto, um detalhe que ainda não comentamos são as provas dessa paixão, registradas na pele: ambos têm tatuagens com o escudo do Fortaleza e leões, refletindo seu fanatismo pelo time. Desde a adolescência, os dois sempre foram loucos pelo clube e, já adultos, chegaram a jogar tanto juntos quanto contra o time do Real Madrid da Granja Portugal, uma equipe de várzea que também organiza as festas do Dia das Crianças na Comunidade São Francisco. Atualmente, no entanto, ambos não jogam mais. Gleydson, inclusive, substituiu os antigos

“bolões” pelas apostas esportivas em aplicativos de celular, arriscando palpites sobre resultados e outros elementos dos jogos. Segundo Glaubin, apesar de não admitir, o irmão “perde mais do que ganha”.

No ano de 2014, quando Gleydson tinha quinze anos, ele decidiu sair da escola para trabalhar em tempo integral com seu cunhado como ajudante de pedreiro. Naquele momento, ele registra ter sido quando “se tocou” que tinha “virado homem”. Sem padrasto e com apenas um cunhado presente até então, ele e o irmão mais novo eram os únicos homens e os mais velhos da família. Esse pensamento está interafetado não somente pela falta de perspectiva na escola e pela necessidade financeira familiar, mas também pela cobrança social imposta ao papel de gênero masculino como ente provedor. Gleydson afirma que, ao olhar para seus sobrinhos e sobrinhas — filhos e filhas de suas irmãs — percebeu que não havia espaço para que continuasse sem ser adulto, porque “pequenos eram eles”.

A rotina na construção civil era árdua. Desde logo cedo pela manhã, ele enfrentava o peso do trabalho, misturando massa, carregando tijolos e constantemente se abusava das cobranças do cunhado, a quem ele achava que não devia satisfação. Frequentemente, sentia-se explorado e acabava abandonando o serviço, preferindo buscar outros trabalhos através de sua rede de amigos. Assim, passou a lavar carros, carregar caixas em armazéns e fazer entregas para supermercados. No entanto, diante da falta de estabilidade, sempre acabava voltando a implorar por mais uma chance na alvenaria.

O comportamento de nosso interlocutor foi lapidado ao longo da adolescência, moldado por sua trajetória laboral. Nesse percurso, ele aprendeu inúmeras estratégias de sobrevivência e autocontrole, resistindo a tentações ilícitas, como roubar e vender drogas. Podemos imaginar que, na ausência da mãe, sempre ocupada limpando as casas das patroas, sua referência serviu como um pilar moral, no qual Gleydson preservava o pouco que aprendera sobre princípios do bem e do que é certo. No entanto, observamos como ele sempre buscou contornar, adaptar e fazer concessões à medida que as interafetações do mundo e da rua interferiam em sua “aceitabilidade moral” (TELLES, 2010) e na sua adaptação cotidiana. Aqui, enfatizamos como o que chamamos de auto-organização das sequências de vida nos constitui cotidianamente enquanto actantes morais, numa recursividade ativa das próprias consequências e possibilidades abertas por sua configuração anterior.

Nesse sentido, em algum momento antes da pandemia de covid-19, mas sobretudo em meio à crise múltipla socioambiental que ela desencadeou, o pilar materno já não fazia

mais sombra nos cálculos éticos de Gleydson. Aos vinte anos, em 2019, mesmo com sua irmã mais velha já morando perto do trabalho e levando consigo seus dois filhos, ele ainda dividia uma casa pequena, apertada e mal ventilada com oito pessoas. A casa, de telhado baixo e com goteiras, tem um quintal de frente e uma cozinha nos fundos, mas no único quarto dormem sua mãe, sua irmã e três crianças, enquanto ele, o cunhado e o irmão mais novo se acomodam como podem na sala. Todos compartilham um único banheiro.

Essa situação difícil se tornou ainda mais insustentável quando Gleydson precisou trazer sua namorada para a casa de Socorro após uma gravidez não planejada. Ver seus sobrinhos dormindo em redes na sala, cedendo espaço no quarto para sua esposa grávida, mexeu profundamente com sua cabeça. Ele explica que, a cada dia, a realidade o pressionava e cobrava uma solução para mudar aquela condição, fazendo-o sentir-se impotente. Assim, narra o momento em que o desespero de imaginar sua filha passando pelas mesmas privações de fome que ele enfrentou começou a se enraizar em seu âmago:

> Você chegar e só ver sua geladeira vazia… Abrir, assim, a porta e só ver garrafa de água? É foda man. Você chegar ao ponto de desligar a geladeira, porque tava só gastando energia… Eu não vou deixar minha filha saber o que é isso, tendeu?
> Não vou deixar man. Ela pode até não ter tudo que ela quer, de brinquedo, essas coisa. Porque eu num vou poder dar tudo. Mas, graças a Deus, ela vai abrir a porta e ver a geladeira cheia. Poder tirar tudo que tem vontade. Ao meno isso.

O sentimento de angústia crescia em Gleydson há anos, drasticamente afetado pela sua narrativa de "homem da casa", vendo a mãe, a irmã e os sobrinhos naquela penúria. No entanto, foi um episódio específico, ocorrido naquele ano, que desencadeou a explosão de todos os sentimentos negativos que ele vinha acumulando. Antes mesmo que o isolamento durante a pandemia de covid-19 pudesse ser um fator agravante da violência doméstica — seja de gênero ou contra crianças e adolescentes —, seu cunhado, o pedreiro, passou a punir os filhos com severidade e a ameaçar bater em Gleyciane. Diante disso, Gleydson lembrou da história da irmã com o pai e, reinterpretando sua narrativa patriarcal, interveio na briga e expulsou o cunhado da casa da mãe. O jovem não se arrepende, mas, além de perder a contribuição financeira que o pai dos sobrinhos dava para o sustento da casa, também fechou uma porta por onde conseguia oportunidades de trabalho.

Desempregado, ele nunca havia cometido nenhuma atividade criminosa, apesar de estar constantemente exposto às ilegalidades dos mercados ilícitos no cotidiano da periferia. Os emaranhamentos das fronteiras porosas da vida nas periferias das cidades faziam parte do seu dia a dia: a presença de armas, o consumo de drogas, as punições e resoluções extralegais

de conflitos, além de práticas “comuns”, como a compra de celulares ou bicicletas “quentes”, produtos de roubos recentes.

Sempre que se via diante de uma decisão que poderia levá-lo a uma infração criminal, Gleydson pensava na mãe e no desgosto que ela certamente sentiria. Mas sua esposa estava grávida, e ele sabia que precisava fazer algo. Segundo ele, o tráfico de drogas parecia uma opção mais arriscada, pois exigiria proximidade com a facção e o convívio com pessoas que considerava perigosas. Assim, optou pelo roubo, por enxergá-lo como um “empreendimento mais autônomo”. Começou furtando apenas calotas de carros estacionados em bairros vizinhos e revendendo-as a um distribuidor de peças que buscava modelos específicos. Esse primeiro passo, segundo ele, “deu certo”, trazendo um alívio doce, um súbito bem-estar e uma coragem renovada. Dona Socorro, é claro, não sabia de nada; entre os familiares, apenas sua irmã Gleyciane e seu irmão Glaubin tinham conhecimento.

Depois de muitos furtos de calotas, Gleydson aceitou participar de um assalto a motoristas de aplicativo, buscando maiores rendimentos e confiando em três comparsas — dois homens e uma mulher — que já haviam cometido esse crime algumas vezes. O grupo utilizava a mulher para suavizar a presença intimidadora dos outros no momento do embarque. Assim que o carro estava em movimento, armados, anunciavam o assalto em trechos estratégicos, conduzindo a corrida para Caucaia, onde, por ser muito grande, há rodovias mais desérticas e com matagais cujos podiam utilizar para fugir ou se esconder. Além de roubar os pertences do motorista, o grupo levava o carro para desmanche, revendendo as peças para parceiros donos de lojas, oficinas e sucatas. Em algumas ocasiões, retiravam apenas os componentes mais valiosos e abandonavam o restante. Apaixonado por carros e motos, assim como seu irmão, Gleydson desenvolveu um conhecimento profundo sobre marcas, modelos e peças. No entanto, ao contrário de Glauberto, que optou por abrir um lava-jato, ele escolheu usar essa *expertise* para obter lucro rápido.

Dona Socorro só descobriu os crimes do filho quando ele “caiu” (foi apreendido) pela primeira vez. Após dois assaltos bem-sucedidos colocarem o grupo na mira da polícia, agentes passaram a monitorar as rodovias por meio de câmeras. Sem querer encarar os sentimentos da mãe, o jovem mergulhou em uma espiral ideológica, ouvindo funks cariocas que fazem apologia ao Comando Vermelho. A ideia de que gente pobre não deve viver como manda “o sistema”, instiga a luta contra a “opressão”, de uma juventude que facilmente se identifica pelas condições semelhantes.

Dessa forma, após ser aliciado, Gleydson se filiou à organização criminosa que controla a região da Várzea. Acreditando que "a família", como chamava o grupo, cuidava de seus integrantes, ele passou a acompanhar, por um canal de *WhatsApp*, tanto os comunicados e "decretos" quanto as ações executadas pelos membros.

Sem antecedentes criminais, conseguiu ser solto sob condicional. No entanto, ainda desempregado, seu desespero aumentou quando sua filha nasceu, em 2020, em plena pandemia de covid-19. Além de temer que sua esposa ou o recém-nascido contraíssem a doença e não sobrevivessem, dada a superlotação dos hospitais públicos, ele também temia que, vivos, não pudesse garantir seu sustento.

Apesar do cenário difícil, Gleydson afirma que o nascimento da filha foi um dos momentos mais felizes de sua vida. Ao mesmo tempo, foi também o instante em que ele bolou um "novo plano". Com novos comparsas, tentou refazer o esquema de assalto, corrigindo falhas anteriores ao escolher avenidas sem câmeras de vigilância. No entanto, a tentativa fracassou quando uma viatura que trafegava no sentido contrário percebeu a ação e chamou reforço. A perseguição ganhou apoio até de um helicóptero policial, permitindo que diversas viaturas interceptassem o carro. Os agentes de segurança "bateram" (foram) na casa de Dona Socorro, realizando uma varredura no endereço registrado na ficha criminal do suspeito, em busca das peças que ele confessou guardar em um estojo grande de ferramentas. Dessa vez, preso em flagrante por roubo e porte ilegal de arma de fogo, Gleydson não teve a mesma sorte: como reincidente, foi encaminhado diretamente para o presídio.

Observamos que a trajetória de Gleydson até o crime não seguiu um caminho linear. Seu envolvimento foi tardio e avesso a fazer carreira, ao contrário do que ocorre com muitos jovens que ingressam na criminalidade ainda na adolescência. Esse percurso destoante chama a atenção, sobretudo porque o crime sempre esteve presente ao longo de sua vida, em uma dinâmica de proximidade afetiva com pessoas envolvidas e, ao mesmo tempo, uma evitação negligente do que elas faziam.

Podemos, assim, analisar a "escolha" de roubar de nosso entrevistado para além dos julgamentos reducionistas e moralizantes, compreendendo-a como uma adaptação socioambiental resultante de múltiplas afetações internas e externas. Esse processo pode ser categorizado, inclusive, como uma "aposta prática" (GOFFMAN, 2011, p. 164), na qual a tomada de decisão se dá dentro de um conjunto de possibilidades limitadas pelo contexto, mas sem determinismos nem das decisões individuais, nem dos contextos socioambientais.

Considerando os aspectos subjetivos, mas ignorando tentativas de essencializá-los como uma questão de caráter, chamamos atenção para a sequência de emaranhamentos que existiam antes dessa atitude que mudou a vida desse jovem interlocutor. É preciso considerar, destarte, que Gleydson estava exausto diante das limitações de suas perspectivas de escolha e das exigências de sua "aceitabilidade moral" (TELLES, 2010). Em um contexto específico da pandemia de covid-19 e de sua trajetória de vida, ele achou que se encontrava em um ultimato para fazer o que tivesse que fazer pela sua família.

O crime e o desvio, propositadamente reduzidos à dimensão moral de sua complexidade e apresentados como simples, são comumente tratados desse modo, porque assim, soluções também simplistas e repressivas podem ser apresentadas. A sociedade, assim sendo, constrói uma essência de pessoas que "são de má índole", para explicar o desvio da regra. Sistematicamente, ela apaga toda a história de uma sequência de vida e a reduz ao erro cometido. Dessa forma, a resposta imediata se limita à eliminação dessas "maçãs podres" do convívio social.

Poucos, no entanto, compreendem que remontar a complexidade do emaranhamento de múltiplas alavancas não se trata de justificar os desvios comentados, mas sim entender coisas que somente podem ser notadas na experiência subjetiva. Questões como a contradição entre a precariedade das oportunidades legais e a presença do tráfico de drogas nas periferias, por exemplo, que ilustram esse ponto, pois cada "boca de fumo" pode gerar de dez a vinte empregos locais, sustentando, atualmente, centenas de milhares de famílias.

Nesse sentido, qualquer solução verdadeiramente eficaz precisa partir de uma compreensão mais profunda, que vá além da sobrevivência imediata e considere como o crime organizado não somente oferece renda, mas também se infiltra nos modos de pensar, fundamentando existências e dando reconhecimento social às pessoas. Como apontam Cabanes, Georges, Rizek e Telles (2011, p.17), atualmente:

> Mais que uma passagem necessária na vida das jovens gerações, o narcotráfico tornou-se uma referência econômica (garante a sobrevivência de muitas pessoas), social (ajuda pessoas e associações) e moral. Nesse sentido, é um empreendimento que, apesar de arriscado, mostra que se pode viver e sobreviver numa sociedade hostil e injusta, cujas lições de moral são suspeitas *a priori*, já que se perpetua na desigualdade gritante e mantém na indigência grande parte de seus trabalhadores. Seu desenvolvimento recente aparece como resposta à crise do trabalho levada pelo neoliberalismo a todas as periferias do mundo, um recurso material possível para os que se encontram abandonados à própria sorte.

O crime organizado, especialmente o tráfico de drogas, no imaginário comum,

costuma ser visto como um fenômeno estritamente local, restrito aos pontos de venda nas periferias. Com essa visão, toda a economia que sustenta os programas policialescos, a indústria da segurança privada e as promessas políticas, se baseia em uma guerra às drogas que se apresenta superficialmente localizada. No entanto, assim como qualquer outro grande setor econômico da atualidade, o tráfico de drogas é um comércio globalizado, que segue os fluxos de circulação da riqueza e, consequentemente, atende aos interesses de pessoas ricas. Essa realidade contrasta fortemente com as imagens frequentemente divulgadas, das apreensões de drogas em bairros pobres e os rostos periféricos estampados nos cartazes de procurados.

Pensando de forma mais complexa e considerando as interafetações da malha socioambiental, não é estranho que os verdadeiros barões do crime sejam aqueles que vivem em cruzeiros transatlânticos, longe das favelas e, que no geral, não vieram delas, sendo pessoas "bem-nascidas", que tiveram todos os privilégios para poderem ser corruptíveis[123].

O que se torna mais perturbador, porém, é perceber que por conta dos interesses pessoais de figuras que, apesar de atuarem no submundo, vieram das camadas mais altas da sociedade, toda uma engrenagem de consequências coletivas se movimenta violentamente nas comunidades pobres, impactando vidas como a de Gleydson. Permanentemente, esses interesses mantêm ofertas de trabalho que nunca cessam nos mercados ilegais.

Como a escola sempre foi uma obrigação para nosso interlocutor e, contraditoriamente, os trabalhos árduos que realizava nos bicos do contraturno escolar rendiam pouquíssimo — como quando passou um dia inteiro sob o sol escaldante capinando um lote enorme para ganhar cem reais —, sua trajetória o levou a se sentir "sem qualificação", não apenas no sentido educacional, mas também na maneira como se percebia.

Aos 21 anos, em meio à confusão do início da juventude, Gleydson já não podia mais contar com o cunhado pedreiro após a briga familiar. Poderia ter seguido firme, aguardando a oportunidade de outro subemprego, como entregador ou carregador de caminhões de tijolos e areia em um depósito de construção. Contudo, naquele tempo e espaço, aqueles empregos braçais e de baixíssima remuneração iam contra a ideia de "vencer na

123 Embora algumas pessoas tenham nascido em favelas e, por meio da carreira no crime, tenham alcançado posições de liderança e até mesmo o posto oculto de financiador, as chances disso ocorrer são bem menores devido às lacunas existentes em suas trajetórias anteriores. Assim, a posição de investidor nos mercados ilegais é majoritariamente ocupada por indivíduos já detentores de grande capital, interessados nos altos lucros dessas operações. Eles acreditam ter poder suficiente para assumir os riscos em troca dos ganhos e confiam na própria impunidade. Cf. Matéria disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/quem-e-o-brasileiro-preso-por-lavar-r-2-bilhoes-do-trafico-internacional/. Acesso em: 30 jun. 2025.

vida", um conceito que já estava impregnado em sua mente e era propagandeado pela mesma sociedade que, mais tarde, o puniria com a privação da liberdade.

Nosso entrevistado queria liberdade, aquela que o consumo proporciona, que ele via na televisão. No entanto, não a queria apenas para si, mas, sobretudo, para sua filha e sua família. Foi assim que encontrou, na ideia de "sacrifício" embutida na chamada "vida loka", uma saída que lhe parecia legítima. Para Gleydson, o preço dessa liberdade — de ser digno, de ser visto como gente e não como um sub-humano preso a um subemprego — "valia qualquer coisa". Porém, o custo real foi a perda da única liberdade que possuía: a liberdade de estar no mundo.

Dentro da cadeia, agora cativo, ele se via em um universo à parte, sem voz e sem direito a protesto. Como ele próprio se questionava: "Reclamar pra quem?". Para Gleydson, o presídio foi uma "passagem" ou uma experiência de lugar que ele não deseja para ninguém. O cotidiano naquele ambiente, segundo seu relato, foi marcado por uma mistura de momentos: o ódio dos agentes penais, a disciplina rígida imposta pelas regras internas dos presos[124] e a força para lidar com seus próprios pensamentos.

Como ele afirma, há diferentes camadas entre os presidiários: existem "os que mandam", que definem punições, concentram recursos e controlam as moedas de troca[125], e há aqueles que estão "fudidos", geralmente, os que chegam viciados e se afundam em dívidas com o tráfico interno ou os que não têm nenhum apoio familiar, ficando sem encomendas ou dinheiro.

Nosso entrevistado conta que as alas eram divididas por facção e a qual ele pertencia, era majoritária em quase todas. No entanto, durante o período em que esteve preso, uma dissidência dessa mesma facção, autointitulada "massa carcerária" ou "neutros", iniciou uma guerra pelo controle de territórios na cidade. Isso gerou um clima tenso e uma verdadeira caçada a "traidores" nas alas onde os grupos estavam misturados. Por várias vezes, Gleydson temeu que sua vida fosse tomada nesse turbilhão.

Além disso, dentro das celas, a organização era de forma particular, de acordo com a condição financeira, o respeito e a hierarquia no crime organizado. Segundo Gleydson, o respeito faz com que a voz do preso seja mais ouvida e sua influência aumente. O medo

124 No presídio em que se encontrava, "não podia usar Ripinol, vender Crack, som alto" e tudo que deixasse o detento fora de controle, gerando brigas entre membros da mesma ala. Assim, ao manter o controle, a facção ganhava legitimidade.

125 Nas "tocas", esconderijos em paredes e objetos, os presos escondem itens para si e para fazer trocas, como cigarros, artigos de higiene e estética, mas também drogas, celulares, facas e armas fabricadas, chamadas de "cossocos".

também pode gerar esse efeito, mas apenas temporariamente. Por isso, ele afirma que é essencial cultivar respeito por meio de postura e atitudes benéficas para os outros, semelhante ao conceito de mana, estudado por Mauss (2003), no qual o doador da dádiva cria uma relação de dependência com o outro. Afinal, para impor medo a criminosos, seria preciso ser sanguinário e estar disposto a lidar com retaliações ou inimizades. Assim, é o respeito que mantém a ordem e impede que todos "toquem o terror", pois quem recorre ao terror para se impor "não dura muito" e acaba sendo "engolido".

No contexto da pandemia, a covid-19 encontrou ali um terreno fértil. As condições nas celas eram insalubres: um ambiente úmido, escuro, extremamente quente e sem ventilação adequada, propício à proliferação de doenças contagiosas, como tuberculose, infecções de pele e gripes. Além disso, a higiene bucal era praticamente inexistente.

Quando as ondas de contaminação pelo coronavírus atingiram o presídio, Gleydson afirma ter adoecido ao menos duas vezes. Em 2022, mesmo após a vacinação, foi reinfectado, pois o vírus continuava sofrendo mutações e escapando da imunização em um ambiente tão propício à sua disseminação. No entanto, foi a infecção logo na primeira onda, pouco depois de sua entrada no presídio, a qual a doença o atingiu com mais gravidade, tornando o período de adaptação ainda mais difícil.

Certa vez, ao chegar à cela, Gleydson percebeu que alguns presidiários tossiam nos cantos. Confinados e sem acesso a máscaras de proteção, ele relata que teve uma noite difícil e, ao amanhecer, estava doente junto com todos os outros naquela cela superlotada. Sentiu febre, tosse, perda de apetite e falta de ar devido à covid-19. Mesmo "baqueado" (fraco), levantou-se e passou a andar pela cela, tentando recuperar o fôlego e refletindo se morreria ali, ainda jovem, longe da família e de quem realmente importava. Ele conta que, diante da possibilidade de morrer sem ter criado sua filha, sem ter a visto crescer e viver tudo o que deveria viver, sentiu, acima de tudo, raiva. O medo daquela doença ainda desconhecida, que "pegava" em todo mundo, fez com que se sentisse como um animal lutando pela vida. Ninguém o levou à enfermaria e, assim como os demais, teve de contar apenas com a sorte.

Recuperado da covid-19, a sorte o manteve vivo, mas ele ainda precisaria contar muito com ela. Restavam-lhe cinco anos de sentença, decorrentes do flagrante de roubo sem lesão corporal ou violência, mas sob posse ilegal de arma de fogo. Durante esse período, Gleydson descreve a crueldade dos agentes penitenciários, especialmente dos guardas mais novos, que queriam "mostrar serviço". Eles provocavam confusões, implicavam, agrediam os

presos e incentivavam brigas, para que depois pudessem aplicar punições, como o isolamento. Conforme atesta ainda nosso entrevistado, havia favorecimentos desses guardas, que somente deixavam aqueles com penas leves irem para a cozinha, como presos por não pagar a pensão. Segundo um relato que nos conta:

> Tinha um cara [agente], que não gostava de um preso lá, e mandou ele ficar segurando a grade, e fechou o portão no dedo dele. Cortou o dedo do cara fora, ficou o dedo lá no chão e o cara gritando. Demorou foi muito pra socorrer ele, e o agente pegou só quinze dias de suspensão! Ele disse que foi sem querer. Mas todo mundo sabe que não foi. […] Os agente lá, tirava era de um por um da cela, pra perguntar se alguém tinha celular, querendo que a gente 'caguetasse' [delatasse]. Botava medo, batendo, fazendo pressão…

Porém, a humilhação não vinha somente dos guardas, mas também da própria rotina de detento. Gleydson relata a experiência degradante de ter que "cagar" na frente dos outros e como, na cela lotada, era preciso pedir licença "até pra limpar a bunda", enfatizando, de forma hiperbólica, a falta total de privacidade e a constante necessidade de atenção às relações sociais. Adicionalmente, ainda, o interlocutor relata como a comida era "azeda sempre" e que toda alimentação vinha com pão. Fazendo, então, com que eles usassem pão como valor para apostar nos jogos de baralho, porque, obviamente, negócios sérios eram somente em troca de dinheiro. Além disso, ele nos conta sobre às vezes que chovia e sua cela "inundava". Situação terrível, que dependia da boa vontade e de "pedir na humildade" o rodo aos agentes, para os detentos tirarem a água e poderem deitar. Quando o chão fica alagado, aqueles que já dormiam sob a constante preocupação com ratos e baratas simplesmente não conseguiam mais descansar.

Nesse ambiente hostil, pode até parecer que não há espaço para a amizade verdadeira, mas, assim como no reconhecimento dos "de verdade" no mundo exterior, muitos laços fortes são formados dentro da prisão. Passando juntos por tantas adversidades, muitos homens se consideram irmãos, como se fossem do mesmo sangue. Daí, também, desse sentimento de fraternidade, que as facções se fortalecem, pois só sobrevive quem tem apoio familiar ou do crime organizado. Para aqueles que não têm família lá fora, a única opção é fazer da facção sua família. Dentro da moral do crime, a família é o que há de mais sagrado e, por isso, trocar de "camisa" (mudar de facção) é considerado a traição mais profana.

Para Gleydson, entretanto, nada na trama interna da prisão foi pior do que ter perdido os primeiros anos de vida de sua filha. Ele descreve essa perda como "o pior castigo", pois foi obrigado a observar, de longe, sua parceira no perrengue (dificuldade) da

sobrevivência. Por isso, carrega uma culpa imensa, reconhecendo que, ao buscar uma solução rápida e fácil, acabou piorando tudo.

Sentindo saudades da família, ele acompanhava as notícias do *lockdown* pela televisão e, junto com outros detentos, até brincava dizendo: “agora tá todo mundo preso!”. Mas, no fundo, sabia que estar encarcerado não era o mesmo que estar isolado em casa. Para ele, “quando a gente perde a liberdade, perde tudo” — uma lição aprendida ao longo de sua trajetória. Hoje, ele percebe que nosso tempo de vida é nosso verdadeiro tesouro. Desse modo, é na experiência de quando “você não tem mais nada” que o entrevistado relaciona a consciência do valor da família. Como ele próprio diz: “[…] por isso que todo preso se apega à mãe, man. Porque na rua você tá chêi de amigos, mas atrás das grade, nenhum vai te visitar. Só tua mãe tá lá do lado toda vez”.

Além da organização do “malote”, ou seja, as compras que a família leva para o preso, há uma reestruturação familiar que ocorre com o encarceramento de um de seus membros, e isso não pode ser desprezado. Os familiares precisam substituí-lo em suas responsabilidades no cotidiano da família, se virando para cobrir sua parte no orçamento doméstico, já que a renda, seja ela lícita ou não, deixa de existir. Na maioria das vezes, o encarceramento é um verdadeiro vendaval que impacta toda a família, tornando a sobrevivência ainda mais difícil. E assim também foi para a família de Gleydson.

Ainda em 2020, buscando a sobrevivência da família, seu irmão mais novo montou um lava-jato em frente de casa. O empreendimento de Glaubin fez sucesso, pelo menos no início, graças ao seu amplo círculo de amigos na várzea do Maranguapinho, incluindo membros da torcida organizada do Fortaleza, além da rede de contatos de Gleydson, que vieram apoiar o negócio ao saberem que ele estava preso. Todos aqueles vizinhos e amigos na Comunidade São Francisco deram apoio à solução inteligente e o “caminho honesto” que o caçula estava buscando.

Assim, de certa forma, a prisão de Gleydson, embora fruto de uma tentativa frustrada de ganhar dinheiro por meios ilegais, acabou, inconscientemente, criando uma oportunidade através do irmão, para que ele alcançasse o que sempre quis: manter sua família bem. Isso reforça, mais uma vez, como as consequências e possibilidades das trajetórias de vida são, de fato, imprevisíveis.

Além da ajuda, como sempre, de Dona Socorro e da irmã mais velha, a família conseguiu se sustentar durante a pandemia de covid-19 graças ao empreendimento do irmão

mais novo e aos auxílios emergenciais do governo brasileiro, destinados às pessoas de baixa renda, cadastradas no Cadastro Único.

Enquanto isso, na cadeia, "o tempo não passa", e por isso todos gostavam de ouvir uma boa história. As visitas dos familiares eram um dos poucos momentos relaxantes na prisão. Não à toa, assim como Gleydson, a maioria dos presos aguardava ansiosamente pelo dia da visita. Para ele, essas coisas foram fundamentais para manter sua sanidade, especialmente por poder namorar a esposa e ver a filha. Segundo nosso interlocutor, era preciso encontrar um escape para lidar com a situação no presídio, pois muitos não aguentam e acabam entrando em depressão. Naquele contexto, a autoestima dos detentos despenca. Pensamentos autodepreciativos, como se enxergar como "lixo", e o peso da culpa pelos erros cometidos dominam suas mentes. Assim, não tem outro jeito, é necessário suportar o fardo de estar ali, o que afeta duramente o psicológico.

O crime (o ato), como uma escolha indubitavelmente pessoal no momento, torna a culpa ainda mais severa. Porém, apesar de toda uma sequência de interafetações e circunstâncias por trás do ato criminal e que o influenciaram — como o fato de Gleydson ter uma filha recém-nascida para sustentar em meio ao contexto da pandemia de covid-19 — o senso comum tende a individualizar a responsabilidade, resumindo a situação a frases como: "foi roubar porque quis". Dessa forma, observamos a decisão de nosso entrevistado de forma mais complexa, não como um desespero incontrolável, mas outro de tipo, consciente e autocontrolado.

Dentro da família, as críticas mais duras vieram da irmã mais velha, Graziane. Ela reprovava a "opção" do irmão a ponto de quase cortar relações com ele, sem nunca ter ido vê-lo no presídio. Utilizava-se da comparação moral com si mesma, dizendo que se ela, que foi "a que mais sofreu" nas mãos do padrasto, não havia seguido pelo caminho do crime, então ele também poderia ter feito o mesmo. Gleydson, por sua vez, era irredutível ao rebater com firmeza. Para ele, não se tratava de falta de valores ou de "ingratidão" para com a mãe, mas justamente o contrário: ele afirmava ter feito o que fez por gratidão a ela e pelo desejo de ajudá-la financeiramente, mesmo que isso a desagradasse. Assim, sua culpa vinha menos do crime em si e mais das consequências que sua prisão gerou para a família. Por exemplo, lhe preocupava mais que seus sobrinhos, filhos de Gleyciane, tinham se metido em uma briga com outras crianças, que haviam chamado um deles de ladrão, comparando-o com o tio. O motivo? O menino havia usado um dinheiro para comprar um recheado pequeno na bodega da

rua e não dividiu com os outros.

Toda essa preocupação, por outro lado, serviu como combustível para Gleydson, impulsionando seus pensamentos e sua vontade de resolver muitas questões quando saísse da cadeia. Afinal, como diz um ditado presente em uma música do MC Hariel: “não tem pessoas fortes com caminhos fáceis”. Particularmente, uma sabedoria popular, cujo próprio Freud (2016, p.169) também notou, quando disse que: “É através da sua própria experiência e infortúnios que uma pessoa se torna sagaz".

Essa foi a “visão” (ou leitura de mundo) que ele recebeu dos “caras mais velhos” por meio de conversas e orientações. Segundo ele, os mais antigos da sua ala criticavam constantemente os mais jovens, “os correria”, porque enxergavam na selvageria da ânsia de quem nunca teve nada um grande erro. No universo do crime, a vida é tratada como um jogo, em que não é só porque os jogadores jogam alto com as probabilidades, que se tenha que jogar sempre “tudo ou nada”. Nas lições, pelo contrário, a visão é ter estratégia e saber que no jogo quase tudo é ilusão.

Relacionada à sua visão de mundo, a maneira com que Gleydson lida com a morte é diretamente ligada à tensão da ilegalidade nesse jogo. A lógica da ilegalidade evidencia muito bem como o caminho da morte e o caminho da vida são percorridos juntos, lado a lado. No cotidiano da criminalidade, a todo momento, não apenas existem riscos reais de morte, mas também expectativas sobre ela, influenciando as narrativas e as condutas de cada indivíduo, seja de maneira positiva ou negativa.

Nesse sentido, a ideia de estar “de passagem” nesse jogo é alimentada em Gleydson pelas crenças em construções como o mito bíblico de que: “do pó viemos e ao pó voltaremos”. Essa perspectiva serve de escudo para enfrentar as imprevisibilidades e as incertezas da sua vida tensa, na ponta do mercado global dos desmanches de automóveis. Nesse seu pensamento, se tudo é passageiro, então o sofrimento daquele modo de vida também não duraria muito. Ele opta por acreditar, que é apenas questão de tempo para que o sonho vire realidade, mesmo que se viva sempre no meio desse caminho.

Nosso entrevistado se vê abençoado por Deus por ter sobrevivido ao risco absurdo da morte, uma ameaça constante para homens jovens e periféricos entre os dezoito e os vinte e cinco anos. Para alguém que viu tantos mais novos morrerem, ter ultrapassado essa faixa etária é uma verdadeira “glória”, concedida por um ser protetor. No entanto, a relação de Gleydson com Deus é particular, não se vincula a igrejas nem se expressa em cultos, mas sim,

única e exclusivamente, por meio de sua fé. O jovem acredita na teologia da prosperidade, na ideia de destinação e de ser escolhido para o paraíso. Segundo suas próprias palavras, seu Deus "é o Deus do impossível", que protege os bons, mesmo aqueles que estão em maus caminhos. Dessa forma, Deus se torna uma figura essencial não apenas nas decisões corajosas que o cotidiano ilegal exige, mas também como uma força inexplicável que sustenta sua consciência.

A confiança em Deus, que nunca o abandonaria nem o trairia, foi fundamental para enfrentar o ambiente do presídio, que ele vê como um ambiente selvagem de lobos, onde todos estão sós e a confiança é privilégio de poucos. Rejeitando, com isso, a "justiça dos homens", na versão mais religiosa dessa filosofia do devir, a ideia de que "só deus pode julgar", concilia a "vida bandida", com a convicção de que no julgamento final, o arrependimento e a confiança em Deus, farão compreender que tudo o que fez foi pela família. Aqui, portanto, percebemos uma inversão: enquanto a lei dos homens cobra pelo que aconteceu no passado, a justiça divina cobra pela promessa de redenção que se realizará no futuro.

Finalmente, em 2025, Gleydson sai da prisão após o cumprimento de sua pena. Sua chegada à casa da família foi celebrada com fogos de artifício e muita comemoração promovida por seus parentes, que o aguardavam ansiosamente. De cabelo raspado e barba no estilo cavanhaque, seu tipo físico permanecia o mesmo, mas, para nós, depois de tanto tempo, ele parecia irreconhecível. Já seus familiares mais próximos notaram que sua pele estava mais clara, devido à longa falta de exposição ao sol. Mas, a mudança mais significativa estava em seu comportamento — ele se mostrava mais retraído.

Não é difícil imaginar que o encarceramento marca as trajetórias de Gleydson, Wilma, Carlos e Lorin, de quem tratamos anteriormente, mas também a de cada família e domicílio da vizinhança da várzea do Maranguapinho. Seja por intermédio de um parente ou conhecido, seja por algum acontecimento no cotidiano, a prisão se faz presente na vida de muitos. Nesse sentido, o presídio deixou de ser apenas um local para indivíduos considerados criminosos, tornando-se um espaço ocupado por setores específicos da sociedade: os moradores de periferia das classes mais baixas.

Autores como Wacquant (2008) falam da prisão contemporânea como uma "nova administração da pobreza" e dos indivíduos periféricos, majoritariamente negros ou pardos. O encarceramento em massa tornou-se uma interafetação corriqueira, organizando as

experiências dos moradores de bairros e comunidades como a São Francisco. Considerando as consequências e possibilidades socioambientais que levam ao encarceramento, percebemos que seu impacto vai além do indivíduo, atingindo comunidades inteiras de pessoas pobres e periféricas[126].

Por isso mesmo, sonhar, por aqui, parece ser ainda mais revolucionário. Gleydson, por exemplo, sonha em manter a família unida, mesmo quando Dona Socorro partir. Ele sonha em um dia construir uma casa própria para eles e em ver sua filha crescer feliz. Sonhos modestos para um jovem que, marcado pela pandemia de covid-19 e pelos acontecimentos que se seguiram, redefiniu sua ideia de vencer na vida e o que significa ter uma boa trajetória de vida.

Segundo ele, se pudesse reviver um único momento antes de morrer, "trocaria qualquer lembrança" para, na verdade, viver algo que nunca viveu: os cinco anos que perdeu do crescimento da filha enquanto estava preso. Dessa forma, a filha tornou-se a grande alavanca de sua trajetória, assim como a pandemia. Primeiro, ela foi a razão do desespero que o levou a buscar, a qualquer custo, uma vida melhor para ela. Depois, tornou-se sua redenção e salvação, ao fazê-lo entender que o presente mais valioso que poderia dar a sua filha era simplesmente ela ter um pai por perto. Algo que ele próprio não teve e, até então, não sabia que poderia fazer mais falta do que qualquer bem material. Ele se emociona, agora que cumpriu a pena, pois a menina começa a reconhecê-lo como pai, passando cada vez mais tempo com ele.

Se os problemas continuam mesmo depois da pandemia e da prisão — porque, segundo nosso entrevistado, "não são só os amigos que vêm te receber de volta" —, para ele, não importa os desafios que a vida imponha ou qual tenha sido sua trajetória, o essencial é nunca esquecer "de quem sempre ficou do seu lado", referindo-se a seus parentes.

Nesse sentido, Dona Socorro mantém seu otimismo em relação ao filho. Misturando sua experiência como mãe com uma lição que gostaria que Gleydson (que a ouvia atentamente) aprendesse, ela diz:

> […] não dá pra ser pobre sem sonhar, né, meu filho? Não importa da onde a gente, porque vai ter limitação, né? Mas o impossível, só você vai dizer depois de tentar… A gente que é mãe, que é pai, agora ele, né? Quer fazer tudo perfeito pro seu filho. Mas só que a gente erra também. E tem coisa que a gente tem certeza que tá fazendo o certo, que tá acertando com a criança, mas não, mas não é. O filho depois vê que a

126 Antes de qualquer especulação sobre uma suposta essência criminosa daqueles que nascem nesses territórios, lembramos que é fundamental enxergar as interafetações específicas nas sequências desses espaços e o modo como a justiça opera neles.

> gente erra. Então, a gente tem que dá um exemplo pro filho não querer errar também, porque você errou. É importante que ele tem que entender que, mesmo que a gente não concorde com as escolha que ele fez, não entenda o caminho tomado, a gente que é mãe sempre vai tá do lado, sempre vai tá cuidando, sempre ali pra quando precisar.

Lamentavelmente, porém, apesar do otimismo de Dona Socorro, a realidade social do Brasil impõe desafios severos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), o país ocupa a segunda pior posição do mundo em mobilidade social. Isso significa que as famílias pertencentes aos 10% mais pobres precisam de, em média, nove gerações para alcançar a classe média, o que, em números completos, equivale a 180 anos. Um tempo inimaginável, reflexo de nossas profundas desigualdades, que nos leva a questionar como lidar com a dura perspectiva de saber que, provavelmente, até mesmo os netos continuarão entre os mais pobres.

Diante das condições e possibilidades da malha socioambiental da Comunidade São Francisco, os mais jovens, como Gleydson, buscam ativamente uma saída para a condição precária em que nasceram. A diferença, porém, é que, enquanto nas gerações anteriores os jovens não eram tratados como descartáveis, hoje, com o aumento populacional da força de trabalho, essa realidade mudou. A sensação que nos fica, então, é que, apesar de todos estarem em busca de um horizonte melhor, muitos acabam se conformando com pequenas transformações em sua realidade.

Nessa adaptação, levando em conta as trajetórias únicas e particulares, mas mutuamente afetadas pela malha socioambiental, percebemos como os actantes, ao encontrarem um caminho bloqueado, ontologicamente recorrem às vias restantes e epistemologicamente justificam essa escolha. Seja a filha de Seu João, que viu na educação um meio de ascensão; João Victor, que encontrou no trabalho um caminho; ou até mesmo Gleydson, que enxergou no ilegalismo uma possibilidade.

# 6 COTIDIANO E AUTO-ORGANIZAÇÃO: HORIZONTES DE VIDA E DE MORTE

Este capítulo busca construir uma teorização sobre uma dinâmica presente na malha socioambiental: a auto-organização dos seres. No entanto, essa construção teórica não se desvincula das vivências concretas do pesquisador e de seus interlocutores. A partir da experiência acumulada ao longo da pesquisa de tese — por meio de diários de campo, conversas, entrevistas, histórias de vida e outros registros —, identificamos que as trajetórias e os cotidianos dos moradores da Comunidade São Francisco se apresentam como sequências de mudanças contínuas e recursivas, constituídas pela adaptação constante entre as ações dos seres e as condições do ambiente.

Ao longo do devir espaçotemporal da contingência ou objeto estudado na configuração científica que construímos, constatamos que a multiplicidade de alavancas ou elementos em afetação mútua na produção da realidade complexa, conduz imprevisivelmente, dessa forma horizontal e não determinística, a um conjunto de adaptações recursivas dos seres. A partir dessa constatação, inferimos a importância de uma dinâmica vital e ontológica, própria da perspectiva dos seres como sequências de vida integradas e em comunhão com a natureza, que aqui chamamos de auto-organização. Esta dinâmica, então, em resumo, é compreendida como o processo existencial contínuo de constituição e reinvenção, dos organismos biológicos, dos cotidianos ou sequências de vida, modos de existência, percepções morais e narrativas históricas.

Nesse sentido, teorizamos, neste subcapítulo, que a **existência serial**, em termos de práticas e estéticas de vida cotidiana, se constrói à medida que os actantes se adaptam às interafetações da malha socioambiental da natureza, segundo suas intenções e as condições do ambiente, atualizando consequências e possibilidades tanto em suas trajetórias de vida quanto na própria sequência do ambiente ao seu redor.

Nossa concepção de ser vivo na malha socioambiental, desse modo, alinha-se à perspectiva de Maturana (1996, p. 58), segundo a qual “um ser vivo é como é, em cada instante, não porque algum de seus componentes predetermine como deva ser, senão porque começou com certa estrutura inicial e teve uma certa história particular de interações”. Assim, em nossa perspectiva ecológica, compreendemos as mudanças nos seres como respostas às perturbações recíprocas que compõem suas trajetórias na natureza.

Contudo, essa ontologia descrita por Maturana e Varela (1997), por meio do

conceito de "*autopoiese*", que visa explicar a organização do vivo, enfatiza por causa de sua perspectiva estritamente biológica, a recursividade interna dos seres vivos enquanto sistemas fechados. Por isso, nossa proposta teórica de auto-organização, no âmbito da sociologia ecológica, propõe uma ampliação dessa ontologia. Compreendemos a auto-organização não apenas como recursividade interna, mas como um processo de interafetação mútua entre os seres e o ambiente, realinhando a compreensão dos cotidianos e das trajetórias de vida ao grande curso da realidade.

Assim, pelo contrário, entendemos tais processos existenciais como sistemas abertos ou como sequências em constante devir. A nosso ver, a auto-organização dos seres actantes não ocorre sobre um palco imóvel, tampouco sobre uma paisagem passiva ou sistema isolado, mas sim em uma malha viva de interafetações recíprocas que constitui a própria natureza.

Eis, portanto, o comungar maior entre a natureza, o ambiente e os seres que esta teorização propõe: a partilha do devir. Ora, se a realidade é devir, e tudo passa, não permanecendo nada como antes (nem no tempo nem no espaço), então, para qualquer sequência actante, não resta outra via senão continuar a adaptar-se, auto-organizando suas consequências e possibilidades na malha socioambiental, bem como suas percepções ao longo da vida.

Em nossas palavras, há fundamentalmente para um ser vivo, duas formas gerais de auto-organização diante da partilha do devir que a malha socioambiental impõe. Uma existência serial, inserida no grande curso da natureza: ou pode tentar resistir a esse fluxo natural, construindo cisões ideológicas e epistêmicas para lidar com a interafetação da morte por meio de negações, ou pode aceitar a si mesmo e à morte como partes integrantes da natureza e desse grande devir do universo.

Independentemente do caminho escolhido, seja pela aceitação, seja pela negação da morte, e considerando que, na práxis cotidiana, essas vias não são excludentes entre si, a lógica da auto-organização emerge de um ímpeto básico dos seres de **prosseguir**. Esse ímpeto, ao mesmo tempo que põe à prova nossa epistemologia baseada no devir, também se evidencia empiricamente como fundamento teórico.

Desse modo, é necessário reconhecer uma força motriz fundamental relacionada a essa partilha do devir, para compreender em profundidade essa dinâmica da auto-organização: a morte. Entre as múltiplas interafetações não determinísticas e probabilísticas que operam na

adaptação dos seres ao ambiente, a morte se destaca como a principal alavanca propulsora dessa auto-organização das sequências vivas. Afinal, como nos lembra Freud (1920, p. 38, tradução nossa), “a meta de toda a vida é a morte”.

Em nossa perspectiva, a morte não é apenas um fim, mas parte de uma dinâmica diretamente ligada à própria existência serial. Ela atua justamente pelo fato de os seres estarem vivos e, como seres que sentem e pensam de forma adaptativa, constroem-se e recriam-se recursivamente.

Como argumenta Morin (1994), em “O homem e a morte”, quando o ser humano se recorda da morte, ele é tomado por um efeito hipnótico, tamanha a intensidade simbólica que ela exerce sobre nossas vidas. Em torno da morte, giramos nossas rotinas, desejos e decisões, moldando, assim, nossa auto-organização. Mesmo em situações corriqueiras, como ao bater o mindinho na quina de um móvel, a morte se faz lembrar.

Aliás, a própria individualidade, sob essa perspectiva, nasce do reconhecimento da finitude, pois é na consciência de nossos limites que se forjam nossas histórias, idiossincrasias e projetos de vida.

Morin (id.) chega mesmo a sugerir, que o que distingue o *Homo sapiens* dos demais animais não é a inteligência, o uso de ferramentas, a linguagem ou a sociabilidade, comumente apontados como pilares da vida em sociedade, mas sim a capacidade de simbolização, especialmente em relação à morte. Ele observa como os rituais funerários emergem do horror diante da decomposição dos cadáveres, que nos recordam, de forma visceral em nossa relação com a morte, o decaimento e a putrefação do nosso próprio tempo de vida. Dessa forma, seriam as sepulturas, antes das cerâmicas e pontas de lança, os primeiros traços distintivos da cultura humana.

O verdadeiro alicerce da cultura, então, residiria não apenas na interação social, mas, de forma mais complexa, na adaptação recursiva frente a finitude, isto é, na auto-organização do ser perante a morte. Afinal, a ideia de que a morte é contagiosa não é uma exclusividade dos tempos pandêmicos, mas encontra-se entranhada no próprio ato de viver, permeada pelo medo primordial de morrer. É a partir desse medo que emergem diversas concepções essencialistas que buscam diferenciar o bem e o mal, o sagrado e o profano nas sociedades. Além disso, é também desse medo que nasce a necessidade de rezar, de buscar consolo e de atribuir sentido à existência.

Conforme também argumenta o antropólogo e psicanalista Ernest Becker (1976),

no livro “A negação da morte”, a consciência da morte constitui o maior motor das ações humanas. Para E. Becker, grande parte da cultura, das instituições e das crenças humanas consiste em tentativas de superar, negar ou simbolicamente vencer a morte. A cultura, nesse sentido, pode ser compreendida como um sistema de significados que protege o indivíduo da angústia de morrer, ao fazê-lo sentir-se parte de algo maior, que perdura para além de sua existência.

Justamente por ser a morte uma questão universalmente difícil, dolorosa e inescapável, diferentes maneiras de se lidar com ela deram origem a distintas formas culturais. Mesmo aquelas que a celebram com alegria, como nas festividades do Dia dos Mortos, presente em diversas culturas latino-americanas, o fazem por meio de complexas redes simbólicas e afetivas, elaboradas para mitigar o medo da finitude.

Há, inclusive, relações diretas, ainda que distintas, entre as formas como as culturas lidam com a morte e o modo como suas civilizações se relacionam com a natureza. Por exemplo, o paraíso aqui na terra, concebido por muitos povos indígenas e expresso nas cosmologias ameríndias de comunhão com a natureza, está profundamente vinculado à maneira como essas culturas compreendem e convivem com a morte. Do mesmo modo, o paraíso espiritual, no além-vida, prometido pelas doutrinas dos colonizadores europeus, associa-se a uma perspectiva de exploração e acumulação no plano carnal, onde se nega a morte por meio da colonização da natureza.

Dessa forma, a dissociação entre vida e morte, bem como entre natureza e sociedade, não esteve sempre presente nas formas de percepção e discernimento humanas. Foi a maneira particular de negação com que a cultura ocidental lidou com o ímpeto vital de lidar com a morte, que levou a humanidade a constituir relações de saber-poder que, ao longo do tempo, sedimentaram uma cisão ideológica e epistêmica entre sociedade e natureza, entre o ser humano e sua animalidade. Ou seja, essa cisão, que nos conduziu ao desequilíbrio ecológico e à ameaça climática contemporânea, trata-se, antes de tudo, de uma construção histórica. A concepção da morte como negação da vida é um aperfeiçoamento da racionalidade ocidental colonial-moderna (LANDER *et al*., 2005): um reducionismo histórico, epistêmico e ontológico. Tudo em nome da afirmação da transcendentalidade da razão, como forma de negar a morte e superar a natureza.

A relação entre vida e morte, portanto, nunca foi estática; ao contrário, ela tem sido continuamente moldada pelas contingências e particularidades culturais de cada tempo e lugar. Como nos lembra Santos (2015, p. 34):

> A relação do homem com a morte sofreu profundas mudanças ao longo dos tempos. Antigamente, os homens morriam em casa, cercados pelos vivos, diante de todos os olhares que não se recusavam a ver a passagem. Hoje, morre-se escondido na cama de um hospital. Os velórios aconteciam no mais nobre cômodo da casa, enquanto hoje há capelas velatoriais com o nome do morto identificado numa placa. A morte foi se aninhando nos bastidores da vida, distante do tempo cotidiano de outrora.

Nossa relação com a morte é tão antiga quanto nossa própria existência enquanto espécie. Contudo, se considerarmos que a experiência da morte já se fazia presente entre nossos ancestrais do reino animal, é possível afirmar que essa relação antecede o surgimento do *Homo sapiens* e remonta nossos ancestrais comuns. Primatas, nossos parentes evolutivos mais próximos, por exemplo, também vivenciam o luto. Quando um filhote morre, mães chipanzés frequentemente continuam carregando seu corpo por dias ou até meses. Além disso, os membros do grupo demonstram sinais de tristeza, parando de comer e se isolando temporariamente[127].

Tais expressões individuais de sofrimento entre outros animais revelam que o luto não é uma exclusividade da espécie humana. Elefantes, igualmente, reconhecem a morte de seus semelhantes. São capazes de distinguir restos mortais e realizar atos que se assemelham a rituais fúnebres, como cobrir os cadáveres com terra e folhas usando suas trombas. Eles retornam a locais onde os parentes morreram, permanecem ali em silêncio e tocam as ossadas, como se reconhecessem, respeitassem e até honrassem a vida dos que se foram[128].

Ainda que essas manifestações não apresentem a complexidade simbólica dos rituais elaborados pelos hominídeos ancestrais ou pelas múltiplas formas culturais do *Homo sapiens* contemporâneo, elas evidenciam a existência de uma consciência da perda e da finitude desde tempos muito anteriores ao surgimento de nossa espécie. É interessante observar, portanto, que mesmo antes do aparecimento do ser humano como conhecemos, há cerca de 150 a 200 mil anos, outras espécies do gênero *Homo* já realizavam sepultamentos e, possivelmente, rituais e cerimônias relacionadas à morte (HARARI, 2015).

Estudos sobre o *Homo naledi* (BERGER *et al.*, 2015), por exemplo, indicam práticas funerárias rudimentares. Essa espécie já se reunia em torno dos corpos dos mortos,

127 Cf. Disponível em: https://cienciahoje.org.br/acervo/chimpanzes-de-luto/. Acesso em: 29 abr. 2025.

128 Cf. Disponível em: https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2020/02/11/156981-como-elefantes-lidam-com-os-mortos-estudo-investiga-pela-primeira-vez.html. Acesso em: 29 abr. 2025.

enterrando-os em cavidades específicas, possivelmente em busca não apenas de proteção, mas também como forma de partilha emocional e de coesão grupal. Em um tempo ancestral, no qual a morte era frequentemente causada por grandes predadores, ver o corpo dilacerado de um ente querido gerava um forte choque coletivo. Reunir-se em torno desse corpo, portanto, era mais do que uma prática de luto: era um gesto de manutenção do grupo diante da ameaça do fim.

Foi nessas primeiras relações integrativas com a morte que, como em tantas outras dinâmicas dialéticas e seriais, teria emergido aquilo que mais tarde o *Homo sapiens* especializaria: a vida em sociedade. Relacionado ao o medo da morte, foi compreendendo o medo de ficar só e sem cuidado, que nos levou a imaginar a incidência desse mesmo sentimento nos outros, lançando as bases da sociabilidade.

Para Durkheim (2010), foi precisamente esse medo de ficar sozinho o que impulsionou o ímpeto de formação da sociedade. Já que, tal medo corresponde à necessidade profunda de conexão social e de pertencimento a um grupo, o que impulsiona os processos de socialização, solidariedade e divisão do trabalho — fundamentos da vida coletiva e da coesão social. Não por acaso, a palavra "religião" deriva do latim *religare*, que remete à ideia de religar, de conectar; assim como "sociedade" origina-se de *societas*, que significa "associação amistosa", proveniente, por sua vez, do termo s*ocius*, que quer dizer "companheiro", aquele que não está sozinho.

A morte, nesse sentido, pode ter sido uma das razões centrais para o aperfeiçoamento da nossa habilidade de emocionar e comunicar. A necessidade de expressar emoções e transmitir informações coletivamente pode ter se desenvolvido, ao menos em parte, a partir da vivência comum e inevitável da finitude. Afinal, o reconhecimento da morte como um evento universal entre os membros de um grupo exigia o desenvolvimento da empatia, pois, para compreender o outro, era preciso começar por si mesmo.

Mais tarde, os primeiros indícios do rompimento com essa relação integrativa da morte e natureza podem ser observados na emergência de figuras específicas encarregadas de lidar com a morte (como os sacerdotes), representando possivelmente um dos primeiros impulsos em direção à divisão social do trabalho e também à constituição de uma autoimagem humana apartada da natureza.

Seja como for, essa percepção epistêmica e ideológica segregada se intensificou com a consolidação do primeiro padrão de poder global, cujo marco histórico foi a

incorporação das Américas no mundo. A partir desse momento, o padrão de poder colonial-moderno (LANDER *et al*., 2005) estabeleceu uma relação derradeira e hegemônica entre vida e morte, alicerçada em uma cisão radical entre o ser humano e a natureza. Nessa lógica, o corpo passou a ser identificado como natureza e, portanto, como morte, sendo reduzido a algo que deve ser dominado, negado e deslegitimado como fonte legítima de conhecimento. A ciência que se erigiu desse paradigma desvalorizou o corpo, os sentidos e as emoções, consagrando exclusivamente a mente como produtora da verdade. Assim, a razão mecanicista, objetivista e determinística passou a ser concebida como aquilo que transcende o animal humano da natureza, tornando-se instrumento de dominação da vida e promessa de fuga da morte. Como se, ao nos tornarmos "civilizados", nossa mente deixasse de pertencer à natureza.

Após o Renascimento e, sobretudo, com o Iluminismo, essa racionalidade assentada na cisão com a natureza se radicalizou ainda mais. A morte deixou de ser concebida como destino inevitável e passou a ser interpretada como fruto da ignorância técnica — um erro a ser corrigido pelo progresso do conhecimento. Lembremos, por exemplo, da alquimia: uma das expressões embrionárias da ciência colonial-moderna, que, mesclando religião, misticismo e química, almejava nada menos que o elixir da imortalidade e o domínio técnico absoluto sobre a realidade natural, conquistando, assim, a suprema vitória sobre a morte.

É nessa direção que também se insere a proposição de Jean Baudrillard (1996), na obra "A troca simbólica e a morte": a sociedade moderna ocidental é fundada sobre a recusa da morte, por meio do domínio da razão instrumental sobre a natureza. Para o autor, a morte deixa de ser um evento aparente da vida coletiva e passa a ser medicalizada, deslocada para os hospitais, silenciada na cultura e reduzida a um mero fracasso técnico da medicina, perdendo parte de seu valor simbólico.

Contudo, para nós, além de compreendermos, como propõem Becker e Baudrillard, que a constituição da cultura e da sociedade está associada à negação e ao medo da morte, é necessário ampliar essa perspectiva, observando a relação íntima entre essa recusa da morte e a negação da natureza na formação da cultura contemporânea. A nosso ver, é preciso passar pela crítica decolonial, reconhecendo que a sociedade atual é fundada não somente sobre a rejeição da morte, mas também sobre a colonização da natureza (WALSH, 2007; ALIMONDA, 2011), como parte constitutiva dessa mesma recusa.

Desse modo, a cultura e a sociedade contemporâneas podem ser compreendidas

como invenções contra a natureza e contra o grande curso do devir, que garante a finitude das sequências. No desenvolvimento das relações culturais com a morte, o *Homo sapiens*, ao deixar de se reconhecer como parte da natureza, passou a se perceber como um ser isolado. Em resposta ao medo da morte e, consequentemente, ao medo de estar só, criou para si uma autoimagem transcendente[129], afirmando-se como senhor e possuidor da natureza, em uma tentativa simbólica de controle e superação da finitude.

Na contemporaneidade, essa relação apartada com a morte e com a natureza manifesta profundas contradições e desigualdades quanto à forma como a morte atinge os seres, dependendo de quem são e em que parte da cidade vivem. Como destacam Sallnow (*et al.,* 2022), no relatório "Trazendo a morte de volta à vida", publicado na revista científica *The Lancet*, a história recente da morte nas sociedades do século XXI é marcada por paradoxos: do lado mais abastado do mapa, as relações cindidas com a morte e a natureza se traduzem naqueles que morrem submetidos a tratamentos hospitalares excessivos, invasivos e, por vezes, fúteis — frequentemente distantes de suas famílias e comunidades; de outro, nas periferias, uma parcela significativa da população sequer tem acesso ao cuidado paliativo mais básico, morrendo em sofrimento, muitas vezes, em decorrência de doenças evitáveis.

Nesse sentido, o paradoxo contemporâneo da cisão com a morte e a natureza evidencia não apenas as desigualdades nas condições socioambientais e nos contextos de cuidado, mas também os modos distintos de auto-organização adaptativa dos seres diante da finitude. Afinal, se, por um lado, a morte é uma realidade universal e contingente à experiência do viver, por outro, as práxis elaboradas para lidar com ela variam profundamente entre subjetividades, culturas, territórios e contextos.

Em outras palavras, ainda que a finitude e a percepção cindida entre humano e natureza sejam denominadores comuns nas contingências existenciais, as condições socioambientais e as intencionalidades que conformam os modos de auto-organização dos seres são profundamente desiguais. Como sugere Jacobs (2011, p. 160), em "Morte e vida nas grandes cidades", ao refletir sobre os contrastes entre ambientes urbanos: "Talvez nos bairros diversificados, cheios de vitalidade, em meio à vida, a lembrança da morte não seja tão pesada quanto deve ser nas escassas ruas de um subúrbio".

---

129 Aqui há desdobramentos teóricos que não iremos por pontos finais. É possível que essa autoimagem apartada da natureza possa ter vindo do desenvolvimento complexo da recursividade do "Eu" e da capacidade de escuta de si que a apuração da consciência humana conseguiu. Afinal, a consciência é possível apenas quando se está "sozinho" consigo mesmo, em um canal fechado, ainda que cercado por outros.

Não por acaso, os territórios onde a morte se torna uma constante cotidiana, marcados pelo "fazer morrer" da necropolítica[130] (MBEMBE, 2017), coincidem com os espaços mais violentos das grandes cidades. Nessas zonas urbanas onde mais se morre, como nas periferias de Fortaleza, o medo da morte é onipresente, diante das políticas de extermínio que são materializadas nas condições precárias de vida e na ausência sistemática do Estado. Incomparavelmente a qualquer outra região da cidade, o sentimento de desamparo é mais profundo e decorre da intensidade desse medo constante, uma vez que a responsabilidade pelo "fazer viver" da sobrevivência recai quase que exclusivamente sobre a auto-organização pessoal, familiar e comunitária dos moradores.

No contexto da sociabilidade violenta (SILVA, 2010), o medo da morte adquire dimensões complexas na auto-organização dos sujeitos. Como constatado em nossos interlocutores, esse medo se expressa também como o receio de não conseguir prover uma vida digna aos filhos, ou de não alcançar a realização de um projeto de vida que simbolize uma forma de imortalidade simbólica diante da própria finitude. Trata-se de uma angústia intensificada nos moradores das periferias, de morrer antes de deixar um legado, por menor ou relativo que seja, que confira sentido a suas sequências de vida sofridas e sacrificadas no andar de baixo da pirâmide social. Um legado capaz de resistir ao tempo e à ausência.

Assim, para além da diferença de intencionalidades e de condições socioambientais que moldam a experiência diante da morte nos moradores das periferias, encontros históricos entre os seres e o ambiente, como se evidenciou de forma contundente durante a pandemia de covid-19, exacerbam e aprofundam ainda mais essas desigualdades e paradoxos. A crise sanitária escancarou a vulnerabilidade desses corpos periféricos, transformando-os em alvos preferenciais do risco de contaminação e de morte nas cidades.

Sem dúvidas, a pandemia de covid-19 desvelou de forma abrupta o medo da vulnerabilidade da existência humana, que embora nunca completamente esquecido, era pouco lembrado por aqueles que vivem nos bairros mais privilegiados das grandes cidades. Mesmo entre os que habitam as periferias, onde o medo da morte já integra a sociabilidade cotidiana, a pandemia provocou alterações drásticas nas regularidades do cotidiano. Historicamente submetidos à lógica da guerra urbana, o cotidiano dos moradores das periferias passou a compreender a "guerra" contra a covid-19 como uma atualização de uma experiência já familiar: a ameaça contínua à vida.

130 A necropolítica é quando o biopoder soberano em vez de "fazer viver" seus súditos, deliberadamente subjuga a vida pelo poder da espada, seja por meio da ação ou da omissão do Estado.

Durante essa crise múltipla sanitária, compreendemos rapidamente as mudanças mais imediatas em nossa relação com a morte, sobretudo aquelas expressas nos hábitos cotidianos aos quais tivemos que nos adaptar, como os cuidados extremos com a higiene, antes ausentes porque não se faziam necessários. Além disso, a alteração da circulação nas cidades, imposta pelas novas formas de relação com a morte instauradas pela contingência da crise, transformou as sociabilidades, que foram abruptamente suspensas e, mais tarde, avidamente reincorporadas de outras formas. Por exemplo, de repente, passamos a imaginar outro mundo, no qual tossir ou espirrar em público passou a despertar desconfiança, incômodo e até constrangimento, revelando como a percepção da morte também impacta diretamente os códigos sociais.

Nesse sentido, a pandemia expôs como certos comportamentos podem jamais retornar ao que eram, enquanto outros, que antes pareciam impensáveis, tornam-se rapidamente banais dali em diante. O uso de máscaras em espaços públicos, por exemplo, que causava profunda estranheza entre os ocidentais antes da pandemia, passou a ser incorporado com familiaridade — talvez de maneira irreversível.

Contudo, as transformações mais profundas, aquelas que alteraram ritmos de vida, sentidos existenciais, planos e desejos ao longo das trajetórias de vida, são de assimilação mais lenta. Apenas com o passar do tempo começamos a compreender como esse momento global modificou nossa forma de lidar com a finitude, tanto em nível individual quanto coletivo. Entre essas modificações profundas, a pandemia de covid-19 mostrou o quanto camuflamos o medo da morte e o quanto, muitas vezes, não percebemos que grande parte de nossas sensações, comportamentos e percepções são respostas diretas a ele.

Quando se vivencia uma situação de crise na qual a iminência da morte se torna mais palpável e o senso de ameaça se intensifica — mesmo nos contextos periféricos, onde o risco de morrer já é elevado —, a normalidade que costuma anestesiar a percepção do medo da morte é rompida pelo extraordinário da contingência. E, com isso, a importância do agora passa a ser ressaltada com mais nitidez no cotidiano. O presente vivido, aquilo que temos e nem sempre valorizamos, como o abraço de alguém querido, é lembrado como algo que sempre pode ser o último, embora raramente seja percebido assim por nós no fluxo ordinário da rotina.

O medo da morte, nesse contexto, evidenciou não apenas a fragilidade da própria vida diante de si mesma, mas também a vulnerabilidade da vida daqueles que nos são caros.

Essa é uma verdade fundamental que a pandemia tornou incontornável: o medo que emerge quando percebemos o quão entrelaçada é nossa existência, pois valorizamos a vida na medida em que ela se faz presente e significativa nas relações que construímos.

Nesse sentido, o que vivemos nesse período não foi apenas uma intensificação do pensamento sobre nossa própria finitude, algo que, como discutido anteriormente, é constitutivo da experiência dos seres. Em outro nível, tanto objetiva quanto subjetivamente, a pandemia foi um evento em que não deixamos de pensar na morte dos outros[131]. A morte não saiu de nosso radar, e poucos autores exploraram esse contexto por esse aspecto: durante a pandemia, fomos constantemente lembrados da possibilidade da perda alheia, e não apenas da nossa própria.

Como abordamos nos capítulos anteriores, ao tratar de diferentes trajetórias narradas ao longo deste trabalho, muitas pessoas perderam parentes e amigos e tiveram que enfrentar a morte por meio do luto. Contudo, neste ponto, interessa-nos compreender como essa alavanca da morte de quem nós amamos se articula à dinâmica da auto-organização do cotidiano e das trajetórias de vida.

O luto, nesse sentido, pode ser entendido como a negação da morte do outro e, simultaneamente, como afirmação da individualidade que se perdeu, quase sempre por meio do sofrimento. Ou ainda, como lembrança e, ao mesmo tempo, como recusa simbólica da individualidade que se foi. Pois, se tudo que levamos na morte são memórias, então o falecimento de um ente querido também significa perder essas lembranças como fonte de narrações. Assim, por trás dos ritos e mitos que evocam a singularidade dos que partiram, e que negam suas mortes com promessas de imortalidade, há também um processo de adaptação e auto-organização — doloroso, mas necessário — à ausência do outro.

Quando o luto nasce, quanto mais intensa é a dor, mais potente é a negação da morte como forma de celebrar a importância daquele que se foi. Afinal, negar a morte é, em certa medida, afirmar o valor de quem não deveria ter morrido. Até que, com o tempo, a aceitação chega, e a recursividade provocada pela morte do outro, que reacendeu a lembrança da própria finitude do enlutado, passa a auto-organizar sua existência. A negação da morte passa então a afirmar a importância do outro, por meio da aceitação ou da busca de conforto

131 Observamos em diversos interlocutores, um modo de ser que passou a um estado constante de alerta quanto a morte de si e dos outros. Por isso, muitos interlocutores relataram distúrbios no sono, como a insônia, provocados pela alavanca da morte durante a pandemia. Esse estado prolongado compromete a qualidade do sono, que deveria ser um momento de descanso, mas que passa a ser interpretado pelo corpo como um risco — levando-o a optar pela vigília em vez de "perder tempo" se recuperando. Trata-se de uma adaptação fisiológica e simbólica ao presente incerto que argumenta a favor do que estamos afirmando.

em uma forma de imortalidade simbólica, que assegure o respeito à existência daquele que partiu, ao permitir-lhe "descansar" no esquecimento da normalização cotidiana.

Desse modo, o luto pela morte do outro, que pode destruir ou turbinar a vontade de viver, ainda que talvez nunca desapareça completamente, cede espaço à insistência da vida em seguir. A vida teima em continuar a existir, mesmo sem aquela individualidade que se foi. Nesse processo, a auto-organização volta a se apoiar em esquecimentos da morte produzidos pela sociedade e pela cultura, até que o ser adormeça novamente diante da certeza de que ele próprio também morrerá e sua individualidade também vai sumir, após ter sido lembrado disso pela perda do seu ente querido.

Sem dúvidas, essa dinâmica de adaptação diante do luto não é simples. Se ao longo da vida enfrentamos inúmeras tristezas, nenhuma se compara à dor desoladora da perda de alguém que amamos. Chorar sem parar, sonhar com a pessoa, sentir sua ausência em tudo: são experiências inevitavelmente transformadoras. Ninguém está verdadeiramente preparado para isso.

Além disso, quando uma pessoa morre, tendemos a pensar que ela não está mais aqui, imaginando sua presença em outros mundos astrais, mas raramente consideramos que essa pessoa ainda interafeta a malha e a auto-organização dos seres que ficaram, para além do luto. Porém, embora já não exista mais como um processo próprio de auto-organização, esse alguém continua fazendo parte da natureza, apenas não vive mais conosco no presente. Após sua morte, as memórias encrustadas em outros e as interafetações que ecoaram da sua sequência de vida, ainda repercutem na deriva da realidade até que se dissipem do presente também.

Por isso, para nós, é justamente essa dissonância entre a presença das interafetações dos entes queridos na malha e suas ausências concretas em nossas vidas, que provoca um vazio em nós. Diante da morte de quem amamos, todos os nossos valores e certezas parecem desmoronar. De repente, status, conquistas ou decepções tornam-se irrelevantes. Já que, em nossa auto-organização, a morte, enquanto certeza da vida, é capaz de inverter prioridades, reorganizar objetivos e fazer emergir novos valores e verdades.

A auto-organização do cotidiano e das trajetórias de vida das pessoas, nesse sentido, revela aquilo que realmente é mais importante para elas, ainda que haja contradições entre o que suas rotinas expressam e o que dizem sobre si mesmas. Em última instância, trata-se de como investimos nosso tempo de vida e, por isso, a perda de alguém que amamos é

também a perca do tempo que cultivamos juntos.

Contudo, essa dinâmica não se refere apenas, em termos quantitativos, ao tempo cronológico gasto com aquilo que é central na vida de um ser. A adaptação recursiva em uma contingência espaçotemporal também permite identificar pelas percepções expressas, qualitativamente, o grau de importância simbólica atribuído a outros seres ou objetos.

Por conseguinte, a auto-organização do ser diante da morte revela-se também como um campo de discernimento simbólico e moral. É por meio dela que os seres humanos esculpem concretamente sua existência e, paralelamente, constroem uma estética de vida (FOUCAULT, 2006), projetando suas subjetividades de modo que sejam agradáveis aos próprios olhos e aos dos outros. Portanto, essa construção da existência não é apenas prática, mas também ética: é o modo como damos sentido ao viver, mesmo em contextos de vulnerabilidade e crise.

Ao modificar nossa rotina, transformamos também a nós mesmos. Por isso, a auto-organização trata-se de um processo que também molda nossos humores[132], altera estados de espírito e, mais profundamente, conduz a própria história de vida de cada indivíduo. A depender da maneira como se mobiliza a recursividade, por exemplo, um ser pode não aceitar seus próprios defeitos ou buscar transformá-los.

Entre as interafetações das intenções dos seres e do enquadramento dos acasos das condições do ambiente, a auto-organização pode, inclusive, ser relacionada com a busca pela felicidade ao longo da caminhada existencial. Afinal, a fórmula da felicidade é diferente para cada indivíduo e é produzida pela sua organização de si e de suas percepções. A felicidade, assim como a auto-organização, diante de rotinas diversas, dia a dia, também é relativa às consequências únicas e às possibilidades contingentes que uma trajetória de vida agrupou ao longo do devir espaçotemporal de sua sequência na malha socioambiental.

Tanto a constituição auto-organizada do ser quanto a produção de sua felicidade dependem da complexidade das suas relações com o ambiente. A felicidade, portanto, pode assumir diferentes significados: para um ser que, após anos de “empurra-empurra” no transporte público, consegue comprar uma moto, esse gesto adquire um valor imenso. Porém, já para um indivíduo que trabalha de casa e não precisa sair, passear com seu cachorro pela vizinhança pode representar um contentamento igualmente significativo.

132 Afinal, por exemplo, não existiria o ser humano estressado sem o processo de interafetações na malha, pelo qual o seu cotidiano de estresse o levou a esse resultado serial.

Desse modo, a produção da existência — bem como da felicidade — depende do encaixe contingente entre as intenções dos seres e as condições socioambientais do devir. Já que, a auto-organização dos seres e de seus cotidianos não se resume à adaptação ao que temos ou queremos fazer, mas envolve, sobretudo, aquilo a que nos adaptamos a fazer.

Aliás, para além do presente, junto às circunstâncias que nos cercam, a auto-organização também orquestra o encaixe de nossa existência futura. Por isso, nessa adaptação particular associada aos nossos sentimentos, inclusive à felicidade, ao longo de nossas trajetórias, falar sobre a morte é também refletir sobre os sonhos que alimentamos para nossas vidas.

Lidar com o constante devir exige a habilidade de imaginar e sonhar o futuro, de sonhar em ser feliz. Ao falarmos da morte como uma alavanca existencial, compreendemos seu papel como primórdio da lógica e do ímpeto de auto-organização dos seres, pois ela estabelece conexão até mesmo com os sonhos que projetamos para o porvir de nossas vidas. Afinal, só sonha quem está vivo e, mais ainda, quem teme a morte.

A propósito, morrer é também matar nossos sonhos junto conosco, ao passo que os próprios sonhos e planos são aquilo que, paradoxalmente, nos mantêm vivos. São eles que nos impulsionam, mas também nos tornam vulneráveis ao medo da morte, especialmente quando tememos não ter tempo suficiente para realizá-los. Quanto mais importantes esses sonhos se tornam, mais intensamente eles nos fazem temer a finitude.

É nesse ponto que se conecta a epígrafe desta tese, na qual Mc Marks fala sobre aqueles que sonham e encontram no próprio sonho algo vital que lhes sustenta a vida. Todo ser consciente sonha, e viver está intrinsecamente ligado ao ato de sonhar, porque a vida não se limita ao que é material e objetivo — ela é também simbólica e subjetiva. Como bem argumenta Bakunin (2012), em “Deus e o Estado”, todo ideal tem como raiz algo material. Ou seja, para viver como um ser, é preciso tanto comer quanto sonhar, tanto raciocinar quanto se emocionar, pois a razão e a emoção são indissociáveis na construção da existência.

Nas adaptações em que cada ser se transforma e experimenta as transformações com recursividade, estão presentes cálculos “sentipensantes” (FALS BORDA, 2015), que são alavancados pelo medo da morte e que, assim, mantêm pulsante a auto-organização. Tudo o que um ser vivo faz, cada cálculo e cada intuição em vida, considera, ainda que inconscientemente, sua finitude, a estimativa de sua vida, ou, em resumo, a morte. Em termos dialéticos, só podemos pensar na morte enquanto estamos vivos e, por isso, todos os nossos

cálculos são feitos sobre um tempo de vida que escoa. Nossos hábitos, nossos padrões de relação e tratamento, nossos sonhos e experiências seriam outros se não carregássemos, de alguma forma, a consciência de que o nosso tempo se esgota.

Esses cálculos e intuições sentipensantes originam as "táticas" que os seres utilizam em seus processos de adaptação. Tais táticas, segundo Michel de Certeau (1998), são sempre dependentes das circunstâncias e precisam lidar constantemente com os acontecimentos, gerando o que, no senso comum, se denomina de "gambiarras". As gambiarras são formas de adaptação que, embora ofereçam soluções autóctones para os problemas cotidianos, são simbolicamente deslegitimadas como precárias e indefinitivas. Isso ocorre porque, diante do monopólio do fazer exercido pelo Estado, que se impõe como a única fonte legítima de soluções oficiais e duradouras, essas criações populares são rebaixadas à condição de improviso.

Desse modo, se a auto-organização expõe a criatividade expressa na gambiarra, essa inventividade se relaciona diretamente à adaptação daqueles que, em sua realidade cotidiana, convivem mais constantemente com as interafetações da morte e, portanto, que estão mais sujeitos não apenas a ela, mas também ao medo dela, como é o caso dos moradores das periferias. Não por acaso, observamos cotidianamente, na produção socioambiental das rotinas pessoais, como as táticas e gambiarras dos moradores da Comunidade São Francisco que etnobiografamos, encontravam-se imersas em um processo contínuo de aprendizado e consolidação de artimanhas que, da perspectiva de sua existência, mostrou-se vital para que pudessem se organizar e atribuir sentido a suas vidas. Ou seja, para que pudessem viver na malha socioambiental da qual fazem parte.

Argumentamos, então, que a astúcia deve ser compreendida como a habilidade de aplicar o conhecimento prático, e não como algo que naturalmente existe de forma imutável, como um "dom" exclusivo de indivíduos geniais. Ao contrário, ela deve ser entendida como uma competência construída na própria auto-organização do cotidiano, com base em táticas ou gambiarras anteriores.

Nesse sentido, a habilidade astuciosa no uso das táticas dá origem às diferentes maneiras de fazer o cotidiano, ou como Certeau (1998) denomina, às "artes" de fazer, que tornam cada sequência de vida adequada à sua realidade. Um exemplo disso foi o medo da morte durante a pandemia global da covid-19, que se tornou tão significativo que muita gente o transformou em energia para realizar alguma coisa. Junto ao maior tempo em casa e a uma

espécie de tempo “livre”, muitos decidiram estudar aquilo que tinham interesse, antes que não tivessem mais tempo, ou resolveram se dedicar a aprender a ler e a escrever, como no caso de nossa interlocutora “Bilinha”. Outros, como ocorreu com Seu João, começaram a praticar exercícios físicos, procurando evitar a morte por meio do ganho de saúde e bem-estar.

Entretanto, essas artes de fazer na pandemia não se limitaram apenas a adaptações de caráter nobre. Também envolveram táticas como os saques ao patrimônio público e diversas outras práticas obscuras ou ilegais que se intensificam em momentos de agravamento da precariedade das condições de vida. Um exemplo recorrente disso foi o furto de fios elétricos[133]. O cobre desses fios, em tempos de carestia, transforma-se simbolicamente em uma ostentação do Estado: como se exibisse um prato de comida acima da cabeça de quem tem fome ou de quem sofre com o vício. Conforme observado, ainda que essa prática esteja conectada a um circuito ilegal global de comercialização de componentes, no qual o crime organizado atua, geralmente, na ponta desse circuito estão pessoas com poucos recursos, que sinalizando o desespero e as consequências sociais da valorização do cobre em tempos de crise econômica, se sujeitam a esse tipo de atividade perigosa para suas próprias vidas.

De forma geral, podemos inferir com base no nosso trabalho de pesquisa que, no cotidiano das periferias, as urgências impostas pelas consequências e possibilidades das trajetórias e interafetações condicionaram o uso do tempo de *lockdown* a um propósito central: não morrer. Até o fim da pandemia, com a morte, mais do que o costume, presente constante e transversalmente no radar do cotidiano, os moradores das periferias, na maior parte do tempo, moveram-se orientados à táticas voltadas para as suas sobrevivências. Isso incluiu tanto continuar trabalhando, mesmo diante do risco de contágio, quanto usar o tempo disponível para garantir que aqueles que amam pudessem sobreviver melhor. Enquanto isso, os ricos e os moradores de bairros privilegiados, em contraste, utilizaram a maior parte do tempo em questões não prioritárias para a sobrevivência, como pintar quadros, praticar ioga, passear de jet-ski ou fazer *lives* provando vinhos sofisticados.

O medo da morte durante a pandemia interafetou as pessoas de diversas maneiras, a depender das consequências e possibilidades de suas trajetórias, desde aquelas que ficaram reclusas, passando mais tempo em casa vendo televisão, até aquelas que foram para a rua, conversar sobre o assunto do momento: a covid-19. No entanto, essas diferentes “artes de fazer”, enquanto formas inventivas do cotidiano, não podem ser confundidas com uma

133 Cf. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/08/24/homem-morre-eletrocutado-ao-tentar-furtar-fiacao-de-poste-no-centro-de-fortaleza.ghtml. Acesso em: 26 abr. 2025.

suposta “reprodução estrutural”, como frequentemente se retrata a rotina, vista como algo que se repete sempre igual[134].

A verdade é que, embora tentemos executar táticas confiáveis diante das adversidades de cada momento, elas somente se tornam adequadas porque foram inventadas inúmeras vezes, sob diferentes formas e em diferentes circunstâncias. No cotidiano e na constituição das sequências de cada ser, é preciso, todos os dias, partir das consequências e possibilidades do passado para, no presente, reinventar o dia e a própria história, ao mesmo tempo em que se planeja o futuro. Trata-se de sempre inventar a vida a partir de onde ela estiver — mesmo que não seja do começo da sequência.

Essa concepção contrapõe-se à noção de repetição em Gabriel Tarde (2000), que propôs a imitação como base da sociedade. Embora o autor argumente que a repetição não se opõe à invenção, entendemos que não haveria nenhum espaço para imitações ou reproduções em uma deriva espaçotemporal que é sempre contingente e única. Até mesmo uma ação que, de tão rotineira, aparenta ser inconsciente e mecânica, é sempre diferente, ainda que apenas em algum detalhe. Essa é a beleza da auto-organização.

Na base dessa teorização da auto-organização das sequências contingentes de vida está a compreensão de que, a cada adaptação e em cada instante vivido no devir, os actantes constroem formas singulares de se relacionar com as dinâmicas da vida e da morte, em sua série de interafetações com o ambiente socionatural.

Conforme os anos passam e nos constituímos recursivamente pela auto-organização de nossas próprias sequências de vida, os seres humanos tendem a querer provar, a si mesmos e aos outros, que são capazes de fazer algo com sentido. Há, constantemente, a busca por uma aprovação simbólica por parte dos membros do grupo a que pertencem, o que também faz parte do discernimento envolvido na dinâmica da auto-organização. Afinal, se a morte é a meta final de toda vida, como propôs Freud, então, diariamente, a malha socioambiental nos delega tarefas a partir das quais construímos metas específicas antes de morrer — metas que desenhamos para atestar, diante de nós e dos outros, o nosso valor de vida e a própria condição de estarmos vivos.

Cada história de nossos interlocutores está relacionada ao seu modo de existência (LATOUR, 2013) e à sua estratégia de vida, ou seja, à forma como cada um lida com a morte. Afirmamos isso não apenas a partir da observação de como cada entrevistado construiu sua auto-organização ao longo da vida, mas também a partir da forma como enfrentaram a

134 Como na famosa música “Cotidiano” de Chico Buarque.

experiência de adoecer pela covid-19. Seu João, por exemplo, é marcado pela emotividade, assim como Wilma, que chegou a confeccionar um *banner* em homenagem à irmã falecida. Outros, como Gleydson, demonstraram-se mais "frios". Já Seu Luciano era identificado como alguém "forte"[135], como relata sua esposa ao afirmar que ele só morreu por causa da diabetes, em uma tentativa de dar sentido à perda repentina na pandemia. Vaneide, por sua vez, foi profundamente abalada pela morte do marido, revelando o traço romântico de seu modo de existência. No caso específico de sua auto-organização, observamos como a morte de Luciano a desestabilizou, levando-a a "reaprender a viver" apesar do luto. Processo amenizado, em alguma medida, pela chegada de um novo neto.

Considerando as diferentes idades dos nossos interlocutores, é possível inferir que a vida e a morte são pensadas e sentidas em todas as fases da existência, e que as auto-organizações, embora relativas a cada um por mais que a alavanca da idade, possuem tipos ideais em cada momento, úteis à comparação. Durante a infância, predomina uma sensação de plenitude temporal: a criança vive sem a urgência da finitude, pois tem consciência de que dispõe de muito tempo e não precisa se preocupar. Essa percepção reflete as poucas deformações que as interafetações mútuas produziram em suas auto-organizações na malha socioambiental e se relaciona com o fato de que jovens, como João Victor, com tão curtas trajetórias de vida, afirmam não se arrepender de nada. Na comunidade São Francisco, embora o medo da morte seja uma constante para todos os interlocutores jovens, os relatos de infância mostram que, a depender do modo de existência em relação à morte, as crianças podem tornar-se mais ou menos aventureiras. Alguns, como J.V., se disseram mais "malinos" e "danados", enquanto outros, como Vaneide, narraram não ter tido espaço para aventuras, pois precisavam cuidar dos irmãos.

Na transição para a adolescência, a experiência da morte começa a emergir de modo mais direto, muitas vezes por meio da perda de amigos jovens, de animais de estimação ou de parentes, como no caso da interlocutora Gê, que perdeu o irmão muito cedo. Quando alguém jovem morre, por exemplo, em razão de algo inesperado, como uma alergia rara ou um vírus até então desconhecido, compreendemos que não importa a idade: podemos morrer a qualquer hora, e de forma súbita. É desse reconhecimento que nasce um medo que não existia na infância, quando éramos ainda ingênuos diante dessa verdade.

É também nesse período, entre os dez e os dezenove anos, que surgem medos típicos relacionados à morte, como receios da puberdade diante das transformações corporais

135 Segundo Vaneide, "o Luciano nunca foi homem de se entregar à doença".

ou o temor de “fracassar” em suas projeções de futuro. Alguns desses jovens, por exemplo, passam a se identificar com um modo de existência que os próprios interlocutores nomeiam como “vida loka”. Ainda sem a consciência que o tempo amadurece, envolvem-se em comportamentos e situações que colocam suas próprias vidas em risco. Além disso, a presença da morte como alavanca da auto-organização pode estar presente em decisões estruturantes para a vida desses jovens, como o abandono escolar, como ocorreu com João Victor durante a pandemia.

Ao alcançar a faixa dos vinte anos, a cobrança externa torna-se mais cruel e inevitável. Nesse momento, começa-se a forjar uma identidade ativa, marcada pela pressão de superar as expectativas e os traumas vividos na juventude. É a etapa da tentativa de construir as bases da própria vida, fase que, em condições ideais, comportaria erros e inexperiências. No entanto, isso depende diretamente do lugar ocupado na malha socioambiental. Em contextos de favelas e comunidades urbanas, a maturidade é imposta precocemente, e os adolescentes não têm o mesmo direito ao erro. Como afirmam alguns interlocutores, para eles, “não existe ‘mancada’ depois dos quinze”, porque “a cobrança já é cara”. Enquanto jovens de bairros ricos muitas vezes chegam aos trinta sem grande preocupação com seus equívocos, tendo usado a juventude como período permitido para “errar no caminho”, nas periferias esse espaço de indulgência não existe — sobretudo para os homens e negros, alvos preferenciais da violência urbana.

Nesse sentido, o medo da morte foi, por exemplo, o que manteve Glauberto em subempregos, afastando-o do crime, mesmo estando cercado por ele. Da mesma forma, a maneira como seu irmão, Gleydson, lida com a morte está diretamente associada à tensão constante de viver por meio de ilegalidades e dos mercados ilegais. Por isso, a ideia de estar apenas “de passagem” no “jogo” da vida é reforçada pelos jovens através de crenças enraizadas em mitos bíblicos, como a máxima: “do pó viemos e ao pó retornaremos”. Essa perspectiva funciona como uma espécie de escudo diante das imprevisibilidades e incertezas que atravessam suas vidas. Os irmãos optam por acreditar que é apenas uma questão de tempo até que seus sonhos se realizem, mesmo que vivam suas existências, constantemente, no meio do caminho.

Aos trinta anos, já com um histórico de escolhas, muitos interlocutores relatam o desejo de voltar a ser jovens e, ao mesmo tempo, sentem-se perdidos enquanto tentam lançar as bases definitivas de suas vidas. É nesse momento que começam a averiguar os danos

provocados pelas interafetações com o ambiente e os efeitos acumulados de decisões passadas, descobrindo doenças e problemas de saúde. Aliás, a saúde, aos trinta, torna-se um campo sensível para a percepção da morte, embora essa percepção seja constantemente reformulada a cada etapa da existência.

Camila, por exemplo, vive essa fase atravessada pela pobreza e pela dependência química. Sua visão de mundo e sua relação com a vida e a morte reverberam diretamente o modo de vida que leva: um cotidiano marcado pela exposição constante ao risco, pela vulnerabilidade e por um esforço contínuo de sobrevivência no fio da navalha. Wilma, por outro lado, apesar de todas as perdas e violências que enfrentou, desenvolveu uma forma peculiar de lidar com a morte: um olhar estranhamente otimista, que valoriza o presente e o imediato. Em sua relação singular entre vida e morte, seu modo de existência se traduz por uma calmaria ou contemplação, que faz um contraponto a sua trajetória marcada por turbulências.

Por volta dos quarenta anos, há um pico de medo: torna-se necessário lidar com as frustrações relacionadas às bases da vida que formamos. Bilinha, por exemplo, durante a pandemia de covid-19 e diante do choque provocado pela morte de tantas pessoas, foi levada a refletir sobre sua própria trajetória. Essa reflexão a impulsionou a "dar a volta por cima" em relação ao analfabetismo, que sempre lhe causou incômodo. Ela comprou um caderno e se matriculou no já tradicional programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), decidida a aprender a ler, escrever e, finalmente, assinar o próprio nome.

Aos cinquenta anos, muitos vivenciam uma crise: os filhos crescem, e emerge a necessidade de reinventar um horizonte próprio, após tantos anos de sacrifícios dedicados à auto-organização das sequências familiares. Nesse momento, o medo da morte se intensifica não apenas em relação ao momento final em si, mas também quanto ao envelhecimento, em um contexto no qual o tempo de vida restante já não parece suficiente e os desgastes corporais tornam tudo menos propício para transformarmos a realidade. Além disso, há um sentimento de que não podemos fazer o que costumávamos fazer e, de que é cada vez mais difícil acompanhar as mudanças tecnológicas e sociais de nossa época.

Entre os interlocutores dessa faixa etária, vemos como as auto-organizações são únicas em cada sequência de vida. Enquanto João constrói sua auto-organização a partir do medo de sofrer no "leito de morte", Cláudia, por sua vez, edifica a sua trajetória com base em uma vida inteira dedicada ao cuidado — desde os tempos em que cuidava do avô, passando

pelos pacientes nos hospitais onde trabalhou, até chegar a Dona Cristina, por quem zelou até a morte. Suas formas de lidarem com a morte oscilam entre a evitação e a naturalidade, resultado da complexidade das interafetações que marcaram suas sequências de vida. Nesse sentido, a escolha de Cláudia, ao ser perguntada sobre qual momento gostaria de reviver diante da morte não é aleatória. Sua resposta, optando pelo nascimento do seu filho, indica como sua relação com a finitude está profundamente conectada à sua *expertise* adquirida ao longo da vida: doar-se para cuidar dos outros.

Quando chegam aos sessenta anos, muitos interlocutores relatam não se reconhecer mais no próprio corpo, embora não desejem reviver a imaturidade da juventude. Ao contrário, o anseio é continuar vivendo com um espírito jovem, já conscientes da importância dos cuidados com a saúde, cujos benefícios se tornam mais visíveis nessa fase da vida. O discurso sobre a saúde ganha, assim, destaque, não apenas por ter sido intensificado durante a pandemia nos idosos, que foram alvos prioritários do vírus da covid-19, mas como parte constitutiva do modo de vida nessa etapa, como se observa na expressão recorrente: “Só peço a Deus saúde, o resto a gente corre atrás”. Essa fala atravessa diferentes camadas sociais: na classe alta, surge como reconhecimento de que “já se tem tudo” (filhos formados, casa própria, estabilidade), enquanto, nas camadas populares, a saúde é valorizada como condição essencial e necessária para continuar lutando por uma vida melhor, ou mesmo como um recurso espiritual, sustentado pela fé, para manter-se firme diante das adversidades.

Entretanto, é evidente que não há uma regra fixa quanto às adaptações que fazemos nas diferentes faixas etárias da vida: há multiplicidade. É o caso de Crisanto, que aos sessenta e três anos, mantém uma relação muito peculiar com a morte, sem demonstrar temor diante dela. Fumante de tabaco por grande parte da vida e ainda hoje consumidor de “besteiras” (alimentos não saudáveis), mesmo após um infarto, um enfisema pulmonar e outros graves problemas de saúde que quase o levaram à morte, sua maneira de encarar a finitude não mudou. Essa relação singular com a morte marca sua trajetória desde a juventude, como revelam as histórias que nos contou, repletas de aventuras com mulheres e confusões em festas. Para Crisanto, a morte não é uma penalidade, mas um prêmio por ter vivido intensamente. Por isso, ele avisa sempre, enfaticamente, que, quando morrer, não quer ver ninguém chorando em seu velório.

Durante a pandemia, no entanto, a proximidade da morte e o constante assombro da incerteza chegaram a abalar sua estética e modo de existência auto-organizada. O medo,

que parecia não existir, emergiu diante da preocupação com a fragilidade de seu corpo, já idoso, agravada pelos diversos problemas de saúde que teve. Após um abraço em Seu Luciano — seu amigo, poucos dias antes de ele adoecer e falecer —, Crisanto acreditou que também morreria. Viveu momentos de desespero, mas, quando o medo passou, voltou rapidamente a reafirmar seu determinismo do querer, dizendo que, se a morte tivesse vindo buscá-lo, ele não teria ido. Sua postura se manteve firme, como no dia em que, segundo ele, mesmo esperando receber o diagnóstico de infarto nos exames, foi comer pastel, porque era o que queria naquele momento.

Dessa forma, o medo da morte atravessa todas as idades e está presente em todas as fases da vida, embora se manifeste de formas distintas. Os seres, ainda que enfrentem condições semelhantes para produzir percepções sobre a vida e a morte, respondem a essas experiências de maneira extremamente diversa. Por isso, as inferências que construímos aqui, mesmo que inevitavelmente generalizantes, não têm o objetivo de universalizar e deduzir, mas inferir padrões que dizem respeito aos nossos interlocutores, e que mostram como as auto-organizações singulares têm na idade apenas uma de suas interafetações contingentes, embora haja padrões comuns na recursividade de um conjunto de actantes de mesma idade. Com esses tipos ideais, podemos refletir sobre as múltiplas formas de viver que fazem alguns, ao se aproximarem dos sessenta anos, sentir-se vencidos, enquanto outros, diante da proximidade do fim, reagirem iniciando exercícios físicos, mudando hábitos e buscando novas formas de estar no mundo. A vida, assim, se reorganiza constantemente diante da iminência da morte, e é nessa tensão que a malha socioambiental também se atualiza.

A morte é uma certeza universal, mas o medo da morte é relacional e mutável. Quando jovens, lidamos com ele de forma inconsciente ou impulsiva, fazemos loucuras que colocam nossas vidas em risco porque ainda não percebemos que temos algo a perder. À medida que envelhecemos, esse medo assume novas formas, emergindo especialmente quando compreendemos que temos algo precioso a proteger. O medo de perder alguém, de partir antes de preparar os filhos para o mundo, de envelhecer mais rápido do que conseguimos cuidar daqueles que cuidaram de nós — esses foram os principais temores relatados por nossos interlocutores.

Nas falas dos entrevistados, percebe-se um modo distinto de experimentar a vida, entre os que já viveram quatro ou cinco décadas e os que estão na adolescência ou na juventude. Com o tempo, costuma-se adquirir mais melancolia, mais sabedoria emocional e

somente com o envelhecimento passamos a ter real consciência do quão entrelaçada está nossa vida com a de outras pessoas, fazendo-nos temer não apenas a solidão, mas também a ausência daqueles que amamos. Quando percebemos que nossos entes queridos também vão envelhecendo, tendemos a valorizar nossa vida ainda mais.

Assim, em meio às diferenças marcantes das condições socioambientais em que vivem e das variações contingenciais de cada momento, o avançar da idade mostra como, para todos os seres, a morte passa a ser temida não apenas como fim biológico, mas como ausência concreta na malha da vida cotidiana. Pensamos, por exemplo, "quem vai buscar meu filho na escola?", pois é com a idade e o reconhecimento do papel que desempenhamos no tecido das relações que atribuímos mais intensamente sentido à vida, e, por consequência, ao medo da morte. Quanto mais responsabilidades assumimos, quanto mais vínculos criamos com aqueles que permanecerão vivos após nossa partida, maior é esse temor. Podemos dizer que a intensidade desse medo está diretamente ligada ao número e à força dessas conexões.

Tendo essa constância do avançar da idade como ponto de apoio, a variabilidade das muitas outras alavancas econômicas, culturais, ambientais e políticas que atravessam e condicionam a forma como cada ser lida com o devir e a finitude, produzindo sua própria auto-organização, aparece com mais força. Como sabemos, há uma multiplicidade de interafetações que deformam escolhas cotidianas e moldam os horizontes de existência, mas, sem essa interafetação primária com a morte, evidenciada no curso do envelhecimento, a dinâmica recursiva da auto-organização perderia sua densidade e intensidade, pois é justamente no confronto com os limites em cada fase da existência que as contingências se revelam em seu potencial máximo de transformação.

Por isso, a dinâmica auto-organizada da produção física e simbólica dos seres e de seus cotidianos, ao longo dos seus anos de vida, relaciona-se à atualização adaptativa e à construção de discernimentos na constituição do "homem de honra". Conforme definido por Bourdieu (1998, p. 171), trata-se daquele que tem "fidelidade a si próprio, pela preocupação de ser digno de uma certa imagem ideal de si próprio", uma imagem digna de ser lembrada.

A auto-organização está, portanto, relacionada aos desejos universais de um futuro melhor e de ser lembrado. Ninguém quer morrer como um indigente, sem nome, sem lembranças deixadas nos outros, sem aquilo que dá valor à vida: as experiências que nos constituem e que não podem ser tomadas de nós. Não é exatamente por isso que as pessoas consomem em nossa sociedade? Porque desejam se apresentar como únicas, ainda que, do

nosso ponto de vista, já sejam, pelo fato de se constituírem por uma junção de detalhes contingentes em suas sequências de vida? O motivo pelo qual alguém usa um acessório, luta por uma causa ou cria seus filhos não está profundamente relacionado ao desejo de ser lembrado pelo que se ama, por aquilo em que se acredita, ou pelos sacrifícios feitos para se criar algo? Aliás, as consequências dessas ações e auto-organizações, independentemente de ser ou não essa a intenção dos sujeitos, não carregam uma forte possibilidade de fazer com que as sequências sejam lembradas, muitas vezes ainda em vida?

Observando isso, exemplos de nossos interlocutores evidenciam como o desejo de ser digno de ser lembrado atua como um ímpeto fundamental na auto-organização dos seres. E, no caso de nossa cultura colonial-moderna fraturada, esse desejo equivale, muitas vezes, à negação da morte e da natureza. Porque, no fundo, sabemos que não é possível lembrar de tudo — são muitos anos, milhares de momentos e sensações — e, por isso mesmo, todos nós temos consciência de que seremos, um dia, esquecidos. Ninguém se lembrará de nós.

No caso de nossa interlocutora central, Dona Cláudia, quando perguntamos como gostaria de ser lembrada, sua resposta corroborou aquilo que afirmamos: disse que gostaria de ser lembrada como a rainha Elisabeth, que havia acabado de falecer em 2022, quando a entrevistamos. Porém, ela não se referia ao funeral luxuoso, e sim ao imenso amor que viu ser transmitido pela televisão. Admirando a rainha da Inglaterra como alguém que "fez a diferença", Cláudia expressava o desejo de não ser lembrada como uma pessoa comum, pois, segundo ela, "são os especiais que são lembrados". Ela, então, esperava ter sido especial para sua família.

Nesse mesmo sentido, ecoa a fala de nossa interlocutora Vaneide, ao se orgulhar de lembrar, ainda em vida, de seu marido, uma das vítimas fatais da pandemia de covid-19. Para ela, a pandemia lembrou da morte a cada um de nós, não permitiu esquecer, mas também evidenciou quem desejava te ver vivo, quem de fato lembrava de você em vida:

> Eu aprendi que daqui um tempo, quando a gente morrer, ninguém vai mais se lembrar da gente, meu filho. Fulano, sicrano da rua tal, não vai ter nenhum significado depois de uns anos. Nem mesmo, assim, o Sílvio Santos… daqui um século ninguém vai saber quem ele foi. Muita gente já morreu no passado, né? Seria muita gente pra lembrar. Imagine nois, desconhecido de comunidade.
> Por isso que eu digo, o importante é quem lembra de você agora! Não só quando a pessoa tá precisando de você, mas principalmente quem tá lá quando você precisa. Ser lembrado no presente vale muito mais do que no passado. Não tô dizendo que não é legal você aí resgatar a memória dos que morreram, mas pra mim, meu marido foi lembrado vivo.

Por isso, além do discernimento pessoal construído na auto-organização física e

simbólica dos seres diante da morte e do desejo de serem lembrados, para os actantes humanos isso implica também a constituição de percepções morais mais amplas. Uma vez que, é justamente nessa dinâmica recursiva que sujeitos comuns das periferias das cidades, como os moradores da Comunidade São Francisco, ao avançarem na idade, atribuem sobre suas práticas morais e ao mundo, valorações de honestidade, desonestidade, segurança, insegurança, orgulho, descontentamento, entre outras. Todas atravessadas pela forma como cada sequência se adapta à alavanca da morte.

Nos modos de existência que a auto-organização engendra, estão inscritos distintos tipos de percepção moral. Um registro dessas percepções é aquela que alguns interlocutores denominam "certo pelo certo", moralidade central para ganhar e perder a vida na periferia. Essa forma de proceder, comum entre os moradores da Comunidade São Francisco, é orientada e reconhecida no ditado popular: "sempre trate o outro da forma que você quer ser tratado". Construída na tensão entre a vida e a morte, que é exacerbada nas periferias, trata-se de um modo de perceber, tratar e julgar que usa a equiparação como regra para viver em uma realidade difícil, que exige que os dispositivos de autocontrole sejam permanentemente acionados[136], sob penas graves caso o contrário.

Contudo, o "certo pelo certo" não tem nada a ver com a aquisição de um *script* e a atuação em um palco imóvel e passivo, como na lógica teatral goffmaniana (GOFFMAN, 2011). Trata-se, antes, de uma percepção que se conjura nas interafetações entre o ser e o ambiente periférico. A própria malha socioambiental da Comunidade São Francisco também é agente na produção dessa percepção, do modo de proceder e do seu senso de justiça relacionados, por meio das interafetações das regras tácitas e do ordenamento informal do território. O actante, nesse caso, embora seja protagonista do seu ponto de vista, tenta se adaptar e escolher os melhores rumos de sua história, ao mesmo tempo, em que faz sua participação coadjuvante nas histórias dos outros seres e na própria história da natureza. Entre erros e acertos, entre o esperado e o inesperado, mais do que um ator que já conhece suas falas antes de lê-las, sem que elas sejam escritas na afetação mútua com o palco, o ser

136 Inclusive, para nós, é curioso que o projeto civilizacional dominante não legitime esse autocontrole que emerge da equidade entre os mais pobres e que dá sentido ao termo comunidade nos seus territórios, rotulando os moradores das periferias como selvagens — e, assim, reafirmando a separação entre sociedade e natureza ao ordenar, de forma hierárquica e discriminatória, aqueles que fariam mais, ou menos, parte da civilização. Apoiando-se na baixa escolaridade e instrução formal desses moradores, o autocontrole que brota das pressões cotidianas é desvalorizado. O que se valoriza, no imaginário dominante, é apenas o autocontrole ligado ao status e às distinções da elite que cunhou a imagem de civilização. Controlar-se para não colocar os cotovelos à mesa é considerado um sinal de civilidade. Mas e o rígido autocontrole, desde a infância, necessário para lidar com todas as tensões da vida na periferia, não é?

deforma e é deformado pela malha.

Outras percepções morais que registramos incluem aquela observada em Gleydson, relacionada à expressão popular “estamos aqui só de passagem”, em que a vida é associada ao movimento e ao devir, sendo descrita não de forma estática, mas processual, embora também carregue a carga de resignação típica da tradição cristã. Bem como também uma percepção moral muito recorrente, da afirmação do valor da vida acima da materialidade das coisas. Esse certo “franciscanismo” que encontramos na Comunidade São Francisco é uma moralidade que produz bem-estar para pessoas que, em sua maioria, já não possuem muito em termos materiais.

Por conseguinte, compreender essas significações e percepções morais sobre as contingências, construídas junto às auto-organizações que constituem os seres, é central para planejar se as ações de uma população irão beneficiar ou subverter as políticas de contenção durante uma pandemia. As percepções morais construídas na rotina ajudam a entender tanto a adesão quanto a recusa às medidas de isolamento social. Por isso, podem ser de interesse estratégico para o aprimoramento das políticas públicas, seja no sentido de melhorar a eficácia das estratégias de contenção de novos contágios, seja para adequar essas medidas às rotinas das comunidades e favelas das cidades.

Para entender isso, registramos como as mudanças na percepção de vida e morte foram transformando o comportamento cotidiano ao nosso redor. Convidamos agora os leitores a lerem os trechos de diários de campo a seguir e observarem essas transformações.

Em uma contingência delimitada entre 2020 e 2022, observamos como diferentes percepções morais, em distintos períodos da pandemia de covid-19, inclusive nos momentos mais críticos, mantinham relação direta com o que registrávamos, tanto com base nas estatísticas de óbitos quanto nas interafetações com datas comemorativas e festas do calendário anual.

Os registros mostram a oscilação entre medo, resistência, desinformação, banalização da morte e uma tentativa coletiva de retorno à normalidade, mesmo diante de números alarmantes. Nossas narrativas capturaram não só o impacto da pandemia, mas também como as condições materiais, a atuação (ou omissão) do Estado, a percepção de risco e os julgamentos morais moldaram o comportamento coletivo. A realidade descrita nos trechos dos diários de campo evidencia um dilema entre a sobrevivência biológica e econômica, além da adaptação comportamental diante da incerteza e do abandono.

> Hoje o governador do estado do Ceará, anunciou o decreto de isolamento social rígido. A rotina cotidiana durante a pandemia está sendo difícil de se acostumar e bastante cansativa para nós. Estamos com saudades de abraçar nossos familiares, amigos e cônjuges. Continuamos a limpar todas as compras, todas as vezes que voltamos da mercearia. Não sei… Essa pressão para enfrentar o acaso e a incerteza em uma guerra a um inimigo invisível, não consigo explicar. Só sei que sinto a tensão nos rostos das pessoas. […]
> Com base na morte e no medo, estamos organizando um "novo normal" entre as novas atividades e aquelas que já existiam. Como: chegar em casa e lavar as mãos; modos de fazer compras e higienizar os produtos (o que está sendo muito trabalhoso) e, também novos modos de se portar nos lugares, como no transporte coletivo ou em prédios públicos, evitando tocar com as mão em corrimãos (essa observação é muito boa), postes, bancadas etc., em terminais rodoviários e estações de metrô.
> Há cuidados já existentes para quem tem bicho de estimação, como lavar as mãos após acariciá-los, e novos, como o autocontrole para não levar as mãos aos olhos e ao nariz. Cuidados ao espirrar ou tossir na presença de outras pessoas… Há comportamentos que foram prejudicados pela situação, como má alimentação, sono desregulado ou insônia. Notei ainda uma atualização no modo de lidar com notas e moedas de dinheiro, consideradas sujas por circularem em muitas mãos. Uma redefinição de prioridades… […] (Diário de campo – 13 de março de 2020)

> Tive também uma conversa, quando encontrei com Vaneide no caminho. Estávamos ambos de máscaras e falamos sobre os motivos que levam algumas pessoas a usarem a máscara no queixo, como se fosse apenas um acessório. Conversando com ela, trocamos hipóteses sobre isso um com o outro. Eu disse que é muito incômodo usar e que as pessoas querem respirar sem máscara, obviamente. E ela respondeu: "Eu acho que é porque fica com falta de ar. Eu mesmo fico. Né? Você tá todo tempo com aquilo tampando sua respiração". […]
> Agora que cheguei em casa, estava pensando aqui, que para muitos, o choque da morte na pandemia foi uma oportunidade feliz, ou uma consequência infeliz, para virar a página e ter uma vida nova. Mas também, sendo a rotina diferente a cada dia, todo dia nós temos uma vida nova, se pararmos para refletir.
> Não sei… Mas a pandemia é um "novo normal" se considerarmos a realidade média da população. Marca-se como um período em que o ser humano é puxado ao chão muito mais vezes, sendo lembrado da morte mais fortemente. A questão é: será que é realmente novo para as pessoas de baixa renda que vivem nas periferias? Afinal, a lembrança da morte já se impunha com força devido à sociabilidade violenta (referenciar), à violência urbana e às dificuldades como a fome. A mudança trazida pela covid-19 é, para essa população, uma intensificação de um normal já existente? Um "novo velho normal", pelas semelhanças com as tensões já presentes nas relações de vida e morte dos mais pobres, que são diferenciadas entre os territórios da cidade? (Diário de campo – 17 de julho de 2020).

Nas percepções conjunturais acima, percebemos como o início abrupto da pandemia de covid-19 e o impacto das políticas de contenção mexeram profundamente com as pessoas. Naquele momento, todos tentavam entender o que estava acontecendo, recorrendo às categorias de "novo" e "velho" para nomear as transformações, embora tais categorias se embaralhem diante da dinâmica da auto-organização dos seres e do devir da realidade, que como sequências são, simultaneamente, produto e processo.

A carestia, por exemplo, não foi uma novidade em si, mas sim sua intensificação, ocasionada pela alta dos preços em função das rupturas nas cadeias de produção, da disputa

por insumos e da desaceleração do ritmo produtivo diante das dificuldades contextuais geradas pelas medidas de contenção do vírus naquele período inicial. A verdadeira novidade esteve nos comportamentos relacionados às percepções morais daquele momento, como a corrida aos supermercados para estocar papel higiênico[137], um gesto movido pelo desespero coletivo.

Ainda é difícil compreender com exatidão por que justamente o papel higiênico foi tão procurado, mas acreditamos que isso se relacione à tentativa de compor kits de sobrevivência, com produtos considerados essenciais para uma situação de colapso extremo ou apocalíptico. Em contextos de incerteza, as pessoas tendem a alterar seus padrões de consumo e a prenoção é de que as pessoas deixam de gastar com supérfluos e passam a economizar, o que, de fato, ocorre em parte, mas a realidade se mostrou bem mais complexa do que isso. Pelas percepções registradas em diário de campo, por exemplo, observamos um aumento da circulação nos bares e em lugares de entretenimento logo após o período de isolamento social mais rígido, ainda em 2020.

O medo que levou à falta de papel higiênico, então, pode ser interpretado de forma muito mais profunda do que uma simples mudança no padrão de consumo. Essa reação ligada às percepções morais do momento funcionou como um espelho representativo da nossa sociedade individualista, na qual cada um se preocupa apenas com o próprio "rego". Afinal, não há evento traumático que não mostre o que há de pior em nós.

Além disso, esse pânico inicial provocou uma verdadeira epidemia de debilidades na saúde mental e emocional. Pessoas que já estavam fragilizadas antes da pandemia obviamente não melhoraram durante ela, pois o medo era real, e a sensação de que estávamos vivendo o fim do mundo tornou-se uma experiência compartilhada.

Já em maio, os diários registraram como a auto-organização se baseia na própria práxis em devir, e não exclusivamente em orientações institucionais. A auto-organização não segue necessariamente valores "ideais", mas sim valores "possíveis", aqueles que se ajustam às condições imediatas de vida. Por isso, a aglomeração nas filas da Caixa Econômica Federal para o recebimento do auxílio emergencial evidencia uma ação coletiva coerente com a sobrevivência, mas que entrou em contradição com as normas sanitárias.

> Hoje eu vim aqui escrever minha indignação, ao registrar a aglomeração de gente pobre que estava na fila da Caixa Econômica do Conjunto Ceará e, provavelmente,

137 Cf. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cincodias/2020-03-19/por-que-o-papel-higienico-esta-se-esgotando-no-mundo-com-o-coronavirus.html. Acesso em: 02 mai. 2025.

em muitas outras filas nas outras agências da periferia de Fortaleza. Mesmo que alguns se protejam com máscaras, a falta de distanciamento social e os riscos comportamentais que eu vi ali são situações revoltantes, criadas pelo tratamento desumano do Estado. Mas o que mais me indigna é que "não tinha jeito": todo mundo que correu para conseguir o auxílio emergencial, que é tão urgente, precisava estar lá, se sujeitando àquele risco da fila. […]
Além do valor da ajuda ser pouco, aquela situação mostra a vulnerabilidade que "justifica" aquela pessoa estar ali, e como são frágeis as vidas dos mais pobres. Mostra também, obviamente, o despreparo de políticas que, ao invés de conter, atrapalham o enfrentamento da pandemia. Porque, se formos considerar os gráficos, cada momento desses em que as populações mais pobres são colocadas em risco está relacionado com o aumento de casos após 15 dias a 30 dias, devido o tempo de incubação do vírus. […]
Acho que é essa falta de percepção das implicações mútuas, ou seja, das consequências e possibilidades que as situações que promovemos tem na realidade, que mais me indigna. Isso está tanto no governo, como nos cidadãos. Ainda agora, eu li essa matéria[138], que dizia: "O Bom Jardim é o terceiro bairro de Fortaleza que mais desobedece o decreto de isolamento social, pois apenas 32% de seus moradores respeitam o pedido de ficar em casa. […] A média recomendada é que 70% das pessoas permaneçam em casa para que a curva de infecção seja reduzida. […] Segundo a Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) […] O levantamento é feito com base no fluxo veicular dos equipamentos de fiscalização eletrônica distribuídos em 113 pontos da cidade. […] O bairro Bom Jardim novamente aparece como o que menos acata o isolamento, pois a redução do fluxo de veículos em suas vias foi de apenas 35%". (Diário de campo – 15 de maio de 2020).

Atualmente é assim: se você tiver falta de ar e não tiver covid, for só uma crise de ansiedade, porém você foi ver o médico no hospital lotado, é capaz de você pegar covid lá. Agora, se você ficar em casa e for covid mesmo, pode morrer em casa. Estamos encurralados. As autoridades estão recomendando que você não vá para as unidades de saúde, para evitar superlotação, mas aí, fica difícil desse jeito. É como se o governo dissesse: "me ajude a não te ajudar". […]
Então, não há muito o que fazer. Acho que tá todo mundo, assim, se sentindo jogado num rio de sorte e azar […].
[…] aqui, quem tá morrendo são vidas precárias, vidas incertas, matáveis, descartáveis. Sobras de uma ordem que não se apresenta justa para elas. Balançando entre a vida e a morte mais do que qualquer um na cidade. […]
Enquanto que, em março de 2020, quando o Brasil tinha nem dez mil casos e a taxa de isolamento era bem maior do que agora, em junho, chegamos a quase oitocentos mil casos (11.06) e quarenta mil mortos. (Diário de campo – 11 de junho de 2020)

Começo de julho, os noticiários de Fortaleza mostram muita aglomeração em pontos turísticos da cidade, como a Beira-mar e as faixas de praia repletas de transeuntes. Muitos sem máscara de proteção, diversos outros com a máscara no queixo, no bolso ou nas mãos.
A partir de julho, a percepção para a maioria da população parece que passou a ser de que "os outros" era irresponsáveis, diante das notícias de aglomeração e da não utilização da máscara. Embora, nessa maioria, esteja contida uma parcela da mesma população que protagoniza essas cenas de irresponsabilidade, para a parte que é assumidamente negligente, o uso de máscara seria exagero (estudos científicos mostram o contrário), e não precisaríamos nos preocupar com a doença, pois seria uma doença leve.
Por isso, a parcela da população com receio agora convive com as possibilidades relacionadas a uma nova onda de contaminações e de aumento nas mortes, que

138 Referia-nos a matéria disponível em: https://www.cmfor.ce.gov.br/2020/05/15/regional-v-registra-crescimento-de-124-no-numero-de-obitos/. Acesso em: 15 mai. 2025.

> continuam em média de mil por dia. No Ceará, o boletim epidemiológico indica queda no número de mortes e contaminados (site da secretaria da saúde). (Diário de campo – 08 de julho de 2020)

> Depois da quarentena, da estocagem de comida, da corrida desnecessária por papel higiênico e do sumiço do álcool em gel das prateleiras das farmácias, todos agora parecem enfrentar as incertezas com esperanças. […]
> Me pergunto: que significações morais são essas? Em julho, mil mortes diárias não assustam mais? O que mudou? Esse é o "novo normal", normalizar isso? Que não conseguimos, ou não nos importamos, que mil histórias acabem todos os dias? […]
> O que me impressiona é a questão da moral. […] A percepção moral indica se a pessoa vai usar máscara ou não, por exemplo, ou se ela acha que a doença é apenas uma "gripezinha", como disse o presidente da república.
> As pessoas tratam assim, porque sempre foi normal que pessoas morressem na sociedade, mas é incrível como já se esqueceram de ver pela televisão os cadáveres nas ruas do Equador no início do ano. Já eu, fico imaginando que no Brasil pode facilmente ter essa banalização agora em julho. Talvez não igual, porque lá foi o colapso do sistema funerário, se não me engano, mas com covas coletivas. Se morrem mil pessoas por dia agora e falam apenas em "fatalidade", acho que tem sim esse risco. […]
> Acho que essa coisa das mortes seres distribuídas, pulverizadas pelo Brasil, também dificulta muito uma percepção mais humana dos números de óbitos. Tem a marca colonial que diferencia o valor das vidas ainda hoje, mas diferentemente da Itália que teve um colapso em uma zona rica, em que as pessoas morriam em casa, a extensão do Brasil pode fazer chocar menos. Porém, a razão mesmo da banalização é que, hoje, quem mais morre são as pessoas das periferias, nos hospitais públicos. (Diário de campo – 22 de julho de 2020)

> Final de Julho (26), o Ceará vem caindo muito no número de mortes. Ainda não se sabe bem o motivo, nem se ainda veremos os resultados da flexibilização do isolamento ou reabertura mais à frente. Ainda permanece a lei que estabelece o uso obrigatório de máscara, porém ninguém usa. Ocorrem aglomerações pela cidade, como na "Praia dos *crush*" e na Praia de Iracema. Nesses locais, pouquíssimos usam máscaras faciais. No Centro também. Ainda há uma discussão sobre a realização de festas juninas nesse ano (*edit*: teve). (Diário de campo – 26 de julho de 2020).

> Em Fortaleza, agosto de 2020, tudo voltou à quase normalidade. A covid-19 agora só é lembrada por algumas sequelas, como os avisos de "uso obrigatório de máscara" ainda estampados nas paredes dos estabelecimentos. Porém, ninguém mais usa máscara. Se não fosse pela "estética da covid-19" (desenvolver), como as garrafas de álcool em gel disponíveis nos balcões, seria o pleno normal.
> Nas ruas não se usa máscara, a negligência explode em todos os cantos. Parece que as pessoas se impelem, em conjunto, para tornar realidade o que todos desejam, mesmo que de forma maquiada: a volta da normalidade. […]
> Percebi um contraste entre a conjuntura de agora e a de fevereiro na região da várzea do Maranguapinho. Naquele período inicial, quando a percepção popular era de grande medo, a adoção da quarentena foi rápida, e inclusive conseguiu um início de achatamento da curva de contaminações. Hoje, embora não tenhamos suportado o tempo necessário, estamos nesse cenário de reabertura, mesmo com os números diários subindo. (Diário de campo – 18 de agosto de 2020).

A partir das percepções descritas nos trechos anteriores, é possível compreender a complexidade das formas como organizamos nosso cotidiano e como as medidas gerais de contenção da pandemia se articularam com as particularidades das sequências de vida nas periferias. A auto-organização também responde a necessidades emocionais e simbólicas.

Ao longo dos meses, observou-se um processo de naturalização do risco de contaminação e de morte, especialmente nas periferias. O que antes provocava medo passou a ser percebido como parte da rotina. Essa banalização não explica apenas a fadiga social diante da crise prolongada, mas sobretudo pela distribuição socialmente seletiva da morte: são os pobres e precarizados que morrem.

Durante o período em que foram registrados os trechos dos diários de campo anteriormente apresentados, o Brasil convivia com mais de mil mortes diárias por covid-19. Para efeito de comparação, no campo de extermínio de *Auschwitz*, uma câmara de gás tinha capacidade para matar, por asfixia, mil e quinhentas pessoas por dia. A partir disso, refletimos sobre as conexões entre o lema nazista "o trabalho liberta" e as carreatas[139] contra o *lockdown* realizadas naquele contexto, que defendiam "o direito de deixar as pessoas trabalharem". Sendo perturbador perceber como um mesmo lema, apropriado por uma parcela negacionista da população, pode contribuir para um genocídio contemporâneo, afetando principalmente a maioria pobre e periférica, que morre asfixiada (só que pelo vírus) — encurralada entre hospitais públicos saturados e as restrições estruturais de suas próprias casas.

Diante desse cenário, nos perguntávamos naquele momento: seria justo dizer que as pessoas são más por naturalizarem o contexto pandêmico? Por que mil mortes diárias já não assustam? Perguntas difíceis, cujas respostas variavam conforme as experiências individuais e as percepções morais inscritas na atmosfera da malha socioambiental.

Para nós, as discrepâncias nas subjetivações morais registradas nos diários de campo ao longo dos diferentes momentos da pandemia, especialmente entre os relatos de medo no início e o relaxamento diante da normalização das mortes no final de 2020, parecem evidenciar um fenômeno que Hannah Arendt (1999) denominou "banalização do mal". Segundo a autora, esse mal não está necessariamente vinculado à perversidade consciente ou ao desejo deliberado de causar sofrimento, mas à naturalização de práticas malévolas que se perpetuam sem que os indivíduos reconheçam sua responsabilidade nelas.

Acreditamos que a insegurança cotidiana da vida periférica canaliza mais facilmente os afetos para uma aceitação "naturalizada" da morte, como também observou Nancy Scheper-Hughes (1992), em seu trabalho antropológico "Morte sem lamento: a violência da vida cotidiana no Brasil". Em sua etnografia sobre uma comunidade pobre da Zona da Mata pernambucana, entre as décadas de 1960 a 1980, a autora demonstrou como a

139 Cf. Matéria disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/05/20/pelo-menos-18-pessoas-sao-detidas-em-carreata-que-descumpre-o-lockdown-em-fortaleza.ghtml. Acesso em: 06 mai. 2025.

miséria extrema e as precárias condições nutricionais levavam a uma aparente resignação por parte das mães que perdiam seus filhos ainda bebês. Essa resignação era evidenciada por uma concepção particular e cultural do amor materno, em que as mortes eram santificadas pela crença de que os bebês se tornavam "anjos".

Nesse sentido, por trás da banalização do mal e diante da insegurança cotidiana, também nos perguntávamos: como dizer aos moradores de favelas e territórios atravessados pela violência que estariam mais seguros dentro de casa durante a pandemia? Como afirmar que o lar oferece maior proteção contra a morte, se ali também podem ser vítimas de balas perdidas, de ações policiais truculentas ou de outras formas de violação de direitos humanos? Como convencer um trabalhador informal a permanecer em casa, sabendo que, se não for às ruas para vender, não terá como garantir sua alimentação e de sua família?

Essas questões revelam os limites das recomendações sanitárias baseadas na ideia de um sujeito universal e abstrato, desconectado das realidades concretas das periferias urbanas. Ao mesmo tempo, os dados epidemiológicos não conseguiam captar os sentidos e práticas de autocuidado adaptadas à vida cotidiana.

> Enquanto o rico estocou álcool em gel para servir durante toda pandemia, em julho o pobre já não compra mais. Agora, como observado, começamos a diluir no álcool normal e outras estratégias para "fazer render". A verdade é que só compramos nos primeiros meses da pandemia, pois ficamos com medo. (Diário de campo – 27 de julho de 2020).

O trecho sobre a diluição do álcool em gel e a interrupção da compra do produto aponta uma estratégia prática de reorganização baseada na escassez: quando os recursos são limitados, a auto-organização se reinventa de forma criativa. Essa prática de "fazer render" mostra como a precariedade estimula soluções alternativas ou "gambiarras" que mantêm, de algum modo, os cuidados sanitários — mesmo que de maneira não ideal. A auto-organização em contextos pobres é orientada por critérios de viabilidade material, e não por modelos técnicos. Trata-se de uma ética do possível, moldada pela escassez.

Em setembro, por exemplo, mesmo sem explicações claras da ciência sobre a queda das mortes no Brasil, era possível observar dinâmicas locais de contenção do contágio baseadas na reorganização do convívio:

> Hoje é dia 26 de setembro de 2020. Nenhum cientista consegue explicar a redução no número de mortes que quebrou o platô único que o Brasil fez nos gráficos de mortes diárias. A sociologia do cotidiano, então, deveria investigar a força que os elementos da adaptação e do autocuidado têm para lidar contra o novo vírus, e que podem explicar o que os dados quantitativos não mostram. É possível que as pessoas

> estejam aglomerando, mas se cuidando com os novos comportamentos aprendidos no cotidiano, mantendo-se circulando apenas em suas bolhas de convívio. Assim, mantendo-se com saúde, estão mantendo suas bolhas saudáveis e, vice-versa, cuidando apenas das suas bolhas, estão cuidando de si. (Diário de campo – 26 de setembro de 2025).

Esse diário de setembro propõe uma leitura sociológica valiosa: a redução nos números de mortes pode ser explicada não apenas por medidas estatais, mas também por formas espontâneas de reorganização social, como as "bolhas de convívio". As pessoas passaram manter suas rotinas dentro de círculos próximos, reduzindo parcialmente a exposição ao risco. Isso revela um tipo de auto-organização que emerge da experiência, da observação e da experimentação coletiva. Mesmo sem planejamento centralizado, a sociedade cria padrões de contenção por meio da adaptação de vínculos sociais.

Contudo, essas formas de adaptação coexistiam com eventos que contribuíam para o aumento dos riscos. Em outubro, com o início da campanha eleitoral, as carreatas causaram aglomerações massivas, marcadas pelo desuso generalizado das máscaras. A atmosfera dessas carreatas — que pareciam micaretas — contradizia frontalmente os esforços de controle da pandemia:

> Estamos em outubro de 2020 e começou a campanha eleitoral. Várias carreatas ocorreram causando aglomerações muito massivas. Nessas aglomerações, observava-se de maneira generalizada o não uso de máscara de proteção. Os jornais noticiaram carreatas que pareciam micaretas. Para o registro da luta contra o vírus, lembrar caso esse episódio causou alteração na onda epidêmica. (Diário de campo – 09 de outubro de 2020).

À medida que o fim de ano se aproximava, a percepção coletiva voltou a se transformar. Mesmo com preços elevados e aumento do contágio, o desejo de celebrar ganhou força, ancorado em um sentimento de merecimento e na esperança gerada pelas notícias sobre as vacinas:

> É chegada a época do fim de ano e das suas festas. As pessoas estão consumindo mais, mesmo que as coisas estejam muito caras com a pandemia. É uma questão de percepção, que vai além do novo vírus ou dos preços, também relacionado a se as pessoas acham que "merecem" comprar algo para elas ou para seus familiares. É curioso, porque sente-se no ar uma animação das festas, mesmo na pandemia. Essa animação está combinada com as notícias da conclusão dos estudos das vacinas anticovid-19. […]
> Aqui na periferia mudou novamente o clima da malha social. Agora parece bem mais com o antigo normal que estávamos acostumados. O uso de máscara em estabelecimentos até que continua, mas no convívio geral predomina o não uso. Na minha percepção, as pessoas estão perdendo aquela coisa de ficar desconfiada ou mesmo incomodada quando encontrávamos uma pessoa sem máscara e não queríamos nos aproximar. (Diário de campo – 21 de novembro de 2020)

> Acho bom eu me atentar para como a rotina esperada nas festas de fim de ano foi alterada, partindo do novo decreto para o período, mas descrevendo mudanças para além das regras, no cotidiano. Ultimamente tenho visto muitas imagens do centro de Fortaleza extremamente lotado e vídeos de lojas sendo tomadas por milhares de consumidores ávidos pelas mercadorias. O número de mortos já voltou a ser perto de mil, exatamente como no pico de julho. Será que a expectativa da vacina pode ter influenciado o relaxamento das pessoas, junto a movimentação típica do fim de ano? […] (Diário de campo – 17 de dezembro de 2020).

Os diários revelam uma mudança significativa no padrão de comportamento da população periférica: da obediência motivada pelo medo, no início da pandemia, para uma reorganização baseada em aprendizados cotidianos, necessidades emocionais e materiais e expectativas futuras (vacina, festas, eleições).

Nos trechos anteriores, apreendemos como as populações periféricas reagiram à pandemia não apenas obedecendo (ou desobedecendo) normas, mas elaborando estratégias próprias de organização, cuidado e convivência. Esse conjunto de registros etnográficos revela como a moralidade pública e os comportamentos cotidianos foram sendo modulados por afetos coletivos, expectativas sociais e desigualdades históricas, compondo uma complexidade de respostas à pandemia que desafia as narrativas simplistas sobre responsabilidade individual ou "consciência cidadã".

A animação gerada pelos anúncios sobre as vacinas, por exemplo, levou a um relaxamento perceptível nas medidas de cuidado, como se a simples ideia de cura justificasse, moralmente, o abandono das precauções. Isso mostra como as expectativas moldam a conduta coletiva. A fé na vacina substitui a responsabilidade individual, mesmo antes de qualquer imunização efetiva. Essa observação reforça uma lição importante: a moral popular não depende apenas de fatos objetivos, mas também das narrativas esperadas. A promessa de salvação futura redefine o risco presente.

Desse modo, continuamos a observar a influência da auto-organização cotidiana sobre a percepção moral. Notamos a relatividade dessas percepções diante da morte e das contingências espaçotemporais, evidenciando variações por meio dos contrastes registrados nas sequências dos trechos de diários de campo.

Avançamos, então, para mais um ano de pandemia — 2021 — também marcado por contrastes nas percepções morais e nas atmosferas coletivas. O período seguinte reflete um movimento de sanfona entre medidas de contenção e momentos de relaxamento, muito semelhante ao que se observou em 2020. Como um padrão regido pelo cotidiano, essa oscilação tornou-se especialmente evidente entre os novos picos de mortes no início do ano,

que levaram a um novo *lockdown*, e, posteriormente, com a retomada das festividades do calendário no fim do ano.

> Esse ano já começou com o colapso da rede de atendimento de saúde. Eu, particularmente, estou com medo do que ainda está por vir nessa pandemia. Essa semana soubemos pela televisão da crise do oxigênio no Amazonas e isso deixa a gente tenso. (Diário de campo - 22 de janeiro de 2021).

> Teoricamente, hoje é o primeiro dia de *lockdown*. Estamos em março de 2021. Ouço o forte barulho dos carros, é um dia normal, pensei. […]
> Estava refletindo sobre a importância da família. Acho que se teve tanto a fortificação de laços como o enfraquecimento destes, pois a família também gerou muito conflito na pandemia, sobretudo no isolamento. Esse *lockdown*, até mais do que o primeiro, parece dividir mais as preocupações globais com o novo coronavírus, com os conflitos internos familiares. […]
> São 19 horas e a cidade ainda parece agitada. A população se dividiu mais uma vez, entre quem é contra e quem é a favor de se combater o vírus. Muitas semelhanças com março de 2020. Vários discursos individualistas, compreensíveis, mas que mostram o egoísmo das pessoas. Em uma de minhas conversas hoje, com um amigo da minha bolha de segurança, tive uma discussão, pois no meu entender, enquanto alguns corpos estão morrendo e precisam serem salvos, há pessoas que se enraivecem porque a academia de musculação ficará fechada e não poderão cultuar os próprios corpos. Para mim, esse discurso é ressaltado porque faltou o individualismo que integra de Durkheim, restando apenas o utilitarismo que é a base desintegrante do sistema de comportamentos que é o capitalismo. Essa dependência que todas as pessoas tem do sistema, dos mais diversos níveis que vemos hoje, é o que faz ele existir. Porém, a moral impulsionada por esse utilitarismo da lógica de mercado é aquela da frase: "quando o pirão tá em falta, meu pirão primeiro". (Diário de campo – 05 de março de 2021).

> Dia dois de março de 2021, morreu mais de um brasileiro por minuto por complicações da covid-19. Chegamos a 1726 mortes (*worldometers*/imprensa). A marca do dia 29 de julho de 2020 que teve 1554 mortes já havia sido superada em 25 de fevereiro de 2021 com 1582, o que só indica que as coisas ainda devem piorar e essa marca de hoje deve ser superada novamente amanhã ou depois, uma tristeza. Quem mais morre são os mais pobre, são mortes anunciadas. (Diário de campo – 02 de março de 2021).

> […] Hoje também saiu uma pesquisa sobre o isolamento social, feita pelo Datafolha. Essa pesquisa afirma que os brasileiros diziam não sair de casa, somente quando estritamente necessário, no início de 2020, enquanto que agora, em março de 2021, a maioria passa a dizer que estão se cuidando, mas que continuam saindo. (Diário de campo – 17 de março de 2021).

> Estamos na fase de relaxamento das medidas anticovid. As pessoas estão querendo viver, eu mesmo parei de ver notícias e acompanhar sistematicamente os jornais, relaxei. Ninguém aguenta. Novas aglomerações foram registradas, praias e bares. Já sabemos pelo padrão, que foi o período das festas de fim de ano que desencadeou o pico de mortes em janeiro que vivemos, logo, certamente teremos um novo pico ainda este ano em junho ou julho (*edit*: teve mesmo, mas depois caiu em agosto). […] Notei que o álcool em gel, que era sempre disponível, agora, um ano depois, só tem o recipiente vazio nos estabelecimentos, ninguém mais reenche. Você vai aperta e não tem, então você sai esfregando as mãos como se tivesse. Curiosamente, o costume do "soquinho", o cumprimento atualizado por não poder mais saldarmos uns aos outros […], esse continua em voga. Considerado mais higiênico, ou mais informal, muitas pessoas continuam fazendo. Claro que já tem gente que entrega a

> mão aberta, voltando ao aperto de mão normal, mas daí surge os desencontros. O embaraço de um levar a mão aberta e o outro o punho fechado, vai continuar acontecer até tudo isso se estabilizar novamente. (Diário de campo – 03 de maio de 2021).
>
> 16/06/21 – Com por volta de 2.600 mortes no dia de hoje, Brasil segue seu trilho da morte. Estamos quase em 500 mil vítimas dessa crise complexa, causada não apensa por um vírus. Na vida social havíamos começado a nos iludir que tudo voltaria ao normal, até os cinemas abriram e as aulas voltaram. Mas, vendo os noticiários hoje e o leve aumento, já vi o quão estamos iludidos com o gostinho de acabou da pandemia. Já sabia pelas mortes altas que não ia acabar, mas o ambiente meche com a gente. Parecia mesmo que ia acabar, mas a próxima onda está vindo, quando casos aumentam de novo, mais mortes virão. Será que a vacina vai impedir novos recordes? *Edit*: Setembro/2022 - Impediu, mas chegamos numa quarta onda de casos com uma curva igual a segunda. Com um pico de morte do tamanho da primeira onda, atestando sua gravidade apesar da banalização do mal, porém com uma crista bem mais curta. (Diário de campo – 16 de junho de 2021).
>
> Nesse fim de semana passamos de 500 mil mortos, segundo maior marca no mundo. Fora as mortes que não conseguimos contar, por falta de teste. O cenário é terrível. Há mortes solitárias, enterros fechados. A média de casos subiu 17% e as mortes estão 24% mais altas. As mortes na faixa de idade entre 20 a 59 anos, eram 20%, agora são 40%. (Diário de campo - 19 de junho de 2021).
>
> Mal passamos das 500 mil mortes, fato muito criticado e tratado com pesar (pela mídia) e isso já virou um fato histórico banalizado. O curso que o Brasil tomou, aprofundou sua naturalização desse traçado pela sociedade. Festas juninas acontecem em todos os cantos, constituindo mais um nó que lá na frente, significará um aumento de casos. Vemos pelas redes sociais, as pessoas se reunindo. O regime de flexibilização das medidas de contenção vai continuar. Estamos todos contando com a vacina, mas ainda não saímos do percentual de 11% de totalmente imunizados. A vizinhança em festa. O cenário mundial é de preocupação com variante delta. Vamos ver se estou certo. (*edit*: não estava. A variante delta foi mais fraca, afinal o vírus precisa do hospedeiro vivo para multiplicar-se, logo, a adaptação dele é se tornar mais contagioso, porém menos letal). (Diário de campo - 26 de junho de 2021).
>
> Conversando com Wilma hoje, ela afirmou que já tomou a terceira dose da vacina. Também compartilhou a percepção de contraste entre agora e o ano passado. Disse assim: “Tão relaxando, né? Pararam mais de se assustar, porque diminuiu as morte, né? Num tá mais como tava naquela época, quando tava morrendo num sei quantas pessoas por dia”. Como evidencia disso, ela estava comentado em tom de brincadeira, devido ao seu bom humor característico, sobre o polêmico uso de máscara no queixo. Disse: “Eu vi gente usando no queixo. Tipo brincando, né? Com a vida. É porque sufoca também, que sufoca, né? Mas tinha gente que, porque não gostava, dizendo que ficava fêi. Aí butava aqui no queixo. Aí (rindo). Diz assim: ‘mas máscara é pra usar é no nariz, né no queixo não’, eu dizia”. (Diário de campo – 02 de outubro de 2021).

Os trechos citados sobre 2021 destacam como, entre os fortalecimentos e enfraquecimentos dos laços familiares, a família foi fonte de muitos conflitos, especialmente durante o período de confinamento rígido. O cotidiano no segundo *lockdown* pareceu ser dividido, mais do que no primeiro, pelas preocupações entre os dilemas mais amplos relacionados aos rumos da pandemia e os problemas mais íntimos e particulares da vida

familiar.

Além disso, os registros indicam uma inflexão discursiva relevante: as pessoas não dizem mais que “estão em casa”, mas afirmam que “estão se cuidando”, mesmo quando continuam saindo. Essa mudança aponta para uma reconstrução da moral do cuidado, agora adaptada à necessidade de circulação. Trata-se de um rearranjo pragmático da moralidade: o cuidado não desaparece, ele se torna compatível com o movimento. Essa adaptação expõe, mais uma vez, o choque entre duas éticas em tensão: a do bem comum (solidária) e a do bem próprio (utilitária).

Como observado no diário de 3 de maio, o reencontro entre o aperto de mão tradicional e o novo gesto do punho fechado gerava desencontros e embaraços. Esses momentos de hesitação corporal traduzem simbolicamente o período de transição registrado, entre o medo agudo e a esperança de fim.

Em junho, a naturalização da tragédia de atingir a marca de 500 mil mortes revela o caráter afetivo da percepção de risco: ela é moldada mais pelo ambiente social do que pelas evidências científicas. O sentimento coletivo de fim iminente da pandemia se impôs sobre os dados objetivos, indicando que, no cotidiano da crise múltipla da covid-19, as mutações no discernimento estavam diretamente relacionadas às mudanças conjunturais, evidenciando o constante embricamento entre os seres e os seus ambientes.

Nesse sentido, em outubro, um exemplo marcante da auto-organização protagonizada por moradores da Comunidade São Francisco — que permite perceber as percepções morais construídas ao longo desses processos conjunturais — foi a realização da festa do Dia das Crianças.

No vídeo que pode ser acessado por meio da figura 12[140], referente ao dia 29 de outubro de 2021, observamos um momento que expressa claramente esse discernimento voltado à libertação ou ao relaxamento. Trata-se de um momento de alegria coletiva, embalado por músicas que evocam atividades de bem-estar na favela e revelam como a cultura contemporânea tem impulsionado positivamente a vida nas periferias.

Figura 44 – Código QR para vídeo do Dia das crianças organizado pela própria comunidade São Francisco em 2021



Fonte: Autor.

Depois dos momentos de privação vividos durante o período de alta nos casos e mortes, entre março e junho de 2021 — quando o Brasil ultrapassou o trágico marco de 4 mil vítimas diárias —, em outubro daquele ano, às margens do córrego da São Francisco, respirava-se um certo alívio. A queda no número de mortes e internações fez com que as pessoas se sentissem mais à vontade para abandonar o uso de máscaras, como se vê no vídeo: moradores nas portas de suas casas ou circulando pelas ruas do entorno sem a proteção facial. Tornava-se também mais comum o retorno ao planejamento das festas de fim de ano, marcando a construção de uma nova atmosfera de discernimento, na qual os hábitos de contenção da transmissão do vírus eram adaptados de maneira mais relaxada.

140 O vídeo também pode ser acessado pelo link disponível em: https://youtube.com/shorts/9OEU1jqDkWs. Acesso em: 08 jun. 2023.

Foi esse o contexto em que ocorreu a festa do Dia das Crianças, organizada pela própria comunidade. O evento, realizado sem patrocínio externo, foi fruto da vontade, do esforço, do dinheiro e do suor dos próprios moradores, especialmente dos adultos e líderes comunitários, como "Bilinha", uma de nossas interlocutoras. Além dessas figuras, também contribuíram comerciantes locais e o time de futebol de várzea "Real Madrid da Granja Portugal", que organizou uma campanha de arrecadação e partidas beneficentes (os chamados "bolões").

Aquele momento representava uma combinação entre a catarse provocada pelo relaxamento das medidas de contenção e a valorização local da vida das crianças e da juventude, valores fortemente cultivados pela Comunidade São Francisco, como já destacamos. Por isso, tratamos a festa do Dia das Crianças de outubro de 2021 como um verdadeiro momento de celebração da vida após o *lockdown*. Afinal, com a ameaça da morte ainda no horizonte, nada representa melhor a vida do que as crianças.

No registro em vídeo, sem emitir julgamentos, embora os índices de mortes estivessem caindo, compreendemos também que é natural e contingente que protocolos tão recentes, como os estabelecidos contra a covid-19, fossem relativizados diante dos protocolos tradicionais ligados aos rituais marcadores do tempo, especialmente aqueles impulsionados pelas datas comemorativas. Isso foi evidente tanto no evento de 12 de outubro quanto nas festas de Natal e Ano Novo de 2021, que, assim como em 2020, revelaram os modos de reorganização das percepções comunitárias diante da pandemia.

Por isso, mais do que buscar culpabilizações sustentadas por explicações essencialistas para o novo pico de mortes que ocorreria apenas algumas semanas depois, no início de 2022, procuramos compreender a sequência de desenvolvimento dos acontecimentos e os modos pelos quais a vida se reorganizou localmente frente às contingências.

Antes de recorrer a explicações simplificadoras que apontem para uma suposta "incivilidade", "ignorância" ou involuntariedade determinada por diversos tipos de determinismos, detemo-nos à multiplicidade de fatores envolvidos no desenrolar das contingências — elementos que fazem com que os actantes negociem, "a cada situação e em cada contexto, os critérios de 'aceitabilidade moral' de suas escolhas" (TELLES, 2010, p. 178).

A moralidade que orienta o cuidado com o outro (ou a negligência dele) não é uniforme, mas situacional e relacional. Ela se transforma conforme o ambiente, as

expectativas e os afetos disponíveis. Assim como o cotidiano marcado pelo medo da morte durante a pandemia, as adaptações de nossas percepções morais são construídas no entrelaçamento entre as condições socioambientais e as escolhas dos sujeitos nesse contexto. Por isso, a auto-organização molda a forma como tomamos decisões segundo aquilo que nos parece moralmente aceitável em determinados momentos — escolhas que nem sempre são as "melhores" para o próprio indivíduo, mas que são influenciadas pelas consequências possíveis e pelas oportunidades emergentes na sequência dos acontecimentos. É o caso, por exemplo, de alguém que, movido por cansaço, descuido ou necessidade, acaba retirando a máscara justamente no instante em que há, no ambiente, uma pessoa contaminada.

A aceitabilidade moral, portanto, varia conforme o desenvolvimento da agência cotidiana dos indivíduos em suas interações com os outros e com o ambiente. Ela está diretamente relacionada à ideia de morrer, afinal, não há balança mais intensa para ponderar uma escolha de vida do que o pensamento: "eu posso fazer isso para viver e tenho esse risco de morrer se o fizer". O risco da escolha moral está, assim, profundamente entrelaçado à morte. Contudo, essa noção de aceitabilidade está igualmente vinculada ao reconhecimento de que há situações que escapam ao nosso controle, exigindo uma constante readaptação moral diante do acaso.

Nosso objetivo aqui não é discutir o que seria certo ou errado, mas compreender o valor que determinadas práticas, como as festas, assumem na alteração das rotinas. Mais do que isso, os trechos analisados evidenciam como as formas populares de sociabilidade, afeto, fé e celebração não desaparecem durante a pandemia, mas se adaptam e produzem sentidos próprios em meio à crise sanitária.

> Do meu quarto, ouço um microfone ligado a uma caixa de som em alto volume, bem ao fundo da cidade. Creio que na Granja Portugal, mas perfeitamente audível. Chamam-se pedras de números em um bingo. O locutor solta piadas e parece muito animado. Fico imaginando que espécie de aglomeração estão promovendo ali numa pandemia. Depois escuto o som de forró rolando, provavelmente o local é um bar também. (Diário de campo – 04 de dezembro de 2021).
>
> É natal. Estou interessado em notar como as festas pontuam o devir da rotina e do cotidiano. Hoje, vou lá na tia Cláudia para a ceia de natal. Na verdade, a ceia vai ser coletiva na comunidade, à noite. Mas não sei muito bem. As informações prévias que tenho são apenas aquelas que Cláudia me falou por mensagens, mas não são muitas. Sei que uns vão levar o galeto, outros um chester, a sobremesa: musse de maracujá, etc. […]
> Andamos pelas vielas que dão no "canal". Noto as ruas de terra e observei um senhor, aparentemente bêbado, pendurado no portão de uma casa. Ele grita para dentro: "Oh muié! Abre aqui!". Acho interessante como os aspectos do interior e do campo se misturam ao urbano da periferia. […]

> Passando pelas margens, vimos uma festa do outro lado do córrego, nas Mangueiras. A menina que estava conosco diz que ali tinha começado foi cedo. Então, Cláudia indaga: "Vixe, ainda bem que tu é desse lado, né?". Mais à frente, quando passamos, notei que havia muitas pessoas sentadas, tanto em cadeiras de plástico, como nos banquinhos de cimento debaixo de uma árvore, bem na encruzilhada do canal com o beco. Cláudia comentou: "Respeite os tiros aí mais tarde". Foi nessa caminhada pela comunidade que vi uma pichação onde está escrito: "Bem vindo, lugar de paz". Ainda não tinha visto. Impressiona como as pessoas são organizadas nesse meio de vida. […] o movimento aumenta de pessoas indo para ceia, conforme a noite vai chegando. Fico esperando as pessoas se arrumarem, enquanto vejo um grupo de crianças brincando com bombas. Me lembro da minha infância. Observo o passar dos moradores, vejo cinco pessoas numa *bike*, uma família inteira em cima. Um pai pedalando, uma mãe na garupa e três crianças. Uma no quadro à frente do pai, outra em pé em cima da garupa, agarrada no pescoço do pai e outra recém-nascida no colo da mãe. A bicicleta realmente é um transporte essencial para muita gente na favela. O fluxo antes de ir para a ceia foi muito lindo. Ver a favela feliz nessas datas é muito bom. São dias que comemoramos só por estarmos vivos. (Diário de campo – 24 de dezembro de 2021).

> Percebo como o Ano Novo é um ritual de passagem e como, no fim de ano, temos alguns ritos de passagem, como apostar na Mega-Sena da Virada. Meu pai e eu sempre jogamos, e a expectativa de ganhar move muitas famílias também, como o sonho mais cobiçado pelos brasileiros comuns. Embora se tenha essas probabilidades tão absurdas, de um em um milhão, como chances de vitória, é gostoso sonhar com o que faríamos com todo aquele dinheiro. Quinhentos milhões de reais é muito dinheiro. Sonhar faz parte desse exercício de avaliar e se projetar no próximo ano, que é bem característico desse período. Porém, para a maioria, apostar é uma oração de fé na sua sorte. O jogo, dessa forma, é uma adoração das forças simbólicas da malha socioambiental que os antigos descreveram nas entidades da sorte e da fortuna. […]
> Na fila da lotérica chegou uma mulher de cabelo longo e liso, vestindo saia jeans, dizendo que tinha sonhado com os números da Mega. Enquanto esperávamos, ouvíamos ela contar como seu pastor tinha profetizado sobre ela e que podia ser Jesus fazendo sua obra. Por isso, ela afirmava: "Ia nem jogar não, mas por causa disso eu vim". (Diário de campo – 29 de dezembro de 2021)

Os trechos dos diários de campo mostram como, ao fim de 2021, os rituais populares (como bingos, festas, ceias e jogos) reassumiram seus espaços, ainda que transfigurados. Essas práticas retornam como formas de reconstruir o tecido da vida, que havia sido rasgado pelo medo, pelo luto e pela intensificação da precariedade.

No consumo do Natal, Réveillon e, em seguida, o Carnaval, vivencia-se uma verdadeira overdose de esquecimento da morte: grandes aglomerações voltam a ocorrer em igrejas, shows e estádios de futebol, e já não percebemos quando estamos, novamente, no meio da multidão. Durante essas celebrações, muitas pessoas se reuniram em locais fechados, trazendo familiares de longe para "matar a saudade", num gesto que, para muitos, simbolizou o "fim da pandemia". Mas encontros como esses, por exemplo, uma ceia de Natal com parentes vindos do Rio de Janeiro para Fortaleza, podem funcionar como verdadeiros cavalos

de Troia. Trata-se de uma circulação cultural e afetiva que carrega riscos, embora esses riscos raramente sejam considerados pelas análises hegemônicas daquele momento.

As festas de Natal e Réveillon são particularmente curiosas, pois, a partir da meta socialmente compartilhada de "reunir-se e comemorar", observamos auto-organizações bastante diferenciadas. Sempre há aqueles que, desde cedo, já estão preparados: por volta das 14 horas, já tomaram banho e vestiram sua roupa especial para a ocasião. Por outro lado, há sempre quem só se organize completamente próximo das 22 horas.

Trata-se também de um momento no qual as pessoas lidam com a celebração de formas muito distintas. Durante essas festividades de 2021, notamos múltiplos modos de viver e expressar a experiência. Havia quem se reunisse em torno de um karaokê; ouvimos sons de bombas estourando mesmo depois da meia-noite, buzinas e, em vários pontos, o som alto do funk frenético marcava o ritmo da noite. Pareceu-nos que todo evento social, após a fase mais crítica da pandemia, passou a ser vivido com maior intensidade. Muitos extrapolaram limites, sobretudo no consumo de álcool. No entanto, essas festas já são normalmente um período em que as pessoas tendem a se sentir mais à vontade: seja nas reuniões com amigos, colegas de trabalho ou familiares, surgindo momentos de uso de drogas e outras experiências que fazem parte de um ambiente mais descontraído e de certa permissividade coletiva.

Além disso, o fim do ano é, também, uma época em que as pessoas costumam avaliar suas trajetórias: os religiosos revisitam seus pecados e suas graças; outros repensam suas decisões, fazem balanços e traçam planos. Trata-se de um rito de passagem, um momento para reorganizar tanto aquilo que se viveu no ano que termina quanto o que se espera do ano que se inicia. Uma ideia cíclica que se origina da conjunção da convenção social do calendário gregoriano e o movimento ambiental da Terra ao redor do Sol, carregada de simbolizações que se constituem na práxis das auto-organizações dos seres.

É nesse sentido que compreendemos como as expectativas em torno do final do ano são forjadas de maneira recursiva: alimentam-se das memórias e experiências de festas passadas, criando uma atmosfera coletiva que estrutura as ações e as emoções de cada novo dezembro.

A seguir, os trechos de diário revelam a trajetória de transformações das percepções na pandemia de covid-19 em seu terceiro ano (2022):

> É sábado à noite, o fervo das ruas é grande. Ouço muitos sons da minha janela. Ouço grupos caminhando, gargalhando, carros que passam no asfalto, som de música ao fundo distante, cães que latem no meio do chafurdo humano da periferia.

Nem parece que tanta gente está ficando doente por aí na pandemia. As coisas estão muito diferentes nesse terceiro ano de pandemia. Há dois anos, passávamos álcool em tudo e, quando alguém tossia perto de nós, já sentíamos o perigo de morte. Por vezes, justificávamos quando tossíamos, com um "eu engasguei", para não gerar pânico nas demais pessoas no ambiente. Agora, me pergunto se vamos mesmo esperar que o aumento de mortes chegue num patamar que exija o *lockdown.* Precisamos fechar, mesmo a vacina salvando vidas! (Diário de campo – 22 de janeiro de 2022).

Teve novo recorde de casos, 228.972 e mais de 600 mortes hoje. Voltamos a superar as 400 mortes diárias em média. Desde outubro do ano passado que os números estavam caindo. É bem provável que voltaremos a ver mais de mil brasileiros morrendo todos os dias. Decepcionando quem achava que, apesar do aumento de casos, as mortes não seguiriam a subir, elas estão e não tão devagar. Ainda é uma matança a conta-gotas e por isso dificulta a percepção. O gráfico já ficou uma coisa absurda e digo, com base no conhecimento da realidade, que esses números não refletem o real cenário. Já perdemos em muito a direção da coisa. Histórias que nos chegam, de pessoas doentes, muitos desses não testam. Nem sequer chegam a ir ao médico. […]
Os casos realmente voltaram a subir, como tinha dito. Só que agora, é como se para a sociedade não justificasse um novo *lockdown.* Mesmo que as mortes estejam no patamar da primeira onda e do primeiro *lockdown*. Como há muito mais casos agora, pela proporção, essas aparecem de outra forma, mais banalizada, apesar de ser o mesmo número. Fundamentalmente também, a diferença é que agora não há problema de falta de leito nos hospitais, porque a doença não evolui tanto para internação. Mas e os mais idosos e vulneráveis? Aqueles com comorbidades ou doenças imunossupressoras, não valem o esforço do fechamento? Eu acho bizarro que a sociedade não se choca, mesmo os números diários sendo os mesmos de quando estava todo mundo com medo, só porque a doença ficou "leve" para a maioria. Não há mais a cena terrível de covas coletivas, mas a mesma quantidade de pessoas vulneráveis está morrendo, apesar dos muitos casos. […]
Comentando essas relações entre a vida e a morte, observamos também as diferenças de conduta das pessoas entre o ano de 2020 e 2022. Registramos também como a adesão da terceira dose da vacina está sendo menor agora, porque as pessoas não estão vendo necessidade no imediato. […] (Diário de campo – 27 de janeiro de 2022).

Pode até ser um momento com menos mortes e sem dúvidas isso está relacionado com a eficácia das vacinas. Contudo, sem comparações, é o momento em que mais pessoas estão doentes. Inclusive, eu também estou. […]
Acho que ninguém escapou de uma reinfecção com a variante ômicron, é impressionante. Meu cunhado, minha tia e prima, todos testando positivo para o coronavírus. A sensação é que, de crianças a idosos, vacinados com quatro doses ou não, ninguém escapou da transmissibilidade da ômicron. Num país sem ter a condição de saber a real situação, somente podemos saber pelos relatos de 1 a cada 2 conhecidos afirmando estarem doentes. Certamente, esse é o momento em que mais brasileiros se recuperam em casa. Faltam profissionais, por isso. Há um desfalque nas cadeias produtivas, embora não como em 2020, pois agora temos bastante vacinados e há a diminuição dos casos letais. Então, os profissionais ficam 10 dias se recuperando e logo voltam a trabalhar, não deixam buracos como em 2020 com seus falecimentos. […]
Estava vendo os dados de hoje, 257.239 novos casos confirmados por causa de dados represados, mas também pela ômicron. Esse é o maior número de casos desde o início da pandemia. (Consórcio de imprensa). Ainda não conseguimos chegar a 70% de vacinação da 3ª dose da vacina e não saímos de 75% da primeira dose na população. Apesar de menos de mil mortes por dia, ainda é uma catástrofe diária, principalmente para os mais pobres, que são aqueles que morrem nos hospitais públicos. Espero que as mortes não aumentem.

> Isso tudo é resultado das festas no final de 2021, de toda aglomeração. Já sabíamos que isso ia acontecer, ainda mais com a contaminação absurda da ômicron. Acho que as pessoas vão lembrar como uma avalanche que vinha contaminando todo mundo próximo, até chegar em você. A ômicron é muito transmissível, apesar de mais leve. Por isso, experimentamos um vírus correr livre e solto, tendo sorte que as vacinas foram criadas antes dessa variante, senão seria um massacre maior. Minha mãe diz que não confia nos testes, mas só testa quem tem dinheiro e as pessoas não sabem usá-los. Fazem testes nas primeiras horas dos sintomas, quando a carga viral ainda tá baixa, dá negativo e a pessoa sai achando que não é covid. Mas tem que esperar 48 horas dos sintomas para fazer o teste de antígeno. Esse é o tempo do corpo para produzir o que o teste detecta. Posso perguntar se as pessoas se testaram, mas acho que não. Assim como eu tenho certeza, pelos sintomas, que estou com a covid-19, mas não testei, nem vou testar, muitas outras pessoas estão na mesma situação. Por isso, a contaminação deve estar muito mais absurda, sem ser registrada. Acontece que não vou passar horas em filas quilométricas de gente com sintomas, correndo risco de ficar pior do que estou, sendo que estou bem, na medida do possível. (Diário de campo – 28 de janeiro de 2022).

> Nossa vacinação não sobe por nada. Voltamos a apresentar mais de mil mortes nas últimas 24 horas. E também passamos dos 200 mil novos casos registrados apenas hoje. Chegamos a 75% da população maior de 5 anos com regime de duas doses completo. (Diário de campo – 04 de fevereiro de 2022).

Esses novos trechos dos diários de campo evidenciam a consolidação de uma nova fase da pandemia em 2022. Atingido um determinado patamar de proteção coletiva, a chamada "imunidade de rebanho", a urgência em completar os ciclos vacinais ou atualizar as doses de reforço parece se diluir. A imunização, que em 2021 mobilizou multidões em filas, disputas por doses e escândalos de fura-fila, passou a ser negligenciada diante da percepção de que a doença estava "sob controle". Esse sentimento se reforça no distanciamento entre os números alarmantes e a ausência de medidas governamentais proporcionais à gravidade, como *lockdowns* ou mesmo campanhas públicas robustas de incentivo à vacinação de reforço.

> Novos recordes. Intrigante que, diferente de 1918, na pandemia da "gripe espanhola", dessa vez, na pandemia de covid-19, conseguimos nos vacinar. Então, mesmo chegando a 280 mil casos por dia, não temos o cenário proporcional sem vacina, que passaria das 5 mil mortes diárias facilmente, já que chegamos a 4 mil mortes diárias quando não tínhamos cobertura vacinal em abril do ano passado (04/21). Fizemos uma onda equivalente à primeira de mil mortes diárias, mas sem o medo do passado, que fez a primeira onda parecer muito pior. Que bom que temos a tecnologia da ciência apoiando a segurança ontológica da sociedade, pois a verdade é que nossa sociedade banaliza o que é realmente muito grave, mil pessoas morrendo todos os dias, mesmo com a vacina! Percebo como tudo é complexo e está para além do bem e do mal, ou seja, é contingente. Pois, a tecnologia humana, que já fez muito mal com a bomba atômica, agora serviu o bem e salvou muitas vidas com as vacinas. Em certo sentido, essa sociedade, buscando o próprio bem-estar depois do enclausuramento dos seus entes queridos ano passado, permitiu negligentemente agora em 2022, que o vírus continuasse circulando e atingisse pessoas vulneráveis, como idosos, imunossuprimidos, pessoas com comorbidades, crianças menores de 5 anos, bebês e não vacinados. Não dá para deixar de pensar nas maneiras culturais e particulares que levaram essa diferença, com sociedades do Oriente, como a chinesa, por exemplo, que adotou a política de "covid zero", para valorizar cada vida. Aqui não estou justificando o controle repressivo do aparelho estatal chinês, mas

> evidenciando o que é banal em cada sociedade. (Diário de campo – 03 de fevereiro de 2022).
>
> Estamos novamente num platô de 800 mortes diárias banalizadas. Em 2021, todo mundo se desesperou para tomar a vacina, teve escândalo de furar fila e vacina falsa. Já, agora, depois da segunda dose, muita gente deixou de tomar a terceira. A quarta, então, o pessoal já acha que não precisa. Parece que a proteção acaba em dois meses e volta a subir o risco de contaminação depois, principalmente porque as variantes estão diferentes daquelas que pegamos antes, podendo escapar da vacinação, apesar de garantir a amenização da doença. Esse é o contexto: as vacinas estão vencendo! […] Com exceção dos vulneráveis que não garante. (Diário de campo – 23 de fevereiro de 2022).
>
> Passamos por outra alta no número de casos e mortes, ainda nesse meio do ano. É sempre assim, alta no começo do ano, como resultado das festas de fim de ano, e alta no meio do ano, como resultado do carnaval. (Diário de campo – 04 de junho de 2022).
>
> Nova alta de casos (66 mil) e nova alta de mortes, mais de 300. Estamos numa onda violenta de covid que não se aparenta assim, desde que não lota mais os hospitais. É como se apenas os corpos produtivos fossem valiosos para a máquina de lucro do sistema. E mesmo esses produtivos, é como se não fosse altamente danoso os sintomas e complicações da infecção e da reinfecção, mesmo que não leve à internação. Isso mostra o pouco valor que nós temos para o sistema, que, sabendo que a maioria vai sobreviver, não se importa quem morre ou quantas vezes pega a doença. (Diário de campo – 07 de julho de 2022).
>
> Esse novo aumento de mortes (200/dia) é de não vacinados, mas também de crianças com menos de 2 anos, idosos maiores de 70, imunocomprometidos e pessoas com comorbidades. Uma covardia com os mais vulneráveis, uma aceitação de que a contaminação tá chegando neles e a sociedade aberta. (Diário de campo - 19 de julho de 2022).
>
> […] constatamos que, por mais de 2 anos, desde 18 de março de 2020 até hoje, 30 de agosto de 2022, com um ou outro dia como exceção, o país teve mais de mil mortes só pela covid todos os dias. Mil brasileiros. Imagina aí o quanto de pessoas, cotidianamente, foram interafetadas por esse sofrimento da morte de cada um desses mil brasileiros, que tinham ou eram mães, pais, filhos, amigos, etc. (Diário de campo – 30 de agosto de 2022).
>
> Ano Novo também tem relação com a auto-organização do cotidiano, e nisso de se adaptar à morte. É um dia que, apesar de ser normal como outro, todo mundo acorda com uma expectativa, acorda reflexivo de que o planeta tá completando a volta ao redor do sol. Nas redes sociais, proliferam as mensagens reflexivas e as pessoas ficam à flor da pele. (Diário de campo – 31 de dezembro de 2022).

A partir dessa sequência de registros, podemos caracterizar o ano de 2022 como um período marcado pela permanente circulação viral do SARS-CoV-2, mesmo diante do avanço da vacinação. A normalização das reinfecções fez com que seus efeitos duradouros e a longo prazo[141], ainda pouco compreendidos, fossem ignorados, porque não causavam interrupções imediatas na produtividade econômica.

141 Estudos sugerem efeitos da "covid longa" na função cerebral até dois anos após a infecção. Perda de memória, confusão mental e até mesmo demência podem ser implicações de múltiplas reinfecções. Cf. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4n0l3de96do. Acesso em: 13 mai. 2025

Observou-se, nesse contexto, uma reorganização das condutas sociais e individuais, não mais orientada à contenção do vírus, mas sim à adaptação ao risco e à tentativa de manter em funcionamento as dimensões social e econômica da vida cotidiana. Com isso, consolidou-se nesse processo uma aceitação tácita da morte dos mais vulneráveis, naturalizada como "inevitável" ou como um "custo colateral" do retorno à normalidade possível. Tal abandono dos mais frágeis, por sua vez, revela os limites da solidariedade social vigente.

Como mostram os registros do campo de pesquisa, a sociedade parece ser capaz de se adaptar à tragédia desde que ela aconteça de forma gradual. A expressão "matança à conta-gotas", utilizada por nós, nomeia essa lógica. A morte fragmentada e contínua, apesar de numericamente expressiva, não mobiliza uma resposta coletiva como aquela que ocorreria diante de uma catástrofe abrupta e concentrada.

Nesse cenário, a auto-organização das comunidades pode tanto reforçar desigualdades quanto produzir soluções de proteção. As formas pelas quais os diferentes grupos sociais se organizam diante das crises têm o potencial de resguardar suas comunidades ou, ao contrário, de expô-las ainda mais aos riscos.

Desse modo, os registros etnográficos evidenciam as transformações nas formas de viver e morrer durante a pandemia. Mostram, sobretudo, como a relação com a morte se apresenta de maneira particular para cada pessoa, afetando diretamente as práticas adotadas diante da crise sanitária. Uma das práticas mais visíveis desse processo foi o uso da máscara de algodão, que se tornou um marcador dessa particularidade da relação entre o medo da morte e as tentativas de autoproteção.

O uso da máscara, inicialmente considerado estranho ou até desconfortável, resistiu a ser incorporado ao cotidiano. Sua adesão se deu, principalmente, quando o medo da morte passou a habitar os lares nos primeiros momentos da pandemia, tornando-se uma presença constante nas decisões e comportamentos diários. Com o tempo, esse item de proteção foi ressignificado, deixando de ser apenas um equipamento emergencial para se tornar um acessório pessoal incorporado à rotina.

Muito se falou sobre a necessidade de se utilizar máscaras do tipo PFF2 (Peça Facial Filtrante 2), por serem as mais eficazes na proteção contra partículas virais. No entanto, essas máscaras nunca foram acessíveis à maioria da população pobre. A máscara de pano, por sua vez, se difundiu amplamente por ser barata e de fácil fabricação, tornando-se um símbolo

da adaptação popular à crise sanitária. Sua popularização foi tamanha que passamos a customizá-las com estilos, cores e estampas variadas, transformando um objeto de proteção contra a morte em expressão de identidade da vida, como ilustrado na figura 44 abaixo.

Figura 45 – Fotos de diferentes tipos de elementos e materiais referentes ao uso das máscaras de proteção facial



Fonte: Gomes (2021, p.70).

É claro que a máscara também serviu como alavanca em outros sentidos, como na oportunidade de acréscimo na renda. Algumas pessoas aproveitaram para iniciar pequenos negócios com a costura caseira de máscaras, buscando incrementar seus parcos orçamentos.

Na Comunidade São Francisco, onde o trabalho informal de costura já era muito comum, houve relatos de mulheres e homens que aprenderam a costurar durante a pandemia, e que passaram a confeccionar máscaras em casa, ganhando em média 400 reais ou mais por mês apenas com isso e transformando seus orçamentos ao costurar noite adentro para aumentar esse ganho.

Contudo, o mais interessante dessa dinâmica de auto-organização popular foi a adaptação comportamental diante dos cuidados higiênicos exigidos pelo uso da máscara. Aprendemos, aos poucos, a lidar com essas exigências, algo até então pouco conhecido por grande parte da população. A auto-organização em condições ideais foi praticamente inexistente; a maioria se adaptou a condições contingentes. Práticas como cobrir corretamente o nariz e a boca, não tocar a parte externa da máscara, removê-la pelas alças, guardá-la em saquinhos apropriados ou trocá-la a cada dois dias foram amplamente recomendadas, mas raramente seguidas de forma sistemática.

Apenas com um ano de pandemia derrubava-se a máscara no chão, assoprava-se e colocava-a de novo, sem problemas, comentou um interlocutor. Com o tempo, a máscara no rosto foi parar nas mãos igual bolsinha de moedas balançada pela alça, e quando se esquecia dela em casa, ocorrência comum, usava-se uma emprestada de outros. A lógica de conveniência passou a orientar o uso da máscara, distanciando-a do seu caráter preventivo e reforçando a ideia pragmática de estar com ela em mãos, “caso necessite”, como se houvesse tempo de vesti-la antes do vírus ser aspirado.

Essa multiplicidade de condutas evidencia uma diversidade de possibilidades de auto-organização das percepções em torno do risco, do cuidado e da moralidade sanitária. Uma interlocutora comentou: “Ah, quando tô sozinha eu tiro a máscara, mas sempre que converso com alguém eu coloco”, “Meu complexo era de tá com a boca aberta falando e já pôr a mascara, porque ficava pensando no vírus entrando em mim”. Já outro descreveu sua forma particular de lidar com o uso da máscara facial:

> A máscara eu faço assim: no ar livre, tô na rua, eu não uso. Mas se eu for entrar num lugar, aí paro na porta, tiro a máscara do bolso, ponho a máscara e entro. Faço a compra, quando eu saio é que eu tiro de novo. Não custa nada. Principalmente no carro, agora já eu já sei. Tava com minha sobrinha, minha mãe e o tio dela, e elas gripadas. Foi batata, depois de uns dias fiquei doente. Aí lascou, não trabalhar. Quando a bichinha tossiu pelo encosto da cabeça, no banco de trás, soube logo que ia ficar doente.

Observamos como as práticas variavam conforme o contexto, a companhia e a

sensação subjetiva de risco. Em algumas áreas da periferia, como relataram interlocutores, ninguém usava máscara quando estava "perto de casa" ou na calçada — o que se associa à ideia de "segurança ontológica" (GIDDENS, 2002), em que o entorno próximo das instituições da família e da vizinhança é percebido como um espaço de menor perigo ou de maior proteção.

O relato de uma interlocutora e amiga da comunidade, farmacêutica, mostra outra camada dessa experiência. Apesar do desconforto físico e do uso prolongado da máscara no trabalho, ela afirmou que se sentia culpada ao entrar em um local sem máscara, como se estivesse cometendo um crime. Nesse caso, há uma intersecção entre a vivência profissional e consciência sanitária, que a leva a atribuir um valor ético mais rígido ao uso da proteção facial.

A máscara foi, ao mesmo tempo, proteção, obstáculo, símbolo, renda e improviso. Seu uso, longe de ser uniforme, revelou múltiplas camadas de adaptação, resistência e negociação frente à presença persistente da morte e do medo. Essa experiência nos permite compreender que cada pessoa tem seu próprio ritmo no seu modo de existência, que condiz com sua auto-organização cotidiana. Afinal, quem dita o ritmo do cotidiano: o ambiente ou o indivíduo? A resposta não se encontra em nenhum dos extremos, mas na combinação entre ambos.

Os idosos, por exemplo, têm um ritmo mais devagar para realizar qualquer tarefa e mais dificuldades para lembrar de coisas importantes. Além disso, múltiplas tarefas nessa faixa etária são desafiadoras para a cognição, exigindo um maior esforço para manter o foco. Contudo, não é somente a idade que contribui nas alterações do ritmo da auto-organização, mas toda interafetação o afeta também, influenciando a velocidade com que se age e se interpreta a rotina.

A forma como significamos o cotidiano, com suas diferentes velocidades e com o "algoritmo" mais ou menos pesado de cada um, mostra que cada escolha, condição, consequência e possibilidade afeta nossa auto-organização. Seja o tempo de um idoso regulado pelas dificuldades motoras da idade, ou o risco de contaminação enfrentado por ele ao esperar em uma fila prioritária da lotérica, seja ainda a decisão sobre o que submeter ou não ao corpo durante uma crise sanitária — tudo isso são questões de grande relevância para compreendermos a experiência da pandemia, mas também para pensarmos em respostas futuras diante de novas catástrofes.

Sob essa lente, é possível problematizar também a condição dos não vacinados. Longe do simplismo moral que os rotula como "ignorantes" ou "negacionistas", o ritmo da auto-organização cotidiana evidencia que os motivos para a não vacinação são diversos e contingentes. Cada história revela uma sequência singular de decisões, contextos e limites, como o caso inusitado que relatamos a seguir, que nunca havia nos ocorrido antes de ouvir um de nossos interlocutores e amigos da Comunidade São Francisco.

Trata-se de um sujeito identificado como "maromba", adepto da prática de musculação e do uso de esteroides anabolizantes injetáveis. Seu modo de existência é organizado em torno da busca pelo "*shape*" — termo usado para descrever o corpo idealizado entre fisiculturistas amadores. Por aplicar essas substâncias nos braços e nas pernas com frequência, ele evitou uma nova aplicação, como a vacina, por medo de alguma interação. Em dezembro de 2021, ainda sem ter tomado nenhuma dose, ele fazia parte dos 25% de brasileiros que permaneciam desprotegidos, mantendo-se saudáveis apenas por estarem circunscritos à bolha de convivência com pessoas vacinadas. Ainda assim, por estar fora da imunização coletiva, oferecia maior risco de reiniciar cadeias de contágio.

Seu caso envolve múltiplos fatores. Trabalha isolado como ferroviário, operando um trem, e por isso argumentava que essa condição o protegia, embora, evidentemente, não estivesse desconectado do mundo. Além disso, afirmava que não havia se vacinado porque a empresa na qual trabalha não o liberara para isso, mesmo havendo a possibilidade de ir nos finais de semana. A questão central, no entanto, residia no conflito entre a vacinação e a rotina de aplicações de anabolizantes: vacinar-se significaria reorganizar o cronograma de injeções, "perder" uma das regiões aplicáveis e lidar com possíveis inflamações musculares em áreas já muito requisitadas.

Esse relato contribui para romper com a lógica estigmatizante que associa a não vacinação exclusivamente à falta de educação ou à negação da ciência, ainda que a escolarização, de fato, desempenhe papel relevante na construção de sentidos sobre responsabilidade coletiva. No entanto, há muitos outros fatores em jogo: medo, desinformação, rotinas exaustivas, dificuldades de acesso, entre outros.

Por exemplo, um sujeito que vive em conflito com a lei dificilmente irá a um posto de vacinação se souber que há risco de ser identificado por um mandado de prisão em aberto. Um religioso pode recusar ser vacinado por razões de suas crenças. E até mesmo

alguém bastante consciente da importância da imunização pode evitá-la por depender de ambos os braços para o trabalho, temendo comprometer sua mobilidade e rendimento.

Outro ponto relevante diz respeito aos trâmites burocráticos da campanha vacinal. Cadastros, agendamentos e longas filas funcionaram como obstáculos para quem já estava em dúvida ou relutante. No caso de nosso amigo "maromba", essas barreiras também figuravam entre os motivos para a recusa. Em tom de frustração, relatou que só tomou a primeira dose por exigência do cartão de vacinação, necessário (pelo menos oficialmente) para viajar e frequentar lugares fechados. Reservou um lado do braço para isso e recebeu a aplicação da vacina. No entanto, somente aceitou ser vacinado porque conhecia uma enfermeira do posto de saúde, que, por vias informais que o livraram das burocracias, aplicou a dose. Sem esse contato pessoal, ele se recusava a comparecer ao Centro de Eventos, onde as filas eram quilométricas. Afirmava: "Tinha que ser fácil, só chegar e aplicar".

No dia 13 de dezembro de 2021, registramos em diário de campo: "Agora o cartão de vacina parece estar valendo melhor, pelo menos momentaneamente. Principalmente por causa dos estabelecimentos privados (ver decreto), porque antes não servia de nada, ninguém pedia". Ainda assim, essa exigência não durou muito. Em nova anotação, no dia 3 de fevereiro de 2022, concluímos: "Apesar das placas nos estabelecimentos para manter uma legalidade aparente para a fiscalização, a maioria não cobra mais o cartão. Os que aporrinham os clientes todo santo dia vão é perdê-los. Não funcionou".

Essas observações de campo indicam como as normas sanitárias e as políticas públicas, mesmo quando guiadas por boas intenções, colidem com a complexidade da vida cotidiana. No limite, mostram que modos de existência, estéticas corporais, moralidades pessoais e ritmos singulares precisam ser considerados para compreender por que determinadas pessoas se vacinam, usam máscaras, evitam aglomerações, ou simplesmente não fazem nenhuma dessas coisas. Ao interpretar a pandemia a partir desses microtempos e microdecisões, evitamos julgamentos simplistas e abrimos espaço para uma escuta mais atenta às vidas concretas nos territórios periféricos.

Por isso, os registros dos diários de campo e os relatos de nossos interlocutores ensinam que nem tudo é simples e que, na auto-organização da vida dos seres, as coisas frequentemente dão errado. A auto-organização, embora relacionada à busca pela felicidade e com o ímpeto de realizar as intenções e necessidades dos indivíduos, também implica o encontro com a infelicidade, com o acaso e com o extraordinário da crise. Desenvolver-se

significa atravessar as incertezas das sequências da natureza das quais fazemos parte.

Sempre haverá algo que fazemos sem querer, momentos em que percebemos que não é divertido, nem gratificante. Como já dizia Freud (1976), em "O mal-estar na civilização", o ser humano não possui meios definitivos para escapar da experiência da infelicidade, por mais que se esforce. Ele chega, inclusive, a propor as chamadas "técnicas de vida" — formas de lidar com essa inevitabilidade e, entre elas, é do sacrifício que emerge o valor da vida, pois sabemos que viver não é fácil. A natureza não é fácil — como nas tantas vezes em que tentamos cuidar de uma planta e a deixamos morrer. A vida é, ao mesmo tempo, conservação e mudança, e ambas são dolorosas. Não é possível ignorar a dor.

Não há crescimento sem dificuldade. Por isso, na natureza, a dificuldade não existe como manifestação do mal — assim como o crescimento, por si só, não representa um bem. Tudo é parte de um processo que só ganha dimensão moral porque nós, enquanto animais morais, a ele atribuímos valores. A realidade é serial e contingente, mas preferimos interpretá-la de forma sintética e teleológica, como uma promessa (seja de paraíso, seja de comunismo), em que os sofrimentos cessam. Para isso, recorremos ao maniqueísmo: um esquema em que o bem deve vencer o mal.

Nesse sentido, a rotina, em qualquer época da civilização, carrega a necessidade da sublimação, do escape, como lembra o próprio Freud. A auto-organização também está implicada nisso. Afinal, como ele aponta, não é possível enfrentar a realidade o tempo inteiro — essa realidade da qual não se pode fugir, que somos nós mesmos — sem algum mecanismo de fuga, que se origina em nossas adaptações. O escape, portanto, desempenha uma função fundamental no aperfeiçoamento do autocontrole necessário ao processo civilizador e na organização de nossa existência.

Não por acaso, ouvi muitas histórias, em conversas informais durante a pandemia, sobre como as pessoas se entregaram a novas compulsões ligadas à busca por alguma forma de sublimação ou felicidade. Essa busca está sempre relacionada aos modos de auto-organização dos seres. Alguns passaram a comer mais ou de forma compulsiva, outros aumentaram o consumo de cigarro, e houve também quem decidisse fazer tatuagens, em parte para extravasar a autocontenção exigida pelo isolamento, mas também como um cálculo sentipensante: "e se eu morrer agora sem fazer as coisas de que tenho vontade?".

Reações para lidar com o fato de que a realidade é imprevisível. Ela não é feita apenas de escolhas e condições, mas também daquilo que não pode ser calculado: das

incertezas que acontecem, dos fluxos da natureza que chegam e mudam todos os nossos planos; de acasos que interafetam e que também nos levam a tentar nos preparar para esses mesmos acasos, num ciclo de retroalimentação infinita — como é o devir das interafetações mútuas na malha da vida.

Essa imprevisibilidade decorre do fato de que a realidade está sempre imersa em um processo de afetações recíprocas entre múltiplos elementos que, ao se influenciarem mutuamente, também afetam a mesma realidade. Retomando o exemplo proposto no subcapítulo 1.1, conforme demonstrado em nosso estudo sobre os motociclistas (BARBOSA, 2020), um actante, em sua relação sociotécnica com a motocicleta, pode desviar de outro motociclista e, ainda assim, acabar caindo em um buraco. Nesse caso, tanto a escolha do piloto quanto a presença do buraco na via são resultados contingentes e estocásticos, derivados das possibilidades e consequências produzidas pelas sequências individuais e ambientais envolvidas. Esse exemplo evidencia como um actante que age com a intenção de fazer o bem pode, inadvertidamente, gerar um mal, nesse caso, para si mesmo. Trata-se, portanto, de uma realidade onde o bem e o mal estão presentes de forma relativa, contextual e situada.

Apesar disso, a maioria dos nossos interlocutores respondeu que é possível, sim, viver sem fazer mal a ninguém, como se esse fosse o dom de uma vida bem vivida e temente a Deus. No entanto, a verdade é que não temos controle sobre o real, por mais poderosa que seja a ilusão de controle. Muitos dos que afirmam ser possível não fazer o mal podem, logo em seguida, causar dano a alguém, ainda que de forma inconsciente e sem perceber. Por isso, embora a consciência e o esforço de evitar o mal sejam moralmente admiráveis, nossos atos estão sempre inseridos na grande dança com o ambiente, uma dança na qual não há determinismos.

A realidade observada, bem como os discursos escutados, nos conduzem a uma conclusão já antecipada por Goffman (2011, p. 248): toda participação dos seres em “atos consequentes” traz consigo o risco e a resolução simultaneamente, “no mesmo momento aquecido da experiência; os eventos da ação inundam o agora momentâneo com suas implicações para a vida que se segue”. Ou seja, o fato de o espaço-tempo nunca retroceder nem interromper sua deriva faz com que as sequências de vida dos seres também nunca possam voltar atrás. O que já aconteceu, já aconteceu, independentemente de ter sido bom ou ruim. Daí a importância da recursividade na simulação e na produção da existência.

Dessa forma, teorizamos que os resultados incertos dos sofrimentos ou afetações, sejam eles bons ou ruins, funcionam como alavancas que impulsionam a lógica da auto-organização no cotidiano e na trajetória de vida de um actante. Assim, as diversas formas de auto-organização motivadas pelo medo da morte podem levar tanto a mudanças positivas quanto negativas, como ocorreu durante a pandemia de covid-19. Os modos de viver e morrer — ou, em outras palavras, os modos de existência — é que definem, em cada contexto, o que é considerado certo ou errado. São esses modos de existência que produzem comportamentos e interferências na malha, os quais, sob a ótica de uma comunidade, podem ser classificados como positivos ou negativos. O próprio medo da morte, por exemplo, não é bom nem ruim em si — é contingente.

Concluímos, portanto, que a auto-organização não é boa nem ruim por natureza. Seus produtos, contudo, podem ser considerados benéficos ou prejudiciais para a sociedade, dependendo dos contextos e dos efeitos que produzem. Há uma autoatribuição moral nas práticas e estéticas do autocuidado, geralmente orientadas pelo princípio da beneficência. Ainda assim, não podemos ter certeza absoluta de que um benefício não possa, em outra escala ou momento, se transformar em malefício. Por mais que se tente, por meio da memória recursiva da auto-organização, apostar nos efeitos positivos de uma prática, a perspectiva das múltiplas e mútuas interafetações na malha socioambiental nos lembra que não temos domínio sobre a totalidade do número fatorial de probabilidades em que essa prática pode se tornar boa ou ruim. Afinal, em resumo, bem e mal são noções relativas, referenciadas tanto ao ser quanto às condições e contextos do ambiente em que ele se insere.

A auto-organização dos seres, por conseguinte, se relaciona com o cuidado de sua própria existência no sentido de torná-la melhor. Isso não apenas se expressa na produção de rotinas que buscam contornar os desagrados do devir, mas também na tentativa de tornar os ventos das circunstâncias mais favoráveis. Por isso, essa dinâmica lógica de auto-organização dos seres em relação à morte é a melhor aproximação que podemos construir para entender o trabalho do sujeito sobre si mesmo, tal como teorizado por Foucault (2006), em “A hermenêutica do sujeito”. Um processo contínuo de formação, que envolve atenção, ascese e reflexão — no qual o sujeito se constitui ativamente, em vez de apenas se submeter. Afinal, como afirma Goffman (2011, p. 167): “Sempre é preciso exercer algum cuidado. Tomar cuidado é uma condição constante do ser”.

Nesse autocuidado, equivalente, portanto, aos resultados da dinâmica ontológica

que estamos chamando de auto-organização dos seres, inevitavelmente se formam cicatrizes e marcas (CLASTRES, 2003). Passar por situações difíceis leva as pessoas a reconhecerem tanto suas potencialidades quanto suas fragilidades, além de fortalecerem a confiança em si mesmas. As infelicidades, os acasos e as cicatrizes da auto-organização permanecem inscritas nessa mesma auto-organização que prossegue[142]. Nesse sentido, certas condutas percebidas como "mal-executadas", "desatentas" ou como acasos "infelizes" servem como parâmetros para o que se deve ou não fazer no futuro, pois "a lei escrita sobre o corpo é uma lembrança inesquecível" (ib., p. 204).

Entretanto, o "cuidado de si" que Foucault (1985) sistematiza no terceiro volume da série "História da Sexualidade" não consiste em uma ética de isolamento do sujeito em relação ao mundo, mas em um processo de retorno a si, para então agir novamente sobre o mundo. Ou seja, o processo que aqui chamamos de auto-organização não ocorre apenas de acordo com os desejos e vontades do sujeito, já que este, em Foucault, é radicalmente histórico. Para nós, isso significa reconhecer que o sujeito está ecologicamente implicado na história da malha socioambiental da natureza e no grande curso do universo.

A auto-organização da rotina, portanto, estimula a reflexão sobre a produção de si, sobre regras pessoais, subjetividade e estilo de vida, mas também se ocupa das formas pelas quais nos organizamos em relação às coisas e seres com os quais estamos historicamente implicados. Essa produção não acontece apenas sobre nós mesmos, nem se desenvolve unicamente a partir de desejos ou vontades plenamente individuais. Trata-se de uma adaptação construída na dinâmica moral das sociabilidades e das circunstâncias socioambientais cotidianas.

Por isso, o benefício visado na auto-organização nem sempre é voltado ao indivíduo que a realiza. Em muitos casos, trata-se de um bem comum, como observamos em diversas trajetórias de vida acompanhadas na Comunidade São Francisco, onde as pessoas se sacrificavam cotidianamente pelo bem de seus filhos, parentes idosos ou entes queridos.

Em meio à interafetação constante no fluxo da malha socioambiental, o cuidado de si de um ser é, inevitavelmente, uma alavanca para o cuidado coletivo da própria malha. Seja por meio do cuidado com outro ser, como um familiar cujas interações cotidianas impactam diretamente na nossa própria organização, seja pelo cuidado com o ambiente, do

142 Talvez por isso possamos afirmar que o prazer do "fazer viver", presente no autocuidado, é psicologicamente inverso de forma proporcional ao quanto de "fazer morrer" nos é imposto pela necropolítica que interafeta nossas vidas diariamente, isto é, à medida que somos oprimidos por uma sociedade que nos constitui como máquinas diante da natureza.

qual todos os seres dependem. A lógica da auto-organização afeta a conduta de tal forma que o actante passa a calcular não apenas qual será a ação provável dos outros e seus efeitos sobre si, mas também qual ação conjunta é mais provável de ocorrer. Ao mesmo tempo, suas decisões passam a ser implicações para as interafetações ambientais, para a sociabilidade e para as experiências existenciais que moldam o entendimento do que é eficaz, ético e possível.

Além disso, devido às percepções morais construídas por meio da interafetação mútua e compartilhada sob uma mesma contingência, os antropólogos já observaram como certos gestos cotidianos expressam o cuidado de si enquanto respeito por si e pelo outro. O perfume do xampu ou da colônia, por exemplo, manifesta uma atenção ao próprio corpo que, simultaneamente, comunica consideração com a presença alheia. Da mesma forma, saudações como “bom dia” ou “boa noite” são muito mais do que o significado de suas palavras, funcionam como códigos de reconhecimento e respeito: verdadeiros pedágios simbólicos para permanecer ou adentrar determinados espaços. Essa coesão moral, mediada por formas simbólicas de interação, tem se enfraquecido na maioria dos espaços públicos das cidades, em contraste com comunidades pobres das periferias, onde ainda se espera que tais gestos sejam regra — como observado, por exemplo, nos cumprimentos cotidianos de Dona Cláudia.

Nesses contextos, o vizinho que não varre sua calçada, ou mesmo o meio da rua, é percebido como alguém descuidado, que não respeita a coletividade. E quanto mais pobre for a família, mais difícil se torna cumprir com esses códigos — não por falta de moral, mas pelas limitações de tempo e recursos disponíveis para cuidar da casa, manter a aparência e dar conta das tarefas diárias do autocuidado coletivo. Essa constatação etnográfica evidencia como esse próprio autocuidado está atravessado por desigualdades nas suas condições e possibilidades.

De todo modo, destacamos que, se a lógica subjacente à seleção natural é a sobrevivência do mais apto diante das pressões ambientais, na prática, isso significa que a sobrevivência depende tanto de si quanto dos outros. Uma ratificação que já havia sido feita por Piotr Kropotkin (2008), em 1902, ao observar, em suas expedições pelas planícies gélidas da Sibéria, que a luta pela vida se dava menos entre indivíduos da mesma espécie do que contra as circunstâncias adversas da natureza. Ao romper com leituras neodarwinistas baseadas na ideia de que os mais fortes são os que sobrevivem, quando, na verdade, Darwin fala dos mais adaptados, Kropotkin afirmou que a competição não favorece a prosperidade das espécies nem a seleção natural. Para ele, a evolução é justamente um processo que busca

evitar a competição, privilegiando a cooperação e a preservação da vida. Afinal, nenhum de nós existiria sem ter sido cuidado por alguém, sem a "ajuda mútua" de nossas mães e pais, ou de outras figuras de cuidado que garantiram, desde o início, a nossa permanência no mundo.

Inclusive, durante a pandemia da covid-19, observamos que, se não fosse pelo confinamento voluntário quando as pessoas suspeitavam da doença e, por todo o cuidado e atenção mobilizados pela sociedade civil em suas bolhas de convívio, as medidas governamentais, por si só, não teriam sido suficientes. Conforme demonstramos ao longo desta tese, as formas lógicas que orientam as ações dos indivíduos em sociedade não são mutuamente excludentes. Durante o confinamento, nossa rotina sentiu o peso das determinações institucionais, a força do poder simbólico e das normas estatais, mas, ainda assim, uma grande parte da experiência cotidiana seguiu sendo produzida de forma auto-organizada, em interdependência com a realidade socioambiental. Diante das alavancas de outras formas lógicas não autóctones (como decretos, transmissões jornalísticas e comunicações em redes sociais), criamos respostas práticas a partir de nossa própria experiência, mobilizando a astúcia para decidir como agir no mundo.

Nesse sentido, acreditamos que prevaleceu, em boa parte da população, um autocuidado que contribuiu significativamente para a redução das taxas de contaminação e mortalidade, com destaque para hábitos como o isolamento voluntário e o uso da máscara de pano — esta última sendo a alternativa mais viável e adequada à realidade da maioria. E, a lição que permaneceu foi que, por mais que cada pessoa trace, ainda que de forma limitada, seus próprios caminhos por meio de escolhas individuais, suas histórias nunca são tecidas isoladamente. Cada ser que compõe a malha socioambiental participa dessa trama e interafeta a narrativa de vida do outro.

Assim, antes da constituição de uma vontade livre e autônoma, capaz de estabelecer acordos com outras vontades igualmente livres, nos descobrimos dependentes de outras pessoas e, sobretudo, responsáveis pelas necessidades alheias. Em nossos termos, somos responsáveis pelas consequências e possibilidades que nossas interafetações produzem recursivamente na realidade e no ambiente que compartilhamos, enquanto expressões da auto-organização.

Em resumo, diante da complexidade das interafetações mútuas, não podemos afirmar que uma ação seja resultado de uma vontade puramente livre e individual, tampouco de uma mera "disposição", como sustentam os estruturalistas. A auto-organização, tal como a

concebemos, se distingue do processo de assimilação ou introjeção estrutural, ao mesmo tempo, em que também não pode ser reduzida à ideia de espontaneidade pura, no outro extremo. Ela é um processo de adaptação criativa, sensível às condições e exigências do cotidiano, situado na malha dinâmica da existência partilhada.

Para nós, os seres não são determinados nem por suas intenções individuais, nem por suas condições materiais coletivas. Não agem, prioritariamente ou em "última instância", nem apenas por impulsos do estômago, como afirmam alguns materialistas, tampouco se orientam unicamente pelos valores ou pela mente, como sugerem os idealistas. Ao lado das necessidades materiais e econômicas, atuam também os desejos, as intuições, as moralidades, os sonhos e as possibilidades subjetivas.

É justamente essa união entre intenções e condições, entre seres e a natureza, que consideramos central na lógica da auto-organização: nela, a atenção de um ser não expressa uma iniciativa soberana de uma vontade isolada, mas uma atividade simultaneamente receptiva, que é também uma forma de reatividade possível, situada dentro de uma contingência socioambiental.

Propomos, portanto, a auto-organização como aquilo que diferencia o animado do inanimado, embora essa linha divisória seja, na realidade, extremamente tênue. Actantes e ambiente formam um só devir de vida, se alargarmos a complexidade da nossa percepção. Afinal, não seria o ser apenas uma maneira do ambiente conhecer a si mesmo? Toda sequência — seja ela auto-organizada ou não, viva ou não — constitui dinâmicas que são, simultaneamente, produto e processo produtivo. Pois, ao fazer parte da natureza e do ambiente, dialeticamente, a auto-organização dos seres está dentro de condições que também produz.

Inclusive, quando se pergunta se um vírus como o da covid-19 é uma forma de vida, esse debate só pode ser argumentado afirmativamente a partir do que teorizamos aqui. Respondemos, sim, com base em sua recursividade e em seu cuidado de si, integrados às contingências históricas e ambientais, pois o vírus se auto-organiza diante das suas intenções de contaminação e das condições ambientais para isso.

Assim como outras existências seriais, o SARS-CoV-2 também apresenta seu cuidado de si em relação ao ambiente, ajustando seus ritmos e dinâmicas físicas e simbólicas. Também é mudando sua rotina viral que ele muda a si mesmo. Conforme demonstram os estudos científicos acerca disso (MANICA *et al*., 2022) e os trechos de nossos diários de

campo, a doença provocada por esse vírus foi se tornando mais “leve”. Seu tempo de incubação, isto é, o intervalo entre a exposição e o aparecimento dos sintomas, foi diminuindo, pois o vírus foi se tornado mais adaptável geneticamente a nós. Os sintomas passaram a surgir mais rapidamente e de maneira mais branda, cada vez mais semelhantes aos da gripe comum.

Portanto, ao contrário da velha ideia de que a evolução segue a lógica da competição, da “lei do mais forte” ou de outras concepções utilitaristas que refletem o espírito de suas épocas, o caso do SARS-CoV-2 evidencia uma cooperação ecossistêmica: uma dinâmica que se mostra vantajosa tanto para o vírus, que passa a se reproduzir com mais facilidade, quanto para nós, seus hospedeiros, que enfrentamos infecções menos severas. Assim, não se trata de uma regra rígida, mas do reconhecimento de que a evolução sempre se moveu conforme as contingências da autoprodução em relação ao outro e ao bem-estar do próprio ser. Do cuidado genético ao cuidado com a vida ao seu redor, cada ser desenvolve estéticas e práticas em função de um cuidado que é, essencialmente, socioambiental.

O argumento contrário à ideia de que os vírus são seres vivos geralmente se baseia na afirmação de que, diferentemente das bactérias, eles só estariam vivos quando inseridos em um hospedeiro. No entanto, para nós, essa objeção torna-se inválida, pois depender dos outros não é, também, uma característica essencial da vida dentro da malha de interafetações mútuas? Por que essa dependência descaracterizaria o que é vivo, se seres vivos e natureza são apenas diferentes percepções de uma mesma complexidade viva que compõe o grande devir cósmico? Como duvidar da vida de um vírus que, ao agir e nos afetar, provoca reflexões sobre o quanto dependemos de outras vidas para permanecermos vivos?

Em um de nossos registros de campo, refletimos:

> Nesse dia frio de Fortal, da janela do meu quarto, vejo um casal de pombos que se namoram catando pulgas um das penas do outro. Olho para baixo e passo a atenção ao focinho gelado e ao calor térmico da minha cachorra, que descansa sua cabeça no meu colo. Lá fora, chegam-me as risadas incansáveis de uma criança que brinca com sua avó no vizinho de baixo. Tudo me lembra que somente estamos vivos porque outros vivem e porque a natureza vive. (Diário de campo – 11 de junho de 2023)

Toda existência se inscreve na temporalidade da história e é dependente dela. O fenômeno do ser ecoa pelo tecido socioambiental de forma muitas vezes conflituosa, gerando impactos nas sequências subsequentes, como na teoria do caos (LORENZ, 1993), em que o bater de asas de uma borboleta pode, eventualmente, provocar um furacão do outro lado do mundo. Nesse sentido, a percepção de dependência é apenas fruto da imposição de que as

sequências de vida se interafetam mutuamente, funcionando como alavancas umas para as outras, em seus mais íntimos detalhes. Uma interafetação que não ocorre somente entre os organismos, mas na qual o próprio ambiente se adapta recursivamente como sequência, sendo também alavanca para os seres que nele estão contingenciados.

Como conclusão, podemos afirmar que a dinâmica da auto-organização é a marca mais distintiva da realidade da matéria, pois viver e morrer significam movimento, mas isso não significa qualquer movimento e, sim, um recursivo, adaptativo, contingente e não determinístico. Essa é uma das reflexões provocadas por uma pandemia, ao nos fazer jogar com a vida e com a morte diante de uma única gotícula contaminada em uma corrente de ar. Algo assustador, mas também que pode ser desembaraçador.

Não precisamos pensar a morte sob a lógica da racionalidade colonial-moderna, que a separa do curso natural e da própria natureza. A auto-organização observada nas experiências de pesquisa, nesse sentido, pode nos levar a compreender uma lógica em que a morte é pensada como parte integrante das sequências que somos.

Enquanto a morte é entendida com negação e se torna uma obsessão: pensamos constantemente que um dia iremos morrer. Paradoxalmente, enquanto vivemos, não pensamos que também estamos morrendo. Afinal, a morte começa desde que a vida se inicia — e nem percebemos. Inclusive, nem nos passa pela cabeça que o próprio ato vital de respirar é, ao mesmo tempo, um ato de oxidação corrosiva de nossos corpos em direção à finitude.

Assim como vivemos sem pensar, a todo momento, que estamos vivos — simplesmente existimos, caminhamos, respiramos —, poderíamos conceber a morte como um fluxo complementar e contínuo dessa experiência.

Carl Sagan, em “Bilhões e bilhões: reflexões sobre vida e morte na virada do milênio” (2008, p. 224), seu último livro, publicado postumamente, propõe uma forma serena e desprovida de consolos religiosos para encarar a morte. Para ele, sendo a morte um “interminável sono sem sonhos” e a possibilidade de um além-vida apenas uma fábula, a contingência real da morte é uma “motivação extra para continuar vivo”. Assim, a morte deve ser compreendida como parte da natureza e inseparável do grande curso do cosmos. Justamente por não acreditar em vida após a morte, Sagan argumenta que a consciência de nossa mortalidade deveria nos inspirar a valorizar profundamente o momento presente e a vida como um fenômeno raro e precioso.

Já Georg Simmel (2019) oferece outra chave de leitura para a morte, mas em

sintonia com o caminho sugerido por Sagan. Ele mobiliza a imagem estética do inacabado de uma ruína — aquelas estruturas de civilizações antigas encontradas em escavações arqueológicas, transformando essa arquitetura em metáfora da existência humana, em uma percepção que funde novamente natureza e espírito. Pois, em uma ruína, com o tempo, pouco a pouco, a natureza retoma seu controle negado: aquilo que foi erguido com um propósito vai sendo corroído pela entropia das interafetações (pela ação da chuva, do vento, das plantas, da gravidade, etc.). A ruína torna-se, assim, uma figura ambígua como é a existência serial: nela ainda se percebe o espírito (a intenção) da construção original, mas já integrada pelas forças impessoais da natureza. Essa ambiguidade revela que a existência do ser é também ruína em devir, simultaneamente obra humana e da natureza.

Por isso, preferimos uma lida com a morte mais próxima dessas perspectivas que reconhecem, no fluxo do devir da realidade, que tanto intenções quanto as condições mudam, assim como as consequências e as possibilidades a elas relacionadas. Daí emerge a percepção da importância evolutiva da recursividade e da adaptação, o que chamamos de auto-organização dos seres. A auto-organização, nesse sentido, é constante, assim como é inexorável a variância do devir no grande curso do espaço-tempo. Ela é coerente com o fato de que tudo muda, tudo passa e nada é eterno. Como lembrou Sagan[143], aprendendo com o universo: “As supernovas são um lembrete triste de que nada dura para sempre. De que até as estrelas morrem”.

A morte é mais uma consequência dessa deriva espaçotemporal que não pode ser desfeita, pois, no fluxo, não se pode voltar atrás. É preciso adaptar-se à ideia, por exemplo, de que não veremos mais aquela pessoa falecida. Porém, sabemos que aceitar esse fato e não poder mudá-lo dói mais do que as consequências práticas da ausência dessa pessoa no arranjo cotidiano.

Amamos as pessoas e, é claro, queremos lhes dar mais tempo de vida, prolongando o nosso encontro até partirmos juntos, pois viver é estar em companhia, é partilhar o tempo e o espaço. Nesse sentido, escolher amar alguém no ínterim de nossas vidas é atribuir significado a isso mais do que a qualquer outra riqueza. No entanto, o mais apavorante na morte é que tudo o que a define é justamente a ausência de probabilidade: ela é a negação da possibilidade futura, o fim da dialética sequencial da malha de interafetações. A morte representa o término, inclusive, do tempo e do espaço. Ela não é uma probabilidade, mas a ausência definitiva dela.

143 Série “Cosmos”, episódio “A vida das estrelas”, 1980.

Mesmo aqueles que lidam bem com mudanças, muitas vezes se apavoram diante da morte, porque ela representa o fim das mudanças: a única eternidade possível para a matéria.

Aliás, uma eternidade em que não há a necessidade de pensar no amanhã é um tédio absoluto, onde nada tem valor, pois não há fim, nem tempo de vida a se perder. De onde tiraríamos, então, a importância das coisas? Afinal, qualquer coisa repetida ao infinito perde o sentido de benefício ou malefício. A eternidade, portanto, só pode ser "morta" e desinteressante na ausência de contingência, de sequência e de fluxo.

Por isso, se pensarmos nossa existência à luz da dialética serial, como uma sequência de auto-organizações que se reconfiguram continuamente em relação à morte ao longo dos nossos anos de vida, compreenderemos que as novas formas de existir não eliminam as anteriores por meio de uma síntese. Tampouco extinguem os antigos "eus" e corpos, ou transcendem as sequências da natureza das quais fizemos parte, sob o risco de que, se o fizessem, nos destruiríamos por completo. As auto-organizações anteriores passam a existir no passado das sequências, ainda nos deformando por meio das consequências e possibilidades que deixaram para o presente, e pelas projeções de efeitos no futuro. Nessa fagocitose de sequências, como na própria realidade, novos comportamentos não matam nem adormecem completamente os antigos. No contexto da pandemia de covid-19, observamos isso acontecer incessantemente na análise do cotidiano e das trajetórias de vida, quando mudanças abruptas precisaram conviver com traços anteriores do ordinário.

O medo da morte atravessa o modo como lidamos com o passado, o presente e o futuro, afetando diretamente a organização de nossas sequências. Diante da morte, o ser não é apenas impactado pela certeza da finitude futura, que se realizará impreterivelmente e que molda seus sonhos e sua busca por felicidade, mas também pela consciência da própria finitude presente, constantemente lembrada pelo "fazer morrer" da necropolítica e pela decadência biológica natural. Soma-se a isso a finitude do passado, evocada em suas próprias cicatrizes, ou por meio da cultura/tradição, do luto ou da memória, construídas pelas finitudes de seus antepassados.

A morte, portanto, impulsiona práticas de cuidado, proteção e atribuição de sentido: seja na aprendizagem cultural com as mortes passadas; seja na urgência do presente em preservar a vida; seja na necessidade de ressignificar perdas, como evidenciado nos lutos; ou ainda no impulso de sonhar com uma felicidade que, por instantes, nos faça esquecer a

morte futura.

Essa dinâmica retroalimenta, em certa medida, uma episteme em que o cotidiano e as sequências de vida tornam-se equivalentes, à luz da teoria einsteiniana do grande curso do universo, que compreende o espaço e o tempo como dimensões entrelaçadas. A partir dessa perspectiva, passado, presente e futuro deixam de ser compartimentos estanques e passam a ser compreendidos como instâncias que se influenciam mutuamente, formando o que chamamos de três vértices dialéticos que perfazem os "aromas do tempo[144]" (HAN, 2016).

A compreensão do cotidiano e da trajetória como sequência, em sintonia com a noção de grande curso, nos permite reconhecer o entrelaçamento indissociável entre tempo e experiência, onde a força da contingência se revela com maior intensidade. Sonhos, por exemplo, não pertencem apenas ao futuro: são cunhados e atravessados simultaneamente pelas memórias do passado e pelos afetos do presente. Ao mesmo tempo, nossa percepção do passado é continuamente reconfigurada à luz do agora e das projeções que lançamos sobre o futuro. Do mesmo modo, o presente é moldado tanto pelas marcas deixadas por experiências anteriores quanto pelas expectativas e imaginações do que ainda está por vir.

Nesse cenário dinâmico, o real se constitui como uma malha em constante movimento: as interafetações que compõem a vida, mudam a cada instante. Isso nos remete à noção do experimento de Schrödinger[145] expandida à vida cotidiana: não sabemos o que vai acontecer até que aconteça. Todas as consequências e possibilidades da sequência de um ser, em um momento específico da malha, permanecem em estado de superposição até que a dinâmica entre o acaso e a auto-organização desse ser revele, no devir, o caminho que foi seguido.

Nossa epistemologia e teoria sobre a auto-organização, portanto, contrapõem-se à noção de destino e de acaso puro, por se assentarem numa percepção mais pragmática da realidade, que sustenta uma ontologia relacional, na qual os seres se constituem e se transformam nas tramas que tecem com o mundo. Ao mostrar como nossos interlocutores se adaptaram, ao longo de suas histórias de vida, às interafetações de suas contingências — especialmente durante o período da pandemia de covid-19 —, desafiamos tanto o determinismo do destino (em que não há acasos, apenas conjunções intencionais) quanto o determinismo do acaso (em que não há necessidades nem intenções, apenas aleatoriedades).

144 O "aroma do tempo" é uma metáfora para uma relação mais contemplativa, integrativa e qualitativa com o espaço-tempo, algo que, segundo Byung-Chul Han, está desaparecendo.

145 Cf. Disponível em: https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/o-gato-de-schrodinger/. Acesso em: 16 mai. 2025.

É nesse contexto que nossa epistemologia da realidade, que concebe os seres como sequências de devir integradas à natureza, permite compreender que, na interafetação mútua das sequências socioambientais (que chamamos de malha), a necessidade de alguém pode muito bem ser o acaso de outrem. Como no caso de alguém que, ao realizar a necessidade de comer uma banana, joga a casca no chão e, sem intenção, provoca o tropeço de outra pessoa, que passa por acaso. Há, nessas situações, não apenas os processos de auto-organização das necessidades de ambos os actantes humanos (comer e transitar), mas também a atualização dos acasos da malha do ambiente e da contingência. Trata-se, portanto, de uma realidade em que os seres, ao buscar satisfazer suas necessidades, também produzem acasos, e, por eles, são afetados.

Essa é a base de nossa articulação entre a epistemologia ecológica e a teorização da auto-organização, tendo a morte como eixo de reflexão. Como afirma William Asmar (1991, p. 30), no livro “Por que o homem destrói o meio ambiente: o instinto de morte e a entropia”: “O homem necessariamente morrerá. Um acidente casual, entretanto, pode precipitar, neste momento, sua morte, que necessariamente se daria em outro momento”. Nesse intervalo entre a necessidade inevitável da morte e o acaso que a antecipa, os seres são impelidos a auto-organizar suas sequências de vida, suas estratégias de existência e suas percepções morais sobre o mundo.

Foi o medo da morte, vital e inescapável, que impulsionou o *Homo sapiens* a erguer uma episteme de separação entre si e a natureza. Negando a morte, negou também a natureza — projetando essa recusa na cultura, na sociedade e na ideologia. Assim, ao tentar transcender sua finitude, o ser humano passou a destruir a natureza, como se dominá-la fosse controlar a morte.

A auto-organização dos seres é, portanto, o processo pelo qual, a partir das consequências e possibilidades de sua contingência espaçotemporal anterior, um ser se adapta às interafetações da malha socioambiental do ambiente da natureza, atualizando, sua própria sequência diante da meta final da morte. A cada novo momento, essas atualizações reconfiguram não apenas o próprio ser, mas também as condições de existência dos demais e da própria malha da natureza, que seguirão se interafetando mutuamente, em um processo contínuo, recursivo e sem garantias. É dessa forma que os seres constroem cuidados, encontram e superam dificuldades e sonham novos horizontes. Um processo que não é determinado por um único elemento ou alavanca nas sequências, mas que obedece

unicamente à lógica da recursividade. Isso corrobora nossa perspectiva de que ser e ambiente não estão dissociados: fazem parte do mesmo grande devir do universo.

# 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao fim desta pesquisa, buscamos ter contribuído para uma percepção mais complexa e ecológica das relações imbricadas entre sociedade e natureza, por meio da atualização e do mapeamento da história socioambiental da Comunidade São Francisco e de alguns dos seus moradores, situados no ecossistema da várzea da Bacia Hidrográfica do Rio Maranguapinho, na zona oeste de Fortaleza. Esperamos ter mostrado o que é esse objeto do cotidiano vulnerável como história socioambiental vivida, reconstituindo essa ampla sequência contextualizada de relações ecológicas entre o ambiente e os seres.

Mais do que um estudo convencional de comunidade, pretendemos ter mostrado que este trabalho operou como um estudo-modelo, utilizando as especificidades dessa abordagem para pensar além dos limites da contingência em estudo, alcançando uma perspectiva mais ampla — inclusive sobre a própria categoria de cotidiano de vida. Aqui, essa categoria foi tratada não somente em relação à pobreza e às condições socioambientais, mas tocando também a própria vulnerabilidade existencial perante a morte. Portanto, essa é uma conclusão para o trabalho de tese, com as discussões de campo, mas também, uma conclusão que se abre para uma percepção da existência.

Com isso, colaboramos não apenas para ampliar a compreensão das múltiplas características socioambientais que afetam esse território e às trajetórias particulares de vida de seus habitantes, mas também para subsidiar uma teoria geral da adaptação, entendida como ímpeto de auto-organização. Ademais, almejamos que estas reflexões e recomendações ofereçam subsídios que possam servir de referência em futuros contextos pandêmicos, inseridos na continuidade dessa sequência histórica.

Afinal, como denuncia o próprio termo em latim, "*quotīdiānus*", que significa simultaneamente "cada dia" e "todos os dias", o cotidiano tem essa enorme potência analítica, tanto como espaço de produção, como também de adaptação da vida socioambiental. Sendo exatamente por isso que, conforme apontado por Pais (2007), os dilemas peculiares de um cotidiano específico possam facilmente tornar-se dilemas comuns a muitas partes do planeta.

Desde o início desta pesquisa, portanto, há cinco anos, mais do que estabelecer generalizações ou proposições universais, fomos objetivando construir uma configuração científica capaz de alcançar a realização dos nossos objetivos, enquanto consegue reconhecer a historicidade do próprio saber que produz. Almejamos, dessa forma, oferecer pistas que

contribuíssem para o avanço científico de nossa sociologia do cotidiano ecológica e contingente e, ao mesmo tempo, que incentivassem novos estudos de caso em outros contextos históricos ou linhas de análise.

Neste capítulo final, nesse sentido, como inspirações para a continuidade científica de novos estudos sobre os cotidianos socioambientais, apresentamos as contribuições mais específicas desta pesquisa, tanto nas dimensões metodológicas e epistemológicas quanto em termos de reflexões, críticas e sugestões elaboradas ao longo de todo o percurso de nossa investigação.

A primeira contribuição que destacamos foi a decisão de tratar nosso objeto como uma sequência contingente, recomposta por alavancas, sem pretensões de totalidade. Com isso, aproximamos nossa abordagem do próprio devir da realidade e, portanto, de sua inteligibilidade. Contudo, mais do que uma imagem metafórica, o uso prático dos conceitos de "configuração" e "alavanca" indicou um caminho possível para superar a tendência de reduzir o objeto científico a uma abstração analítica que esvai a vida.

A relevância da utilização desses conceitos emergiu, assim, em contraste com o recorte científico tradicional, ainda pautado pelo paradigma nomológico-dedutivo (HEMPEL; OPPENHEIM, 1948), tornando o trabalho com esse par conceitual de configuração e alavancas, ao longo da pesquisa, uma escolha particularmente fecunda. Em vez de um estudo redutor semelhante à dissecação de sapos, em que se mata o objeto na tentativa de dominá-lo, favorecemos uma bricolagem que permitiu abraçar a multiplicidade de fatores presentes na sequência histórica observada. Nosso intuito foi sustentar uma concepção de paradigma profundamente dissensual, em que tanto as verdades científicas quanto os métodos empregados são sempre relativos a uma contingência espaçotemporal específica que é objeto de pesquisa. Ou seja, relativos, portanto, às alavancas e à percepção do próprio cientista que recompõe essa contingência da malha socioambiental em forma de configuração.

Essa ideia de configuração, para fins de ilustração, pode ser comparada à forma como a espécie humana observa constelações no céu estrelado de uma noite escura. As inúmeras formas e desenhos que enxergamos, ligando estrelas como pontos, somente comunicam um sentido inteligível de verdade a partir de um ponto específico da Terra e, em determinado momento do movimento do planeta. Por exemplo, o Cruzeiro do Sul, visível apenas do hemisfério sul. Do mesmo modo, são as configurações científicas construídas sobre um momento do devir da realidade, sendo sempre interdependentes das condições em que são

elaboradas e do ponto de vista de quem as esboça.

Trata-se, assim, de uma substituição da lógica da redução, que esvazia os objetos de sua vitalidade, por um esforço de reunir o maior número possível de fios de movimento, em termos de complexidade. Uma busca, nesse sentido, não para desembaraçar, mas acolher o entrelaçamento que interliga cada configuração ao todo vivo em constante devir (DELEUZE; GUATTARI, 1996).

Afinal, toda ciência sobre a natureza em devir, como um produto de um ser vivo contido nessa própria sequência na qual se produz conhecimento, é sempre elaborada a partir de algo que existiu no momento em que o medimos, sendo, portanto, relativa à forma como medimos, à pessoa que mediu, ao local onde a medição ocorreu e a diversas outras questões que atestam a complexidade tanto do trabalho científico quanto do próprio conceito de "configuração". Trata-se, como falamos, de uma ciência contingente, cujas verdades também são contingentes.

Nesse sentido, sob uma perspectiva integrada com a natureza e com a vida, uma configuração científica que remonta o movimento das afetações múltiplas e mútuas de uma contingência socioambiental, não pode escapar da constatação de que o espaço-tempo se expande continuamente e a deriva da malha socioambiental nunca retrocede. Essa configuração, por isso mesmo, somente pode surgir como um esforço consciente de que o todo de uma realidade, como objeto, está sempre inalcançável, um passo à frente de qualquer teoria.

A realidade, sempre prosseguindo, faz com que nossa única opção seja configurar um "pensado concreto" a partir do real, com base em algumas pistas ou sinais (GINZBURG, 1990). Sendo impossível e, no mínimo, arrogante, supor que possamos remontar a realidade em nossas mentes, tal como ela é em movimento, como um tipo de "concreto pensado".

Ao prestar atenção nessas pistas das condições e ações dos seres, e em suas múltiplas dimensões (ambiental, econômica, social, cultural, política, entre outras), podemos compreender apenas de forma casualmente adequada o desenvolvimento de uma sequência, observando sociologicamente as suas possibilidades e consequências, a partir do movimento de adaptação que realizam.

Essa abordagem processual, aliás, faz com que os objetos da sociologia não sejam os fatos sociais, ou apenas as relações humanas, mas, de forma mais ampla, inclui as coisas, o mundo e a natureza como contingência de afetações mútuas de uma malha socioambiental em

devir. Faz com que consideremos nas ciências, objetos-contingências e não objetos-essências.

Para nós, isso tem mais sentido do que a tentativa de reproduzir essências imóveis, como aquelas inscritas nos conceitos sociológicos mais famosos do estruturalismo. Assim, como uma segunda contribuição desta pesquisa, destacamos a aplicação do conceito de "interafetação" para falar das dinâmicas do fluxo do devir da malha socioambiental. Com ele, as interações mútuas físicas e simbólicas entre seres e ambientes, que ocorrem a cada instante, passam a não mais serem reduzidas a trocas estritamente mercadológicas ou culturais, como sugerem os culturalistas, tampouco a lutas simbólicas ou de classes, como propõem os estruturalistas. Abrindo uma nova possibilidade analítica, então, esse devir é percebido como fluxo e adaptação a condições e escolhas não determinísticas, alavancadas por elementos que fazem parte do próprio processo autóctone de suas produções.

Nessa perspectiva, do mesmo modo pelo qual os indivíduos só existem em sociedade, a sociedade só existe enquanto há indivíduos. O fazer-se sociedade e o fazer-se indivíduo andam lado a lado (SIMMEL, 2006). Por isso, os conceitos de "interafetação" e "sequência" se mostraram ricos para qualificar o fato de que tanto o indivíduo quanto a sociedade só existem nos momentos de devir, de forma comungada e, na mesma contingência espaçotemporal. Nesse sentido, aliás, eles podem ser tomados como formas de crítica ao senso comum erudito, que afirma que a sociedade existe acima ou apesar dos seres.

Diante desse embricamento, sociedade e indivíduo só podem ser captados (e não capturados) em suas afetações mútuas e nas possibilidades da sequência em curso. E em sentido geral, a trajetória de um actante na malha socioambiental é impossível de ser conhecida de forma determinística e pré-constituída, isto é, com previsão absoluta, assim como não se conhece com exatidão o movimento das partículas da matéria.

Em uma trajetória de vida, tudo o que podemos acompanhar são seus desenvolvimentos, ou imaginar suas chances diante de um punhado de situações singulares oriundas de sua mesma sequência socioambiental, destacando e prescrutando as particularidades de sua história de vida, como indícios que utilizamos para construir nossa configuração científica. Por isso, a lição mais importante para essa tarefa, é que devemos ter em mente que as trajetórias de vida estão sempre sujeitas ao jogo das interafetações e às probabilidades das contingências do restante da natureza.

A sociedade, assim como nossas vidas individuais cotidianas, em vez de ser uma coisa artificial ou separada na natureza, é feita das mesmas matérias: daquelas situações

orgânicas e socioambientais que todos nós nos imaginamos fazendo, no entanto, que, às vezes, de fato fazemos e, outras vezes, não; e daquelas que ninguém se imagina realizando, mas que, inesperadamente, acontecem conosco, escapando ao nosso controle.

Reconhecer isso, que a sociedade está sujeita e circunscrita na natureza, contradiz sua imagem como superação antinatural e transcendente, construída no padrão de poder colonial-moderno (LANDER *et al.*, 2005). Aliás, faz a imagem da sociedade do controle, como objeto mecânico e determinado, corresponder apenas às expectativas colonizadoras da episteme cindida e transcendente entre os seres humanos e a natureza, inclusive na constituição da sua ciência social nomológica-dedutiva.

Pelo contrário, na percepção ecológica reintegrada desta pesquisa, rompemos os dogmas, de uma vez por todas, para afirmar que: sociedade, indivíduos e natureza funcionam todos como dialéticas seriais estocásticas. O que implica reconhecer tanto que os seres e suas sociedades não estão sendo absolutamente controlados pela natureza, quanto que, estando contidos nos desenvolvimentos dela, a natureza também não está totalmente sob os controles desses seres e sociedades.

Embora, atualmente, o neoliberalismo comercialize possibilidades de vida como se fossem produtos, e, de maneira ainda mais cruel, prometa que tais possibilidades seriam igualmente acessíveis a todos, bastando o mesmo esforço; como vimos, essas possibilidades também dependem das condições e dos acasos a que as sequências de vida dos seres estão sujeitas. Ou seja, essas possibilidades são contingentes, e não se explicam de forma determinística apenas pelo ambiente ou pela sociedade, tampouco exclusivamente pelas escolhas individuais.

Dessa forma, buscamos mostrar, ao longo deste trabalho, que as condições socioambientais e as formas cotidianas de auto-organização dos seres são justamente aquilo que, de modo mútuo e casual, alavancam e produzem a trajetória do real, inclusive a trajetória da pandemia. Sendo, igualmente, nessa adaptação cotidiana que se encontram muitas das respostas para questões que permaneceram em aberto, tanto no que diz respeito ao cotidiano da várzea da Comunidade São Francisco quanto ao contexto da pandemia de covid-19.

Assim, a partir de múltiplos e mútuos elementos da Comunidade São Francisco, construímos explicações capazes de destacar vulnerabilidades, suscitar reflexões, permitir conclusões e sugerir caminhos. Dentre esses destaques e sugestões, alguns serão apresentados e discutidos mais adiante, a partir daqui.

Com nossa tese, esperamos ter contribuído à percepção da importância de dar visibilidade aos problemas enfrentados pela população mais pobre no dia a dia, somado à necessidade de compreender que uma pandemia somente se torna verdadeiramente uma ameaça à vida, para além das ações de seu agente patológico, devido às interafetações mútuas das condições socioambientais de quando ela ocorre, e que são construídas antes que ela aconteça.

Assim, por trás da discrepância desses números de mortes nas estatísticas entre territórios da mesma cidade, na vida real desses moradores das periferias, como na Comunidade São Francisco, descobrimos alavancas "biosocioambientais" que levaram a esse cenário nas sequências de interafetações mútuas. E, dentre essas alavancas, várias podem ser agrupadas na questão da pobreza, que é tratada por nós para além do âmbito financeiro (HAUSHOFER; FEHR, 2014), como modo de vida, envolvendo coisas como: a precariedade habitacional, os empregos informais e extenuantes, os deslocamentos que consomem de duas a quatro horas diárias em ônibus lotados, a incerteza econômica e do apoio familiar, o pouco e difícil acesso a atendimento médico, saneamento básico, educação e alimentação, entre outras situações que fomentam os níveis constantes de estresse, moldando corpos e mentes de forma cumulativa e deletéria.

Tratam-se de interafetações mútuas registradas nos depoimentos dos nossos interlocutores, que incluem consequências e possibilidades para as suas trajetórias de vida, que vão desde o salário que, ao ser recebido, escoa quase integralmente no supermercado, alimentando um ciclo de insegurança e medo; até o sentimento de fracasso quando um filho pede algo e o pai ou a mãe não podem oferecer. Ou seja, envolvem a própria experiência subjetiva de "sentir-se pobre", que, como afirmado por Sapolsky (2018), aumenta a incidência de doenças cardiovasculares, psiquiátricas e, consequentemente, eleva o risco de morte, sobretudo quando um novo vírus circula e encontra essas vulnerabilidades preexistentes.

Na experiência concreta de pesquisa, notamos, por exemplo, preocupações particulares com o valor da conta de energia, como detalhes e afetações que não podem ser minorizadas no processo de se tornar vulnerável em uma pandemia. Isso, porque, se para uma família com mais renda, essa despesa não significa um estorvo, ela pesa muito para os moradores de baixa renda nas comunidades pobres. Detalhes, como esse, inclusive, são aqueles que criam dilemas cruéis, como deixar de comprar fraldas ou, de forma mais grave, outros itens básicos, como comida, para conseguir "pagar a luz"[146]. Por isso, foi fundamental e

146 Segundo dados da Enel, cerca de 4 em cada 10 famílias brasileiras estavam com contas de luz atrasadas em

eficaz a política pública de suspensão dos cortes do fornecimento de energia em casos de dívidas, durante o período pandêmico. Uma política que deve ser retomada em futuros contextos de crise.

Outrossim, com o aumento do custo de vida, o encadeamento de alavancas fez com que a miséria e a escassez se espraiassem. Para os moradores pobres da Comunidade São Francisco isso significou a atualização da sua experiência de um isolamento econômico, que os aparta do convívio da cidade, ao impedir sua presença nos espaços onde o conjunto de suas interafetações não chega e, consequentemente, onde o acesso lhes é negado. Esse isolamento econômico constrói historicamente uma cidade murada, fragmentada e particularizada, que, para os territórios das favelas, significa um isolamento social contínuo.

Por conseguinte, a questão foi justamente que, de modo geral, o isolamento econômico dificultou o distanciamento social necessário ao combate ao novo coronavírus. Já que, moradores das periferias, que dependem mais dos cuidados mútuos e da presença próxima de seus pares, não puderam simplesmente se recolher. Mesmo diante do adoecimento, da perda de emprego ou da morte de familiares, muitos precisaram prosseguir com suas rotinas, que os expuseram diariamente à contaminação e ao enfrentamento de riscos muito maiores do que aqueles vivenciados pelas classes privilegiadas.

Não nos surpreende, portanto, que as maiores taxas de morte durante a crise pandêmica foram registradas em quem utilizava o transporte público, e que as menores tenham ficado entre os que possuíam carro próprio[147]. Como nos lembra a distinção proposta por Milton Santos (1996) entre o território como abrigo e o território como recurso, em conjunturas como a da pandemia de covid-19, fica evidente que é impossível viver dignamente sem a imbricação dessas duas dimensões. De forma paradoxal, ao mesmo tempo em que as dinâmicas urbanas formam guetos e confinam os mais pobres, os moradores das favelas também podem ser considerados desterritorializados[148]: sem garantias sobre seus territórios-recurso, são obrigados a atravessar a cidade para assegurar a alimentação, a saúde e a higiene.

Diante disso, é urgente reivindicar que o poder público propicie condições para que as rotinas das pessoas aconteçam próximas às suas casas e próximas às suas famílias.

pelo menos um mês, em setembro de 2021. Cf. Disponível em: https://apublica.org/2022/09/regioes-com-maior-concentracao-de-populacao-negra-tem-menos-acesso-a-energia-eletrica/. Acesso em: 04 jun. 2025.

147 Cf. Matéria disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/mortes-por-covid-19-tem-mais-relacao-com-autonomos-donas-de-casa-e-transporte-publico.shtml. Acesso em: 11 jun. 2025.

148 Com “desterritorializados”, também incluímos o sentido de distanciamento para os moradores de periferias, das possibilidades de realização dos seus sonhos.

Precisamos de emprego por perto, de uma renda decente, de alimentação barata e acessível, aqui mesmo, no bairro. Precisamos de creches, de postos de saúde de qualidade e de boas escolas no nosso território. Não podemos continuar sendo forçados a circular longas distâncias para acessar o que é essencial, vivendo agrupados, mas distantes de tudo. Como registrado, os moradores das periferias vivem em espaços confinados, como na música "Admirável gado novo", de Zé Ramalho, pegando ônibus superlotados, dividindo espaço em supermercados populares, bancos, lotéricas e também nas suas próprias casas.

Contudo, se as vulnerabilidades cotidianas se exacerbam, não é apenas porque os moradores das periferias vivem em habitações muito pequenas, precárias e marcadas pela aglomeração de pessoas, como sugere a cortina de fumaça da densidade. Mas também, porque são justamente esses moradores periféricos que precisam continuar circulando na sua adaptação do cotidiano, trabalhando, utilizando o transporte público e buscando atendimento no sistema público de saúde.

Por exemplo, novos estudos da sociologia ecológica sobre o cotidiano, realizados em outras contingências e diante de outros contextos epidêmicos, já podem partir de uma situação que também se confirmou em nosso estudo, de que não são propriamente em certos adensamentos populares, nos bairros e favelas, nas casas das pessoas comuns ou em seus contatos próximos, onde se concentram os maiores riscos de contaminação em uma pandemia, mas sim, nos lugares de maior circulação, e nos contatos mais esporádicos e mais distantes, que devem ser os focos das políticas de contenção.

Olhando pela perspectiva da contingência histórica do novo coronavírus, por meio de um agrupamento ampliado de elementos, a densidade demográfica foi apenas um dos fatores, e não o determinante, da propagação do vírus. Como já apontou Raquel Rolnik (2020), em contraposição às leituras simplificadas dos territórios, na cidade de São Paulo foram as proximidades dos shopping centers e das estações de transporte, e não propriamente os adensamentos habitacionais, que concentraram o maior número de internações por síndromes respiratórias agudas graves relacionadas à covid-19.

Do ponto de vista científico, como já apontamos, faz muito mais sentido compreender que os locais mais contaminantes são aqueles onde há maior circulação e transitividade de pessoas desconhecidas, e não aqueles onde há concentração familiar, como as residências particulares. Essa percepção é uma lição corroborada por nossa pesquisa, que é fundamental para contrapor a linha malthusiana que historicamente orientou a configuração

urbana desde as grandes epidemias do passado, pela ideia de que os lugares da pobreza são os lugares da doença, promovendo políticas de remoção de favelas e cortiços, como analisam Zaluar e Alvito (2006) e Chalhoub (1996).

Assim, além da densidade, comumente colocada como a questão central dos surtos epidêmicos, levantamos alavancas atravessadas por múltiplas dimensões, percebidas metodologicamente a partir da revisão bibliográfica sobre o tema, da experiência vivida pelo pesquisador e, daquela experiência relatada pelos moradores, registrada em diários de campo e nas entrevistas para registro das histórias de vida. Com isso, esperamos ter cumprido nosso objetivo de reconstituir de forma mais complexa a história da Comunidade São Francisco no ecossistema dos carnaubais às margens do Rio Maranguapinho, ao mergulharmos intersubjetivamente na diversidade de suas alavancas.

Dentre essas alavancas, a sociabilidade violenta (SILVA, 2010), como vimos, também foi um marcador de vulnerabilidade e auto-organização nas trajetórias de vida dos moradores, que estão permanentemente ligadas a uma lógica cotidiana de "guerra permanente". Uma experiência profundamente instrumentalizada pelas igrejas evangélicas neopentecostais, que se adaptaram aos conflitos entre facções no passado e aos traumas comunitários relacionados à violência. Traumas que, por sua vez, são expressos nos muros, nas pichações, grafites e murais que clamam por paz, como os que registramos na recomposição da história ambiental.

Captando particularidades como essa na relação entre a vida e a morte desse lado da cidade, onde o medo da morte é sistemático, trouxemos à luz as vidas de moradores que oscilavam entre a guerra e a paz, fazendo com que percebêssemos como nossas existências naturais estão sempre atravessadas pela tensão entre a realidade e o sonho. Um tema que tratamos, ao discutir a dimensão da auto-organização e da morte como meta de toda vida.

Além disso, a violência, como uma das alavancas mais marcantes, fez com que os relatos de execuções sumárias no passado da Comunidade São Francisco, evidenciassem dois processos profundamente entrelaçados: a transformação desses territórios periféricos em espaços de exceção e a consequente classificação dos corpos de seus moradores como descartáveis. Fazendo da exceção e do descarte, não fenômenos dissociados, mas, ao contrário, dimensões complementares de uma mesma lógica que configura zonas onde vidas nuas (AGAMBEN, 2010) são fabricadas e, onde as regras gerais da cidade, ou da democracia, não se aplicam.

A alavanca da morte por meio da violência mostrou um higienismo velado, que opera sob a aparência da ordem, mas que naturaliza e legitima a violência sistemática contra os mais pobres. Embora a Constituição brasileira afirme que não há pena de morte no país, salvo em caso de guerra declarada, essa norma jurídica oculta o fato de que o Brasil mantém uma guerra permanente e sangrenta contra os pobres, sob o pretexto da "guerra às drogas". Trata-se de uma guerra que elimina vidas sem julgamento prévio, matando policiais, supostos criminosos, mas, sobretudo, inocentes, moradores das comunidades pobres das periferias.

Desse modo, ao longo de nosso trabalho de pesquisa, construímos a noção de que certos modos de existência e trajetórias de vida somente podem ocorrer em zonas socioambientais periféricas das cidades, devido às interafetações específicas das condições socioambientais nas sequências de vida. Afinal, não há "bala perdida" nos bairros ricos; essa possibilidade é um risco específico, aberto apenas às sequências e trajetórias de vida de quem habita as periferias.

Portanto, mesmo que alavancas sejam comuns ao nível da cidade, como elementos aparentemente banais, tais como a chuva ou o calor, elas assumem papéis diferenciados nas rotinas e trajetórias dos actantes, humanos e não humanos, dependendo da região da cidade em que se manifestam. Por exemplo, observamos como as enchentes, associadas às fortes chuvas, impactaram diretamente a saúde e a vida dos moradores da Comunidade São Francisco às margens do córrego, como relataram nossos interlocutores, evidenciando o modo como condições ambientais produzem desigualdades concretas.

Na configuração espaçotemporal que estudamos, pudemos perceber como a alavanca da chuva, embora banal, se destaca, modulando de forma decisiva as particularidades das sequências cotidianas e os modos de existência dos moradores da Comunidade São Francisco e, de modo mais amplo, da cidade de Fortaleza. A chuva impõe consequências e probabilidades às agências rotineiras de actantes humanos e não humanos, provocando efeitos diversos: incidência de doenças relacionadas às enchentes, alterações de horários, atrasos em compromissos e até mesmo mudanças de perspectivas e de humores, conforme cada estética de vida se apropria e responde às contingências que emergem.

No contexto da pandemia da covid-19, a situação não foi diferente. Assim como anteriormente analisamos a chuva como uma alavanca fundamental na particularidade da história territorial e ecológica da Comunidade São Francisco, também pudemos observar como ela impactava os cotidianos de maneira decisiva. Em outro fragmento dos nossos

diários de campo, durante um dia aleatório no auge da pandemia, no inverno de 2020, registramos os desenvolvimentos particulares das trajetórias de vida na cidade de Fortaleza a partir da chuva:

> Depois de uma manhã de fortes chuvas, raios e trovões, o céu amanheceu escuro a ponto de acinzentar o horizonte, devido a tantas nuvens carregadas de chuva. Fortaleza terá mais uma de suas chuvas matinais.
> São 8 da manhã, estou aparando minhas goteiras e não posso deixar de pensar nas diferenças dessa chuva para os modos de existir na cidade.
> Enquanto os estudantes ricos da Aldeota estão pedindo motoristas por aplicativos para irem à escola ou à universidade, e seus parentes ainda estão despertando em seu "*home office",* de pijamas, tomando café em suas canecas enquanto se escoram nas varandas dos grandes prédios de classe alta da Praia de Iracema, ocorre exatamente o contrário no lado sudoeste do mapa, na região periférica da bacia do Rio Maranguapinho. Aqui, alguém nem conseguiu dormir na noite passada com tanta água, com medo de que seu telhado desabasse.
> Ainda assim, nessa mesma hora da manhã, as pessoas da periferia levantaram cedo e, mesmo sem tomar café, agora correm para atrepar o armário, a geladeira e o fogão em tijolos, para que a água não os danifique. Outros, como eu, correm com bacias, potes e panelas para aparar as goteiras das casas sem forro.
> Por isso, está claro para mim que, somente em modos de existência das periferias, as pessoas se apressam a cobrir televisores e outros aparelhos com lençóis, para evitar respingos, ou a desligá-los das tomadas durante quedas de energia, a fim de evitar que queimem. Em outros cotidianos, parece não haver tais preocupações. (Diário de campo, 9 de março de 2020)

Nesse sentido, relatos etnográficos como esse, são exemplares das nossas experiências e dizem muito sobre como começa o dia na região que estudamos, quando, logo pela manhã, a sinfonia da natureza mistura os sons dos pássaros aos ruídos dos motores e das buzinas dos automóveis, compondo o fluxo incessante das pessoas em trânsito para seus locais de trabalho e estudo.

Na verdade, se os nossos gestores públicos tivessem esse conhecimento prévio das alavancas que operam os cotidianos, e de como essas manhãs se configuram em partes específicas de Fortaleza, durante a pandemia de covid-19, poderíamos ter atuado de maneira mais eficaz para evitar, por exemplo, a superlotação nos transportes públicos, que, como sabemos, são majoritariamente utilizados pelos moradores que ocupam posições subordinadas nas regiões centrais da cidade (GONÇALVES *et al.*, 2020).

No entanto, ao contrário disso, os gestores aproveitaram de forma equivocada a oportunidade para reduzir a frota de ônibus em circulação, utilizando essa medida como parte das estratégias de isolamento social. Uma decisão que, evidentemente, resultou na formação de novas aglomerações[149], que acabaram por favorecer ainda mais a disseminação do vírus.

149 Cf. Matéria de jornal "Passageiros reclamam da redução da frota e da superlotação dos ônibus em Fortaleza". Disponível em: https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/03/20/passageiros-reclamam-de-diminuicao-da-frota-e-lotacao-de-onibus-em-fortaleza.html. Acesso em: 04/03/2024.

Diante disso, seguimos aqui apontando erros e sugerindo caminhos, com base nas vulnerabilidades que identificamos na história socioambiental remontada, especialmente quando ela se cruzou com as políticas de combate à covid-19. Hoje, sabemos o que precisa ser resolvido, assim como quais propostas podem ser concretizadas para evitar que erros como os que mencionamos se repitam. Isso inclui, por exemplo, impedir que ideias prejudiciais, como a do "isolamento vertical"[150], voltem a ser defendidas, bem como evitar que práticas persistentes, como a necessidade de continuar saindo para trabalhar em plena pandemia, não sejam naturalizadas em futuros contextos pandêmicos.

A partir dos dilemas que observamos nos cotidianos e nas trajetórias de vida da periferia de Fortaleza, podemos afirmar que decisões como a retirada da obrigatoriedade do uso de máscaras, anunciada em 11 de março de 2022, foram precipitadas e perigosas. Não se pode desmontar políticas que, para se tornarem efetivas, precisaram de tempo até se consolidarem como hábitos coletivos, especialmente porque leis e políticas públicas não devem ser acionadas apenas de forma reativa, após o surgimento de um novo surto. Deveríamos ter considerado, desde aquele momento, tanto a possibilidade de ocorrer uma queda na imunidade quanto a continuidade da circulação global do vírus, trazendo o risco de novas reinfecções, como efetivamente ocorreram. Bem como, deveríamos ter considerado, nos detalhes do cotidiano, os períodos sazonais das festas do fim do ano, que favorecem as aglomerações.

Assim, uma lição que fica registrada é que, embora a vacinação tenha cumprido sua função primordial, reduzindo significativamente as mortes, já que a maioria das pessoas vacinadas com ao menos uma dose, ao serem infectadas, apresentou quadros leves da doença e carga viral muito menor, ainda assim, a redução da transmissão sempre dependerá da esfera do cotidiano. Somente práticas relacionadas às rotinas das pessoas são capazes de interromper, de forma consistente, os fluxos de transmissão viral. Por isso, abandonar os cuidados cotidianos, como o uso de máscaras, de maneira prematura, constituiu um erro que se repetiu em diversos países.

Nesse mesmo sentido, em setembro de 2021, também apontamos outro erro: a retomada das aulas presenciais. Após termos alcançado bons índices de vacinação e superado

150 A ideia do "isolamento vertical" foi defendida por setores da classe média, que desejavam continuar circulando. A proposta era a de que apenas os mais vulneráveis ficassem em casa e, por isso, seus defensores eram contrários ao *lockdown* e favoráveis à infecção generalizada da população. Uma lógica anticientífica que pode facilmente se repetir em outras pandemias, pois as medidas de contenção sempre irão interferir profundamente nas interafetações do cotidiano, alterando a dinâmica da malha de maneira desigual.

as fases mais duras do isolamento social, ignoramos o aumento da circulação do vírus da covid-19 e retomamos o funcionamento normal nas escolas e faculdades. No entanto, já se antevia um crescimento significativo no número de casos até o fim do ano. Por isso, era preferível não termos abaixado a guarda tão cedo.

Para que erros como esses não se repitam, é imprescindível investigar a malha socioambiental de maneira complexa, incorporando também dados qualitativos que revelem os fatores particulares de exposição ao risco. Precisamos compreender que nos comportamos e somos afetados de maneiras profundamente diferentes, a depender do sentimento de habitar e viver, do ritmo de vida, da interação com o ambiente e com outros seres.

Levar a sério essas particularidades é fundamental. Significa não apenas avançar no enfrentamento de novas condições sanitárias e das emergências climáticas que se anunciam, mas, sobretudo, atuar no combate prévio às desigualdades socioambientais. Uma preparação feita mediante o fortalecimento das condições gerais de vida nas comunidades e nos ecossistemas da periferia de Fortaleza, garantindo, assim, uma resposta mais justa e eficaz frente às crises presentes e futuras.

Portanto, a partir de dados qualitativos e particulares da experiência do cotidiano, conseguimos aprender muito sobre as formas de transmissão dos vírus que infectam as vias respiratórias, como o novo coronavírus, sendo nosso dever utilizar esse conhecimento, desde já. Por exemplo, hoje sabemos que o vírus da covid-19 não permanece ativo por muito tempo em superfícies. O *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC, 2021) indicou que a chance de contrair SARS-CoV-2 ao tocar superfícies contaminadas é inferior a 1 em 10 mil. Porém, essa informação que temos acesso agora, contrasta com todo o esforço que foi empreendido quando ainda não tínhamos esses dados, principalmente no início de 2020, quando fizemos atividades como: limpar sacolas e embalagens de compras, higienizar sapatos e roupas ao chegar em casa, evitar tocar nos botões de elevadores, usar tapetes para desinfecção das solas dos sapatos, desinfectar pneus de automóveis e medir temperatura nos punhos.

Essas medidas, que hoje sabemos serem pouco eficazes[151], foram gradualmente abandonadas à medida que compreendemos que a principal forma de transmissão se dá pelo ar. O vírus se propaga em aerossóis, isto é, viaja em gotículas minúsculas de água suspensas no ambiente que são absorvidas por nossas respirações. Sendo assim, após compreendermos

151 Cf. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/02/14/as-coisas-que-fazemos-que-nao-funcionam-contra-o-coronavirus. Acesso em: 24 mai. 2025.

que essa transmissão aérea direta é mais infecciosa, e que fatores como ventilação adequada e transitividade de pessoas no ambiente são cruciais para o contágio, tornou-se fundamental atualizar a arquitetura de prédios, espaços públicos e locais de convivência e circulação, como escolas, transportes coletivos, praças e repartições públicas.

Deveríamos, desde esse aprendizado, já ter implementado tais transformações estruturais nas cidades, a fim de garantir uma maior circulação de ar. Uma mudança que poderia ter se constituído como um dos legados da covid-19, contribuindo não apenas para a mitigação de futuras pandemias, mas também para amenizar a propagação das gripes sazonais nos ambientes urbanos. Contudo, até o momento essas transformações não ocorreram, e é provável que dificilmente sejam implementadas até que uma nova crise sanitária, mais uma vez, nos obrigue a agir tardiamente.

Para evitar tanto essa reação atrasada, bem como a desproporção entre os números de casos e os números de óbitos, é indispensável compreender as alavancas e condições socioambientais características nas periferias. Isso implica, por exemplo, antecipar, com base no conhecimento da sequência cotidiana e da malha socioambiental, que o Hospital da Parangaba (conhecido como “Frotinha”) poderá se tornar novamente um epicentro de irradiação de um novo vírus na região da várzea do Maranguapinho, como ocorreu durante a pandemia de covid-19. Por isso, é necessário que já existam protocolos definidos para restringir a circulação de pessoas a partir e em direção a esse local, contribuindo para conter o avanço do contágio em uma futura pandemia.

Sem esses cuidados prévios, fundamentados na análise das sequências cotidianas e das condições socioambientais, um cenário devastador se repetirá. Na pandemia de covid-19, por exemplo, embora a Regional V de Fortaleza, onde se encontra a Comunidade São Francisco, tenha sido apenas a terceira em número de casos, ela foi a regional que registrou o maior número de óbitos (FORTALEZA, 2020).

Aliás, diante desses surtos concentrados de sindemias (SINGER, 2009), como o ocorrido com a covid-19, uma abordagem local é indispensável, com ações voltadas à contenção do contágio a partir dos arredores imediatos. Daí decorre a importância decisiva da pesquisa social engajada e, em especial, do trabalho dos agentes comunitários de saúde, cuja atuação se dá, majoritariamente, por meio da atenção domiciliar.

A promoção da saúde pública nas favelas constitui, portanto, uma necessidade urgente, que passa não apenas pela ampliação do acesso a serviços públicos, mas também pela

promoção de hábitos básicos, como a higiene bucal, transformando-os em práticas cotidianas nas periferias. Por isso, é igualmente fundamental, tanto melhorar o saneamento básico e a coleta regular de lixo, quanto fomentar o descarte correto dos resíduos e a construção de boas relações ecológicas com o ambiente e com os outros animais. Boas relações que incluam o controle responsável de pragas, além do zelo comunitário pelos seres naturais, hídricos e terrestres; eliminando, assim, também a poluição dos córregos, rios e lagoas que atravessam os territórios periféricos.

Nesse mesmo sentido, sob o aprendizado que tivemos com a contingência da pandemia, propomos a implementação de ações concretas voltadas à redução das vulnerabilidades socioambientais. Como, por exemplo, a criação de hortas comunitárias em terrenos abandonados em cada bairro, comumente alvos de despejo de lixo. Uma medida que poderia não apenas baratear o acesso à alimentação, mas também contribuir significativamente para a melhoria da saúde da população, ressignificando usos dos espaços públicos, fortalecendo os vínculos com a natureza e o ambiente, e reduzindo a incidência de comorbidades associadas à má alimentação e à insegurança alimentar.

Hoje, portanto, se a pandemia passou e, com isso, não há mais nada o que fazer quanto aos que faleceram e que não podem regressar, ainda há muito o que pode e deve ser feito agora, pela sociedade e por aqueles que ainda estão vivos. Para que outras mortes, outras sequelas e outras perdas não sejam novamente naturalizadas como “inevitáveis”, é indispensável a implementação de políticas públicas eficazes e duradouras. Pois, se o SARS-CoV-2, com o tempo, passou a apresentar sintomas cada vez mais parecidos aos de uma gripe comum, se incorporando à malha socioambiental, é certo que novas pandemias, provocadas por outros vírus ainda desconhecidos, continuarão a ocorrer ao longo dos rumos da evolução, principalmente em decorrência das ações humanas sobre a natureza.

A pandemia da covid-19, como resultado diretamente relacionado às forças antropogênicas no ambiente escancarou, de maneira dramática, como os processos de degradação ambiental e a globalização se articulam como agentes da propagação de doenças, expondo os limites e as contradições de nossa organização social e ecológica. E, nesse contexto, nos obrigou a refletir criticamente sobre as interafetações entre os humanos e a natureza, reconhecendo os efeitos deletérios de uma relação historicamente cindida, marcada pela exploração predatória e pela falsa ideia de transcendência humana em relação ao ambiente natural.

Reforçando o entrelaçamento entre a crise sanitária e o colapso climático, durante a pandemia, efeitos inequívocos do Antropoceno ocorreram simultaneamente a eventos extremos como enchentes, desabamentos e secas. Além disso, com a perda de biodiversidade, que implica os desaparecimentos de potenciais remédios e substâncias ainda desconhecidas, e com o desequilíbrio ecológico, ambos causados pelas ações humanas, estão relacionados os deslocamentos de hospedeiros naturais dos vírus, e consequentemente seu salto para a espécie humana. Impulsionados pelo desmatamento, pela urbanização desenfreada e pelas mudanças no uso do solo, esses hospedeiros são forçados a circular e interagir com os humanos, desencadeando a emergência de novas doenças.

Portanto, embora essas conexões com a natureza ainda sejam frequentemente negadas ou pouco reconhecidas como relações de afetação mútua dentro da malha socioambiental, é inegável que foi justamente a força de degradação ambiental operada pelos seres humanos, que nos levou ao contato mais estreito com novos tipos de coronavírus presentes na natureza. Além disso, tais vírus jamais teriam se espalhado com a velocidade e a escala em que se espalharam, sem a contribuição direta de outras forças igualmente antropogênicas, como a globalização, que patrocinou a contaminação por meio do ininterrupto mercado de transporte aéreo internacional. Os aeroportos no Brasil, por exemplo, não fecharam nem sequer um dia durante toda a pandemia[152].

Logo, enquanto a humanidade não conseguir se reconhecer como parte integrante da natureza, essa falsa percepção de transcendência e de existência cindida seguirá sendo um dos principais fatores que elevam as chances de pandemias futuras. Não à toa, sob essa autoimagem ontológica, assim como acontece com as desigualdades socioambientais criadas pela ação humana, a pandemia também foi tratada, no senso comum, como uma simples consequência: um “desastre natural”, e não como um resultado construído e respaldado historicamente por essa cisão ideológica com a natureza, a partir de sua colonização e da exploração predatória do seu ambiente.

Descrever alguns elementos socioambientais da trajetória da Comunidade São Francisco, nesse sentido, foi uma tentativa não apenas de melhorar a compreensão e a relação entre sociedade e natureza, mas também de oferecer às futuras gerações noções históricas e morais sobre aquilo que precisamos melhorar em termos de condições de vida. Para que possamos, enfim, deixar de sustentar o genocídio dos mais pobres em períodos de crise, e que

152 Cf. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/20/nao-vai-haver-fechamento-de-aeroportos-diz-ministro-da-infraestrutura.ghtml. Acesso em: 14 jun. 20225.

possamos deixar de tolher, seletivamente, determinadas trajetórias de vida devido às suas condições socioambientais.

Mais do que reiterar, como tantos estudos já fizeram, que a pandemia não impactou a todos da mesma forma nas cidades, buscamos em nossa pesquisa também compreender como esses impactos desiguais se enraízam nas trajetórias particulares dos seres que habitam os territórios periféricos. Trata-se de ir além da denúncia das desigualdades socioambientais, procurando entender como elas se entrelaçam aos modos de existência singulares, que tornam certos indivíduos e grupos mais vulneráveis do que outros.

Portanto, ao nível das particularidades das sequências de vida, as histórias de nossos interlocutores, inegavelmente, trouxeram à tona diferenças fundamentais nos modos de existência, como evidenciado tanto na origem das trajetórias quanto no contexto demarcador final das recomposições. De forma nítida, essas histórias mostraram que não atravessamos todos pela pandemia da mesma forma, nem estivemos expostos aos mesmos riscos.

Os mais ricos puderam comprar filtros contra doenças e radiação, portas à prova de balas e outros equipamentos de proteção. Tinham a sua disposição, empresas como a "*Rising S Company*" e a "*Quintessentially Estates*", que ofereceram serviços exclusivos de isolamento social para a elite global (empresários, celebridades e executivos), providenciando imóveis de luxo em locais remotos, como abrigos subterrâneos ("*bunkers")*, castelos e ilhas particulares, ou ainda adquirindo, a preços baixos, propriedades ao redor das mansões de seus clientes, para afastar o risco potencial de contaminação[153].

Embora, como nossa pesquisa também demonstrou, mesmo com todos esses recursos e possibilidades de isolamento, esses sujeitos não possam comprar a liberdade completa em relação às interafetações com o ambiente e com os outros seres. Os mais ricos continuarão dependendo, em seus cotidianos, de trabalhadores das classes populares para serem seus seguranças, porteiros, entregadores de compras, cozinheiros ou faxineiros. E, ao dependerem desses trabalhadores, seguirão inevitavelmente conectados a um mundo em que as distinções de classe, por mais profundas que sejam, não anulam a partilha de um mesmo ambiente, de um mesmo ar, de uma mesma contingência.

Como procuramos demonstrar ao longo desta tese, o tempo biológico de um ser actante, por mais singular que seja sua experiência, nunca se realiza de forma dissociada da história socioambiental. Todos fazemos parte dessa história ecossistêmica, estando irremediavelmente enredados nela. Por isso mesmo, as trajetórias de nossos interlocutores

153 Cf. Disponível em: https://www.bbc.com/news/av/stories-52669638. Acesso em: 30 mai. 2025.

revelaram que sobreviver e se adaptar significa, muito mais, juntar os cacos e observar quem está ao lado para seguir adiante na deriva ambiental do espaço-tempo, do que empreender uma luta isolada e individual, contra o movimento do universo.

Em alguns casos, como nas histórias de Seu João e Bilinha, o entrelaçamento com a história ambiental aparece de forma mais explícita, em suas relações distintas, mas igualmente imbricadas, com a mesma lagoa que existia na Comunidade São Francisco. Enquanto que, em outros interlocutores, o ambiente parece ausente, eclipsado ou negado nas histórias humanas, pelo menos no modo como os moradores nos narraram suas vidas. Porém, de todo modo, todas as histórias individuais são iluminadas pela história socioambiental da várzea do Rio Maranguapinho, e vice-versa, muitas das consequências e possibilidades que moldam a vida dos seres moldam, também, esse ambiente.

Nesse sentido, as histórias e sequências que acompanhamos não foram assim porque "tinham que ser", mas porque se desenrolaram assim, ou porque assim foram narradas, dentro do grande curso do devir da malha socioambiental. E é justamente isso que nos fascina: todas elas poderiam ter sido diferentes. Bastaria um detalhe a mais ou a menos para que as probabilidades do devir mútuo se alavancassem em outra direção, imprevisível e diferente do que foi. Afinal, qualquer alteração, por mínima que seja, ecoa como interafetação mútua em todas as outras probabilidades presentes na mesma contingência, fazendo com que a sequência de vida siga caminhos mais ou menos distintos, entretanto, nunca idênticos.

Como achado da pesquisa, percebemos como um simples gesto pode transformar uma sequência de vida radicalmente. Um único ato, seja um movimento de afeto, uma tomada de decisão, um encontro ou um acontecimento inesperado, pode abrir possibilidades que, de outra forma, jamais se apresentariam. Pode abrir caminhos que, dessa forma, não são, de maneira nenhuma, predeterminados.

Assim, se na periferia, como observamos, uns vão para o sinal vender bombons, outros entram para a igreja, e outros optam por roubar, cada um desses caminhos resulta não de uma, mas de múltiplas interafetações específicas nas suas contingências, produzidas em um cruzamento de detalhes entre o ambiente, os desejos, as oportunidades e os riscos.

Gleydson, por exemplo, só é o Gleydson de hoje porque teve uma filha durante a pandemia e foi preso após um assalto — uma sequência de acontecimentos moldada pelas múltiplas interafetações não-determinísticas entre suas condições socioambientais, suas escolhas e os acasos que encontrou. Diante de sua sequência de vida, ele foi afetado, auto-

organizou sua existência serial e, como todos nós, não pode mais fazer nada a respeito do que já se passou, apenas seguir adiante na contingência de um mundo em constante devir.

Em uma perspectiva ecológica mais ampla, interligada à malha socioambiental, se o novo coronavírus não tivesse saltado para um vetor humano, no outro lado do planeta, na China, desencadeando uma pandemia e gerando a crise que o levou ao desespero, talvez Gleydson não tivesse sido preso. Seria outra sequência. Não seria o Gleydson que conhecemos. Nesse sentido, qualquer outra sequência de vida teria sido afetada de forma diferente pela pandemia e teria reagido[154] de forma diferente.

Aliás, um ouvido mais atento às lições de moral de sua mãe, Dona Socorro; um vídeo de poucos segundos assistido no celular, que o fizesse desistir momentos antes do assalto; não ter se apaixonado, não ter tido uma filha, ou, quem sabe, apenas tê-la tido mais tarde, após a pandemia, ou seja, apenas um detalhe mínimo, poderia ter alterado completamente a trajetória de Gleydson durante a pandemia.

Portanto, se somos, não apenas em termos identitários, mas em matéria de fato, o que nossas trajetórias, histórias e memórias são, então cada um de nós é feito de experiências singulares de "ser afetado". E cada uma dessas experiências afeta de maneiras diferentes cada pessoa, conforme a aceitabilidade moral em que ela constrói seu modo de experienciar, sentir, pensar e agir.

Por isso, ainda ao nível das trajetórias de vida, dentre as interafetações e auto-organizações socioambientais que estão presentes nos processos de produção da existência de cada um, não poderíamos deixar de destacar a família como núcleo das relações que mais intensamente moldam e orientam nossas sequências cotidianas. Reparamos que, na maior parte do tempo, estamos ocupados com questões familiares ou fazendo adaptações em prol dessas conexões afetivas, inclusive sacrificando projetos individuais de trajetórias inteiras, no esforço de melhorar a vida desses nossos entes que amamos.

Não à toa, durante a pandemia, vimos a solidariedade familiar ser ampliada na extensão do espaço público de vizinhança da Comunidade São Francisco, e após essa experiência de crise, as pessoas passaram a expressar com mais frequência seus sentimentos por seus familiares. Notamos como pensar na iminência da morte, seja a própria ou a de parentes, levou muitos de nossos interlocutores a repensarem suas relações afetivas. Alguns

154 Reforçamos que o significado de reação empregado aqui, para nós, vem como recursividade, que é justo a qualidade da auto-organização que reafeta o ambiente em seu devir serial. Uma operação que não é meramente mecânica, nem puramente racional.

deles afirmaram ter passado a tentar demonstrar mais carinho pelos pais ou pelos filhos, e a fazer questão de abraçá-los sempre que possível, porque agora desejavam ter essa lembrança consigo. Ainda que, ao que tudo indica, esse aprendizado afetivo vai sendo cada vez mais esquecido, à medida que a memória da crise se dissipa no cotidiano e o senso de urgência se esvai.

Como o elo de interafetações mais intenso, a família se configurou como o porto seguro primordial de todo ser. A família, nesse sentido, é a previdência informal das novas gerações, materializada, quando possível, na autoconstrução da casa própria, como observamos nos relatos de nossos interlocutores. E nessas conclusões, portanto, enfatizamos o papel dos vínculos afetivos familiares como um elemento-chave das práticas cotidianas, pois neles se ancora, com maior força, a potência de resistir, reorganizar-se e seguir vivendo em meio às adversidades.

Contudo, além disso, dessa mesma experiência contingente de pesquisa durante a pandemia, também inferimos três aspectos fundamentais mais contextuais. Primeiro, uma renovação da importância dos afetos e dos contatos interpessoais e comunitários, como a aproximação de Wilma de seu filho; segundo, o fortalecimento da importância do papel das crianças e dos sonhos como símbolos de esperança, sacrifício e continuidade, como a festa comunitária no dia das crianças; e, por fim, a reafirmação da lida cotidiana como expressão do desejo de dignidade, um orgulho que, mesmo na escassez, sustenta o cotidiano como potência de vida e futuro (como os desejos de dignidade em Vaneide e Gleydson).

Particularmente, esses aspectos evidenciados pela experiência que fundamenta esta pesquisa emergiram do reconhecimento de que, para que uma lida cotidiana seja digna, ela precisa de esperança, sonhos e também de afetos e contato com quem se ama. Por isso, após a pausa provocada pelos isolamentos sociais mais rígidos, as trajetórias vividas pelos moradores da Comunidade São Francisco se analisaram, muitas vezes, sem um familiar que faleceu pela doença, com transformações radicais nos sonhos e esperanças, e percebendo como suas rotinas são extremamente exaustivas, deletérias e danosas, impactando os seus sentidos de dignidade. Por exemplo, viver enfrentando jornadas de trabalho e estudo exige fazer escolhas difíceis, como decidir, ao chegar tarde em casa, se ainda vai comer ou se vai apenas dormir. Escolhas essas, que envolvem tanto a adaptação pessoal quanto o sentido de dignidade atribuído nas rotinas.

Nesse sentido, adicionando o fato de que, nos únicos dias de folga, a maioria dos

moradores periféricos se dedica apenas às tarefas domésticas, enquanto tenta restaurar ao menos parte de suas forças para a próxima semana, fica evidente como esse tipo de rotina configura sequências de vida marcadas por tensões acumuladas e estresse contínuo, alavancando percepções de indignidade. Não por acaso, as pessoas, nesse tipo de contexto, constroem narrativas nas quais interpretam que não estão "realmente vivendo". Elas, enquanto resistem à exploração cotidiana, transferem sua potência vital para o futuro, investindo seus sonhos e sacrifícios em projetos familiares ou pessoais.

Na constatação da afetação mútua, percebemos como as formas de adaptação à morte se constituíram uma procura universal, expressada nas rotinas cotidianas. Um esforço diário de construir uma vida que valha a pena ser vivida, mesmo entre riscos e perdas.

Assim, a auto-organização despontou como a dinâmica central da matéria viva. Ela manifesta no actante, diante da morte e do devir, o ímpeto de prosseguir, adaptando-se às suas condições e às interafetações ambientais, ao mesmo tempo que responde às suas intenções, afetos e intuições enquanto ser vivo. Essa dinâmica evidencia que somos feitos de sequências de detalhes: simultaneamente, produtos e processos produtivos, orientados pela recursividade das afetações mútuas que constituem a realidade.

Dessa forma, a auto-organização demonstra que os seres vivos e a natureza estão profundamente imbricados, já que o cuidado de si implica, inevitavelmente, o cuidado com a malha socioambiental da qual fazemos parte. A auto-organização do cotidiano sendo ela mesma a organização da trajetória de vida, depende não somente das possibilidades e consequências das interafetações passadas do ser, mas também das interafetações passadas do ambiente. É por isso que, quando essas interafetações (dos seres ou dos ambientes) se modificam no presente, transformam também os seus futuros.

Esse princípio de cuidado coletivo tornou-se visível durante a pandemia, no conjunto de auto-organizações formadas dentro das bolhas de convívio que se adaptaram às dinâmicas da variante Delta e Ômicron do novo coronavírus e reagiram de maneira coletiva e espontânea ao comportamento viral. Ao atingir populações com altas taxas de vacinação, essas variantes provocaram um salto significativo no número de casos, mas, simultaneamente, se esgotaram com rapidez nos grupos de indivíduos que adoeceram e se recuperaram juntos. Na malha socioambiental interafetada, cada grupo social produziu sua própria história de doença e de cura, inventando criativamente formas de como "se isolaram" em conjunto e construindo coletivamente, no cotidiano, as barreiras contra o vírus.

Por meio do isolamento voluntário e dos múltiplos cuidados cotidianos, as interafetações relacionadas à possibilidade de transmissão tenderam a se saturar entre as bolhas socioambientais de convívio que adquiriram imunidade. Quanto mais rapidamente essas variantes infectaram, mais rapidamente declinaram, em função da saturação das possibilidades de contágio. Quando todos os membros de uma mesma bolha adoeciam e se recuperavam, ao não encontrar mais espaços viáveis para circular, o vírus perdia sua capacidade de propagação. O ciclo de contaminação se encerrava antes mesmo que alguém voltasse plenamente à circulação social, impedindo a propagação para outras áreas da malha socioambiental. Mesmo que ainda estivesse infectado, um indivíduo passava a encontrar cada vez menos pessoas suscetíveis à infecção, pois a transmissibilidade acelerada aumentava também as chances de encontrar quem tinha acabado de se curar e estava protegido pela imunidade, o que interrompia a cadeia de contaminação. Portanto, a recursividade do contágio transformou a própria malha, evidenciando o quanto as dinâmicas virais estão imbricadas às condições ambientais, já que o vírus encontrava cada vez menos oportunidades de "pegar carona".

Nesse sentido, graças à vacinação e, sobretudo, à auto-organização dos seres, bem exemplificada no isolamento voluntário de muitos doentes, mesmo que as pessoas tenham sido pressionadas a trabalhar enfermas, foi possível evitar um número ainda maior de mortes. Os novos picos de óbitos, assim, tornaram-se menos letais do que os anteriores, não somente porque essas variantes se adaptaram aos conectores de nossas células humanas, gerando menos casos críticos, mas também porque nós, enquanto sociedade, nos adaptamos ainda mais ao vírus, cuidando das nossas bolhas de convívio, inclusive pelo autocuidado individualizado.

Portanto, é importante destacar que, nas periferias urbanas, a maioria da população não realizava testes laboratoriais para a covid-19, tampouco os testes rápidos de farmácia, que além de caros, não eram oficialmente notificados aos sistemas de vigilância em saúde. Assim, o desfecho coletivo da pandemia, na prática, passou a depender quase que exclusivamente das avaliações individuais de risco e das adaptações de autocuidado, baseadas nas condições subjetivas e de saúde de cada um. Mesmo sem confirmação diagnóstica, a maioria assumiu a responsabilidade: tomou as vacinas, utilizou máscaras ao sair de casa, cuidou dos seus e optou pelo isolamento voluntário ao menor sinal de sintomas. Tudo isso de maneira particular, relativa, nem sempre condizente com os decretos oficiais, mas ainda assim eficaz, uma auto-organização silenciosa e fundamental para conter o vírus.

Para quem já vivia em condições precárias e com acesso apenas a possibilidades inferiores, tornou-se evidente o valor das relações de cuidado e da auto-organização. Quando a malha socioambiental se rompeu, com a intensificação das dificuldades, a perda de familiares, a solidão, a extinção de empregos e o fechamento de pequenos empreendimentos, foi possível compreender, na prática, o que sustenta uma sociedade. O estar junto, o apoio mútuo, a solidariedade familiar e comunitária, tornaram-se vitais. Frente ao risco de contaminação, à insegurança alimentar e ao desamparo, foram os afetos, os vínculos de parentesco e as vizinhanças que ofereceram abrigo. E se há algo que este estudo nos ensinou, é que, diante da morte, da pandemia, da pobreza e do abandono, a vida insiste e persiste. Sendo que essa insistência não se dá apesar das adversidades, mas por meio delas.

Dentre essas práticas espontâneas da adaptação, o isolamento voluntário foi, sem dúvidas, aquela que se tornou mais eficaz. Seja como gesto solidário, como expressão de amor ou mesmo como resposta moral ao dever de cuidado, ele se manifestou em diferentes formas. Aparece como nas histórias da família Ripardo, em que Renata decidiu se isolar junto ao marido e acabou adoecendo, e sua irmã Wilma, que escolheu viver na cozinha por semanas para proteger o filho da contaminação. Ou ainda, como no caso de Seu João, que, após ser demitido, se viu confinado em um isolamento conformado pelo desemprego. Todas essas experiências de autoisolamento contribuíram decisivamente para a contenção da transmissão viral.

Na prática, esse autoisolamento surgia quando alguém, ao perceber sintomas ou após receber diagnóstico, optava voluntariamente por se retirar do convívio social. Contudo, em muitos casos, na ausência de testagem, seja por falta de acesso, recursos ou informação, o isolamento era adotado preventivamente, apenas em razão da pessoa ter convivido com alguém sintomático. Essa atitude representou uma estratégia vital de proteção coletiva e rastreamento informal eficaz.

Como observamos, essa prática se intensificou à medida que o número de mortes atingia patamares absurdos. E, nesse sentido, o isolamento voluntário não foi um comportamento casual ou aleatório, mas sim a expressão do funcionamento da auto-organização em meio à crise. À medida que os relatos de morte se tornavam mais próximos, mais frequentes e mais reais, as pessoas, por si mesmas, passaram a adotar essa prática como resposta ética, afetiva e racional.

Portanto, enquanto algumas pessoas, por necessidade extrema, continuavam a

trabalhar doentes, “porque aguentavam os sintomas”, outras escolhiam se isolar, mesmo sem qualquer confirmação oficial da doença. Para nós, detalhes como esse, aparentemente pequenos, tiveram um impacto muito mais significativo na história da transmissão viral do que os curtos e esparsos períodos de *lockdown* decretados pelo Estado. Foi graças ao predomínio de uma lógica de autocuidado, traduzida em decisões cotidianas majoritariamente voltadas ao autoisolamento, mais do que à circulação inconsequente, que conseguimos atravessar a pandemia nas periferias urbanas.

Essas escolhas de autoisolamento, quando possíveis dentro das auto-organizações dos seres, vieram acompanhadas de uma série de outras medidas cotidianas de cuidado: uso de máscaras dentro de casa, evitar o compartilhamento de talheres, pratos ou banheiros, avisar familiares e amigos sobre o contato com a pessoa infectada, comunicar a escola dos filhos, entre outras práticas. Tudo isso contribuiu para a proteção coletiva.

Elementos como a atenção aos sintomas (falta de ar, febre alta, dor no corpo) e a importância do repouso e da hidratação não foram impostos de cima para baixo: nasceram das práticas cotidianas, do senso de responsabilidade mútua e da experiência partilhada. Assim, mesmo diante da ausência de diretrizes claras por parte do Estado e da descoordenação ativa do Governo Federal, a sociedade civil, com esforço, solidariedade e sabedoria prática, soube se cuidar, se orientar e se proteger, especialmente nas comunidades, com os cuidados de vizinhos e familiares.

Cada pessoa pôde modificar seu comportamento de forma relativamente autônoma, com base na própria experiência e nas interafetações ocorridas ou disponíveis na configuração espaçotemporal do ambiente do qual faz parte. Por isso, a questão é que essas mudanças nem sempre correspondem às expectativas normativas da sociedade, e é justamente aí que reside a importância dos estudos sobre processos de auto-organização como instrumentos fundamentais para orientar políticas públicas mais eficazes e sensíveis à realidade. Pois é essa dinâmica que fornece as regras práticas para ações que são julgadas, pelos próprios agentes, como as mais adequadas para aquele contexto específico.

O estudo da auto-organização exige, portanto, atenção aos caminhos trilhados e, sobretudo, compreensão dos motivos que orientam cada adaptação. Em uma percepção integrada com a natureza, para o conceito de auto-organização, não há determinismos selando nossos destinos, assim como tampouco temos controle total sobre o que nos acontece. No campo da sociologia ecológica, isso implica reintegrar, às bases científicas, a noção de que,

mesmo em nossos “laboratórios”, há sempre circunstâncias incontroláveis. Ou seja, retornar a conceber um cotidiano contido na natureza, no âmbito da ciência, significa reaprendermos sociologicamente com a vida, que sempre podemos errar em algum momento, e que não há como retrocedermos, ainda que desejemos ter agido de forma diferente. As coisas acontecem, mesmo diante do nosso esforço para serem diferentes, ou das predições formuladas a partir do conhecimento que pensamos possuir sobre o devir. Tanto na vida quanto na sociologia, nos resta apenas aprender com o que se passa e com o que se passou.

Talvez mesmo, a maior aproximação possível entre seres de qualquer tipo seja justamente a partilha dessa dialética entre viver e morrer, uma dinâmica profundamente atravessada pelo ímpeto de auto-organização, como já discutimos. Afinal, se sairmos andando pelo mundo, certamente veremos múltiplas formas de viver e de morrer, mas também perceberemos que, no fundo, todas elas estão mergulhadas na mesma condição: viver e morrer nesse zoológico planetário que é apenas um grão de poeira diante da imensidão do universo.

Foi, nesse sentido, que observamos as histórias daqueles que perderam o emprego; de quem perdeu entes queridos; de quem foi preso e contraiu covid-19 na cadeia; de quem criava porcos e viu sua criação falir; de quem, já debilitado por um enfisema pulmonar, se trancou em casa com medo; ou ainda, de quem continuou frequentando cultos evangélicos a portas fechadas, mesmo durante o isolamento social mais rígido. Acompanhamos, por exemplo, um adolescente que largou a escola para trabalhar como entregador de água e ajudar financeiramente a família; e também o caso de um usuário de anabolizantes que recusou a vacinação para não comprometer os braços para as aplicações dos esteroides. Ou seja, acompanhamos uma multiplicidade de histórias, cada uma assentada em formas e conteúdos de vida que se conjugam na complexa interseção entre tempo, espaço e experiência.

Por conseguinte, graças a essa percepção do devir e a essa riqueza das trajetórias de vida presentes em nossa experiência de pesquisa, pudemos chegar à compreensão de como cada sequência de vida de nossos interlocutores carregou uma *expertise* produzida em sua própria auto-organização: Seu Luciano e a habilidade prática na soldagem; Renata e a venda de cosméticos; Seu João e a mediação de conflitos, tanto no casamento quanto no seu emprego como porteiro; Dona Cláudia e Dona Vaneide no cuidado com a vida daqueles que amam ou zelam; e, Glauberto e João Victor no conserto de motocicletas e pintura automotiva. Cada um desenvolveu habilidades, práticas e estratégias singulares, moldadas pelas

interafetações socioambientais e pelo esforço contínuo de transformar o inevitável devir em uma contingência habitável.

Por isso, nessa percepção integrada que construímos ao longo desta tese, a constatação é que nem o ambiente, nem a ação possuem valores a priori, tampouco determinam os desfechos das sequências de vida que compõem a sequência mais ampla da malha socioambiental. O ambiente pode abrir ou restringir oportunidades, oferecendo ou não ramificações possíveis de caminhos nas trajetórias de vida, mas não de forma previsível ou inevitável desde o princípio. Da mesma forma, as ações individuais podem tanto superar quanto agravar uma condição socioambiental, desde que sejam compreendidas como parte do processo de interafetação e de adaptação, e não como decisões isoladas ou previamente definidas.

Tomemos novamente, por exemplo, a história de João Victor, que abandonou a escola para trabalhar. É importante reconhecer que ele tinha uma escolha — mas também é fundamental compreender que, em encruzilhadas como a que ele encontrou e que frequentemente encontramos em nossas sequências de vida, não se deve nem subestimar a dificuldade da decisão, nem romantizar sua possibilidade. O poder de ir contra as consequências esperadas e de inventar novas possibilidades de vida existe, mas exige um enorme esforço dos actantes e de seus limites. Já, por outro lado, ignorar as alavancas ou os condicionamentos do ambiente seria não reconhecer as interafetações mútuas da malha que empurravam João Victor na direção do abandono escolar.

Procuramos demonstrar, então, que as possibilidades de vida não são dadas por nenhuma estrutura fixa ou por uma consciência individual isolada, mas constituem-se como fruto de uma dinâmica contingente e socioambiental. Nessa dinâmica, conjugam-se os condicionamentos reais e os acasos do espaço-tempo histórico, com as escolhas dos actantes, resultando em processos de adaptação ou auto-organização. Por isso, reafirmamos aqui, mais uma vez, a relevância do conceito não determinístico de alavanca, desenvolvido e utilizado ao longo desta tese, pois ao nível das sequências históricas singulares, notamos que cada trajetória possui suas próprias interafetações, capazes de marcar diferenças significativas nos modos de existência, sem, no entanto, estabelecer um padrão universal ou invariável.

Para nós, as possibilidades de vida não são dadas previamente pelas posições na malha, mas emergem no próprio processo sequencial do devir histórico, no qual se constroem probabilidades de chances e de riscos. Como mostramos com a ideia de interafetação múltipla

e mútua, a realidade é tão complexa que não podemos prever qual pequeno detalhe poderá transformar radicalmente a vida de uma pessoa, por meio da alavancagem de uma cadeia específica de acontecimentos ao longo do tempo.

Dessa forma, uma sequência de vida não é determinada verticalmente nem pela ação individual, nem pela classe ou pela posição social, pelos habitus, pelos capitais, pelas disposições, pela coerção estrutural ou pela moral, como sustentam muitas explicações sociológicas, pois não há determinismos. O que há são múltiplos condicionamentos das contingências socioambientais nas quais os seres estão inseridos, sempre em diálogo com suas aceitabilidades singulares. Logo, antes que a realidade, composta por ambientes e actantes tão complexos, possa caber em algum plano cartesiano, mesmo que quadridimensional, como sugerido nas Meditações Pascalianas[155] (BOURDIEU, 2001), ela corre, flui, assim como nós fluímos. Afinal, mostramos que somos todos colecionadores de momentos transformadores, jardineiros de vínculos e de relações, acumulando sequências de memórias.

Por isso, falar de trajetórias sem determinismo implica concebê-las como processos multidimensionais e em devir, expostos aos movimentos das negociações e dos acasos aleatórios, e não como estruturas quadradas ou planos dimensionais imóveis. Há tantas coisas que podem acontecer na vida de alguém, independentemente de quem essa pessoa seja, do capital (ou capitais) que detenha, ou das dimensões que a sustentem na malha socioambiental! Conceitos que tentam enxergar uma "estrutura" como uma essência já acontecida não suportam essa dinâmica.

O comportamento humano não é fruto apenas de escolhas individuais, mas de uma complexa malha de interdependências que articula biologia, história pessoal e condições socioambientais. Cada ação, cada adoecimento, cada forma de resistência expressa no território é, simultaneamente, um reflexo e uma resposta a essa multiplicidade de fatores que se acumulam ao longo do tempo.

Sob essa perspectiva, nossa tese rejeita tanto os essencialismos liberais, que supervalorizam a escolha individual como absoluta, quanto os determinismos estruturalistas, que restringem as possibilidades de vida às posições ocupadas no "campo". Mostramos que, na malha, as possibilidades de existência são fruto de uma dinâmica contingente, na qual se entrelaçam condicionamentos socioambientais, escolhas morais e afetivas, e acontecimentos imprevisíveis.

155 Nessa obra, o estruturalismo de Bourdieu propõe um esquema de quatro dimensões sobrepostas para explicar as trajetórias de vida, composto por campo, capitais, *habitus* e a *ilusio*.

Em resumo, para resolver o impasse entre as essências do liberalismo e do utilitarismo, que colocam a escolha individual como fator absoluto da decisão humana, e aquelas do funcionalismo, do estruturalismo ou do sistemismo fechado, que atribuem às condições socioambientais um caráter absoluto, propomos a auto-organização como chave analítica. Essa chave nos permite compreender que não se trata apenas de realizar ações que escolhemos livremente ou que nos são supostamente determinadas por programações incorporadas das "estruturas" do ambiente; na verdade, realizamos aquelas que, dentro da malha, "nos parecem melhores", ou seja, as que mais se adéquam à nossa adaptação na contingência socioambiental específica que ocupamos em cada momento do grande curso do devir.

Com isso, nos diferenciamos das concepções de ser vivo, pensadas desde Descartes, como máquina, ou como "autômato coletivo", como propôs Bourdieu (2001), nais quais a natureza é reduzida à ideia de "estrutura" e as ações dos seres, às "introjeções" de habitus incorporados dessas "estruturas". A nosso ver crítico, essa concepção desconsidera o próprio movimento das interafetações mútuas que operam no funcionamento dessa "programação estrutural", como se esse "código", uma vez introjetado, fosse transcendente e não estivesse sujeito às transformações provocadas pelas negociações criativas da consciência reflexiva, pelas interafetações ambientais, ou ainda, pelos acasos do devir. Para nós, "disposições" ou "reflexões" não são, essencialmente, deterministas, mas integram o processo contínuo de reprogramação da vida, que pulsa e se reinventa à medida que interage com a complexidade do mundo. Nosso pós-estruturalismo, nesse sentido, considera justamente o movimento que faz com que o "código" inicial não seja o mesmo ao final dos processos, tampouco que as "estruturas" ou os ambientes permaneçam iguais às que originaram tais determinações desses "códigos".

Nossa proposta rompe, assim, tanto com a ideia de "disposições" quanto com a de "razões" puras. Pensamos contingentemente, em termos de afetos e afetações mútuas: não somos nem autômatos conscientes ou inconscientes, nem simples agregações mecânicas de determinações estruturais, especialmente quando essas são isoladas das demais relações ecológicas com o ambiente e com a natureza. Tampouco somos apenas consciências ou vontades centralizadas, capazes de impor-se por intermédio de uma disciplina rígida. A existência se faz no momento, em cálculos sentipensantes (FALS BORDA, 2015), realizados na contingência socioambiental da realidade.

Não somos nem bonecos de corda que as estruturas movimentam, nem inteligências que flutuam acima do mundo. Como afirmou Gregory Bateson (1986), mente e natureza não estão separadas. Somos, ao mesmo tempo, consciências que se experienciam e experimentam o mundo objetivamente, e experiências que se conscientizam, planejam e sonham subjetivamente.

Em nosso aprendizado de pesquisa, compreendemos que, para uma trajetória de vida, na realidade prática, pouco importam posições extremistas de que sua produção é totalmente reflexiva ou determinada pelas "estruturas", mas sim o movimento do desenvolvimento de interafetações que, do ponto de referência do ser, se tornam sofrimentos felizes ou infelizes, marcando, singularizando e particularizando suas sequências.

Aliás, ao perceber o cotidiano e a existência como sequências ou processos, contrapomos de forma definitiva a suposta universalidade das sujeições estruturais, constatando que não temos as mesmas vinte e quatro horas no dia. Cada um de nós habita passados, presentes e futuros radicalmente distintos, cujas dimensões estão sempre em diálogo com condições socioambientais diversas. Cada tempo vivido carrega consigo um arranjo único de interafetações e ritmos singulares de adaptação ao ambiente, fazendo com que as horas passem de modos distintos para cada ser, ainda que todos comunguem o mesmo tempo cronometrado por convenção.

A cada dia, cada pessoa precisa, como escreveu Certeau (1998, p. 49), "jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los habitáveis". Assim, todas as histórias de vida que registramos são expressões dessa dança com o inevitável: tentativas múltiplas e distintas de torná-lo suportável e, mais ainda, transformá-lo em possibilidade. Tomemos, por exemplo, as histórias de Dona Vaneide e Wilma, que enfrentaram o inevitável sentimento do luto. Enquanto Vaneide permaneceu reclusa, incapaz de sair de casa, Wilma, por sua vez, conseguiu se apaixonar novamente. Do mesmo modo, enquanto Seu João lidou à sua maneira com o desemprego para tornar essa realidade habitável, João Victor lidou com a necessidade de abandonar a escola para trabalhar, e Gleydson, com a decisão de abraçar o roubo para oferecer uma vida digna à sua família recém-formada.

Isso é auto-organização: a recursividade pela qual, ao longo de uma trajetória de vida, um ser transforma consequências resultantes dos acontecimentos em sua própria sequência futura, encontrando, mesmo diante do pesar do luto, como vimos, novas possibilidades de adaptação, conforto ou ressignificação. Afinal, como essas consequências,

uma vez produzidas no devir, não retrocedem, os seres buscam um novo estado em que possam se ver confortáveis com os resultados ou as consequências de suas trajetórias. Os seres se reconstituem e prosseguem com suas sequências em meio às contingências espaçotemporais de existência, nesse tabuleiro caótico e indiferente que é o universo.

Constatamos, assim, que os cotidianos e as trajetórias de vida são expressões de interafetações múltiplas, complexas e contingentes, e não podem ser reduzidos a esquemas deterministas ou universalizantes. Como as partículas quânticas da matéria, cada trajetória é uma combinação singular de probabilidades, sempre sujeita a desvios, transformações e recomposições. Nesse sentido, procuramos demonstrar que viver, sobretudo nas periferias urbanas, é uma sucessão de pequenos gestos, escolhas e adaptações, mediante os quais se busca transformar o inevitável em habitável (CERTEAU, 1998).

Ao longo deste trabalho, propusemos, a noção de auto-organização como chave analítica para compreender a dinâmica vital das trajetórias periféricas, justamente porque ela descreve a capacidade de indivíduos e coletividades de transformar as condições adversas em possibilidades de vida, configurando modos de existência profundamente enraizados em zonas socioambientais vulneráveis. Esses modos de existência, embora atravessados por precariedade e risco, são também expressões de resistência, criação e dignidade.

Nossa hipótese foi, portanto, a de que as trajetórias dos moradores da Comunidade São Francisco ocorrem de forma auto-organizada, orientada pelas práticas e subjetivações morais que constroem cotidianamente. Uma produção histórica e adaptativa diante dos elementos entrópicos das suas circunstâncias socioambientais. Essa produção, sob a lógica da auto-organização, torna os acontecimentos inteligíveis e fornece aos moradores a capacidade de driblar riscos e explorar oportunidades conforme suas condições e aspirações.

Segundo as práticas experienciadas e as subjetividades relatadas no cotidiano de vida dos moradores, analisamos como a pandemia de covid-19 se tonou um marcador em suas trajetórias de vida e, com isso, percebemos que, quando os acontecimentos impõem dificuldades, penalizando iniciativas ou frustrando as expectativas desejadas em um processo, tornam-se cada vez mais visíveis as dinâmicas de auto-organização dos seres. Isso porque, mesmo cientes da força e do empenho pessoal empregado para enfrentar os desafios diários, os moradores se percebem penalizados por circunstâncias mais amplas e incontroláveis, o que reforça a necessidade de reorganização contínua de suas vidas.

Compreendemos, portanto, a auto-organização dos seres como uma

idiossincrasia[156] contingente. Não uma predisposição fixa, mas uma adaptação particular e situada, que se realiza no momento, no qual seres e ambientes se respondem mutuamente. Inclusive, sob essa mesma perspectiva, também as contingências e os contextos são idiossincráticos. A pandemia, por exemplo, foi o que foi porque resultou de uma mistura singular de condições passadas, apostas presentes e esperanças futuras.

Nesse sentido, lidar com as consequências das nossas sequências de vida, incluindo com as interafetações da morte, sempre inevitável, não diz respeito apenas às nossas escolhas pontuais ou a acontecimentos isolados. Trata-se, simultaneamente, de uma construção pessoal e de um modo de ser aprendido no ambiente. Melhor dizendo, esse aprendizado perpassa a construção das nossas próprias versões singulares dos modos de ser e perceber.

Por exemplo, a percepção cindida com natureza do nosso modo de existir contemporâneo, faz com que tenhamos dificuldades para reconhecer a felicidade ou a tristeza no presente e, de viver o agora sem estar constantemente subordinado ao passado ou condicionado pelo futuro. Na rotina do nosso mundo neoliberal globalizado, o presente se impõe com urgência, mas chega desvalorizado.

Essa desvalorização do presente não significa não o viver, mas, ao contrário, vivê-lo exaustivamente, como propõe Byung-Chul Han (2015) ao descrever a "sociedade do cansaço". Trata-se de viver o presente de forma extenuante, intensamente ocupado, porém, esvaziado de sentido, como se não fosse especial, e como se a banalidade do cotidiano ordinário não fosse importante. Assim, se acumula o dinheiro para que, um dia, não se precise mais tanto dele; se estuda para passar de ano e, no futuro, ingressar numa faculdade; se trabalha esperando, um dia, parar de trabalhar, e assim por diante. Em todos esses casos, o presente é vivido de forma alienada, em nome de uma realidade que não existe no agora.

Embora pragmaticamente só possamos viver no presente, a consequência de nos vermos como transcendentes em relação à natureza, típica do modo de pensar do ser humano na modernidade colonial, faz com que ninguém consiga, de fato, aproveitar cem por cento do momento atual. Em geral, as pessoas sofrem pelo que passou, se culpando pelo que poderiam ter feito, e se angustiam pelo que poderá acontecer, mas que ainda nem aconteceu.

Assim, essa dificuldade de estar no agora não é uma essência do ser humano em ser descontente, nem apenas um problema individual de pessoas ansiosas. Na verdade, essa

156 A palavra idiossincrasia vem do grego *ἰδιοσυγκρασία*, o qual é composto de *ἴδιος* ("peculiar") e *σύγκρασις* ("mistura").

ansiedade é cultivada socialmente. As redes sociais, por exemplo, nos induzem a comparar constantemente nossas vidas com versões idealizadas dos outros, fazendo com que nos sintamos mal com o nosso presente e criando a ilusão de que nunca poderemos estar plenamente felizes agora, sempre esperando para ser felizes no futuro ou lamentando a felicidade perdida no passado.

Não à toa, o capitalismo, que historicamente soube transformar tudo em mercadoria, também aprendeu a lucrar com a especulação do nosso tempo de vida e com a nossa sensação de impotência ao se sentir indefesos diante do devir. Há muito tempo entendeu que, ao induzir pânicos morais, constrói um meio eficaz para estimular o consumo. Assim, ao nos fazer sentir incompletos e com medo, leva-nos a comprar coisas na tentativa de preencher nossos vazios. Choros vendem lenços; o medo e a insegurança vendem remédios, automóveis, seguros e planos de vida; mas o desconforto com o presente gerado pela cisão ideológica com a natureza pode vender qualquer produto.

Em nosso mundo, a promessa é sempre a mesma: o produto certo trará sentido, liberdade, juventude ou alívio, ainda que momentâneo. Alimenta-se a ideia de que a felicidade apenas chegará quando se consumir aquilo que se deseja: “vou ser feliz quando isso acontecer” ou “assim que resolvermos isso, tudo será ótimo”. Acreditamos nisso, mas esquecemos de que o “tudo ótimo” não existe, e que todos temos problemas.

Dessa forma, o único momento verdadeiramente real, o presente, é justamente o tempo mais difícil de habitar. Somos condicionados a imaginar e consumir cenários fictícios sobre o que deveria ter acontecido ou o que talvez ainda possa ocorrer, contudo, nenhum desses cenários é real no agora. Compramos os mais diversos entretenimentos e inventamos diferentes sofrimentos fictícios, tudo porque viver plenamente no presente não parece algo natural dentro do modo de existência cindido com a natureza. Vivemos entre expectativas e lamentos, adiando a vida real.

É como se negar o presente fosse mais uma implicação psicológica dessa autoimagem que nega a natureza. Nessa lógica cindida, viver no presente significa viver como animais, presos ao devir natural. Por isso, para se ver transcendente, como resposta diante do medo da morte, o ser humano prefere viver em seu presente, cenários ilusórios do passado ou do futuro, do que encarar o definhamento da morte que, de fato, realmente vive.

Podemos dizer que o jeito de viver "civilizado" ou "antinatural" é vender o presente para vivê-lo no futuro, fazendo com que a relação proposta por Bakunin (2012),

entre idealismo e exploração material, continue sendo uma chave potente de análise: o sistema de exploração do homem pelo homem só se sustenta se conseguir convencer cada indivíduo a viver para um tempo que não é o presente.

Assim, quanto mais intensamente nosso tempo de vida é explorado pelo capitalismo, mais se acentua a desvalorização do presente e da rotina, bem como a negação da morte através do consumo alienante que podemos comprar em troca. A negação do valor da experiência vivida no presente é, portanto, uma das formas mais centrais de negação da natureza e de tentar colonizá-la em prol do passado ou do futuro. Essa correlação se torna condição que define e justifica o quão intensa é a exploração do tempo de vida de uma pessoa.

Essa existência, enraizada na ideia de que a habilidade racional humana nos descola de nossa animalidade, relembra o passado com medo de perdê-lo e antecipa o futuro na tentativa de controlá-lo. Nesse processo, negligencia o presente — o único tempo que realmente possuímos — em uma tentativa vã de escapar da experiência de nossa própria finitude e do fato de estarmos contidos na natureza.

Logo, se para alguns autores o imediatismo crescente, impulsionado pelos fluxos acelerados da "pós-modernidade" e pela corda bamba em que vivem as classes oprimidas, leva a uma interpretação de valorização do presente, para nós, ao contrário, isso somente argumenta que vivemos uma profunda desvalorização do agora e, portanto, da própria vida real. Afinal, com essa aceleração, o capitalismo precisa que vendamos cada vez mais o nosso tempo de vida presente, seja para pagar as dívidas do passado, seja para investir em sonhos futuros. E, assim, a vida se organiza como uma alienação contínua, sempre adiada e vivida a crédito.

Dessa forma, o capitalismo aliena nosso tempo vivido[157] pelo tempo cronometrado, e como todo ser no universo, seguimos em autorreferência, afetando e sendo afetados por consequências e probabilidades que fazem parte de nossa cadeia de contingências. Afetações mútuas que implicam a sujeição de cada um à lógica de auto-organização da sua própria experiência no tempo, que, como tempo vivido, passa de maneira diferente para cada um de nós. Cada escolha e cada acontecimento moldam as rotas possíveis de nossas vidas, e, além disso, a cada decisão, uma série de outras possibilidades e

157 Tempo vivido é a distinção que Henri Bergson (2010) chega nos debates com Einstein, ao rejeitar a simplificação de que "o tempo é o que marca o relógio". Sua filosofia nos recorda que o relógio foi inventado para marcar o tempo, e não o contrário.

consequências são descartadas de se realizarem. Embora muitas vezes não tenhamos consciência disso, também vivemos condicionados por essas exclusões.

Por isso, quem não compreende que, na vida, não é possível simplesmente "fazer de novo" ou "fazer diferente", com garantia de resultado; quem não percebe que tudo passa e nem sempre ocorre como o planejado, dificilmente consegue entender o conceito de sequência de vida, e, por conseguinte, o valor do presente. Quem não aceita bem que as coisas foram do jeito que foram, e acredita no destino premeditado, precisa ao menos compreender que, se não somos capazes de controlar tudo na vida, ainda assim o destino é a gente que faz.

É preciso aceitar que a maior parte da vida consiste em adaptações. Como afirmamos ao longo desta tese, a mudança e a adaptação estão presentes em todas as nossas percepções do tempo, porque a própria realidade é uma sequência em devir, assim como nossas trajetórias de vida e nossos cotidianos socioambientais. Dessa forma, sem reconhecer bem o devir e a mudança, quando nos depararmos com outras trajetórias de vida, é comum que julguemos como trágica aquela conjugação entre escolhas individuais e contingências ambientais que conduziram um ser até seu momento presente, simplesmente porque essa trajetória difere daquela que se imagina como "incólume" ou "esperada". Ainda que ninguém possua uma trajetória sem grandes adaptações, nem sem o exercício contínuo da resiliência para encarar a interafetação e a irrevogabilidade do devir.

Por movimentos de aceitação e negação da qualidade irreversível das sequências de vida, os resultados das trajetórias dos seres nos aparecem como trágicos porque todos nós, instintivamente, julgamos com base em nossas próprias trajetórias. É um instinto de recursividade que sustenta nossa capacidade de agir dentro da lógica da auto-organização. Sendo assim, a questão não é como neutralizar os julgamentos, mas, sim, como contar essas histórias sem as tornar apenas e exclusivamente trágicas. Um desafio que, com a pandemia de covid-19, tornou-se ainda mais agudo.

Nosso intuito, então, foi o de apresentar as histórias de vida de nossos interlocutores nesta pesquisa, nem como tragédias absolutas, nem como relatos heroicos de superação, mas como aquilo que elas efetivamente são: composições complexas, cheias de ambivalências, assim como vivemos nossas vidas na realidade. Em contraste com o paradigma da ausência, que caracteriza as favelas e as histórias de seus moradores por aquilo que lhes falta, ou seja, por suas vulnerabilidades, e também em oposição ao paradigma da potência (SILVA, 2020), que tende a romantizar e idealizar as possibilidades oferecidas por

essas condições de vida, o paradigma da auto-organização nos permite olhar para as favelas como lugares compostos por sofrimentos e alegrias, ausências e potências, dores e resistências, resultantes da afetação mútua que se dá na malha socioambiental. Assim como qualquer outro lugar ou trajetória de vida, mas de forma particular também.

Portanto, em resumo, se a vida, especialmente nas periferias urbanas como a Comunidade São Francisco, se constitui em um contínuo processo de auto-organização frente aos riscos, às perdas e às possibilidades, é porque ela sempre vai ser tensionada por interafetações singulares e múltiplas que desafiam qualquer tentativa de explicação unidimensional. Dessa forma, este trabalho buscou compreender as histórias de vida não como meras reações a estruturas preexistentes, mas como adaptações incessantes integradas com as contingências da malha socioambiental. Ao mobilizar conceitos como interafetação, alavanca e sequência, propusemos um olhar atento à potência inventiva da vida cotidiana, reconhecendo que é na recursividade das relações socioambientais com a natureza, entre seres humanos e não humanos, entre corpos, afetos, ambientes e temporalidades, que se forjam tanto os sofrimentos (afetações boas e ruins) quanto as estratégias de resistência e de cuidado.

Por isso, a forma como narramos a trajetória e o envolvimento de alguns dos nossos entrevistados não tem nenhum intuito de suavizar, romantizar ou relativizar crimes, tampouco gerar empatia no leitor de maneira forçada. O esforço sempre foi o de permanecer tão verdadeiro quanto complexo, rememorando, por meio de pistas, as alavancas de suas sequências de vida, incluindo as suas próprias percepções. Buscamos compreender o que está por trás dos julgamentos que pesam sobre ex-presidiários e sobre aqueles que se envolveram, ou que ainda estão envolvidos, nas fronteiras borradas entre o legal e o ilegal.

Descobrimos, assim, que em uma virada para o caminho da ilegalidade, está em questão algo muito além do que apenas uma “falta de querer”, como costuma ser visto pelo lado de fora e, por conseguinte, evidenciamos que há muito mais coisas nessa conta do que costuma parecer: há ameaças, desespero familiar, fome, estigmas, o sentimento de não se encaixar ou de já estar “sujo”, porque o jogo do sistema é ele próprio “sujo”, entre outros discursos e afetações.

Reconhecemos como a contínua luta pela vida provoca contínuas interafetações, que geram consequências e possibilidades no caminho, inclusive aquelas que conduzem à corrosão de qualquer caráter. Com isso, não precisamos, aqui, adotar um determinismo que absolutize essa corrosão; mas também não precisamos negá-la. A lealdade à vida, à

sobrevivência cotidiana, que a lógica da auto-organização evidencia, tem um preço ontológico e material que, hegemonicamente, os seres escolhem pagar. E esse preço nem sempre sucumbe ou se encaixa à moral vigente, que, nesses casos, parece artificial ou inoperante para o actante, por não corresponder à realidade concreta dessas consequências e possibilidades geradas pelas interafetações.

Por isso, embora seja difícil para nós, pesquisadores e leitores, conseguir enxergar as escolhas e os condicionamentos sem ficarmos presos aos inevitáveis julgamentos[158], narramos as histórias de vida nesta pesquisa de forma fundamentada em dados que apontam para as fragilidades socioambientais do cotidiano brasileiro, como o extermínio da juventude periférica ou a gravidez na adolescência, de modo a não refletir apenas o trágico sugerido pelas representações dessas sequências de vida.

Até porque, como ressaltamos, uma das características fundamentais da auto-organização é a horizontalidade. Nessa qualidade da organização da existência, não há experiências determinantes superiores ou mais definidoras que outras. Somos, inevitavelmente, o conjunto delas. Ações e condições podem, sim, ocasionar pontos de virada que marcam transformações, como cicatrizes ou tatuagens, como já comentamos, mas elas não podem ser tratadas pela lógica nomológica-dedutiva, supondo que, conhecendo as afetações mútuas de uma trajetória, seria possível prever, de forma universal e determinística, o seu futuro.

Na realidade, o que conseguimos, por meio das pistas e vestígios inscritos nas sequências de vida, é conhecer apenas algumas de suas realidades casualmente possíveis: possibilidades inscritas em contingências específicas, que sobreviveram às imprevisibilidades do ambiente e, por isso, não obedecem a uma previsão universal, mas somente à singularidade das interafetações que as constituem.

Em uma conclusão mais firme, afirmamos que as nossas trajetórias de vida são formadas por um emaranhado muito mais complexo do que a simples oposição entre condições e escolhas. E, muitas vezes, nem mesmo as consequências determinam o rumo da vida: isso, só sabemos no momento em que acontece.

Dentro dessa dinâmica de incertezas do tempo e do espaço, portanto, o cotidiano

158 Ao contrário da neutralidade positivista ou axiológica, sob um paradigma dissensual, esses julgamentos não poluem nosso fazer científico, mas sim o enriquecem. Evidentemente, porém, também não podemos fazer com que esse processo de produção da verdade fique restrito a opiniões individuais. Assim, por meio de uma posição sincera e honesta, que preza em ser contingente como a verdade que produz, colocamos os julgamentos em diálogo com outros dados e percepções do próprio actante, do pesquisador, dos autores convocados e dos outros interlocutores, pois o fazer científico é indiscutivelmente coletivo.

se constitui como um contínuo entre o planejado e o imprevisto. Estando sempre inclinado a realizar desejos, mas se esquecendo de que há sempre a possibilidade de erro, de errarmos ou de estarmos errados.

Por isso, a experiência e memória de uma vida única e irrepetível carrega exatamente esse peso da dimensão de fluxo, mudança e irreversibilidade. Com ela, temos que aceitar que o real sempre segue em frente, mesmo quando não queremos seguir com ele. Conforme já nos ensinava o filósofo grego Heráclito: “Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois, na segunda vez, o rio já não é o mesmo, nem tampouco o homem”.

Afinal, somos o que nossa história é, o que nossas caminhadas cotidianas nos tornam, desde os processos físico-químicos e biológicos que nos constituem, até os processos socioambientais mais amplos que atravessamos ao longo da vida (SAPOLSKY, 2018). Ações e memórias constituem, simultaneamente, tudo o que somos e, paradoxalmente, tudo o que deixamos para trás ao morrer. Como as águas do córrego da Comunidade São Francisco, fluímos pelo tempo e pelo espaço, carregando reflexos simbólicos e alimentando novas sequências.

Então, conforme o fragmento da fala de um actante da Comunidade São Francisco, que diz: “A gente morre e não leva nada”, nossa tese se encerra, argumentando que somos o que nosso cotidiano é, o que nossas linhas de engate e de fuga tecem no emaranhado dessa vida que, afinal, é uma viagem sem volta, uma passagem em fluxo, independentemente da noção de vida pós-morte que os sujeitos cultivem (ou não) em seus meios.

Todos nós, a cada passo de deslocamento, compreendemos os caminhos que percorremos em nossa rotina cotidiana de existência. Sabemos das interligações e conexões que formamos nas interações sociais; conhecemos os fluxos de nossa cidade, do nosso bairro, da nossa rua, das nossas casas. No entanto, paradoxalmente, não somos plenamente conscientes dos fios que tecemos e dos nós que damos na malha da natureza: os vínculos que se constroem não apenas pelas relações humanas, mas também pelos laços com os ambientes que nos suportam, nos sustentam e nos constituem.

Assim, que esta tese possa servir, ainda que de forma modesta, como uma contribuição para novos estudos que aprofundem a compreensão das interafetações entre os seres humanos e a natureza. E mais, que nosso trabalho sirva como convite para que novas pesquisas, políticas públicas e práticas ético-afetivas se abram à escuta das auto-organizações silenciosas, que sustentam o mundo onde mais se vive e mais se morre. Acima de tudo, que

possamos ajudar a nutrir o desejo de construir sociedades mais justas, mais solidárias e mais preparadas para enfrentar os desafios de um mundo em permanente devir.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALIMONDA, Héctor. **La naturaleza colonizada:** ecología política y minería em América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; FREITAS, Geovani Jacó de; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Por uma Produção Sociológica: entre a narrativa histórica e o saber racional. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 158-168, 2012.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ASMAR, William. **Por que o homem destrói o meio ambiente**: o instinto de morte e a entropia. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS). **Boletim Cientista Sociais e o Coronavírus.** ANPOCS, 2020. Disponível em: http://anpocs.org/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistassociais/2325-boletimsemanal. Acesso em: 29 nov. 2020.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKUNIN, Mikhail. **Dios y el Estado**. Buenos Aires: Arte Gráfico Editorial Argentino, 2012.

BARBOSA, Rodrigo Holanda. **Violências estatais e resistências**: auto-organização dos espaços públicos no Conjunto Ceará. 2017. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BARBOSA, Rodrigo Holanda. **Entre retrovisores**: sociação e auto-organização do trânsito de motociclistas em Fortaleza. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

BARBOSA, Rodrigo Holanda. Reflexões decoloniais sobre o processo civilizador e descivilizador até os dias atuais: um diálogo com o autocontrole de moradores de periferia no Brasil urbano. **Realis – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais**, Recife, v. 12, n. 2, p. 61-80, 2022.

BARREIRA, Irlys Firmo. **O labor criativo na pesquisa** – Experiências de ensino e investigação em ciências sociais. Fortaleza: Editora UFC, 2017.

BARREIRA, Irlys Firmo. Tempos de suspensão… graves e agudos da pandemia no espaço público. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-15, 2022. Disponível em:

http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.50101. Acesso em: 20 jun. 2023.

BARREIRA, Irlys A. F; DIÓGENES, Glória M. S. Uma vida que não se conta: nos caminhos da singularidade. **Etnográfica**, Lisboa, v. 23, n. 3, p. 649-672, 2019.

BARREIRA, Irlys A. F.; REIS, Eliana T. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. **Revista BIB**, São Paulo, n. 86, p. 36-67, 2018.

BARTHE, Yannick; AKRICH, Madeleine; RÉMY, Catherine. As investigações "leigas" e a dinâmica das controvérsias em saúde ambiental. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 26, p. 84-127, 2011.

BATESON, Gregory. **Mente e Natureza**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

BAUDRILLARD, Jean. **A Troca Simbólica e a Morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BECKER, Ernest. **A negação da morte**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

BERGER, Lee R. *et al.* Homo naledi, a new species of the genus Homo from the Dinaledi Chamber, South Africa. **eLife**, Londres, v. 4, p. 1-35, 2015.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BOHR, Niels. **Física Atômica e Conhecimento Humano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BONDÍA, J. Larrosa. **Tremores: Escritos sobre experiência.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BOURDIEU, Pierre. Introduction à la socioanalyse. In: Actes de la recherche en sciences sociales nº 90: La souffrance. **L'Homme et la société**, Lyon, n. 104, p. 152-153, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O sentimento da honra na sociedade cabília. *In:* PERISRIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrâneas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. p. 159-195.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELES, Vera. **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. São Paulo: Boitempo, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira e a transformação

dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2001.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2004.

CARVALHO, Laura; PIRES, Luiza Nassif; LIMA, Laura Xavier de. **COVID-19 e Desigualdade no Brasil**. Unpublished, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.13140/RG.2.2.27014.73282. Acesso em: 17 dez. 2024.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). Division of Viral Diseases. **Science brief**: SARS-CoV-2 and surface (fomite) transmission for indoor community environments. United States of América: CDC, 2021. Disponível em: https://stacks.cdc.gov/view/cdc/104762. Acesso em: 25 mai. 2025.

CERTEAU, Michel de. **La culture au pluriel**. Paris: Union Générale d´Éditions, 1974.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

CORRÊA, Mariza. **Colcha de retalhos**: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CRUZ, Henrique Dias da. **Os morros cariocas no Novo Regime**: notas de reportagem. Rio de Janeiro: Grafica Olympica M. Couto, 1941.

DAMATTA, Roberto. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAS, Veena. Violence, Gender and Subjectivity. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, v. 37, p. 283-299, 2008.

DAS, Veena. **Affliction**: health, disease, poverty. New York: Fordham University Press, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs.** Capitalismo e Esquizofrenia. v. 1 – Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DEMO, Pedro. **Sociologia**: uma introdução crítica. São paulo: Atlas, 1985.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà de la nature et culture.** Paris: Gallimard. 2005.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociologia sentipensante para América Latina**. México: Siglo XXI, 2015.

FERREIRA, Alexandre; SILVA, Eusébio Lobo da. Sobre o corpo: uma trajetória da physis ao corpo poético. **O percevejo online**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-19, 2012.

FEY, Franciele; ROSA, Jarbas André da. Teoria do caos: a ordem na não-linearidade. **Universo Acadêmico**, Taquara, v. 5, n. 1, p. 217-232, 2012.

FLICKINGER, Hans-Georg; NEUSER, Wolfgang. **A teoria de auto-organização**: as raízes da interpretação construtivista do conhecimento. Porto Alegre: Edipucrs, 1994.

FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros. *et al*. Determinantes sociais da saúde e infecção por COVID-19 no Brasil: uma análise da pandemia. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 73, n. 2, p. 1-7, 2020.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Secretaria Municipal de Saúde. **Informe semanal covid-19**: 29ª semana epidemiológica. Fortaleza, 2020. Disponível em: https://coronavirus.fortaleza.ce.gov.br/boletim-epidemiologico.html/ Acesso em: 18 jul. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FRACARO, Marcos G. A pandemia e as dádivas. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de janeiro, s/n, p. 1-12, 2021.

FREUD, Sigmund. Beyond the Pleasure Principle. **Hogarth Press***,* Londres, v. 18, p. 3-64, 1920.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

FREUD, Sigmund. **O Ego e o Id**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1997.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas**. v. 20. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade pessoal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópoles: Vozes, 2011.

GOMES, Aline R. **Práticas emergentes no enfrentamento domiciliar à pandemia da covid-19.** 2021. 109f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza, 2021.

GONÇALVES, Danyelle N; FILHO, Irapuan P. L; SANTOS, Harlon R. R; FREITAS, Rafael M. F. Estar em isolamento social: quando a desigualdade atua como fator. **Revista Aval**, Fortaleza, v. 3, n. 17, p. 151-169, 2020.

GONÇALVES, Marco A.; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia Z. **Etnobiografia**: Subjetivação e Etnografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **O aroma do tempo**: um ensaio filosófico sobre a arte da demora. Lisboa: Relógio d'Água, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2015.

HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. On the psychology of poverty. **Science**, New York, v. 344, n. 6186, p. 862-867, 2014.

HEMPEL, Carl; OPPENHEIM, Paul. Studies in the Logic of Explanation. **Philosophy of Science**, Cambridge, v. 15, n. 2, p. 135–175, 1948.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da Razão**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

INGOLD, Tim. Humanity and Animality. *In:* INGOLD, Tim (ed.). **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres: Routledge, p. 14-32, 1994.

INGOLD, Tim. **The perception of the enviroment.** Essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000.

INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 76-110, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados Subnormais**: resultados preliminares. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 31 jul. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Informe nº 232** – Gravidez na adolescência no Ceará. Análise dos dados do SINASC. Fortaleza: IPECE, 2023.

JACOBS, Jane. **Morte e vida nas grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JOHNSON, Steven. **O mapa fantasma:** como a luta de dois homens contra o cólera mudou o destino de nossas metrópoles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. São Paulo: Hedra, 2008.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

LANDER, Edgardo. *et al*. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Cidade Autônoma de Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. **An inquiry into Modes of Existence**. Cambridge: Harvard University Press, 2013.

LEMINSKI, Paulo. Corpo não mente. **Revista Corpo a Corpo**, São Paulo, S/N, p. 97-98, 1987.

LINS, Antonio J. P. S. **Cidade híbrida**: contribuição para uma teoria das periferias urbanas contemporâneas no Brasil. Rio de Janeiro: Riobooks, 2020.

LORENZ, Edward Norton. **The Essence of Chaos**. Washington: University of Washington Press, 1993.

MAIA, Maria das Graças. **Poluição do Rio Maranguapinho Fortaleza-CE**: causas e consequências. 2008. 68f. Monografia (especialização) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, Fortaleza, 2008.

MANICA, Mattia. *et al*. Intrinsic generation time of the SARS-CoV-2 Omicron variant: An observational study of household transmission. **The Lancet Regional Health**, Europe, v. 19, p.1-10, 2022.

MARQUES, José M. da R. **Áreas de risco de desastres ambientais na cidade de Fortaleza Ceará-Brasil**: vulnerabilidade social dos assentamentos precários no bairro do Bom Jardim. 2018. 92f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Curso de Geografia, Fortaleza, 2018.

MARTINS, José de Souza. A fotografia e a vida cotidiana: ocultações e revelações. *In*: PAIS,

J. M.; CARVALHO, C.; GUSMÃO, N. M. **O visual e o quotidiano**. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 33-58.

MATTA, Gustavo C.; REGO, Sergio; SOUTO, Ester P.; SEGATA, Jean. (Org.). **Os impactos sociais na covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid- 19; Editora FIOCRUZ, 2021.

MATURANA, Humberto. **Desde la biología a la psicología.** Santiago de Chile: Editorial Universitária, 1996.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **De máquinas e seres vivos**: autopoiese, a organização do vivo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.

MEAD, George Hebert. **Mente, Self e Sociedade**. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MILLS, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010.

MORIN, Edgar. **El hombre y la muerte**. Barcelona: Editorial Kairós. 1994.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, Edgar. **É hora de mudarmos de via**: lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

NAVARRETE, Júlio Méjía. Modernidad y conocimiento social. La emergencia de un discurso epistémico en América Latina. **Cinta de moebio**, Santiago, n. 54, p. 290-301, 2015.

NOGUEIRA-DE-ALMEIDA, Carlos Alberto. *et al*. Prevalence of childhood anaemia in Brazil: still a serious health problem: a systematic review and meta-analysis. **Public Health Nutrition**, Cambridge, v. 24, n. 18, p. 6450–6465, 2021.

NORONHA, Eduardo Garuti. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-179, 2003.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **A Broken Social Elevator? How to Promote Social Mobility**. Paris: OECD Publishing, 2018.

OXFORD COMMITTEE FOR FAMINE RELIEF (OXFAM). **A desigualdade mata**. São

Paulo: OXFAM Brasil, 2022. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-social-eeconomica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/. Acesso em: 08 fev. 2022.

PAIS, José Machado. Cotidiano e reflexividade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 98, p. 23-46, 2007.

PAIS, José Machado. **Sociologia da vida quotidiana**: teorias, métodos e estudos de caso. Lisboa: ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. **Contingências da violência em um território estigmatizado.** 2007. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, 2007.

PASCAL, Blaise. **Pensées**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

PASSERON, Jean-Claude. **O raciocínio sociológico**: o espaço não popperiano do raciocínio natural. Petrópolis: Vozes, 1995.

PINTO, José P. G. MAGALHÃES, Patrícia C.; FIGUEIREDO, Gerusa M.; ALVES, Domingos; SEGURA-ANGEL, Diana M. Local protection bubbles: an interpretation of the decrease in the velocity of coronavirus's spread in the city of São Paulo. **MedRxiv**, Yale, preprint, p. 1-18, 2020. Disponível em: https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2020.08.11.20173039v1.full. Acesso em: 15. fev. 2022.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza**.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **De la création de l'ordre dans l'humanité ou principes d'organisation politique**. Paris: Marcel Rivière, 1927.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf. Acesso em: 24. Jan. 2025.

RIBEIRO, Amanda de S. **Centro Cultural Grande Bom Jardim**: memória, identidade e território. 2019. 80f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências da Informação, Fortaleza, 2019.

ROLNIK, Raquel. **Hospitalizações por Síndrome Respiratória Aguda Grave na Região Metropolitana de São Paulo.** LabCidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: https://github.com/labcidade/datasus-srags-cep. Acesso em: 28 nov. 2020.

SAGAN, Carl. **Bilhões e bilhões**: reflexões sobre a vida e morte na virada do milênio. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

SÁ JUNIOR, Luiz César de. Phillipe Descola e a virada ontológica na antropológia. **Revista Ilha**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 7-36, 2014.

SALES, Luiz B. F. **Análise socioambiental do segmento do baixo curso do Rio Maranguapinho na cidade de Fortaleza-CE**: relações sociedade x natureza. 2004. 133f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Mestrado acadêmico em desenvolvimento e meio ambiente, 2004.

SALLNOW, Libby. *et al*. Report of the Lancet Commission on the Value of Death: bringing death back into life. **The Lancet**, Londres, v. 399, n. 10327, p. 837-884, 2022.

SAMAIN, Etienne. As peles da fotografia: fenômeno, memória/arquivo, desejo. **Revista Visualidades**, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 151-164, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Carolina Junqueira dos. **O corpo, a morte, a imagem**: a invenção de uma presença nas fotografias memoriais e post-mortem. 2015. 288f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2015.

SAPOLSKY, Robert M. **Comporte-se**: a biologia humana em nosso melhor e pior. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 16, p.297-325, 1998.

SEGATA, Jean. A doença socialista e o mosquito dos pobres. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 372-389, 2016.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. "Violência urbana", segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, 2010.

SILVA, Giovanna de Castro. **Geoprocessamento aplicado à análise de vulnerabilidade socioambiental do baixo curso do Rio Maranguapinho – Fortaleza-CE.** 2019. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Curso de Geografia, Fortaleza, 2019.

SILVA, Jailson de Souza. **A favela reinventa a cidade**. Rio de Janeiro: Mórula, EdUniperiferias, 2020.

SILVA, Clayton Robson Moreira da. *et al*. Trust in Government and Social Isolation during the Covid-19 Pandemic: Evidence from Brazil. **International Journal of Public Administration**, Londres, v. 44, n. 11–12, p. 974-983, 2021.

SINGER, Merrill. **Introduction to syndemics**: a critical systems approach to public and community health. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 11-25.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da Sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. **A ruína**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

SKOW, Bradford. **Objective Becoming**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela S. Trabalhando com história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Revista de Enfermagem USP**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 119-126, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar**? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. **Death without weeping**: the violence of everyday life in Brazil. Berkley: University of California Press, 1992.

TARDE, Gabriel. **As leis da imitação**. Porto: Rés Editora, 2000.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

WACQUANT, Loïc. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 80, p. 9-19, 2008.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones em torno a las epistemologías decoloniales. **Nomadas**, Bogotá, n. 26, p. 102-113, 2007.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e reviver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

WHITEHEAD, Alfred North. **Procès et réalité**: essai de cosmologie. Paris: Gallimard, 1995.

WORLDOMETERS. Covid-19 **Coronavirus Pandemic Update.** Portal Científico Online, 2020. Disponível em: https://www.worldometers.info/coronavirus/country/brazil/. Acesso em:

12 nov. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000.

# APÊNDICE A – TRECHOS DE DIÁRIOS DE CAMPO

## Diário de campo – 25 de Abril de 2021

Hoje, aproveitando os baixos índices de contaminação pela covid-19, se abre uma janela para mais uma ida ao campo de pesquisa. Domingão pela manhã, faz um dia daqueles de sol forte e céu limpo de nuvens.

Falo com meu primo pelo celular, enquanto jogo uma partida de *Hearthstone.* Irei às 10 horas na casa da mãe dele e do meu tio, na Comunidade São Francisco, para ajudá-lo em sua mudança para lá, após ter morado com a namorada e "não darem certo".

Passo protetor solar como é um costume, ou diria preocupação. Tomo um pouco de água, pois sei que na hora da mudança não terão oportunidades de beber até acabar. Saio me despedindo da minha cachorra, que ficará sozinha me aguardando. Certifico que deixei comida e água para ela. Só então saio de moto e em menos de três minutos eu chego na comunidade.

Sou recebido por minha tia, Cláudia, que abre o portão para que eu coloque a moto para dentro. Penso nela como meu ponto central da pesquisa na comunidade. Ela, sem dúvidas, é muito querida. Fomos a pé, até a rua de trás, para verificar se o rapaz que ia fazer o frete já estava em casa e, quando passeávamos nas vielas, todos a cumprimentavam como Dona Cláudia.

Tínhamos que esperar esse rapaz que faz frete, que ainda estava no culto da igreja de frente onde mora na comunidade, então, quando voltamos à casa da tia, sentamos para conversar. Falamos do meu tio e da covid-19. Falamos de como foi rápido o relacionamento do meu primo e de como minha tia "já sabia" que não ia dar certo, mas mesmo assim apoiou o filho. Afirmou apenas que estava preocupada com ele.

Ela comentou ainda que há algumas semanas, junto do meu tio, estava sentindo dores musculares e que pensavam ser covid-19 por uma segunda vez. Meses anteriores também haviam tido sintomas parecidos, mas poderia ser chikungunya.

Então, falei sobre meu trabalho de pesquisa e ela começou a narrar várias histórias de pessoas que pegaram a doença na comunidade. Fulano que morreu, beltrano que perdeu o parente. Me nutri de um certo interesse natural de algumas senhoras de meia-idade para falar de doenças. Ela falou de várias pessoas com as quais podíamos conversar na pesquisa.

Uma dessas histórias, fiquei interessado, mas me defrontei com a dificuldade que seria ter que ir atrás dessa pessoa, pois ela morou de aluguel em uma dessas casinhas pequenas na comunidade, durante o isolamento social rígido ano passado e quase morreu da covid-19, porém, depois se mudou. Então, ficamos ali conversando, refletindo sobre quem podíamos entrevistar e dando risadas com outros assuntos que atravessavam nosso papo, pois Tia Cláudia é sempre muito engraçada.

Até que nos demos conta de que já havia passado tempo o bastante e fomos atrás do rapaz do frete. Caminhamos por uma viela de trás da residência onde estávamos e, enquanto isso, reparei que a rua de acesso à comunidade estava lotada de buracos. Ao questionar o estado da rua para a tia, ela diz que era uma obra de saneamento que estavam fazendo.

Viramos a esquina e o sol resplandecia na viela estreita de estrutura irregular, fazendo com que as sombras no chão de terra fossem igualmente desregulares. Onde quer que você olhasse, havia muita sujeira. Embalagens plásticas e fezes de animais tidos como domésticos, mas que vivem nas ruas.

O rapaz do frete estava saindo do culto e depois foi tirar o carro da garagem, que tinha uma carreta de duas rodas acoplada atrás. Ficamos encostados numa parede observando ele tirar o veículo da garagem. Impressionei-me com as manobras que ele fez com o carro e o reboque acoplado naquela viela tão estreita e sem calçadas, mas logo pensei que ele já devia ter feito aquilo um milhão de vezes.

Quando terminou, minha tia, que também é evangélica, mas de outra igreja mais na frente, ainda assim o cumprimentou como "irmão". O rapaz entra mais uma vez na casa e então decidimos ir ao mercadinho na esquina da viela.

Minha tia começava uma conversa com a dona da venda e acabou conversando com uma cliente que era parente da pessoa que ela queria me apresentar, pois teve covid-19 e morreu. Ela me apresenta e fala sobre minha pesquisa. A pessoa se mostra simpática e disponível, apesar de um pouco estupefata por aquele assunto tão estranho de pesquisa, ainda mais sobre seu parente falecido. Imagino que pensava: "Por que será desse interesse no meu marido falecido, se ele não era ninguém importante"?
Conforme nossa organização, combinamos que Tia Cláudia ficaria para abrir espaço em sua casa, enquanto eu iria com o rapaz para ajudar a trazer as coisas do meu primo. Enquanto seguíamos até onde meu primo morava em Caucaia, o motorista do frete puxou assunto, é claro, sobre o maldito novo coronavírus, que virou assunto corriqueiro, como falar sobre o clima.
Ele disse que pegou a nova doença e acha que pode ter passado para a esposa e o filho. Porém, disse que, depois de dois dias com febre, fadiga, sem gosto e paladar, voltou a trabalhar. Assim que recuperou energia para colocar força, achou que não poderia dispensar serviços de mudança, por precisar manter sua renda para alimentar sua família. Então, mesmo doente, nos contou que apenas dizia aos clientes que não podia fazer muita força, mas não falava que estava doente para que não se preocupassem e desistissem de contratar seus serviços […]
Na volta, tive uma espécie de continuação do papo com o motorista do frete, que tinha por volta dos trinta anos. Soube que ele era pastor, mas agora só ajudava como ministrador de curso bíblico.
Ele diz que é formado em administração pela Estácio e que trabalhou numa empresa nessa área, depois na Caixa Econômica, mas que, agora, tinha ficado desempregado antes da primeira onda da covid-19. Por isso, fazia frete com clientes fixos.
Expliquei para ele sobre minha pesquisa e ele me falou que achava que na comunidade era mais difícil o *lockdown* e que isso era por falta de educação. Nas suas palavras, o motorista disse: "Quem mora em comunidade não entende isso" e na sua opinião as pessoas "tavam nem aí", "ninguém usa máscara".
Disse que na primeira onda as pessoas haviam levado mais a sério, porque tinham o medo de ficar doente. Ele mesmo disse que, quando pegou covid-19, dizia que era virose, primeiro, porque ele "não sabia se era", mas também, porque ele "não queria causar mais medo" nas pessoas. Nas entrelinhas, eu achei que ele não queria ser discriminado, apesar de não ter conseguido expressar isso. […]
Ele disse-me, ainda, que tomou e continua tomando "vitamina c" porque precisava trabalhar, e acreditava, com isso, conseguir aumentar ou manter sua imunidade. Dai acendeu em nós a atenção para observar que tipo de estética de vida que comporta o tal tratamento precoce, mandingas, crendices, etc. E mais, como o pensamento do placebo deixa o indivíduo com a sensação de que está seguro, podendo fazê-lo correr mais riscos. […]
Falávamos também sobre o auxílio [emergencial], quando ele disse que demorou para receber, pois ainda constava que ele estava empregado. Então, só recebeu poucos meses na primeira onda.
Outra coisa que notamos é que, pela primeira vez, alguém de fora da minha bolha de vínculos afetivos na comunidade denominava o local como "favela" São Francisco, apesar de ter falado "comunidade" anteriormente, refletindo como esses termos são tratados como sinônimos […]

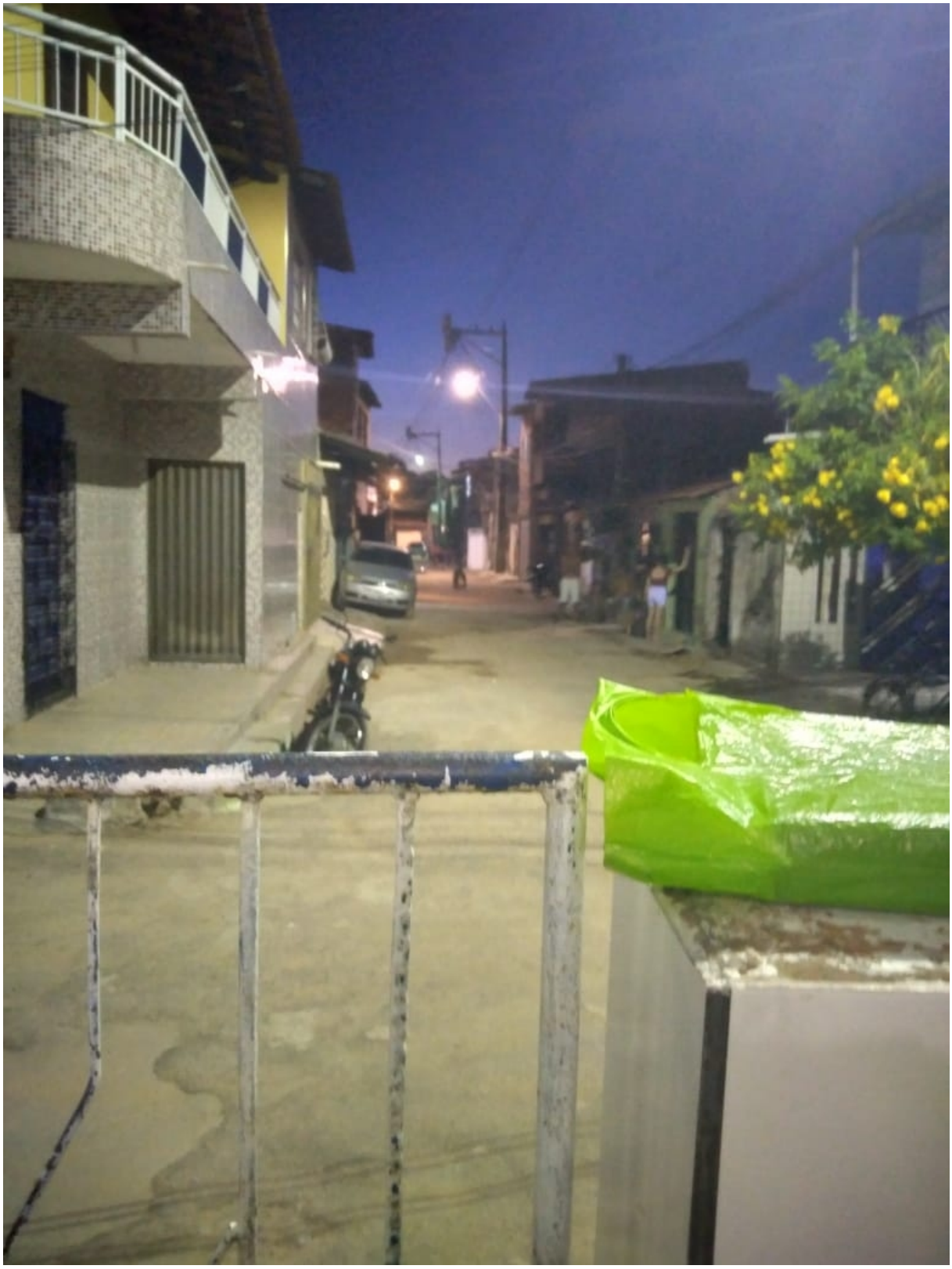
## Diário de campo – 14 de Julho de 2021

[...] marquei de ir à casa do meu amigo ver umas armações de óculos, pois ele faz avulso, direto com o laboratório, o que sai mais barato. Sua mãe, a quem chamo de "tia" foi quem me mostrou as armações que ele tinha em casa.
No caminho até a comunidade, pilotando a moto, decido ir por outro caminho, vou por dentro da Granja Portugal e vejo ruas esburacadas, sem asfalto e saneamento, como de costume, mas dessa vez, me dei conta que realmente, como disse Dona Cláudia, a comunidade é apenas ali num xadrez de dez vielas, mais ou menos e não

como acreditava ser, apesar de, na prática, os moradores frequentarem “espaços agregados” no entorno, incluindo o Centro Cultural Bom Jardim. A malha, portanto, é pequena, mas os moradores ligam conexões em todo o entorno.
Chego na viela e seus vizinhos estão na calçada fazendo costura manual para facções de roupa, trabalho precarizado terceirizado mais comum na comunidade. Uma “nova” exploração sem vínculos empregatícios.
Um dos vizinhos tem uma tornozeleira eletrônica na perna.
Como ninguém me atendeu, pois depois descubro que meu amigo estava trancado com a namorada no quarto e a tia estava lá em cima, o vizinho da tornozeleira “faz sugesta” para chamar porque havia, sim, gente em casa. Porém, fala comigo sem parar seu trabalho de costura, já que precisam trabalhar horas e horas nesse trabalho.
Sou enfim atendido pela tia que vai chamar meu amigo na porta. Dou uma passada na Tia Cláudia, que também está a procura de fazer um novo óculos de grau.
Dentro de sua casa, entrego-lhe o celular que ela me emprestou e a agradeço muito, pois foi com ele que pude fazer a seleção para o doutorado. Entrego também uma vasilha que há um tempo ela tinha mandado com doces (no nosso mundo, é sempre importante devolver a vasilha). Em contrapartida, havia um calção meu lá que havia esquecido e acabei pegando de volta.
Vejo as armações de óculos enquanto converso com Cláudia. Ela de pronto me pergunta como serão os sopões e me explica como são feitos os da igreja que tem lá perto. Ela conta como os vizinhos são acostumados a pegar a sopa com potes e ainda reclamar, segundo ela.
Conto que a estratégia é aproximar para futuras entrevistas e observar as práticas coletivas, mas sou convencido por ela de que não seria estrategicamente o melhor para nossa metodologia. Ela, então, sugere que eu leve um “lanche” para a família entrevistada, mas logo pensei que poderia levar uma cesta básica.
Combinamos de ir ao Centro na manhã seguinte, pois as poucas armações que meu amigo tinha não nos agradou. Gosto da amizade que tenho com Tia Cláudia, apesar da diferença de idade. Digo que quero falar com a Wilma e ela diz que vai marcar com ela. Falo de outro interlocutor e ela responde que quem trabalha mais formal é mais difícil mesmo de manter contato.
Depois, ela desbanda narrando histórias de um meio-mundo de gente. No fim, nesse dia, ainda deu tempo para refletirmos sobre as melhores histórias possíveis de serem contadas e sobre uma melhor estratégia metodológica que ficou para amadurecermos.
Então, Tia Cláudia me convida para dar outro de seus passeios na comunidade, como fizemos naquela vez, mas agora por toda a comunidade. Antes de sair, encontro meu Tio Crisanto sentado com um grupo de amigos nos bancos de cimento feitos às margens do córrego aqui da comunidade.
Saímos pela viela e sou apresentado aos vizinhos de que falei mais cedo, sou tímido, mas sou recebido com sorrisos e saudações: “oi, tudo bom?”; “boa tarde, seja bem-vindo”, uma senhora me falou. Outra perguntou se eu moro no Conjunto Ceará (“ele que mora no cc?”). Imagino que Cláudia já tenha dito a alguns que seu “sobrinho” estava fazendo uma pesquisa.
Falamos com a pastora da tia, demos bom dia para muitas pessoas e dobramos a esquina até o “canal”. As ruas aqui dentro também são esburacadas e de terra batida. Há muito lixo. Canos atravessam a viela. Casas todas coladas. Vários “gatos” de energia.
No “canal” vemos uma menina sentada na beira, parecia não ter o que fazer, apenas observava, demos tchau para ela e ela respondeu com outro aceno.
Vemos o Centro Cultural e mais à frente um grafite que não consegui ler (pensei ser sobre a covid-19). Tenho que voltar para registrar em imagens.
Circundando por outra viela, encontramos um rapaz tatuado que Cláudia chama e me apresenta. Ele é simpático e pergunta o que eu quero fazer. Eu digo que quero fazer entrevistas, mas logo ele diz que estava “avexado” e pede desculpas amigavelmente. Quando ele sai, descubro que se trata de um “frente”, uma liderança do crime. Com ele, conseguiremos permissão/proteção para a pesquisa e fiquei pensando que podemos entrevistá-lo também.

Passamos por uma viela em péssimo estado, acho que propositalmente para dificultar o acesso aos pontos do tráfico.
A medida que passamos, vemos as pessoas nas portas de casa ou através dos portões fazendo costura. Damos bom dia a todas elas.
Dobramos mais uma vez, voltando para fazer um "balão" em direção à Rua João XXIII. No meio da viela, paramos numa casa bem simples de três vãos e um quintal. Na porta, sentado no batente, estava um rapaz novo, muito branco, que descubro depois que acabara de sair da prisão.
Quando a tia pergunta se ele está bem, ele diz que está "é melhor". Eu só fui entender depois da afirmação enfática, quando soube do contexto.
Minha tia e eu somos convidados para entrar, lá dentro, sou apresentado à Elisângela? (não me recordo o nome) e outra pessoa, cujo apelido não posso divulgar por sua ligação no submundo. Parece que todos moram lá. Foi muito interessante ter entrado na casa e reparado sua estrutura humilde.
Voltamos pela rua principal até a casa do rapaz com quem conversei e que fez frete para meu primo, até a "bodega" da esquina.
Retornando à casa da tia, conversamos na varanda sobre várias histórias. Uma que ela contou foi de um cara que cria porcos e durante a pandemia perdeu tudo. Ela fala sobre a dona da padaria da comunidade, do padeiro que foi preso na pandemia por um crime quando jovem e de uma menina de apenas dez anos que teve um filho e sua mãe era viciada em crack.
Tia falou também de uma mulher que teve câncer durante a pandemia, que era da igreja e que Deus tinha curado ela, mas quando saiu da igreja, o câncer voltou. Falou de famílias com muitos filhos, de um pai que morreu de covid-19 e seu filho foi preso, deixando a mulher com os filhos desamparados. Falou das esposas dos presos que, durante a pandemia, não puderam visitá-los. Imagino que lá dentro da prisão estava braba a coisa.
No fim, a tia Cláudia conta que até uma família recentemente havia se mudado daquela viela, porque as crianças estavam traumatizadas. A tia fala que desde que ela mora ali já viu muito tiroteio, que era muito comum até pouco antes. Me pergunto: o que será que mudou? Será que mudou?
Contou como as pessoas passavam amarradas e depois se ouviam os tiros da execução, mexendo com seu psicológico. E como recentemente mataram um jovem na esquina. Aqueles assuntos que sempre estão presentes nas conversas dos moradores de qualquer bairro periférico, especialmente comunidades pobres. A sociabilidade violenta aqui é mais que realidade, é modus operante.

# APÊNDICE B – MOSTRA DO ACERVO MULTIMÍDIA








ELAOPA
HONDA

# APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

**Você está sendo convidado por Rodrigo Holanda Barbosa como participante da pesquisa intitulada "Cotidiano e vida socioambiental em tempos de covid-19: devir, interafetação e auto-organização". Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.**

**Objetivos da pesquisa:**

- **Investigar como acontecem e se subjetivizam as produções do cotidiano e das histórias de vida dos moradores da Comunidade São Francisco, no devir da natureza do ambiente em que se encontram.**
- **Compreender que vulnerabilidades podem ser identificadas nessas produções quando confrontadas com o contexto da pandemia de covid-19.**

**Procedimentos da pesquisa:**

**Após ser lido este documento e/ou outros documentos com cuidado na etapa inicial de esclarecimento, ao concordar em participar da pesquisa, o consentimento livre e esclarecido será registrado. As entrevistas, registros de imagem e vídeo são gravados com o prévio consentimento do(a) entrevistado(a) ou de seus respectivos responsáveis legais. Todos são orientados para que prezem pela sinceridade e advertidos que terão suas identidades individuais, sociais, geográficas, religiosas, profissionais, dentre outras, resguardadas por nosso compromisso ético de pesquisa.**

**Todos são convidados, por conseguinte, a pensar o quanto quiserem antes de se dispor a responder, pois, não costumamos pensar quando fazemos muitas das coisas que fazemos cotidianamente.**

**Tendo os(as) participantes, de forma antecipada, conhecimento dos fins da pesquisa, poderemos disponibilizar no início ou no decorrer da entrevista, de maneira flexível e a depender do nível de profundidade da fase de pesquisa, gráficos, imagens, fotos, álbuns e músicas aos entrevistados(as), pedindo sua atenção.**

**Com o objetivo de favorecer o diálogo individual-coletivo entre observações do pesquisador e os discursos dos moradores, as entrevistas não estruturadas serão compostas de perguntas abertas, sob o interesse de pesquisa deste estudo.**

**Todos(as) participantes estão cientes dos benefícios de participar da pesquisa, contribuindo para o conhecimento científico sobre o cotidiano de moradores de comunidades periféricas, no planejamento futuro de combate a pandemias, e, posteriormente, na sua utilização em políticas públicas de proteção às populações socialmente vulneráveis.**

**Asseguramos, portanto, ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares, e, que nos empenhamos em mitigar os riscos para os participantes, envolvendo a disseminação e contaminação da doença covid-19, mesmo tomando medidas de segurança como o uso de máscaras, e, mesmo em situações de controle da alta de casos e de mortes. Bem como, o empenho de mitigar o risco de prejudicar a identidade, privacidade e memória dos participantes, envolvendo a coleta, publicação e recepção de objetividades e subjetividades sobre suas vidas.**

**Comprometemo-nos a utilizar os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente**

**para as finalidades previstas ou conforme o consentimento dado pelo(a) participante, não tendo esse(a) recebido nenhum tipo de pagamento.**

**Destacamos, ainda no convite, que a qualquer momento o participante poderá recusar a continuar participando da pesquisa e que também poderá retirar o seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantimos que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão prejuízo a sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só poderá ser feita entre os profissionais estudiosos do assunto e em revistas científicas acadêmicas.**

Endereço d(os, as) responsável(is) pela pesquisa:

**Nome: Rodrigo Holanda Barbosa**
**Instituição: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC**
**Endereço: Av. da Universidade, 2995, Benfica, 60020181, Fortaleza-CE**
**Telefones para contato: +55 (85) 3366-7422**

**ATENÇÃO:** Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344/46. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).
O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____,___anos, RG:_____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante de uma pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____/____/___

Nome do participante da pesquisa Data Assinatura
Nome do pesquisador Data Assinatura
Nome da testemunha Data Assinatura
**(se o voluntário não souber ler)**